RELATÓRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 2020

MPF
Ministério Público Federal

RELATÓRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 2020

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Procurador-Geral da República
ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Vice-Procurador-Geral da República
HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS

Procurador-Geral do Trabalho
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Vice-Procuradora-Geral do Trabalho
MARIA APARECIDA GUGEL

Procurador-Geral de Justiça Militar
ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar
CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios
FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

Vice-Procuradoria-Geral Jurídico-Administrativa
SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA

Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União
PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Diretor-Geral Adjunto da Escola Superior do Ministério Público da União
MANOEL JORGE E SILVA NETO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 2020

BRASÍLIA | DF
MPF
2021

Copyright 2021 - Ministério Público Federal
Permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que sem fins lucrativos e citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r

Brasil. Ministério Público Federal.
Relatório de gestão do Ministério Público da União : 2020 – Brasília : MPF, 2021.
387 p. : il., fots., gráfs. color.
Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/relatorio-de-gestao-mpu-2020>.

1. Ministério Público da União – relatório. 2. Relatório anual de gestão. 3. Prestação de contas. 4. Accountability pública. 5. Responsabilidade fiscal. 6. Transparência na gestão fiscal. I. Título.

CDDir 341.413

Elaborado por Juliana de Araújo Freitas Leão – CRB 1/2596

Para dar mais transparência, os demais ramos, cujas informações compõem este relatório, providenciarão a disponibilização do documento em seus respectivos portais virtuais

Coordenação, organização e elaboração: Secretaria-Geral do MPF
Normalização bibliográfica: Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)
Projeto gráfico, capa, diagramação (MPF): Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Procuradoria-Geral da República
SAF Sul Quadra 4 Conjunto C - 70050-900 - Brasília - DF - Brasil
Fone: 61 3105-5100 - www.mpf.mp.br

APRESENTAÇÃO

Enfrentar uma pandemia garantindo – ao mesmo tempo – o pleno funcionamento de todas as unidades do Ministério Público da União e a proteção à saúde de membros, servidores e demais colaboradores. O ano de 2020 trouxe desafios extremos a todos os gestores públicos. No âmbito do Ministério Público não foi diferente. O presente relatório, ora encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), apresenta, de forma consolidada, providências, iniciativas, ações e principais resultados verificados ao longo do período nos quatro ramos que formam o MPU: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal, além da Escola Superior do MPU.

Além de cumprir uma exigência legal e atender ao princípio constitucional da transparência, o presente documento visa à prestação de contas para a sociedade da atuação institucional efetivada ao longo de 2020 em todas as frentes que compõem o rol de atribuições reservadas ao MP pela Constituição Federal. Destaca, por exemplo, a criação do Gabinete Integrado de Enfrentamento da COVID-19, em 16 de março, logo no início da pandemia. Com atribuições em todo o MP brasileiro, o colegiado realizou dezenas de reuniões, produziu e encaminhou centenas de documentos em um amplo trabalho de interlocução entre Ministério Público, gestores de saúde dos âmbitos federal, estadual e municipal e de outros órgãos de controle.

O documento traz, ainda, de forma detalhada, dados referentes a medidas administrativas adotadas ao longo do ano no MPF, MPT, MPM, MPDFT e na Escola Superior do MPU. A lista inclui providências efetivas para ampliar o acesso a ferramentas para que o trabalho remoto, que passou a ser regra em todo o MPU, não prejudicasse o atendimento à população. Também constam do relatório ações relativas a contratações, à execução orçamentária e a projetos estratégicos, imprescindíveis para preparar a Instituição para os próximos anos.

Na parte finalística, o relatório menciona várias frentes de atuação cujos propósitos vão do combate ao crime, à proteção de direitos e ao esforço para ampliar a atuação extrajudicial do MPU. Nesse sentido, merecem destaque o crescimento no número de Acordos de Não Persecução tanto em matéria penal quanto na área cível, as parcerias firmadas com órgãos de governo e outras entidades, e a busca constante para ampliar resultados entregues à sociedade.

Antônio Augusto Brandão de Aras | Procurador-Geral da República
Alberto Bastos Balazeiro | Procurador-Geral do Trabalho
Antônio Pereira Duarte | Procurador-Geral da Justiça Militar
Fabiana Costa Oliveira Barreto | Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal
Paulo Gustavo Gonet Branc | Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Organograma do Ministério Público da União 23
Figura 2 Missão, visão e Valor Público 28
Figura 3 Organograma do Ministério Público Federal 29
Figura 4 Tabela de insumos 30
Figura 5 *Ranking* CNMP - Transparência MPF 37
Figura 6 Método integrado de gestão de riscos (MIGRI) 39
Figura 7 Relação entre governança e gestão 40
Figura 8 Mapa estratégico do MPF 42
Figura 9 Atividades em regime de teletrabalho 69
Figura 10 Comparativo de redução dos custos operacionais 69
Figura 11 Perfil de governança e gestão públicas 2018 81
Figura 12 Governança organizacional do MPF 82
Figura 13 Cadeia de valor do MPDT 88
Figura 14 Organograma institucional e administrativa pgt do Ministério Público do Trabalho 90
Figura 15 Estrutura de governança 91
Figura 16 Mapa estratégico do MPT 92
Figura 17 Situação das ações do PGN 95
Figura 18 Situação das ações do PGN 95
Figura 19 Situação das ações do PGN 95
Figura 20 Situação das ações do PGN 95
Figura 21 Situação das ações do PGN 96
Figura 22 Situação das ações do PGN 96
Figura 23 Situação das ações do PGN 96
Figura 24 Situação das ações do PGN 96
Figura 25 Situação das ações do PGN 97
Figura 26 Situação das ações do PGN 97
Figura 27 Situação das ações do PGN 97
Figura 28 Situação das ações do PGN 97
Figura 29 Situação das ações do PGN 98
Figura 30 Situação das ações do PGN 98
Figura 31 Situação das ações do PGN 98
Figura 32 Situação das ações do PGN 98
Figura 33 Situação das ações do PGN 99
Figura 34 Situação das ações do PGN 99
Figura 35 Situação das ações do PGN 99
Figura 36 Situação das ações do PGN 99
Figura 37 Atuação do MPT durante a pandemia 100
Figura 38 Documentação gerada no enfretamento da pandemia 101
Figura 39 Identidade visual da Ouvidoria do MPT 111
Figura 40 Perfil do solicitante 113
Figura 41 Fale com o MPT 114
Figura 42 Formulário de acompanhamento da manifestação na Ouvidoria -PGT 116
Figura 43 Estrutura organizacional do Ministério Público Militar 177
Figura 44 Caddeia de valor do Ministério Público Militar 179
Figura 45 Mapa de governança 186
Figura 46 Mapa estratégico 188
Figura 47 Visão geral do MPDFT 200
Figura 48 Visão estratégica do MPDFT 203
Figura 49 Organograma do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios 204
Figura 50 Estrutura de governança 205
Figura 51 Governamça organizacional do MPDFT 205
Figura 52 Cadeia de valor do MPDFT 206
Figura 53 Governança organizacional do MPDFT 212
Figura 54 Visão estratégica do MPDFT 213
Figura 55 Mapa estratégico da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão 217
Figura 56 Mapa estratégico da secretaria de tecnologia da informação 217
Figura 57 Mapa tático das promotorias de justiça de defesa do patrimônio público e social 218
Figura 58 Mapa tático das promotorias de justiça regionais de defesa dos direitos difusos 218
Figura 59 Mapa estratégico da ESMPU: 2020-2024 276
Figura 60 Organograma da Escola Superior do Ministério Público da União 277
Figura 61 Composição da ESMPU 278
Figura 62 Cadeia de valores da ESMPU 278

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Onde atuamos - MPT 88
Foto 2 Edifício-sede da Procuradoria-Geral do Trabalho 116
Foto 3 Instalações do estúdio da TV ESMPU 304

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Manifestações 34
Gráfico 2 Assuntos 34
Gráfico 3 Formas de recebimento de manifestações 35

Gráfico 4 Tempo de encerramento de manifestações em dias 35
Gráfico 5 Emissão de certidões 35
Gráfico 6 Quantidade de documentos recebidos 36
Gráfico 7 Quantidade de visitas físicas e virtuais 36
Gráfico 8 Composição do orçamento do MPF - dotação autorizada (em %) 58
Gráfico 9 Execução orçamentária 2018 a 2020 - em % da dotação disponível 59
Gráfico 10 Valores pagos - despesas obrigatórias 2020 x 2019 (inclui pag. De RP) 59
Gráfico 11 Composição do pagamento de despesas obrigatórias em 2020 60
Gráfico 12 Valores pagos - despesas discricionárias 2020 x 2019 (inclui pag. De RP) 60
Gráfico 13 Composição do pagamento de despesas discricionárias em 2020 60
Gráfico 14 Total pago de custeio - 2018 a 2020 61
Gráfico 15 Custeio 2020 - percentual de pagamento por elemento de despesa 61
Gráfico 16 Gastos com custeio - pagamento por elemento de despesa - 2020 x 2019 62
Gráfico 17 Valores pagos - investimentos 2019 x 2020 62
Gráfico 18 Despesa Paga 2020 - Equipamentos e Material Pemanente 63
Gráfico 19 Construções e reformas pagamentos efetivados em 2020 63
Gráfico 20 Aquisição de imóveis em 2020 64
Gráfico 21 Situação dos restos a pagar em 2020 65
Gráfico 22 Volume de restos a pagar inscritos - período de 2016 a 2021 65
Gráfico 23 Custo por item de custo - pessoal e encargos sociais 2019 x 2020 66
Gráfico 24 Custo por item de custo 2020 - despesas discricionárias 2019 x 2020 67
Gráfico 25 Custo por UG beneficiada - despesas discricionárias 2019 x 2020 67
Gráfico 26 Execução orçamentária de TIC – histórico 76
Gráfico 27 SITC - execução em 2020 76
Gráfico 28 Investimentos em obras e instalações pagos em 2020 por UAG 78
Gráfico 29 Despesas pagas referente a investimentos em obras e instalações no MPF 78
Gráfico 30 Distribuição das edificações ocupadas pelo MPF 79
Gráfico 31 Situação geral das ações estratégicas contidas no PGN 94
Gráfico 32 Números da atuação do GT – Covid-19 100
Gráfico 33 Valores destinados ao enfrentamento da pandemia 101
Gráfico 34 Números de GTS e ges geridos por coordenadoria temática nacional 102
Gráfico 35 Número de forças-tarefas por coordenadoria – 2020 110
Gráfico 36 Medidas judiciais e extrajudiciais por coordenadoria nacional 110
Gráfico 37 Resultados de serviços da Ouvidoria 111
Gráfico 38 Demandas alheias à atribuição da Ouvidoria – série histórica 112
Gráfico 39 Questões sindicais – série histórica 112
Gráfico 40 Pedidos de informações – série histórica 113
Gráfico 41 Gráfico de acessibilidade em edificações do MPT 117
Gráfico 42 Evolução das despesas nos exercícios de 2010 a 2020 129
Gráfico 43 Execução de despesas (exercício + RP) 130
Gráfico 44 Execução orçamentária do MPT – alocação das despesas 130
Gráfico 45 Pagamentos totais - exercício e restos a pagar 132
Gráfico 46 Licitações processadas por meio do SRP 134
Gráfico 47 Licitações concluídas 134
Gráfico 48 Economia obtida 135
Gráfico 49 Itens licitados 135
Gráfico 50 Contrato celebrados por setores internos da PGT 138
Gráfico 51 Licitações inexigíveis 139
Gráfico 52 Dispensas de licitações 139
Gráfico 53 Números de instrumentos 140
Gráfico 54 Gasto por modalidade de licitação 141
Gráfico 55 Frota de veículos do MPT, em 2019 144
Gráfico 56 Faixa etária de membros 158
Gráfico 57 Faixa etária de servidores 158
Gráfico 58 Distribuição da carreira dos membros do MPT 159
Gráfico 59 Distribuição dos membros do MPT por gênero 159
Gráfico 60 Distribuição dos membros do MPT por etnia 159
Gráfico 61 Distribuição da força de trabalho por situação funcional 159
Gráfico 62 Distribuição dos servidores do MPT por gênero 160
Gráfico 63 Distribuição dos servidores do MPT por etnia 160
Gráfico 64 Faixa salarial membros do MPT 161
Gráfico 65 Faixa salarial servidores do MPT 161
Gráfico 66 Organização das comissões de gestão socioambiental MPT 2020 167
Gráfico 67 Consumo de papel 168
Gráfico 68 EConomia de energia 2020 169
Gráfico 69 Economia de água 2020 169
Gráfico 70 MPDFT em números 201
Gráfico 71 Feitos externos 201
Gráfico 72 Feitos internos 201
Gráfico 73 Estatística sobre violência doméstica 202
Gráfico 74 Resultados dos serviços da Ouvidoria – 2020 210
Gráfico 75 Meios de recebimento das manifestações 210
Gráfico 76 *Ranking* dos principais assuntos demandados da ouvidoria 210
Gráfico 77 Comparativo da dotação final disponível por grupo de despesa 2019-2020 231
Gráfico 78 Grupo 1: pessoal e encargos sociais 233
Gráfico 79 Grupo 1: despesas por elemento 233
Gráfico 80 Grupo 3: outras despesas correntes 233
Gráfico 81 Grupo 3: despesas por elemento 233

Gráfico 82 Grupo 4: investimentos 234
Gráfico 83 Grupo 4: despesas por elemento 234
Gráfico 84 Restos a pagar 234
Gráfico 85 Composição dos custos do MPDFT - por tipo de área 237
Gráfico 86 Área fim 2020 - total 237
Gráfico 87 Área fim 2020 - demais despesas 237
Gráfico 88 Área meio 2020 - total 238
Gráfico 89 Área meio 2020 - demais despesas 238
Gráfico 90 Participação nos custos por área 238
Gráfico 91 Membros e servidores ativos 240
Gráfico 92 Distribuição da força de trabalho 242
Gráfico 93 Evolução do quadro de pessoal 242
Gráfico 94 Prestação de serviço voluntário 243
Gráfico 95 Evolução das áreas em m^2 253
Gráfico 96 Consumo de água em m^3 254
Gráfico 97 Consumo de energia em kwh 254
Gráfico 98 *Compliance* por habilitador de governança 258
Gráfico 99 Atendimento aos requisitos da PNTI 258
Gráfico 100 Planos, políticas e modelos 259
Gráfico 101 Processos 259
Gráfico 102 Estrutura organizacional 259
Gráfico 103 Informação 259
Gráfico 104 Execução ESMPU jan-dez/2020 297
Gráfico 105 Projetos de TI vinculados ao PDI 303
Gráfico 106 Caixa e equivalentes de caixa 329
Gráfico 107 Fornecedores e contas a pagar 333
Gráfico 108 Exploração e venda de bens, serviços e direitos 335
Gráfico 109 Reavaliação de ativos 336
Gráfico 110 Ganhos com Incorporação de Ativos 336
Gráfico 111 Desincorporação de ativos 340
Gráfico 112 Diversas vpd 341
Gráfico 113 Execução orçamentária da receita 342
Gráfico 114 Execução orçamentária da despesa 343
Gráfico 115 Execução dos restos a pagar não processados 344
Gráfico 116 Pagamento dos restos a pagar processados 347
Gráfico 117 Pagamento dos restos a pagar não processados 348

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Cadeia de valor dos ofícios do MPF 31
Tabela 2 Os 5 assuntos mais demandados em 2020 33
Tabela 3 Meios de recebimento 33
Tabela 4 Classes de manifestações 33
Tabela 5 E-Carta 36
Tabela 6 Quantitativo de servidores capacitados em gestão de riscos 40
Tabela 7 Indicadores estratégicos do MPF 42
Tabela 8 Principais números da atuação do MPF em 2020 48
Tabela 9 PCI - Grupo de Distribuição. Ativa e Passiva 56
Tabela 10 Variação Orçamentária do MPF em 2020 (excluídas despesas financeiras) 58
Tabela 11 Classificação da Despesa por Resultado Primário 58
Tabela 12 Dotação e execução das despesas do Ministério Público Federal em 2020 e 2019 64
Tabela 13 Comparativo das despesas geradas com o uso do teletrabalho 70
Tabela 14 Evolução do teletrabalho 2018x2019 70
Tabela 15 Evolução do teletrabalho 2019x2020 70
Tabela 16 Desfazimento de ativos de TI 77
Tabela 17 Distribuição da frota oficial de veículos do MPF 77
Tabela 18 Números gerais da frota do MPF 78
Tabela 19 Panorama das edificações ocupadas pelo MPF 79
Tabela 20 Valores pagos - funcionamento administrativo - tipos de serviços* 80
Tabela 21 Contratações por finalidade no MPF* 80
Tabela 22 avaliações do MPF 81
Tabela 23 Macroprocessos finalísticos detalhamento 89
Tabela 24 Natureza e finalidade dos comitês da estrutura de governança do MPT 91
Tabela 25 Alinhamento entre objetivos finalísticos e coordenadorias temáticas nacionais 92
Tabela 26 Objetivos e indicadores estratégicos 93
Tabela 27 Resultados dos grupos de trabalho e grupos de estudo – 2020 102
Tabela 28 Coordenadorias nacionais, projetos estratégicos e respectivos temas 108
Tabela 29 Resultados dos projetos finalísticos – 2020 109
Tabela 30 Classe de manifestações recebidas série histórica 112
Tabela 31 Demandas por assunto - série histórica 113
Tabela 32 *Ranking* de acessibilidade 118
Tabela 33 Comparativo do orçamento (lei + créditos) 2019/2020 128
Tabela 34 Execução orçamentária do MPT – alocação das despesas 130
Tabela 35 Despesas primárias obrigatórias 131
Tabela 36 Despesas primárias discricionárias 131
Tabela 37 Despesas de capital (discricionárias) 131

Tabela 38 Eficiência na execução financeira 132
Tabela 39 Manutenção básica - custeio e investimentos 132
Tabela 40 Execução regional e da manutenção básica do MPT 133
Tabela 41 Contratações mais relevantes 136
Tabela 42 Contratos administrativos em vigor 2020 140
Tabela 43 Fundamentos – dispensa de licitação 142
Tabela 44 Classificação dos veículos de acordo com anexo da portaria PGR/MPU nº 70 143
Tabela 45 Unidades adquiridas em 2020 145
Tabela 46 Mudanças e desmobilizações no MPT 146
Tabela 47 Sedes alugadas – MPT 146
Tabela 48 Sedes alugadas – processos de aquisição, cessão e permutas do MPT 147
Tabela 49 Perspectivas estratégicas de tecnologia da informação 149
Tabela 50 Segmento estratégico 149
Tabela 51 Recursos aplicados em TI em 2020 150
Tabela 52 Contratações mais relevantes 151
Tabela 53 Evolução do quadro de pessoal 2014-2020 160
Tabela 54 Distribuição da força de trabalho 160
Tabela 55 Remoção de servidores 2020 162
Tabela 56 Quantitativo mensal de estagiários contratados em 2020 163
Tabela 57 Valor gasto mensalmente com estagiários em 2020 163
Tabela 58 Valor gasto com o pagamento de gratificação para realização de processo seletivo de estagiário 163
Tabela 59 Operacionalização do plano de capacitação de pessoal (PCP-2020) 164
Tabela 60 Detalhamento de aplicação dos recursos 164
Tabela 61 Missão, visão e resultados 176
Tabela 62 Fundamentos legais da Organização 176
Tabela 63 Tabela de insumos 178
Tabela 64 Tabela de macroprocessos e resultados 178
Tabela 65 Acordos de cooperação 180
Tabela 66 Canais de comunicação com a sociedade 183
Tabela 67 Governança do MPM 187
Tabela 68 Resultados de desempenho 188
Tabela 69 Iniciativas prioritárias 189
Tabela 70 Resultados das principais áreas de gestão 190
Tabela 71 Resultados nos temas de tecnologia da informação (TI) 193
Tabela 72 Implementação gradual das práticas de governança exigidas pelo TCU 194
Tabela 73 Relação às demandas judiciais 194
Tabela 74 Missão e visão 202
Tabela 75 Fundamentos legais da organização 202
Tabela 76 Acordos de cooperação/contratos de gestão 207
Tabela 77 Eventos nacionais 208
Tabela 78 Canais de comunicação - recebimento de manifestações 209
Tabela 79 Canais de comunicação - pedidos de informação 209
Tabela 80 Vinculação dos objetivos estratégicos MPDFT x CNMP 214
Tabela 81 Indicador de cumprimento dos objetivos estratégicos 216
Tabela 82 Indicadores de cumprimento dos planos tático operacionais 216
Tabela 83 Apresentação sintética dos resultados 219
Tabela 84 Somatório de iniciativas por perspectiva do mapa estratégico 219
Tabela 85 Perspectiva resultados para a sociedade 219
Tabela 86 Somatório de iniciativas por objetivo do mapa estratégico 219
Tabela 87 Principais resultados 220
Tabela 88 Principais programas, projetos e iniciativas implementados em 2020 223
Tabela 89 Orçamento total disponível 2020 – MPDFT 231
Tabela 90 Comparativo da dotação final disponível e da execução das despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) – 2019 e 2020 232
Tabela 91 Comparativo da dotação final disponível e da execução total das despesas 2019 e 2020 232
Tabela 92 Principais despesas de custeio 234
Tabela 93 Execução dos programas 235
Tabela 94 Quadro de pessoal permanente do MPDFT 239
Tabela 95 Gênero – membros ativos 241
Tabela 96 Gênero – servidores ativos 241
Tabela 97 Raça/cor – servidores ativos 241
Tabela 98 Raça/cor – membros ativos 241
Tabela 99 Distribuição de servidores em classe/padrão – analistas 241
Tabela 100 Distribuição de servidores em classe/padrão – técnicos 241
Tabela 101 Faixa etária – membros ativos 242
Tabela 102 Faixa etária – servidores ativos 242
Tabela 103 Evolução da despesa de pessoal ativo 245
Tabela 104 Evolução da despesa de pessoal inativo 245
Tabela 105 Evolução da despesa de pensões 245
Tabela 106 Evolução da despesa com pessoal 245
Tabela 107 Tabela de funções comissionadas 245
Tabela 108 Estrutura remuneratória 245
Tabela 109 Cargos em comissão e funções de confiança ocupados 246
Tabela 110 Cargos e funções gerenciais - por gênero 246
Tabela 111 Cargos e funções gerenciais – por vínculo 246
Tabela 112 Desligamentos em 2020 247
Tabela 113 Previsão de aposentaria de membros e servidores 247
Tabela 114 Contratações mais relevantes de recursos de TI 249

Tabela 115 Montante de recursos aplicados em TI – 2019 249
Tabela 116 Montante de recursos aplicados em TI – 2020 249
Tabela 117 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI 249
Tabela 118 Aproveitamento de água pluvial 254
Tabela 119 Evolução das áreas do MPDFT 254
Tabela 120 Indicadores de governança das áreas de capacitação de servidores 257
Tabela 121 Gestão de pessoas 260
Tabela 122 Gestão de contratações 260
Tabela 123 Resultados alcançados 261
Tabela 124 Correlação entre os itens da cadeia de valor, as áreas atuantes[7] e o valor gerado 279
Tabela 125 Enquete: como ficou sabendo do curso? 282
Tabela 126 Processos críticos da esmpu mapeados 283
Tabela 127 Diagnóstico de maturidade digital 284
Tabela 128 Transformação digital - riscos e ações de contingência 284
Tabela 129 Quadro próprio da ESMPU x situação atual 286
Tabela 130 Riscos – possíveis efeitos e probabilidades de ocorrência 287
Tabela 131 oportunidades – Possíveis efeitos e probabilidades de ocorrência 288
Tabela 132 Estrutura de governança da ESMPU 289
Tabela 133 Metas institucionais do PDI 291
Tabela 134 Painel de contribuição da ESMPU 2020-2021 295
Tabela 135 Percentual total de execução - ESMPU 297
Tabela 136 Indicadores de desempenho – dotação executada – ação 11eq 297
Tabela 137 Indicadores de desempenho – dotação executada – ação 20HP 298
Tabela 138 Indicadores de desempenho – restos a pagar - ação 20HP 298
Tabela 139 Indicadores de desempenho – restos a pagar - ação 11EQ 298
Tabela 140 Indicadores de desempenho – dotação executada com pessoal e encargos 298
Tabela 141 Indicadores de desempenho – dotação executada com benefícios 299
Tabela 142 Quadro de servidores ESMPU 300
Tabela 143 Produção secom 304
Tabela 144 Balanço patrimonial - todos os orçamentos 311
Tabela 145 Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes 313
Tabela 146 Quadro de compensações 313
Tabela 147 Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial 313
Tabela 148 Demonstrações das variações patrimoniais - todos os orçamentos 314
Tabela 149 Balanço orçamentário - todos os orçamentos - receitas 318
Tabela 150 Balanço orçamentário - todos os orçamentos - despesas 320
Tabela 151 Anexo 1 - demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados 321
Tabela 152 Anexo 2 - demonstrativo de execução restos a pagar processados e nao processados liquidados 322
Tabela 153 Balanço financeiro - todos os orçamentos 323
Tabela 154 Demonstrações dos fluxos de caixa - todos os orçamentos 325
Tabela 155 Demonstração das mutações do patrimônio líquido - todos os orçamentos 328
Tabela 156 Créditos a curto prazo – composição 330
Tabela 157 Créditos a longo prazo 330
Tabela 158 Imobilizado – composição 331
Tabela 159 Intangível – composição 332
Tabela 160 Pessoal a pagar – composição 332
Tabela 161 Fornecedores e contas a pagar – por contratante 333
Tabela 162 Garantias e contragarantias recebidas 334
Tabela 163 Obrigações contratuais – composição 334
Tabela 164 Cálculo do *superavit* financeiro 335
Tabela 165 Diversas variações patrimoniais aumentativas – composição 337
Tabela 166 Remuneração a pessoal e encargos patronais – composição 337
Tabela 167 Remuneração a pessoal e encargos patronais – composição 338
Tabela 168 Benefícios previdenciários e assistenciais – composição 338
Tabela 169 Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo - composição 339
Tabela 170 Transferências intragovernamentais – composição 340
Tabela 171 Variações patrimoniais aumentativas x variações patrimoniais diminutivas 341
Tabela 172 Estoque de restos a pagar em 31/12/2020 345
Tabela 173 Estoque de restos a pagar – composição – por ano 345
Tabela 174 Arrecadação bruta x arrecadação líquida – por grupos de fontes de recursos 346
Tabela 175 Execução da despesa orçamentária – por grupos de fontes de recursos 346
Tabela 176 Resultado financeiro em 31/12/2020 347
Tabela 177 Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa - formação 348
Tabela 178 Endereço eletrônico do portal da transparência 348
Tabela 179 Recomendações 349

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
AGU – Advocacia-Geral da União
Anec – Avaliação de Necessidades Educacionais
APGEs – Assessores de Planejamento e Gestão Estratégica
Arpen – Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo
Asi – Assessoria de Sustentabilidade e Inovação
Audin – Auditoria Interna do Ministério Público
Audin-MPU – Auditoria Interna do Ministério Público da União
BSC – Balanced Scorecard
CCAF – Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
CCAF/CNMP – Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP
CCR – Câmara de Coordenação e Revisão
CCS – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro
CDC – Câmara de Desenvolvimento Científico
CE – Coordenação de Ensino
Ceges – Centro de Gestão Sustentável
CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
Cema – Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas
Ceps – Coordenadoria Executiva de Psicossocial
CETI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
Ceti – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CExPE – Coordenadoria Executiva do Processo Eletrônico
CF – Constituição Federal
CGA – Comissão Institucional de Gestão Ambiental
CGE – Comitê de Gestão Estratégica
CGE/GO – Controladoria-Geral do Estado de Goiás
CGESI – Comitê de Gestão Estratégica de Segurança Institucional
CGU – Controladoria-Geral da União
CI – Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação
CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
CNPGC – Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Cobit – Control Objectives for Information and Related Technology
Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Conad – Conselho Administrativo
Conjur – Consultoria Jurídica
Corge – Corregedoria
CORGE – Corregedoria do Ministério Público Militar
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPJAC – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Águas Claras
CPJBSI – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Brasília I
CPJBSII – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Brasília II, Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo
CPJBZ – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Brazlândia
CPJCE – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Ceilândia
CPJGA – Coordenadoria da Promotoria de Justiça do Gama
CPJIJ – Coordenadoria da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude
CPJPA – Coordenadoria da Promotoria de Justiça do Paranoá
CPJPL – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Planaltina
CPJRE – Coordenadoria da Promotoria de Justiça do Recanto das Emas
CPJSA – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Samambaia
CPJSM – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Santa Maria
CPJSO – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Sobradinho
CPJSS – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de São Sebastião
CPJTG – Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Taguatinga
CPM – Código Penal Militar
CRMV/DF – Conselho Regional de Medicina Veterinária do DF
CSC – Centro de Serviços Compartilhados
CSMPDFT – Conselho Superior do MPDFT
CSMPF – Conselho Superior do Ministério Público Federal
CSMPM – Conselho Superior do Ministério Público Militar
CVE – Central de Viagens e Eventos
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DDJ – Departamento de Documentação Jurídica
DFT – Dimensionamento da Força de Trabalho
Dirge – Diretoria-Geral
DN – Decisão Normativa
EaD – Ensino a Distância
EC – Emenda Constitucional
ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União
FEP – Ficha de Estágio Probatório
FFAA – Forças Armadas Brasileiras

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
Gaeco – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GDF – Governo do Distrito Federal
GND – Grupo de Natureza da Despesa
Ibram – Instituto Brasília Ambiental
ICT – Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação
Iica – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIRC – International Integrated Reporting Council
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
Itil – Information Technology Infrastructure Library
JMU – Justiça Militar da União
LAI – Lei de Acesso à Informação
LC – Lei Complementar
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
Libras – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOJMU – Lei de Organização Judiciária Militar da União
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação
ME – Ministério da Economia
MEC – Ministério da Educação
MNI – Nacional de Interoperabilidade
MOGAB – Projeto de Modernização dos Gabinetes
MP – Ministério Público
MPAM – Ministério Público do Amazonas
MPCE – Ministério Público do Ceará
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF – Ministério Público Federal
MPM – Ministério Público Militar
MPMS – Ministério Público do Mato Grosso do Sul
MPPE – Ministério Público de Pernambuco
MPPI – Ministério Público do Piauí
MPPR – Ministério Público do Paraná
MPT – Ministério Público do Trabalho
MPU – Ministério Público da União
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
NAP – Núcleo de Apoio Processual
NAT – Núcleo de Assessoramento Técnico
NCI – Núcleo de Cooperação Internacional
NRF – Novo Regime Fiscal
OCI – Órgão de Controle Interno
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAE – Parcela Autônoma de Equivalência
PCD – Pessoa com Deficiência
PCDF – Polícia Civil do DF
PCN – Plano de Continuidade de Negócios
PDDC – Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDI – Plano de Desempenho Individual
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE/MPM – Plano Estratégico do Ministério Público Militar
PEI – Planejamento Estratégico Institucional
PEN/MP – Plano Estratégico Nacional do Ministério Público
Peti – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PGEA – Procedimento de Gestão Administrativa
PGJ – Procuradoria-Geral de Justiça
PGJM – Procuradoria-Geral de Justiça Militar
PGR – Procuradoria-Geral da República
PIC – Procedimentos de Investigação Criminal
PJe – Processo Judicial Eletrônico
PJM – Procuradoria de Justiça Militar
PLS – Plano de Logística Sustentável
PLS/MPM – Plano de Logística Sustentável do Ministério Público Militar
PMGA – Projeto de Modernização da Gestão Administrativa
PNTI-MP – Plano Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público
PNTI-MP – Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público
Port. – Portaria
PR/AC – Procuradoria da República no Acre
PR/AL – Procuradoria da República em Alagoas
PR/AM – Procuradoria da República no Amazonas
PR/AP – Procuradoria da República no Amapá
PR/BA – Procuradoria da República na Bahia
PR/CE – Procuradoria da República no Ceará

PR/DF – Procuradoria da República no Distrito Federal
PR/ES – Procuradoria da República no Espírito Santo
PR/GO – Procuradoria da República em Goiás
PR/MA – Procuradoria da República no Maranhão
PR/MG – Procuradoria da República em Minas Gerais
PR/MS – Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul
PR/MT – Procuradoria da República em Mato Grosso
PR/PA – Procuradoria da República no Pará
PR/PB – Procuradoria da República na Paraíba
PR/PE – Procuradoria da República em Pernambuco
PR/PI – Procuradoria da República no Piauí
PR/PR – Procuradoria da República no Paraná
PR/RJ – Procuradoria da República no Rio de Janeiro
PR/RN – Procuradoria da República no Rio Grande do Norte
PR/RO – Procuradoria da República em Rondônia
PR/RR – Procuradoria da República em Roraima
PR/RS – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
PR/SC – Procuradoria da República em Santa Catarina
PR/SE – Procuradoria da República em Sergipe
PR/SP – Procuradoria da República em São Paulo
PR/TO – Procuradoria da República em Tocantins
Prodados – Programa de Estruturação da Plataforma de Ciência de Dados
Prodep – Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social
Proreg – Promotorias de Justiça Regionais de Defesa dos Direitos Difusos
Prourb – Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística
PRR1 – Procuradoria Regional da República da 1ª Região
PRR2 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região
PRR3 – Procuradoria Regional da República da 3ª Região
PRR4 – Procuradoria Regional da República da 4ª Região
PRR5 – Procuradoria Regional da República da 5ª Região
PRRs – Procuradorias Regionais da República
PRs – Procuradorias da República
QVT – Qualidade de Vida no Trabalho
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RAO – Reunião de Acompanhamento Operacional
RCL – Receita Corrente Líquida
RG – Relatório de Gestão
RPG – Repasse de Recursos de Projetos de Governo
SA – Secretaria de Administração
SAC – Salas de Atendimento ao Cidadão
SAC MPF – Aplicativo para dispositivos móveis para o acesso à Sala de Atendimento ao Cidadão
SCI – Secretaria de Cooperação Internacional
SCP – Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP)
SDHRI – Secretaria de Direitos Humanos, Direito Humanitário e Relações Internacionais
SEA – Secretaria de Engenharia e Arquitetura
Seac – Seção de Acompanhamento de Custos
Seap – Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio
Secin – Secretaria de Educação, Conhecimento e Inovação
Secom – Secretaria de Comunicação Social
Secor – Secretaria de Educação Corporativa
Secplan – Secretaria de Planejamento
SEE/DF – Secretaria de Educação do DF
SEGP – Subcomitê Estratégico de Gestão de Pessoas
Sejud – Secretaria Jurídica e de Documentação
Sejus/DF – Secretaria de Justiça do DF
Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor
SES – Subcomitê Estratégico de Segurança Institucional
SES/DF – Secretaria de Saúde do DF
Seti – Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação
SGA – Subcomitê de Gestão Administrativa ou Sistema de Gestão Administrativo
SGE – Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGT – Subcomitê Gestor de Tabelas
SI-Saúde – Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Serviço de Informações ao Cidadão
Sicar – Sistema de Cadastro Ambiental Rural
Sicom – Subcomitê de Comunicação Social
SIGE – Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança
Sigov – Sistema de Governança Institucional do MPF
Simba – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias
Sinalid – Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos
Sittel – Sistema de Registros Telefônicos e Telemáticos
SPF – Subcomitê de Projetos Finalísticos
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOC – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Contabilidade
SPO – Secretaria de Projetos e Obras

Sppea – Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SRF – Secretaria da Receita Federal
SSIn – Secretaria de Segurança Institucional
STF – Supremo Tribunal Federal
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
Stic – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
STJ – Superior Tribunal de Justiça
STM – Superior Tribunal Militar
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suac – Subsecretaria de Avaliação Orçamentária e de Custos
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TACs – Termos de Ajustamento de Conduta
TC – Termo de Compromisso
TCU – Tribunal de Contas da União
TD&E – Treinamento, Desenvolvimento e Educação
TI – Tecnologia da Informação
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TMGCA – Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
Uniceplac – Centro Universitário do Planalto Central
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 22

2 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 24

2.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 28
2.1.1 MISSÃO, VISÃO E RESULTADOS 28
2.1.2 FUNDAMENTO LEGAL DA ORGANIZAÇÃO 28
2.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 28
2.1.4 MODELOS DE NEGÓCIO 30
2.1.5 MODERNIZAÇÃO DOS GABINETES (MOGAB) 31
2.1.6 ACORDOS DE COOPERAÇÃO 32
2.1.7 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS 32
2.1.8 E-CARTAS 36
2.1.9 MEMORIAL DO MPF 36
2.1.10 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA 37
2.2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 37
2.2.1 GESTÃO DE RISCOS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS 38
2.2.2 GESTÃO DE RISCOS NOS PROCESSOS DE TRABALHO 38
2.2.3 GESTÃO DE RISCOS NA ÁREA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL 39
2.2.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS 39
2.3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO 39
2.3.1 GOVERNANÇA 39
2.3.2 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA 40
2.3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 41
2.3.4 PLANOS DE CURTO PRAZO 44
2.3.5 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO 57
2.3.6 INDICADORES DE GOVERNANÇA 81

3 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 84

3.1 ONDE ATUAMOS 88
3.2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 88
3.3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS 91
3.3.1 RESULTADOS PARCIAIS DO PGN 94
3.3.2 RESULTADOS DA ATUAÇÃO DIANTE DA COVID-19 100
3.4 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 101
3.5 RESULTADOS DA GESTÃO 101
3.5.1 ATUAÇÃO GERAL 101
3.5.2 RESULTADOS DA ATUAÇÃO POR INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS 102
3.5.3 RESULTADOS DA ATUAÇÃO ORDINÁRIA 111
3.6 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS 111
3.6.1 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 111
3.6.2 RESULTADOS DOS SERVIÇOS DA OUVIDORIA 111
3.6.3 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO 112
3.6.4 SISTEMA NACIONAL DE COLETA DE DENÚNCIAS TRABALHISTAS DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DO TRABALHO 113
3.6.5 OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ 115
3.6.6 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE 115
3.6.7 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS – CULTURA, ÉTICA E VALORES INSTITUCIONAIS 115
3.6.8 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES 115
3.6.9 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 128
3.7 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 134
3.7.1 CONFORMIDADE LEGAL 134
3.8 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA 142
3.8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS 142
3.8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO 144
3.8.3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO 148
3.9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 148
3.10 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO 156
3.11 GESTÃO DE PESSOAS 157
3.11.1 FAIXA ETÁRIA DE MEMBROS E SERVIDORES 157
3.11.2 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS MEMBROS DO MPT 158
3.11.3 DISTRIBUIÇÃO DA CARREIRA DOS MEMBROS DO MPT 158
3.11.4 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DO MPT 158
3.11.5 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES DO MPT 160
3.11.6 DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL 160
3.11.7 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA 161
3.11.8 PROGRESSÃO FUNCIONAL 162
3.11.9 ESTÁGIO PROBATÓRIO 162
3.11.10 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO 162
3.11.11 PROGRAMA DE ESTÁGIO 164
3.11.12 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS 164
3.11.13 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL 165
3.11.14 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO 165
3.12 GESTÃO DE CUSTOS 166

3.13 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 167
3.13.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE 167
3.13.2 CONSUMO DE PAPEL 168
3.13.3 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA 169
3.13.4 CONSUMO DE ÁGUA 169
3.13.5 AÇÕES FUTURAS 170

4 MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR 172
4.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 176
4.1.1 MISSÃO, VISÃO E RESULTADOS 176
4.1.2 FUNDAMENTO LEGAL DA ORGANIZAÇÃO 176
4.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 176
4.1.4 MODELOS DE NEGÓCIO 178
4.1.5 CADEIA DE VALOR 178
4.1.6 ACORDOS DE COOPERAÇÃO 180
4.1.7 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS 183
4.1.8 AMBIENTE EXTERNO 183
4.2 RISCOS 184
4.3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO 185
4.3.1 GOVERNANÇA 185
4.3.2 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA 185
4.3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 186
4.3.4 PLANOS DE CURTO PRAZO 189
4.3.5 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO 190
4.3.6 INDICADORES DE GOVERNANÇA 193
4.3.7 MECANISMOS DE CONTROLE 193

5 MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS 196
5.1 MISSÃO E VISÃO 202
5.2 CADEIA DE VALOR 207
5.3 AMBIENTE EXTERNO 208
5.4 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE 209
5.5 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 211
5.6 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO 211
5.6.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA 211
5.6.2 MODELO DE GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA 212
5.6.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 212
5.6.4 DESEMPENHO ORGANIZACIONAL 214
5.6.5 VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS A ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA SUPERIOR 214
5.6.6 INFORMAÇÕES ACERCA DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 214
5.6.7 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 216
5.6.8 DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA 217
5.6.9 MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO 218
5.6.10 RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO 218
5.6.11 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO 220
5.6.12 PRINCIPAIS PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS (DESAFIOS REMANESCENTES E PRÓXIMOS PASSOS) 222
5.6.13 RESULTADOS DA GESTÃO 222
5.6.14 PLANOS DE CURTO PRAZO 222
5.6.15 PRINCIPAIS PROJETOS 222
5.7 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO 231
5.7.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 231
5.7.2 PERFIL DE GASTOS DO MPDFT 231
5.7.3 DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS EM 2020 – POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA 232
5.7.4 COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR 2019-2020 234
5.7.5 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS 236
5.7.6 DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL X DESEMPENHO ESPERADO/ORÇADO – ANÁLISE DE TENDÊNCIAS 236
5.7.7 RISCOS DE GESTÃO 236
5.7.8 PRINCIPAIS METAS NÃO ALCANÇADAS 236
5.7.9 PRINCIPAIS DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS 236
5.7.10 GESTÃO DE CUSTOS 237
5.7.11 DESAFIOS E OPORTUNIDADES 239
5.8 GESTÃO DE PESSOAS 239
5.8.1 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO 239
5.8.2 PROGRAMA DE ESTÁGIO 240
5.8.3 PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ 240
5.8.4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO 240
5.8.5 DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT): 243
5.8.6 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS: 243
5.8.7 RETENÇÃO E EVASÃO DE SERVIDORES: 243
5.8.8 AVALIAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO 244
5.8.9 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS 244
5.8.10 MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS 244
5.8.11 PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES DE SERVIDORES 244
5.8.12 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL 244
5.8.13 REMUNERAÇÃO E OCUPAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS 245
5.8.14 EVOLUÇÃO DO TELETRABALHO 246
5.8.15 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 246

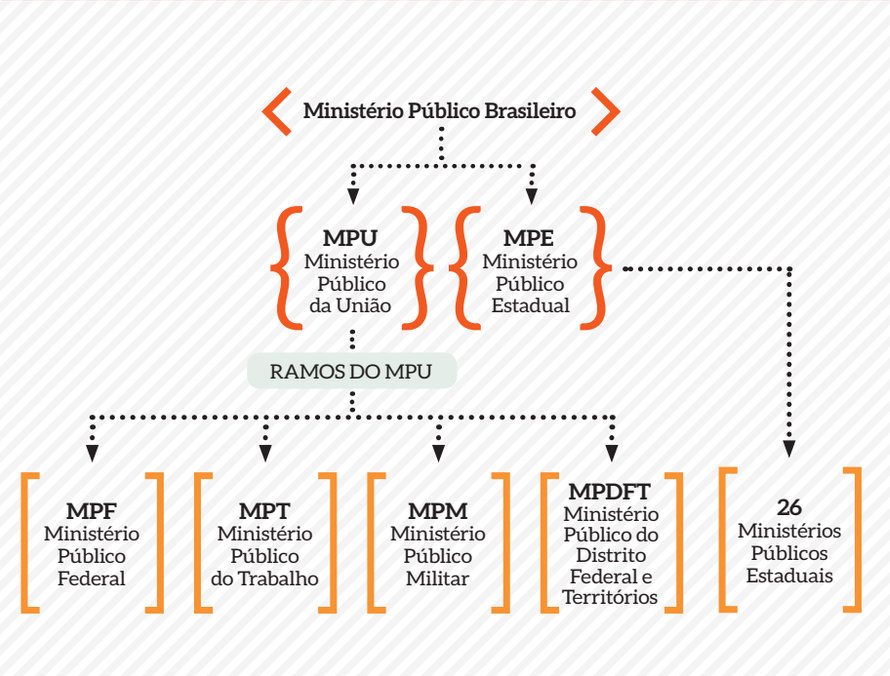
5.8.16 DESLIGAMENTOS 247
5.8.17 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS 247
5.9 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 248
5.9.1 MODELO DE GOVERNANÇA DE TI 248
5.9.2 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI 249
5.9.3 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI 249
5.9.4 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR 249
5.9.5 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO 252
5.9.6 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 252
5.10 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA 253
5.10.1 CONFORMIDADE LEGAL 253
5.10.2 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 253
5.11 LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS 254
5.11.1 EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DO MPDFT: 254
5.11.2 MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES 255
5.11.3 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 255
5.12 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 255
5.12.1 CONTRATAÇÕES DIRETAS – CONFORMIDADE LEGAL 255
5.12.2 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 256
5.12.3 RISCOS DE GESTÃO 256
5.12.4 DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 256
5.13 SUSTENTABILIDADE 256
5.13.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES 256
5.13.2 AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS 256
5.13.3 AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA 257
5.13.4 AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA 257
5.13.5 REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES 257
5.14 INDICADORES DE GOVERNANÇA 257
5.14.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: 258
5.14.2 GESTÃO DE PESSOAS: 260
5.14.3 GESTÃO DE CONTRATAÇÕES: 260
5.14.4 MECANISMOS DE CONTROLE 260

6 ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 272
6.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 276
6.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, MISSÃO E VISÃO 276
6.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO 276
6.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE GOVERNANÇA 276
6.4 MODELO DE NEGÓCIO 278
6.5 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO 280
6.6 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS 280
6.6.1 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL 281
6.7 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 283
6.7.1 ABORDAGEM DE RISCOS ASSOCIADA ÀS METODOLOGIAS DE GESTÃO 283
6.7.2 RISCOS RELACIONADOS À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA ESMPU 283
6.8 PRINCIPAIS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS 284
6.8.1 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E CENTRALIDADE NO USUÁRIO 284
6.8.2 EXPANSÃO DO ALCANCE DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DA ESMPU 285
6.9 FONTES ESPECÍFICAS DE RISCOS E OPORTUNIDADES 286
6.10 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO 287
6.10.1 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA 287
6.10.2 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA ORGANIZAÇÃO 289
6.11 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 296
6.11.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ESMPU PARA 2020 296
6.11.2 RECURSOS RECEBIDOS DE OUTRAS UNIDADES 300
6.12 GESTÃO DE PESSOAS 300
6.12.1 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL E SITUAÇÃO FUNCIONAL 300
6.12.2 NECESSIDADE DE RECURSOS HUMANOS - DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO 300
6.12.3 QUADRO DE PESSOAL DA ESMPU 300
6.12.4 AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO 300
6.12.5 CONCURSOS, ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS 301
6.12.6 DO PROCESSO SELETIVO INTERNO 301
6.12.7 EVASÃO DE SERVIDORES 301
6.12.8 PERCENTUAL DE CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS 301
6.12.9 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA 302
6.12.10 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS 302
6.12.11 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 303
6.13 COMUNICAÇÃO SOCIAL 303
6.13.1 DESTAQUES 303
6.14 GESTÃO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS 305
6.14.1 CONTRATOS 306
6.14.2 LICITAÇÕES 306
6.14.3 COMPRAS E CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE DISPENSAS DE LICITAÇÃO E DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO 306
6.14.4 ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 306
6.15 ROL DE RESPONSÁVEIS 306
6.16 APÊNDICES 306

7 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS DO MPU 308
7.1 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 309
7.1.1 PRINCIPAIS DADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 309
7.1.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL 310
7.1.3 RECOMENDAÇÕES 349

1 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

FIGURA 1 ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO



O objetivo do Relatório de Gestão 2020 é demonstrar à sociedade os resultados alcançados e o cumprimento da legislação no âmbito do Ministério Público da União, em alinhamento com a Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020 e da Decisão Normativa TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020.

O Ministério Público brasileiro é formado pelos Ministérios Públicos dos Estados e pelo Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), conforme estabelece a Constituição Federal em seu art. 128.

O Ministério Público da União tem por chefe o procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. Em 25 de setembro de 2019, teve início o mandato do atual procurador-geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras, que se encerra em 18 de setembro de 2021.

Compete ao MPU:

- a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;
- a defesa do patrimônio nacional, do patrimônio público e social, do patrimônio cultural, do meio ambiente, dos direitos e interesses da coletividade, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso;
- o zelo pela observância dos princípios constitucionais;
- o controle externo da atividade policial; e
- o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União, dos serviços de relevância pública e dos meios de comunicação social, bem como aos princípios, direitos, deveres, às garantias, condições e vedações previstos na Constituição Federal e na lei.

Faz parte do planejamento do Ministério Público da União para 2021 consolidar conceitos, instâncias e mecanismos de governança, em consonância com a legislação vigente e as melhores práticas de gestão pública recomendadas pelos órgãos de controle, de modo a promover uma administração mais estratégica, efetiva e com economicidade.

O Relatório está dividido em capítulos que apresentam os resultados de cada um dos quatro ramos do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), que é uma instituição governamental de ensino voltada para a profissionalização de alto nível de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU), para que possam atuar de forma mais eficiente e eficaz na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

2 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procurador-Geral da República
ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Vice-Procurador-Geral da República
HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS

Vice-Procurador-Geral Eleitoral
RENATO BRILL DE GOES

Chefia de Gabinete
ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA

Secretaria-Geral do MPU
ELIANA PÉRES TORELLY DE CARVALHO

Corregedora-Geral do MPF
ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS

Ouvidor-Geral do MPF
BRASILINO PEREIRA DOS SANTO



Antônio Augusto Brandão de Aras
Procurador-Geral da República

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que exigiu respostas rápidas do Ministério Público para manter suas atividades e, ao mesmo tempo, garantir a segurança de membros, servidores e colaboradores. O teletrabalho foi adotado conforme as orientações das autoridades sanitárias. Ainda em março, no início da crise, foi criado na PGR, em conjunto com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac), que norteou o trabalho de todo o Ministério Público brasileiro e conta com membros focalizadores em todos os estados.

A atuação coordenada permitiu que, em todo o país, fossem feitas indicações para a alocação de recursos decorrentes da atuação institucional no enfrentamento do novo coronavírus. O trabalho incluiu o monitoramento da distribuição de insumos do "kit intubação", da disponibilização de leitos e, mais recentemente, de fornecimento de oxigênio a hospitais, vacinas e transferência de pacientes entre estados. A articulação envolveu contato direto com autoridades dos três níveis de governo. O foco foi o trabalho preventivo, que ajudou a evitar uma judicialização excessiva em meio a uma calamidade.

Na esfera administrativa, o MPF fechou o ano com uma execução orçamentária de 99,93% do previsto, além de cumprir o teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95/16 (99,89%). Parte desses recursos – cerca de R$ 110 milhões – foi alocada no Plan Assiste, que oferece cobertura médico-hospitalar para membros e servidores de toda a instituição. A medida ajuda a desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que o plano está disponível para aproximadamente 50 mil pessoas entre titulares e dependentes.

O combate à macrocriminalidade, com destaque para os crimes contra a administração pública, continuou avançando e foi aperfeiçoado com a institucionalização da atuação conjunta de membros do MPF. Foram criados cinco Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos) em 2020 nas Procuradorias da República em Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pará e Amazonas, e um sexto terminou o ano em fase de implantação, no Rio de Janeiro. Esses grupos, formados por procuradores escolhidos por seus pares, com mandatos e garantias, são uma estrutura permanente que auxiliará membros responsáveis pela apuração de grandes e complexos esquemas criminosos. O MPF ofereceu à Justiça 14.514 denúncias em 2020.

Em outra frente, a instituição avançou na celebração de acordos, tanto na área criminal como na cível, contribuindo desse modo para tornar o sistema de

Justiça mais célere e econômico. Foram firmados 7.778 acordos de não persecução penal em todo o país – instrumento regulamentado por lei em 2019 – e 138 acordos de não persecução cível.

A partir do diálogo, que se tornou uma das prioridades, o MPF assinou acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para acelerar e padronizar, em todo o todo o território nacional, o tempo de espera por perícias médicas e concessão de benefícios. Também assumiu seu papel de indutor do desenvolvimento econômico participando do Destrava Brasil em parceria com outras instituições, como o Supremo Tribunal Federal e o TCU.

Com este relatório, o MPF espera tornar concretos os princípios da publicidade e da transparência, que são pilares do trabalho de seus membros em todas as instâncias do Poder Judiciário.

Boa leitura!



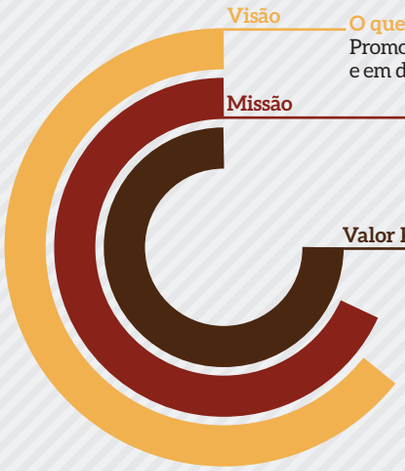
Antônio Augusto Brandão de Aras
Procurador-Geral da República

NA ESFERA ADMINISTRATIVA, O MPF FECHOU O ANO COM UMA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 99,93% DO PREVISTO, ALÉM DE CUMPRIR O TETO DE GASTOS IMPOSTO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/16 (99,89%).

2.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1.1 MISSÃO, VISÃO E RESULTADOS

FIGURA 2 MISSÃO, VISÃO E VALOR PÚBLICO



Visão
O que queremos?
Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado Democrático de Direito.

Missão
Por que existimos?
Ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

Valor Público
Resultados esperados
- *Accountability* e transparência nas informações relativas à atuação finalística;
- Fortalecimento dos princípios da segurança jurídica e do tempo razoável do processo;
- Redução do tempo de resolução das questões judicializadas.

Visão	Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado Democrático de Direito.
Missão	Até 2021 – Ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção
Resultados	A atuação pautada no modelo proposto pela cadeia de valor dos Ofícios do MPF trouxe maior confiabilidade estatística às informações relativas à atuação finalística. Isso impacta diretamente a sociedade, na medida em que são resultados conectados com índices sociais, culturais, econômicos e ambientais externos, extremamente relevantes para o direcionamento de políticas públicas. Outro ganho importante para os cidadãos foi o fortalecimento dos princípios da segurança jurídica e do tempo razoável do processo, uma vez que os feitos judiciais e extrajudiciais passaram a tramitar com maior celeridade nos gabinetes e nas áreas de interação. Isso reduz o tempo de resolução das questões judicializadas, o que interessa diretamente à sociedade.

2.1.2 FUNDAMENTO LEGAL DA ORGANIZAÇÃO

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
Portaria PGR/MPF nº 40, de 24 de abril de 2020.
REGIMENTO INTERNO ADMINISTRATIVO DO MPF
Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015.
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MPF
Resolução CSMPF nº 168, de 2 de agosto de 2016.
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO INSTITUCIONAL DO MPF
Resolução CSMPF nº 165, de 6 de maio de 2016.
REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA DO MPF
Resolução CSMPF nº 100, de 3 de novembro de 2009.
REGIMENTO INTERNO DAS CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
1ª Câmara – Resolução CSMPF nº 164, de 6 de maio de 2016.
2ª Câmara – Resolução CSMPF nº 128, de 8 de maio de 2012.
3ª Câmara – Resolução CSMPF nº 145, de 5 de agosto de 2013.
4ª Câmara – Resolução CSMPF nº 20, de 6 de fevereiro de 1996.
5ª Câmara – Resolução CSMPF nº 171, de 6 de setembro de 2016.
6ª Câmara – Resolução CSMPF nº 136, de 10 de dezembro de 2012.
7ª Câmara – Resolução CSMPF nº 166, de 6 de maio de 2016.
REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DA REPÚBLICA
Resolução CSMPF nº 56, de 21 de fevereiro de 2000.

2.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

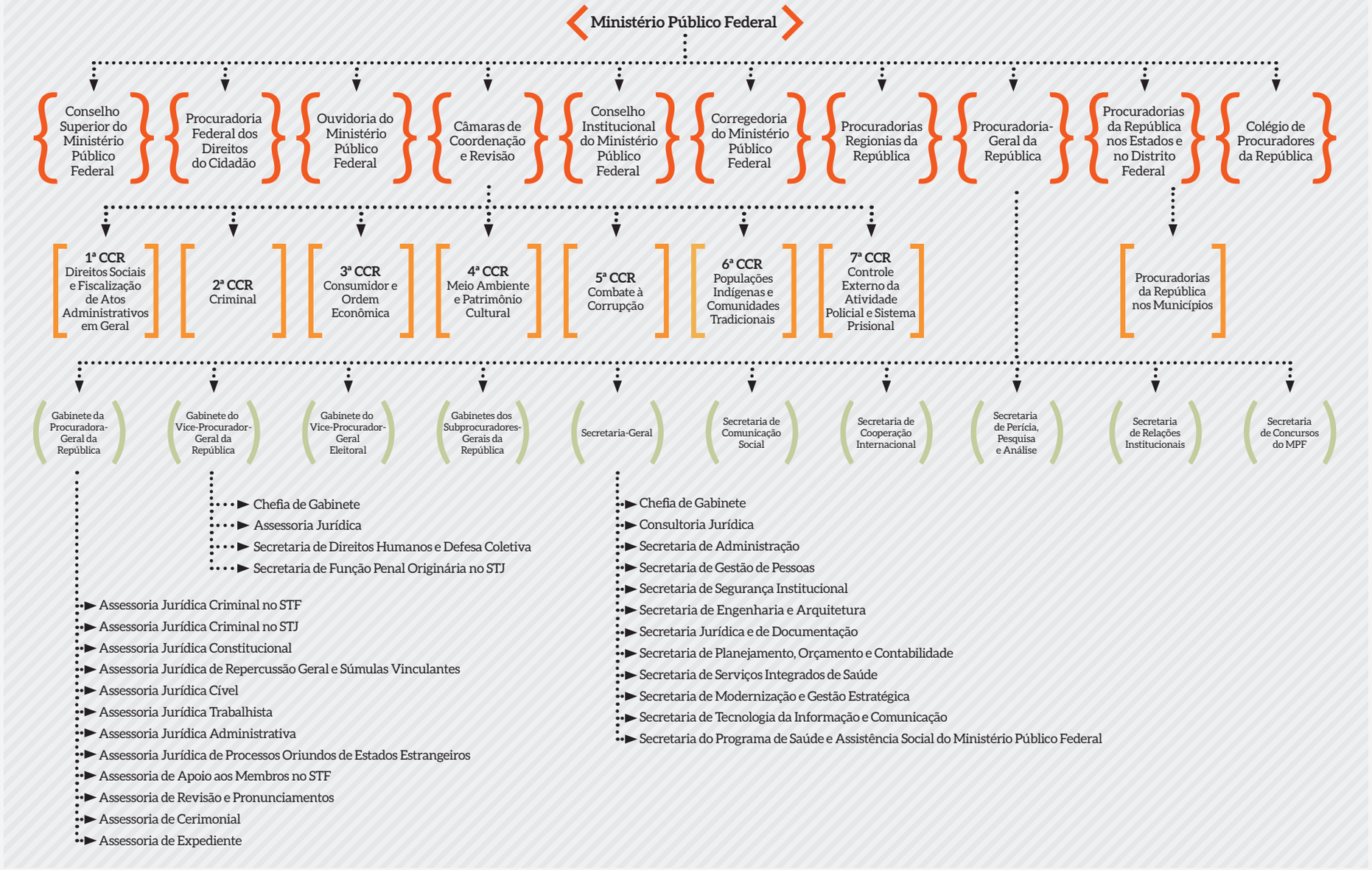
A estrutura organizacional do MPF foi determinada pelo Regimento Interno Diretivo, instituído pela Portaria PGR/MPF nº 357/2015. A figura a seguir reflete o Organograma do MPF.

A estrutura do Ministério Público Federal conta com unidades instaladas por todo o Estado brasileiro, estando presente em mais de 190 municípios. A estrutura conta com:

- Procuradoria-Geral da República (PGR);
- Procuradorias Regionais da República (PRRs);
- Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal (PRs); e
- Procuradorias da República nos Municípios (PRMs).

As três primeiras são unidades administrativas de gestão. Já as PRMs são unidades administrativas vinculadas à respectiva Procuradoria da República no estado.

FIGURA 3 ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



2.1.4 MODELOS DE NEGÓCIO

O MPF atua, em regra, por meio de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, por meio das Procuradorias da República nos Estados e nos Municípios, Procuradorias Regionais da República e Procuradoria-Geral da República. No Portal da Transparência, pode ser acessado o Mapa da Atuação do MPF de forma interativa.

As diretrizes de atuação do MPF são estabelecidas pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), órgãos colegiados organizados por função ou matéria, com responsabilidade de coordenação, integração e revisão do exercício funcional dos membros da Instituição. As competências das CCRs estão descritas no art. 62 da LC nº 75/1993.

Os macroprocessos correspondem aos grandes conjuntos de processos de trabalho pelos quais o MPF cumpre a sua missão e cuja operação tem impactos significativos na forma de funcionamento da Instituição. O macroprocesso finalístico do MPF é o de defesa dos interesses da sociedade. Os subprocessos finalísticos, por sua vez, são os previstos na Cadeia de Valor do MPF.

Em outubro de 2014, o MPF deu início ao Projeto de Modernização dos Gabinetes (Mogab). Naquele momento, houve a construção da Cadeia de Valor dos Ofícios do MPF, que organiza as atividades executadas nos gabinetes para geração de valor com foco na eficiência e efetividade da atuação dos membros. A Cadeia de Valor apresenta um modelo de negócio que direciona os esforços institucionais para os resultados esperados do MPF. Com base em suas interações com os gabinetes, os processos podem ser classificados em dois tipos: processos transversais da área-fim (ex.: Câmaras de Coordenação e Revisão) e processos transversais da área-meio (ex.: suporte tecnológico e treinamento). Por meio desses processos, são geradas interações que criam uma cultura colaborativa, auxiliando o alcance dos resultados esperados.

O acompanhamento aplicado à realidade do MPF se traduz, principalmente, na correição de competência da Corregedoria – que é o órgão capaz de interagir com todo o ciclo da Cadeia de Valor do MPF.

FIGURA 4 TABELA DE INSUMOS



2.1.5 MODERNIZAÇÃO DOS GABINETES (MOGAB)

O Projeto de Modernização dos Gabinetes (Mogab) objetiva a modernização da atuação finalística do Ministério Público Federal e compreende a atualização dos fluxos e das rotinas de trabalho dos gabinetes, a disseminação das melhores práticas de gestão do conhecimento e a construção de novos modelos de organização do trabalho, adaptados às inovações tecnológicas e às necessidades da sociedade, com foco em especialização de equipes por temática, atuação por projetos e compartilhamento de equipes.

A disseminação de novos fluxos e rotinas de trabalho nas unidades do Ministério Público Federal dá-se ao longo do processo de certificação da conformidade dos processos de trabalho feitos nos Ofícios da Instituição, que contém uma etapa voltada ao treinamento de membros e servidores sobre a utilização das ferramentas de gestão e dos manuais relacionados a esses conhecimentos.

No primeiro ciclo de certificação, concluído em julho de 2019, o Ministério Público Federal conferiu certificação de conformidade a 339 Ofícios. Essa certificação tem validade até julho de 2021.

Em 2020, as capacitações de membros e servidores nas ferramentas de gestão e nos manuais relacionados aos fluxos e às rotinas de trabalho dos Ofícios do MPF também foram impactadas pela pandemia. A capacitação EaD foi oferecida durante quase todo o ano – de março a dezembro. O módulo de capacitação presencial, no entanto, foi interrompido em março de 2020 e foi feito um trabalho de adaptação desse treinamento para o formato EAD, a fim de torná-lo mais ágil e acessível. Em novembro, a nova capacitação EaD começou a ser oferecida. Foram capacitados, em 2020, 14 membros e 292 servidores do MPF.

Outra conquista relevante de 2020 foi a melhoria do processo de monitoramento dos Ofícios certificados. Atualmente, todo o controle é feito de forma automatizada pelo Sistema Eletrônico de Governança e Gestão Estratégica (SiGOV).

Quanto à organização do trabalho, em especial, o projeto tem por objetivo criar modelos de atuação flexíveis, que descentralizem processos ou padronizem atividades, com vistas a ganhos de eficiência e entrega de valor à sociedade, por meio da especialização temática, da maior flexibilidade na execução das rotinas e do compartilhamento de recursos.

Clique aqui para conhecer todos os modelos de organização de trabalho e o escopo proposto para cada um deles na página da Gestão Estratégica.

2.1.5.1 CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor dos Ofícios do MPF é fruto de uma gestão pautada em mecanismos institucionais que viabilizam e incentivam práticas participativas. Consiste, em síntese, em um modelo de atuação focado nas rotinas dos gabinetes e nas rotinas das áreas que provocam, subsidiam, apoiam e acompanham a realização dessas rotinas e os seus resultados.

TABELA 1 CADEIA DE VALOR DOS OFÍCIOS DO MPF

DIMENSÃO	MACROPROCESSO FINALÍSTICO	MACROPRODUTOS
Rotinas dos gabinetes de todas as instâncias do MPF	Processo Judicial Procedimento Extrajudicial	Fixação de entendimento de tema (extrajudicial) Fixação ou mudança de jurisprudência Resultados conectados com índices sociais, culturais, econômicos e ambientais externos Resultados conectados com os princípios de segurança jurídica e o tempo razoável do processo
Entradas de procedimentos e processos nos gabinetes de todas as instâncias do MPF	Recebimento e distribuição de procedimentos e processos pela Coordenadoria ou Secretaria Jurídica aos gabinetes	Confiabilidade estatística e redução do retrabalho
Interações com os gabinetes	Processos Transversais de área fim (Ex: Câmaras de Coordenação e Revisão) Processos Transversais de área meio (Ex: Suporte tecnológico e treinamento)	Cultura colaborativa que auxilie o alcance dos resultados esperados
Correição	Fiscalização das atividades funcionais	Acompanhamento e trânsito em todo o ciclo da Cadeia de Valor

2.1.6 ACORDOS DE COOPERAÇÃO

O acordo de cooperação é o instrumento jurídico utilizado para formalizar, entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, parceria para a realização de um propósito comum, sempre com o objetivo voltado ao interesse público. Os acordos de cooperação acontecem quando os interessados têm desafios comuns e se unem para que possam buscar soluções que atendam a ambos, fornecendo, cada um, parcela de conhecimento, sistemas, equipamentos e até mesmo pessoal qualificado para que o objetivo seja alcançado, sem, contudo, haver nenhum repasse financeiro entre os partícipes.

O MPF, durante o ano de 2020, celebrou diversos acordos de cooperação, que podem ser consultados no portal de transparência (http://www.transparencia.mpf.mp.br).

2.1.7 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

Destinado não apenas a jornalistas de todo o país, mas também internacionais, o Portal MPF http://www.mpf.mp.br é, atualmente, o principal canal de comunicação entre a Instituição e a sociedade. O site agrega informações institucionais, tais como as páginas das unidades administrativas do MPF (http://www.mpf.mp.br/unidades), as atuações temáticas (http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc), os grandes casos (http://www.mpf.mp.br/grandes-casos), além de ser a porta de entrada para o acesso da população em geral ao Portal da Transparência (http://www.transparencia.mpf.mp.br), e ao MPF Serviços, com amplo catálogo de atividades disponíveis ao público externo. Em 2020, seguindo uma trajetória de crescimento, o Portal MPF teve 7.242.972 acessos. O dado é mais de 1,5 milhão superior a 2019, quando o total chegou a 5.652.884 acessos. No período, foram publicadas 5.453 notícias pela Secretaria e pelas Assessorias que integram o Sistema de Comunicação Social do MPF.

Seguindo uma tendência mundial, as redes sociais também representam um importante canal de contato da Instituição com a sociedade. O MPF está presente no Instagram (@mpf_oficial), no Facebook (MPFederal) e no Twitter (@MPF_PGR). As plataformas alcançaram milhões de seguidores ao longo de 2020:

- **Facebook**: 514.530;
- **Twitter**: 698.482 (ao longo de 2020, foram publicados 3.087 posts na plataforma);
- **Instagram**: 54.490 mil seguidores (com 62 postagens);

Além dos canais mencionados, há um canal no YouTube (Canal MPF).

Ainda em relação ao atendimento das demandas apresentadas diariamente pela sociedade, a Instituição mantém a Carta de Serviços ao Cidadão. O documento traz a descrição dos principais serviços oferecidos, as formas de acessá-los e o padrão de qualidade de atendimento que se busca. Trata-se de uma orientação ao público sobre como, quando, onde e em que situação utilizar os serviços disponibilizados. Dessa forma, o MPF oferece ao cidadão – além dos canais diretamente administrados pela área de comunicação institucional – canais de acesso, sendo as Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs) e a Ouvidoria do MPF os dois principais.

Instituídas pela Portaria PGR/MPF nº 412/2013, ao longo de 2020, as SACs-MPF receberam e processaram 209.753 manifestações. Desse total, 209.225 foram atendidas e finalizadas. Outras 4.378 foram encaminhadas para órgão externo (tipo de finalização), e apenas encerraram o ano em atendimento.

Entre as atribuições das Salas de Atendimento estão: receber notícias de irregularidades, representações, solicitações de informação, requerimentos, entre outras demandas formuladas pelo cidadão, fazendo a triagem e o encaminhamento aos órgãos competentes do MPF; as atribuições inerentes ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); fornecer informações a respeito de distribuição e localização de procedimentos e processos aos advogados e cidadãos interessados; emitir certidões de existência ou não de autos extrajudiciais e processos administrativos em que aparece o nome do interessado, mediante requerimento e apresentação de documento pessoal e/ou procuração, em caso de pessoa física, e contrato social e/ou procuração, em caso de pessoa jurídica; receber os pedidos de vista e/ou a cópia de autos em trâmite na unidade e encaminhar ao gabinete ou setor responsável.

2.1.7.1 OUVIDORIA

No ano de 2020, foram recebidas e tratadas 9.721 manifestações. Após análise, verificou-se que 851 demandas versavam sobre matérias de atribuição da Ouvidoria. As 8.870 manifestações restantes foram encaminhadas às Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs), setor responsável por distribuir aos demais órgãos internos do MPF as manifestações que tenham por objeto a atividade-fim da Instituição.

Cumpre esclarecer que, em 2020, 876 manifestações foram tratadas e encerradas na Ouvidoria; entre estas, 851 foram recebidas em 2020, sendo 25 em anos anteriores.

As manifestações estão em conformidade com as Resoluções CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016, e nº 180, de 7 de agosto de 2017, que alteraram a Resolução CNMP nº 95, de 22 de maio de 2013, a qual dispõe sobre as atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências.

Assim, relacionam-se a seguir, num comparativo entre o ano de 2019 e 2020, as seguintes classes de manifestações: Reclamações, Representações, Críticas, Sugestões e Elogios (tabela 7); os 5 assuntos mais demandados em 2020 à Ouvidoria e os principais meios de recebimento (tabela 5 e 6). Nota-se que o meio eletrônico é o mais utilizado pelos manifestantes.

No intuito de manter a qualidade dos serviços prestados, e identificar e corrigir eventuais falhas no processo de trabalho, a Ouvidoria conta com uma pesquisa de satisfação em seu sistema.

Tal pesquisa consiste em um formulário com perguntas curtas, que ajudam a qualificar os serviços prestados aos manifestantes, considerando a ótica do cidadão(ã)/manifestante em relação a sua satisfação. Cumpre esclarecer que a pesquisa de satisfação é encaminhada ao manifestante após a finalização de sua demanda, sendo essa preenchida de forma facultativa pelo cidadão.

Em 2020, considerando a média simples anual, a Ouvidoria do MPF obteve um índice de satisfação de 77% nos seus atendimentos, uma melhora em comparação ao resultado do ano de 2019, que havia sido de 67,91%. Ainda, para monitorar com mais precisão os dados relacionados à satisfação do manifestante, atender aos preceitos da norma ISO 9001 e gerir a melhoria contínua dos processos de trabalho, criou-se o indicador "Índice de Pesquisas de Satisfação Respondidas", o qual mede o percentual mensal de manifestantes que efetivamente responderam à pesquisa, tendo sido estabelecida a meta mínima de 20%. No ano de 2020, o referido índice ficou em 19,3%.

O MPF vem aprimorando os mecanismos de pesquisa de satisfação para incentivar os cidadãos a respondê-los. As mudanças são implementadas visando tornar o questionário mais simples, prático e convidativo. Além disso, disponibiliza-se um espaço para que o manifestante exponha críticas e elogios em relação ao serviço prestado, sendo realizada análise individual desses textos e resposta ao cidadão demandante.

TABELA 2 OS 5 ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS EM 2020

ASSUNTO	QUANTIDADE
Atuação de Membros e Servidores	382
Administração e Funcionamento do MP	310
Outros (Manifestação Incompreensível)	152
Concurso Público	20
Eleitoral	4

TABELA 3 MEIOS DE RECEBIMENTO

MEIO	PERCENTUAL
Internet	92,5%
Mobile*	3,7%
Sistema Informatizado**	1,4%
E-mail	1,4%
Presencial	0,5%
Carta	0,5%

*Mobile: Cadastramento da manifestação por meio do Aplicativo MPFSERVIÇOS (IOS e Android)
**Sistema Informatizado: Cadastramento de Manifestações por meio do Peticionamento Eletrônico do MPF ou diretamente no Sistema Único (Sistema Interno)

TABELA 4 CLASSES DE MANIFESTAÇÕES

CLASSE	2019	2020
Reclamação	2.695	5.461
Representação	2.268	3.249
Sugestão	447	513
Crítica	336	313
Elogio	202	185

Para mais informações acesse: Ouvidoria do MPF ou MPF Serviços.

Ademais, considerando o prazo impróprio de 30 dias para responder aos manifestantes sobre as demandas de sua atribuição, em 2020, a Ouvidoria do

MPF respondeu de forma tempestiva 94,2% das manifestações cadastradas.

Evidenciam-se as manifestações com os seguintes prazos e intervalos de atendimento: mesmo dia (8,9%); 1 a 5 dias (36,4%); 6 a 10 dias (17,9%); 11 a 20 dias (20,3%); 21 a 30 dias (10,6%) e acima de 30 dias (5,8%).

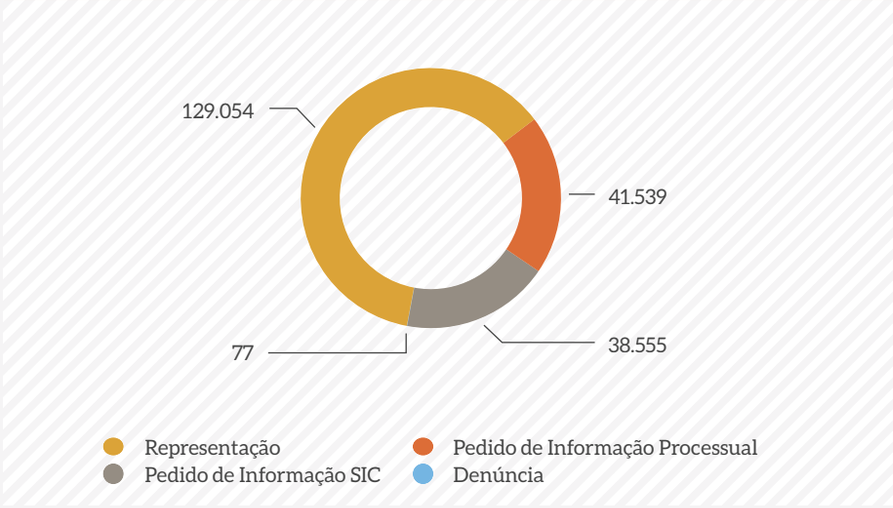
2.1.7.2 SALA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MPF

No ano de 2020, cerca de 210 Salas de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal (SACs-MPF), coordenadas pela Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud/SG/PGR), receberam e processaram 209.753 manifestações. Desse total, 209.225 foram atendidas e finalizadas, ao passo que 4.378 foram encaminhadas para órgão externo (tipo de finalização), e apenas 727 se encontram em atendimento.

Observa-se que o somatório do total de manifestações atendidas e finalizadas com aquelas em atendimento não corresponde exatamente ao total de recebidas, uma vez que algumas manifestações encerradas e em atendimento são provenientes dos anos anteriores (especialmente de 2019).

No que concerne às categorias de manifestações atendidas e finalizadas, as informações encontram-se dispostas no gráfico 2.

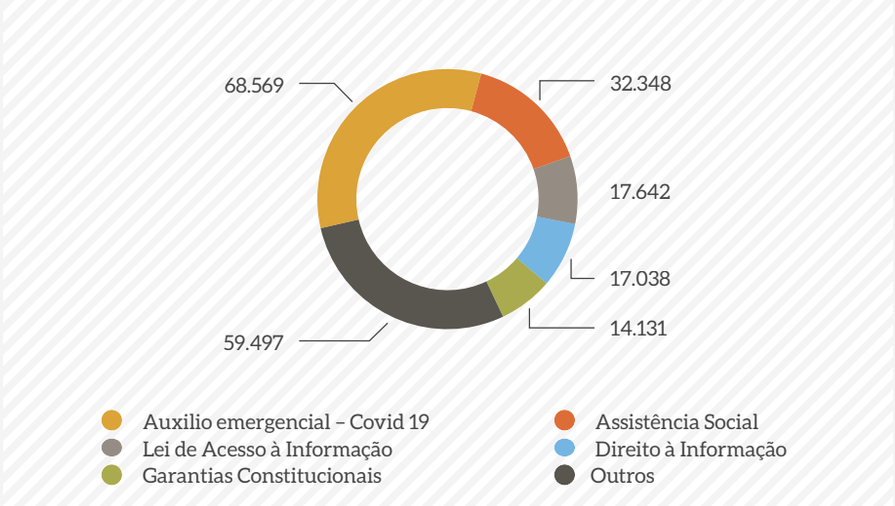
GRÁFICO 2 MANIFESTAÇÕES



Em meados de julho de 2017, a nomenclatura Denúncia foi substituída por Representação no Sistema Cidadão, em atenção ao disposto na Resolução CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016 (http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/4643)

Os assuntos mais demandados às Salas de Atendimento ao Cidadão do MPF no ano de 2020 estão estruturados no gráfico 1.

GRÁFICO 1 ASSUNTOS



No tocante aos meios de recebimento das manifestações, constata-se a clara preferência dos usuários pelo meio eletrônico.

Em relação ao prazo verificado para resposta em 2020, a maior parte das manifestações (90,7%) foi atendida e finalizada em até cinco dias, de acordo com os dados demonstrados no gráfico 4. Considerou-se como prazo adequado para resposta o máximo de 20 dias, prorrogável, justificadamente, por mais 10 dias (§§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação).

Outros gráficos e informações sobre as atividades das SACs podem ser encontrados nos Relatórios Estatísticos Semestrais das SACs disponíveis no Portal da Transparência do MPF (http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/publicacao-anual/relatorio-estatistico-sala-de-atendimento)

GRÁFICO 3 FORMAS DE RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES

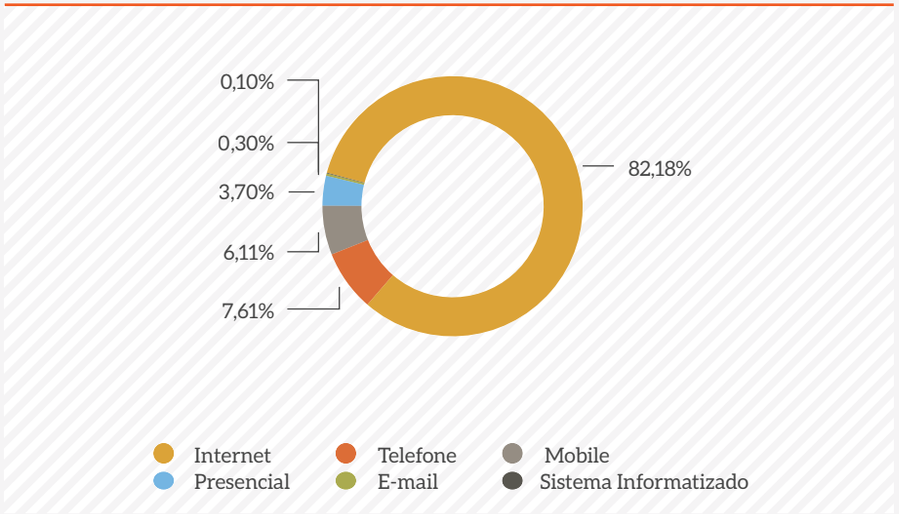
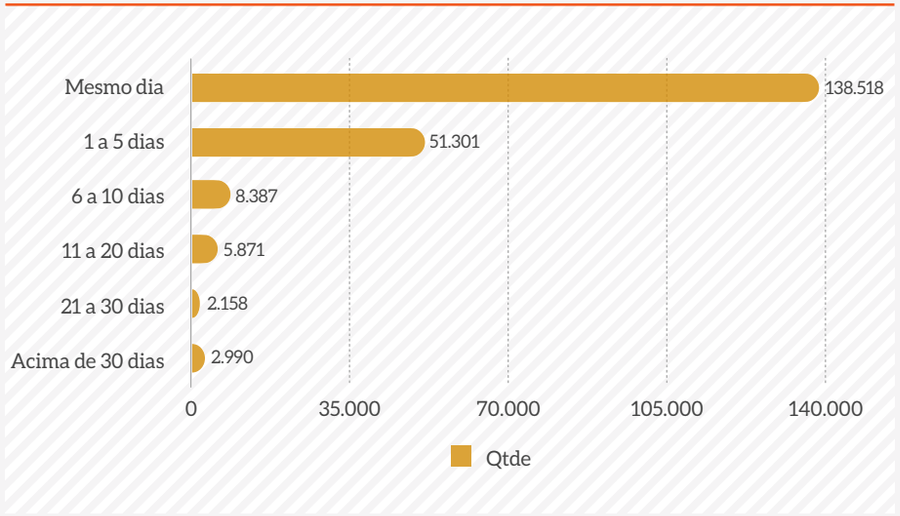


GRÁFICO 4 TEMPO DE ENCERRAMENTO DE MANIFESTAÇÕES EM DIAS

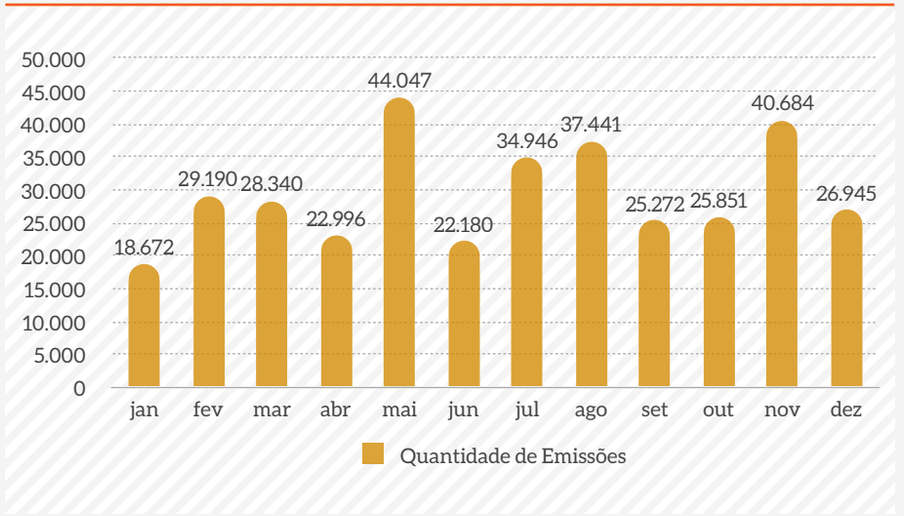


2.1.7.3 OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM O MPF

Certidão Negativa Eletrônica (CNE), por meio da qual é possível que qualquer cidadão obtenha informações sobre os procedimentos extrajudiciais em trâmite no MPF, desde que não sigilosos, e registrados no sistema Único contra sua pessoa ou contra quem o represente.

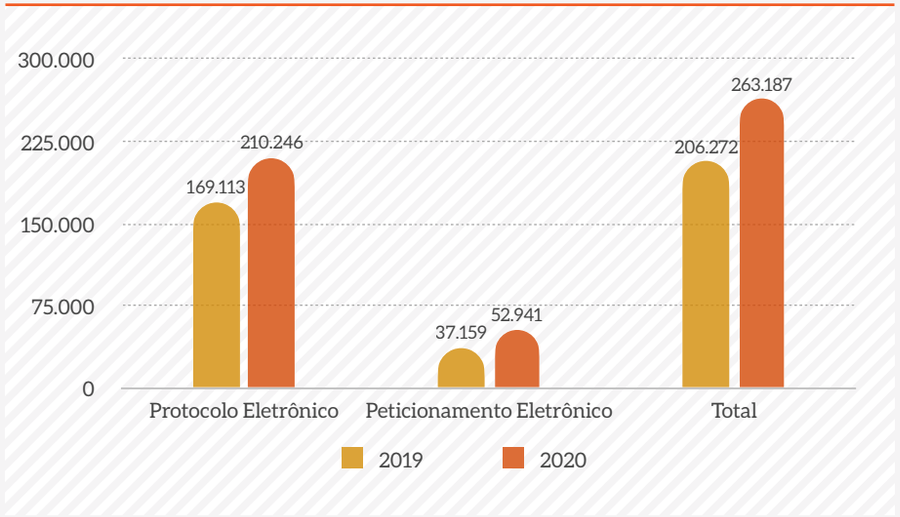
A obtenção da certidão é gratuita, pela internet, bastando acessar o link http://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/ouvidoria/app/cidadao/certidao e, em seguida, inserir o CPF ou CNPJ desejado. O número de certidões emitidas em 2020 pode ser verificado no gráfico 5.

GRÁFICO 5 EMISSÃO DE CERTIDÕES



Desde 2018, a Instituição conta com o Sistema de Peticionamento Eletrônico e o Protocolo Eletrônico, que propiciaram ao MPF melhor gestão dos documentos recebidos de fontes externas e a consequente diminuição do acervo físico, importando em economia e sustentabilidade. Os novos acessos possibilitaram ao usuário externo peticionar ao MPF por meio eletrônico, não sendo mais necessário comparecer presencialmente a uma Unidade.

GRÁFICO 6 QUANTIDADE DE DOCUMENTOS RECEBIDOS



2.1.8 E-CARTAS

Consiste em solução híbrida (digital e física) de postagem de correspondência, com interoperabilidade com o sistema documental do MPF, implementada em janeiro de 2020. Permite a expedição de correspondências físicas a partir da disponibilização de documentos produzidos eletronicamente. Com isso, o MPF encaminha documento eletrônico, em formato "pdf", assinado digitalmente, com os dados do destinatário, e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) realiza a confecção do documento físico, em ambiente seguro, com total sigilo no processamento do conteúdo e o registro de comprovação da entrega no destino. Ainda visando à segurança da informação, para impedir a violação do conteúdo do documento contra a luz, o formulário principal que o envolve terá a tonalidade em cinza.

O e-Carta é utilizado em substituição à postagem de documento na modalidade "Carta Registrada", com a possibilidade da inclusão de serviços adicionais de Aviso de Recebimento Digital (AR Digital) e/ou Mão Própria (MP), destinados a pessoas físicas, jurídicas e órgãos públicos localizados no território nacional.

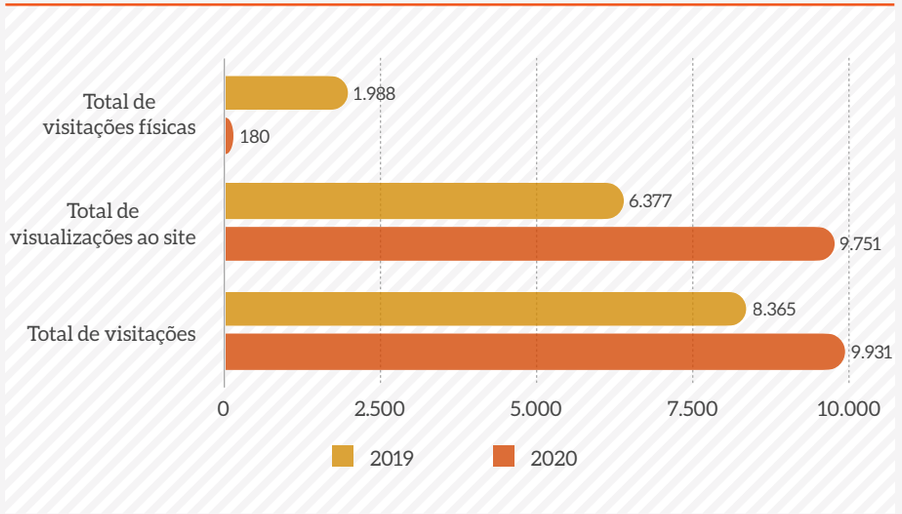
TABELA 5 E-CARTA

MÊS	QUANTIDADE
2020/01	374
2020/02	4382
2020/03	7.960
2020/04	10.745
2020/05	13.100
2020/06	11.621
2020/07	12.813
2020/08	11.703
2020/09	11.335
2020/10	10.377
2020/11	9.875
2020/12	7.995
Total	**112.280**

2.1.9 MEMORIAL DO MPF

O Memorial do MPF foi fechado à visitação pública em 13 de março de 2020, devido à pandemia causada pelo novo coronavírus e para continuar o resgate da história da instituição para a sociedade. Ao todo, foram 744 visualizações de visitas virtuais no Youtube (2019 e 2020) e 1.577 visualizações no site.

GRÁFICO 7 QUANTIDADE DE VISITAS FÍSICAS E VIRTUAIS



Foram realizadas exposições virtuais durante o ano: "Isolamento: Registros e Lições", "Escola Cidadã - MPF sob o olhar de uma criança", "Personalidades Negras".

O Memorial foi premiado pela Secretária de Turismo do DF com o troféu prata Athos Bulcão no Prêmio Brasília: O Novo Olhar do Turismo na categoria Tecnologia no Turismo em dezembro de 2020.

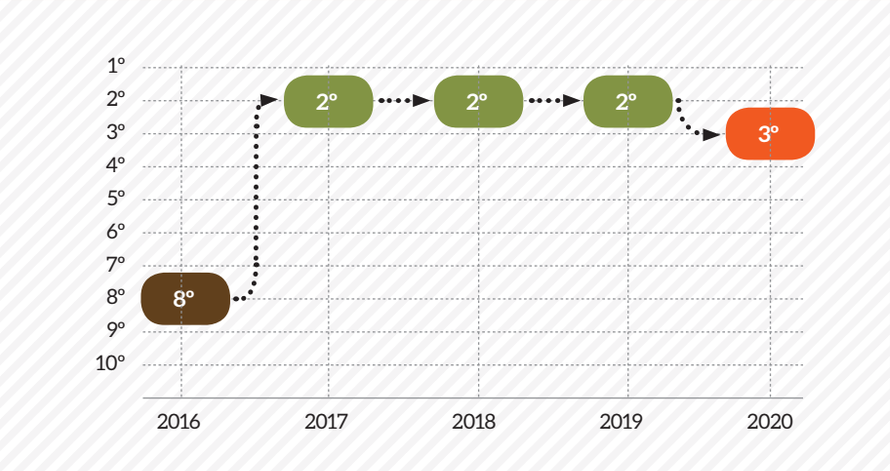
2.1.10 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Portal da Transparência do Ministério Público Federal está em constante transformação, de forma a incorporar inovações na prestação de contas à sociedade. Pelo canal, cuja visibilidade é destacada no Portal: www.mpf.mp.br, qualquer cidadão pode acompanhar a gestão administrativa e finalística do MPF.

Externamente, o Portal é submetido a avaliações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 2020, o Portal da Transparência do Ministério Público Federal teve

FIGURA 5 ***RANKING*** **CNMP - TRANSPARÊNCIA MPF**



o total de 9.359.187 visualizações. Desse montante, 1.809.382 foram de novos usuários, distribuídos no mundo todo. A maior parte concentra-se no Brasil, seguido de países como Estados Unidos, Portugal e Grã-Bretanha. Entre as áreas mais acessadas, destacam-se a página do MPF-Serviços, da Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC) e da Sala de Imprensa – Notícias.

2.2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

O processo de Gestão de Riscos no âmbito do MPU teve seu início formal com a implementação, em 2017, da Política de Gestão de Riscos do MPU por meio da Portaria nº 78/2017, que contempla:

- os conceitos a serem considerados no âmbito da Instituição;
- os objetivos da Política, quais sejam: I – orientar a identificação, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a análise crítica dos riscos institucionais; II – incorporar a visão de riscos no processo de tomada de decisões; III – contribuir para a melhoria contínua da Instituição; IV – disseminar a cultura da gestão de riscos; e V – fortalecer os processos de controle interno.
- diretrizes para os processos de gestão de riscos a ser estabelecido.

Relevante mencionar que a referida portaria estabelece, em seus arts. 6º e 7º, que:

Art. 6º Observados os termos desta portaria, os ramos do MPU e a ESMPU instituirão suas normas internas para aplicação da gestão de riscos, contemplando, no mínimo:

I – a forma de governança da gestão de riscos, que será exercida por uma ou mais instâncias formalmente designadas;

II – os critérios a serem utilizados na seleção do objeto da gestão de riscos;

III – os papéis e responsabilidades aplicáveis à política de gestão de riscos;

IV – os critérios de identificação do(s) gestor(es) para cada objeto da gestão de riscos.

Art. 7º Os ramos do MPU e a ESMPU deverão estabelecer a unidade responsável por coordenar a implementação da política de gestão de riscos e monitorar a sua execução.

Dessa forma, em 2020 deu-se início, no âmbito do MPF, à execução do Projeto Estratégico com vistas a elaborar metodologia de Gestão de Riscos e desenvolver o módulo de gestão de riscos no Sistema Eletrônico de Governança e Gestão Estratégica (SiGOV) para institucionalizar a gestão de riscos no MPF.

O projeto tem por objetivos específicos: a) estabelecer a Metodologia de Riscos do MPF, alinhada à Portaria nº 78/2017; b) estabelecer a forma de governança da Gestão de Riscos, que será exercida por uma ou mais instâncias formalmente designadas; c) definir os critérios a serem utilizados na seleção do objeto da Gestão de Riscos; d) definir os papéis e as responsabilidades aplicáveis à

Política de Gestão de Riscos, conforme preconiza a referida portaria. A previsão é de que o projeto seja concluído em junho de 2021.

No âmbito do sistema SiGOV, está em andamento a implementação do Módulo de Riscos, contendo tabelas de apoio para identificação do contexto, eficácia do controle, escala de impacto, matriz impacto x probabilidade, natureza de risco, nível de risco, probabilidade, impacto e tipo de resposta ao risco detectado.

Ao cadastrar um risco no sistema, o gestor do risco preenche o tipo de objeto do risco – que podem ser iniciativas institucionais, objetivos de contribuição e estratégicos, processo de trabalho, programa ou projeto –, o evento, suas causas, consequências, a unidade responsável e a data de identificação dos riscos. O gestor também seleciona a probabilidade de ocorrência do risco (muito baixa, baixa, média, alta, muito alta) o impacto dele (muito baixo, baixo, médio, alto, muito alto) e se a polaridade do risco é negativa ou positiva.

O módulo permite um controle mais efetivo dos riscos levantados por área, o tratamento sugerido e o monitoramento de sua evolução.

2.2.1 GESTÃO DE RISCOS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS

A Gestão de Riscos nos Projetos Estratégicos do MPF é feita de forma sistematizada, por meio do SiGOV, e possui abrangência nacional. Os projetos estratégicos são selecionados por edital, conferindo mais transparência e isonomia em sua consecução. Uma das etapas do planejamento do projeto envolve a gestão de riscos, etapa na qual a equipe deve preencher a matriz de riscos, bem como identificar e tratar os riscos do projeto.

Em 2020, foram identificados 74 riscos em um universo de 15 projetos. Os riscos comumente mapeados nos projetos são:

- remanejamento de pessoas da equipe;
- atrasos na execução, quando dependem de colaboração de órgãos externos;
- mudança de escopo;
- corte orçamentário; e
- mudança na priorização de ações pela administração superior.

2.2.2 GESTÃO DE RISCOS NOS PROCESSOS DE TRABALHO

O MPF tem investido constantemente na melhoria contínua e na gestão da qualidade de seus processos de trabalho, e utiliza, como um dos caminhos para alcançá-las, a busca pela certificação de qualidade de processos nos padrões da norma ISO 9001, norma internacional que especifica requisitos para um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

A mentalidade de gestão de risco habilita uma organização a determinar os fatores que poderiam causar desvios nos seus processos e no seu sistema de gestão da qualidade em relação aos resultados planejados, a colocar em prática controles preventivos para minimizar efeitos negativos e a maximizar o aproveitamento das oportunidades que surjam.

Nos processos de trabalho escopo dos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), a alta direção identifica riscos que possam afetar a conformidade de produtos e serviços, planeja ações para abordá-los e avalia a eficácia dessas ações considerando informações coletadas nos contextos internos e externos à organização.

A avaliação dos riscos envolve a análise do impacto que um risco pode ter e a probabilidade de sua ocorrência. Essa análise é feita, periodicamente, nas reuniões de Análise Crítica.

Os riscos identificados são registrados na Matriz de Riscos, documento que sintetiza os riscos e as oportunidades, bem como as respostas e ações a serem adotadas para assegurar que o Sistema de Gestão da Qualidade possa alcançar os resultados pretendidos.

Desde 2015, já foram implantados sistemas de gestão da qualidade nas seguintes unidades do MPF: Gabinete do PGR; Ouvidoria do MPF; 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão; Secretaria de Administração; e Salas de Atendimento ao Cidadão nas Procuradorias da República no Rio de Janeiro (PR-RJ) e na Bahia (PR-BA).

Foram obtidas 23 certificações de qualidade com base na Norma ISO 9001 em 17 processos de trabalho do MPF e, dentro desse universo, foram identificados 58 riscos. Os riscos comumente reconhecidos nos mencionados processos foram:

- não cumprimento de prazos;
- descontinuidade em razão de mudança de gestão;
- alterações legislativas e regimentais;
- inoperabilidade/instabilidade eventuais dos Sistemas;
- falta do fornecimento de internet pelo provedor contratado pela PGR;
- falta de fornecimento de internet na residência do servidor, em caso de teletrabalho;
- falta de atualização dos sistemas e softwares disponibilizados do MPF, necessários para a realização do trabalho via home office;
- desfalque na equipe; e
- não observância das orientações internas quanto à segurança das informações.

2.2.3 GESTÃO DE RISCOS NA ÁREA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

No âmbito do MPF, está sendo utilizada ferramenta para avaliação e gerenciamento de riscos em segurança institucional. Trata-se do Método Integrado de Gestão de Riscos (Migri).

A partir da aplicação de questionários, o método permite a realização de cálculos e atribui pontuações para diferentes fatores de influência dos riscos analisados. Conforme o resultado, são indicadas medidas protetivas, com pacotes de serviços para cada nível de risco identificado.

A metodologia foi idealizada e implementada por servidores do Poder Judiciário como aplicativo de celular. No MPF, a funcionalidade foi adaptada para uso em versão para a web e um novo módulo da ferramenta está em fase de desenvolvimento para avaliações de riscos de áreas e instalações (edificações e ambientes de trabalho).

Os fatores examinados pelo sistema são: vulnerabilidades (fragilidades internas); ameaças (fatores nocivos externos); oportunidades (suportes auxiliares externos); impacto (efeitos negativos do risco); probabilidade e frequência (estimativa de ocorrência de um evento incerto e o histórico ou dados estatísticos de ocorrências do evento analisado).

Com base nos resultados, a Secretaria de Segurança Institucional sugere medidas de proteção, a exemplo de treinamentos de segurança pessoal, alocação de profissional de segurança, serviço de escolta, solicitação de reforço por força de segurança externa, entre outros.

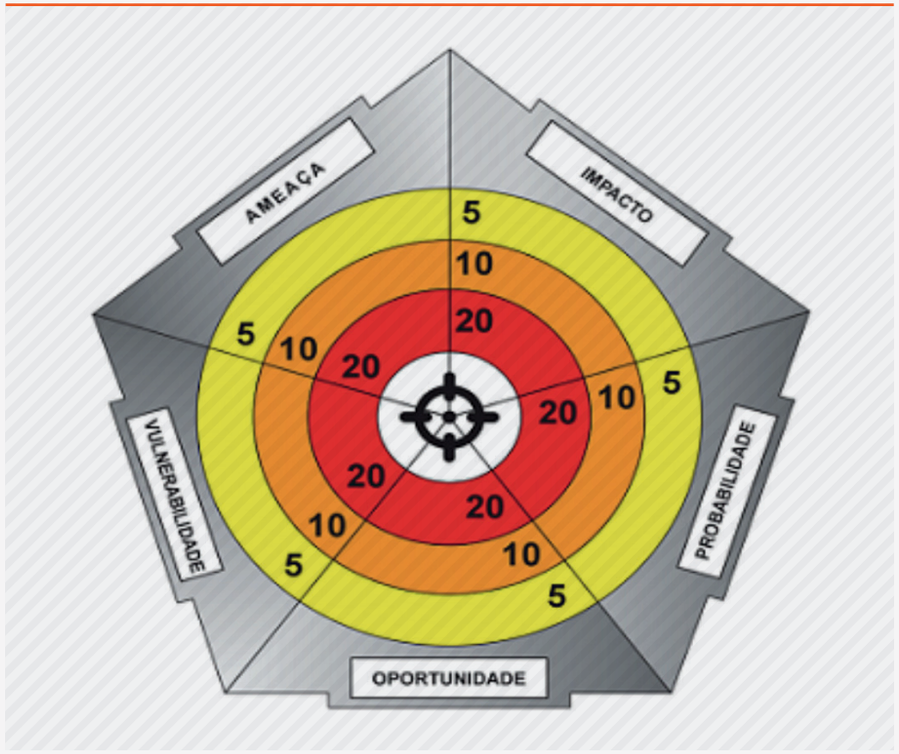
2.2.3.1 CAPACITAÇÃO

O MPF tem oferecido a todos os membros e servidores a capacitação "Gestão de Riscos Corporativos e Sistemas de Controles Internos", na modalidade a distância, de forma a disseminar a cultura de controle no Órgão. Em 2020, adicionalmente, foi ofertado o curso "Gestão de Riscos nas Contratações", voltado para o público que atua nas áreas de licitações e contratos.

2.2.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

1. Finalizar o Projeto Estratégico da Gestão de Riscos do MPF;
2. Implementar a Metodologia de Gestão de Riscos nas áreas do MPF;
3. Aprimorar os processos de trabalho por meio da gestão de riscos; e
4. Apoiar a tomada de decisões estratégicas por meios de insumos do processo de gestão de riscos.

FIGURA 6 MÉTODO INTEGRADO DE GESTÃO DE RISCOS (MIGRI)



2.3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Para esclarecer o papel e funções da governança corporativa e entender como ela é realizada no Ministério Público Federal, cabe explicitar como o tema é tratado no Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União, documento que se tornou referência nacional no setor público.

2.3.1 GOVERNANÇA

Nos termos estabelecidos pelo documento do TCU, governança corresponde ao sistema pelo qual as instituições são dirigidas, monitoradas e avaliadas, conforme norma ISO/IEC 38500:2008:

TABELA 6 QUANTITATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS EM GESTÃO DE RISCOS

TEMA	QUANTIDADE
Gestão de Riscos nas Contratações	94

- avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros;
- direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas (usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral) e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e
- monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

Nesse sentido, governança não se confunde com gestão. Enquanto a gestão é inerente e integrada aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, pela execução, pelo controle, pela ação, enfim, pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos, a governança provê direcionamento, monitora, supervisiona e avalia a atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e das demais partes interessadas.

A figura 7 resume a relação existente entre governança e gestão, que poderia ser expressa nos seguintes termos: a governança determina o que precisa ser executado; a gestão executa (ciclo PDCA); e a governança monitora e avalia o desempenho.

Entre as atribuições relacionadas à governança encontram-se:

- definir o direcionamento estratégico;
- supervisionar a gestão;
- envolver as partes interessadas;
- gerenciar riscos estratégicos;
- gerenciar conflitos internos;
- auditar e avaliar o sistema de gestão e controle; e
- promover a accountability (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência.

FIGURA 7 RELAÇÃO ENTRE GOVERNANÇA E GESTÃO



https://portal.tcu.gov.br/data/filesE8/14/13/3D/43B0F410E827A0F42A2818A8/2663788.PDF

Nesse sentido, o sistema de governança corporativo reflete a maneira como os diversos atores institucionais se organizam, interagem e procedem para obter a boa governança. Envolve, portanto, estruturas administrativas (instâncias), processos de trabalho, instrumentos (ferramentas, documentos etc.), fluxos de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta ou indiretamente na avaliação, direcionamento e monitoramento da organização.

2.3.2 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Em 2020, o Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança (Sige) do Ministério Público Federal (MPF) foi atualizado por meio da Portaria PGR/MPF nº 412, cujos objetivos da reestruturação foram o de assegurar maior agilidade e objetividade aos processos administrativos do MPF e simplificar a tomada de decisões institucionais.

Pela nova configuração, a Instituição passa a contar com quatro órgãos colegiados para atuar de forma consultiva na área de governança. A portaria também alterou a composição dos grupos, conforme descrito a seguir:

1) Colégio de Procuradores(as)-Chefes – constitui-se pelos(as) procuradores(as)-chefes das Unidades Administrativas de Gestão do Ministério Público Federal, sendo coordenado pelo(a) secretário(a)-geral do MPF;

2) Comissão de Projetos de Especial Interesse da Administração – constitui-se de um membro indicado pelo(a) procurador(a)-geral da República; dois membros indicados pelo(a) PGR, entre os(as) procuradores(as)-chefes; dois membros indicados pelo(a) secretário(a)-geral; pelo secretário(a) de Planejamento

e Orçamento; pelo secretário(a) de Administração; pelo secretário(a) de Gestão de Pessoas; pelo secretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação; e pelo secretário(a) de Modernização e Gestão Estratégica.

3) Comissão Estratégica de Tecnologia da Informação – constitui-se de um membro indicado pelo(a) procurador(a)-Geral da República; um membro indicado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal; um membro indicado pelo corregedor(a)-geral; um membro indicado pelo Colégio de Procuradores(as)-Chefes; pelo secretário(a)-geral ou representante; pelo secretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação e pelo secretário(a) de Perícia, Pesquisa e Análise.

4) Comissão Estratégica de Segurança Institucional – constitui-se de um membro indicado pelo(a) procurador(a)-geral da República; três servidores(as) que exerçam funções de segurança no Ministério Público Federal e estejam em efetivo exercício em órgão ou unidade de segurança institucional, indicados pelo Colégio de Procuradores(as)-Chefes; pelo secretário(a) de Perícia, Pesquisa e Análise; pelo secretário(a) de Segurança Institucional; pelo secretário(a) de Administração; secretário(a) de Comunicação Social; pelo secretário(a) de Engenharia e Arquitetura; pelo secretário(a) de Gestão de Pessoas; pelo secretário(a) Jurídico e de Documentação; e pelo secretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A portaria estabelece, ainda, que cabe ao(à) procurador(a)-geral da República e ao(à) secretário(a)-geral designar o coordenador(a) e seu substituto, bem como os(as) integrantes e os(as) respectivos(as) suplentes do Colégio e das Comissões para atuação por até dois anos.

Tendo em vista que esse processo de reestruturação, bem como o da atualização da composição dos respectivos colegiados interromperam as atividades afetas à governança, pode-se registrar alguns resultados neste ciclo, a saber: parecer favorável à centralização da infraestrutura na nuvem do Ministério Público Federal; ao Projeto Único 4.0; à integração do sistema de gestão de pessoas para os quatro ramos; à contratação de solução de *webconference* e TV MPF.

Cabe destacar ainda a existência do Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR), responsável pela proposição e pelo acompanhamento de ações que promovam a equidade de gênero e raça no âmbito do MP. Instituído por meio da Portaria PGR nº 108, de 17 de março de 2014 e alterada pela Portaria PGR/MPF nº 171, de 14 de abril de 2021 o Comitê Gestor de Gênero e Raça atua na coordenação e articulação de ações que visam à transversalização da perspectiva de gênero e étnico-racial no âmbito do MPF competindo-lhe: I – elaborar, de forma participativa, plano de ação bienal; II – articular em fórum permanente as comissões criadas no âmbito das Procuradorias de municípios, estaduais e regionais; III – monitorar a execução do plano de ação; IV – apresentar relatório final da execução do plano de ação; V – promover estudos e pesquisas visando à promoção de igualdade de gênero e raça; VI – manifestar-se sobre questões relativas ao tema, quando solicitado.

Atualmente coordenado pela subprocuradora-geral da República, Ela *Wiecko Volkmer* de Castilho, o CGGR é composto por representantes das seguintes unidades: Gabinete do Vice-Procurador-Geral da República, Ouvidoria do MPF, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Secretaria-Geral do MPF, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, Secretaria de Engenharia e Arquitetura, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Contabilidade, Secretaria de Gestão Estratégica, além da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

ASSESSORIA DE GOVERNANÇA E CONTROLE INTERNO

Em 2020, a Secretaria-Geral, reconhecendo-se como unidade de governança institucional, encomendou estudo técnico para implantação dos demais processos de trabalho afetos à governança e criação da Assessoria de Governança e Controle Interno. A nova estrutura, a ser implantada no início de 2021, contemplará responsabilidades relacionadas a conformidade, normatização, integridade, controle interno, gestão de riscos, transparência, prestação de contas e informações gerenciais.

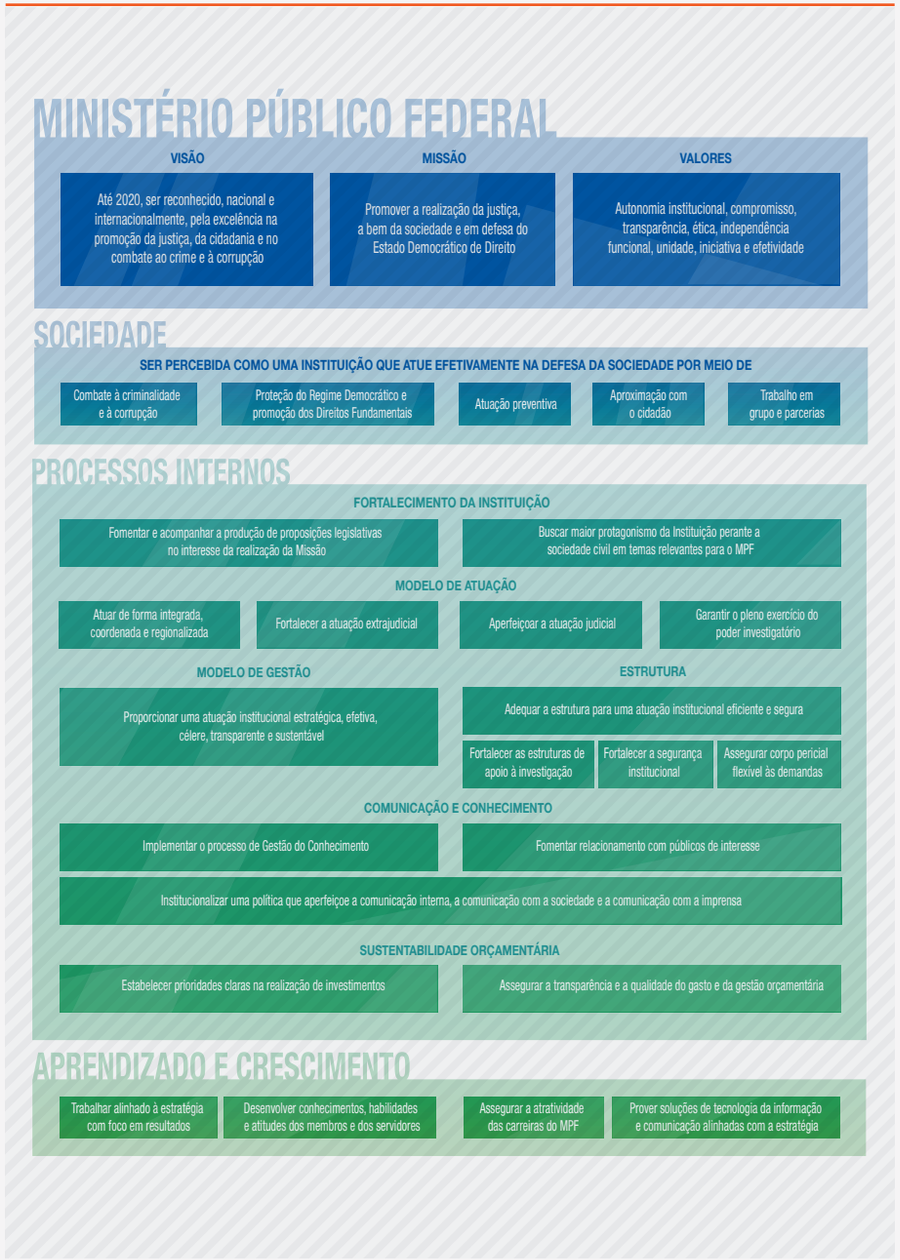
Como primeira iniciativa da nova assessoria, encontra-se em processo de construção o Novo Portal de Transparência e Prestação de Contas do Ministério Público da União, que integrará a publicação das informações exigidas pela legislação vigente, pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União. Em formato totalmente automatizado, o novo portal exibirá as informações em tempo real, com análises gráficas sobre as principais informações, de modo que o cidadão possa acompanhar melhor o desempenho institucional e resultados.

2.3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O 1º Planejamento Estratégico Institucional 2011–2020 do Ministério Público Federal (PEI 2011–20210) foi construído por meio de debate entre membros e servidores de todas as unidades do país. O processo de elaboração contemplou, ainda, consultas públicas presenciais com a sociedade civil, nas várias esferas de atuação do MPF – Procuradorias da República, Procuradorias Regionais da República, Procuradoria-Geral da República. Foram 10 meses de trabalho, em que foram construídos a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do MPF.

O Mapa Estratégico do MPF, representação gráfica do Planejamento Estratégico Institucional, é composto por 25 objetivos estratégicos, construídos

FIGURA 8 MAPA ESTRATÉGICO DO MPF



com base na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), a qual traduz a estratégia por meio de indicadores, projetos e iniciativas, separados em perspectivas adaptadas: Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; e Sociedade.

Ressalta-se que, por meio da Decisão nº 17/2020, o procurador-geral da República prorrogou o PEI 2011/2020 até 2021 devido à necessidade de adaptação dos procedimentos às medidas de isolamento impostas pela pandemia covid-19, ao cenário de incerteza quanto à retomada das atividades presenciais e à necessidade de dar continuidade às ações relacionadas à elaboração do novo Plano Estratégico em um ambiente colaborativo, participativo e seguro.

A previsão é que o novo Plano Estratégico do MPF seja publicado até agosto de 2021.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

TABELA 7 INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	META	MEDIÇÃO
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	OE1 – Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	Implantação do Planejamento Estratégico	98,00%	98,21% (2º semestre/2020)
		Cumprimento da Estratégia	75,00%	75% (2º semestre/2020)
	OE2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores	Capacitação Estratégica	50,00%	57,30% (2º semestre/2020)
	OE3 – Assegurar a atratividade das carreiras do MPF	Rotatividade de membros (evasão)	Abaixo de 1% ao ano	0,08% (2º semestre/2020)
		Rotatividade de servidores (evasão)	Abaixo de 5% ao ano	0,27% (2º semestre/2020)
		Satisfação institucional (membros)	80,00%	Mensuração em reformulação
		Satisfação institucional (servidores)	80,00%	Mensuração em reformulação
	OE4 – Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	Planejamento Estratégico de TI	95,00%	68,42% (2º semestre/2020)

TABELA 7 INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	META	MEDIÇÃO
PROCESSOS INTERNOS	OE5 – Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária	Cumprimento da LOA	97,50%	99,73% (2º semestre/2020)
	OE6 – Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos	Planejamento orçamentário	97,50%	98,67% (2º semestre/2020)
	OE7 – Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa	Repercussão na mídia	98,00%	97,82% (4º trimestre/2020)
		Comunicação interna	98,00%	98% (2º semestre/2020)
	OE10 – Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável	Gestão ambiental	100,00%	Mensuração em reformulação
		Transparência	95,00%	99,70% (1º semestre/2020)
	OE11 – Fortalecer as estruturas de apoio à investigação	Apoio de pesquisa e análise à investigação	80,00%	100% (2º semestre/2020)
	OE12 – Fortalecer a segurança institucional	Segurança institucional	60,00%	55% (2º semestre/2019)
	OE13 – Assegurar corpo pericial flexível às demandas	Demandas periciais reprimidas	13,00%	-4,5% (2º semestre/2020)
	OE14 – Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura	Acessibilidade	25,00%	49,55% (2020)
		Quantitativo de membros	90,00%	97,95% (2º semestre/2020)
		Quantitativo de servidores	95,00%	95,23% (2º semestre/2020)

TABELA 7 INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	META	MEDIÇÃO
PROCESSOS INTERNOS	OE15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada	Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs)	32	14 (1º semestre/2020)
	OE16 – Fortalecer a atuação extrajudicial	Arquivamento definitivo	Meta em estudo	Mensuração em reformulação
		Cumprimento de recomendações	Meta em estudo	448 (2º semestre/2020)
		Quantidade de termos de ajustamento de condutas (TACs)	100	277 (2º semestre/2020)
		Prescrição de procedimentos extrajudiciais	Meta em estudo	Mensuração em reformulação
	OE17 – Aperfeiçoar a atuação judicial	Favorabilidade no ajuizamento de ações	75,00%	96,28% (2º semestre/2020)
		Favorabilidade das ações judiciais	75,00%	83,08% (2º semestre/2020)
		Favorabilidade das ações de improbidade	75,00%	78,46% (2º semestre/2020)
		Favorabilidade das ações criminais	75,00%	80,35% (2º semestre/2020)
		Favorabilidade das ações cíveis/ tutela	75,00%	84,81% (2º semestre/2020)
		Favorabilidade das ações eleitorais	75,00%	87,57% (2º semestre/2020)
		Prescrição em processos judiciais	Meta em estudo	0,43% (2º semestre/2020)
	OE19 – Fomentar e acompanhar a produção e discussão de proposições legislativas no interesse da realização da Missão	Participação legislativa	80,00%	92,59% (2º semestre/2020)

TABELA 7 INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	META	MEDIÇÃO
SOCIEDADE	OE24 - Aproximação com o cidadão	Percepção de Imagem do MPF	70,00%	76,2% (2017)
	OE21 - Combate à criminalidade e à corrupção	Ressarcimento de danos monetários	Meta em estudo	Mensuração em reformulação
	OE21 - Combate à criminalidade e à corrupção	Quantitativo de condenações	Meta em estudo	Mensuração em reformulação
	OE24 - Aproximação com o cidadão	Proximidade física com o cidadão	100,00%	96,08% (2020)

Para viabilizar o monitoramento dos objetivos estratégicos do PEI 2011-2021, definiram-se metas e indicadores que mensuram a implementação da estratégia no MPF.

Os 37 indicadores estratégicos do MPF e a vinculação correspondente aos objetivos estratégicos constam na tabela 3.

As informações detalhadas sobre cada indicador, bem como forma de medição, metas e dados aferidos estão disponíveis no Portal de Transparência do MPF.

2.3.4 PLANOS DE CURTO PRAZO

2.3.4.1 PROJETOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS

Os projetos estratégicos do MPF a serem executados são escolhidos por meio de edital, o que garante transparência e isonomia na seleção. Em 2020, foram iniciados 16 projetos, sendo 7 deles na área finalística do Órgão. Confira alguns destaques de projetos finalísticos:

PROJETO OLGA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DA 7ª CCR

A 7ª Câmara de Coordenação e Revisão é o órgão de coordenação, integração e revisão do exercício funcional do Ministério Público Federal (MPF) no controle externo da atividade policial e sistema prisional. Visando à eficiência da realização de tais funções institucionais do MPF, é necessário municiar o colegiado das Câmaras com informações quantitativas e qualitativas para utilização na proposição de estratégias de atuação na temática de controle externo da atividade policial e no sistema prisional. Para tanto, é crescente a necessidade de elaboração de estudos sobre a atuação do MPF nos temas prioritários da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Para elaborar informações quantitativas e qualitativas sobre os temas prioritários, é necessário selecionar os procedimentos que tenham como objeto o respectivo tema.

Com o intuito de melhorar a qualidade dos estudos e, consequentemente, gerar ações para o bem-estar da sociedade, a inserção do processo de mineração de dados é uma contribuição valiosa à Instituição. Esse processo tem o intuito de aumentar a velocidade de obtenção de informações por meio da aplicação de modelos matemáticos e de algoritmos. Como exemplo, algumas questões que podem ser respondidas na fase de mineração de dados são apresentadas a seguir.

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de metodologia computacional que se baseia em modelagem estatística e em técnicas de machine learning e de text mining (mineração de dados por meio de busca textual). A pesquisa será realizada no banco de dados do sistema Único, a fim de encontrar procedimentos cujo objeto seja um tema prioritário especificado pela 7ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Por meio do projeto será possível a realização de busca automatizada, no sistema Único, que atenda à necessidade de elaboração de estudos quantitativos e qualitativos da área finalística do MPF.

PROJETO CANDIDATURAS FEMININAS NAS ELEIÇÕES DE 2020 – RIO DE JANEIRO

O projeto visa, em parceria com a Fundação FGV-Direito-Rio, à criação de um mecanismo para fiscalizar o cumprimento da legislação eleitoral específica da ação afirmativa de gênero, atuando de forma preventiva com relação às candidaturas femininas fraudulentas ou laranjas. Propõe a criação de um Observatório de Candidaturas proporcionais femininas nas Eleições de 2020, no estado do Rio de Janeiro, com a análise em tempo real das prestações de contas dos partidos e candidatas e organização da atuação de entidades da sociedade civil, tais como Coletivos Femininos e ONGs, na fiscalização direta das candidaturas, a fim de prospectar as possíveis candidaturas fraudulentas e a movimentação dos fundos públicos por essas candidaturas.

O Observatório produziu dados durante o pleito e terá prosseguimento depois dele. As informações subsidiarão a atuação dos promotores eleitorais, sob a coordenação da Procuradoria Regional Eleitorial - PRE. A PRE-RJ criou um canal de denúncias específico de candidaturas femininas aberto ao público, em

geral, cujos inputs serão repassados ao Observatório e aos promotores eleitorais.

Dessa forma, o objetivo do projeto é antecipar e trabalhar na prevenção de ilícitos, na forma de monitoramento em tempo real das candidaturas femininas. Para tanto, é necessário buscar novos caminhos institucionais de atuação também punitiva em relação aos partidos políticos que ferem a legislação.

Para obter uma visão mais detalhada do portfólio de projetos do MPF clique aqui.

2.3.4.2 PRINCIPAIS FRENTES DE INVESTIGAÇÃO E ATUAÇÃO DAS FORÇAS-TAREFAS

ENFRENTAMENTO DA COVID-19

O ano de 2020 foi atípico para toda a comunidade planetária. Reconhecida oficialmente pela Organização Mundial de Saúde no mês de março, a pandemia covid-19 exigiu providências de caráter coletivo e individual. Governos, órgãos públicos, empresa e cidadãos: todos precisaram ajustar rumos para enfrentar um inimigo que ainda desafia autoridades e ciência. No Ministério Público Federal, todo o planejamento precisou ser revisto, prioridades foram alteradas e novos processos de trabalho tiveram de ser aprendidos de forma rápida para que não houvesse prejuízos à prestação de serviços à população.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/covid-19-pgr-determina-de-teletrabalho-em-todas-as-unidades-do-mpu

Internamente, foi preciso agir rápido para proteger membros, servidores, estagiários, colaboradores. Entrava em cena o teletrabalho como regra em todas as unidades do MP brasileiro, o que exigiu mudanças profundas na forma de trabalhar. Graças a iniciativas como convênios com plataformas digitais e aquisição de recursos tecnológicos, o trabalho continuou nas mais variadas frentes. Os prazos foram cumpridos, a produtividade não só foi mantida, como em muitos casos houve incremento, e o chamado novo normal foi incorporado à rotina dos procuradores e servidores que integram a Instituição.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/camaras-de-coordenacao-e-revisao-do-mpf-divulgam-balanco-de-atuacao-durante-regime-de-teletrabalho

Com foco na atuação coordenada e com o objetivo de assegurar centralidade na atuação e unidade institucional, o procurador-geral da República, Augusto Aras, instituiu, ainda em março de 2020, o Gabinete Integrado Acompanhamento da Pandemia da COVID-19, o Giac. O colegiado reúne representantes de todo o MP Brasileiro – não apenas do MPF – com o propósito de subsidiar a atuação institucional e alinhar o trabalho, respeitada a independência funcional e a instância de atuação de cada membro ou ramo do MP.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/novo-coronavirus-augusto-aras-cria-gabinete-integrado-para-nortear-trabalho-do-ministerio-publico-brasileiro

O trabalho do Giac perdurou durante todo o ano com dezenas de reuniões, busca e disseminação de informações, repasse de orientações e recomendações quanto à destinação de recursos financeiros decorrentes da atuação ministerial para a compra de insumos e equipamentos e a corrida pela imunização, entre outros. Ao todo, foram indicados mais de R$ 2,5 bilhões, decorrentes da atuação institucional para o enfrentamento da pandemia. Em um ano, foram publicados 133 informativos com informações oficiais e orientações que contribuem para a atuação do MP brasileiro.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-lanca-sistema-nacional-de-destinacao-da-covid-19/

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-recomendacao-enviada-a-membros-do-ministerio-publico-giac-reitera-necessidade-de-fiscalizacao-das-verbas-destinadas-ao-combate-a-covid-19

ATUAÇÃO CRIMINAL – NOVAS FRENTES DE INVESTIGAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

Para além da covid-19, o trabalho do MPU, em 2020, foi marcado por ações de combate ao crime e à proteção de direitos. A atuação criminal se manteve entre as que mais consumiram força de trabalho institucional. Ao longo do ano, foram propostas 14.514 ações penais em todo o país. Considerando apenas as denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República perante os tribunais superiores, o número chegou a 30. As investigações ganharam reforço com a realização de dezenas de operações de busca e apreensão, prisões provisórias, quebras de sigilo e acordos de colaboração premiada. Medidas que permitiram a elucidação de esquemas complexos criados para esconder a prática de crimes como corrupção, lavagem de dinheiro, peculato, organização criminosa e outros que ainda assolam a Administração Pública.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/atuacao-criminal-prioriza-denuncias-acordos-de-colaboracao-e-institucionalizacao-do-combate-a-corrupcao/

No âmbito dos tribunais superiores, um dos destaques foi o reforço na atuação para desmantelar esquemas criminosos que envolvem integrantes do sistema de Justiça. Magistrados e conselheiros de cortes de contas acusados de práticas como venda de sentenças, tráfico de influência e organizações

criminosas foram alvos de medidas cautelares e, posteriormente, de denúncias. Uma das principais frentes desse trabalho é a Operação Faroeste, que apura vários crimes de magistrados ligados ao Tribunal de Justiça da Bahia. Seis acordos de colaboração premiada firmados ao longo das investigações garantiram a recuperação de R$ 571 milhões aos cofres públicos. Em pouco mais de um ano, quatro denúncias foram apresentadas ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/operacao-faroeste-mpf-denuncia-desembargadora-do-tjba-advogados-e-empresario-por-venda-de-decisoes-judiciais

O combate institucionalizado à criminalidade, sobretudo a que atua de forma organizada e que causa prejuízos bilionários aos cofres públicos, ganhou importante reforço no âmbito do MPF ao longo de 2020. Ainda em janeiro, foi criado o primeiro Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em Minas Gerais. Com o ato, a Instituição concretizou um projeto previsto em 2013, pela Resolução nº 146/2013, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF). No fim do ano, o país já contava com cinco Gaecos no âmbito do Ministério Público Federal. Além de Minas Gerais, os estados do Pará, do Amazonas, da Paraíba e do Paraná optaram pela estrutura que garante estabilidade, institucionalidade e previsibilidade ao trabalho conjunto de combate à corrupção e ao crime organizado.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/atuacao-conjunta-pgr-prorroga-designacoes-de-procuradores-para-atuar-no-rio-de-janeiro-e-no-parana

Outra frente de atuação criminal que merece destaque e que mobilizou a força de trabalho do MPF foram os acordos de não persecução penal. O instrumento – introduzido no Código de Processo Penal (CPP) pela Lei nº 13.964/2019 – permite que o MP deixe de denunciar o acusado à Justiça mediante a confissão do crime e o cumprimento de condições ajustadas entre as partes.

Em 2020, o MPF firmou 7.778 ANPPs contra 817 firmados no ano anterior. Os dados revelam crescimento vertiginoso da prática. Dessa forma, automaticamente, a quantidade de ações ajuizadas é reduzida, contribuindo para tornar a Justiça mais célere.

http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/mpf-investe-na-justica-consensual-e-ultrapassa-5-mil-acordos-de-nao-persecucao-penal

ATUAÇÃO CÍVEL E ACORDOS: UM NOVO CAMINHO PARA AGILIZAR RESPOSTAS À SOCIEDADE

Também com o propósito de reduzir práticas lesivas à Administração Pública foram propostas 3.091 ações civis públicas, sendo 789 delas por Improbidade Administrativa. O tema também foi objeto de um intenso trabalho ao longo do ano de 2020, inclusive, no Congresso Nacional, com o propósito de evitar retrocessos nos instrumentos destinados ao combate a esse tipo de irregularidade. Uma das frentes envolveu apresentação de nota técnica com questionamentos a projeto de lei que prevê alterações à Lei nº 8.429/1992. Para a Câmara de Combate à Corrupção do MPF, as alterações propostas podem fragilizar a persecução de atos de improbidade e fazer o país retroceder no combate à corrupção.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-defende-que-mudancas-na-lei-de-improbidade-administrativa-propostas-por-substitutivo-podem-gerar-retrocesso-no-combate-a-corrupcao/

Em relação aos acordos de não persecução cível, o ano de 2020 marcou o início efetivo do instrumento incluído pela Lei nº 13.964/19, conhecida como "Lei Anticrime". A medida regulamentada no último trimestre de 2020 prevê a possibilidade de solução consensual das demandas por atos de improbidade administrativa. O ano terminou com 138 acordos formalizados, com tendência de crescimento em todas as unidades do MPF.

No mesmo período, foram expedidas 8.471 recomendações a órgãos públicos com orientações em matérias de saúde, educação e meio ambiente, entre outras, e firmados 862 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Um dos grandes acordos foi assinado com a Braskem, em Alagoas, e viabilizou indenizações a milhares de vítimas da exploração de sal-gema pela empresa. A atividade atingiu cerca de 13 mil imóveis localizados em pelo menos quatro bairros da capital, Maceió.

http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro/termo-de-acordo

Também em um grande esforço para assegurar respostas efetivas aos usuários e reduzir o tempo de espera pelo atendimento, o MPF firmou acordo com o Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS, para reduzir e uniformizar o prazo para perícias médicas e conclusão de processos administrativos para concessão de benefícios previdenciários e assistenciais. Fechado em novembro de 2020, após várias reuniões e rodadas de negociação, o acordo trouxe esperança a milhares de brasileiros que buscam o INSS para receber auxílios previstos em lei e que, muitas vezes, só eram obtidos após decisões judiciais. Enviado ao STF, o acordo foi homologado pela Corte.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/acordo-entre-mpf-e-inss-e-enviado-ao-supremo-para-homologacao

A opção pela via negocial em vez de insistir na judicialização, também foi o caminho escolhido para resolver uma questão antiga, datada da década de 1990.

A Procuradoria-Geral da República atuou para que o povo indígena Ashinanka do Rio Amônia, no Acre, pudesse receber reparação por danos causados pelo desmatamento ilegal em suas terras. Pelo acordo, as partes estabeleceram o valor de R$ 14 milhões em benefício dos indígenas e R$ 6 milhões para a sociedade em geral, que serão destinados a fundo de proteção a direitos sociais. O acordo inédito foi firmado em Brasília, no dia 1º de abril de 2020.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/acordo-historico-garante-reparacao-a-povo-indigena-ashaninka-por-desmatamento-irregular-em-suas-terras

Em março de 2020, em parceria com outras instituições, o MPF participou de um esforço concentrado para que obras paralisadas no país pudessem ser retomadas. O ponto de partida para a iniciativa foi um levantamento do Tribunal de Contas da União que apontou a existência de 14 mil obras cujo andamento estava suspenso em função de investigações dos órgãos de controle. Ao todo, a estimativa era que o problema envolvesse R$ 200 bilhões em recursos públicos. Iniciado por obras de creches e unidades hospitalares no estado de Goiás, o projeto "Destrava" tem como foco a retomada das construções, sem que isso represente o fim dos processos que buscam a identificação e a responsabilização de eventuais culpados por falhas e desvios.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/cnmp-lanca-programa-interinstitucional-para-retomada-de-obras-paralisadas-no-brasil

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – REDUÇÃO DE ACERVO E ATUAÇÃO ATIVA

Entre as atribuições reservadas ao Ministério Público pela Constituição Federal está a de defender a ordem jurídica. Significa que a Instituição deve atuar para seja declarada a inconstitucionalidade de leis, decretos ou outros atos normativos que ferem a Constituição, impedindo que gerem efeitos e obrigações. Essa frente de atuação foi intensificada ao longo de 2020 na Procuradoria-Geral da República. No período, foram apresentadas 104 novas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) e quatro Ações por Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPFs) no Supremo Tribunal Federal. Além disso, foram apresentadas manifestações em 1.510 ações. Os dados resultam de um trabalho ativo para, ao mesmo tempo, enfrentar o acervo existente e identificar possíveis normas cuja constitucionalidade deveria ser questionada na Suprema Corte. Balanço parcial divulgado no mês de setembro comprovam os resultados.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-ajuiza-64-adis-em-um-ano-e-reduz-em-60-acervo-de-representacoes-na-area-constitucional

Uma das ADIs pediu a suspensão de artigo da Lei nº 13.988/2020, que extinguiu o voto de qualidade nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Na oportunidade, em abril de 2020, o PGR sustentou que o artigo da norma questionada não tem pertinência temática com a medida provisória em que foi inserido. O voto de qualidade no Carf é dado pelo presidente do colegiado em casos de empate. No entanto, com a nova lei, nesses casos (empate no julgamento), a decisão passa a ser automaticamente favorável ao contribuinte.

http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/ADIDFInicialADILei13.9882020votodesempatecarfCD31.pdf

Assuntos como privilégios, bonificações e reajustes em cascata previstos em leis estaduais foram objeto de ADIs com pedidos de liminares. Foi o caso da norma de Sergipe, que trata da remuneração dos deputados estaduais, do governador e do vice-governador. Segundo a ação, os artigos questionados das Leis nº 4.750/2003 e nº 5.844/2006, e do Decreto Legislativo nº 7/1998, vinculam, de forma ilegal, a remuneração e atrelam os reajustes dos subsídios dos parlamentares estaduais, de forma automática, aos concedidos pela União aos deputados federais; e do governador e vice, aos aumentos concedidos a desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e a deputados estaduais, respectivamente.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-questiona-leis-que-vinculam-salarios-no-legislativo-e-executivo-de-se-aos-de-deputados-federais-e-desembargadores

A Lei Complementar nº 767/2006, de Santa Catarina, também foi alvo de ADI proposta em 2020. A norma fixou reajuste nos subsídios dos magistrados estaduais o que, conforme sustentou a ação do MPF, viola pelo menos três princípios constitucionais: o que garante autonomia do estado-membro, o que determina que a fixação de remuneração deve se dar por lei específica, e o que veda a vinculação remuneratória. Além disso, o texto fere o princípio da impessoalidade previsto no art. 37 da CF. Também neste caso houve pedido de decisão liminar para sustar de forma imediata a eficácia da norma.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-propoe-adi-contra-lei-estadual-que-fixou-reajuste-salarial-de-magistrados-de-santa-catarina/

Dispositivos constitucionais estaduais de 17 estados que concedem prerrogativa de foro perante os Tribunais de Justiça para autoridades estaduais foram alvo de ação direta de inconstitucionalidade proposta em agosto de 2020. Nas ADIs, o procurador-geral da República frisou que, conforme entendimento do STF, não pode haver foro privilegiado em âmbito estadual quando a

Constituição Federal não prevê esse tratamento para autoridades nacionais. Dessa forma, defensores públicos estaduais, procuradores do estado, membros do Conselho da Justiça Militar, procuradores das assembleias legislativas, chefes da Polícia Civil, delegados e reitores de universidades não podem ter foro garantido em Tribunais de Justiça nos crimes comuns e de responsabilidade.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/procuradoria-geral-da-republica-ajuiza-22-adis-na-retomada-do-ano-judiciario/view

TABELA 8 PRINCIPAIS NÚMEROS DA ATUAÇÃO DO MPF EM 2020

TEMA	QUANTIDADE
Ações penais	14.514
Acordos de não persecução penal	7.778
Ações civis públicas	3.091
Acordos de não persecução cível	138
Recomendações expedidas	8.471
Termos de ajustamento de conduta	862
Ações diretas de inconstitucionalidade	104 (iniciais); 1.234 (manifestações)
Ações por descumprimento de preceitos fundamentais	3 (iniciais); 176 (manifestações)
Valor destinado ao combate à covid-19	R$2,5 bilhões

2.3.4.3 ATUAÇÃO COORDENADA

CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO – PRINCIPAIS AÇÕES E RESULTADOS

As Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (CCRs/MPF) são órgãos colegiados que atuam em diferentes matérias promovendo a coordenação, a integração e a revisão do exercício funcional no âmbito da Instituição. Atualmente, o MPF conta com sete Câmaras temáticas: Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral (1ª CCR); Criminal (2ª CCR); Consumidor e Ordem Econômica (3ª CCR); Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4ª CCR); Combate à Corrupção (5ª CCR); Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª CCR); e Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional (7ª CCR).

Além de verificar a regularidade do exercício funcional de membros do MPF, analisando e homologando pedidos de arquivamento de investigações ou determinando sua reabertura, quando necessário, as Câmaras de Coordenação e Revisão são responsáveis por definir, na respectiva temática, as prioridades e diretrizes de atuação para procuradores da República em todo o país. Dessa forma, editam orientações e enunciados; articulam parcerias institucionais e promovem ações coordenadas com o objetivo de alinhar esforços e garantir resultados efetivos para a sociedade.

No ano de 2020, esse trabalho ganhou ainda mais relevância, dado o contexto de crise gerada pela pandemia covid-19. Com impacto nas mais diversas áreas, da saúde à economia, passando pela educação, pelos direitos dos consumidores, pela necessidade de proteção às populações mais vulneráveis e ao meio ambiente, além do combate à criminalidade e à corrupção, a pandemia exigiu integração, diálogo e articulação das instituições para a construção de soluções rápidas e eficientes.

DIREITOS SOCIAIS E ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL (1ª CCR)

Saúde – Na qualidade de órgão superior do MPF na temática da saúde, a 1ª CCR assumiu a Coordenação Finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 (Giac), instituído pelo procurador-geral da República para promover a integração do Ministério Público brasileiro e fomentar a articulação com órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e com entidades da sociedade civil. O trabalho realizado possibilitou a abertura de canais de diálogo direto e de cooperação com o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e os Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde (Conass e Conasems), além da criação da rede nacional de membros focalizadores nos estados. Foram garantidas respostas rápidas para demandas emergenciais, como distribuição de equipamentos de proteção e respiradores pelo país, falta de remédios do kit intubação e orientação para fiscalização do uso de recursos públicos, entre outras. Um dos resultados mais importantes foi a redução da judicialização das questões relativas à pandemia, tendo em vista que grande parte dos problemas foram solucionados em procedimentos extrajudiciais.

Seguridade – Por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Previdência e Assistência, a 1ª CCR buscou solução consensual para a demora na apreciação de requerimentos administrativos e realização de perícias médicas para a concessão de benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em dezembro, o MPF firmou acordo com o INSS, com a Defensoria Pública da União e com a Secretaria da Previdência para diminuir os prazos de realização das perícias médicas, bem como de análise dos requerimentos dos benefícios. O acordo estabeleceu prazo máximo de 90 dias para que o INSS conclua os processos administrativos de reconhecimento inicial de direitos previdenciários e assistenciais (benefício de prestação continuada devido aos idosos e às pessoas

com deficiência), de acordo com a espécie e o grau de complexidade do benefício. O acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Educação – Com o objetivo de assegurar a correta aplicação de recursos destinados à educação, a 1ª CCR divulgou nota técnica contrária à utilização de verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) para outros fins que não a aquisição de gêneros alimentícios. Segundo o parecer elaborado pelo Grupo de Trabalho Educação, as medidas que flexibilizaram a execução do programa durante a pandemia covid-19 autorizam, tão somente e em caráter excepcional, a distribuição dos alimentos aos pais ou responsáveis pelos estudantes, não permitindo qualquer uso dos recursos para outra finalidade. Em outra nota técnica, enviada a deputados e senadores, o órgão superior do MPF apontou inconstitucionalidade no repasse de recursos do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a instituições de ensino privadas. As emendas que autorizavam a medida haviam sido inseridas no texto do Projeto de Lei nº 4.372/2020, que regulamenta o Fundo, durante a votação na Câmara dos Deputados. Os dispositivos questionados foram rejeitados pelo Senado e, em seguida, a Câmara confirmou a decisão, aprovando o PL sem as ilegalidades apontadas. Para subsidiar o trabalho dos membros do Ministério Público no enfrentamento das demandas geradas pela pandemia covid-19 na educação, a 1ª CCR e o Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais lançaram uma publicação eletrônica que compila regras, planos e orientações para a reabertura das escolas e a retomada das aulas presenciais.

CRIMINAL (2ª CCR)

Destinação de recursos – Em março, após a decretação do estado de emergência no país, as Câmaras Criminal (2ª CCR), de Meio Ambiente (4ª CCR) e de Combate à Corrupção (5ª CCR) editaram a Orientação Conjunta 01/20, que recomenda a destinação de penas pecuniárias, multas e valores oriundos de colaborações e acordos penais a medidas de prevenção e combate à pandemia. A iniciativa foi ampliada por meio de recomendação do procurador-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Augusto Aras, a todos os membros do MP brasileiro. Também a partir de propostas da 2ª CCR, o PGR sugeriu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a suspensão temporária das penas de prestação de serviços à comunidade, bem como o levantamento dos valores existentes em todas as contas judiciais federais ou estaduais, a fim de subsidiar os pedidos de destinação de recursos pelos membros do MP.

Fraudes no auxílio emergencial – Diante das inúmeras denúncias de desvios e irregularidades relacionadas ao auxílio emergencial, a 2ª CCR editou a Orientação 42/20, norma que estabeleceu diretrizes para a atuação dos membros do MPF diante das comunicações de fatos criminosos envolvendo solicitação e recebimento indevido da ajuda financeira. Foi elaborada uma estratégia integrada de responsabilização por fraudes ao benefício, desenvolvida conjuntamente pelo MPF e pela Polícia Federal, com a participação do Ministério da Cidadania, da Caixa Econômica Federal, da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Justiça consensual – Com o objetivo de consolidar a utilização dos Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs), a 2ª CCR elaborou um roteiro prático com os passos a serem seguidos pelos membros do MPF na condução e celebração dos acordos. Além disso, divulgou nova versão da Orientação Conjunta 3/2018, que trata dos ANPPs. O texto foi revisto e ampliado considerando a edição da Lei nº 13.964/2019, que introduziu o instrumento no Código de Processo Penal (CPP). Balanço divulgado pelo órgão superior no mês de setembro apontou que mais de cinco mil acordos de não persecução penal haviam sido propostos pelo MPF até então, sendo 3.892 somente no ano de 2020. Para aprofundar o debate sobre os ANPPs e outras alterações introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei Anticrime, foi lançada a coletânea de artigos Inovações da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

Crimes na Internet – Foram enviadas ao Congresso diversas notas técnicas com o objetivo de esclarecer dúvidas e contribuir para a melhoria da legislação nacional na temática. Entre elas: nota técnica contrária ao adiamento do início da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados, previsto para 20 de agosto de 2020; nota técnica cobrando agilidade do Congresso na tramitação da ratificação legislativa da adesão do Brasil à Convenção de Budapeste sobre o Cibercrime; e nota técnica com sugestões de alterações no Projeto de Lei das Fake News. Além disso, foi lançado o Guia de Investigação e Combate à Desinformação na Internet no Contexto da covid-19, publicação que busca auxiliar membros do MPF no combate à desinformação na internet.

CONSUMIDOR E ORDEM ECONÔMICA (3ª CCR)

Setor aéreo – O fechamento de fronteiras e a necessidade de isolamento social levaram as companhias aéreas a cancelar mais de 90% dos voos, gerando riscos de demissões em massa, insolvência, quebra de logística por redução de capacidade de transporte de carga, fechamento de empresas e redução de investimentos. A 3ª CCR buscou equilibrar interesses de empresas e consumidores, num esforço para fomentar a remarcação de bilhetes aéreos e a renegociação extrajudicial de dívidas, a fim de manter frotas mínimas e garantir a sobrevivência do mercado e o exercício de direitos. Em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), firmou Termo de Ajustamento de Conduta com a Associação Brasileira de Companhias

Aéreas (Abear), com o objetivo de flexibilizar regras para remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas, e de viabilizar a negociação por intermédio da plataforma governamental consumidor.gov.br. A medida contribuiu para mitigar o volume de judicialização por quebra de contrato em Juizados Especiais. Além disso, foi realizado o acompanhamento do protocolo temporário para o transporte aéreo essencial nacional, como forma de assegurar o funcionamento da malha aérea essencial em diversos municípios, algo imprescindível para a reposição de suprimentos médicos e de alimentos.

Serviços essenciais – A 3ª CCR atuou junto às Agências Nacionais de Energia Elétrica (Aneel), de Telecomunicações (Anatel) e de Saúde Suplementar (ANS) para garantir a continuidade na prestação de serviços como o fornecimento de energia elétrica, internet e telefonia e o atendimento por planos de saúde, ainda que em situações de inadimplência, decorrentes da crise gerada pela pandemia. Acatando recomendação do MPF, a Resolução Normativa Aneel nº 878/2020 estabeleceu um conjunto de medidas de preservação dos serviços de distribuição de energia elétrica, entre elas a vedação da suspensão do fornecimento de energia por inadimplência de unidades residenciais urbanas e rurais, de serviços essenciais, e locais com equipamentos de autonomia limitada vitais à vida humana. Em relação aos serviços de telecomunicações, o Comitê Gestor da Internet (CGI.BR) foi consultado sobre a adoção de medidas especiais para garantir a continuidade e a estabilidade das operações de troca de tráfego. Também foram discutidos estudos feitos pela Anatel sobre o impacto financeiro no fluxo de caixa das empresas em cenários de aumento de inadimplência. No âmbito da saúde suplementar, foram cobradas da ANS medidas para garantir o atendimento integral e adequado aos usuários de planos de saúde diagnosticados com covid-19, inclusive por meio de recursos alternativos como a telemedicina e o atendimento em domicílio. O MPF acompanhou, ainda, o cumprimento da Resolução Normativa da ANS nº 453/2020, que incluiu no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo coronavírus.

Infraestrutura – Destaque para a celebração de dois acordos de cooperação técnica. O primeiro, em fevereiro, foi firmado entre o MPF e os Ministérios da Infraestrutura (Minfra) e da Economia com o objetivo de viabilizar ações conjuntas nos setores portuários e de transporte ferroviário, rodoviário, aquaviário, aeroportuário e aeroviário. O segundo acordo foi assinado em abril, no contexto da pandemia do novo coronavírus. Com a parceria, MPF, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Minfra e Conselho Nacional de Secretários de Transportes (Consetrans) se comprometeram a realizar ações integradas e coordenadas para impedir interrupções no fluxo logístico e no abastecimento do Brasil durante a pandemia, além de evitar judicializações relacionadas ao setor.

MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL (4ª CCR)

Ações Coordenadas – Na 3ª fase do Projeto Amazônia Protege, que mapeou polígonos de 60 hectares ou mais desmatados ilegalmente entre agosto de 2017 e dezembro de 2019 na Região Amazônica, foram instauradas 1.023 ações civis públicas contra 2.262 réus. Ao todo, as ações ajuizadas em 2020 cobram mais de R$ 4 bilhões de indenização pelos danos causados, além da reparação de 251.724 hectares de floresta degradados. Desde 2017, quando o projeto teve início, mais de 3,6 mil ações foram instauradas nos estados do Acre, do Amazonas, do Amapá, do Maranhão, de Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, de Roraima e do Tocantins.

Em outra ação coordenada, realizada em parceria com procuradores de 17 unidades da Federação, o MPF atuou para reverter o Despacho 4.410/2020 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que ameaçava a preservação da Mata Atlântica ao defender a prevalência do Código Florestal sobre a Lei nº 11.428/2006, mais protetiva ao bioma. Foram expedidas recomendações e proposta de ação civil pública questionando o entendimento adotado pela pasta. Em junho, o despacho foi revogado pelo Governo Federal.

Ainda em 2020, foram apresentados os resultados e a análise evolutiva de órgãos e entidades avaliados na segunda fase do Ranking da Transparência Ambiental. Segundo o levantamento, dos 101 órgãos federais e estaduais acompanhados pelo projeto, 97 não cumpriram o que foi recomendado pelo MPF, deixando de disponibilizar ao cidadão informações relevantes para o controle ambiental. Para analisar as medidas necessárias em cada caso, foram instaurados 77 procedimentos. Até dezembro, 19 ações civis públicas já haviam sido apresentadas à Justiça.

Outras cinco ações coordenadas foram realizadas: PAC das Cidades Históricas; MPF em Defesa das Unidades de Conservação: regularização fundiária de unidades de conservação; regularidade de tramitação dos procedimentos de tombamento de bens no Iphan; Controle Florestal; e Prevenção de Riscos ao Patrimônio Cultural.

Acordos de Cooperação – O MPF celebrou acordos de cooperação técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o Instituto Igarapé, sediado no Rio de Janeiro, visando ao intercâmbio de informações e conhecimento para o combate aos crimes ambientais e ao desmatamento ilegal nas cadeias produtivas da agropecuária. Também foi firmada parceria com a Agência Nacional de Mineração (ANM) para viabilizar o acesso de integrantes do MPF ao Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM). As

informações disponibilizadas pela ferramenta permitirão uma atuação integrada dos órgãos na fiscalização e segurança das barragens de contenção de minérios. No âmbito do projeto Amazônia Protege, foi assinado acordo de cooperação técnica entre a Advocacia-Geral da União, o Ibama e o MPF, com o propósito de disciplinar o protocolo de atuação processual dos órgãos signatários no âmbito das ações judiciais decorrentes do projeto.

Notas técnicas – Foram elaboradas quatro notas técnicas de interesse e relevância para a proteção do meio ambiente e da sociedade:

1. Nota Técnica Conjunta nº 01/2020 – 2ª CCR, 4ª CCR, 5ª CCR e 6ª CCR sobre análise da Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União;

2. Nota Técnica nº 01/2020 – 4ª CCR sobre dados que poderão ser requisitados às empresas responsáveis pelas barragens para contenção de rejeitos ou que poderão ser consultados no SIGBM, operado pela ANM, indicando-se parâmetros técnicos para a análise das respostas, de forma que os membros oficiantes possam identificar situações de alerta a demonstrar a necessidade de análise pericial específica e exigência de tomada de providências, visando à produção de dados adicionais ou adoção de medidas preventivas ou corretivas pelas empresas;

3. Nota Técnica nº 02/2020 – 4ª CCR sobre análise sobre a especificidade da legislação do bioma Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) em face do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Para subsidiar a manifestação do procurador-geral da República na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.446, a NT defendeu a prevalência da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) em detrimento da observação do Código Florestal, por entender que ela é mais específica e protetiva ao bioma;

4. Nota Técnica nº 03/2020 – 4ª CCR sobre a Resolução Conama nº 500, de 19/10/2020, que revogou as Resoluções nºs 284, 302 e 303 do mesmo órgão. A NT foi encaminhada ao PGR a fim de subsidiar a atuação nas ADPFs nºs 747, 748 e 749, em curso no STF, e ao presidente do Conama e ministro de Meio Ambiente, recomendando a repristinação dos termos das resoluções revogadas, em consonância aos princípios da proibição do retrocesso ambiental, da prevenção e da segurança jurídica.

COMBATE À CORRUPÇÃO (5ª CCR)

Acordos de Não Persecução Penal e Cível – A padronização e o fortalecimento da utilização de instrumentos legais de negociação, como os acordos de não persecução penal e cível, foi uma das prioridades do MPF em 2020. Em março, foi divulgada uma nova versão da Orientação Conjunta nº 3/2018 das Câmaras Criminal, de Meio Ambiente e de Combate à Corrupção do MPF. A norma, que regulamenta a celebração dos Acordos de Não Persecução Penal (ANPP), foi revista e ampliada em razão da edição da Lei nº 13.964/2019), que incluiu o instrumento no Código de Processo Penal (art. 28-A). A 5ª CCR publicou ainda a Orientação nº 10/2020, com regras para a celebração de acordos de não persecução cível (ANPC) nas investigações e nos processos de improbidade administrativa. O objetivo da norma é estimular a atuação negocial do Ministério Público; dar maior celeridade e efetividade à resolução dos casos de corrupção; prevenir, reprimir e dissuadir atos de improbidade; e garantir o ressarcimento de danos causados ao erário. Pelas regras, podem celebrar acordos pessoas físicas ou jurídicas investigadas ou processadas pela prática de atos de improbidade administrativa, definidos nas Leis nº 8.429/1992 e nº 12.846/2013.

Leniência – O MPF divulgou nota técnica sobre Termos de Adesões ou Subscrições de pessoas físicas em Acordos de Leniência firmados com a Instituição. O documento foi elaborado pela Comissão Permanente de Assessoramento em Leniência e Colaboração Premiada, com o objetivo de orientar a atuação dos procuradores da República em negociações envolvendo pessoas ligadas a empresas que firmaram acordos com o MPF e resguardar a isonomia na concessão de benefícios, garantindo maior segurança jurídica na matéria. Ao longo do ano, 27 acordos de leniência e de colaboração premiada firmados por membros do MPF foram homologados pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF, totalizando mais de R$ 400 milhões previstos em multas e ressarcimento aos cofres públicos.

Improbidade Administrativa – O MPF elaborou duas notas técnicas para alertar o Congresso sobre os problemas do texto substitutivo ao Projeto de Lei nº 10.887/2018 da Câmara dos Deputados, que visa alterar a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). A principal crítica foi a revogação do tipo de improbidade administrativa por violação de princípios da Administração Pública, previsto no art. 11 da lei. Também foram questionadas a exigência de dolo específico como elemento do ato de improbidade; a exclusão de improbidade administrativa em casos de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência ou em doutrina; e a comprovação de conhecimento prévio da prática da improbidade pelos representantes legais de pessoa jurídica, entre outros pontos.

Contratações públicas – Com o objetivo de orientar os gestores públicos em processos de compras e contratações durante a pandemia, a 5ª CCR elaborou e divulgou material técnico sobre o regime excepcional de contratações públicas estabelecido pela Lei nº 13.979/2020. A cartilha contém indicações relacionadas a procedimentos para dispensa de licitação, simplificação da fase reparatória, habilitação, simplificação de pregões e normas relativas aos contratos

administrativos. Além de detalhar e esclarecer a regulamentação, a publicação apresenta respostas a dúvidas frequentes dos gestores.

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (6ª CCR)

Garimpo ilegal / Mineração em terras indígenas – A 6ª CCR atuou na articulação com o Governo Federal e com o parlamento para combater a prática desse ilícito. Logo no início do ano, foi divulgada nota pública contrária ao Projeto de Lei nº 191/2020 – que autoriza a exploração da atividade minerária em terras indígenas. Logo depois, em reunião realizada com representantes do Ministério da Justiça, da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Casa Civil, do Ministério da Defesa e da Advocacia-Geral da União (AGU), discutiu-se o combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e a ação coordenada dos órgãos de segurança com a Funai para a manutenção das Bases de Proteção Etnoambiental (Bape) na área. Dias depois, membros da 6ª CCR se reuniram com representantes do Governo Federal no Palácio do Planalto para discutir o teor do PL. Em junho, nota técnica enviada ao Congresso Nacional defendeu a rejeição integral do Projeto de Lei nº 191/2020. Atualmente, o projeto está na mesa diretora da Câmara dos Deputados, aguardando despacho do presidente para que se instale uma Comissão Especial para apreciação do projeto.

Proteção de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais contra a covid-19 – A 6ª CCR enviou, em março de 2020, a Recomendação nº 01/2020/6ª CCR à Funai para garantir proteção de índios isolados. O documento recomendou, entre outras medidas, que o órgão deixasse de realizar qualquer ação ou atividade, laica ou religiosa, terrestre, fluvial ou aérea nas imediações dos povos isolados. Também cobrou a elaboração imediata de Plano de Contingência para Surtos e Epidemias e a ativação de Sala de Situação para subsidiar a tomada de decisões em relação a esses povos. A Funai acatou a recomendação para garantir a saúde de indígenas isolados ou de recente contato, alterando a Portaria nº 419/2020 para prever que apenas a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato pode autorizar, de forma excepcional, atividades que impliquem contato com esses povos. Antes, a autorização cabia às Coordenações Regionais.

Em abril, foi expedida a Recomendação nº 02/2020/6ªCCR para que a União se abstivesse da decisão de remover famílias quilombolas do território de Alcântara, no Maranhão, sobretudo naquele momento de pandemia covid-19. O deslocamento dos quilombolas se deve ao projeto de expansão do Centro de Lançamento Espacial de Alcântara (CLA), e o pedido do MPF fazia referência à reunião do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) que definiu, por meio da Resolução nº 11/2020, a execução das mudanças das famílias, a partir do local onde residiam até a área de suas novas habitações. Em resposta à recomendação, o governo garantiu à 6ª CCR que não removerá quilombolas do território de Alcântara enquanto vigorar a pandemia covid-19. Esse compromisso foi firmado durante reunião por videoconferência realizada em abril de 2020.

A 6ª CCR enviou, também, a Recomendação nº 08/2020/6ª CCR a diversos órgãos e entes públicos cobrando recursos financeiros, humanos e materiais que zelassem pela saúde e estabilidade socioeconômica das comunidades tradicionais brasileiras. O MPF afirmou que o atual cenário exige ações emergenciais coordenadas e integradas dos órgãos e entes públicos, sobretudo na prevenção da disseminação da doença, mas também na garantia do pleno atendimento e na tomada de medidas preventivas de contaminação. Os órgãos apresentaram, em resposta à recomendação, diversas medidas que foram implementadas, tais como a distribuição de cestas básicas, disponibilização de kits de higiene, criação de logística diferenciada para cadastramento e saque de benefícios sociais, como o auxílio emergencial, por exemplo.

Em atenção à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 709, a 6ª CCR passou a acompanhar as reuniões da Sala de Situação Nacional, que monitora o Plano de Enfrentamento da COVID-19 para Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. O Plano de Barreiras Sanitárias, também objeto da ADPF, foi constituído e aprovado após amplo debate. Discute-se atualmente a aprovação do Plano Geral referente aos povos indígenas.

Cadastro Ambiental Rural (CAR) sobreposto a terras indígenas – Por meio de levantamento realizado a pedido da 6ª CCR, foram identificados quase 10 mil registros de proprietários privados no CAR em áreas que são destinadas a povos indígenas. Essas propriedades inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais – estão sobrepostas a terras indígenas em diferentes fases de regularização ou a áreas com restrição de uso. Com base nos dados, o MPF solicitou providências a diversos órgãos federais, como o Serviço Florestal Brasileiro, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Banco Central. Entre as medidas requeridas estão o cancelamento do registro desses cadastros, a anulação de licenças ambientais concedidas e a suspensão de financiamentos bancários, entre outras. Ademais, esse estudo foi encaminhado a procuradores da República em todo o país a fim de subsidiar a atuação no combate à grilagem e aos crimes ambientais em terras indígenas, bem como às violações dos direitos humanos desses povos. Houve ajuizamento de várias ações civis públicas em todo o Brasil. Algumas delas, como no caso do estado do Pará, resultaram no cancelamento de 18 cadastros incidentes na TI Apyterewa.

Segurança alimentar – A 6ª CCR promoveu audiência para discutir políticas públicas que garantam a segurança alimentar de povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil. A Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa) – nascida de uma articulação entre MPF, instituições dos governos federal, estadual e municipal, movimentos e lideranças indígenas, de comunidades tradicionais e organizações da sociedade civil – foi apontada como um exemplo de boa prática a ser replicada em todo o país. A iniciativa Catrapoa foi vencedora pela categoria Ministério Público na 17ª edição do Prêmio Innovare.

SISTEMA PRISIONAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL (7ª CCR)

Notas técnicas – Em atuação conjunta com a Câmara Criminal, a 7ª CCR expediu duas notas técnicas no ano de 2020. A Nota Técnica nº 1/2020 estabelece diretrizes para a participação da Polícia Rodoviária Federal em operações conjuntas nas rodovias federais, estradas federais ou em áreas de interesse da união. A Nota Técnica nº 2/2020 defende a rejeição de dispositivo do Projeto de Lei nº 3.723/2019, que prevê o fim da obrigatoriedade de identificação de munição para venda a polícias, Forças Armadas e órgãos de segurança. O MPF argumenta que a identificação nas balas é essencial para desvendar crimes envolvendo armas de fogo e desvio e furto (ou roubo) de munições. Acrescenta, ainda, que o fim da marcação de cartuchos retira de cena parte importante das investigações, que é a possibilidade de rastrear as munições vendidas no Brasil.

Racismo na Atividade Policial – Foi instituído, em novembro de 2020, o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) contra o Racismo na Atividade Policial. O GTI pretende, entre outros objetivos, identificar práticas de racismo institucional no âmbito das forças de segurança pública federais; propor atuações e medidas para a eliminação de condutas discriminatórias; e fomentar o debate público sobre o racismo nas instituições e nas atividades policiais. Além de integrantes do MPF, o grupo terá representantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Defensoria Pública da União, de entidades da sociedade civil e de grupos de pesquisa sobre a temática da violência policial e do racismo institucional.

Defesa da Cidadania – Formado por instituições do sistema de Justiça e entidades da sociedade civil, o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Defesa da Cidadania tem o objetivo de discutir o combate e a prevenção à tortura praticada por agentes policiais e prisionais; a capacidade e as limitações do controle externo da atividade policial exercida pelo MPF; e a construção de um conjunto de redes para proteção da cidadania. Em 2020, o GTI elaborou cinco notas técnicas:

1. Nota Técnica nº 5 – Análise dos limites da legalidade da Portaria Conjunta nº 1, de 30 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério da Saúde, que "estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos durante a situação de pandemia do coronavírus";
2. Nota Técnica nº 6 – Análise da juridicidade da proposição do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) de flexibilização das normas referentes à arquitetura prisional, possibilitando aos estados da Federação a criação de "estruturas alternativas" prisionais, a exemplo do contêiner;
3. Nota Técnica nº 7 – Proposta de criação do Instituto de Pesquisas em Ciências Forenses do Rio de Janeiro – Rio Forense, pelo Projeto de Lei nº 780/2019 da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, com foco específico nas atribuições do ente cuja instituição se propõe;
4. Nota Técnica nº 8 – Versa sobre a ocorrência cada vez mais visível, em especial, nos territórios mais proletarizados, demarcado pela população negra, do Desaparecimento Forçado;
5. Nota Técnica nº 9 – Polícia penal: Inconstitucionalidade das ações extramuros e atuação da divisão de buscas e recapturas no estado do Rio de Janeiro.

Segurança Pública – No início da pandemia, a 7ª CCR enviou ofício aos governadores de todo o país sugerindo a replicação de medidas adotadas pelo Tribunal de Justiça e pelo Governo de Minas Gerais para mitigar os efeitos da pandemia no sistema prisional. Entre os procedimentos recomendados estavam a análise para concessão de prisão domiciliar aos detentos dos regimes aberto, semiaberto e inadimplentes de pensão alimentícia; a revisão de prisões cautelares, para verificar a possibilidade de aplicação de medida alternativa à prisão; e a reavaliação da prisão, para eventual aplicação de medida alternativa, para presos dos grupos de risco para a covid-19.

O órgão do MPF solicitou ao Ministério da Saúde a inclusão de agentes penitenciários e presos no grupo destinatário dos testes rápidos distribuídos pelo governo para o diagnóstico do novo coronavírus, e sugeriu à Polícia Federal que, durante o isolamento social imposto pela pandemia, as operações em comunidades fossem realizadas apenas em casos de extrema urgência. Segundo a 7ª CCR, em casos de extrema necessidade de atuação, as autoridades policiais devem considerar as vulnerabilidades locais, a fim de diminuir o risco e o eventual uso de força.

Tecnologia – Com o objetivo de municiar a ação finalística dos membros do MPF com informações quantitativas e qualitativas para utilização na proposição de estratégias de atuação na temática de controle externo da atividade policial e no sistema prisional, o Projeto Olga IA foi formalizado no início de 2020. A iniciativa propõe o desenvolvimento de metodologia computacional baseada em modelagem estatística e em técnicas de machine learning e de text mining (mineração de dados por meio de busca textual) a fim de melhorar a qualidade dos estudos e, consequentemente, gerar ações para o bem-estar da sociedade. A conclusão do projeto está prevista para o primeiro semestre de 2021.

2.3.4.4 DIREITOS DO CIDADÃO

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Garantir o diálogo franco e contínuo, a transversalidade dos temas na promoção, defesa e ampliação dos direitos humanos, bem como a solução pacífica de conflitos na busca por uma sociedade mais justa e digna para todos os cidadãos, eis alguns dos desafios da nova gestão da Procuradoria Federal dos direitos do Cidadão (PFDC), para o biênio 2020-2022, que se iniciou no dia 25 de maio de 2020.

A pandemia COVID-19 evidenciou um cenário de injustiças e desigualdades sociais, que atinge, em especial, as populações de maior vulnerabilidade, como é o caso da população em situação de rua. Este cenário demandou uma reflexão articulada entre os atores do Sistema PFDC, representantes da sociedade civil e de movimentos sociais, órgãos e instituições do poder público, organismos nacionais e internacionais sobre as ações necessárias para a implementação efetiva de políticas públicas.

Composto pela PFDC, como órgão central, o Sistema PFDC conta com os Núcleos de Apoio Operacional (NAOPs), as Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão (PRDCs), os Procuradores dos Direitos do Cidadão, as Relatorias Temáticas (RTs) e os Grupos de Trabalho (GTs). Tal sistema envolve também os membros de outros ramos do Ministério Público da União (MPU), como é o caso do Ministério Público do Trabalho (MPT), e dos Ministérios Públicos dos Estados, formando uma rede nacional de defesa dos direitos humanos composta pela união de membros do Ministério Público brasileiro, os quais, trabalhando de modo articulado, contribuem para a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Encontros da Cidadania - Lançado em novembro de 2020, o Projeto Encontros da Cidadania, seminários temáticos de encontros virtuais, tem por propósito promover debates entre especialistas, autoridades e representantes da sociedade civil sobre diversas temáticas ligadas à defesa dos direitos humanos, permitindo, dentre outros aspectos, o fortalecimento do Sistema PFDC. Construídos a partir das diretrizes definidas no Planejamento Estratégico da PFDC, em conjunto com os GTs e RTs, a iniciativa foi inaugurada com o ciclo de debates sobre a violência contra a mulher organizado pelo Grupo de Trabalho Mulher, Criança, Adolescente e Idoso: Proteção de Direitos. O GT atua no fortalecimento das políticas públicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos desses públicos, incluindo o enfrentamento da violência, em suas diversas formas. Foram realizados cinco webinários durante os meses de novembro e dezembro.

https://www.youtube.com/playlist?list=PLS jlBI8Iy1ZXePJzlgyGSPGPmjBuFzhS

Audiência pública - Historicamente, as audiências públicas estão entre as principais ferramentas de atuação da PFDC. Em 2020, merece destaque a reunião pública promovida no mês de dezembro como objetivo ouvir segmentos representativos da sociedade e de especialistas, que pudessem contribuir para o debate acerca da redução da letalidade policial em relação à população negra, bem como à melhoria da qualidade de vida de profissionais de segurança pública e defesa social, especialmente quanto a aspectos relacionados à saúde física e mental.

https://www.youtube.com/watch?v=59rXzm_tGMY

Notas públicas - Manifestações públicas em apoio ou em repúdio a fatos e a comportamentos adotados por diferentes atores públicos foi outra frente de atuação de destaque da PFDC ao longo ao ano de 2020. Em pelo menos 3 (três) ocasiões, o expediente foi utilizado como forma de chamar atenção da sociedade e de órgãos de controle para fatos que colocam em risco princípios de direitos humanos. Destacando-se:

a) Caso Magazine Luiza – de acordo com a nota "atuações voltadas à concretização de objetivos e valores relativos à efetivação e à materialização do princípio da igualdade, basilar de nossa sociedade, encontram amparo legal e constitucional no ordenamento jurídico brasileiro, e devem ser replicadas". Ainda de acordo com a nota, para enfrentar um cenário de ausência de pessoas negras e pardas nos postos de comando é preciso estimular "a presença delas nos espaços de formação superior e de decisão".

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/caso-magazine-luiza-em-nota-publica-mpf-defende-queacoes-afirmativas-como-a-do-grupo-empresarial-sao-constitucionais-e-devem-ser-replicadas.

b) Morte de João Silveira Freitas – de acordo com a nota o "Estado brasileiro adota por princípio o repúdio ao racismo". Lembrou a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatadas de Intolerância da qual o Brasil é signatário, além do Decreto 9.571/2018 que determina a responsabilidade das empresas de não violar os direitos de sua forma de trabalho, de seus clientes e das comunidades.

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/pfdc-emite-nota-publica-de-repudio-sobre-morte-de-joaoalberto-silveira-freitas.

c) Monitoramento do Governo Federal sobre jornalistas e influenciadores digitais - de acordo com a nota pública, "a criação de embaraços diretos e indiretos – por lei, ato administrativo ou pela elaboração de listas catalogando a opinião de

jornalistas e cidadãos em geral – ao exercício pleno de tal direito configura nítida violação à liberdade de expressão e à liberdade de informação prestada por meio da imprensa, caracterizando-se, inclusive, verdadeira medida de censura indireta".

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/PFDC-configura-censura-a-jornalistas.

Planejamento e área administrativa – Ainda no primeiro semestre do ano, a PFDC destinou suas atividades a partir de 3 (três) eixos fundamentais: a) revisão das diretrizes estratégicas e de gestão, reestruturando as temáticas de atuação e a composição dos Grupos de Trabalho (GTs) e das Relatorias Temáticas (RTs), essenciais na análise dos diversos temas que envolvem a defesa dos direitos humanos. A definição tanto das temáticas a serem trabalhadas bem como os integrantes dos grupos decorreram de consultas públicas nacionais. Ao todo, cerca de 70 membros se voluntariam para participar dos GTs, incluindo representantes do Ministério Público da União (MPT) e dos Estados (BA, PR, RS, SP); b) gestão documental e memória, com o aperfeiçoamento da gestão administrativa e qualificação profissional, por meio do saneamento de todos os procedimentos no Sistema Único, arquivando-os ou apensando-os aos Procedimentos Administrativos de Acompanhamento das atividades dos GTs e RTs, com a realização de inventário de todos os documentos físicos e eletrônicos, oportunidade em 32 (trinta e duas) caixas, correspondentes a 10 (dez) anos de documentação (2009 a 2019), foram encaminhadas ao arquivo geral da PGR; reestruturação dos processos de trabalho com a efetiva e obrigatória utilização do Sistema Único por todos os servidores, Grupos de Trabalho (GTs) e Relatorias Temáticas (RTs) da PFDC; da uniformização e padronização das rotinas e redefinição dos fluxos de conhecimentos, capazes de impulsionar os resultados e a inovação, melhorar a gestão documental, dar transparência ao andamento dos processos e garantir a memória institucional. Além disso, foi realizado o saneamento das mensagens eletrônicas pendentes de respostas das caixas de e-mails dos setores da PFDC, referente aos anos de 2018, 2019 e 2020; c) gestão do conhecimento, com a criação do Painel PFDC, por meio do uso de ferramentas tecnológicas, como Business Inteligence (BI), permitindo a transparência das atividades desenvolvidas e a disponibilização e gerência de informações essenciais.

A despeito da carência de servidores, a atual gestão, além das atividades acima descritas, expediu 170 (cento e setenta) ofícios, determinou a autuação de 58 (cinquenta e oito) procedimentos de acompanhamento, participou de 110 (cento e dez) reuniões de trabalho, além de ter realizado 4 (quatro) viagens a serviço (Boa Vista e Pacaraima/RR (atendimentos a migrantes); Maceió/AL (garantia direitos de milhares de moradores de bairros) ; Prado/BA (assentamentos de sem-terra) e Curitiba/PR (projeto Moradia Primeiro).

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/pfdc-conhece-modelo-housing-first-implementado-em-curitiba

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/mpf-e-exercito-querem-ampliar-parceria-com-ministerios-e-o-estado-de-roraima-para-manutencao-dos-servicos-da-operacao-acolhida

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/pfdc-visita-bairros-afetados-por-mineracao-a-convite-da-forca-tarefa-do-mpf-em-alagoas

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/procurador-federal-dos-direitos-do-cidadao-visita-municipio-de-prado-ba

Comunicação - com o objetivo de ampliar a transparência e o contato com os diversos públicos, a PFDC lançou boletins informativos, com clipagens de notícias sobre temas ligados a direitos humanos, encaminhados diariamente, inclusive, sábados, domingos e feriados; criou grupos em aplicativo de mensagens instantâneas para facilitar a comunicação e integração entre os participantes do Sistema PFDC. Ainda com este propósito, tem investido no término da migração do conteúdo do endereço pfdc.pgr.mpf.gov.br para o endereço www.mpf.mp.br/pfdc, com centenas de documentos já disponibilizados na nova página.

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/procurador-federal-dos-direitos-do-cidadao-anuncia-primeiras-acoes-da-gestao

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/pfdc-abre-consulta-nacional-para-elaborar-planejamento-tematico-do-bienio-2020-2022

http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/direitos-humanos-grupos-de-trabalho-iniciam-debates-para-elaboracao-de-planos-de-acao-para-o-bienio-2020-2022

2.3.4.5 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - UM ANO DE AVANÇOS NAS RELAÇÕES BILATERAIS

O fortalecimento da cooperação jurídica com outros países foi um dos principais objetivos perseguidos pela SCI em 2020 com o propósito de combater o crime organizado transnacional. Entre janeiro e dezembro, a secretaria instaurou 413 procedimentos de cooperação penal ativa, para o acompanhamento de pedidos enviados por autoridades brasileiras a 70 Estados estrangeiros. Os países mais demandados foram: EUA, Suíça, Paraguai, Espanha, Portugal, Argentina e Uruguai. Já os crimes mais comuns relacionados aos pedidos ativos são: organização criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e tráfico de drogas. Em relação aos pedidos penais passivos, foram 442 procedimentos instaurados no mesmo período, para execução de pedidos oriundos de 46 países diferentes.

Pedido de cooperação internacional com a Suíça resultou na devolução ao Brasil de 27 pedras de diamantes e 4,5 kg de ouro adquiridos com dinheiro ilegal do esquema de corrupção comandado pelo ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. O material avaliado em mais de R$ 20 milhões estava na Suíça e foi recuperado a partir de uma operação do MPF, por meio da SCI e da Força-Tarefa Lava Jato no Rio de Janeiro. A partir de outro pedido de cooperação internacional, o MPF conseguiu que fossem apreendidos, na Alemanha, fósseis brasileiros que seriam comercializados online de forma ilegal por mais de 100 mil euros.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-mp-suico-repatriam-ao-brasil-ouro-e-diamantes-adquiridos-em-esquema-de-corrupcao-comandado-por-sergio-cabral

TABELA 9 PCI - GRUPO DE DISTRIBUIÇÃO. ATIVA E PASSIVA

PCI - GRUPO DE DISTRIBUIÇÃO. ATIVA E PASSIVA	QTDE_PCI
SCI - CASO LAVA JATO - ATIVA	159
SCI - CASO LAVA JATO - PASSIVA	108
SCI - EXTRADIÇÃO E OUTRAS MED. COMPULSÓRIAS - ATIVA	42
SCI - EXTRADIÇÃO E OUTRAS MED. COMPULSÓRIAS - PASSIVA	55
SCI - PEDIDO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÕES - ATIVO	55
SCI - PEDIDO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÕES - PASSIVO	90
SCI - PENAL - ATIVA	157
SCI - PENAL - PASSIVA	189
TOTAL ATIVA E PASSIVA	**855**

Total de 70 Países de Destino.
Países mais demandados na Coop. Ativa: ESTADOS UNIDOS, SUÍÇA, PARAGUAI, ESPANHA E PORTUGAL.
Crimes mais comuns na Coop. Ativa: Corrupção Passiva; Organização Criminosa; Corrupção Ativa; "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção e Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional

Total de 46 Países de Origem.
Países mais demandantes na Coop. Passiva: PORTUGAL, PERU, ARGENTINA, SUÍÇA E BOLÍVIA.
Crimes mais comuns na Coop. Pasiva: Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores; Estelionato; Corrupção passiva; "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção e Tráfico de Drogas e Condutas Afins.

Fonte: AADP SCI / Sistema Único / Consulta de Informações Gerenciais (BI).

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-obtem-apreensao-de-60-fosseis-brasileiros-na-alemanha-para-serem-devolvidos-ao-brasil

Em 2020, uma das prioridades foi o fortalecimento de ferramentas modernas para a cooperação, especialmente a formação de Equipes Conjuntas de Investigação (ECI). O mecanismo permite a implementação de técnicas de persecução mais rápidas e eficazes para a investigação e de crimes complexos e transfronteiriços. Assim, em abril, a Secretaria firmou acordo para constituir ECI com autoridades italianas, juntamente com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública brasileiro. A ECI também inclui a Eurojust, agência da União Europeia para a Cooperação Jurídica Criminal formada por membros de ministérios públicos e juízes de instrução.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-constitui-equipe-conjunta-de-investigacao-para-apurar-organizacao-criminosa-internacional

Já no âmbito do Mercosul, a partir da entrada em vigor o Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes e Associados do Mercosul para a criação de ECIs, foram renovadas, as Equipes Conjuntas do MPF com o Paraguai contra tráfico de pessoas e contra tráfico de drogas.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/acordo-quadro-do-mercosul-para-a-criacao-de-equipes-conjuntas-de-investigacao-entra-em-vigor-nesta-sexta-feira-22

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-promove-reuniao-bilateral-brasil-paraguai-para-discutir-combate-ao-trafico-de-pessoas

O procurador-geral da República, Augusto Aras, assinou memorandos de entendimento com o procurador-geral da Rússia, Igor Krasnov, e com a procuradora-geral da África do Sul, Shamila Batohi, para o fortalecimento e facilitação da cooperação jurídica e técnica entre os Ministérios Públicos do Brasil e de ambos os países. Os eventos bilaterais de assinatura, viabilizados pela Secretaria de Cooperação Internacional da PGR, ocorreram virtualmente por ocasião da 4ª Reunião dos Procuradores-Gerais do Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-assina-memorandos-de-cooperacao-juridica-e-tecnica-internacional-com-russia-e-africa-do-sul

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/augusto-aras-participa-da-4a-reuniao-dos-procuradores-gerais-do-brics

Também promovido pela SCI em 2020, em parceria com a Vice-Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE), foi o projeto de cooperação técnica internacional para o combate à desinformação e às fraudes online em contextos eleitorais. A iniciativa firmada entre o MPF e o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS), contou com o financiamento da União Europeia. O resultado foi a capacitação de mais de 500 membros e servidores do MP brasileiro na matéria, além do lançamento da plataforma Pegabot, voltada para auxiliar os procuradores na identificação de comportamento automatizado na Internet.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-instituto-de-tecnologia-e-sociedade-do-rj-firmam-acordo-para-combater-desinformacao-nas-eleicoes-2020

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-its-lancam-ferramenta-para-auxiliar-na-identificacao-de-robos-e-combater-a-desinformacao

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/combate-a-desinformacao-na-internet-nos-processos-eleitorais-e-tema-de-treinamento

A pandemia não impediu a realização dos principais encontros internacionais realizados ao longo de 2020 pelos Ministérios Públicos do mundo. Na 27ª Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul (REMPM), realizada em maio por videoconferência, os participantes firmaram declaração conjunta, proposta pelo MPF brasileiro, reforçando a importância de intensificar a cooperação interinstitucional direta, especialmente no contexto de emergência sanitária. Já na 28ª REMPM, realizada virtualmente em novembro, o procurador-geral da República, Augusto Aras, compartilhou a experiência do MPF em relação ao uso de novas tecnologias durante a pandemia. Ainda no âmbito da REMPM, em julho, a SCI promoveu reunião online entre os procuradores brasileiros e estrangeiros que atuam nas fronteiras do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/atuacao-do-giac-covid-19-e-destaque-em-reuniao-de-ministerios-publicos-do-mercosul

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/ministerios-publicos-do-mercosul-debatem-medidas-para-facilitar-cooperacao-juridica-em-areas-de-fronteira-1

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-da-28a-assembleia-geral-da-associacao-ibero-americana-de-ministerios-publicos

No âmbito da coordenação pelo MPF da Rede Iberoamericana de Procuradores contra a Corrupção da Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (Aiamp), houve o lançamento mundial, em abril, da série audiovisual Boas Práticas de Luta Contra a Corrupção, produzido em parceria com o Programa da União Europeia para a Coesão Social na América Latina - EUROSociAL+. Foi elaborado plano de contingência para o prosseguimento dos trabalhos no contexto de pandemia. Como resultado, ainda em 2020, a partir de diagnóstico da realidade dos países ibero-americanos, a Rede anticorrupção formulou um Manual prático sobre acesso à informação e cooperação internacional para identificação de beneficiários finais e pessoas expostas politicamente. Também realizou o envio de documento à ONU relativo à primeira sessão especial da Assembleia-Geral da ONU contra a corrupção, que ocorrerá em 2021.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/combate-a-corrupcao-e-tema-de-serie-audiovisual-lancada-mundialmente-nesta-quarta-feira-15

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-do-processo-preparatorio-a-sessao-especial-da-assembleia-geral-da-onu-contra-a-corrupcao

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/rede-ibero-americana-de-procuradores-contra-a-corrupcao-virtual-promove-reuniao-virtual

Em 2020, a SCI/PGR manteve diálogo constante com autoridades estrangeiras, atendendo às demandas da cooperação jurídica e técnica, além de aprimorar procedimentos da cooperação e de atuar junto a organismos internacionais no combate ao crime e à corrupção e no enfrentamento da pandemia. A secretaria também participou e promoveu eventos, reuniões internacionais e cursos online nas mais diversas temáticas do MPF, sempre no modelo remoto e respeitando as regras sanitárias. Ao todo, foram mais de 150 cursos, webinars e workshops internacionais online sobre diferentes assuntos para membros e servidores. Cooperação jurídica, cibercrime, tráfico de drogas, corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de pessoas foram alguns dos principais temas das atividades promovidas.

2.3.5 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

2.3.5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PERFIL DO GASTO DO MPF

A Lei Orçamentária Anual para 2020, Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, previa uma autorização de gastos para o Ministério Público Federal (MPF) no valor de R$ 3.702.514.512,00 (três bilhões, setecentos e dois milhões, quinhentos e quatorze mil e quinhentos e doze reais). Foram incorporados à dotação inicial R$ 152.118.808,00 (cento e cinquenta e dois milhões, cento e dezoito mil, oitocentos e oito reais), decorrentes de créditos adicionais e outras transferências. Com isso, o

MPF teve uma autorização total de R$ 3.854.633.320,00 (três bilhões, oitocentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil e trezentos e vinte reais) para o orçamento de 2020, o que representa um incremento de 3,1% em relação ao total autorizado no ano de 2019.

TABELA 10 VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MPF EM 2020 (EXCLUÍDAS DESPESAS FINANCEIRAS)

DESPESAS TOTAIS AUTORIZADAS 2019	LOA-2020	ACRÉSCIMOS	DESPESAS TOTAIS AUTORIZADAS 2020	VARIAÇÃO 2020/2019	
R$ 3.738,76	R$ 3.702,51	R$ 152,12	R$ 3.854,63	+ R$ 115,88	+ 3,1%

Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

Ressalta-se que, para a elaboração deste relatório, não foram consideradas as despesas financeiras (contribuição patronal), no total de R$ 436.232.094,00 (quatrocentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e dois mil e noventa e quatro reais). bem como a dotação descentralizada para execução por outras unidades gestoras que não pertencem ao Ministério Público Federal. Este relatório, seguindo as orientações da Audin/MPU, contempla, ainda, a execução orçamentária de R$ 30,47 milhões oriundos do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), relativos, principalmente, a protocolos de cooperação firmados entre essas unidades orçamentárias e o MPF para execução descentralizada de despesas referentes ao plano de saúde dos servidores e membros do MPU (Plan-Assiste).

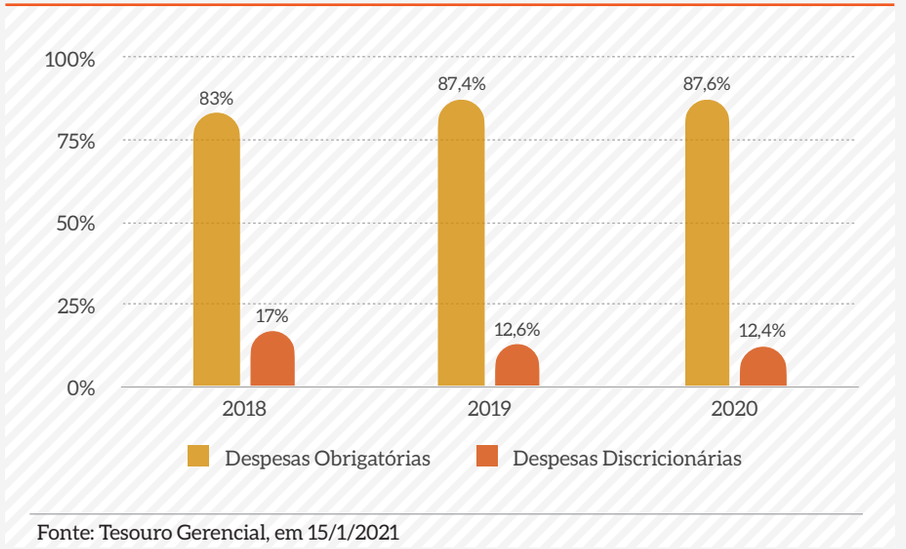
Em 2020, as despesas obrigatórias representaram 87,6% do total autorizado para o exercício. Na comparação com 2019, houve um incremento de R$ 111,9 milhões, ou 3,4%. Já as despesas discricionárias corresponderam a 12,4% do orçamento do MPF, com um incremento de R$ 3,92 milhões, ou 0,8% em relação ao exercício anterior.

TABELA 11 CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR RESULTADO PRIMÁRIO

Dotação por Resultado Primário	DOTAÇÃO DISPONÍVEL (EM R$ MILHÕES)			
	2019	2020	VARIAÇÃO	
Despesas Obrigatórias	3.266,51	3.378,46	111,95	3,4%
Despesas Discricionárias	472,25	476,17	3,92	0,8%
Total	**3.738,76**	**3.854,63**	**115,88**	**3,1%**

Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021

GRÁFICO 8 COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DO MPF - DOTAÇÃO AUTORIZADA (EM %)

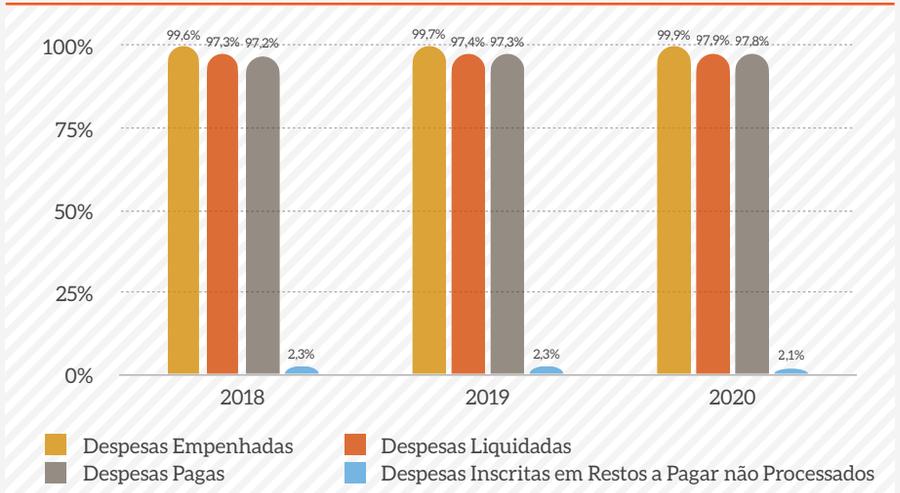


Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O MPF tem buscado maximizar a execução orçamentária, não medindo esforços para atingir a plena utilização da dotação posta à disposição do Órgão. Em 2020, de um total de R$ 3.854,63 milhões, foram empenhados R$ 3.851,89 milhões, ou seja 99,9% da dotação do Órgão. Comparado com anos anteriores, houve melhora nos totais de empenho, de liquidação e de pagamento de despesas, com destaque para a diminuição no percentual de inscrição em restos a pagar não processados (2,1% em 2020, contra 2,3% em 2019). Em valores absolutos, essa diferença corresponde a R$ 5,3 milhões.

GRÁFICO 9 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2018 A 2020 - EM % DA DOTAÇÃO DISPONÍVEL



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021

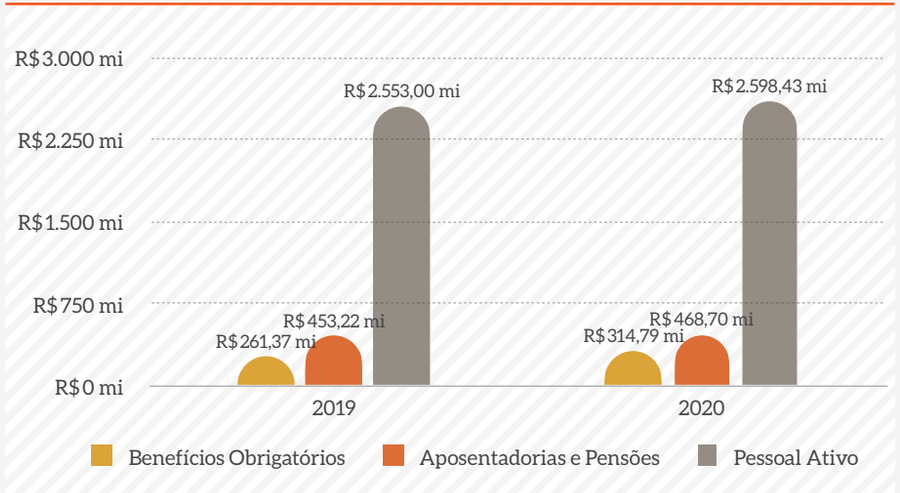
EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira do MPF, ou seja, o total de pagamentos efetivados, foi de R$ 3.850,61 milhões em 2020, sendo R$ 3.771,20 milhões (97,9%) de despesas do exercício e R$ 79,41 milhões (2,1%) de restos a pagar (processados e não processados). O montante pago equivale a 99,89% do limite disponível para pagamento em 2020, consoante preconizado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF), evidenciando a utilização quase que integral dos recursos autorizados.

Despesas Obrigatórias

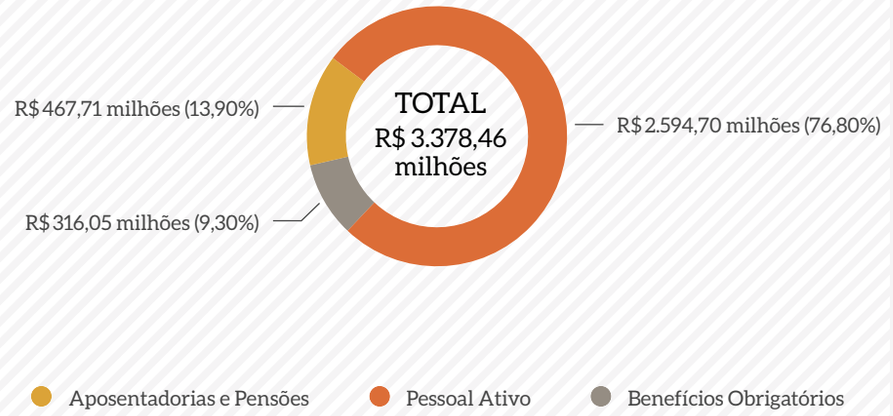
O total de despesas obrigatórias pagas somou R$ 3.381,91 milhões, o que corresponde a 87,8% do montante pago em 2020, sendo R$ 4,98 milhões de restos a pagar. O maior aumento de pagamento, em termos percentuais, deu-se na categoria Benefícios Obrigatórios, com um acréscimo de 20,4% relativamente ao observado em 2019. Essa expansão reflete os aportes orçamentários, por meio de créditos suplementares, efetivados na ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, para reequilíbrio financeiro do plano de saúde dos servidores e membros do MPU (Plan-Assiste).

GRÁFICO 10 VALORES PAGOS - DESPESAS OBRIGATÓRIAS 2020 X 2019 (INCLUI PAG. DE RP)



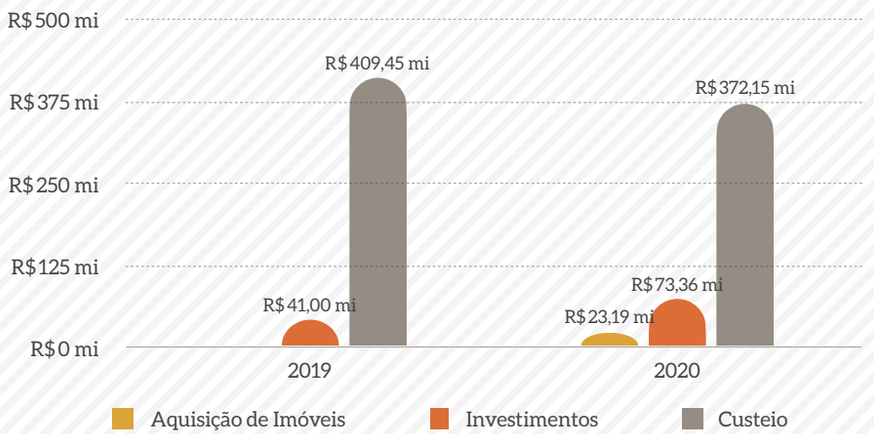
Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

GRÁFICO 11 COMPOSIÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS EM 2020



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021

GRÁFICO 13 VALORES PAGOS - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS 2020 X 2019 (INCLUI PAG. DE RP)



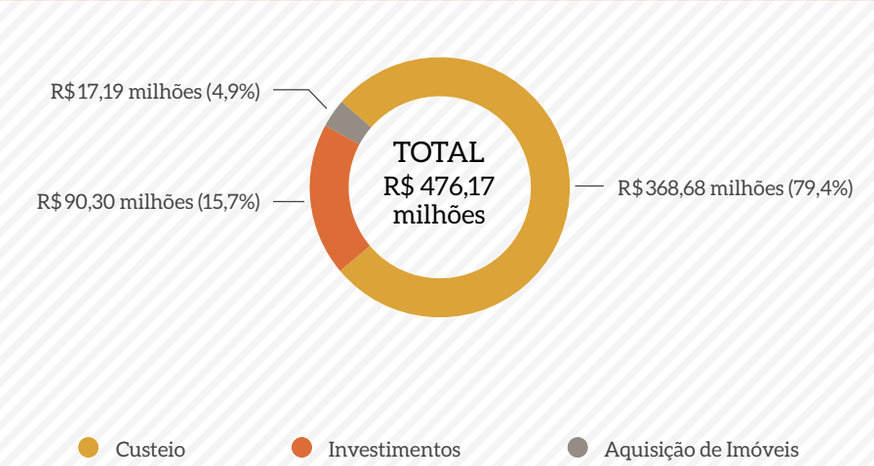
Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

Despesas Discricionárias

O pagamento de despesas discricionárias totalizou R$ 468,69 milhões, sendo R$ 394,26 milhões de despesas do exercício (84,1%) e R$ 74,43 milhões de restos a pagar (15,9%). O total pago de despesas discricionárias em 2020 corresponde a 12,2% das despesas gerais pagas, em linha com o percentual executado em 2019 (12,1%).

As despesas discricionárias subdividem-se em despesas de custeio (79,4%), investimentos (15,7%) e inversões financeiras ou aquisições de imóveis (4,9%). Na soma desses três tipos de gastos, em valores absolutos, houve aumento dos pagamentos da ordem de R$ 18,25 milhões em 2020 (+4,1%) na comparação com 2019.

GRÁFICO 12 COMPOSIÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS EM 2020



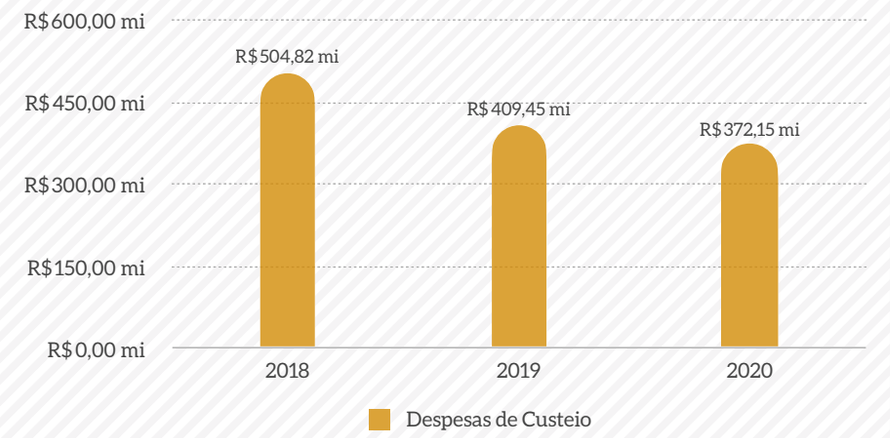
Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021

Despesas de Custeio

As despesas de custeio totalizaram R$ 372,15 milhões de desembolso financeiro em 2020, sendo que desse valor, R$ 37,11 milhões (10%), foram relativos a pagamentos de restos a pagar de anos anteriores. Em relação a 2019, houve redução de R$ 37,3 milhões (-9,1%) do total de despesas de custeio. Parte dessa redução deve-se à adoção do teletrabalho no âmbito do MPF (Portaria PGR/MPU nº 60, de 12 de março de 2020), devido à pandemia causada pelo novo coronavírus (covid-19). No entanto, verifica-se que, a partir de 2019, a tendência para as despesas de custeio tem sido de diminuição, à medida em que o MPF implementa ações para redução e racionalização desse tipo de gasto.

Observa-se que a maior parte das despesas de custeio concentra-se em locação de mão de obra (47,9%), notadamente em serviços de vigilância ostensiva. As maiores economias ocorreram nos elementos de despesa: outros serviços de terceiros –pessoa jurídica (com destaque para energia elétrica, serviços de água e esgoto e comunicação em geral), diárias, serviços de tecnologia da informação (economia expressiva em comunicação de dados e suporte de infraestrutura de TIC), outros serviços de terceiros – pessoa física (maiores economias com estagiários e gratificação por encargo de curso e concurso), passagens e despesas com locomoção e material de consumo.

GRÁFICO 14 TOTAL PAGO DE CUSTEIO - 2018 A 2020



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

GRÁFICO 15 CUSTEIO 2020 - PERCENTUAL DE PAGAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA

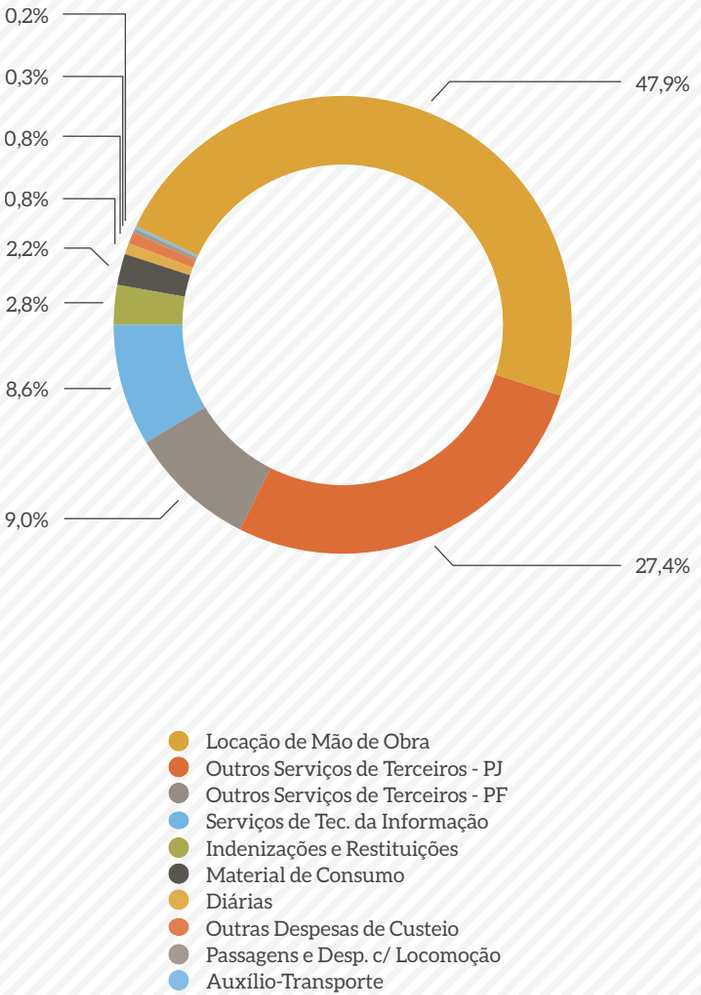
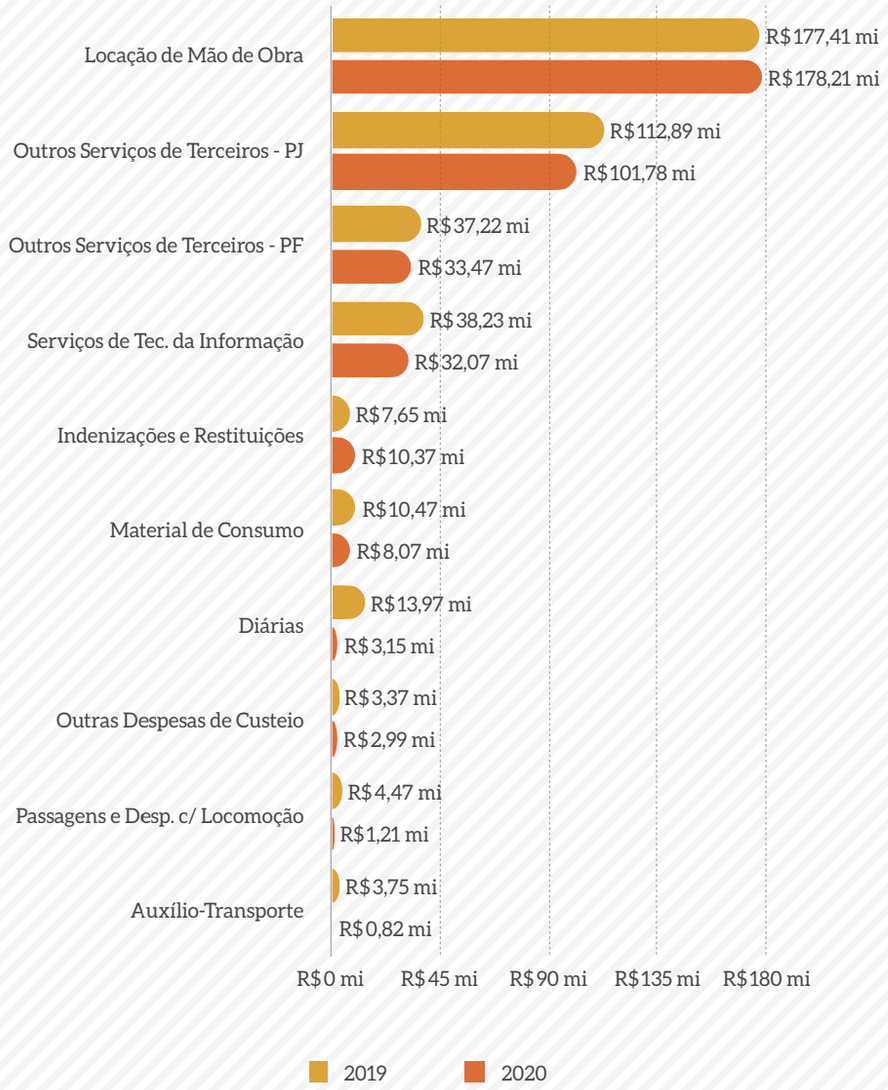


GRÁFICO 16 GASTOS COM CUSTEIO - PAGAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA - 2020 X 2019



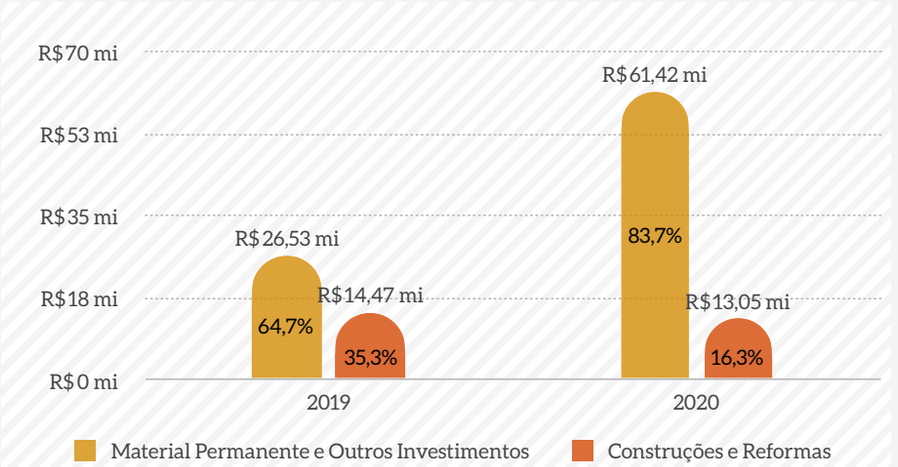
Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

Investimentos

Para melhor evidenciar os resultados alcançados, as despesas com investimentos foram classificadas em duas categorias distintas, a saber: 1) despesas com construções e reformas de edifícios-sede do MPF, cujas dotações vêm destacadas na LOA em ações ou planos orçamentários específicos, dado seu caráter de execução mais dilatado ao longo do tempo (projeto plurianual) ou de maior vulto econômico; e 2) despesas com equipamentos, material permanente e outras despesas gerais de investimento não classificadas como obras ou reformas de maior vulto.

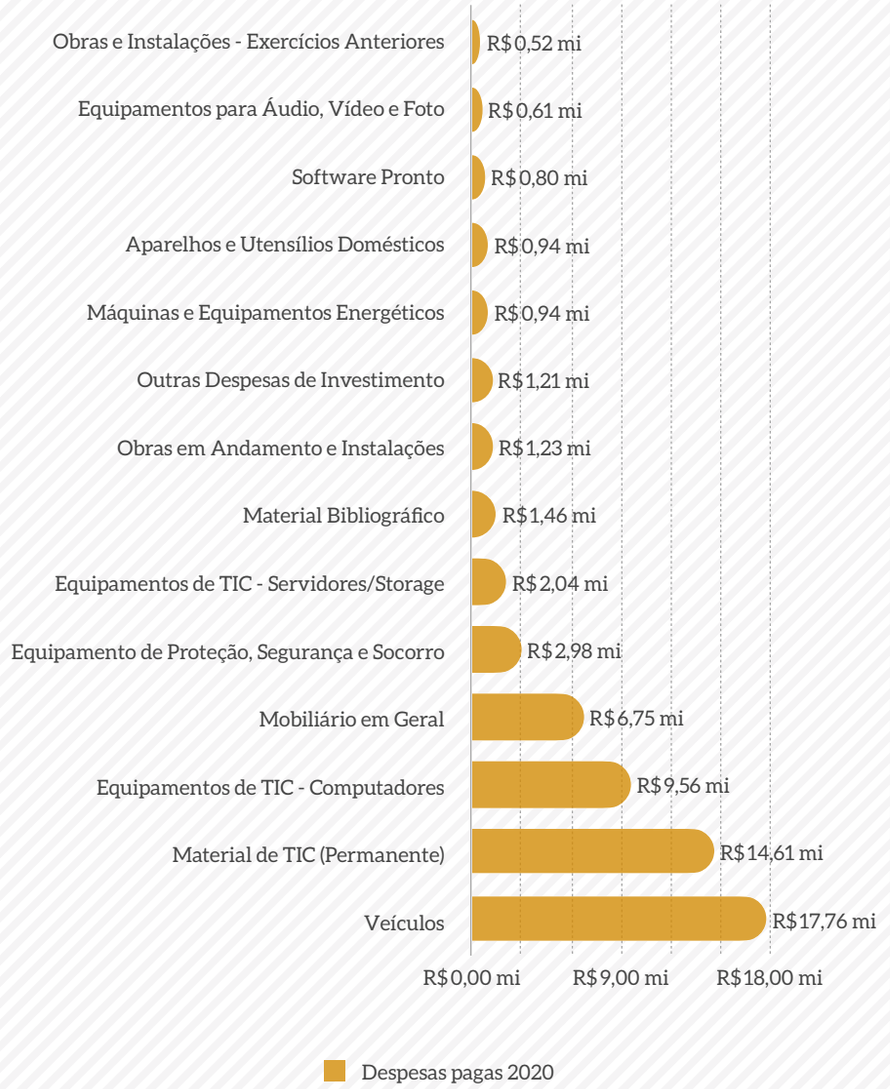
Observa-se que em 2020 houve acréscimo de pagamentos da ordem de R$ 32,36 milhões na comparação com 2019 (+78,9%). Esse aumento reflete a realocação de parte da economia verificada nas despesas de custeio em investimentos, bem como o recebimento de crédito adicional a título de adequação da Lei Orçamentária de 2020 à decisão do Tribunal do Contas da União (TCU), nos termos do Acórdão nº 3.072/2019-TCU-Plenário, no âmbito do processo TC 040.306/2019-4, que determinou a correção do cálculo do teto dos gastos do MPU, estabelecido pela EC nº 95/2016. Essa ampliação no investimento reflete um esforço da Administração pela qualificação do gasto público.

GRÁFICO 17 VALORES PAGOS - INVESTIMENTOS 2019 X 2020



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

GRÁFICO 18 DESPESA PAGA 2020 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PEMANENTE

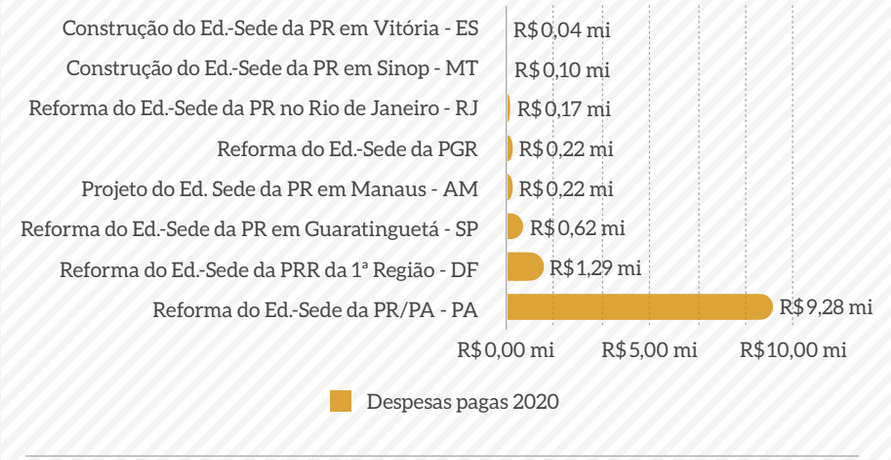


Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

Parte desse aporte extra foi direcionado à aquisição de imóveis prontos e ao reforço de dotações das obras de construção dos edifícios-sede da Procuradoria da República em Boa Vista (RR), da Procuradoria da República em Belém (PA) e da Procuradoria da República em Vitória (ES). Também possibilitou a aquisição de diversos equipamentos e de outros bens permanentes, com destaque para a compra de veículos destinados à renovação parcial da frota do MPF nos estados; equipamentos de TI, dentro da política institucional de renovação de equipamentos como computadores, notebooks, nobreaks e ativos de rede; mobiliário em geral, entre outros.

No que se refere a construções e reformas, foram pagos em 2020 R$ 11,94 milhões, cabendo às despesas do exercício o valor de R$ 5,48 milhões (41,99%) e às relativas a restos a pagar R$ 6,46 milhões (58,01%). O projeto que mais se destacou em termos de pagamentos efetivados em 2020 foi a construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Belém (PR-PA), considerada prioritária pela administração e com previsão de conclusão em 2021.

GRÁFICO 19 CONSTRUÇÕES E REFORMAS PAGAMENTOS EFETIVADOS EM 2020



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

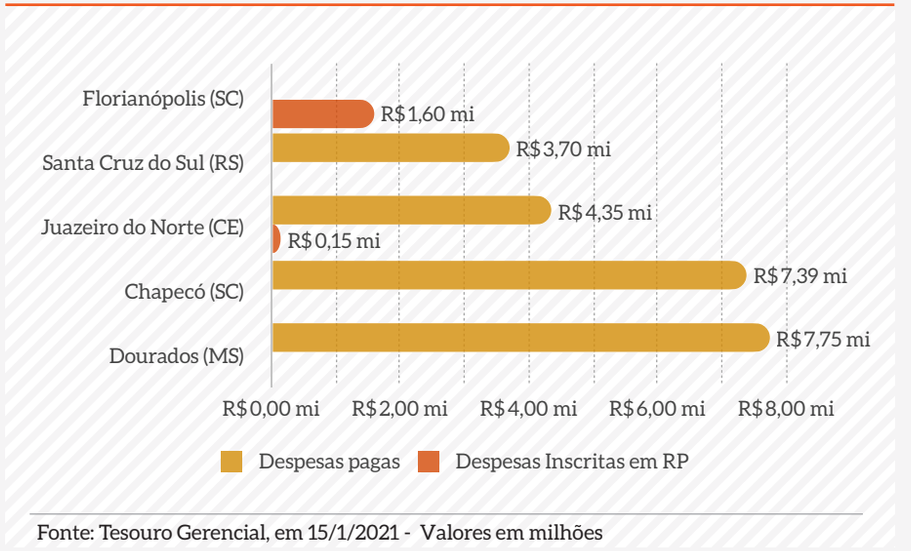
Aquisição de Imóveis (inversões financeiras)

Foram adquiridos e pagos quatro imóveis em 2020, beneficiando as Procuradorias da República nos municípios de Santa Cruz do Sul (RS), Juazeiro do Norte (CE), Dourados (MS) e Chapecó (SC), totalizando R$ 23,19 milhões de pagamento no exercício.

Foi inscrito em restos a pagar o montante de R$ 1,75 milhão, sendo R$ 1,6 milhão relativo a aquisição de 46 vagas de estacionamento para a PR-SC e R$ 150 mil residuais da aquisição de salas comerciais para abrigar a procuradoria da República em Juazeiro do Norte.

O valor referente ao imóvel para a procuradoria da República em Dourados foi empenhado em 2019 e pago em 2020 (pagamento de restos a pagar).

GRÁFICO 20 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS EM 2020



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

TABELA 12 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM 2020 E 2019

Despesa	2020					2019					VARIAÇÃO EM %	
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago[1]	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago[1]		
	[a]	[b]	[c]	[d]	[e]	[f]	[g]	[h]	[i]	[j]	[k]=[d-i]	[l]=[k/i]
Pessoal e Benefícios	3.378,46	3.378,26	3.376,94	3.376,94	4,98	3.266,51	3.266,50	3.262,02	3.261,51	6,07	115,42	3,5%
Custeio	368,68	366,31	336,58	335,03	37,11	421,53	411,21	370,40	366,90	42,97	-31,87	-8,7%
Investimentos	90,30	90,12	43,79	43,79	29,57	42,10	40,08	9,55	9,55	31,03	34,24	358,4%
Aquisição de Imóveis	17,19	17,19	15,44	15,44	7,75	8,62	8,62	-	-	-	15,44	-
Total	**3.854,63**	**3.851,89**	**3.772,75**	**3.771,20**	**79,41**	**3.738,76**	**3.726,41**	**3.641,97**	**3.637,96**	**80,06**	**133,24**	**3,7%**

[1] Restos a pagar processados e não processados pagos

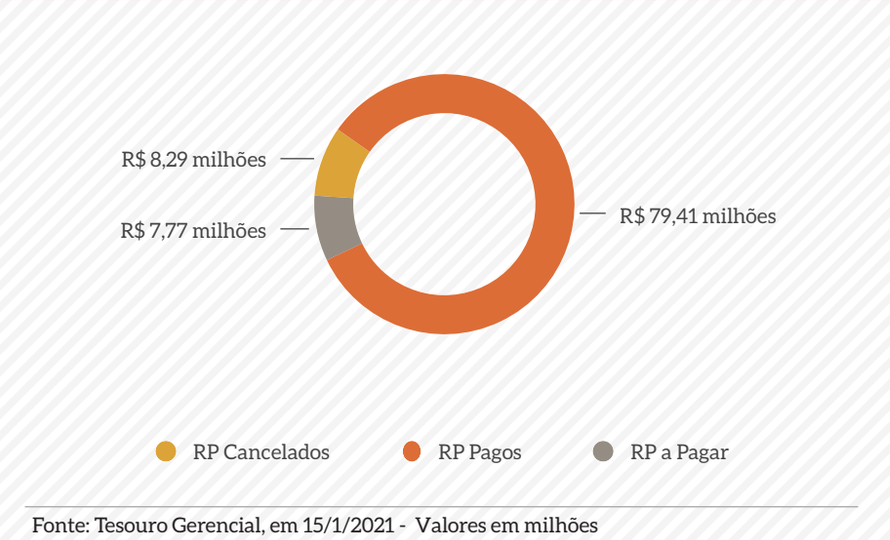
RESTOS A PAGAR

O MPF iniciou o exercício de 2020 com um estoque total de despesas inscritas em restos a pagar (processados e não processados) de R$ 95,47 milhões, cerca de 30% abaixo do valor inscrito no ano anterior (redução de R$ 41,25 milhões).

Do total inscrito foram pagos R$ 79,41 milhões (83,2%), cancelados R$ 8,29 milhões (8,7%), restando um saldo a pagar de R$ 7,77 milhões (8,1%), a ser liquidado ao longo do exercício financeiro de 2021.

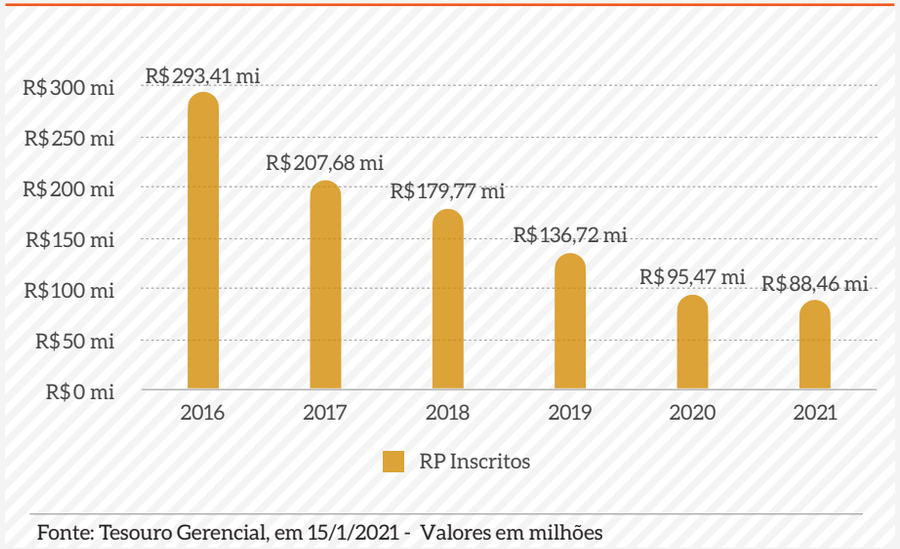
Pelos dados apurados verifica-se firme tendência de queda no volume de inscrição em restos a pagar ao longo dos últimos anos, bem como uma maior eficiência na execução dessa categoria de despesa. Para 2021, a inscrição em Restos a Pagar foi de R$ 88,46 milhões.

GRÁFICO 21 SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM 2020



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

GRÁFICO 22 VOLUME DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS - PERÍODO DE 2016 A 2021



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

CONFORMIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O MPF é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, tendo como missão precípua a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sua área de atuação alcança temas variados, tais como direitos sociais; ordem econômica; direitos do consumidor, do meio ambiente, e criminal; combate à corrupção; defesa das populações indígenas; controle externo da atividade policial, entre outros.

Consideradas as especificidades de cada área de atuação das unidades ministeriais, a execução orçamentária e financeira no âmbito do MPF ocorre de maneira descentralizada, de modo a permitir aos gestores maior agilidade e efetividade em suas ações, na busca por oferecer melhores serviços à sociedade. Nesse contexto, assegura-se que os atos de gestão orçamentária e financeira, praticados pelas unidades gestoras do MPF no exercício de 2020, encontram-se em absoluta conformidade com as normas legais vigentes.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios

- Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo MPF à sociedade, a despeito do cenário de restrições orçamentárias e financeiras vigentes;
- Concluir as obras paralisadas em virtude de insuficiência orçamentária;

- Reduzir despesas com a locação de imóveis;
- Ampliar o uso de energia limpa, com utilização de energia solar nas unidades do MPF; e
- Sistematizar o processo de acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

Ações

- Dar continuidade ao aperfeiçoamento da comunicação entre as unidades e fortalecer a estrutura administrativa do MPF;
- Adotar melhores práticas administrativas, visando à eficiência do gasto e ao princípio constitucional da economicidade, implementando as sugestões apresentadas pelos grupos de trabalho (GTs) criados para tal finalidade;
- Selecionar e adquirir imóveis adequados para abrigar Procuradorias da República em localidades onde o MPF não dispuser de sede própria, visando à redução de despesas com aluguel; e
- Dar início ao projeto piloto de utilização de energia solar no edifício da Procuradoria-Geral da República.

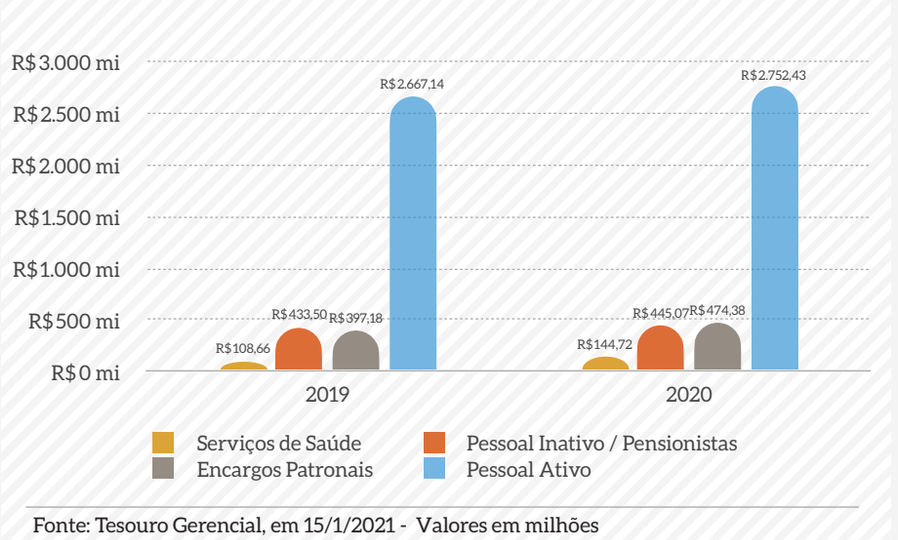
2.3.5.2 GESTÃO DE CUSTOS

A Lei nº 10.180/2001 (art. 14, inciso V) e o Decreto nº 6.976/2009 (art. 7º, inciso XIX) estabelecem que o Sistema de Contabilidade Federal tem como finalidade evidenciar os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal, mantendo sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a partir das Portarias STN nº 157/2011 e nº 716/2011, instituiu o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, mantendo o Sistema de Informações de Custos (SIC) como sistema informacional a ser utilizado para prover os gestores com informações sobre os custos.

Atualmente, a metodologia de apuração de custos do Ministério Público Federal (MPF) adota como centros de custos as unidades administrativas e unidades vinculadas, representadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), pelas Procuradorias Regionais da República (PRRs), Procuradorias da República (PRs) e Procuradorias da República nos Municípios (PRMs). Existem hoje 227 centros de custos. As unidades são responsáveis pela definição de diretrizes para implementação de políticas institucionais.

Em 2020, os custos do MPF totalizaram R$ 4,2 bilhões, um acréscimo de aproximadamente 3,4% em relação a 2019 (R$ 4,06 bilhões). Cabe salientar que houve um decréscimo nos custos discricionários do Órgão de, aproximadamente, 15,4% (de R$ 457,1 milhões em 2019, para R$ 386,6 milhões em 2020). Parte dessa economia pode ser justificada pela manutenção do regime de teletrabalho, por conta da pandemia.

GRÁFICO 23 CUSTO POR ITEM DE CUSTO - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 2019 X 2020

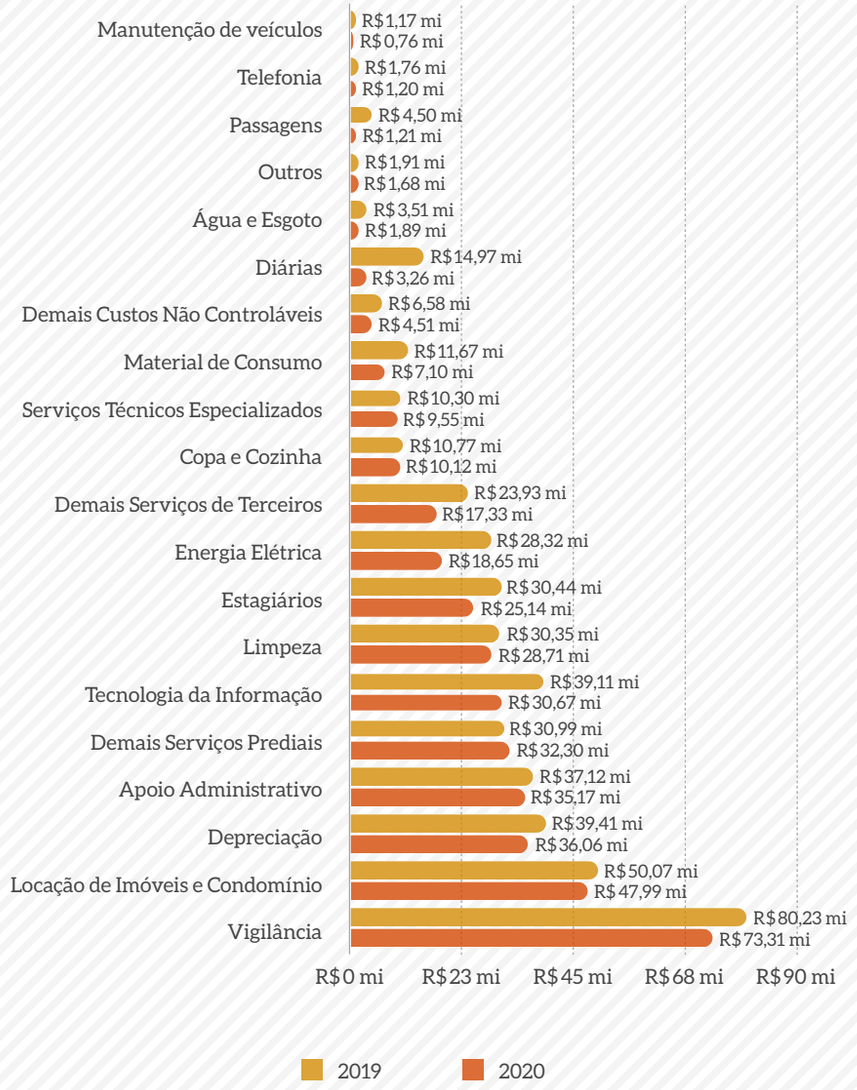


Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

Ressalte-se que, em 2020, foi instituído um grupo de trabalho com o objetivo de implantar o Sistema de Gestão de Custos do Ministério Público da União, padronizando a metodologia de apuração de custos para todos os ramos do Ministério Público da União (MPU).

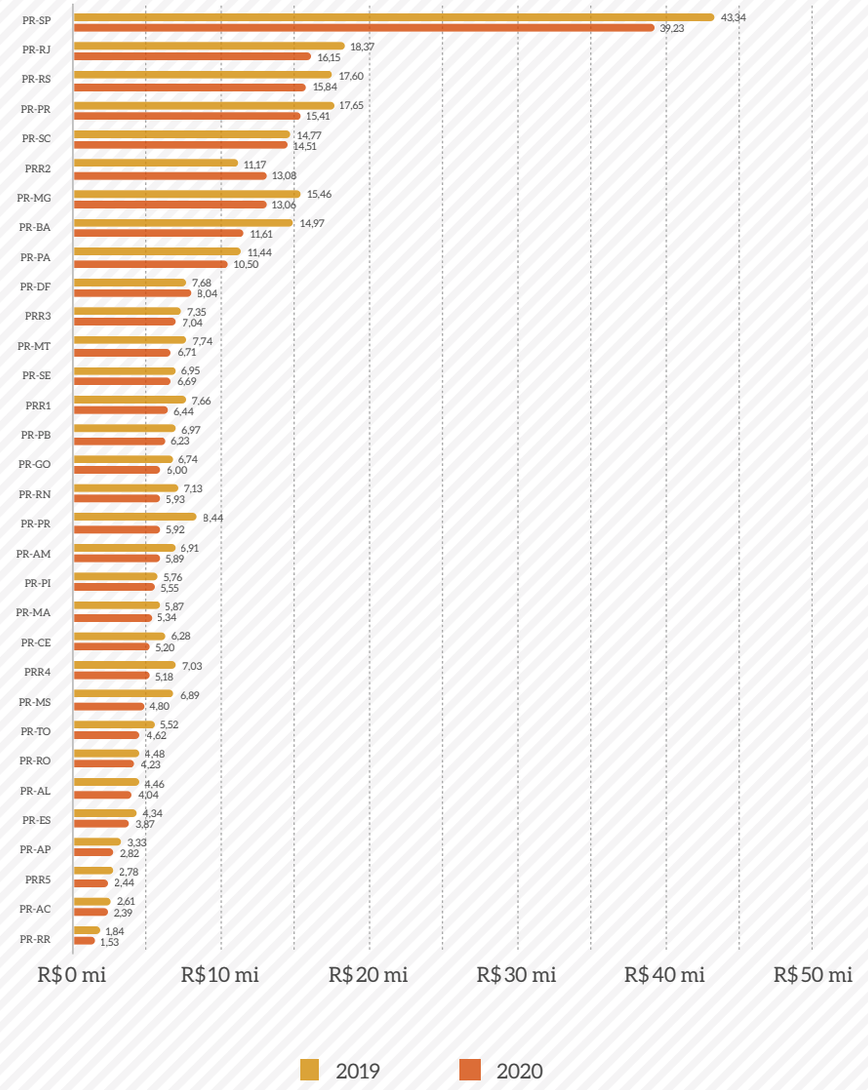
Entre os desafios que estão sendo enfrentados, destaca-se a necessidade de automatização dos lançamentos, para que o detalhamento dos custos permita maior qualificação das informações aos gestores e à sociedade. Os resultados desse trabalho permitirão a ampliação dos instrumentos de governança, resultando na melhor alocação dos recursos disponibilizados para o MPU.

GRÁFICO 24 CUSTO POR ITEM DE CUSTO 2020 - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS 2019 X 2020



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

GRÁFICO 25 CUSTO POR UG BENEFICIADA - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS 2019 X 2020



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

2.3.5.3 GESTÃO DE PESSOAS

Corpo Funcional do MPF

Quadro de Membros:

http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/gestao-de-pessoas/quadro-de-membros

Quadro de Servidores:

http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/gestao-de-pessoas/quadro-de-servidores

Cargos em Comissão e Funções de Confiança Ocupados e Vagos:

http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/gestao-de-pessoas/cargos-em-comissao-e-funcoes-de-confianca-ocupados-e-vagos

Despesas com pessoal:

http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/gestao-de-pessoas/despesas-com-pessoal

Reenquadramento de cargos – Em 2020, foi dada continuidade ao estudo de unificação de cargos do MPU, em prol da Gestão por Competências. Trinta e cinco servidores ativos, ocupantes do cargo de Analista do MPU/Finanças e Controle, foram enquadrados no cargo de Analista do MPU/Gestão Pública.

Necessidade de Recursos Humanos – Dimensionamento da Força de Trabalho – O dimensionamento da força de trabalho (DFT) atuou de forma prioritária em unidades que sofreram mudanças de estrutura e de quadro de pessoal durante a pandemia, assim como aquelas que foram afetadas com uma maior sobrecarga de trabalho devido à natureza do teletrabalho, às intempéries trazidas pela covid-19 e consequentes adaptações na rotina laboral dos setores.

Evasão de Membros e Servidores – No que se refere à evasão de membros e servidores do MPF, ao final de 2020, o percentual de rotatividade aferido para membros foi de 0,08% e para servidores de 0,27% (medição referente ao 2º semestre de 2020). Esse percentual considerou o total de vacâncias ocorridas no período em relação ao total de vagas ocupadas no mesmo intervalo, desconsiderando-se a taxa de desligamento natural por aposentadoria e falecimento.

Nomeação de novos membros do MPF - Com o propósito de ampliar o atendimento à população assistida pela Instituição ao longo de 2020, o MPF nomeou 23 novos procuradores da República e 70 servidores efetivos. No caso dos membros, eles foram lotados em Procuradorias da República, como Roraima, e procuradorias de municípios, como Tabatinga (AM), B. J. Lapa – Guanambi (BA), Ji Paraná (RO), Vilhena (RO), Irecê (BA), Altamira (PA), Paragominas (PA) Cruzeiro do Sul (AC), Redenção (PA), Balsas (MA) e São Raimundo Nonato (PI). Os novos membros do MPF ocuparam ofícios que estavam vagos ou que eram ocupados por procuradores que foram removidos. A recomposição do quadro de membros e servidores é prioridade para assegurar o atendimento à população que vive principalmente em locais mais distantes dos grandes centros urbanos.

Concursos, Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas – No ano de 2020, para o MPF, foram nomeados 70 servidores, sendo 15 analistas e 55 técnicos. Em atenção no art. 10 da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e ao Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o 10º Concurso esteve suspenso desde a data de 20 de março de 2020, em conformidade com o Edital nº 34 – MPU, de 19 de outubro de 2020. Seu prazo voltou a correr a partir de 1º de janeiro de 2021.

O Programa de Recrutamento e Seleção Interna no âmbito do MPF, regulamentado pela Portaria PGR/MPF nº 778, de 28 de agosto de 2017, visa auxiliar os gestores a atrair os talentos da Instituição. Em 2020, foram realizados 243 recrutamentos internos em todo o MPF. Em 19 unidades, foi realizado pelo menos um processo seletivo em 2020, o equivalente a 57% das unidades do MPF.

Avaliação de Desempenho por Competências – Em 2020, a Avaliação de Desempenho por Competências Técnicas e Fundamentais alcançou todos os servidores do MPF e os resultados obtidos auxiliarão na priorização das ações de capacitação para o ano de 2021. Esse modelo é uma importante ferramenta de melhoria contínua organizacional, tendo em vista a possibilidade de foco de recursos em competências mais deficitárias e com maior impacto para o alcance dos objetivos institucionais.

Avaliação Gerencial – Foram avaliados por Competências Gerenciais e Técnicas 1.865 gestores em todo o MPF. Assim como para as demais competências, os gaps observados auxiliarão na priorização das ações de capacitação para o ano de 2021.

Processos Seletivos de Estágio realizados em formato on-line – Desenvolvimento e implementação de plataforma de realização dos processos seletivos de estágio em formato on-line, diante do cenário de restrições e dificuldades impostas pela pandemia, o que impossibilitou a execução dos certames no formato usual. A alternativa foi vislumbrada como forma de impedir que houvesse a descontinuidade generalizada no Programa de Estágio do MPF.

Sistema de Apuração de Tempo de Serviço – Com a publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, foi realizada a atualização do Sistema de Apuração de Tempo de Serviço, adequando-o às novas regras de aposentadoria. Tal ferramenta permite que membros e servidores do MPF acessem a data prevista para aposentadoria/abono de permanência, com base nas informações disponíveis nos assentamentos funcionais, permitindo que se preparem para o momento do desligamento, tanto na esfera pessoal quanto

financeira. Os dados disponíveis também auxiliarão o MPF a adotar medidas gerenciais no âmbito da gestão de pessoas, bem como na área de programação orçamentária-financeira.

EVOLUÇÃO DO TELETRABALHO

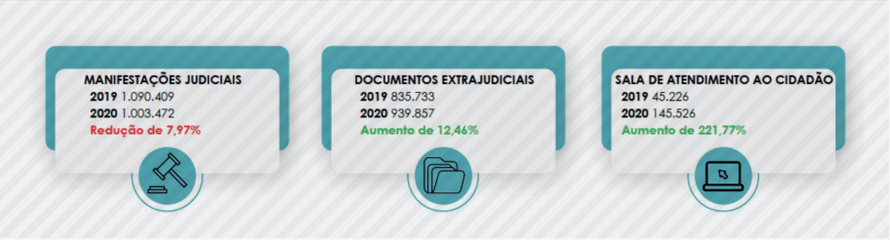
O teletrabalho foi instituído no MPF por meio da Portaria PGR/MPF nº 39, de 28 de abril de 2017. Essa modalidade de execução remota do trabalho utilizando a tecnologia da informação vem ganhando espaço na Instituição, por favorecer o aumento da produtividade e da qualidade.

A Portaria PGR/MPU nº 44, de 21 de fevereiro de 2020, trouxe avanços referentes à flexibilização do regime de teletrabalho no MPU, como:

- Possibilitar à chefia com subordinados a realização do teletrabalho, mediante autorização expressa da chefia imediatamente superior.
- Conceder a competência para a chefia imediata poder aumentar o percentual dos servidores em teletrabalho no setor, de acordo com a característica de cada área, sem a necessidade de autorização do procurador-chefe.
- Delegar aos procuradores-chefes a competência para autorizar o servidor a residir em local diverso do município da sede de lotação para outro município no mesmo estado.
- Inclusão no rol de prioridades para o teletrabalho de servidores com filhos até 24 meses.

Outro ganho relativo ao tema foi o trabalho remoto, realizado durante o recesso de final de ano, integrar banco de horas próprio com proporção de uma hora para cada hora trabalhada, conforme regulamentado pela Portaria PGR/MPU nº 166/2020.

FIGURA 9 ATIVIDADES EM REGIME DE TELETRABALHO



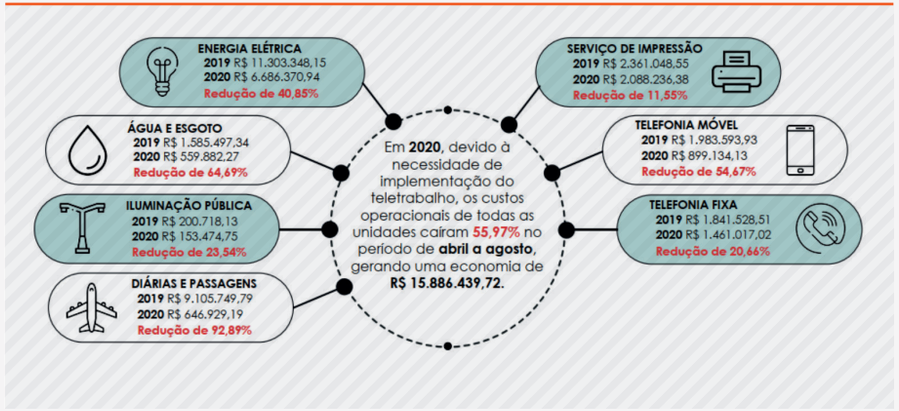
Tendo em vista a condução dos trabalhos dos membros do Ministério Público Federal realizados durante a pandemia covid-19 em regime de teletrabalho, foi realizado estudo para aferição da produtividade e da economicidade gerada nesse período.

Um estudo contemplou o período de abril a agosto de 2019 e comparou com o mesmo período de 2020, pautado nas dimensões produtividade, percepção dos membros (pesquisa on-line) e economia de custos. Destaca-se que foi levada em consideração, ainda, a capacidade tecnológica do MPF em sustentar a implementação do trabalho remoto de modo integral.

O estudo avaliou ainda a pertinência do teletrabalho integral dos membros com as premissas do Planejamento Estratégico Institucional do MPF.

Os dados abaixo referem-se à produção da Procuradoria-Geral da República e das demais 32 unidades do MPF, no período de abril a agosto, dos anos 2019 e 2020. As informações incluem todas as manifestações judiciais e documentos extrajudiciais elaborados e as manifestações cadastradas na Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC) que é o canal de comunicação direto da Instituição com o cidadão. A SAC é responsável por recebimento de denúncias, pedidos de informação (nos termos da Lei de Acesso à Informação), pedidos de informações processuais, certidões, pedidos de vista e cópia de autos, e teve um aumento expressivo de suas atividades em regime de teletrabalho, conforme se pode ver a seguir:

FIGURA 10 COMPARATIVO DE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS



A imagem acima compila os dados de redução dos custos operacionais de todas as unidades do MPF, comparando os períodos entre abril a agosto de 2019 e 2020.

A planilha ao lado compila os valores totais e permite a análise individualizada das despesas e seus decréscimos.

TABELA 13 COMPARATIVO DAS DESPESAS GERADAS COM O USO DO TELETRABALHO

DESPESAS	abril a maio		ECONOMIA	PERCENTUAL
	2019	2020		
Passagens	2.220.458	135.652	2.084.806	93,28%
Diárias	6.885.292	511.277	6.374.015	
Hospedagem	243.260	13.115	230.145	
Eventos	483.289	742	482.547	
Subtotal[1]	**9.832.299**	**660.787**	**9.171.512**	
Energia elétrica	11.303.348	6.686.371	4.616.977	43,47%
Água e esgoto	1.585.497	559.882	1.025.615	
Iluminação pública	200.718	153.475	47.243	
Subtotal[2]	**13.089.564**	**7.399.728**	**5.689.836**	
Telefonia fixa	1.841.529	1.461.017	380.511	28,09%
Telefonia móvel	1.983.594	899.134	1.084.460	
Outsoursing - impressão	2.361.049	2.088.236	272.812	
Subtotal[3]	**6.186.171**	**4.448.388**	**1.737.783**	-
Total	**29.108.034**	**12.508.902**	**16.599.131**	**57,03%**

A economia gerada com essas despesas, nos meses de abril a agosto de 2020, totalizou R$ 16.559.131,00, uma redução de 57,03% nos custos operacionais em relação ao ano de 2019.

Perspectivas futuras: potencializar, em 2021, os benefícios apresentados no período de teletrabalho para otimizar a redução dos custos operacionais e aperfeiçoar os processos de trabalho, sempre visando à excelência na prestação do serviço público.

TABELA 14 EVOLUÇÃO DO TELETRABALHO 2018X2019

2018				2019			
1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI
4,29%	5,64%	7,22%	9,02%	9,77%	11,20%	13,24%	11,27%

TABELA 15 EVOLUÇÃO DO TELETRABALHO 2019X2020

2019				2020			
1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI
9,77%	11,20%	13,24%	11,27%	35,80%	65,00%	66,50%	75,20%

Observação 1: Houve aumento do percentual de 2020, em virtude da entrada em vigor das Portarias PGR/MPU nº 60/2020 e nº 76/2020, as quais regulamentaram as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus. Na ocasião, foram suspensas as atividades incompatíveis com o teletrabalho, dispensando-se o comparecimento presencial nas unidades do Ministério Público da União a partir do dia 19 de março de 2020. Entretanto, estabeleceu-se que membros, servidores, estagiários e colaboradores ficassem de sobreaviso para atendimento preferencialmente remoto, a fim de manter o integral funcionamento do Ministério Público da União.

Observação 2: O percentual apresentado acima refere-se a servidores. http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/gestao-de-pessoas/teletrabalho

AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Em 2020 deu-se seguimento à implementação, em todo MPF, da Política Nacional de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), que foi aprovada pela Portaria PGR/MPF nº 875, de 12 de setembro de 2017.

- Total de ações de QVT no país – Além das ações presentes nos projetos nacionais e nas políticas locais de QVT, foram realizados 35 eventos nacionais de Qualidade de Vida no Trabalho/SGP, com a participação de um total de 34.945 pessoas. Somado a isso, foram realizados 130 eventos e capacitações pelas unidades do MPF nos estados, nos 7 eixos temáticos de QVT, com a participação de mais de 5 mil pessoas do público interno. Em muitas dessas ações, houve também a participação do público externo.
- Diagnóstico de Qualidade de Vida no Teletrabalho – Foi realizada pesquisa no período de 27 de maio a 17 de junho de 2020, com o objetivo de identificar fontes de mal-estar, incômodos, que afetaram a qualidade de vida no trabalho e, consequentemente, o desempenho dos servidores durante o período de isolamento social. Foram discutidos os resultados do diagnóstico juntamente com as unidades de Gestão de Pessoas locais e, a partir disso, construídas proposições de ações locais. Foram propostas, ao todo, 256 ações.
- Programa QVT Cidadã – As ações de QVT passaram a atingir o público externo, por meio do Programa QVT Cidadã, que trouxe acesso ao conteúdo de qualidade de vida no trabalho diretamente aos cidadãos. Em 2020, 586 participantes externos tiveram acesso às ações de Qualidade de Vida no Trabalho.
- Principais Ações – Foram realizados eventos relativos à Semana da Mulher; à Semana da Gratidão; à Semana da Liderança; à Semana do Servidor; ao Dia do Estagiário; ao Dia da Consciência Negra; ao Dia do Deficiente Físico; ao Programa na Ponta do Lápis (consciência financeira); ao Programa Novos Caminhos (preparação para aposentadoria); às Práticas de Gestão e Organização do Trabalho; à Promoção da Saúde; às Campanhas de prevenção e combate

ao suicídio, câncer de mama e de próstata; e aos temas do Comitê Gestor de Gênero e Raça no MPF, como prevenção e combate ao assédio moral.

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

O MPF elabora um Plano Estratégico de Capacitação para cada exercício financeiro, a fim de contribuir com o Planejamento Estratégico da Instituição, promover o desenvolvimento contínuo dos membros e servidores do MPF e reduzir as lacunas ou *gaps* das competências técnicas e gerenciais detectados nas diversas áreas da Instituição.

No ano de 2020, foram coordenadas 559 ações de capacitação. Chegaram a ser ofertadas 19.214 vagas, com aproximadamente 13.369 participantes. No total, foram ofertadas 8.447 horas de capacitação. Ademais, foram encaminhados e instruídos 238 processos para realização de cursos nos estados.

Na educação à distância foram ofertados 46 Cursos EaD. No total, foram capacitadas 5.367 pessoas nessa modalidade. Somadas a esses, foram promovidas 4 contratações externas, que capacitaram 12 pessoas. Ainda, por meio do contrato com a Plataforma Alura, de 2019, no ano de 2020, 124 pessoas foram capacitadas.

As ações de incentivo à capacitação além de pautar-se nos princípios da economicidade, eficiência e eficácia, vislumbram, mesmo em um momento de forte contenção de gastos, ampliar a abrangência geográfica e o leque temático das capacitações de servidores, na certeza de que valorizar o capital intelectual do MPF é caminho para alavancar a capacidade de inovação da Instituição. Dentro dessa perspectiva, destacam-se, ainda:

- Capacitações telepresenciais – Em 2020, em razão da necessidade de isolamento social imposta pela pandemia covid-19, as ações de capacitação precisaram ser adaptadas e passaram a ser realizadas, preferencialmente, no formato telepresencial. Essa modalidade possibilitou a ampliação das ofertas dos cursos para os membros e servidores dos estados, gerou economia com diárias e passagens, fomentou a gestão do conhecimento na organização, além de ter gerado inovação nos processos de capacitação do MPF.
- Modernização do Portal EAD – A plataforma de Educação a Distância do MPF (EaD MPF) foi reformulada. A partir da reorganização do conteúdo e da aplicação de uma linguagem mais limpa e moderna, utilizando novas cores e tipografia e com aplicação de novos ícones de acesso às funcionalidades do sistema, buscou-se aprimorar a experiência do usuário.
- Programa Direto ao Ponto – Trata-se de um conteúdo curto e direto em forma de vídeos tutoriais que aborda questões institucionais dando dicas de como melhor aproveitar ferramentas e sistemas internos. O programa foi criado a partir do diagnóstico da Avaliação de Competências realizada em 2019 em que se identificou lacunas (gaps) de competência em sistemas internos. Seu objetivo é que o usuário possa ser treinado, além de sanar as dúvidas específicas do dia a dia de trabalho, consumindo um conteúdo fácil e rápido.
- Programas pílulas do conhecimento – Foi inaugurado espaço na intranet destinado a armazenar textos e vídeos com assuntos diversos, relacionados a ações que estão acontecendo no Órgão ou assuntos de interesse dos integrantes do MPF. No ano de 2020, foram publicadas 16 pílulas com diferentes temáticas, entre elas, gestão do tempo, inteligência emocional e produtividade em tempos de pandemia.

Ademais, para adotar medidas de economicidade atreladas à excelência, tem-se investido em programas de desenvolvimento do público interno do MPF, a fim de capacitá-lo para atuação como facilitadores de cursos demandados pelas áreas internas e que, se contratados por profissionais externos, geraria grande impacto orçamentário devido ao quantitativo de membros e servidores a serem capacitados.

2.3.5.4 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A área de Tecnologia da Informação e Comunicação promoveu a entrega de ferramentas para ampliar a eficiência e a eficácia da atuação finalística e administrativa do MPF, aprimorando a capacidade de prover serviços aos cidadãos de acordo com o estabelecido constitucionalmente. Os principais resultados aferidos foram:

Sistema Único – Principal solução de tecnologia da informação e comunicação que sustenta a atuação finalística e da área administrativa do MPF, o sistema Único passou por inovações e aperfeiçoamentos constantes ao longo da gestão, alguns iniciados em 2019 e que aguardavam implementação ao longo de 2020, tais como os projetos Único Cloud, Único IA, Único Mobile, Iter, Peticionamento Inicial via Interoperabilidade com o Poder Judiciário e Ampliação de Acessibilidade. Os investimentos na evolução do sistema Único nortearam-se pela atenção às oportunidades de aprimorar a eficiência da atuação e a efetividade na prestação de serviços ao cidadão.

- Em 2020, foi finalizado o projeto e-Carta, que promoveu a integração do sistema Único ao sistema e-Carta, dos Correios, tornando o envio de documentos a destinatários externos totalmente eletrônico, ficando a cargo dos

correios a impressão, o envelopamento, a postagem e a entrega ao destinatário. A integração entre os sistemas permite que o sistema e-Carta informe o resultado da expedição e o código de rastreamento ao sistema Único, sendo esse último automaticamente incluído no documento eletrônico expedido. Além de celeridade no envio de documentos aos Correios, há redução de custos com impressão, envelopamento e expedição de documentos;

- Destaca-se ainda a finalização do projeto de adequação do sistema Único aos padrões de acessibilidade. Esse projeto contemplou a adaptação para deficientes visuais das principais páginas dos módulos Judicial, Extrajudicial e Administrativo do sistema Único, democratizando sua utilização e o acesso às informações aos servidores da Instituição, em conformidade com a legislação sobre acessibilidade virtual;
- Foi concluído no início de 2020 mais um aprimoramento na interoperabilidade com o Poder Judiciário, favorecendo a atuação dos membros do MPF, pois permitiu que o peticionamento inicial passasse a ocorrer diretamente no sistema Único, evitando a necessidade de acesso a diferentes sistemas de processo judicial eletrônico dos diferentes tribunais;
- Finalizado em 2020, o projeto de aplicativo móvel para o sistema Único (Único Mobile) nas plataformas iOS e Android, contemplando a assinatura de documentos com login e senha do usuário e notificação pelo aplicativo quando um novo documento ou manifestação estiver conclusa para assinatura;
- O projeto Único Cloud cria um mecanismo de melhor desempenho para tratamento de arquivos de mídia e documentos de tamanho elevado que precisavam ser juntados a procedimentos ou a outros documentos. A solução permitiu o uso mais racional e otimizado dos recursos de infraestrutura de tecnologia da informação, em especial, os componentes de armazenamento de dados;
- O Único IA, por meio de uso de tecnologias de Inteligência Artificial – tais como Aprendizado de Máquina (Machine Learning), Sistemas de Recomendação, Processamento de Linguagem Natural – automatizou a tomada de decisão na revisão de processos nas Câmaras de Coordenação e Revisão, a movimentação de expedientes e a classificação temática na autuação de procedimentos extrajudiciais. Assim, aumentou-se a eficiência e a precisão dos processos de trabalho desses órgãos que compõem o MPF;
- Com o projeto Iter, o Módulo Judicial do sistema Único foi reestruturado e modernizado, com foco na utilização do sistema por parte dos gabinetes do MPF. Atualmente implantada no Gabinete do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, a iniciativa entregou à área atendida um sistema mais leve, dinâmico e intuitivo, que melhor atende à crescente realidade de tramitação de processos judiciais em formato eletrônico;
- O projeto Robô para acompanhamento no Judiciário desenvolveu ferramenta que permite automatizar a baixa de processos do sistema Único com o benefício de manter atualizada a "banca" de cada ofício do MPF. Tal ferramenta contribuirá com a implementação do gerenciador de processos que estão localizados em órgãos externos, contribuindo para uma atuação finalística mais proativa e eficiente;
- Além dos projetos mencionados acima, foram realizadas várias iniciativas para aprimorar o uso do sistema Único, gerando resultados satisfatórios e de maior adequação às necessidades dos clientes. Entre essas, temos a iniciativa de gestão documental baseada na tabela de temporalidade, a paginação de procedimentos com possibilidade de fácil referenciamento e a atualização tecnológica de módulos legados do sistema;
- Os projetos e iniciativas relacionados ao sistema Único buscam alcançar melhores resultados no cumprimento das funções constitucionais do MPF, com a entrega de ferramentas para melhor organizar e estruturar as atividades institucionais.

Modernização do Processo de Trabalho de Seleção de Membros para Atuação no MPF com uso do Sisam – O novo sistema de Seleção Automatizada de Membros (Sisam), fruto do projeto nacional "P0259 – Modernização do Processo de Trabalho de Seleção de Membros para Atuação no MPF com uso do Sisam", dispõe de funcionalidade para a seleção de membros para audiências. Além do módulo "Sessão de Audiências", o projeto alcançou outros benefícios:

- Seleção automatizada de procuradores regionais para atuação em substituição a subprocuradores-gerais da República em seus afastamentos e vacâncias;
- Seleção de membros para atuação em audiências/sessões de julgamento e plantões;
- Celeridade, transparência, eficiência e segurança nos processos de seleção automatizada de membros;
- Responsividade e acessibilidade da solução.

Novo Sistema de Sessão Eletrônica do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) – O sistema permite que casos simples sejam decididos sem necessidade de reunião presencial ou on-line dos conselheiros da instância máxima de deliberação do MPF, reduzindo a pauta das sessões. Os conselheiros, a corregedora-geral e os respectivos assessores podem acessar o sistema a partir de link específico disponibilizado na página do CSMPF, na internet, no link Sessão Eletrônica do CSMPF — Conselho Superior. Membros,

servidores e demais pessoas que desejem acompanhar o andamento das sessões eletrônicas podem acessar a aba "sessão eletrônica", disponível em: http://www.mpf.mp.br/o-mpf/csmpf, no link Resultado.

Painel Gerencial de Ofícios – As principais entregas realizadas pelo projeto foram a gestão automatizada dos afastamentos de membros, com cruzamento de informações de folgas compensatórias decorrente da Resolução CSMPF nº 159/2015, escalas de plantão, exercício cumulativo de ofícios, sessões perante os órgãos julgadores, entre outras que possam impactar no gozo de quaisquer afastamentos. Além disso, foram elaboradas funcionalidades para controle automatizado dos servidores lotados em ofícios em disponibilidade, por ocasião de não gozo de férias em período coincidente ao do titular, permitindo com isso o apoio ou substituição em outros ofícios.

Migração dos bancos de dados do MPF para o ExaCC – A iniciativa envolveu a implantação da plataforma Oracle Exadata Cloud at Customer, em substituição ao ambiente anterior, composto por licenças do sistema gerenciador de banco de dados sobre hardware de propriedade do MPF. Houve estudo da plataforma pelos administradores de bancos de dados do MPF, além de todo o planejamento da migração dos dois principais bancos de dados institucionais: um de sistemas administrativos e outro destinado ao sistema finalístico (sistema Único). Em setembro de 2020, concluiu-se a migração do banco de sistemas administrativos. Ainda em 2020, definiu-se a estratégia e o cronograma de migração do banco de dados do sistema Único, prevista para o início de março de 2021.

Os resultados da migração são:

- Possibilidade de aumento da capacidade do ambiente;
- Ganho de desempenho para o sistema Único e para os demais sistemas;
- Redundância passiva do ambiente, passível de se tornar ativa com um Exadata secundário.

BI – Modelagem de dados sobre a atuação finalística do MPF e o fluxo documental da área-meio – Com a grande demanda por informações estruturadas referentes à atuação do Ministério Público Federal, bem como sobre o trâmite de expedientes relacionados à gestão administrativa, foi elaborado projeto para a organização dos dados de modo a viabilizar análises qualitativas e quantitativas da atuação extrajudicial e da gestão administrativa. Como benefícios já alcançados, destacam-se:

- Disponibilização de informações que caracterizam o procedimento extrajudicial;
- Disponibilização de informações dos principais marcos temporais de um procedimento extrajudicial e, a partir deles, quantificar o tempo transcorrido desde a autuação do procedimento até o seu arquivamento, por exemplo;
- Disponibilização de todas as informações que caracterizam o fluxo de procedimentos extrajudiciais no MPF, com a possibilidade de visualização do fluxo sob a ótica de todos os atributos do extrato de procedimentos.

O projeto terá continuidade em 2021 incluindo estudo das necessidades estatísticas da atuação finalística do MPF e mapeamento dos dados para geração dessas estatísticas no sistema Único. Esse trabalho permitirá à Secretaria Jurídica e de Documentação e à Corregedoria do MPF a extração de indicadores estratégicos para auxiliar em suas atuações.

Extractus – Gerador de Relatórios do MPF – Versão 3 (Extractus v3) – O Extractus é a solução do Ministério Público Federal (MPF) para criação, publicação e emissão de relatórios operacionais, podendo ser utilizado por qualquer sistema previamente integrado a ele. Entre as novidades da nova versão destacam-se a possibilidade de compartilhar a edição de relatórios; o quadro de notificações para usuários com avisos, novos recursos ou alterações disponíveis; novos recursos de ordenação e de formatação dos relatórios.

Serviço de videoconferência – O serviço de videoconferência, já bastante consolidado no Ministério Público Federal, reconhecidamente relevante na redução das despesas com deslocamento, ganhou especial importância como ferramenta de comunicação não só com interlocutores externos, mas também entre as equipes da Instituição, em razão do distanciamento imposto pela pandemia. Em resposta ao aumento exponencial da demanda por interação não presencial, foi estabelecida cooperação com a empresa Google para uso gratuito dos aplicativos da empresa, entre eles o Google Meet, que permitiu a realização de reuniões virtuais sem consumir os recursos tecnológicos institucionais. A parceria com a Google vigorou até setembro de 2020, tendo sido substituída por acordo semelhante com a empresa Cisco, para uso do software Webex, até que se conclua o procedimento licitatório para aquisição de uma ferramenta própria de webconference, em complemento à solução corporativa atual Integra+.

Aprimoramento da infraestrutura – Foi dada prioridade à centralização das áreas de armazenamento das unidades ministeriais na nuvem privada do Ministério Público Federal, universalizando o uso do MPF Drive como ferramenta institucional de arquivos em nuvem, dispensando a necessidade de dar sobrevida aos equipamentos obsoletos de armazenamento localizados nas procuradorias.

INTEGRAÇÃO COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Integração eProc-Único: Substabelecimento de Processos Distribuídos – O projeto nacional "P0257 – Integração Eproc-Único: Substabelecimento de Processos Distribuídos" propiciou o provimento de uma solução de sincronização automática das conclusões do sistema Único com o Eproc (sistema de processo eletrônico desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região). Essa integração entre sistemas evitou retrabalho e erros operacionais, liberando tempo dos setores envolvidos com a distribuição de processos e dando maior segurança ao trabalho nos gabinetes dos membros.

Sistema Helios Voting de votação eletrônica – Realização de eleições para renovação da composição do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), utilizando o sistema Helios Voting, viabilizadas por parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, que se responsabilizou pela hospedagem do sistema em sua infraestrutura segura de Tecnologia da Informação e pelas adaptações da solução às regras do pleito do CSMPF.

Acompanhamento no TSE do processo de lacração das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições de 2020 – Quatro especialistas em sistemas informatizados do Ministério Público Federal (MPF) visitaram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para coletar informações sobre os sistemas utilizados nas eleições de 2020. Foi feita inspeção no código-fonte dos sistemas, de maneira a aferir a segurança da plataforma digital de apuração. Esse acompanhamento teve como objetivo fortalecer a fiscalização, a auditoria e a transparência do processo eleitoral. Além dessa primeira etapa de perícia, o Ministério Público Eleitoral (MPE) acompanhou a verificação das assinaturas digitais dos sistemas utilizados para o recebimento e a totalização dos votos das eleições municipais, nas cerimônias de lacração referentes a cada etapa eleitoral.

Desenvolvimento de webservice de envio dos dados do sistema Destina-COVID (MPF) ao CNMP (painel consolidado nacional dos MPs) – O Sistema Nacional de Destinação da covid-19 tem o objetivo de reunir as informações de todo país, o que, além de permitir o conhecimento da totalidade de valores destinados ao enfrentamento da doença, também contribui para o monitoramento da aplicação dos recursos. O formulário traz informações como tipo do feito, número dos autos, fonte dos recursos, valor, objeto da destinação, instituição beneficiada (quando houver), entre outras. A origem dos recursos é a atuação institucional do MPF tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial, e inclui multas penais, extrapenais, valores acertados em acordos de colaboração premiada, acordos de não persecução penal e execução de Termos de Ajustamento de Condutas (TACs).

Implantação de API de integração com o TCU, para validar o acesso de membros do MPF ao ambiente controlado do Tribunal – Por meio da Plataforma de Serviços Digitais Conecta-TCU, é possível consultar documentos e fazer download de processos inteiros sem a necessidade de oficiar o órgão de contas. O Conecta-TCU é um canal único de informações e serviços, voltado à interação entre a Corte de Contas, agentes públicos e o cidadão. A plataforma permite o acesso on-line a informações referentes a deliberações, processos e recursos, envio e resposta a comunicações, determinações e recomendações. Nela também estão disponíveis serviços que permitem informar cumprimento de determinação, solicitar prorrogação de prazo e acessar autos de processos não sigilosos.

Cessão de Uso do Sistema Cidadão para o CNMP 2020 – Fornecimento do Sistema Cidadão ao Conselho Nacional do Ministério Público, bem como apoio à sua implantação naquela instituição.

Acordo de Cooperação Kairós com a CGDF – Acordo de cooperação para fornecimento do Sistema Kairós para a Controladoria-Geral do Distrito Federal. O sistema realiza controle de jornadas de trabalho e apropriação de pontos de servidores. O acordo foi firmado em 2020 com previsão de conclusão de implantação no primeiro semestre de 2021. O acordo traz como benefícios:

- A economia de recursos para a CGDF, por consequência para a União, tendo em vista que o sistema foi disponibilizado em versão estável, homologada e com diversas melhorias realizadas ao longo de seu desenvolvimento, sem necessidade de investimentos em aquisição ou desenvolvimento completo de uma solução própria;
- Integração e compartilhamento de conhecimentos técnicos entre as instituições partícipes, tendo em vista a disponibilização de corpo técnico do MPF para o suporte à instalação do produto junto à equipe técnica da CGDF;
- Melhoria na transparência e gestão da área de recursos humanos da CGDF, tendo em vista as características de gerência e operacionalização do sistema Kairós.

MELHORIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA NO MPF

Implantação da ferramenta ZenWorks em âmbito nacional – O objetivo da implantação da ferramenta de gerência de configuração de estações de trabalho em âmbito nacional foi o de eliminar a necessidade de instalações locais com custos de sustentação para todas as unidades do Ministério Público Federal, além de permitir um inventário unificado e centralizado do parque e a extração de informações para indicadores do planejamento estratégico.

Novo sistema de Apuração de Tempo de Serviço – baseado nas novas regras de aposentadoria realizou-se a atualização do sistema de cálculo de tempo

de serviço para membros e servidores conforme as regras dispostas na EC nº 103/2019. Após um breve resumo da vida funcional, o sistema discrimina as regras a que cada um faz jus, conforme a data de ingresso mais remota, sem interrupção, no serviço público em cargo efetivo da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, com a respectiva data de previsão para aposentadoria/abono de permanência.

Sistema de Processos Seletivo Eletrônico de Estagiários – As equipes de Tecnologia da Informação da Procuradoria da República no Paraná e da Procuradoria-Geral da República adaptaram a plataforma Moodle, já utilizada no Ministério Público Federal, para permitir que os candidatos a estágio fizessem a prova de maneira remota. Foram realizados 22 processos seletivos de estágio em todo o MPF.

Sistema Interativo de Gestão da Frota Nacional – Durante o ano de 2020, foram efetivadas as entregas do Frota Gestão (para uso na rede do MPF) e do Frota Aplicação Móvel (para uso em aplicativos em celulares e tablets). Os principais benefícios alcançados foram:

- Otimização dos processos atuais de trabalho melhorando sua operação, desempenho, segurança, gestão e sustentabilidade operacional;
- Maior uniformidade, celeridade, transparência e disponibilidade dos dados;
- Maior comodidade para o usuários que precisam utilizar o sistema enquanto se movem, tanto os condutores, que poderão atualizar seus atendimentos imediatamente após realizá-los em vez de ter a necessidade de utilizar papel para preenchimento de guias e assinaturas e computadores para repasse de informações, quanto os solicitantes, que poderão criar e acompanhar as solicitações via celular, com ênfase para os membros, que fazem saídas frequentes e precisam de segurança e celeridade no atendimento.

Sistema Cidadão Etapa 5 – O sistema é utilizado pela Ouvidoria e pelas salas de atendimento ao cidadão do Ministério Público Federal. Essa nova etapa de desenvolvimento da ferramenta, concluída em 2020, concentrou-se em reestruturar toda a arquitetura do sistema para tecnologias mais novas, ao passo que trouxe várias inovações em termos de funcionalidades, como o classificador de manifestações, novo aplicativo MPF Serviços; tratamento prioritário para maiores de 80 anos; correlação e vinculação de manifestações; reformatação dos e-mails; consideração final das manifestações da Ouvidoria; reformulação das regras da pesquisa de satisfação, entre outras. As novas funcionalidades trouxeram maior agilidade e organização do trabalho dos usuários do sistema e como um dos benefícios mais relevantes, destaca-se que o perfil de atendente no sistema passou a ser acessível com a adoção de tecnologias que auxiliam o uso de recursos para portadores de necessidades especiais.

Painéis eletrônicos para acompanhamento de indicadores de saúde relacionados ao coronavírus – O quadro de pandemia provocado pela disseminação da covid-19 no Brasil em 2020 demandou mais serviços e produtos de saúde aos segurados do Plan-Assiste. Com o projeto foi possível: 1. visualizar o cenário da pandemia no MPF permitindo ações de assistência aos membros e servidores, bem como identificar necessidade de auxílio à unidade do MPF; 2. a manutenção de uma boa qualidade de serviço aos segurados diante das características enfrentadas na pandemia; 3. painéis e relatórios com informações estratégicas e gerenciais que auxiliaram os gestores na tomada de decisão com relação aos serviços médicos e à administração dos recursos financeiros. Como principais beneficiários destaca-se: Alta gestão do MPF, gestores e segurados do Plan-Assiste.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Implantação do Novo Contrato de Segurança de Perímetro – A nova contratação do serviço de segurança de perímetro, com índice de implantação quase total em dezembro de 2020, dotou todas as unidades do Ministério Público Federal de redundância dos ativos que compõem a segunda linha de defesa cibernética. Os equipamentos ficam dispostos na fronteira entre a rede local de cada Procuradoria e o backbone da empresa que presta os serviços de rede de longa distância para o MPF, complementando a primeira camada de proteção, presente na borda da Rede Nacional do MPF com a internet.

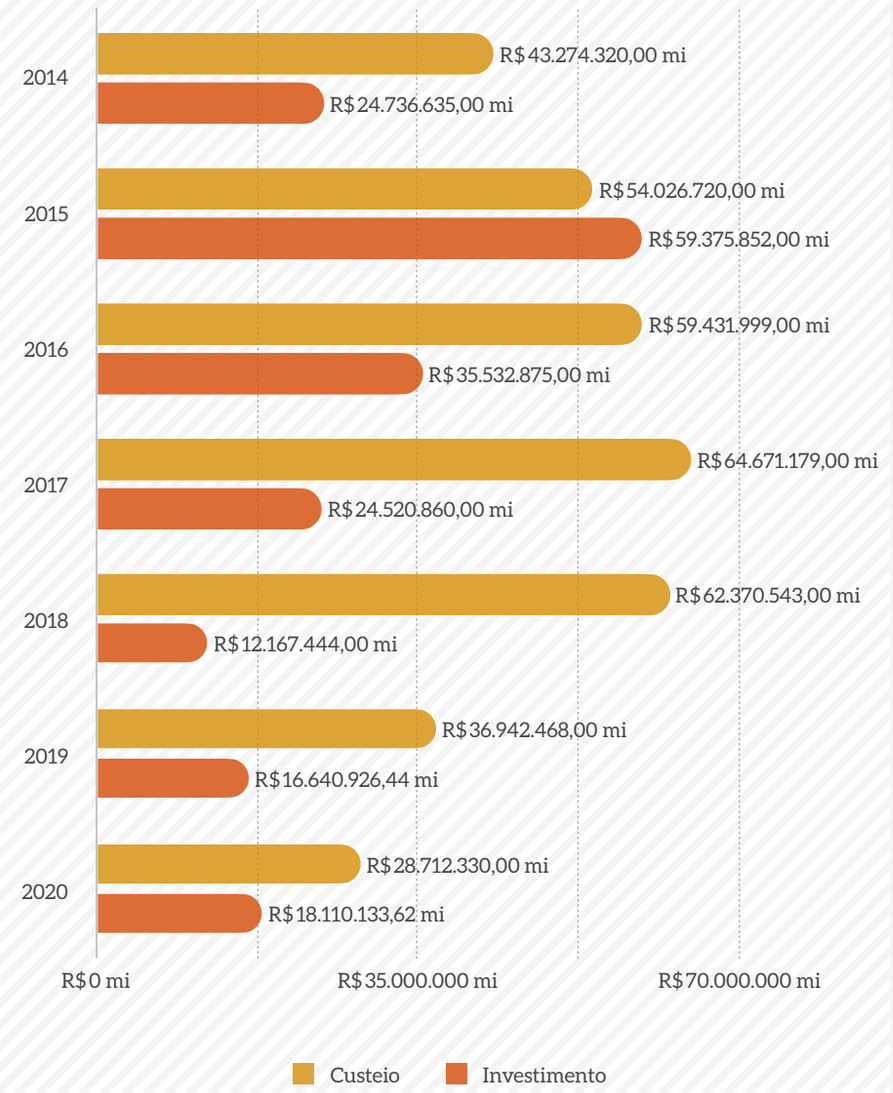
2.3.5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

Os principais resultados aferidos foram:

Tecnologia da Informação – Historicamente, o orçamento destinado à TIC tem registrado flutuações, como pode ser observado no gráfico de execução orçamentária. As eventuais quedas resultaram do impacto dos cortes orçamentários decorrentes da EC nº 95/2016 e dos esforços na otimização das contratações e revisão dos serviços e soluções contratadas.

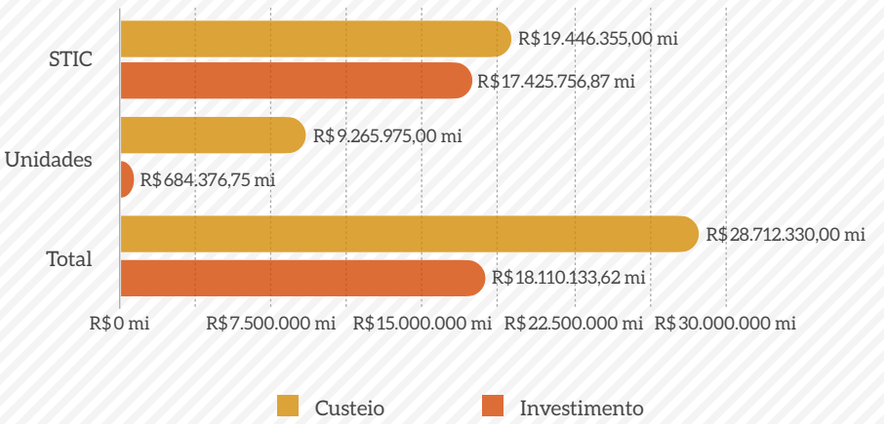
Destaca-se que a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Stic) executou em 2020 R$ 46.822.463,62. Na perspectiva de classificação orçamentária do valor citado, R$ 18.110.133,62 referem-se à despesa de investimento e R$ 28.712.330 à despesa de custeio. Numa abordagem por unidades, para o valor de investimento R$ 17.425.756,87 referem-se à Stic e R$ 684.376,75, às unidades do MPF. Para o valor de custeio, R$ 19.446.355 são pertinentes à Stic e R$ 9.265.975, às unidades do MPF.

GRÁFICO 27 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE TIC – HISTÓRICO



As informações das despesas de custeio e investimento específicas de Tecnologia da Informação são referentes à execução orçamentária dos referidos anos

GRÁFICO 26 SITC - EXECUÇÃO EM 2020



Fonte: Tesouro Gerencial, em 15/1/2021 - Valores em milhões

Destaca-se a economia no custeio em 2020, com a redução na ordem de R$ 8.230.138,00, quando comparado com o ano de 2019.

- A contratação de Outsourcing e de Telefonia Móvel foram consideradas prioridades em 2020, haja vista o caráter nacional e a relevância no contexto de atendimento às necessidades básicas de apoio à atividade tanto finalística quanto meio do MPF.
- Com o advento do isolamento relacionado à pandemia e a ampliação do tele-trabalho, tornou-se ainda mais premente o uso de tecnologia para viabilizar o processo de comunicação do MPF. Nessa linha, a contratação de solução de conferência web também ganhou relevância entre as contratações de 2020.

Destaca-se, por oportuno, que serão priorizadas em 2021 as seguintes iniciativas:

- Elaboração de Estudo Técnico Preliminar para estruturar a central de serviços de TIC, que, inclusive, pode ser estruturada total ou parcialmente com equipe própria, a fim de tornar mais eficiente e eficaz o atendimento aos usuários.
- Contratação de Certificação Digital em Nuvem, que permitirá substituir a certificação por dispositivo físico (token).

Desfazimento de ativos de TI – Em 2020, foram beneficiadas instituições como: a Superintendência da Polícia Federal na Bahia, o 2º Batalhão de Polícia do Exército, o 9º Batalhão Logístico do Comando do Exército no estado de Minas Gerais, a Superintendência Regional do Trabalho no Espírito Santo, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, a Penitenciária Feminina II de Tremembé, a Universidade Estadual do Norte do Paraná, a Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Curitiba e RMC, a Secretaria de Educação do DF – Centro de Ensino Fundamental JK, a Defensoria Pública da União, entre outros.

TABELA 17 DESFAZIMENTO DE ATIVOS DE TI

DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR
Equipamentos diversos	78	R$ 72.860,75
Equipamentos de rede diversos	80	R$ 104.400,91
Impressoras diversas	85	R$ 107.367,55
Microcomputadore, Tablet e Notebooks diversos	221	R$ 437.809,94
Monitores diversos	161	R$ 74.808,32
Scanner de mesa	15	R$ 32.808,40
Total	**640**	**R$ 830.055,87**

Frota de veículos – Em cumprimento ao disposto na Portaria PGR nº 70, de 29 de setembro de 2015, que regulamenta a aquisição e a utilização dos veículos oficiais no âmbito do Ministério Público da União (MPU), a frota do MPF está distribuída nacionalmente conforme as informações contidas na tabela XX. Destaque-se a avançada idade média da frota da Procuradoria-Geral da República (PGR) e das unidades da 3ª Região, cujo tempo médio de uso por veículo, calculado em média ponderada, alcança 8 anos, denotando carência de renovação das respectivas frotas.

- Em 2020, iniciou-se esse necessário processo de renovação da frota veicular do MPF. Nessa primeira etapa, adquiriram-se 133 automóveis novos para composição das frotas das Procuradorias Regionais da República e das Procuradorias da República nos estados e no Distrito Federal, com um montante total liquidado de R$ 17.791.124,51 (dezessete milhões, setecentos e noventa e um mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos), despesa executada como investimento (natureza da despesa 4.4.90.52.48). Em contrapartida, houve desfazimento de 19 veículos. Estima-se que, nos próximos exercícios financeiros, seja desfeito um quantitativo relevante de veículos, por meio de leilões e doações, a fim de mitigar o impacto causado no orçamento e aumentar a eficiência do gasto público com economia nas despesas com combustível e manutenção veicular.

TABELA 16 DISTRIBUIÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS DO MPF

PGR	PGR	Quantidade de veículos	153
		Despesa média anual com combustível, por veículo	R$ 1.216,76
		Despesa média anual com manutenção, por veículo	R$ 1.389,05
		Tempo médio de uso dos veículos	7,93
		Média de km rodados, por veículo	2.524
		DESPESA MÉDIA TOTAL, POR VEÍCULO	**R$ 2.605,81**
1ª Região	(PRAC, PRAM, PRAP, PRPA, PRRO, PRRR, PRTO, PRBA, PRMA, PRPI, PRDF, PRGO, PRMT, PRMG e PRR1ª)	Quantidade de veículos	370
		Despesa média anual com combustível, por veículo	R$ 769,06
		Despesa média anual com manutenção, por veículo	R$ 1.255,12
		Tempo médio de uso dos veículos	6,85 anos
		Média de km rodados, por veículo	1.264 km
		DESPESA MÉDIA TOTAL, POR VEÍCULO	**R$ 2.024,18**
2ª Região	(PRES, PRRJ e PRR2ª)	Quantidade de veículos	108
		Despesa média anual com combustível, por veículo	R$ 648,61
		Despesa média anual com manutenção, por veículo	R$ 456,19
		Tempo médio de uso dos veículos	6,9 anos
		Média de km rodados, por veículo	940 km
		DESPESA MÉDIA TOTAL, POR VEÍCULO	**R$ 1.104,80**
3ª Região	(PRMS, PRSP e PRR3ª)	Quantidade de veículos	191
		Despesa média anual com combustível, por veículo	R$ 527,15
		Despesa média anual com manutenção, por veículo	R$ 463,34
		Tempo médio de uso dos veículos	8,13 anos
		Média de km rodados, por veículo	994 km
		DESPESA MÉDIA TOTAL, POR VEÍCULO	**R$ 990,49**
4ª Região	(PRPR, PRRS, PRSC e PRR4ª)	Quantidade de veículos	173
		Despesa média anual com combustível, por veículo	R$ 390,00
		Despesa média anual com manutenção, por veículo	R$ 502,84
		Tempo médio de uso dos veículos	7,48 anos
		Média de km rodados, por veículo	763 km
		DESPESA MÉDIA TOTAL, POR VEÍCULO	**R$ 892,84**
5ª Região	(PRAL, PRCE, PRPE, PRPB, PRRN, PRSE e PRR5ª)	Quantidade de veículos	153
		Despesa média anual com combustível, por veículo	R$ 893,25
		Despesa média anual com manutenção, por veículo	R$ 1.303,21
		Tempo médio de uso dos veículos	7,01 anos
		Média de km rodados, por veículo	1.572 km
		DESPESA MÉDIA TOTAL, POR VEÍCULO	**R$ 2.196,46**

Fonte: Dados fornecidos pelas unidades gestoras descentralizadas do MPF

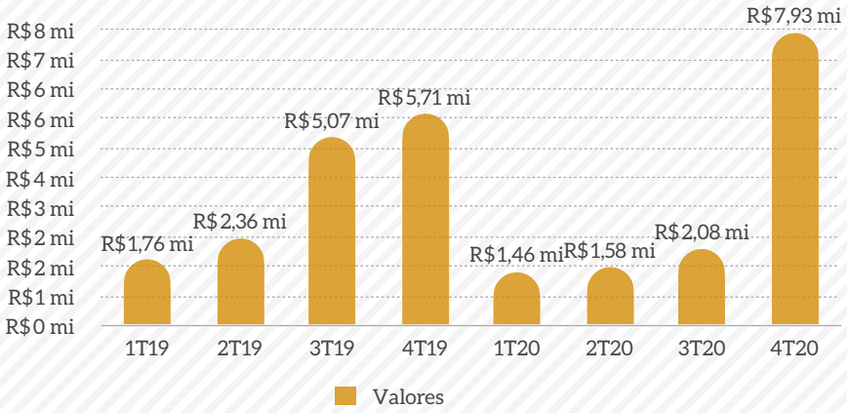
TABELA 18 NÚMEROS GERAIS DA FROTA DO MPF

	2019	2020
Quantidade de veículos	1.034	1.148
Idade média da frota, em anos	7,35	7,33
Média de km rodados, por veículo	3.740	1.322
GASTO MÉDIO, POR VEÍCULO	**R$ 3.710,24**	**R$ 1.695,70**

- Devido à pandemia mundial, que motivou a adoção de medidas de isolamento e distanciamento social imprescindíveis à saúde dos servidores e membros da Instituição, o montante médio gasto, por veículo, restou significativamente reduzido em 2020, quando comparado ao exercício anterior. Os dados estão apresentados na tabela acima.

Infraestrutura – Em 2020, o Ministério Público Federal investiu R$ 13,05 milhões[1] entre obras, reformas, adequações e instalações prediais. Em comparação com o ano anterior, o valor diminuiu em 12,4% em decorrência da redução das atividades econômicas impactadas pela pandemia da COVID-19.

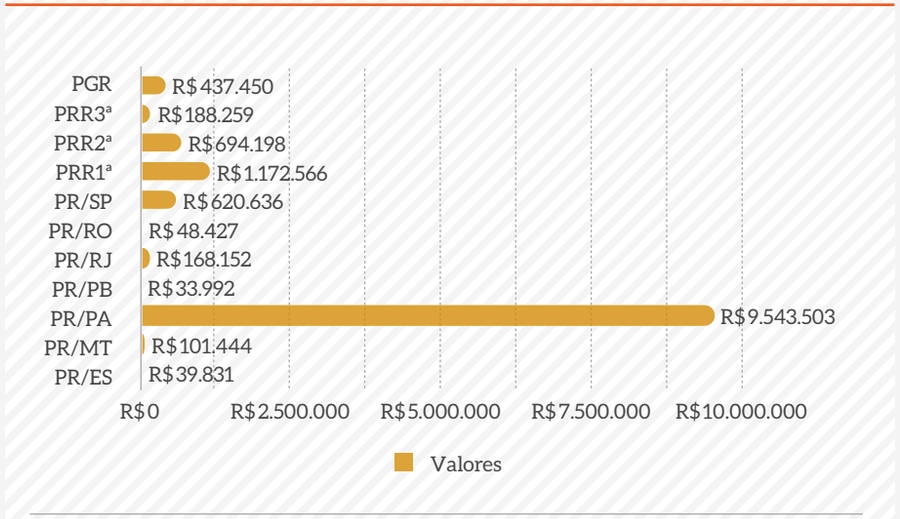
GRÁFICO 28 INVESTIMENTOS EM OBRAS E INSTALAÇÕES PAGOS EM 2020 POR UAG



Fonte: Tesouro Gerencial, em 14/1/2021 - Valores em milhões

1 Despesas liquidadas e restos a pagar pagos no exercício.

GRÁFICO 29 DESPESAS PAGAS REFERENTE A INVESTIMENTOS EM OBRAS E INSTALAÇÕES NO MPF



Fonte: Tesouro Gerencial, em 14/1/2021

Os investimentos do MPF em obras e instalações estão alinhados ao objetivo estratégico do MPF "Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura", definido no Mapa Estratégico do Ministério Público Federal.

Em 2020, o maior investimento ocorreu na construção da sede da Procuradoria da República no Pará.

Antes da Emenda Constitucional 95/2016, a construção de novas sedes pelo MPF também tinha o objetivo de evitar gastos com locação de imóveis. Desde a promulgação desta emenda, a execução de obras pelo MPF foi drasticamente reduzida e, atualmente, se limita a priorizar as situações mais prementes principalmente quando envolve questões de segurança dos usuários, precariedade de instalações elétricas, impossibilidade de adequações de acessibilidade, excessivo custo da locação do imóvel.

Os resultados obtidos em 2020 a partir dos investimentos realizados foram:

- Aprimoramento das condições ambientais de trabalho para servidores, membros, estagiários e terceirizados;
- Aumento da segurança física para servidores e usuários das edificações, com reforma em fachadas e em instalações elétricas;
- Aprimoramento das condições ambientais de trabalho para servidores, membros, estagiários e terceirizados;

A evolução da execução das obras e das reformas no MPF pode ser

acompanhada por meio do Portal da Transparência do MPF, em que a situação dos Termos de Contratos referentes a obras, serviços de engenharia ou reformas prediais é atualizada mensalmente (hiperlink).

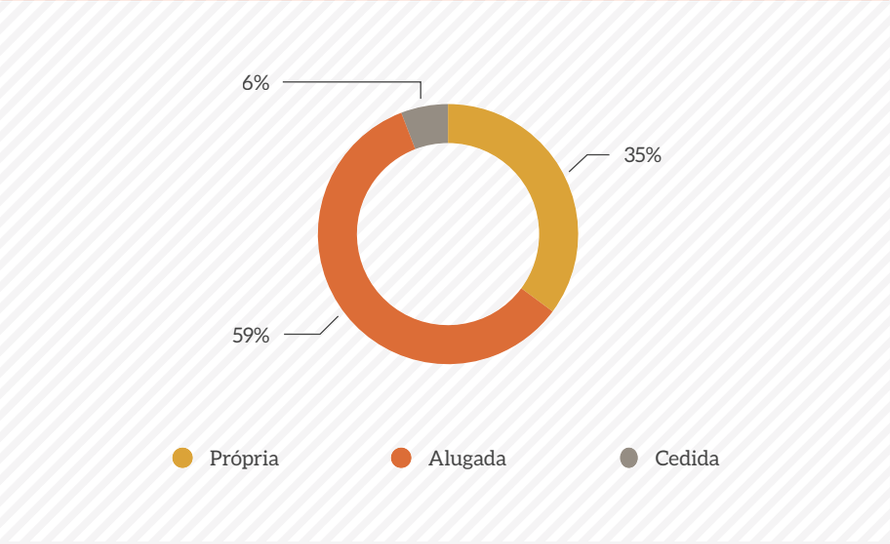
Conformidade legal - Todas as unidades do MPF apresentaram declaração de conformidade legal alinhadas com os termos dos artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Decreto-lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/200, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Panorama das edificações ocupadas pelo MPF – Em levantamento feito nas Unidades Gestoras foi verificado que o MPF ocupa 223 edificações, das quais 130 são locadas de terceiros, representando 59% do total.

TABELA 19 PANORAMA DAS EDIFICAÇÕES OCUPADAS PELO MPF

SITUAÇÃO IMÓVEIS	2017	2018	2019	2020
Próprio	82	89	78	80
Alugado	147	146	131	130
Cedido	14	13	13	13
Total	**243**	**248**	**222**	**223**

GRÁFICO 30 DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES OCUPADAS PELO MPF



Despesas com imóveis – Em 2020, as despesas com locação de imóveis no MPF aumentaram cerca de 3,99% em comparação com o exercício anterior. Em contrapartida, a despesa do MPF com contratos de limpeza, conservação e vigilância reduziu aproximadamente 2,98%, possivelmente em razão da publicação da Portaria PGR/MPU nº 60, de 12 de março de 2020, que instituiu o regime de teletrabalho durante o período de pandemia.

Outras ações relevantes para a Gestão Patrimonial – Ao longo de 2020, foram implementadas diversas medidas para redução de gastos pelas edificações do MPF. Dentre elas podemos destacar as seguintes medidas:

- Aquisição de Novas Sedes
- Compartilhamento de sedes com outros órgãos principalmente o MPT com o objetivo de redução de custos operacionais;
- Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED;
- Redução do horário de expediente diminuindo o tempo de uso de ar-condicionado central;
- Regulagem das válvulas de descargas das bacias sanitárias;
- Redução de vazão de água em torneiras;

Principais desafios e ações futuras

Desafios:

- Dispensar apoio técnico de engenharia às 222 edificações distribuídas no território nacional com corpo técnico limitado;
- Ampliar as ações de manutenção preventiva das edificações apesar dos cortes no orçamento destinado a custeio;
- Encontrar soluções factíveis para adequações de acessibilidade a edificações muito antigas, tombadas ou alugadas;

Ações:

- Implantação de microgeração de energia por placas fotovoltaicas em edificações próprias do MPF;
- Concluir a implantação da metodologia BIM (Building Information Modeling) no desenvolvimento interno e nas contratações externas de novos projetos para construção e reforma de sedes;
- Otimizar a gestão das edificações por meio de sistemas informatizados acelerando a tomada de decisões;
- Conscientizar as Unidades para priorizar as adequações das edificações para garantir acessibilidade universal ao público externo e aos servidores do MPF;

TABELA 20 VALORES PAGOS - FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO - TIPOS DE SERVIÇOS*

PERÍODO	EXERCÍCIO 2020	
Serviços	Apoio administrativo, técnico e operacional	R$ 33.741.984,83
	Limpeza e conservação	R$ 26.843.184,30
	Vigilância ostensiva	R$ 71.775.665,90
	Manutenção e conservação de bens imóveis**	**R$ 16.113.007,23**
	Serviços de copa e cozinha	R$ 10.038.621,61
	Serviços de brigada de incêndio	R$ 5.305.987,82
	Outros mão de obra	R$ 586.439,95
	Outros serviços	R$ 34.477.896,15
	TOTAL DE SERVIÇOS	**R$ 198.882.787,79**
Locação de imóveis		R$ 42.712.907,67
Serviços de energia elétrica, água, esgoto e gás		R$ 19.783.865,33
Material de consumo		R$ 5.888.746,08
Passagens e despesas com locomoção		R$ 981.957,39
TOTAL		**R$ 268.250.264,26**

Fonte: Tesouro gerencial, em 19/1/2021

Informações disponíveis no Portal da Transparência do MPF – Licitações e Contratos

* os valores pagos citados não incluem os inscritos em restos a pagar.

** A natureza de despesa 33903704 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis compreende: manutenção nos sistemas de som e imagem; manutenção civil, elétrica e hidrossanitária; manutenção do sistema de automação predial e sistema de detecção de incêndio; manutenção de central de ar condicionado.

TABELA 21 CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE NO MPF*

PERÍODO	EXERCÍCIO 2020
Funcionamento administrativo	R$ 268.250.264,26
Tecnologia da Informação e comunicação	R$ 27.258.296,50
Obras e instalações	R$ 5.742.586,74
Outros investimentos	R$ 52.868.717,11
TOTAL	**R$ 354.119.864,61**

Fonte: Tesouro Gerencial, em 19/1/2021

Informações disponíveis no Portal da Transparência do MPF – Licitações e Contratos

* Valores pagos, não incluem os inscritos em restos a pagar, os parâmetros utilizados na consulta excluem as despesas relativas a: I) diárias (pessoal civil); II) auxílio-transporte; III) despesas de exercícios anteriores; IV) indenizações e restituições; V) ressarcimento de despesa de pessoal requisitado.

2.3.5.6 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2020, as despesas com Funcionamento Administrativo do MPF reduziram cerca de 5% em comparação com o exercício anterior (R$ 282.772.221,42).

As maiores reduções foram nos gastos com "Passagens e despesas com locomoção" (78%), seguido dos "Serviços de energia elétrica, água, esgoto e gás" (33%), "Outros mão de obra" (31%) e de 19% com os gastos com "Material de Consumo".

Em 2020, ao somarmos as despesas com Funcionamento Administrativo do MPF às contratações realizadas no período, observou-se um aumento nas despesas de cerca de 10% em comparação ao exercício anterior (R$ 322.445.802,80), causada principalmente pelos investimentos decorrentes da aquisição de equipamentos de informática, imóveis funcionais e veículos oficiais.

2.3.5.7 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é tema inserido no Planejamento Estratégico do MPF. O Órgão dispõe de um arcabouço regulatório que baliza a atuação do administrador, visando reduzir custos, racionalizar o consumo de matérias-primas, energia e água, diminuir a geração de resíduos, reutilizar e reciclar materiais, além de melhorar a qualidade de vida e minimizar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Entre eles, está o Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF, aprovado pela Portaria nº 461, de 15 de maio de 2017, o qual propõe a adoção institucional de um modelo de gestão, norteado por um conjunto sistematizado de requisitos que buscam estabelecer um padrão de atuação sustentável pelo MPF, alinhado à legislação vigente.

Ao longo de 2020, foram implementadas diversas medidas para redução de gastos pelas edificações do MPF. Dentre elas podemos destacar as seguintes medidas:

- Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED;
- Redução do horário de funcionamento do prédio, diminuindo o tempo de uso do ar-condicionado;
- Instalação de arejadores nas torneiras, para redução da vazão de água;
- Projeto Energia Limpa que trata da instalação de sistemas fotovoltaicos. Na PRM-Santarém/PA foi instalado e está operando. Também foi contratada a instalação em 24 edificações do MPF (ARP MPT);
- Renegociação de aluguéis. Exemplo: antigo Anexo I da PGR, PR/SE;
- Devolução de prédios alugados (Anexo I, PR/DF).

Quanto à acessibilidade das edificações do MPF, é realizado levantamento anual de 2 indicadores:

- Cumprimento dos 12 requisitos de acessibilidade conforme estabelecido na cartilha constante da Nota Técnica nº 6/2017/SEA (etapa 1):
- Indicador referente ao percentual médio de requisitos já adequados nas edificações ocupadas pelo MPF;
- Em dezembro de 2020, verificou-se que o indicador se manteve praticamente constante, passando de 74,14% (2019) para 76,30% (2020).

Edificações acessíveis:

- Indicador referente ao percentual de edificações que atendem a todos os 12 requisitos da etapa 1 de acessibilidade;
- Em dezembro de 2019, verificou-se que o indicador de edificações totalmente acessíveis subiu de 23,11% (2019) para 49,55% (2020).

O MPF vem desempenhando seu papel no atendimento aos critérios estabelecidos pelo *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*, desenvolvido pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS Decor/CGU/AGU).

2.3.6 INDICADORES DE GOVERNANÇA

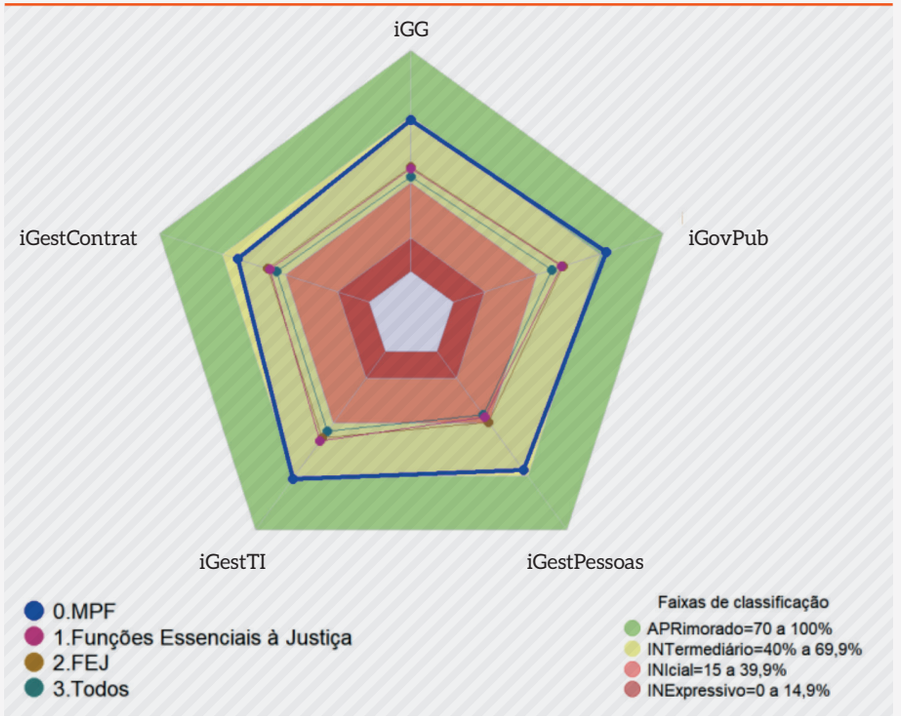
O Tribunal de Contas da União vem realizando, sistematicamente, levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

TABELA 22 AVALIAÇÕES DO MPF

INDICADORES DE GOVERNANÇA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	2017	2018
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	65%	68%
iGovPub (índice de governança pública)	70%	73%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	64%	67%
GestãoPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	58%	67%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	89%	80%
GestãoTI (índice de capacidade em gestão de TI)	82%	71%
iGovContrat(índice de governança e gestão de contratações)	61%	77%
iGovContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	61%	63%

A partir de 2017, o TCU decidiu unificar os quatro levantamentos de governança realizados com foco nas organizações públicas, além de tornar o levantamento anual, público e parte integrante do processo de prestação de contas anuais. O Ministério Público Federal participou de todos os levantamentos em 2017 e 2018, cujos resultados estão presentes na tabela 23. O próximo levantamento será realizado em 2021.

FIGURA 11 PERFIL DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICAS 2018



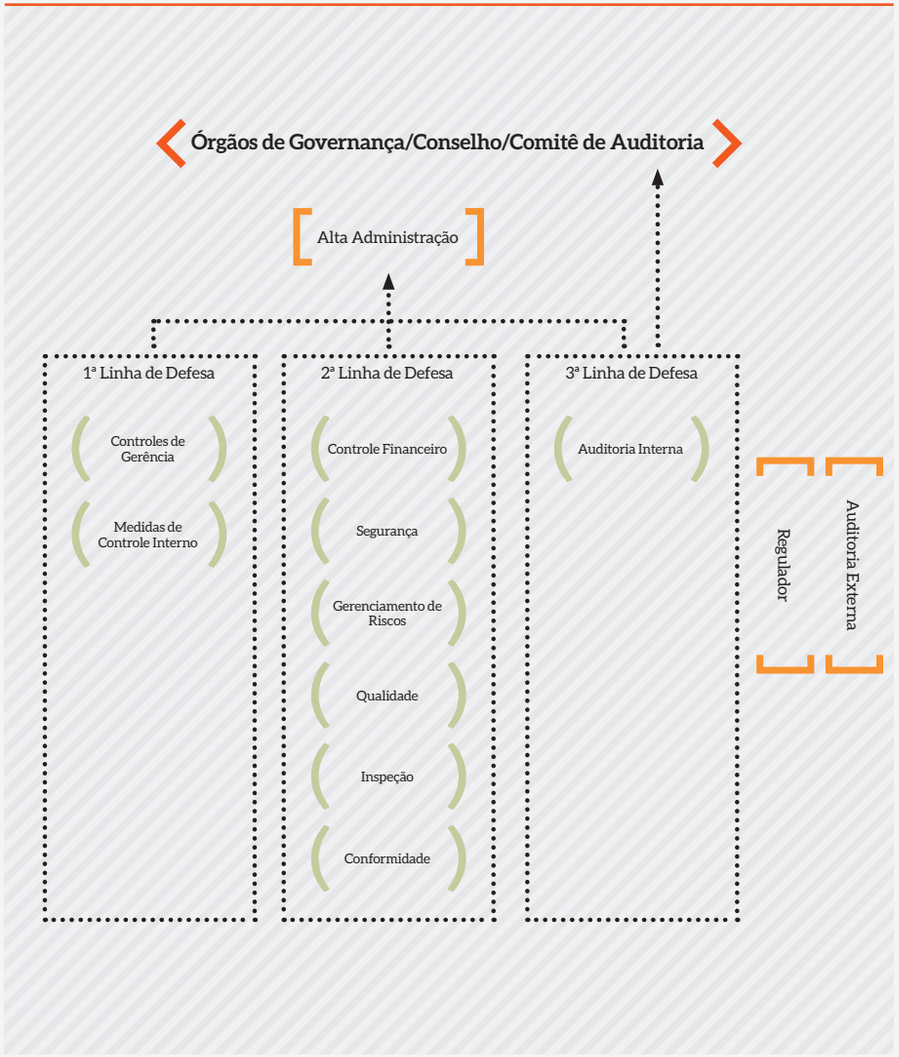
O gráfico acima mostra a posição do MPF em relação a outros órgãos. O Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (IGG) representa o principal indicador de governança do TCU, que unifica os demais indicadores. O gráfico demonstra que o MPF se encontra em posição de destaque se comparado aos demais órgãos e entidades do governo.

MECANISMOS DE CONTROLE

Atualmente, o Ministério Público Federal conta com unidades de controle

e conformidade institucionais, tais como Secretaria-Geral, Consultoria Jurídica, Corregedoria do MPF, Ouvidoria do MPF, Comitê de Ética e Comissão Permanente Disciplinar, que realizam ações de supervisão, controle e correição para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

FIGURA 12 GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL DO MPF



Com a criação da Assessoria de Governança e Controle Interno da Secretaria-Geral, a ocorrer em futuro próximo, será instituído o sistema de controle interno do MPF, tornando ainda mais robustos os controles existentes. O sistema está sendo concebido nos termos preconizados pelo Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Ministério Público da União, contemplando três linhas de defesa corporativas. A primeira linha de defesa "contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pelos processos de trabalho durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio". A segunda linha de defesa "é destinada a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e a realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento". Já, a terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna.

De acordo com esse modelo, caberá às secretarias administrativas da Procuradoria-Geral da República a 1ª linha de defesa institucional, à Secretaria-Geral a 2ª linha de defesa, e à Auditoria Interna a 3ª linha de defesa.

Com essas mudanças, implementando um modelo de governança e controle interno mais eficiente e organizado, espera-se que o MPF, a partir da consolidação dessas áreas, possa oferecer melhores serviços, com mais eficiência, celeridade e economicidade, controlando seus processos de trabalho para evitar desperdícios de tempo e recursos, e prestando contas de forma transparente e célere para toda a população.

3 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procurador-Geral do Trabalho
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Vice-Procuradora-Geral do Trabalho
MARIA APARECIDA GUGEL

Vice-Presidente do Conselho Superior
JOSE DE LIMA RAMOS PEREIRA

Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS

Corregedor-Geral
ANDRÉ LUÍS SPIES

Ouvidora do MPT
HELOISA MARIA MORAES REGO PIRES

Diretor-Geral
LUCIANO ARAGÃO SANTOS

Diretor-Geral Adjunto
DICKSON ANSAH RIBEIRO FREMPONG

Comissão do Processo de Contas do Exercício 2020.
Portaria nº 177.2020, de 18 de dezembro de 2020 – Constitui comissão para organização e apresentação do Relatório de Gestão consolidado, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, referente ao exercício de 2020.



Alberto Bastos Balazeiro
Procurador-Geral do Trabalho

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

O Ministério Público do Trabalho (MPT), no exercício de 2020, atuou de modo planejado em seus dois principais níveis: administrativo e finalístico, com o objetivo de impulsionar a Instituição na direção correta.

Este relatório demonstra os esforços empenhados e os resultados alcançados durante o ano de 2020, que são frutos desse planejamento estruturado e consistente, visando responder à demanda social de eficiência e eficácia da gestão pública.

Quanto à gestão administrativa, buscou-se o envolvimento de todos os segmentos vinculados às atividades-meio para implementação de oito grandes programas que estão sendo concretizados por meio de 98 ações entre projetos e iniciativas, visando à eficiência, à transparência e à economicidade na aplicação dos recursos públicos. Destacam-se os projetos "Locação Zero" e "Eficiência Energética".

O projeto "Locação Zero" tem por objetivo a implementação de uma política de substituição de aluguéis pela aquisição de sedes próprias, por meio de parceria com a SPU e utilização do orçamento institucional, representando redução de despesas com aluguel no montante de 76,45%. Já o projeto de "Eficiência Energética" tem por finalidade a implantação de isolamento térmico nas unidades, implementação de energia fotovoltaica e uso de iluminação de led e dimerizável, o que representa redução de despesas com energia no montante de 60,13%.

A atuação finalística foi realizada com base em diretrizes de atuação organizada, proativa, integrativa e uniforme, cujo exemplo maior é o Plano Nacional de Atuação do MPT contra os efeitos da pandemia da covid-19, que estabeleceu eixos de ação replicados nas 24 Procuradorias Regionais do Trabalho do Brasil, demonstrando o engajamento de toda a Instituição.

Além disso, a revisão da Resolução nº 166/2019, que trata da atuação finalística agente, interveniente e estratégica, foi realizada e entregue ao Conselho Superior deste Órgão Ministerial para apreciação e votação.

No exercício de 2020, o MPT trabalhou na elaboração e publicação do Plano de Gestão Nacional, instrumento que organiza e direciona as prioridades de atuação finalística e administrativa do Órgão em âmbito nacional. A partir desse documento, as Procuradorias Regionais do Trabalho deram início à elaboração dos Planos de Gestão das Unidades.

Na perspectiva de ações voltadas para temas sociais relevantes, foram realizados eventos e campanhas de promoção de debates acerca das questões

de gênero, etnia/raça, liberdade religiosa, pessoas com deficiência e LGBTQIA+. Buscou-se estabelecer uma agenda positiva dessas temáticas com outros órgãos e entidades.

Os resultados a serem apresentados neste relatório foram sustentados pelos princípios democráticos da impessoalidade e da transparência.

NO EXERCÍCIO DE 2020, O MPT TRABALHOU NA ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO NACIONAL, INSTRUMENTO QUE ORGANIZA E DIRECIONA AS PRIORIDADES DE ATUAÇÃO FINALÍSTICA E ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO EM ÂMBITO NACIONAL.

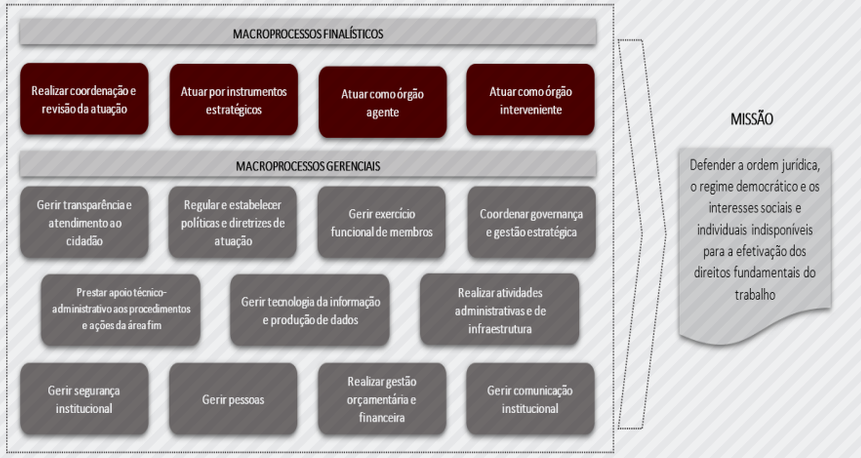


Alberto Bastos Balazeiro
Procurador-Geral do Trabalho

FOTO 1 ONDE ATUAMOS - MPT



FIGURA 13 CADEIA DE VALOR DO MPDT



3.1 ONDE ATUAMOS

O Ministério Público do Trabalho (MPT) está presente em todo o território nacional e estruturado em Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), 24 Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) e 100 Procuradorias do Trabalho nos municípios (PTMs).

3.2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Ministério Público do Trabalho (MPT) é um dos ramos do Ministério Público da União (MPU), instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, com autonomia funcional e administrativa. Tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores.

O texto constitucional estabeleceu como missão geral do Órgão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania.

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do MPT, vigente para o período de 2019 a 2022, apresenta a missão e a visão do Órgão, nos seguintes termos: "Missão – defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis para efetivação dos direitos fundamentais do trabalho"; "Visão – ser referência como instituição promotora do trabalho digno e do desenvolvimento socialmente sustentável".

O Ministério Público do Trabalho criou oito coordenadorias nacionais temáticas a partir das irregularidades mais graves e mais recorrentes enfrentadas no dia a dia dos procuradores. As coordenadorias promovem discussões sobre suas respectivas áreas, definem estratégias e articulam planos nacionais de ações. Para assegurar ampla representatividade, são compostas por membros do MPT de todos os estados. As Coordenadorias atuam nos seguintes temas: Defesa do Meio Ambiente de Trabalho; Erradicação do Trabalho Escravo e Enfretamento do Tráfico de Pessoas; Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho; Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social; Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública; Trabalho Portuário e Aquaviário; Promoção de Igualdade de Oportunidades; Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente.

TABELA 23 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DETALHAMENTO

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADES RESPONSÁVEIS
Realizar coordenação e revisão da atuação	Promove a integração e a coordenação dos órgãos institucionais do MPT; encaminha informações técnico-jurídicas aos órgãos institucionais do MPT; decide os conflitos de atribuição entre os órgãos do MPT.	Órgãos institucionais integrados; Conflitos de atribuição entre os órgãos solucionados; Distribuição de processos.	Direto: membros Indireto: cidadãos	CCR
Atuar por instrumentos estratégicos	Promove a atuação estratégica de membros, órgãos e unidades do MPT por meio de Ações Permanentes, Projetos, Grupos de Trabalho, Grupos Especiais de Atuação Finalística e Forças-Tarefas	Atuação estratégica com repercussão social relevante; Alcance de resultados inovadores; Unidade de tratamento em situações complexas; Enfrentamento concentrado de questões específicas.	Cidadãos	PGT, PRTs e PTMs
Atuar como Órgão Interveniente	Desempenha papel de fiscal da lei para intervir nos feitos judiciais em curso nos quais haja interesse público a proteger, bem como atuar em casos de competência originária dos tribunais.	Pareceres em processos de competência da Justiça do Trabalho; Recursos quando houver desrespeito à legislação; Mediações e Investigações de casos cuja competência para ajuizamento da ação é originária dos tribunais.	Cidadãos	PGT, PRTs e PTMs
Atuar como Órgão Agente	Atuação Judicial (processos judiciais – fiscal da lei) e extrajudicial (investigação de feitos com irregularidades trabalhistas, agente de articulação social, incentivando e orientando os setores não governamentais e governamentais na execução de políticas de elevado interesse social).	Recebimento de denúncias; Extrajudicial: Termo de Ajustamento Conduta; Instauração de procedimentos investigatórios; Inquéritos Civis Públicos; Mediações e Audiência; Judicial: Ações Civis Públicas e outras.	Cidadãos	PGT, PRTs e PTMs

A estrutura organizacional do MPT, instituída pela Portaria PGT n° 1.314/2017 (Regimento Interno Administrativo), está representada nas figuras 13 e 14 observadas nas páginas seguintes.

A Lei Complementar n° 75/1993 dispõe sobre a organização e o funcionamento do Ministério Público da União, direcionando sua atuação. Já a Portaria n ° 1.304, de 31 de agosto de 2020, institui o Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho, estabelecendo de forma pormenorizada as atribuições de cada órgão e unidade do MPT.

A figura 12 exposta na página anterior apresenta a Cadeia de Valor do MPT, que foi recentemente reformulada e está em fase de aprovação. Ela demonstra a forma pela qual a organização representa os processos de trabalho que desenvolve para tornar efetivos a sua missão, visão e objetivos, agrupando-os em macroprocessos finalísticos e gerenciais.

Os macroprocessos finalísticos são aqueles relacionados às atividades-fim do MPT, necessários ao cumprimento de sua missão, e agregam valor à sociedade diretamente, conforme ilustrado no quadro exibido acima.

Já os gerenciais, são processos ligados à estratégia da organização e ao seu funcionamento, relacionam-se à formulação de políticas e ao estabelecimento das diretrizes traçadas pela Instituição, visando ao alcance das suas metas.

O MPT tem realizado o mapeamento dos microprocessos e macroprocessos organizacionais críticos com o objetivo de garantir que os serviços prestados e os produtos entregues estejam adequados e alinhados aos objetivos estratégicos da Instituição. Os processos de trabalho do Órgão são constantemente revisados e atualizados diante das mudanças de cenário e das revisões do Planejamento Estratégico Institucional.

Em relação ao ambiente externo, o processo de revisão do planejamento institucional ocorreu de forma participativa com membros e servidores, a partir de ampla reflexão sobre o ambiente em que o Ministério Público do Trabalho está inserido, com o uso da ferramenta Matriz SWOT, que elenca desafios e oportunidades para o Órgão, bem como a oitiva dos principais parceiros.

Além disso, o ano de 2020 foi marcado pelo cenário de pandemia da covid-19, o que ensejou o redirecionamento do foco de atuação do MPT para o enfrentamento da crise instaurada, especialmente no que tange a seus impactos no mundo do trabalho.

Foi instituído Grupo de Trabalho específico para atuar no enfrentamento dos efeitos da pandemia, contando com ações e iniciativas de todas as unidades do MPT nos estados. Os resultados do trabalho podem ser consultados em sítio específico, desenvolvido para divulgação das ações.

FIGURA 14 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA PGT DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

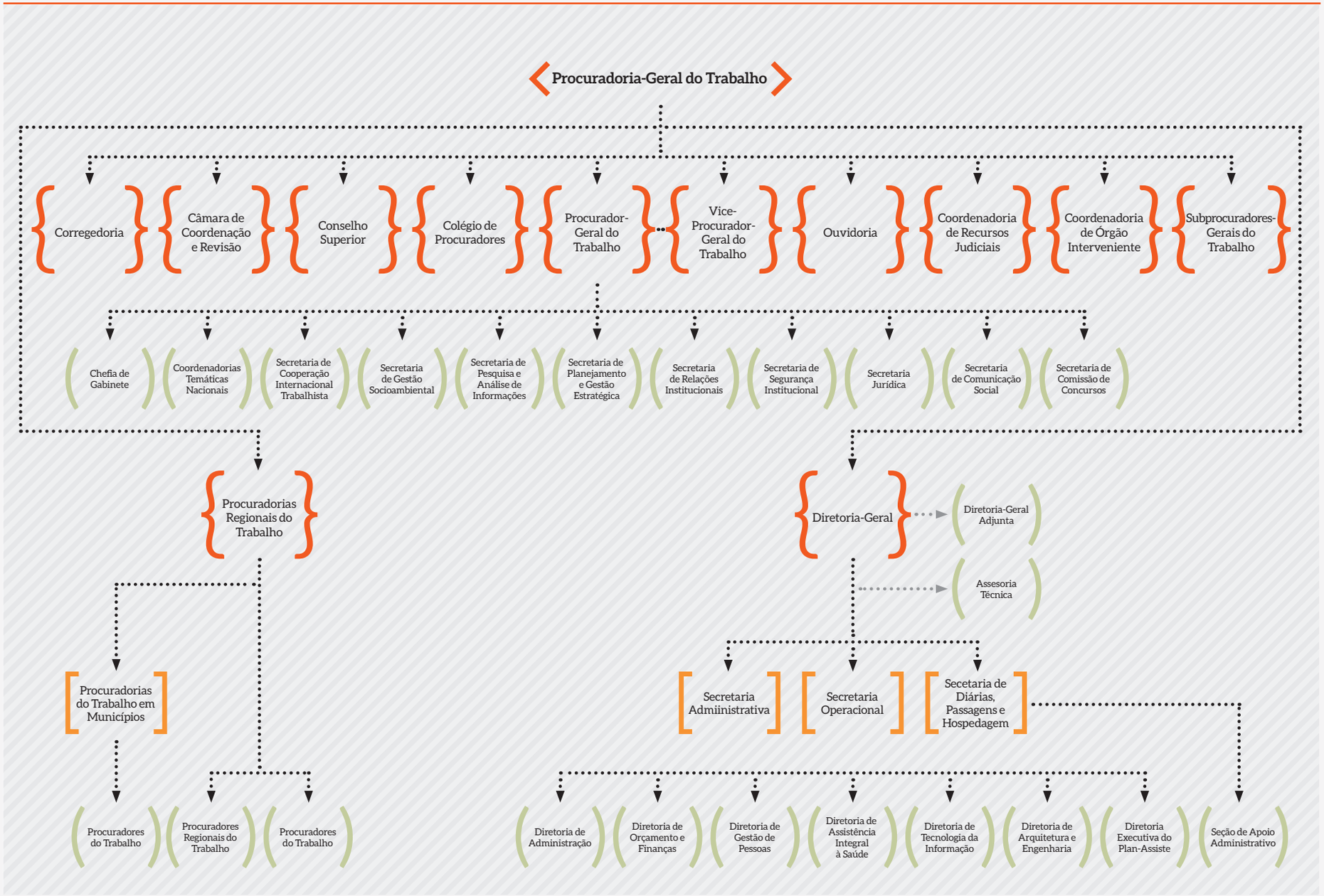
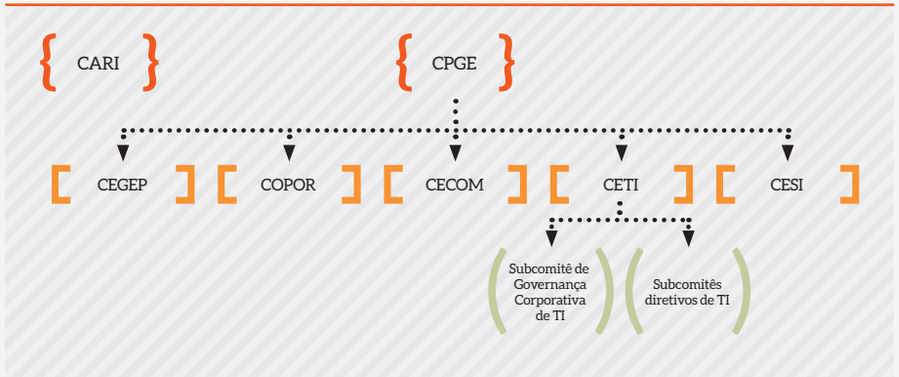


FIGURA 15 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



3.3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O Sistema Integrado de Governança da Gestão Estratégica do Ministério Público do Trabalho foi instituído pela Portaria PGT nº 739/2016, alterada posteriormente pelas Portarias PGT nº 714/2017, nº 1.418/2017, nº 50/2020, e pela consolidação tratada em Portaria PGT nº 771/2020 e PGT nº 1797/2020. Na norma estão definidas: a natureza, a finalidade, a composição e as atribuições de cada um dos sete Comitês Estratégicos vinculados ao procurador-geral do Trabalho, conforme tabela 25. O procurador-geral do Trabalho preside o Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica (CPGE) e o Comitê de Avaliação de Resultados Institucionais (Cari).

TABELA 24 NATUREZA E FINALIDADE DOS COMITÊS DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO MPT

COMITÊS	NATUREZA	FINALIDADE	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÃO
Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica (CPGE)	Consultiva Propositiva	Modernidade da Gestão Finalística e Administrativa	PGT, VPGT, seus chefes de gabinetes, 1 Subprocurador CSMPT, 7 membros representantes das Regionais, diretor-geral, 1 integrante do Ceti, secretários e adjuntos da SGE (Gestão Estratégica) e SCI (Cooperação Internacional Trabalhista).	Condução de processos relativos ao PEI (inclusos metas, indicadores, alinhamento, RAE) Estrutura Administrativa.

TABELA 24 NATUREZA E FINALIDADE DOS COMITÊS DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO MPT

COMITÊS	NATUREZA	FINALIDADE	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÃO
Comitê de Gestão de Pessoas (Cegep)	Consultiva Propositiva	Diretrizes Gestão de Pessoas	VPGT, 1 integrante do CPGE, diretor-geral assessora socioambiental, diretor de Gestão de Pessoas, representantes do Departamento de desenvolvimento de pessoas e da Diretoria de saúde, presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação.	Proposição de políticas e práticas de Gestão de Pessoas, promoção do desenvolvimento de competência.
Comitê de Planejamento Orçamentário (Copor)	Consultiva Propositiva	Diretrizes orçamentárias	Diretor-geral, 1 integrante do CPGE, secretário e adjunto de Relações Institucionais, diretores de TI, Orçamento e Administração.	Zelar pela adequação do Recurso Orçamentário, compatibilizar PPA ao PEI.
Comitê de Comunicação (Cecom)	Consultiva Propositiva	Aprimoramento da Comunicação	Membro designado presidente, 1 integrante do CPGE, chefe da Comunicação da PGT, 3 assessores de Comunicação das Regionais.	Propor diretrizes e integração da Comunicação interna e externa, plano anual de Comunicação.
Comitê de Tecnologia da Informação (Ceti)	Consultiva, Propositiva Deliberativa	Políticas e Diretrizes de Tecnologia da Informação	Membro designado Presidente, 1 integrante do CPGE, 1 subprocurador CSMPT, membro indicado pela Corregedoria, diretor-geral, diretor TI.	Propor o PDTI, definir prioridades de investimento em TI.
Comitê de Segurança Institucional (Cesi)	Consultiva Propositiva	Diretrizes e ações em Segurança Institucional	Secretário e adjunto de Segurança Institucional, Diretor-geral, membros de cada nível da Carreira, 1 integrante do CPGE, gerente executivo de Segurança e 2 servidores Segurança e Transporte.	Propor projetos para fortalecimento da SI, bem como parcerias estratégicas correlatas.
Comitê de Avaliação de Resultados Institucionais (Cari)	Consultiva Propositiva	Avaliação de Resultados Institucionais	PGT, 1 subprocurador CSMPT, corregedor-geral, coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão, ouvidora, 1 integrante do CPGE.	Avaliar resultados institucionais e indicadores e propor sua revisão, zelar pelos instrumentos da estratégia.

FIGURA 16 MAPA ESTRATÉGICO DO MPT



A estratégia institucional fundamenta-se em seu Planejamento Estratégico, representado graficamente na figura 15, sendo os três objetivos estratégicos finalísticos alinhados às oito Coordenadorias Temáticas Nacionais, estruturas auxiliares da atividade finalística do Ministério Público do Trabalho vinculadas ao procurador-geral do Trabalho.

Uma parte significativa da estratégia institucional relacionada aos objetivos estratégicos finalísticos ocorre no âmbito das oito Coordenadorias Temáticas Nacionais, que, além da atuação de rotina do Órgão, coordenam ações por meio de Projetos Estratégicos, Grupos de Trabalho e Grupos de Estudos, conforme normatizado na Resolução CSMPT nº 137/2016. A tabela 26 mostra a relação entre as Coordenadorias Temáticas Nacionais do MPT e os Objetivos Estratégicos constantes do PEI:

No exercício de 2020, o Ministério Público do Trabalho estabeleceu diretrizes para o desdobramento da estratégia, que teve dois marcos normativos importantes – o primeiro com edição da Portaria PGT nº 1.027/2019, estabelecendo diretrizes para elaboração de indicadores e definindo metas e o segundo com a da Portaria PGT nº 179/2020, estabelecendo diretrizes para o desdobramento do PEI para o período de 2020 a 2022.

TABELA 25 ALINHAMENTO ENTRE OBJETIVOS FINALÍSTICOS E COORDENADORIAS TEMÁTICAS NACIONAIS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO	COORDENADORIA TEMÁTICA NACIONAL
OE1	Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil	Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades (Coordigualdade)
		Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância)
		Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete)
OE2	Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho	Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho (Codemat)
		Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap)
		Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa)
OE3	Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas	Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret)
		Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis)

O normativo estabelece que o Planejamento Estratégico do MPT se desdobra nos seguintes Planos:

Plano de Gestão Nacional (PGN): instrumento de planejamento com indicadores estratégicos e ações nacionais prioritárias, a serem executadas no período de dois anos.

Plano de Gestão da Unidade (PGU): instrumento de planejamento com indicadores estratégicos, indicadores das unidades e com ações prioritárias a serem executadas no âmbito das unidades regionais e da Procuradoria-Geral do Trabalho, no período de dois anos.

O Plano de Gestão Nacional (PGN), antes de ser instituído pela Portaria PGT nº 1.423/2020, foi objeto de análise pelo Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica (CPGE). Além disso, os projetos estratégicos finalísticos são periodicamente objeto de pauta das Reuniões do Comitê de Análise de

Resultados Institucionais (Cari).

O PGN estabeleceu os indicadores, as ações e as iniciativas nacionais que serão base para a construção dos PGUs nas 24 Procuradorias Regionais do Trabalho e na Procuradoria-Geral do Trabalho, conforme tabela a seguir:

Os resultados alcançados em 2020 foram apresentados na Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), realizada em 1º de dezembro do mesmo ano, e teve o foco direcionado para as entregas realizadas e ações executadas durante o período.

A seguir constam os resultados parciais do PGN, bem como do plano de ação elaborado para atuar na pandemia do novo coronavírus (covid-19). Cabe ressaltar que, apesar de o PGN constar de indicadores estratégicos, no exercício de 2020 não foi possível a medição, sendo apresentados na Reunião de Análise da Estratégia 2020 resultados parciais no âmbito de iniciativas, e não de indicadores.

TABELA 26 OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
OE1 – Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil	Número de beneficiados pela atuação do MPT na inclusão e igualdade no trabalho
	Número de beneficiados pela atuação do MPT no combate ao trabalho escravo
	Número de beneficiados pela atuação do MPT no combate ao trabalho infantil
OE2 – Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho	Número de trabalhadores beneficiados com atuação do MPT no Meio Ambiente de Trabalho
OE3 – Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas	Número de trabalhadores beneficiados pela atuação do MPT no combate a fraudes
	Número de Trabalhadores beneficiados pela atuação do MPT como mediador dos conflitos coletivos de trabalho
	Número de Trabalhadores beneficiados pela atuação do MPT na promoção da diversidade na estrutura sindical e na negociação coletiva
OE3 – Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas	Número de Trabalhadores beneficiados pela atuação do MPT no combate aos atos antissindicais
OE4 – Atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme	Percentual de arquivamentos não homologados por descumprimento dos Enunciados da CCR (atuação uniforme)
	Percentual de instauração de instrumentos de atuação estratégica (projetos, GTs, GEs, FTs) conforme manifestação prévia da CCR na fase de proposição

TABELA 26 OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
OE4 – Atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme	Percentual de TACs cumpridos e procedimentos arquivados (incluindo mediação) por regularização de conduta
	Percentual de Correições realizadas com a nova metodologia de avaliação
	Índice de recursos de revista que não são conhecidos pelo TST
	Número de ações de apoio realizadas
	Percentual de elaboração da Resolução CSMPT nº 166
	Percentual de adesão às redes de Ouvidorias
	Percentual de elaboração da Carta de Serviços do MPT
	Percentual de membros do Nupia capacitados e com certificação
	Percentual de PRTs com diagnóstico realizado
	Percentual de unidades do MPT com planos para o enfrentamento da covid-19
OE5 – Garantir as informações necessárias para a atuação baseada em evidências	Número de acessos às ferramentas da SPAI
	Número de publicações elaboradas e disponibilizadas
	Número de comunicações internas elaboradas e disponibilizadas
	Percentual de informações de inteligência e contrainteligência atendidas
	Percentual de ataques aos dados de posse do MPT que foram prevenidos
OE6 – Estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas	Percentual de parcerias firmadas com instituições identificadas como estratégicas
OE7 – Fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade	Índice de curtidas nas publicações
OE7 – Fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade	Percentual de acesso ao PGT Informa
	Percentual de rejeição às campanhas publicadas na intranet
	Número de publicações de comunicação
	Número de acesso ao memorial virtual do MPT
	Percentual de diretrizes de acessibilidade concretizadas
OE8 – Desenvolver a cultura da gestão estratégica orientada para resultados	Percentual de reuniões de monitoramento da estratégia realizadas
	Percentual de projetos do portfólio estratégico que alcançaram as metas estabelecidas

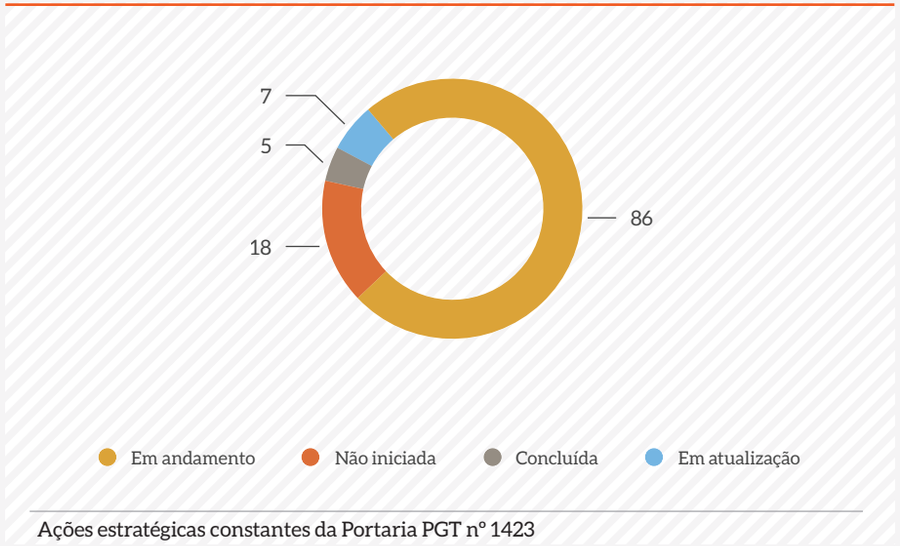
TABELA 26 OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
OE8 – Desenvolver a cultura da gestão estratégica orientada para resultados	Número de processos críticos mapeados
	Percentual de unidades com PGU implantado
	Percentual de ofícios correcionados com atuação alinhada ao Planejamento Estratégico
OE 9 – Otimizar a gestão orçamentária e financeira, assegurando a execução da estratégia	Percentual de orçamento executado até setembro
	Percentual do orçamento destinado ao pagamento de energia elétrica
	Percentual do orçamento destinado à manutenção básica
	Percentual do orçamento destinado ao pagamento de aluguel
	Percentual do orçamento destinado ao pagamento de água
	Percentual de metas do PLS alcançadas
OE10 – Garantir a inovação e a eficiência dos produtos e serviços de tecnologia da informação	Quantidade de áreas/unidades/coordenadorias nacionais beneficiadas com painéis gerenciais
	Percentual de conclusão dos processos licitatórios do PAC-TI 2020
	Percentual da execução do orçamento destinado à TI inicial aprovado pela Diretoria-Geral
	Percentual de ciclos de desenvolvimento
OE11 – Desenvolver a Política de Gestão de Pessoas	Índice de Aprimoramento de Gestão de Pessoas
	Percentual de servidores que aderiram ao programa de preparação de aposentadoria
	Índice de aprimoramento da formação nos assuntos da Corregedoria
	Taxa de Absenteísmo-doença
	Percentual de PRTs com realização do evento "Perspectivas de Gênero, Raça e Diversidade e Interseccionalidades"
OE11 – Desenvolver a Política de Gestão de Pessoas	Número de atos normativos elaborados/revisados
	Índice de operações atendidas
	Percentual de implantação do projeto
	Percentual de Unidades Sedes Regionais do MPT com segurança orgânica
	Percentual de procuradores-chefes e coordenadores nacionais capacitados
	Número de cargos criados
	Percentual de servidores capacitados

3.3.1 RESULTADOS PARCIAIS DO PGN

A seguir, constam a situação geral das ações estratégicas contidas no PGN e os resultados das ações, com os respectivos segmentos responsáveis, alinhados aos objetivos estratégicos.

GRÁFICO 31 SITUAÇÃO GERAL DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS CONTIDAS NO PGN



Ações estratégicas constantes da Portaria PGT nº 1423

FIGURA 17 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN

Gestão Estratégica

OE4 - Atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Coordenação do trabalho normativo da comissão de revisão da Resolução CSMPT nº 166/2019	Proposta de ato normativo finalizada, relatório de trabalho encaminhado ao CSMPT	GAB/VICE
Adesão às Redes de Ouvidorias	Adesão à Rede Nacional coordenada pela Ouvidoria-Geral da União da CGU e à Rede de Ouvidorias do Ministério Público	Ouvidoria
Coordenação da atuação do MPT via instrumentos estratégicos por meio da aproximação com os órgãos institucionais, em especial as Coordenadorias Nacionais Temáticas	100% dos GTs e GEs instituídos obtiveram ciência e anuência prévia da CCR	CCR
Elaboração novas diretrizes avaliativas para as correições, adotando-se parâmetros que ultrapassem o controle meramente formal, quantitativo com a finalidade de priorizar a atuação proativa e planejada	No curso das correições ordinárias ocorridas em 2020, houve verificação da efetiva utilização de planos de atuação funcional	Corregedoria

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 18 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN

Gestão Estratégica

OE4 - Atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Criação da Carta de Serviços do MPT	100%. Carta de Serviços finalizada e disponibilizada no portal do MPT	GAB/VICE
Fomento a atuação dos NUPIAS	Inserida proposta de regulamentação da autocomposição na revisão da Resolução CSMPT nº 166.2019; Realizado diagnóstico nacional da atuação dos núcleos de mediação, com produção de relatório; Realizada capacitação em 5 módulos e série de webnários, com participação de cerca de 100 alunos	GAB/VICE
Planejamento da atuação nacional, bem como organização e acompanhamento da atuação, nacional e regional, do MPT frente à Covid-19	100%. Foram elaborados e monitorados 24 planos regionais e um plano nacional	SGE

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 19 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN

Gestão Estratégica

OE4 - Atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Interação com segmentos da PGT e Unidades Regionais, visando dar suporte à atuação finalística	Interação com os Procuradores que atuam na Operação Hipócritas para elaboração de memoriais; Reuniões com os Procuradores que atuam no Projeto Frigoríficos para elaboração de recursos em Correições Parciais no TST (Grupo JBS); Reunião com a Secretaria Jurídica do PGT para tratar de futura interlocução com o PGR, com o fito de determinar qual ramo do MPU (MPF ou MPT) tratará dos conflitos de competência perante o STJ.	CRJ

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 20 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN

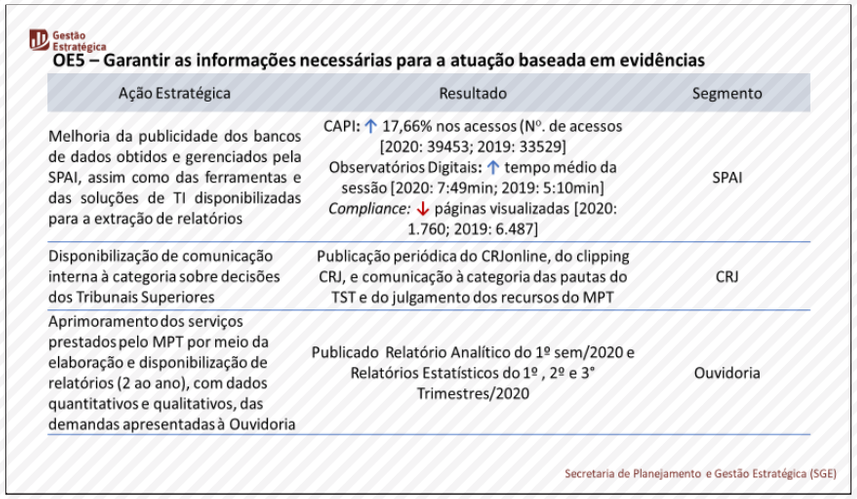
Gestão Estratégica

OE6 – Estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Promoção da integração e da interlocução com o Judiciário trabalhista e com o Supremo Tribunal Federal	Interlocução feita frequentemente em audiências com os Ministros do TST. Destacam-se recentes reuniões com os Ministros sobre a Operação Hipócritas e as Correições Parciais do Grupo JBS	CRJ
Criação de grupo de avaliação permanente de litígios estratégicos aos sistemas interacionais (litigância internacional)	Após a criação do GT, destacam-se as ações: elaboração de opinião consultiva na temática de liberdade sindical com perspectiva de gênero perante a CIDH; elaboração de representação do caso TELEPAR, com outros atores, perante o SIPDH; definição de diretrizes para cumprimento da decisão da Corte Interamericana no caso de Explosão da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus	SCI
Identificação de iniciativas de governo, organismos internacionais, empresas multinacionais à pauta do trabalho decente e interlocução	Foram identificadas iniciativas e concretizadas algumas ações, a exemplo do ingresso na Aliança 8.7, convênio com a Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.	SCI

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 21 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



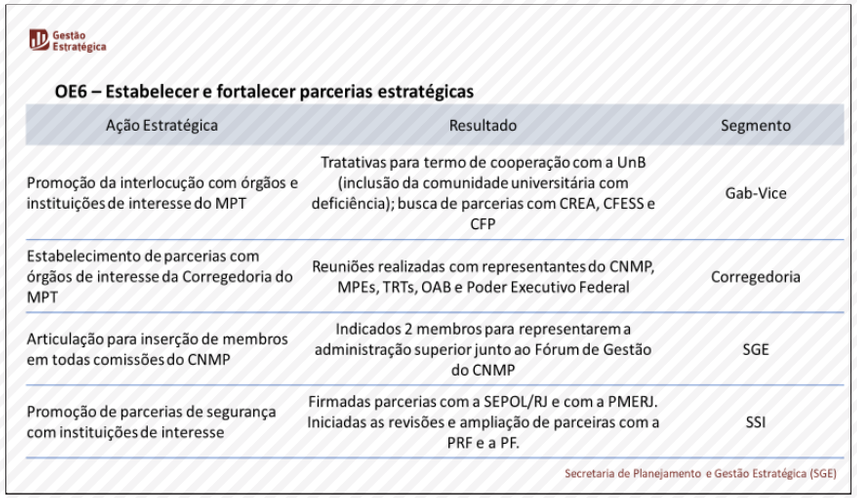
Gestão Estratégica

OE5 – Garantir as informações necessárias para a atuação baseada em evidências

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Melhoria da publicidade dos bancos de dados obtidos e gerenciados pela SPAI, assim como das ferramentas e das soluções de TI disponibilizadas para a extração de relatórios	CAPI: ↑ 17,66% nos acessos (Nº. de acessos [2020: 39453; 2019: 33529] Observatórios Digitais: ↑ tempo médio da sessão [2020: 7:49min; 2019: 5:10min] *Compliance:* ↓ páginas visualizadas [2020: 1.760; 2019: 6.487]	SPAI
Disponibilização de comunicação interna à categoria sobre decisões dos Tribunais Superiores	Publicação periódica do CRJonline, do clipping CRJ, e comunicação à categoria das pautas do TST e do julgamento dos recursos do MPT	CRJ
Aprimoramento dos serviços prestados pelo MPT por meio da elaboração e disponibilização de relatórios (2 ao ano), com dados quantitativos e qualitativos, das demandas apresentadas à Ouvidoria	Publicado Relatório Analítico do 1º sem/2020 e Relatórios Estatísticos do 1º , 2º e 3º Trimestres/2020	Ouvidoria

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 22 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



Gestão Estratégica

OE6 – Estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Promoção da interlocução com órgãos e instituições de interesse do MPT	Tratativas para termo de cooperação com a UnB (inclusão da comunidade universitária com deficiência); busca de parcerias com CREA, CFESS e CFP	Gab-Vice
Estabelecimento de parcerias com órgãos de interesse da Corregedoria do MPT	Reuniões realizadas com representantes do CNMP, MPEs, TRTs, OAB e Poder Executivo Federal	Corregedoria
Articulação para inserção de membros em todas comissões do CNMP	Indicados 2 membros para representarem a administração superior junto ao Fórum de Gestão do CNMP	SGE
Promoção de parcerias de segurança com instituições de interesse	Firmadas parcerias com a SEPOL/RJ e com a PMERJ. Iniciadas as revisões e ampliação de parceiras com a PRF e a PF.	SSI

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 23 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



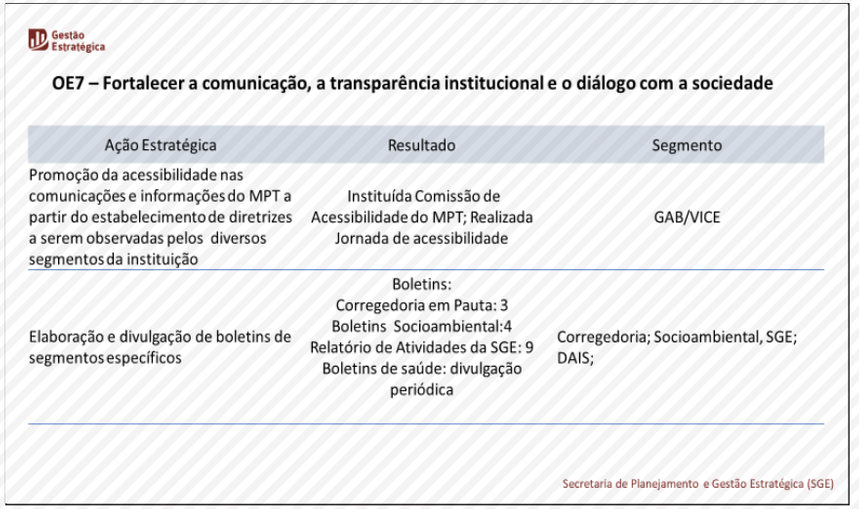
Gestão Estratégica

OE6 – Estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Acompanhamento e manifestação no CNMP das matérias de interesse do MPT	Acompanhamento de todas as sessões plenárias do CNMP, sejam físicas (antes da Pandemia pelo novo Coronavírus) ou virtuais. O acompanhamento também é feito por meio de PGEAS, quando se trata de Proposições Normativas, Correições, Levantamentos de dados ou outras pautas do Conselho Nacional do Ministério Público	SRI
Promoção de visitas aos Governadores de todas as Unidades Federativas com a presença do respectivo Procurador-Chefe	A SRI se fez presente no Poder Executivo Federal e Estadual por meio de audiências com Ministros, Secretários de Estado e Governadores, bem como com suas assessorias técnicas	SRI
Parcerias Estratégicas Firmadas	Termo de Cooperação Técnica firmado com CNJ – Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional	PGT

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 24 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



Gestão Estratégica

OE7 – Fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Promoção da acessibilidade nas comunicações e informações do MPT a partir do estabelecimento de diretrizes a serem observadas pelos diversos segmentos da instituição	Instituída Comissão de Acessibilidade do MPT; Realizada Jornada de acessibilidade	GAB/VICE
Elaboração e divulgação de boletins de segmentos específicos	Boletins: Corregedoria em Pauta: 3 Boletins Socioambiental:4 Relatório de Atividades da SGE: 9 Boletins de saúde: divulgação periódica	Corregedoria; Socioambiental, SGE; DAIS;

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 25 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN

Gestão Estratégica

OE7 – Fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Publicar informações sobre a atuação do MPT frente à Covid-19	Publicadas 25 notas técnicas, 1 nota pública, 12 recomendações, 1 perguntas e respostas, 6 boletins regionais e 1 tabela com destinações (material produzido por membros)	ASCOM
Elaboração e divulgação, multi canal, do PGT informa	Produzidas e distribuídas para membros e servidores 4 edições do PGT/Informa	ASCOM

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 26 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN

Gestão Estratégica

OE8 – Desenvolver a cultura da gestão estratégica orientada para resultados

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Promoção da melhoria dos processos de trabalho críticos do MPT	50 processos mapeados dentre processos da Corregedoria (10) e do Gabinete do PGT(40)	SGE
Fomento ao funcionamento do SIGGE, à cultura de gestão, e às ações integradas com as unidades regionais	Alcance de 65% da previsão de ocorrência de Colegiados Estratégicos previstos para 2020 (Comitês CPGE, CARI, CEGEP, CECOM, CETI, CESI, COPOR, RAE, Reunião Nacional com APGEs)	SGE
Fomento e coordenação do PGN e coordenação da elaboração dos PGUs (criar metodologia para desenvolver os PGUs)	Instituídos PGN e diretrizes para desdobramento do PEI (Portarias n. 1342/2020 e 179/2020); elaborada Metodologia PGUs e realizada capacitação nacional para PGUs	SGE

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 27 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN

Gestão Estratégica

OE 9 - Otimizar a gestão orçamentária e financeira, assegurando a execução da estratégia

Ação Estratégica		Resultado	Segmento
Projeto Eficiência Energética	Elaboração de estudo da demanda contratada nas unidades regionais	Estudo concluído. Elaboração de orientações para repactuações dos contratos	DAE
	Repactuação dos contratos para adequar a demanda contratada ao consumo real das Unidades	Repactuado PRT 24ª	DAE
	Implantação de painéis solares nas Unidades do MPT	Implantado PRT 23ª	DAE

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 28 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN

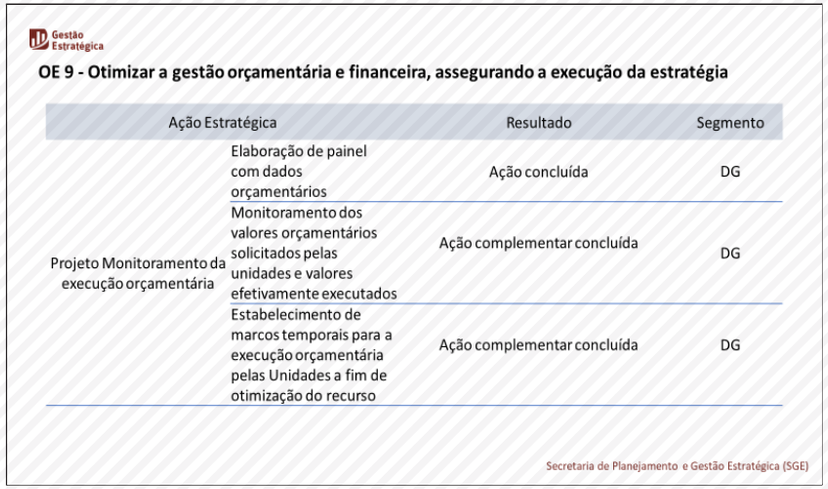
Gestão Estratégica

OE 9 - Otimizar a gestão orçamentária e financeira, assegurando a execução da estratégia

Ação Estratégica		Resultado	Segmento
Projeto Locação Zero	Elaboração de estudo para definição de critérios para aquisição de sedes	Prospecção de Imóveis em todas as Unidades com Locação Vigente; Parceria com a SPU para aquisição via emendas	DG-DAE
	Substituição de aluguéis, para sedes próprias, de Unidades que comprometam o orçamento do MPT	Realizado levantamento dos gastos com aluguéis no MPT, definidos critérios prioritários para substituição dos aluguéis; Concluídos os processos de aquisição de 03 sedes (Rondonópolis, Rio Verde e Caruaru) e 10 processos em fase de finalização dos trâmites legais; Há, ainda, 03 outras sedes aguardando portaria de crédito do PGR, totalizando-se 16 sedes a serem adquiridas no exercício de 2020.	DG-DAE

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 29 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



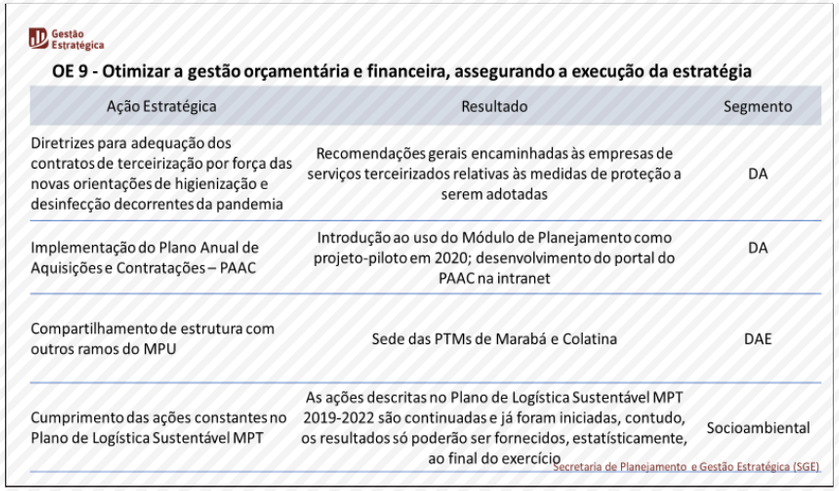
Gestão Estratégica

OE 9 - Otimizar a gestão orçamentária e financeira, assegurando a execução da estratégia

Ação Estratégica		Resultado	Segmento
Projeto Monitoramento da execução orçamentária	Elaboração de painel com dados orçamentários	Ação concluída	DG
	Monitoramento dos valores orçamentários solicitados pelas unidades e valores efetivamente executados	Ação complementar concluída	DG
	Estabelecimento de marcos temporais para a execução orçamentária pelas Unidades a fim de otimização do recurso	Ação complementar concluída	DG

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 30 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



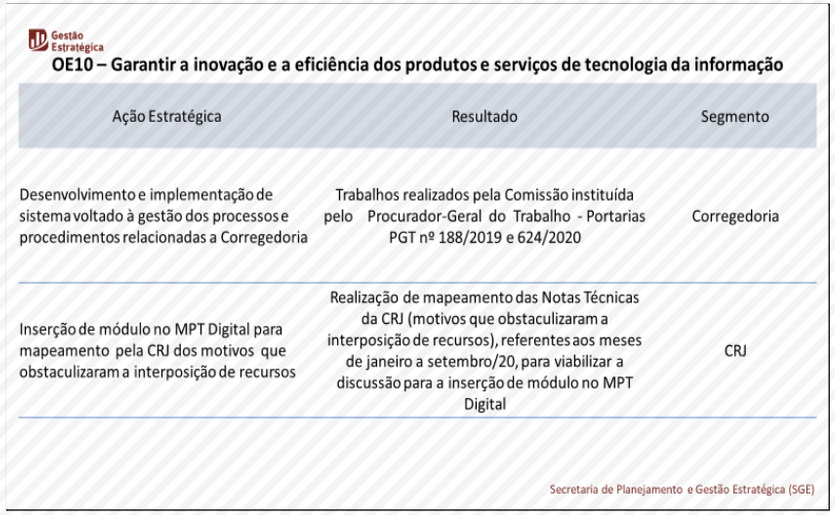
Gestão Estratégica

OE 9 - Otimizar a gestão orçamentária e financeira, assegurando a execução da estratégia

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Diretrizes para adequação dos contratos de terceirização por força das novas orientações de higienização e desinfecção decorrentes da pandemia	Recomendações gerais encaminhadas às empresas de serviços terceirizados relativas às medidas de proteção a serem adotadas	DA
Implementação do Plano Anual de Aquisições e Contratações – PAAC	Introdução ao uso do Módulo de Planejamento como projeto-piloto em 2020; desenvolvimento do portal do PAAC na intranet	DA
Compartilhamento de estrutura com outros ramos do MPU	Sede das PTMs de Marabá e Colatina	DAE
Cumprimento das ações constantes no Plano de Logística Sustentável MPT	As ações descritas no Plano de Logística Sustentável MPT 2019-2022 são continuadas e já foram iniciadas, contudo, os resultados só poderão ser fornecidos, estatísticamente, ao final do exercício	Socioambiental

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 31 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



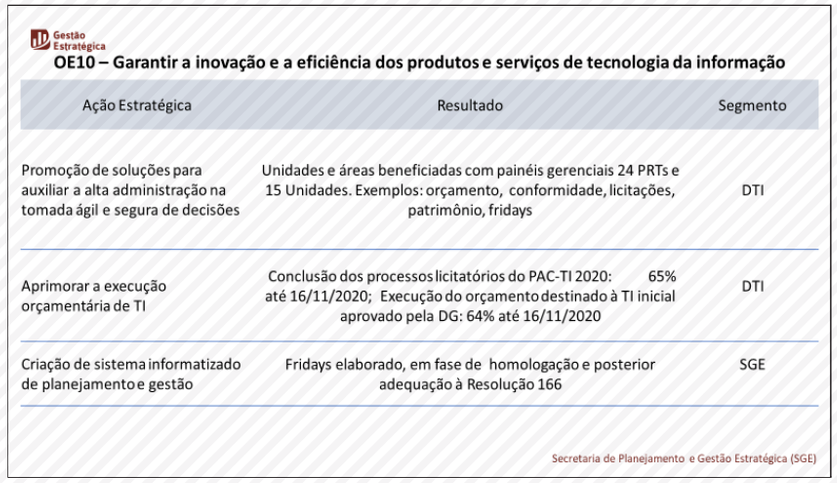
Gestão Estratégica

OE10 – Garantir a inovação e a eficiência dos produtos e serviços de tecnologia da informação

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Desenvolvimento e implementação de sistema voltado à gestão dos processos e procedimentos relacionadas a Corregedoria	Trabalhos realizados pela Comissão instituída pelo Procurador-Geral do Trabalho - Portarias PGT nº 188/2019 e 624/2020	Corregedoria
Inserção de módulo no MPT Digital para mapeamento pela CRJ dos motivos que obstaculizaram a interposição de recursos	Realização de mapeamento das Notas Técnicas da CRJ (motivos que obstaculizaram a interposição de recursos), referentes aos meses de janeiro a setembro/20, para viabilizar a discussão para a inserção de módulo no MPT Digital	CRJ

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 32 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



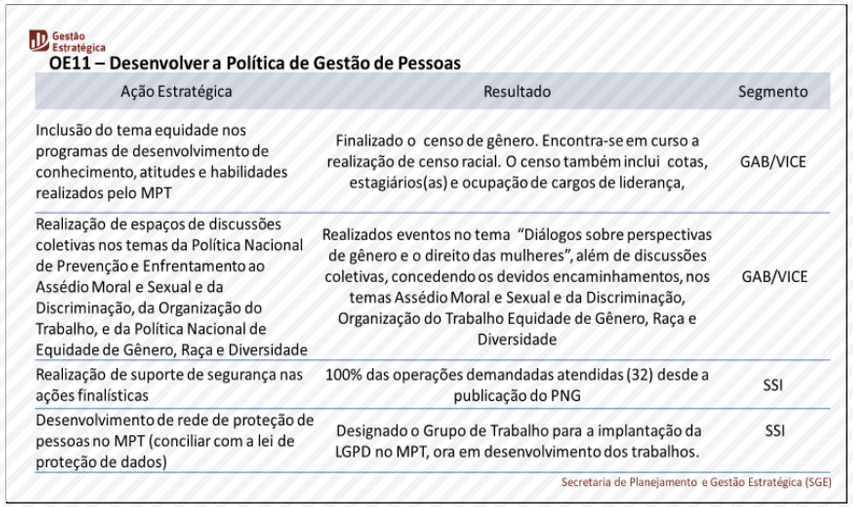
Gestão Estratégica

OE10 – Garantir a inovação e a eficiência dos produtos e serviços de tecnologia da informação

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Promoção de soluções para auxiliar a alta administração na tomada ágil e segura de decisões	Unidades e áreas beneficiadas com painéis gerenciais 24 PRTs e 15 Unidades. Exemplos: orçamento, conformidade, licitações, patrimônio, fridays	DTI
Aprimorar a execução orçamentária de TI	Conclusão dos processos licitatórios do PAC-TI 2020: 65% até 16/11/2020; Execução do orçamento destinado à TI inicial aprovado pela DG: 64% até 16/11/2020	DTI
Criação de sistema informatizado de planejamento e gestão	Fridays elaborado, em fase de homologação e posterior adequação à Resolução 166	SGE

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 33 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



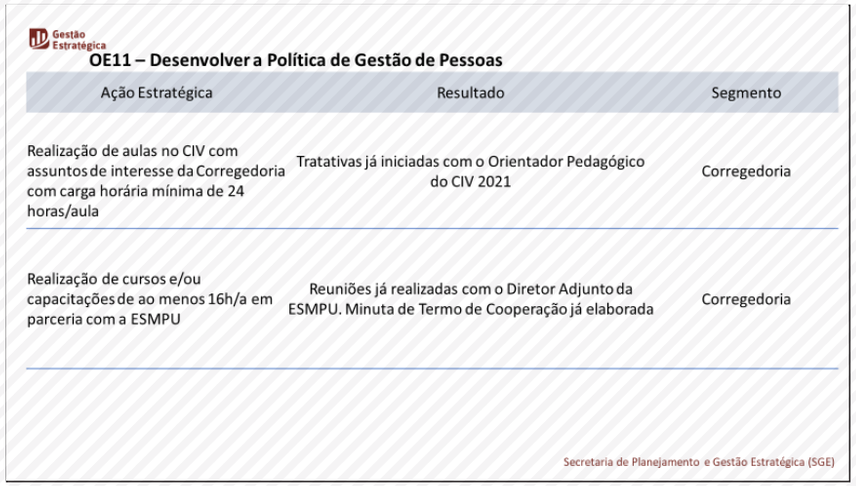
Gestão Estratégica

OE11 – Desenvolver a Política de Gestão de Pessoas

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Inclusão do tema equidade nos programas de desenvolvimento de conhecimento, atitudes e habilidades realizados pelo MPT	Finalizado o censo de gênero. Encontra-se em curso a realização de censo racial. O censo também inclui cotas, estagiários(as) e ocupação de cargos de liderança,	GAB/VICE
Realização de espaços de discussões coletivas nos temas da Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e da Discriminação, da Organização do Trabalho, e da Política Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade	Realizados eventos no tema "Diálogos sobre perspectivas de gênero e o direito das mulheres", além de discussões coletivas, concedendo os devidos encaminhamentos, nos temas Assédio Moral e Sexual e da Discriminação, Organização do Trabalho Equidade de Gênero, Raça e Diversidade	GAB/VICE
Realização de suporte de segurança nas ações finalísticas	100% das operações demandadas atendidas (32) desde a publicação do PNG	SSI
Desenvolvimento de rede de proteção de pessoas no MPT (conciliar com a lei de proteção de dados)	Designado o Grupo de Trabalho para a implantação da LGPD no MPT, ora em desenvolvimento dos trabalhos.	SSI

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 34 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



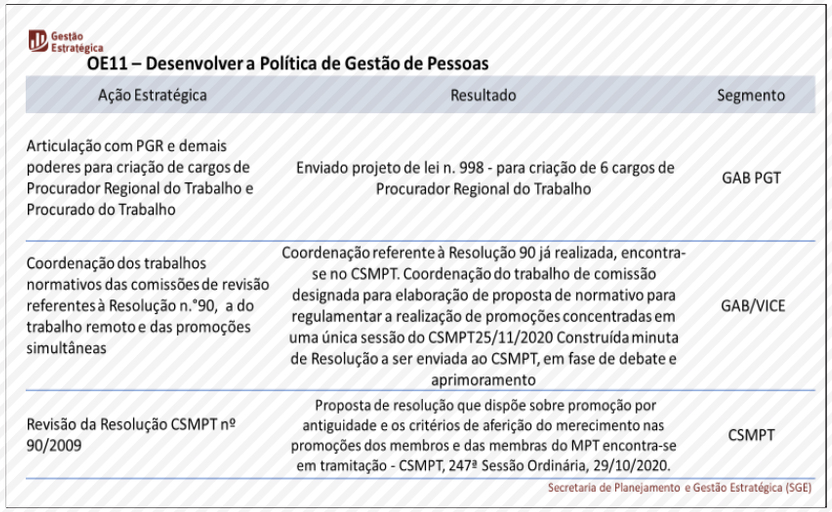
Gestão Estratégica

OE11 – Desenvolver a Política de Gestão de Pessoas

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Realização de aulas no CIV com assuntos de interesse da Corregedoria com carga horária mínima de 24 horas/aula	Tratativas já iniciadas com o Orientador Pedagógico do CIV 2021	Corregedoria
Realização de cursos e/ou capacitações de ao menos 16h/a em parceria com a ESMPU	Reuniões já realizadas com o Diretor Adjunto da ESMPU. Minuta de Termo de Cooperação já elaborada	Corregedoria

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 35 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



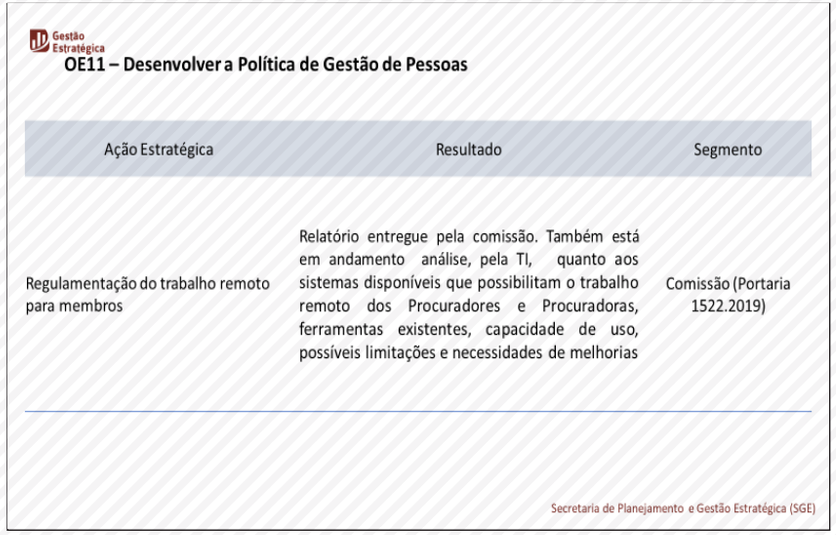
Gestão Estratégica

OE11 – Desenvolver a Política de Gestão de Pessoas

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Articulação com PGR e demais poderes para criação de cargos de Procurador Regional do Trabalho e Procurado do Trabalho	Enviado projeto de lei n. 998 - para criação de 6 cargos de Procurador Regional do Trabalho	GAB PGT
Coordenação dos trabalhos normativos das comissões de revisão referentes à Resolução n.°90, a do trabalho remoto e das promoções simultâneas	Coordenação referente à Resolução 90 já realizada, encontra-se no CSMPT. Coordenação do trabalho de comissão designada para elaboração de proposta de normativo para regulamentar a realização de promoções concentradas em uma única sessão do CSMPT25/11/2020 Construída minuta de Resolução a ser enviada ao CSMPT, em fase de debate e aprimoramento	GAB/VICE
Revisão da Resolução CSMPT nº 90/2009	Proposta de resolução que dispõe sobre promoção por antiguidade e os critérios de aferição do merecimento nas promoções dos membros e das membras do MPT encontra-se em tramitação - CSMPT, 247ª Sessão Ordinária, 29/10/2020.	CSMPT

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

FIGURA 36 SITUAÇÃO DAS AÇÕES DO PGN



Gestão Estratégica

OE11 – Desenvolver a Política de Gestão de Pessoas

Ação Estratégica	Resultado	Segmento
Regulamentação do trabalho remoto para membros	Relatório entregue pela comissão. Também está em andamento análise, pela TI, quanto aos sistemas disponíveis que possibilitam o trabalho remoto dos Procuradores e Procuradoras, ferramentas existentes, capacidade de uso, possíveis limitações e necessidades de melhorias	Comissão (Portaria 1522.2019)

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

3.3.2 RESULTADOS DA ATUAÇÃO DIANTE DA COVID-19

Medidas administrativas do plano de enfrentamento da covid-19:

- Trabalho remoto antecipado;
- Investimentos em infraestrutura e tecnologia da informação;
- Estruturação de uma diretoria médica;
- Atendimento psicossocial a membros e servidores;
- Investimento na adequação de estruturas físicas e em equipamentos de proteção coletiva e individual;
- Inserção no temário do sistema MPT Digital do tema "Coronavírus – covid-19";
- Criação de gabinetes de crise e da figura do "focalizador" em todas as regionais, para facilitação do fluxo de informações e da atuação coordenada e uniforme;
- Criação de repositório de peças Ministeriais com tema covid-19.

Medidas finalísticas do plano de enfrentamento da covid-19:

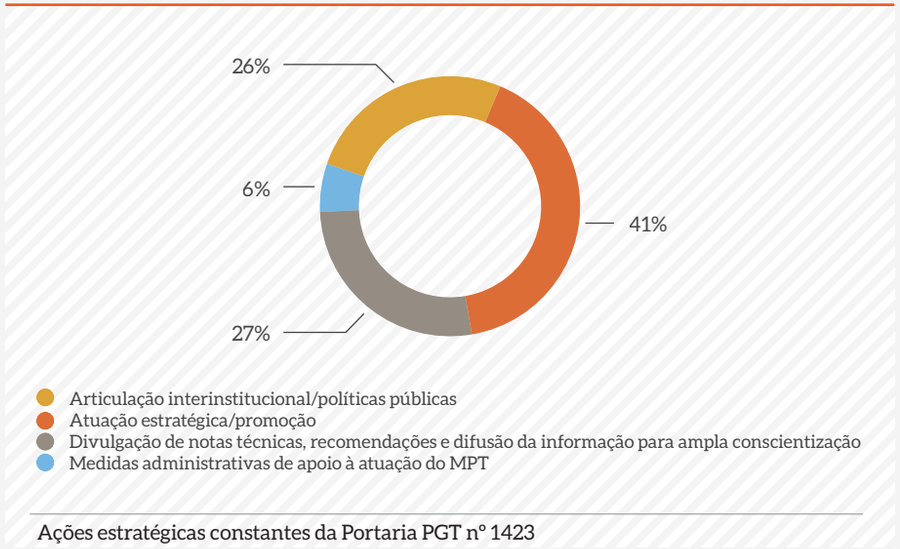
- Participação ativa no Giac – PGR/CNMP;
- Constituição do Grupo de Trabalho "GT covid-19" (Portaria PGT nº 470/2020) com objetivo de promover e proteger a saúde do trabalhador, bem como de reduzir os impactos negativos trabalhistas decorrentes da Pandemia "covid-19";
- Elaboração do Plano Nacional de Atuação do MPT contra a covid-19;
- Elaboração de Planos de Atuação em todas as 24 Procuradorias Regionais do Trabalho.

Os quadros/gráficos a seguir informam quantitativamente a atuação nacional do MPT no enfrentamento da covid-19. A figura 34 apresenta a quantidade de ações planejadas e providências adotadas pelo Órgão e por suas unidades regionais de acordo com os eixos de atuação:

- Eixo 1: Articulação interinstitucional/políticas públicas;
- Eixo 2: Atuação estratégica/promoção;
- Eixo 3: Divulgação de notas técnicas, recomendações e difusão da informação para ampla conscientização; e
- Eixo 4: Medidas administrativas de apoio à atuação do MPT.

A seguir, apresentam-se os números de atuação do MPT durante a pandemia, relacionados diretamente à sua ação como órgão agente e interveniente, a demostração da quantidade de documentos orientativos produzidos pelo Órgão durante o trabalho de enfrentamento da pandemia, o valor das destinações feitas pelo MPT, a partir de ações judiciais e extrajudiciais, para o enfrentamento da crise, com um comparativo entre as unidades do Órgão.

GRÁFICO 32 NÚMEROS DA ATUAÇÃO DO GT – COVID-19



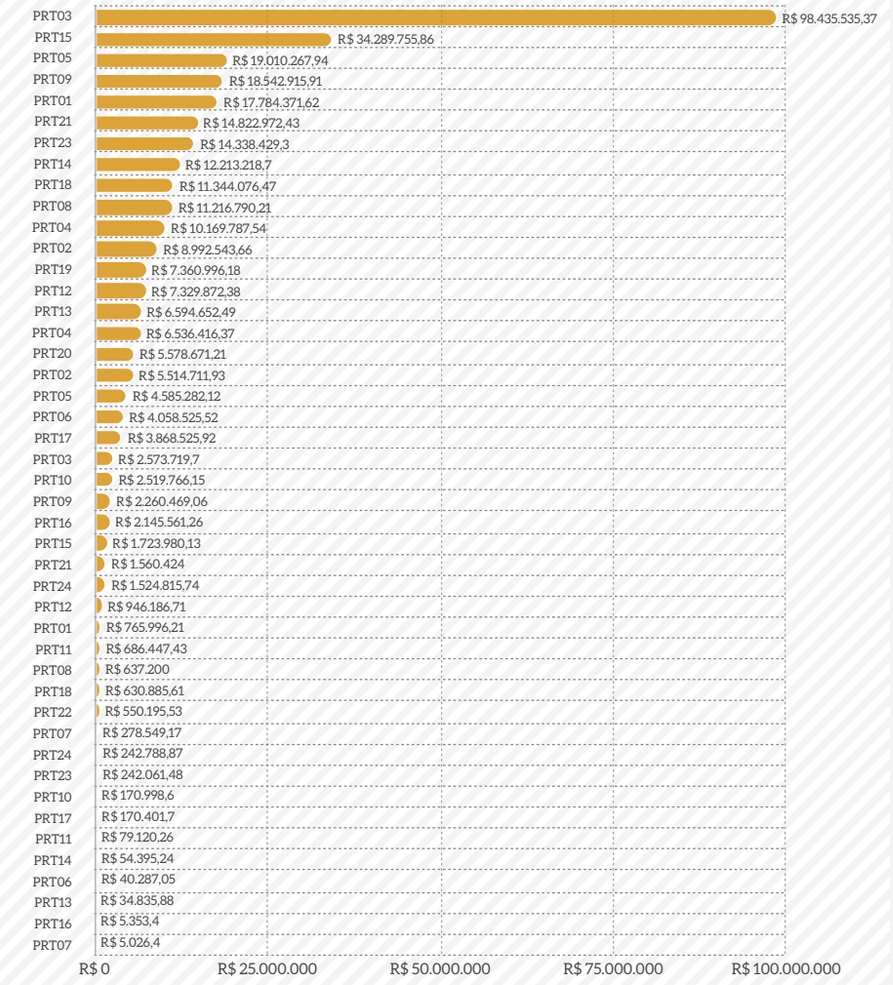
Ações estratégicas constantes da Portaria PGT nº 1423

FIGURA 37 ATUAÇÃO DO MPT DURANTE A PANDEMIA



Fonte: MPT Gaia - extraído em 17/11/2020

GRÁFICO 33 VALORES DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA



Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)
fonte: Destinatômetro - extraído em 17/11/2020

FIGURA 38 DOCUMENTAÇÃO GERADA NO ENFRETAMENTO DA PANDEMIA



Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

3.4 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Para o novo ciclo do Planejamento Estratégico (2018-2022) utilizou-se a matriz SWOT com o objetivo de analisar o cenário no qual a Instituição está inserida, buscando-se dos membros e servidores do MPT a percepção sobre o que seria relevante para o Órgão considerando o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças).

Cabe ressaltar que não há no MPT uma estrutura para a avaliação dos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e dos controles, exceção feita à Secretaria de Segurança Institucional, que possui seção de Inteligência e Contrainteligência em segurança institucional que analisa situações de riscos e propõe medidas de mitigação (Regimento Interno Administrativo do MPT).

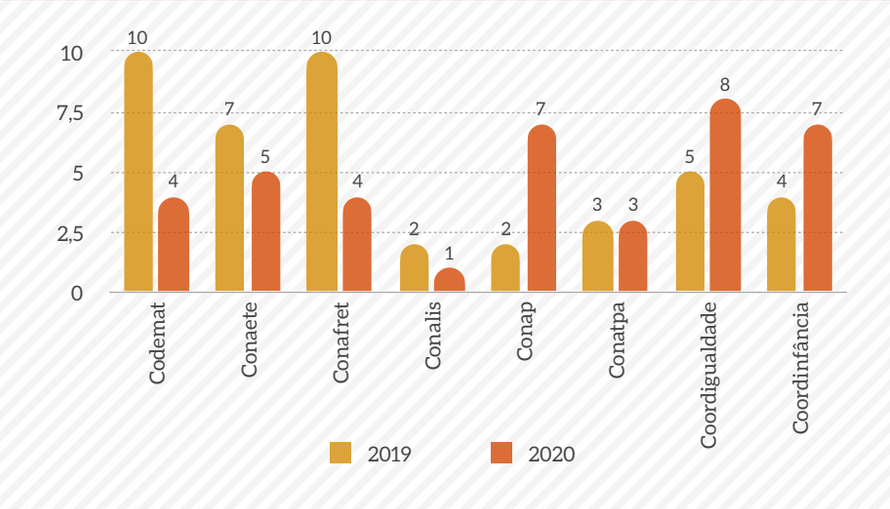
Está em desenvolvimento um sistema que permite o registro dos riscos inerentes à atuação por Instrumentos Estratégicos, como projetos, grupos de trabalho e forças-tarefas.

3.5 RESULTADOS DA GESTÃO

3.5.1 ATUAÇÃO GERAL

A implementação dos três objetivos estratégicos finalísticos (OE 1, 2 e 3) ocorreu por meio da atuação por Instrumentos Estratégicos, mediante Projetos Estratégicos, Grupos de Trabalhos, Grupos de Estudos e Forças-Tarefas, instrumentos definidos na Resolução CSMPT nº 137/2016, bem como por meio da Atuação Ordinária.

GRÁFICO 34 NÚMEROS DE GTS E GES GERIDOS POR COORDENADORIA TEMÁTICA NACIONAL



3.5.2 RESULTADOS DA ATUAÇÃO POR INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS

O gráfico permite a visualização do quantitativo de Grupos de Trabalhos (GT) e Grupos de Estudos (GE) geridos pelas Coordenadorias Temáticas Nacionais. Ressalta-se que esses colegiados realizam programação orçamentária para melhor alocar seus recursos na aplicação dos instrumentos que viabilizam a concretização dos objetivos.

Na tabela a seguir são demonstrados os resultados dos Grupos de Trabalho e Grupos de Estudo desenvolvidos ao longo de 2020.

As forças-tarefas também foram um instrumento de atuação empregado em 2020, conforme gráfico acima.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1		
GT Comunidades Tradicionais (Coordigualdade)	Sistematização da atuação do Ministério Público do Trabalho na promoção do respeito pela identidade, diversidade e pelo pluralismo das Comunidades Tradicionais (indígenas, quilombolas e de religiões de matriz africana), assegurando o respeito à dignidade humana e a suas liberdades, por meio de definição de estratégias e planos de ação, com ênfase na valorização da identidade social, cultural, dos costumes, das tradições, da religiosidade e da ascendência, em consonância com os valores constitucionais de sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.	Destinação de recursos à OIT e ao Unicef para implementação das ações do Projeto Àwúre foram; • Destinação de recursos para ministrar cursos de capacitação para cuidado a idosos e pessoas com deficiência; e aprendizagem para qualificação de adolescentes e jovens em situação de grave vulnerabilidade social; • Outros também podem ser contemplados, como o Projeto Àwúre: Resposta à covid-19 – Amazônia, que visa à execução de ação emergencial e humanitária para beneficiar povos originários e comunidades tradicionais (quilombos) na região Amazônica, gravemente afetados pela pandemia; • Realização de seminário, sob a forma de Simpósio Internacional, sobre as Comunidades Tradicionais; • Realização de campanhas em prol da pluralidade cultural das Comunidades Tradicionais; • Mapeamento sobres casos de racismo, intolerância, preconceito, discriminação, e outras violações de direitos humanos e contra trabalhadores praticantes de religiões de matriz africana, indígenas e quilombolas.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
GT Gênero (Coordigualdade)	Sistematização da atuação do Ministério Público do Trabalho na promoção do direito fundamental à dignidade, à igualdade e à não discriminação, por meio de definição de estratégias e planos de ação, com ênfase na promoção da igualdade de oportunidades, condições de trabalho, enfrentamento da violência e da discriminação contra todas as mulheres trabalhadoras.	Elaboração da cartilha Assédio moral no trabalho: perguntas e respostas; • Produção de Estudo sobre os aspectos trabalhistas da Lei Maria da Penha; • Realizadas atividades nas regionais (eventos/campanhas) sobre os temas tratados pelo GT.
GT Raça (Coordigualdade)	Definição de ações, e apresentação de propostas e estratégias com o objetivo de sistematizar a atuação do Ministério Público do Trabalho na proteção do direito fundamental à igualdade, ao trabalho decente e a não discriminação da população negra, com ênfase na promoção da igualdade racial nos canais de televisão aberta do Brasil, como forma de instrumentalizar a representatividade da negritude brasileira nesses espaços de trabalho.	Audiências com emissoras de TV; • Realização da campanha "Nosso Lugar é Legítimo"; • Instalação de comitês de equidade e diversidade, ações que se encontram em andamento e acompanhamento pelo GT; • Observaram-se sensíveis, mas importantes transformações no cenário televisivo, com a contratação de jornalistas negras, realização de programas e matérias jornalísticas sobre a temática.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Carnaúba (Conaete)	Enfrentar o trabalho escravo na cadeia produtiva da cera de carnaúba, promovendo o trabalho digno e seguro nessa cadeia produtiva.	Negociação avançada com as empresas do estado do Ceará que ainda não assumiram o compromisso de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas pelos fornecedores e manter cadastro atualizado de fornecedores com informações sobre as condições de trabalho; • Resgate de 39 trabalhadores, sendo 25 no estado do Piauí e 14 no Rio Grande do Norte; • Assinatura de seis TACs com empregadores que extraem palha da carnaúba; • Mapeamento de áreas de extração de palha de carnaúba no estado do Piauí.
Garimpo (Conaete)	Promoção do trabalho digno e seguro nos garimpos brasileiros e a repressão das condições de trabalho escravo contemporâneo nos garimpos brasileiros.	Realização de atos judiciais nas ACPs do PAJ 265.2007.08.001/0, com participação em audiências judiciais, inspeções judiciais e audiência pública no garimpo do Lourenço; • Realização de ação fiscal com GEFM no Garimpo do Coatá, localizado no município de Itaiatuba/PA, com resgate de 39 trabalhadores em condições de escravidão contemporânea e ajuizamento de ações judiciais; • Produção de relatório descritivo, entretanto, o GT necessita de mais experiências nos enfrentamentos da temática para produzir manual de orientações e sugestões para atuações futuras.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
GT Migrantes e Refugiados (Conaete)	• Articular a atuação do MPT de maneira a prevenir e enfrentar situações de discriminação, racismo, marginalização, tráfico de pessoas, trabalho escravo ou degradante envolvendo trabalhadores migrantes e buscar contribuir para uma convivência intercultural enriquecedora.	• Organizado livro com colaboração de 41 autores, entre os quais alguns são membros do MPT. Após produzido, seguiu para publicação.
GT Políticas Públicas (Conaete)	• Fomentar o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas de prevenção e assistência às vítimas do trabalho no(s) local(is) identificado(s) como prioritário(s) para essa atuação, em atuação articulada com o procurador oficiante no local, adotando as providências promocionais, extrajudiciais e judiciais para tal.	• Iniciativas existentes nas Regionais de prevenção e assistência às vítimas foram fortalecidas e apoiadas pelo GT; Políticas públicas e iniciativas de prevenção e assistência às vítimas no estado do Maranhão em implementação; • A implementação das obrigações do TAC nº 31/2017, celebrado com o estado do Maranhão, está sendo acompanhada pela Conaete nacional; Apoio às Coetraes e propositura de TACs à semelhança do TAC firmado com o estado do Maranhão incorporados como ações prioritárias da Conaete em âmbito nacional.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
GT Atletas Mirins (Coordinfância)	• Aprimorar a atuação do Ministério Público do Trabalho no que diz respeito aos atletas mirins, de modo a garantir com maior efetividade seus direitos, em especial quanto às condições de trabalho e de alojamento, bem como à prevenção e ao combate aos assédios moral e sexual. Para além do objetivo inicialmente proposto, portanto, amplia-se o foco do GT também à situação dos alojamentos e das condições de trabalho.	• Levantamento das atuações do MPT na temática; • Realização de oficina da Unicef com adolescentes da categoria de base do Clube Atlético Paranaense a fim de coletar informações sobre assédio e violência sexual; • Realização de audiências coletivas, com o objetivo de ouvir e trocar informações com os demais órgãos parceiros e interessados na formulação de estratégias para enfrentamento do assédio sexual no esporte; • Elaboração de roteiro de fiscalização de alojamento dos clubes e apoio às inspeções realizadas.
GT Cadeias Produtivas do Cacau (Coordinfância)	• Estabelecer estratégias para atuação e enfrentamento do trabalho infantil e do trabalho em condições análogas à de escravo na cadeia produtiva do cacau, com a construção de planos de ação para atuação investigatória em face de cadeias produtivas nacionais e transnacionais.	• Plano de ação para atuação em face de cadeias produtivas nacionais e transnacionais; • Diagnóstico do trabalho infantil e do trabalho em condições análogas à de escravo; • Monitoramento interno, com definição das ações repressivas em âmbito nacional; • Proposta de cooperação internacional de combate ao trabalho infantil e às condições análogas a de escravo na cadeia produtiva do cacau; • Proposta de projeto de lei visando à penalização de empresas que se utilizem de mão de obra infantil e de trabalho escravo no seu processo de produção; • Realização de audiência com o governador do estado do Pará e com a equipe do governo do estado da Bahia, de Belém/PA e de Salvador/BA; • Realização da roda de diálogo sobre Cadeia Produtiva do Cacau; • Elaboração de minuta do plano de ação para atuação em face da cadeia produtiva do cacau.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Plano ESCCA (Coordinfância)	• Revisar e atualizar o Plano Operacional de Enfrentamento da Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho – Plano ESCCA.	• Realização de pesquisa de todas as ações sobre ESCCA em trâmite no MPT, que foram compiladas para análise dos integrantes do grupo; • Pesquisa de material para revisão bibliográfica e realização de reuniões com os integrantes do GE e convidados.
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2		
GT Nanotecnologia (Codemat)	• Estudar a nanotecnologia e seus impactos na saúde dos trabalhadores; compilar material literário sobre o tema e adotar medidas efetivas para combater os efeitos da nanotecnologia na saúde dos trabalhadores.	• Audiências e reuniões com diversos órgãos públicos e privados para tratar de assuntos relacionados ao tema; • Elaboração de proposta de portaria de ecossistema cooperativo.
GT Polo Gesseiro do Araripe (Codemat)	• Atuar em toda a cadeia produtiva da produção de gesso, de modo a fiscalizar as empresas quanto às normas de saúde e segurança na região do Araripe/PE.	• Empresas inspecionadas: 157 • Trabalhadores Beneficiados: 1.146 • ACPs Ajuizadas: 1 • Liminares deferidas em ACPs: 1; Acordos firmados /fiscalizados: 62 • Acordos cumpridos: 24 • Acordos descumpridos ou cumpridos parcialmente: 66 • Empresas paralisadas ou suspensas: 30

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
GT Prevenção de Acidentes em Barragens (Codemat)	• Adotar medidas necessárias para prevenção de riscos ao meio ambiente do trabalho e à vida dos trabalhadores; avaliar empresas ou setores econômicos alvo da atuação e respectivos procedimentos investigatórios; realizar diagnósticos para subsidiar a elaboração de projeto nacional na atividade de mineração; atuar em cooperação com outras instituições envolvidas nas temáticas; e formatar programa de capacitação de membros e servidores em âmbito nacional.	• Delimitação das barragens objeto de investigação/atuação do Grupo de Trabalho; • Expedição de Notificações Recomendatórias para todas as empresas identificadas; • Realização de curso sobre segurança em barragens; • Participação dos integrantes do GT em curso de capacitação sobre o tema pela ESMPU; • Obtenção de acesso ao Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração da Agência Nacional de Mineração; • Análises prévias da documentação relativa às 43 barragens de mineração objeto de atuação pelos próprios membros do GT; • Levantamento preliminar feito pelo GT, com base no Relatório Sintético da Campanha de Entrega do DCE, referente a março de 2020, a respeito das barragens que não tiveram DCE entregues.
GE Assédio Moral na Administração Pública Direta (Conap)	• Promover subsídios para uma atuação uniforme no tema "Assédio Moral na Administração Pública Direta".	
GT Petróleo (Conap)	• Assegurar o efetivo respeito aos direitos dos trabalhadores afetados pela desmobilização / desinvestimento da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, bem como apurar eventual dumping social decorrente dessas medidas.	• Firmado acordo de transição parcial, em 14/11/2019, entre a PRT 5ª Região (Bahia) e a Petrobras; • Firmado acordo de abrangência nacional em 17/12/2019; • Deferido o pleito judicial formulado pelo MPT para assegurar a destinação emergencial da importância de R$ 10.000.000,00.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
GE Manual Saúde na Saúde (Conap)	• Atualizar o manual de atuação Saúde na Saúde e o kit de peças. Elaborar Nota Técnica sobre o novo texto da NR32.	• Check-list para inspeção – geral (não é definitivo pois a NR-32 está em processo de atualização); • Formulário de inspeção – GT covid-19 (auxiliar nas inspeções de órgãos parceiros – Vigilância Sanitária, Cerest, Sindicatos dos Médicos e Enfermeiros, Conselhos Regionais de Medicina e Enfermagem).
GT Manual Terceirização sem Corrupção (Conap)	• Atualizar o Manual Terceirização sem Calote, que passará a ser denominado Terceirização sem Corrupção.	• O Grupo de Trabalho realizou três reuniões, por videoconferência, nos dias 5/3/2020, 5/8/2020 e 10/9/2020; • Atividades prejudicadas pela pandemia da covid-19, devido ao envolvimento dos integrantes do grupo na atuação perante a pandemia.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
GT Escalpelamentos por embarcações (Conatpa)	• Contribuir para diagnosticar o problema dos acidentes com escalpelamento; fomentar a inclusão no mercado de trabalho/empregabilidade, bem como as melhorias das condições de vida das pessoas vítimas de escalpelamento; e erradicar os acidentes que causam escalpelamento.	• Ingresso do MPT como membro da Comissão Estadual de Enfrentamento dos Acidentes com Escalpelamento do Estado do Pará (CEEAE); • Fomento às campanhas realizadas pela Sespa – Ação Itinerante de Saúde no Baixo Amazonas; • Realização de campanha no Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento (28/8/2020); • Propagadas informações sobre prevenção dos acidentes, e também sobre sequelas do escalpelamento; • Elaboração de diagnóstico do problema dos acidentes por escalpelamento em embarcações em águas jurisdicionais brasileiras, a partir de informações e documentos obtidos pelo Grupo de Trabalho, incluindo formulário aplicado a vítimas; • Celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) visando promover a diminuição e erradicação dos casos de escalpelamento por embarcações que ocorrem sobretudo na Região Norte do Brasil e políticas públicas preventivas para garantia da proteção integral e apoio às pessoas, em especial meninas e mulheres; • Aprovação do projeto Empoderamento Econômico das Mulheres Vítimas de Acidentes com Escalpelamento no Norte do Brasil, apresentado pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops), com vigência de 18 meses, de janeiro de 2021 a junho de 2022.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
GT Óleo (Conatpa)	• Adoção das providências necessárias à apuração dos fatos relativos às implicações na economia e na saúde dos trabalhadores que atuam em diversas atividades, em especial a de pescadores, de todas as regiões atingidas, bem como ao adequado tratamento das suas repercussões judiciais e extrajudiciais.	• Expediram orientações gerais aos coordenadores regionais das regiões atingidas pelo derramamento de óleo, sugerindo avaliar a necessidade e conveniência do monitoramento de gerenciamento de resíduos e da realização de audiências com os entes envolvidos e colônias de pescadores das localidades afetadas, no intuito de verificar os impactos socioeconômicos do desastre ambiental e a expedição de notificações aos estados e municípios afetados, para obter informações quanto ao eventual pagamento de benefícios assistenciais aos trabalhadores afetados (pescadores e marisqueiros).
GT Petrobras – covid-19 (Conatpa)	• Monitorar, centralizar, definir estratégias e promover ações de natureza extrajudicial e/ou judicial acerca da conduta da Petrobras em relação à redução de direitos dos trabalhadores durante a pandemia (covid-19).	• Reuniões para negociação; Elaboração de minuta de Ação Civil Pública, que não foi utilizada por questão estratégica; Elaboração de minuta de Acordo; • Apesar dos esforços, a atuação em mediação não logrou êxito e a questão foi judicializada pelas entidades representativas dos trabalhadores.
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3		
GE Atos Antissindicais (Conalis)	• Estimular uma mudança da cultura institucional sobre o trato das práticas antissindicais, e o aprimoramento da atuação do MPT na promoção da liberdade sindical.	• Elaborado manual de atuação, que subsidiará a atuação dos membros na promoção da liberdade sindical.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
BR Foods (Conafret)	• Sistematizar e uniformizar a atuação do MPT na fiscalização do cumprimento das obrigações deferidas na decisão judicial prolatada na ACP nº 0163402011-016-10-00-1, no que se refere à atividade de Abate Islâmico – Halal, no combate à terceirização na atividade de apanha de aves, bem como irregularidades no sistema de integração.	• Reunião com representantes da empresa, tendo sido definida a manutenção das tratativas para um acordo; • Reunião com representantes da empresa para ajustar os termos da contraproposta apresentada; • Reunião com representantes da empresa para a continuidade das negociações para a formalização do acordo; • Reunião com a empresa para tratar da proposta de acordo no tocante à prestação de serviços a terceiros e ao meio ambiente do trabalho.
Estagiários (Conafret)	• Sistematizar, uniformizar e ampliar a atuação do MPT no combate de fraudes à relação de emprego por meio do desvirtuamento de estágios, com foco na fiscalização do cumprimento pelas instituições de ensino superior, públicas e privadas, das obrigações previstas na Lei nº 11.788/2008.	• Ajuizamento de Ações Civis Públicas em face de diversas instituições de ensino superior; • Firmados 17 Termos de Ajuste de Conduta; • Realizadas diversas reuniões, devidamente relacionadas no documento; • Participação em diversas Audiências Públicas, em Seminários e Palestras, devidamente relacionadas; • Criação, na PRT-5ª Região/BA, do Grupo Especial de Trabalho: Parceria com Conselho Regional de Educação Física, para atuar na matéria de estágio.

TABELA 27 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO – 2020

GRUPO DE TRABALHO (GT) / GRUPO DE ESTUDO (GE)	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Facções de Vestuário (Conafret)	• Sistematizar, uniformizar e ampliar a atuação do MPT no combate de fraudes à relação de emprego em atividades de fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias (CNAE 14.22-3-00), especialmente a dos serviços prestados por pequenas empresas, denominadas facções, em que as condições de trabalho normalmente são mais precárias do que na empresa contratante (ou tomadora).	• Acompanhamento da Ação Civil Pública proposta em face da CIA Hering; • Participação em Audiência Judicial realizada no Cejusc em Goiânia/GO, com o objetivo de buscar uma conciliação; • Participação em Audiência Judicial em Goiânia/GO, com apresentação de réplica e petição relativa à oitiva de testemunhas; • Participação em Audiência Judicial na 3ª Vara do Trabalho de Anápolis/GO, com depoimento da testemunha; • Realização de reunião do GT com definição de realização de forças-tarefa em Blumenau/SC, Nova Friburgo/RJ e Joinville/SC.
Souza Cruz (Conafret)	• Uniformizar a atuação do MPT quanto ao combate de fraudes nas jornadas de trabalho dos empregados da empresa Souza Cruz e temas correlatos; acompanhar o cumprimento do acordo de âmbito nacional firmado com a empresa e adotar as medidas eventualmente cabíveis em caso de constatação de descumprimento de cláusulas, bem como as ações civis públicas que têm por objeto a jornada de trabalho de empregados que desenvolvem atividades externas, que não foram incluídas no ajuste e seguem em tramitação.	• O acordo firmado vem sendo acompanhado pelos membros integrantes do GT, não tendo sido identificado seu descumprimento; • Está sendo realizado o acompanhamento de ações e investigações em face da empresa com relação ao tema objeto do GT, com o objetivo de auxiliar os titulares dos procedimentos caso haja necessidade.

TABELA 28 COORDENADORIAS NACIONAIS, PROJETOS ESTRATÉGICOS E RESPECTIVOS TEMAS

COORDENADORIA	PROJETO	TEMA DO PROJETO
Codemat	Câncer Ocupacional	Promoção de ações de prevenção do câncer relacionado ao trabalho
	Frigoríficos	Adequação do meio ambiente de trabalho em frigoríficos
Conaete	Capacitação da rede de assistência e acolhimento dos trabalhadores resgatados	Capacitação dos profissionais da rede de assistência e acolhimento de trabalhadores resgatados, para que o atendimento seja feito de forma adequada, e se diminua o risco de reincidência
	Reação em Cadeia	Elaboração de um manual de atuação em cadeias produtivas relevantes, para auxiliar os membros do MPT
	Projeto Liberdade no Ar	Disseminação de conhecimento sobre o tráfico de pessoas e o trabalho escravo em aeroportos (funcionários e passageiros)
Conafret	FGTS	Individualização do FGTS em depósitos realizados sem discriminação, por meio da interlocução entre CEF e empresas empregadoras
	Plataformas Digitais	Elevação do patamar mínimo de direitos assegurados à categoria dos trabalhadores contratados por plataformas digitais
Conalis	O MPT no Combate aos Atos Antissindicais	Mudança de cultura institucional sobre o trato das práticas antissindicais e o consequente aprimoramento da atuação do MPT contra referidas práticas
	MPT Mediador dos Conflitos Coletivos	Capacitação e profissionalização da atuação dos membros do MPT, no tocante à mediação
Conap	Saúde na Saúde	Atuação em prol da saúde e segurança do trabalhador, nas maiores unidades de saúde pública do país
Conatpa	Ouro Negro	Modelação de um ambiente de trabalho seguro e saudável e de relações de trabalho protegidas no setor de produção e exploração do petróleo
	Mar a Mar	Promoção e melhoria de condições de trabalho a bordo dos navios

TABELA 28 COORDENADORIAS NACIONAIS, PROJETOS ESTRATÉGICOS E RESPECTIVOS TEMAS

COORDENADORIA	PROJETO	TEMA DO PROJETO
Coordigualdade	Inclusão Social de Jovens Negras e Negros no Mercado de Trabalho	Promoção da igualdade racial, formação e qualificação profissional dos jovens negros e inclusão no mercado de trabalho
	Empregabilidade LGBT+	Capacitação e sensibilização de membros, servidores e público externo para a temática da igualdade de oportunidades à população LGBTIQ+
	Acessibilidade e Inclusão de PCD	Inclusão de pessoas com deficiência e reabilitadas no mercado de trabalho
Coordinfância	Resgate à Infância	Atuação em três eixos: educação, aprendizagem e políticas públicas, visando à prevenção e combate ao trabalho infantil

TABELA 29 RESULTADOS DOS PROJETOS FINALÍSTICOS – 2020

PROJETO FINALÍSTICO	RESULTADOS EM 2020
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1	
Acessibilidade e Inclusão de PCD	• Elaboração de manual de atuação na temática; • Elaboração da campanha Não há Limites para o Trabalho Digno! Composta por três vídeos, a campanha em referência foi realizada em parceria com a OIT; • Capacitação foi oferecida para peritos médicos e engenheiros do MPT, enfocando os desafios da inclusão de pessoas com deficiência; • Elaboração da cartilha Inclusão é Atitude! Qual é a Tua?, lançada em 18 de setembro de 2018, no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região; • Curso EaD Inclusão com Acessibilidade no Trabalho.
Capacitação da rede de assistência e acolhimento dos trabalhadores resgatados	• Realização de capacitação de 202 profissionais, por meio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).
Empregabilidade LGBT+	• Realização de três cursos de capacitação, com a participação de 180 participantes.

TABELA 29 RESULTADOS DOS PROJETOS FINALÍSTICOS – 2020

PROJETO FINALÍSTICO	RESULTADOS EM 2020
Inclusão Social de Jovens Negras e Negros no Mercado de Trabalho	• Realização de reunião com empresas no Rio de Janeiro, que somam aproximadamente 120 pessoas jurídicas; • Realização de audiência pública em Campinas, com a participação de aproximadamente 45 empresas; • Realização do evento Afro Presença, que ocorreu na modalidade virtual e contou com 35.755 acessos, 72h de conteúdo, 28h de capacitação, 19 mil inscritos, 270 painelistas e 400 painéis, entre outros marcos.
Projeto Liberdade no Ar	• Produção de 10 conteúdos em áudio (matérias para rádios), em parceria com a Agência Radioweb, sobre tráfico de pessoas; • Conteúdos hospedados no portal da Agência Radioweb para as mais de 2.400 emissoras AM e FM afiliadas; • As 10 matérias registraram 1.345 aproveitamentos em rádios comerciais, comunitárias e educativas; • Considerando o tempo médio de 2 minutos por matéria, a cobertura obteve 45 horas de exposição dos assuntos no universo de emissoras; • As 10 matérias alcançaram 493 rádios localizadas em 436 municípios; • Considerando a exposição de 45 horas obtida pelas 10 matérias e transformando esse tempo na mídia tradicional do meio radio – Spot de 30 segundos – o Ministério Público do Trabalho (MPT) obteve 5.400 inserções nesse formato. Essa exposição, a um valor de R$ 30,00 por Spot, representa uma mídia espontânea de R$ 162.000,00 ante o valor investido nos serviços; • Ampla divulgação na mídia, em meios televisivos, com reportagens sobre a iniciativa na Globo, na Record, no Trabalho Legal, e em cem por cento do território nacional por meio de mídia de rádio, com um total de 45h de matéria e 5.400 inserções nesse formato.
Reação em Cadeia	• Realização de três audiências administrativas; • Identificação das cadeias produtivas a serem mapeadas e pesquisadas: laranja, carnaúba, cacau, cana-de-açúcar e café; • Levantamento bibliográfico para elaboração de relatório preliminar sobre as cadeias produtivas.
Resgate a Infância	Implantação do Projeto em três municípios: Sumaré/SP, Manaus/AM e Honório Serpa; • As demais atividades previstas para 2020 restaram prejudicadas em razão da superveniência da pandemia.

TABELA 29 RESULTADOS DOS PROJETOS FINALÍSTICOS – 2020

PROJETO FINALÍSTICO	RESULTADOS EM 2020
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2	
Câncer Ocupacional	• Realização de audiências nos estados de SC, MT, PR e PA, envolvendo cerca de 1.000 pessoas presentes nas audiências, em benefício a cerca de 10.000 trabalhadores; • Reuniões com o Instituto Nacional de Câncer (Inca).
Frigoríficos	• O projeto vem contribuindo tecnicamente, para adequação do ritmo de trabalho em frigoríficos; • Atuação extrajudicial para regularização do setor em atendimento às normas sanitárias relativas ao combate da disseminação do novo coronavírus; • Elaboração de notas técnicas específicas para o setor.
Ouro Negro	• Realização de duas forças-tarefas, ajuizamento de ação civil pública, realização de oito audiências judiciais e 145 audiências administrativas. Mais de 10 mil trabalhadores beneficiados; • Expedição de quatro recomendações; • Participação em lives sobre a atuação do MPT no enfrentamento da covid-19 no setor de óleo e gás; • Acompanhamento dos processos de transição do Plano de Desinvestimento da Petrobras; • Acompanhamento dos Tenorms gerados nas plataformas com objetivo de criar um protocolo de monitoramento da saúde dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços de limpeza de dutos e vasos separadores, além do destino dado aos Norms produzidos a bordo; • Elaboração da cartilha Solução e Desafios do Descomissionamento, com participação dos parceiros Ouro Negro (ANP, CNEN, Marinha e Ibama) e da FGV, que deverá ser lançada em janeiro de 2021.
Mar a Mar	• Instituição em novembro de 2020. Aguardando o prazo para apurar resultados.
Saúde na Saúde	• Atividades do projeto suspensas em função da pandemia.
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3	
FGTS	• Instituição em setembro de 2020. Aguardando o prazo para apurar resultados.
MPT Mediador dos Conflitos Coletivos	• Instituição em setembro de 2020. Aguardando o prazo para apurar resultados.
O MPT no Combate aos Atos Antissindicais	• Elaboração de manual de atuação para o combate aos atos antissindicais.
Plataformas Digitais	• Instituição em dezembro de 2020. Aguardando o prazo para apurar resultados.

GRÁFICO 35 NÚMERO DE FORÇAS-TAREFAS POR COORDENADORIA – 2020

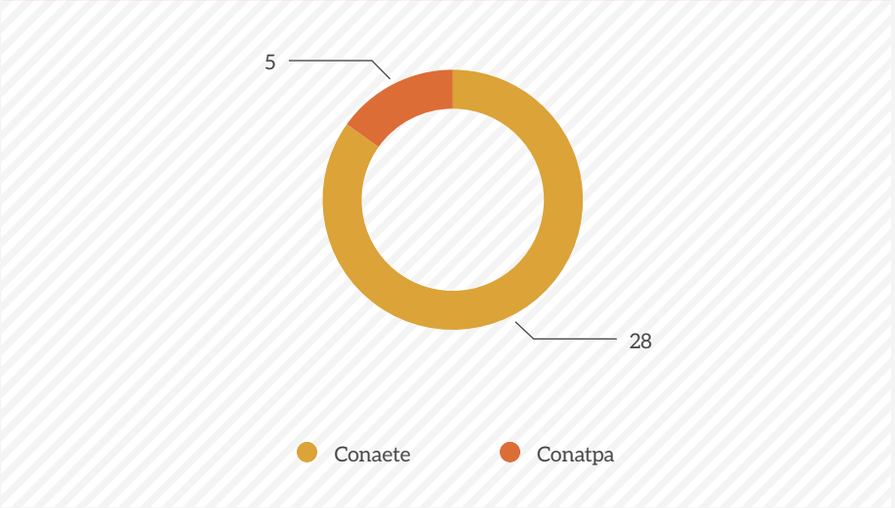
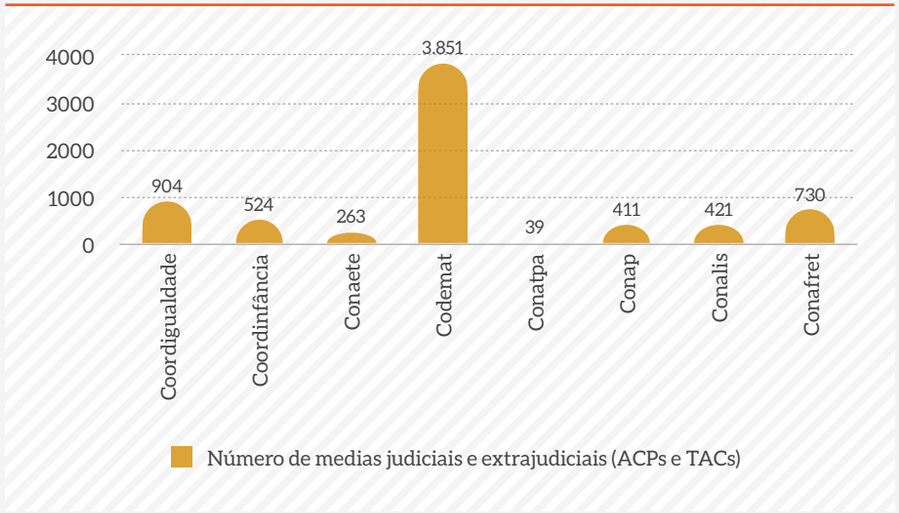


GRÁFICO 36 MEDIDAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS POR COORDENADORIA NACIONAL



Em 2020, o MPT também participou de 25 ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Trata-se de iniciativa criada para o enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo promovida pelo governo brasileiro. O GEFM é formado por auditores fiscais do trabalho, policiais federais e procuradores do trabalho.

3.5.3 RESULTADOS DA ATUAÇÃO ORDINÁRIA

A atuação ordinária do Ministério Público do Trabalho pode acontecer pela via extrajudicial, por meio de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), ou pela via judicial, por meio de ajuizamento de ação.

Para exemplificar os resultados da atuação ordinária em 2020, o gráfico 38 demonstra o número de Termos de Ajustes de Condutas (TACs) firmados, bem como quantitativo de Ações Civis Públicas (ACPs) ajuizadas, de acordo com os temas de cada Coordenadoria Temática Nacional.

3.6 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

3.6.1 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O canal preferencial de acesso do usuário à Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho (MPT) é o Formulário Eletrônico.

O formulário para que as pessoas possam fazer solicitações, reclamações, representações, sugestões, críticas e elogios, acompanhar suas manifestações e registrar pedidos de informações está disponível no nosso portal de internet: https://mpt.mp.br/pgt/ouvidoria.

Além do formulário eletrônico, o acesso à Ouvidoria pode ser feito pessoalmente ou por meio de:

Carta: Endereço: SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A – Sala 1605, Brasília/DF – CEP: 70040-250.

E-mail: ouvidoria@mpt.mp.br

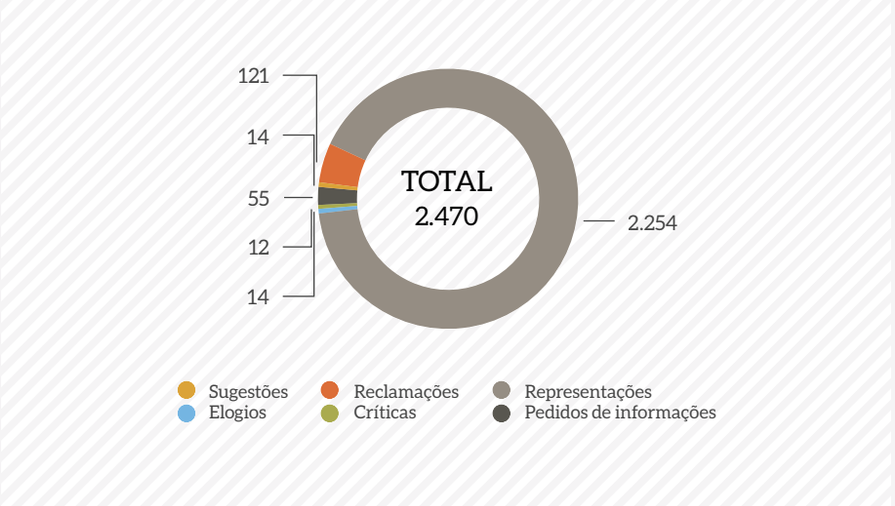
Telefone: (61) 3314-8828/8788/8653

Aplicativo: para sistema operacional Android, disponível na Play Store

FIGURA 39 IDENTIDADE VISUAL DA OUVIDORIA DO MPT



GRÁFICO 37 RESULTADOS DE SERVIÇOS DA OUVIDORIA



3.6.2 RESULTADOS DOS SERVIÇOS DA OUVIDORIA

As manifestações recebidas pela Ouvidoria, por meio de qualquer um de seus canais de comunicação, são registradas no Formulário Eletrônico.

Em 2020, a Ouvidoria contabilizou um total de 2.470 mensagens recebidas.

Para melhor compreensão do quantitativo, nossos relatórios anuais disponibilizam uma estatística dos dados em série histórica.

GRÁFICO 38 DEMANDAS ALHEIAS À ATRIBUIÇÃO DA OUVIDORIA – SÉRIE HISTÓRICA

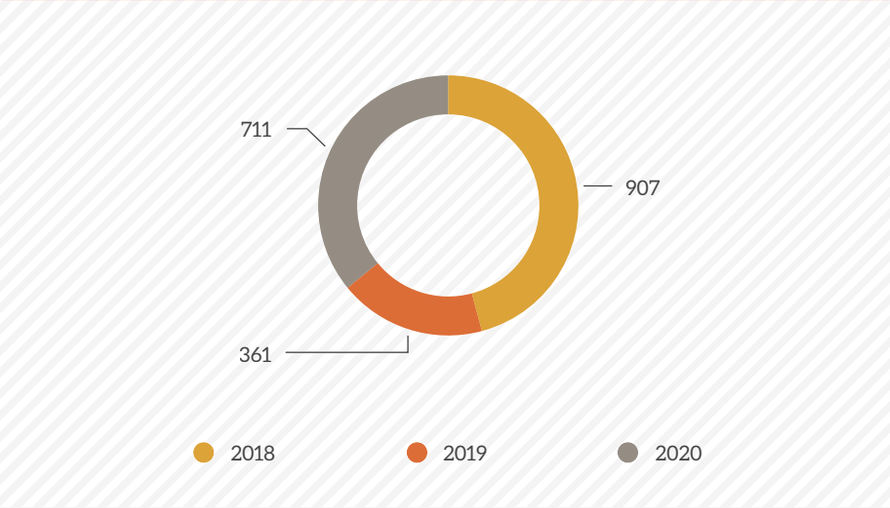


GRÁFICO 39 QUESTÕES SINDICAIS – SÉRIE HISTÓRICA

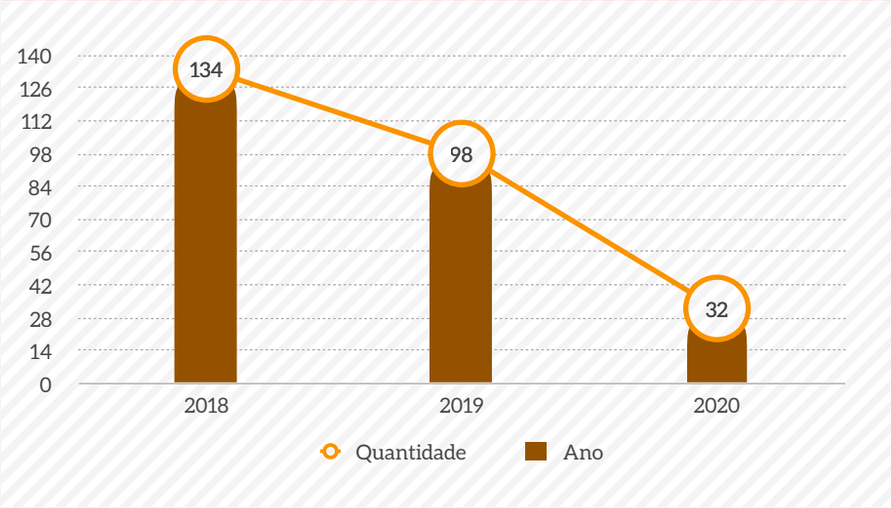


TABELA 30 CLASSE DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS SÉRIE HISTÓRICA

CLASSE	2018	2019	2020
Reclamações	127	127	121
Representações	4.405	1.595	2.254
Críticas	16	12	12
Sugestões	12	28	14
Elogios	30	12	14
Pedidos de informação	-	-	55

Com os esclarecimentos das atribuições do Ministério Público do Trabalho feitos na página da Ouvidoria, houve uma filtragem das demandas alheias à nossa atribuição, em 2019.

A partir de março de 2020, coincidindo com as alterações nas regras trabalhistas durante a pandemia, a Ouvidoria do MPT verificou aumento de manifestações tratando de serviços prestados pela Secretaria do Trabalho do Governo Federal (seguro-desemprego, auxílio emergencial, RAIS etc.)

Após as mudanças promovidas pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), passamos a receber demandas específicas relacionadas à atuação dos sindicatos. Em 2020, como no ano anterior, a maioria das manifestações neste tópico referem-se às cláusulas inseridas nas Convenções Coletivas de Trabalho, pelos sindicatos, tratando da cobrança de contribuição sindical e do direito de oposição por parte do trabalhador.

3.6.3 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

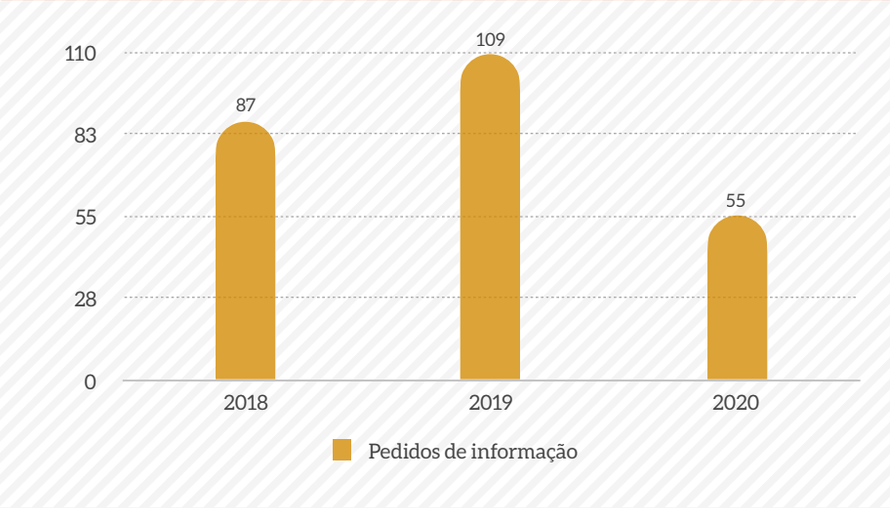
As informações relativas à atuação do Ministério Público do Trabalho estão disponíveis no Portal da Transparência.

A solicitação de informações eventualmente não publicadas no Portal pode ser feita por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, cuja recepção está a cargo da Ouvidoria, que encaminha as solicitações aos setores e órgãos detentores da informação e faz o monitoramento dos prazos de resposta.

No período de 1º/1 a 31/12/2020, o Serviço de Informação ao Cidadão recepcionou o total de 55 pedidos de informação. Todos os pedidos foram atendidos dentro do prazo.

Os pedidos de informação versam sobre temas diversos como dados estatísticos referentes à atuação das coordenadorias temáticas, programas de estágio nas PRTs e subsídios para pesquisas acadêmicas, porém a maioria está relacionada a procedimentos, serviços, estrutura do MPT, quantitativo de cargos vagos, e outras informações de posse da área de recursos humanos.

GRÁFICO 40 PEDIDOS DE INFORMAÇÕES – SÉRIE HISTÓRICA



Cabe registrar que a página institucional do Ministério Público do Trabalho, na internet, disponibiliza, além do contato da Ouvidoria, outros meios de comunicação (aba "Fale com o MPT"), com o objetivo de esclarecer melhor o cidadão e direcioná-lo no que diz respeito ao canal mais adequado para apresentar sua demanda.

3.6.4 SISTEMA NACIONAL DE COLETA DE DENÚNCIAS TRABALHISTAS DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DO TRABALHO

Os canais de atendimento da Ouvidoria não se confundem com os canais existentes para coleta de denúncias de irregularidades trabalhistas que são recepcionadas pela área-fim do MPT.

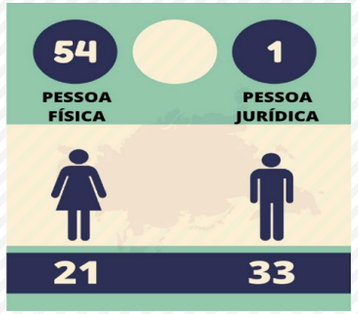
As Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) nos estados são as unidades descentralizadas do MPT responsáveis pela recepção das denúncias de irregularidades trabalhistas por meio do Sistema Nacional de Denúncias: https://mpt.mp.br/pgt/servicos/servico-denuncie.

- **FORMULÁRIO PARA DENÚNCIAS DE RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS** – serviço que permite ao cidadão formular denúncias diretamente à respectiva unidade do Ministério Público do Trabalho onde se encontra.

TABELA 31 DEMANDAS POR ASSUNTO - SÉRIE HISTÓRICA

	2018	2019	2020
ACESSIBILIDADE	1	1	-
ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	344	226	554
ATUAÇÃO DE MEMBROS OU SERVIDORES	111	66	60
CONCURSO PÚBLICO	117	31	21
CONSULTAS E DÚVIDAS JURÍDICAS	342	129	172
CONSUMIDOR	1	1	-
CRIMES	13	6	4
DEMANDAS ALHEIAS À COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	565	232	711
DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO, ETNIA, CONDIÇÃO FÍSICA, SOCIAL OU MENTAL	12	6	9
EDUCAÇÃO	2	1	2
ELEITORAL	11	-	2
IDOSO	8	-	5
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	1	1
INFÂNCIA E JUVENTUDE	17	11	20
MEIO AMBIENTE	101	6	-
OUTROS	2.783	951	604
SAÚDE	1	1	209
SERVIÇOS PÚBLICOS	27	7	9
SINDICAL E QUESTÕES ANÁLOGAS	134	98	32
TOTAL	**4.590**	**1.774**	**2.415**

FIGURA 40 PERFIL DO SOLICITANTE



- **SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRÔNICO** – serviço que permite que advogados ou interessados a) consultem informações sobre a movimentação de procedimentos investigatórios; b) protocolizem petições para juntada em procedimentos em andamento, dispensando-se petições em papel; c) assinem eletronicamente os documentos; d) acompanhem a tramitação de suas petições.

FIGURA 41 FALE COM O MPT



- **CONSULTA A MOVIMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS** – serviço que permite que o cidadão acompanhe a tramitação de procedimentos administrativos no âmbito de cada unidade do Ministério Público do Trabalho.
- **AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS** – ferramenta que possibilita ao cidadão a confirmação da autenticidade de documentos emitidos pelo Ministério Público do Trabalho.
- **SAC** – Fale com o MPT – canal disponibilizado na área de Comunicação das páginas das PRTs, para pedidos diversos de informações referentes à própria unidade regional.

Entre as Regionais que realizaram o controle numérico do Sistema de coleta de denúncias e do SAC, foram contabilizadas 81.084 denúncias e 40.457 atendimentos aos cidadãos.

Outros canais de comunicação com a Sociedade e partes interessadas: falta atualização da Ascom para o RG 2020.

O MPT divulga sua atuação nas Redes Sociais

Twitter - https://twitter.com/MPT_PGT

Em 2020, o Twitter do MPT alcançou 18,3 mil seguidores, com uma média de 2 mil tweets (publicações) por ano, sendo seis por dia. Em 2019, eram 15 mil seguidores.

Facebook - https://www.facebook.com/mpt.br

No Facebook, o MPT manteve o crescimento no número de seguidores, embora em percentual inferior ao registrado nos anos anteriores, consequência da mudança no algoritmo da rede social. Em 2020, a página oficial do MPT, gerenciada pela Procuradoria-Geral do Trabalho, teve 1.095 postagens, alcançou 534.778 seguidores e registrou 510.614 curtidas na fan page. Em 2019, a rede contava com 524.423 seguidores e 524.663 curtidas na página.

Instagram - https://www.instagram.com/mptrabalho/

Lançado em maio de 2018, o Instagram fechou o ano de 2020 com 197 mil seguidores, um ganho de 97 mil seguidores (em 2019, eram 100 mil) demonstrando grande potencial e sendo adotado como principal rede social da Instituição em razão desse sucesso.

YouTube - https://www.youtube.com/user

Em seu canal no YouTube, o MPT conta com 5.868 inscritos e 2.848 curtidas nos 84 vídeos publicados em 2020. Em 2019, eram apenas 3.784 inscritos.

3.6.5 OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Em razão da pandemia, na PGT e nas Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs), no ano de 2020, foram realizadas reuniões virtuais, audiências públicas on-line, lives, webinários e simpósios à distância, além de capacitações via internet.

As Ações e Campanhas em destaque estão disponíveis no site e nos nossos perfis nas redes sociais: www.mpt.mp.br/ Instagram: @mptrabalho/ Facebook: @mpt.br/ Twitter: @mpt_pgt.

3.6.6 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O **Portal da Transparência do Ministério Público do Trabalho**, que pode ser acessado por meio do link: https://mpt.mp.br/MPTransparencia/, disponibiliza todas as informações acerca das ações finalísticas do Ministério Público do Trabalho (Relatórios das Coordenadorias Nacionais/Programas Nacionais e Termos de Ajuste de Conduta – TACs), bem como sobre as medidas decorrentes do Planejamento Estratégico e acerca de licitações, contratos, convênios, despesas com cartões corporativos, diárias e passagens, treinamento, orçamento, recursos humanos e gastos mensais com investimento e custeio etc.

3.6.7 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS — CULTURA, ÉTICA E VALORES INSTITUCIONAIS

O Planejamento Estratégico do MPT, para o período de 2018-2022, estabelece a missão e a visão do órgão ministerial, nos seguintes termos:

"Missão: defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis para a efetivação dos direitos fundamentais do trabalho".

"Visão: ser referência como instituição promotora do trabalho digno e do desenvolvimento socialmente sustentável".

A partir da definição da missão e da visão organizacional, é importante que a relação entre seus servidores/colaboradores (e entre esses e o público externo) se balizem nos valores que orientam o comportamento da organização, de modo que a atuação dos funcionários esteja alinhada com a essência e identidade institucional.

A Ouvidoria do MPT – canal de acesso direto e desburocratizado pelo qual o cidadão demanda, acompanha e conhece ações atinentes ao Órgão –, acaba por fortalecer a transparência institucional e o diálogo com a sociedade, favorecendo, portanto, a participação e democratização da gestão.

Diante disso, é essencial que a Ouvidoria desenvolva suas atividades e seus processos de trabalho dentro dos padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, de forma que os valores adotados pelo Órgão estejam presentes nas relações entre seus servidores/colaboradores e o usuário do serviço público.

Além disso, uma conduta ética profissional, pautada na lisura e integridade comportamental, a partir do momento em que é capaz de promover maior integração na relação entre as partes, acaba por refletir, positivamente, na imagem e reputação da Instituição.

Nesse cenário, cabe destacar que o art. 3º do Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União (Portaria PGR nº 98, de 12 de setembro de 2017) dispõe sobre princípios e valores fundamentais a serem observados, dentre os quais destaca-se o princípio da transparência, que objetiva corroborar a divulgação de informações, tanto entre suas unidades quanto para a sociedade, visando à promoção do desenvolvimento de cultura interna de intercâmbio de informações para fortalecimento da atuação institucional e do controle social, ressalvados os casos de sigilo legalmente previstos.

No formulário de acompanhamento da manifestação (http://mpt.mp.br/pesquisaOuvidoria/ouvidoria.php), o cidadão é convidado a avaliar o atendimento e a apresentar sugestões. A partir do feedback, o sistema da Ouvidoria efetua automaticamente uma média que vai de 0 a 5. Atualmente, a média da Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho é de 4.1, com base em 6.207 classificações efetuadas pelo cidadão.

Também, juntamente com a resposta, a Ouvidoria disponibiliza uma pesquisa de satisfação, cujos resultados constam nos Relatórios Semestrais da Ouvidoria do MPT, disponíveis no seguinte link: https://mpt.mp.br/pgt/ouvidoria/.

Em 2020, a Ouvidoria contabilizou apenas duas avaliações. No primeiro semestre, o manifestante registrou em todos os quesitos avaliados, quais sejam, e na avaliação do segundo semestre, o manifestante atribuiu nota 4 (ótimo) para o quesito "clareza das informações", para o "grau de satisfação" e ao "tempo de resposta".

3.6.8 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho está atenta às condições de acessibilidade previstas na Lei nº 10.098/2000 e encontra-se instalada em edifício com localização privilegiada, na área central de Brasília, o que facilita o acesso de pedestres, em especial, as pessoas com deficiência. Além disso, o prédio dispõe de banheiros adaptados, acessos com rampas e elevadores amplos.

FIGURA 42 FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA MANIFESTAÇÃO NA OUVIDORIA – PGT

Data: 09/10/2019 18:53:40
Nome: Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho

Mensagem:

Senhora [redacted], boa tarde!

Esclarecemos que a ACPCiv 0000121-47.2016.5.10.0007, em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF mencionada em sua manifestação, é acompanhada no Ministério Público do Trabalho através do PAJ - Procedimento de Acompanhamento Judicial 000253.2016.10.000/5-03.

O PAJ 000253.2016.10.000/5-03 menciona o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta 60/2008, firmado no no âmbito do IC - Inquérito Civil 000777.2007.10.000/5-12.

A senhora poderá acessar o TAC na página da Procuradoria Regional do Teabalho da 10ª Região/DF e TO, clicando na aba SERVIÇOS/TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS: http://www.prt10.mpt.mp.br/servicos/termos-de-ajuste-de-conduta?task=baixa&format=raw&arq=bGgP_-QFneGNpS6wuTMiKcIKyDVLlL9Lwz7V5HM6AN9d3gvrRIN_8qKOE1bg0Og2kQuJOn5j0wHzunigxbolxA

Outras informações sobre o andamento do procedimento poderão ser obtidas diretamente na referida PRT da 10ª Região:

Horário de atendimento: segunda à sexta-feira, das 12h às 18h.
Telefone: (61) 3307-7200
Correio eletrônico: prt10.atendimento@mpt.gov.br
Endereço: SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial CNC. - Asa Norte, Brasília-DF - CEP 70.040-250

Colabore para a melhoria de nossos serviços, avalie o atendimento e apresente sugestões: http://mpt.mp.br/pesquisaOuvidoria/ouvidoria.php

Classificado como ofereceu ajuda

FOTO 2 EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO



Importante destacar que o Protocolo da Instituição agora se encontra no andar térreo do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, o que facilita a entrega de expedientes por parte dos cidadãos.

Também, a web page do MPT dispõe de vários recursos para facilitar o acesso ao seu conteúdo por parte dos usuários: tamanho do texto, menu para navegação por teclado, suporte para libras, navegação assistida (https://mpt.mp.br/pgt/acessibilidade/).

Em 31 de janeiro de 2012, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da publicação da Resolução nº 81, instituiu a Comissão Temporária de Acessibilidade que visa à adequação das edificações e dos serviços do Ministério Público da União e dos estados às normas de acessibilidade entre outras providências.

A referida Resolução tem origem nos termos das Leis nºs 10.048/2000 e 10.098/2000; dos Decretos Executivos nºs 3.298/1999, 5.296/2004, 6.949/2009; e do Decreto Legislativo nº 186/2008. Este último aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo.

A Resolução em comento definiu a aplicação do Desenho Universal como diretriz para a implementação da acessibilidade arquitetônica no âmbito das sedes do Ministério Público, fixando, à época, prazo que considerou inicialmente suficiente – de vinte e quatro meses contados do início de sua vigência – para que todas as edificações existentes garantissem acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em junho do ano seguinte, a Resolução nº 99/2013 do CNMP transformou a Comissão Temporária de Acessibilidade do Conselho Nacional do Ministério Público em Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (Neace), com o objetivo de determinar estratégias para assegurar as condições de acessibilidade propostas anteriormente no Ministério Público brasileiro.

O Neace realizou levantamento em fevereiro de 2014 dos órgãos sob sua jurisdição e após receber informações de dezoito Procuradorias Regionais do Trabalho, sendo vinte e quatro no total, concluiu que o Ministério Público do Trabalho não possuía, até então, suas sedes devidamente adaptadas e acessíveis segundo a legislação mencionada.

Com base nessa constatação, o CNMP começou a fazer vistorias nessas sedes a fim de recomendar as alterações que se fizessem necessárias para o atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, segundo as normas. A recomendação do CNMP surtiu o efeito desejado e as Administrações

Regionais começaram a movimentar processos licitatórios em suas respectivas unidades, ao longo do país, buscando contratar empresas especializadas em projetos de acessibilidade, para posteriormente iniciar a contratação das obras de adequações e reformas.

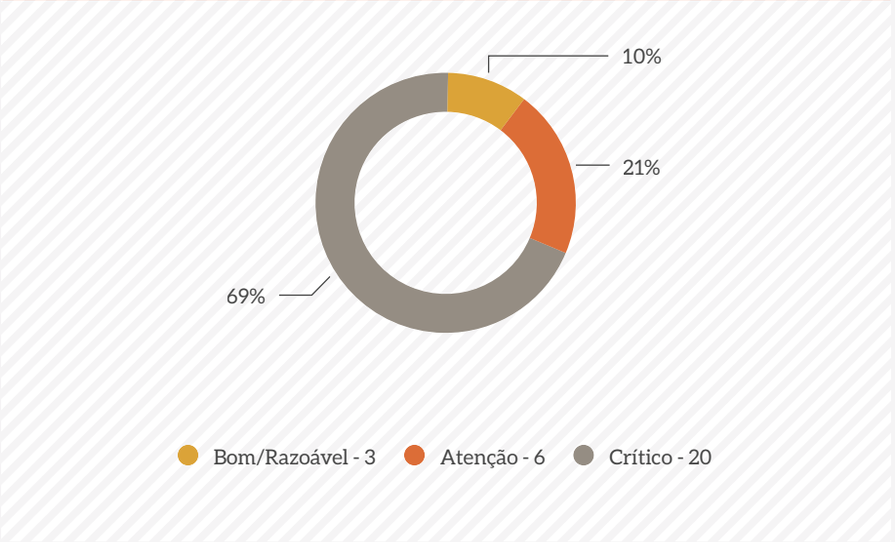
Não obstante a realidade precária em que se encontravam muitas das edificações do MPT, devido à complexidade e ao grau de detalhamento que um projeto dessa natureza exige, inclusive a ser confeccionado por pessoal especializado, além dos recursos orçamentários envolvidos, muitos dos contratos não chegaram a ser firmados. E as tentativas que evoluíram, indicaram obras de grande custo financeiro para o erário e pouco retorno prático e imediato ao servidor ou ao visitante portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Assim, em razão da falta de profissionais especializados no corpo funcional do MPT, suficientes para atender toda a demanda em cada uma de suas Unidades Regionais e Municipais, para a análise, elaboração e o acompanhamento dos projetos de acessibilidade nas Procuradorias Regionais com a devida urgência, a Diretoria de Arquitetura e Engenharia da Procuradoria-Geral do Trabalho, por meio de sua equipe técnica, na medida das demandas, em parceria com as Administrações locais, vem atuando com o intuito de orientar as boas contratações e acompanhar reformas indispensáveis já que as Unidades Regionais, embora disponham de relativa autonomia, não possuem em seus quadros de servidores que possam ser designados para esse mister.

Portanto, visando não somente atender às determinações do CNMP, mas legitimando o papel do Ministério Público na formação e na proteção dos direitos do cidadão e atuando de forma mais efetiva na qualidade das edificações do Ministério Público do Trabalho, a Diretoria de Arquitetura e Engenharia (DAE), com orientação e apoio da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica do MPT, elaborou o Diagnóstico das Condições de Acessibilidade das Sedes do MPT. Captou também informações e dados que possibilitem nortear os trabalhos de planejamento dessa Diretoria.

Assim, em relação à acessibilidade arquitetônica, de acordo com o levantamento realizado (vide gráfico 41), somente 10% das Unidades Regionais atendem razoavelmente aos requisitos da legislação. A PGT constatou que essas Unidades requerem ajustes e adaptações pontuais para garantir a acessibilidade total aos ambientes das edificações. Outras 21% das Unidades apresentam condições de acessibilidade limitadas e demandam pequenas correções; o outro restante, 69% das Unidades não apresentam boas condições de acessibilidade, pois, no todo ou em parte, dificultam de algum modo a acessibilidade, seja para o pessoal próprio da Unidade ou mesmo para o cidadão com deficiência ou

GRÁFICO 41 GRÁFICO DE ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES DO MPT



mobilidade reduzida. Essas, de fato, são Unidades que demandam maior atenção quanto às transformações e/ou modificações com prioridade.

O diagnóstico das condições de acessibilidade no MPT identificou as sedes que apresentam situações extremas em acessibilidade, vide quadro a seguir.

Considerando as limitações orçamentárias, impostas no exercício de 2020, a equipe de projeto propôs o adiamento do Plano de Projeto Elaboração de Cronograma de Ações para garantir as condições de Acessibilidade e de Segurança contra Incêndio nas Sedes Regionais do Ministério Público do Trabalho.

Nesse sentido, foram enviadas informações, a respeito das medidas adotadas pelas regionais para corrigir as questões apontadas no diagnóstico realizado:

PRT 1 – No projeto do edifício-sede desta PRT 1ª Região, inaugurado no segundo semestre de 2017, as questões de acessibilidade foram observadas com base na legislação existente à época da confecção do projeto que foi anterior a Recomendação do CNMP, ou seja, o prédio está adaptado, parcialmente, para atender aos cidadãos portadores de deficiência. Apenas como exemplo, o novo edifício conta com plataforma elevatória para deficientes físicos, sinalização de acessibilidade (comunicação visual em todos os andares), piso tátil em todos os andares, rampas com corrimão e guarda-corpo na entrada no prédio e nas escadas externas de acesso ao edifício e telefone público acessível.

TABELA 32 *RANKING* DE ACESSIBILIDADE

PRT 1ª – ANEXO	45		PRT 1ª – SEDE	17,5
PRT 19ª	39,5		PRT 5ª – ANEXO	16
PRT 4ª – ANEXO	39,5		PRT 23ª	15,5
PRT 15ª	39		PRT 8ª	15,5
PRT 13ª	37		PRT 9ª	14,5
PRT 16ª	35,5		PRT 12ª	11,5
PRT 11ª	27,5		PRT 10ª	10,5
PRT 24ª	27,5		PRT 20ª	9,5
PRT 6ª – ANEXO	26,5		PRT 3ª	9
PRT 22ª – ANEXO	24		PRT 2ª	9
PRT 6ª – SEDE	23,5		PRT 7ª	5
PRT 4ª – SEDE	23		PRT 5ª – SEDE	1
PRT 18ª	22		PRT 21ª	1
PRT 17ª	21		PRT 14ª	0,5
PRT 22ª – SEDE	21		PGT	0,5*

*Para que o edifício da PGT tenha acessibilidade total, é necessário completar itens de sinalização visual e realizar manutenção nas barras dos banheiros acessíveis.

O Edifício Anexo, onde está alocada a área estruturante, possui banheiros feminino e masculino adaptados no 7º andar, que é de uso público. No entanto, o acesso à edificação, que é realizado por degraus, precisa ser adaptado. Existe, hoje, uma rampa móvel que é encaixada aos degraus quando há necessidade. Também não há adaptação para deficientes visuais ou auditivos. Há, apenas, aviso sonoro nos elevadores, indicando os andares. A PRT 1ª Região (União) é proprietária somente de alguns andares do prédio (7º ao 11º andar), sendo necessárias, portanto, a concordância e autorização dos demais proprietários para que qualquer adaptação seja realizada nas áreas comuns do edifício. Foram elaborados pela Assessoria Técnica da Diretoria Regional projetos para a portaria do edifício, que foram apresentados ao condomínio, mas não tiveram sua realização aprovada em função dos custos, tendo em vista que esses deveriam ser divididos por todos os condôminos.

Das Procuradorias do Trabalho nos Municípios:

1) Volta Redonda: Em dezembro de 2018 adquiriu-se um novo imóvel que já foi reformado e entregue em dezembro do mesmo ano, e respeita a maioria das normas de acessibilidade, não havendo ainda piso e mapa tátil, nem acessibilidade para deficientes auditivos. A mudança para este novo imóvel ocorreu em março de 2019.

2) Nova Friburgo: trata-se de edifício misto sem adaptação na portaria e nos andares, do qual a unidade possui apenas a cobertura. Em 2013, foi realizada licitação para obras de acessibilidade, porém a licitante vencedora não entregou os projetos, e o contrato foi rescindido. Há solicitação de recursos orçamentários, para 2021, objetivando a contratação de empresa para elaboração do projeto de reforma.

3) Campos dos Goytacazes: Foi adquirido um imóvel em 2017 que já contempla boa parte das exigências de acessibilidade (não possui atualmente mapa e piso táteis e nem acessibilidade para deficiente auditivo), a mudança para o novo imóvel ocorreu no segundo semestre de 2018.

4) Nova Iguaçu: existe banheiro masculino e feminino adaptados na unidade, além de rampa de acesso ao pavimento térreo. Ainda não há adaptação para deficientes visuais ou auditivos, nem acesso de deficientes físicos ao segundo pavimento. Encontra-se em análise a possibilidade de aquisição de novo imóvel, haja vista os gravíssimos problemas de infiltração que o atual possui.

5) Cabo Frio: existe um banheiro adaptado na parte de trás, no andar térreo. A edificação (casa de dois andares) ainda não é adaptada, mas existe a possibilidade de adequação. A última licitação realizada para obras de acessibilidade foi deserta. No ano de 2020, foi formalizada a compra da sede própria para a PTM de Cabo Frio, no decorrer do ano de 2021 serão realizados os trâmites para contratação de empresas que realizarão a elaboração do projeto, e, posteriormente, a reforma. Nestes serão inseridas as necessidades de adaptações para acessibilidade do imóvel.

6) Niterói: a unidade é instalada em salas de um edifício comercial, e está parcialmente adaptada e acessível para pessoas com deficiência. Não tem mapa nem piso tátil, ou acessibilidade para deficientes auditivos.

7) Petrópolis: o imóvel é parcialmente adaptado para atender às normas de acessibilidade. Em março de 2019 foi concluída a instalação da plataforma elevatória. A unidade não conta com piso tátil e mapa tátil, ou acessibilidade para deficientes auditivos.

8) Itaguaí: PTM desmobilizada em dezembro de 2018, transferida para o edifício-sede da Regional em razão de severos cortes orçamentários.

PRT 2 – Conforme definido pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Trabalho (Ceti/MPT), na Resolução nº 9, que aprova o planejamento estratégico de TI, a acessibilidade, entre outros, foi declarada como um dos princípios norteadores da TI do MPT e a manutenção dos padrões de acessibilidade digital, conforme o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG, foi definido como indicador estratégico relativo à aderência a boas práticas de usabilidade e acessibilidade.

Assim, o Portal do MPT foi desenvolvido de forma a oferecer seu conteúdo a todas as pessoas, sejam elas com ou sem deficiência. A barra de acessibilidade

acima do menu principal contém botões para aumentar e diminuir as fontes do portal, e, alterar o tom das cores de forma a realçar o conteúdo em detrimento do fundo da tela. Também é possível a leitura automática dos textos do Portal. Além disso, há alguns atalhos que podem ser utilizados pelos usuários de modo a facilitar a navegação pelo Portal. Com essas funcionalidades, os usuários do Portal do MPT podem utilizar o sítio com mais facilidade.

A implementação das ações de acessibilidade, constantes da Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público são acompanhadas pela Comissão de Acessibilidade da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, constituída pela Portaria nº 232, de 17/3/2013.

Registre-se, ainda, que todas as informações referentes ao cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP foram devidamente prestadas ao Conselho Nacional do Ministério Público (Processos CNMP nºs. 0.00.000.001530/2013-06 e 0.00.000.000209/2013-4).

Com a edição da Resolução nº 81 de 31 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e Estados às normas de acessibilidade, e de acordo com o "Roteiro Básico para Avaliação do Atendimento Preferencial e Acessibilidade dos Serviços Prestados pelo Ministério Público às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida", disponibilizado pelo CNMP, a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região identificou as providências necessárias para adequação de suas instalações e serviços e, de acordo com a disponibilidade orçamentária e a estrutura física dos imóveis, já realizou as seguintes adaptações:

Edifício-Sede:

O acesso ao interior do edifício é adequado e livre de obstáculos, possui rampa com desnível que proporciona o acesso por cadeira de rodas, largura de 1,20m, balizamento, corrimão com duas alturas e sinalização em Braille;

As vagas para veículos atendem a normatização vigente sendo reservadas para veículo no estacionamento e pavimento térreo onde estão sinalizadas e demarcadas com o símbolo internacional de acesso e a descrição de idoso;

A rota acessível possui piso tátil de alerta e direcional para sinalização e indicação de mudança de plano da superfície do piso e presença de obstáculos;

Possui mapa acessível de orientação instalado após a entrada principal da edificação;

Possui sinalização com o Símbolo Internacional de acesso indicando a entrada acessível;

A recepção possui balcão de atendimento acessível e sinalização de atendimento preferencial;

Possui bebedouro acessível, telefone público acessível que transmite mensagens de texto (TDD), alarmes de emergência visuais e sonoros;

O auditório possui espaços reservados para pessoa com deficiência, assentos para pessoas com mobilidade reduzida e obesos;

Possui banheiros acessíveis com entradas independentes, localização, sinalização e quantificação, respeitando os parâmetros da ABNT NBR/2020;

As circulações, corredores, rotas de fugas, ambientes internos, escadas, rampas, elevadores corrimões, área de descanso, plataforma elevatória para acesso ao refeitório, estão em sua maioria adequadas as necessidades das pessoas portadores de alguma deficiência e priorizam o bom uso da edificação.

PTM de Barueri:

O acesso ao interior do edifício é adequado possui rampa com desnível que proporciona o acesso por cadeira de rodas, balizamento, corrimão com duas alturas e sinalização em Braille;

As vagas para veículos atendem a normatização vigente sendo reservada para veículo, sinalizada e demarcada com o símbolo internacional;

A recepção possui balcão de atendimento acessível e sinalização de atendimento preferencial;

A rota acessível possui piso tátil de alerta e direcional para sinalização e indicação de mudança de plano da superfície do piso e presença de obstáculos;

Possui bebedouro acessível, telefone público acessível que transmite mensagens de texto (TDD), alarmes de emergência visuais e sonoros;

Possui um gabinete acessível com banheiro privativo adaptado;

Possui banheiro acessível com entrada independente, localização, sinalização e quantificação, respeitando os parâmetros da ABNT NBR/2020. Os equipamentos e acessórios atendem ao estabelecido na Norma ABNT NBR/2020;

As circulações, corredores, rotas de fugas, ambientes internos, plataforma elevatória, estão em sua maioria adequadas as necessidades das pessoas portadores de alguma deficiência e priorizam o bom uso da edificação.

PTM de Guarulhos:

O acesso ao interior do edifício possui rampa com desnível que proporciona o acesso por cadeira de rodas, balizamento, corrimão necessita de adequação;

As vagas para veículos atendem a normatização vigente sendo reservada para veículo, sinalizada e demarcada com o símbolo internacional;

A recepção possui balcão de atendimento acessível e sinalização de atendimento preferencial;

Possui bebedouro acessível, telefone público acessível que transmite mensagens de texto (TDD), alarmes de emergência visuais e sonoros;

Possui banheiro acessível com entrada independente, localização, sinalização e quantificação, respeitando os parâmetros da ABNT NBR/2020;

As circulações, corredores, rotas de fugas, ambientes internos, elevador, estão em sua maioria adequadas as necessidades das pessoas portadores de alguma deficiência e priorizam o bom uso da edificação.

PTM de Mogi das Cruzes:

O acesso ao interior do edifício é adequado possui rampa com desnível que proporciona o acesso por cadeira de rodas, largura de 1,20m, balizamento, corrimão com duas alturas e sinalização em Braille;

As vagas para veículos atendem a normatização vigente sendo reservada para veículo, sinalizada e demarcada com o símbolo internacional;

A recepção possui balcão de atendimento acessível e sinalização de atendimento preferencial;

A rota acessível possui piso tátil de alerta e direcional para sinalização e indicação de mudança de plano da superfície do piso e presença de obstáculos;

Possui bebedouro acessível, telefone público acessível que transmite mensagens de texto (TDD), alarmes de emergência visuais e sonoros;

Possui banheiro acessível com entrada independente, localização, sinalização e quantificação, respeitando os parâmetros da ABNT NBR/2020. Os equipamentos e acessórios atendem ao estabelecido na Norma ABNT NBR/2020;

As circulações, corredores, rotas de fugas, ambientes internos, não estão adequadas as necessidades das pessoas portadores de alguma deficiência e necessitam de adaptação.

PTM de São Bernardo do Campo:

O acesso ao interior do edifício é adequado e livre de obstáculos;

As vagas para veículos atendem a normatização vigente sendo reservadas para veículo onde estão sinalizadas e demarcadas com o símbolo internacional de acesso e a descrição de idoso;

No andar que abriga a PTM, a recepção possui balcão de atendimento acessível e sinalização de atendimento preferencial;

No andar da edificação a rota acessível possui piso tátil de alerta e direcional para sinalização e indicação de mudança de plano da superfície do piso e presença de obstáculos;

Possui bebedouro acessível, telefone público acessível que transmite mensagens de texto (TDD), alarmes de emergência visuais e sonoros;

Possui banheiros acessíveis com entrada independente, localização, sinalização e quantificação, respeitando os parâmetros da ABNT NBR/2020. Os equipamentos e acessórios atendem ao estabelecido na Norma ABNT NBR/2020;

Possui um gabinete acessível com banheiro privativo adaptado;

As circulações, corredores, rotas de fugas, ambientes internos, estão adequadas as necessidades das pessoas portadores de alguma deficiência e priorizam o bom uso da edificação.

PTM de Santos:

O acesso ao interior do edifício é adequado, possui plataforma elevatório para vencer o desnível existente;

A rota acessível possui piso tátil de alerta e direcional para sinalização e indicação de mudança de plano da superfície do piso e presença de obstáculos;

As vagas para veículos atendem a normatização vigente sendo reservadas para veículo onde estão sinalizadas e demarcadas com o símbolo internacional de acesso e a descrição de idoso;

No andar que abriga a PTM, a recepção possui balcão de atendimento acessível e sinalização de atendimento preferencial;

Possui bebedouro acessível, telefone público acessível que transmite mensagens de texto (TDD), alarmes de emergência visuais e sonoros;

Possui banheiros acessíveis com entrada independente, localização, sinalização e quantificação, respeitando os parâmetros da ABNT NBR/2020. Os equipamentos e acessórios atendem ao estabelecido na Norma ABNT NBR/2020;

Possui um gabinete acessível com banheiro privativo adaptado;

As circulações, corredores, rotas de fugas, ambientes internos, estão adequadas as necessidades das pessoas portadores de alguma deficiência e priorizam o bom uso da edificação.

PRT 3 – Os imóveis da Procuradoria Regional do Trabalho – 3ª Região possuem as seguintes condições de acessibilidade, em atendimento à Lei nº 10.098/2000, ao Decreto nº 5.296/2004 e à norma ABNT NBR 9050:

1) Sede, em Belo Horizonte: o imóvel oferece às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida:

– Passeio confeccionado em material antiderrapante, piso tátil, rampa de acesso a cadeirante rebaixada ao nível da rua e vaga para portadores de deficiência demarcada na rua.

– Garagem com duas vagas sinalizadas, sendo uma no pavimento G1 e outra no pavimento G2.

– Recepção com piso tátil direcional e alerta, balcões de atendimento,

telefone público e cancela acessíveis.

– Corredores principais com mais de 1,50 metro de largura, com material tátil de alerta.

– Banheiros adaptados no térreo, mezanino, pilotis, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 11º, 13º, 15º e 16º pavimentos, todos com vaso sanitário e lavatório acessíveis.

– Portas com mais de 80 cm de largura.

– Elevadores e escadas adequadas às normas de acessibilidade.

2) PTM de Coronel Fabriciano: o imóvel possui um banheiro adaptado, acessos com rampas e corrimãos, e portas com a metragem mínima exigida pela NBR 9050, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência, além de vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio.

3) PTM de Divinópolis: o imóvel possui um banheiro adaptado para pessoas com deficiência e um elevador que lhes franqueia o acesso ao segundo pavimento. Ademais, as seguintes intervenções foram realizadas: substituição do corrimão da escada, instalação de piso tátil de alerta e direcional, reforma da recepção com substituição do balcão de atendimento, instalação de placas de sinalização em braile nas portas, substituição da iluminação, substituição das maçanetas das portas e criação de vaga reservada na garagem.

4) PTM de Governador Valadares: o imóvel possui um banheiro adaptado, portas com a metragem mínima exigida pela NBR 9050, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência, e vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio.

5) PTM de Juiz de Fora: o imóvel possui um banheiro adaptado. Realizou-se um projeto de acessibilidade, que todavia não foi aprovado junto à Prefeitura de Juiz de Fora. Diante das dificuldades, a solução viável foi a compra de um novo imóvel no centro da cidade, o que ocorreu no fim de dezembro de 2020.

6) PTM de Montes Claros: o imóvel possui um banheiro adaptado no piso inferior, acessos com rampas e corrimão, portas com a metragem mínima exigida pela NBR, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência, e vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio.

7) PTM de Patos de Minas: o imóvel, dois andares em edifício comercial, possui vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio. O prédio possui um elevador. A PTM possui banheiros adaptados em todos os andares.

8) PTM de Pouso Alegre: o imóvel sofreu uma reforma significativa no ano de 2018, fato que promoveu melhoras notáveis nas condições de trabalho e respeito a todas as exigências normativas referentes à acessibilidade de uso.

9) PTM de Teófilo Otoni: o imóvel possui um banheiro adaptado, acesso com rampa, portas com a metragem mínima exigida pela NBR 9050, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência, vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio.

10) PTM de Uberlândia: o imóvel foi construído recentemente pela PRT – 3ª Região em conformidade com as condições de acessibilidade previstas em norma.

11) PTM de Varginha: o imóvel possui um banheiro adaptado e portas com a metragem mínima exigida pela NBR 9050, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência.

PRT 4 – Em relação aos imóveis ocupados pela Procuradoria Regional da 4ª Região, para garantia da acessibilidade, busca-se o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei nº 10.098/2000, no Decreto nº 5.296/2004 e nas normas técnicas da ABNT, para que se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Itens de acessibilidade na Nova Sede da PRT 4ª Região (Trend):

- Há banheiros completamente adaptados para pessoas com deficiência (PCDs).
- Filtro de água em altura adequada ao acesso de cadeirantes;
- Acesso de cadeirantes:

  1. por meio de elevadores, a partir da garagem;
  2. portas acessíveis (salas de audiência específicas);
  3. layout das salas de audiência definido para contemplar a movimentação de cadeirantes;
  4. banheiro acessível nos 5 andares;

- Cadeiras especiais para assento de pessoas obesas nas salas de audiência;
- Móvel recepção com altura/espaço adequado para atendimento cadeirante e pessoas de menor estatura;
- Telefone PDC auditivo Público na recepção PRT4/Trend – está em fase de reinstalação/teste, considerando que nova tecnologia, pela OI, deverá ser empreendida para a consecução da instalação, em função da estrutura local. Previsão de finalização teste e instalação: fevereiro/2020.

Website apresenta versão acessível com menor contraste de cores; e atalhos de acessibilidade acessíveis pelo ícone "cadeira de rodas" no menu superior esquerdo.

Prédio da sede e nas PTMs contam com rampa de acesso para cadeirantes. Na sede, há banheiros adaptados para pessoas com deficiência (PCDs).

PRT 5 – A Regional vem promovendo a acessibilidade das pessoas com dificuldades motoras ou com mobilidade reduzida, através da melhoria/adequação das suas instalações físicas, como:

Instalação ou adaptação de sanitários;

Disponibilização de cadeira de rodas;

Vagas de garagem e estacionamento exclusivas para idosos, gestantes e portadores de dificuldade de locomoção;

Reservas de assentos no auditório para pessoas com sobrepeso e para pessoas que estejam com cadeira de rodas;

Elevador ou plataforma elevatória nas unidades com mais de um pavimento;

Sinalização em Braile, na Sede em Salvador; e

Balcões de atendimento, garantindo acesso às pessoas com deficiência/mobilidade reduzida, em Salvador, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista.

Buscou-se, nas duas últimas sedes construídas, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista, executar edificações térreas, objetivando facilitar a acessibilidade de membros, servidores e visitantes daquelas PTMs, bem como redução de gastos com manutenção de equipamentos e energia.

PRT 6 – O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco possui três unidades: a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, a Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru e a Procuradoria do Trabalho no Município de Petrolina.

A sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região teve sua construção finalizada no ano de 2018, cumprindo o determinado pela legislação de acessibilidade. Possui rampa de acesso, piso tátil, sinalização em braile, vagas de garagem demarcadas conforme a legislação, banheiros adaptados em todos os pavimentos, entre outras determinações previstas na norma.

As instalações da unidade do Ministério Público localizada no município de Caruaru, quanto à questão de acessibilidade de portadores de deficiência, são precárias, em razão do prédio ser alugado. Contudo, foi adquirido novo imóvel para instalação da unidade, o qual passará por reforma e contemplará a questão da acessibilidade.

As instalações da unidade do Ministério Público localizada no município de Petrolina estão quase em sua totalidade atendendo à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. A unidade foi construída recentemente, já cumprindo grande parte do determinado pela legislação, faltando a adaptação das instalações à atualização da NBR 9050 da Lei nº 10.098/2000.

PRT 7 – A sede desta Regional inaugurada em 2017 está completamente adaptada para garantir o fácil acesso aos cidadãos portadores de alguma deficiência.

A PTM de Juazeiro também atende de forma satisfativa a garantia do acesso aos cidadãos.

PRT 8 – O Órgão apresenta, em seu site, a descrição de suas atribuições no menu MPT-PA/AP – onde é possível acessar os links inerentes ao item "Institucional" ("Atribuições", "Histórico", "Unidades", "Áreas de atuação", "Projetos estratégicos", "Perguntas frequentes") e ao item "Estrutura organizacional" ("Servidores" e "Procuradores").

O Ministério Público do Trabalho disponibiliza, nos seus portais eletrônicos regionais, em âmbito nacional, os serviços: "Coleta de Denúncias", "Consulta de Procedimentos", "Pedido de Mediação" e "Peticionamento Eletrônico". Todos os referidos módulos, que podem ser encontrados no endereço http://www.prt8.mpt.mp.br/, representam meios de facilitar o acesso e o acompanhamento dos procedimentos em trâmite no órgão pelo cidadão.

O módulo "Coletor de Denúncia" permite que qualquer cidadão, sem se identificar, se colocando como anônimo ou pedindo o sigilo da sua identidade, realize denúncia, recebendo, ao final, o número do processo autuado para posterior acompanhamento.

O módulo de "Consulta de Procedimentos" possibilita visualizar o Extrato do Procedimento, com informações como classe, número, status, data de autuação, banca, cidade e região ao qual pertence. Já quanto ao módulo de "Pedido de Mediação", a fim de contribuir para a solução pacífica de conflitos, nos moldes da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no Âmbito do Ministério Público (Resolução CNMP nº 118/2014), o MPT recebe e processa pedidos eletrônicos de mediação por meio deste serviço.

Finalmente, o "Peticionamento Eletrônico" permite a solicitação de acesso e envio de documentos para determinado processo, após a realização de um cadastro.

Qualquer pessoa pode se cadastrar clicando no link disponível no site e preencher seus dados pessoais: nome, endereço, e-mail, telefone, se é um usuário comum ou advogado, ou agente público. A confirmação do cadastro deve ser feita presencialmente na unidade mais próxima do MPT, a partir da apresentação de um documento oficial com foto e CPF. Um servidor do órgão ativará o cadastro e automaticamente uma senha será encaminhada ao e-mail do solicitante, que a utilizará, juntamente com o número do CPF, para acessar o sistema. A confirmação presencial é desnecessária para aqueles que possuírem certificação digital.

Outro canal é através da rede social Facebook, disponível para a sociedade em geral: trabalhadores formais e informais, operadores do Direito, estudantes etc.

O portal do Ministério Público do Trabalho no Pará e no Amapá busca cumprir a Resolução nº 89, de 28 de agosto de 2012, na qual é determinado que os sítios eletrônicos do Ministério Público adotem as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos

termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e demais normas técnicas oficiais e legais aplicáveis.

Este portal segue as diretrizes traçadas pelo governo eletrônico em seu modelo de acessibilidade em governo eletrônico e, entre outros recursos de acessibilidade, oferece atalhos para acessar diretamente os principais blocos de informação. Sendo eles:

- Ir à página sobre acessibilidade
- Ir ao conteúdo
- Ir ao menu principal
- Ir à caixa de pesquisa
- Ir ao rodapé
- Ir à alternância de contraste

Quanto às instalações dos prédios do MPT no Pará e Amapá, todas são adaptadas para pessoas com deficiência, com itens como rampas de acesso para cadeirantes, elevadores com avisos sonoros bem como botões de andares e identificação de setores em braile, além de telefones para uso de deficientes auditivos.

PRT 9 – Os edifícios-sede da Procuradoria Regional e das Procuradorias do Trabalho nos municípios foram adequados para garantir a acessibilidade aos cidadãos portadores de deficiência. As construções e reformas ao longo dos anos observaram a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, assim como a legislação correlata e normas internas emanadas do CNMP e MPU.

Em locais com desnível há rampa de acesso; nos locais de acesso por escada há elevadores; nas dependências do edifício há sinalização tátil no piso; na recepção e auditório há espaço reservado para o cidadão cadeirante; nas salas de audiência há cadeira para obeso; o balcão da recepção e protocolo foram rebaixados para acesso a cadeirantes, assim como os bebedouros; há banheiros adaptados para pessoas com deficiência.

PRT 10 – O site do MPT/DF-TO dispõe de link para acesso ao Portal da Transparência do MPT, onde são veiculadas ações finalísticas, como os relatórios das Coordenadorias Nacionais/Programas Nacionais e os Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TACs. Medidas relacionadas ao Planejamento Estratégico e sobre licitações, contratos, convênios, despesas com cartões corporativos, diárias e passagens, treinamento, orçamento, recursos humanos e gastos mensais com investimento e custeio também constam no Portal.

Diariamente, os perfis institucionais do órgão nas redes sociais – www.instagram.com/mptdfto – www.facebook.com/MPTDFTO e www.twitter.com/MPTDFTO – são alimentados com notícias que visam a divulgação de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, Decisões e Acordos Judiciais, ajuizamento de Ações, entre outros conteúdos, de interesse dos trabalhadores.

A publicação de informação de qualidade e segura integram os conteúdos reproduzidos nas redes sociais. Entrevistas concedidas pelos procuradores aos veículos de imprensa, artigos elaborados por membros e cartilhas produzidas pelo MPT também são compartilhados no Facebook e Twitter.

No site do MPT/DF-TO está disponível link de acesso ao Fórum da Pessoa com Deficiência no Distrito Federal, instalado em 2018 sob a coordenação-geral do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal, bem como página exclusiva sobre as atuações do MPT-DF/TO para inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) no mercado de trabalho (http://www.prt10.mpt.mp.br/informe-se/pcd).

Essas estratégias de transparência e divulgação da atuação institucional, visam ao fortalecimento da marca e da imagem do MPT.

O relacionamento e diálogo com a sociedade aproximam a Instituição do seu público, ampliando sua a relevância e credibilidade.

A Assessoria Técnica da Diretoria Regional da PRT 10 está comprometida a oferecer e propor soluções acessíveis e seguras tanto ao público interno quanto ao público externo do órgão, pois a acessibilidade está sujeita as dinâmicas e modificações incessantes e qualquer local acessível não pode ser considerado definitivamente como tal. Há fatores externos que interferem indefinidamente e que devem ser mantidos sob vigilância.

Sobre as condições de acessibilidade implementadas pela PRT 10; informamos ainda, que estão sendo atendidos em todas as sedes da PRT 10 (Brasília/DF, Araguaína/TO e Palmas/TO):

- Acesso ao interior da edificação e ao interior dos ambientes, por meio de rampas de acesso quando necessário;
- Área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Estacionamentos externos das edificações com reserva de vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência física ou visual, e para idosos;
- Sinalização ambiental para orientação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Mobiliário da recepção e atendimento adaptado à altura e à condição física de

pessoas em cadeira de rodas;

- Sinalização do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- Local de atendimento específico para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Sala de Espera – Assentos de atendimento prioritário das pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- Sala Multiúso – Assentos de atendimento prioritário das pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, obesos, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- Sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual;
- Elevadores com cabine que permita acesso e movimentação cômoda de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Sinalização em braile junto às botoeiras externas do elevador

No ano de 2020 não tivemos adequações, tampouco obras e adaptações referentes aos critérios de acessibilidade nas sedes de Brasília/DF e Araguaína/TO e no fim deste mesmo ano finalizamos a compra da Sede da PTM de Palmas/TO, que atende às normativas da Lei nº 10.098/2000, ao Decreto nº 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT e dispositivos do CNMP e pelo MPU, quanto as obras civis.

Observamos ainda que desde 2012 estamos respondendo a questionamentos e exigências do CNMP sobre acessibilidade de modo que esta é uma prioridade do órgão.

PRT 11 – A Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região procura garantir a implementação da Resolução nº 81/2012-CNMP, com vistas, inclusive, a estabelecer diálogo produtivo e resolutivo com o Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (Neace) da Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, nas ações de acessibilidade a serem empreendidas na unidade.

Em sua sede a PRT já possui instalações adequadas para garantir a acessibilidade, tais como rampas, vagas de garagem, elevadores apropriados, banheiros para PNEs em todos os andares, bem como servidores capacitados na linguagem de libras.

Na PTM de Boa Vista/RR ainda é necessário a adaptação de alguns ambientes para garantir a acessibilidade adequada e exigida pelas normas vigentes.

PRT 12 – A Sede da PRT 12 já está adaptada para atender as legislações que tratam do tema, bem como as orientações do CNMP. Atualmente temos acessibilidade em todos os ambientes, inclusive um gabinete para atender Membro do MPT que possua algum tipo de deficiência. Os imóveis das PTMs, por serem novos, também possuem tais itens de acessibilidade com exceção da PTM de Chapecó. Este ano foi adquirido a nova sede da PTM de Blumenau, imóvel novo e moderno com todos os requisitos de acessibilidade. Na PTM de Chapecó foi executada a obra de acessibilidade, referente a rampa de acesso à PTM, que estava em desacordo com as normas sobre o tema.

PRT 13 – No ano de 2020 a regional adquiriu uma cadeira de rodas que fica disponível na recepção da sede. A regional cumpre as normas de acessibilidade no acesso a todos os pavimentos da edificação, bem como com relação aos sanitários públicos e privativos, que estão de acordo com legislação específica e as normas técnicas brasileiras. A execução da segunda etapa das obras de adequação da acessibilidade, além de outras reformas, depende de disponibilidade orçamentária.

Para garantir a acessibilidade aos sistemas informatizados o MPT/PRT 13 criou a sala cidadã, um espaço acessível destinado ao atendimento ao cidadão/público externo, para formalização de denúncias, dotada de computador e com toda orientação e suporte prestados pelos servidores da secretaria Processual.

Em virtude da pandemia covid-19, o MPT/PRT 13 adotou algumas medidas para garantir o atendimento ao público, embora tais medidas não tenham sido adotadas exclusivamente para fins de acessibilidade, seu uso contribuiu positivamente para tal, as principais medidas foram:

- montou um serviço para "Plantão de Denúncias", disponibilizando três números de telefone para receber casos de irregularidades trabalhistas, além das demais ferramentas eletrônicas (Sistema de Peticionamento Eletrônico, Protocolo Administrativo Eletrônico, Sistema Único de Denúncias, endereços eletrônicos etc.), disponíveis no site da Instituição no Estado, na aba serviços (link: http://prt13.mpt.mp.br/servicos). O que gerou um aumento de 10% com relação ao quantitativo de denúncias recebidos em 2019.
- realizou forte divulgação (produção de cards, série de posts, vídeos, dentre outros materiais) na página da regional, nas mídias e redes sociais prestando orientação sobre como formalizar as denúncias eletronicamente, informações sobre os efeitos da COVID-19 e recomendações do MPT a empresas, sindicatos e à população em geral.
- utilizou ferramentas de videoconferência para a realização de audiências de

forma on-line e em tempo real, inicialmente a ferramenta usada era o Skype for Business, depois substituída pelo Microsoft Teams. Ambas as ferramentas permitem que usuários externos possam se conectar numa chamada de videoconferência com membros e servidores do MPT.

É importante ressaltar que a Divisão de TI prestou constante suporte a membros e servidores e realizou treinamento específico (direcionado a membros e servidores da atividade-fim) para orientar sobre a correta e efetiva utilização das ferramentas durante a realização das audiências telepresenciais.

Algumas dificuldades apresentadas por usuários externos:

- Acesso ao link via navegador e as devidas permissões de acesso à câmera e microfone;
- Qualidade de internet insatisfatória;
- Dificuldades diversas de operação (abrir e fechar áudio e vídeo)
- Algumas dificuldades apresentadas por usuários internos:
- Acesso ao link via navegador e as devidas permissões de acesso à câmera e microfone;
- Dificuldade em gerar o link de reunião para acesso externo;
- Dificuldades diversas de operação (convidar participantes atrasados, gravar reuniões e inserção de documentos).

PRT 14 – Realização de verificação dos projetos de acessibilidade no prédio, realização de levantamento e conferência das informações do projeto, segundo a legislação e normas existentes. Entre elas: A NBR 9050/2015, referente a acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos e a Lei nº 10.098/2000.

Análise de Acessos ao Prédio – Rampas

Realização de verificação dos projetos de acessibilidade no prédio, realização de levantamento e conferência das informações do projeto, segundo a legislação e normas existentes. Entre elas: A NBR 9050/2015, referente a acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos e a Lei nº 10.098/2000.

Análise de Acessos ao Prédio – Rampas

Rampa de acesso principal Fachada – Segundo a NBR 9050/2015, no item 6.5.1.2, relata que as rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos na tabela de dimensionamento. Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso. A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m.

No projeto apresentado pela Unidade de Porto Velho, a rampa foi representada e executada de forma compatível com a referida norma, para vencer 1,40 de desnível, possui 1,70 de largura, 18,00 de comprimento, com patamar com 1,20 de comprimento, possuindo também guarda corpo metálico e sinalização tátil de alerta (conforme NBR 9050/2015, item 5.14).

Rampas de saída de emergência e acesso lateral – O mesmo item da norma se torna válido para a rampa de acesso lateral, direcionada para suprir a saída de emergência do prédio e rampa externa de acesso ao auditório. No projeto o desnível possui 1,40 de altura, com 19,50 de comprimento total, 1,70 de largura e 1,20 de patamar, possui também guarda corpo em perfil metálico e piso tátil de alerta.

Análise de acessibilidade Auditório – Rampas, Escadas e Plataforma.

Rampa de Acesso Externo Auditório.

No projeto apresentado o auditório possui rampa externa conforme desenho em prancha 03/12, representada e executada de forma compatível com a referida norma. A rampa externa possui para 0,50 cm de desnível um lance de 7,45 de comprimento, possui 1,50 de largura, e possui sinalização tátil de alerta, quanto também guarda corpo em perfil metálico.

Rampa de Acesso Interno

A rampa de acesso ao palco possui um desnível de 35 cm, 1,20 de largura, possui guarda corpo metálico, piso tátil de alerta, e não possui patamar. A rampa de acesso a plateia possui 88cm de desnível, o primeiro lance possui 6,95 e o segundo possui 3.60 de comprimento e largura de 1,40, o patamar possui 1,40 de profundidade e fazem parte do conjunto piso tátil de alerta e corrimão em perfil metálico.

Plataforma Elevada

O prédio contempla de plataforma elevada tipo de elevação em caixas enclausuras de acordo com a NBR 15655-1/2009 – Plataforma de elevação motorizada para pessoas com mobilidade reduzida. Para o acesso ao auditório, possui 1,85 de comprimento e 1,40 de largura, estrutura em aço galvanizado e piso antiderrapante, executada conforme projeto em prancha 03/12.

Análise de Escada Enclausurada de emergência – Segundo a NBR 9050/2015, no item 6.3.3, explica quanto as rotas de fuga incorporarem escadas de emergência, onde devem ser previstas áreas de resgate e demarcado para o posicionamento de pessoas em cadeira de rodas, a área deve ser fora do fluxo principal de circulação.

O prédio apresenta a existência de escada enclausurada. A escada possui piso 0,28 e espelho 0,176, que condiz com o item 6.6.3 da referida norma. Cada degrau possui sinalização visual no piso, que conforme item 5.13 da norma, deve

ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento medindo entre 0,02 m e 0,03 m de largura.

A escada possui corrimão em perfil metálico executados conforme item 6.7.1.2 da referida norma e porta corta fogo. Conforme item 5.12, é recomendado que os corrimãos de escadas e rampas seja sinalizado através de sinalização em braile, informando sobre os pavimentos e anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado a 1,00 m antes das extremidades. Desse modo o corrimão, escada e seus afins condizem com o descrito em norma.

Sinalização Tátil junto as Portas de Elevadores – Segundo a NBR 9050/2015, no item 5.14.3, explica quanto ao uso da sinalização tátil em portas de elevadores. Nas portas dos elevadores quando houver sinalização tátil direcional, está deve encontrar a sinalização tátil de alerta.

No caso em questão o prédio só faz o uso de sinalização tátil de alerta no acesso aos elevadores, não fazendo o uso da sinalização tátil direcional.

Sanitários PNE – No projeto dos sanitários PNE, possuem 1,70 de comprimento e 1,50 de largura, com área de manobra para rotação 180° (1,50 x 1,20) e área para transferência de 1,20 x 0,80. A bacia sanitária se encontra acessível e respeitando o item 7.3.3.1 da norma. Dessa forma os sanitários se encontram de acordo com os itens da normativa.

Mapa Tátil – O Projeto em questão ainda contempla o uso de Mapa Tátil, onde possui 1,10 de altura, 0,65 de largura, 0,60 de profundidade e possui reentrância para acesso de cadeirantes, desse modo se encontra de acordo com a NBR 9050/2015.

Conclusão – Buscamos expor neste relatório a situação das instalações da SEDE do Ministério Público de Porto Velho, PTM de Rio Branco e Ji-Paraná, ressaltando as condições de acessibilidade ao estabelecimento público segundo as legislações vigentes:

1. Lei nº 10.098/2000;
2. Decreto nº 5.296/2004;
3. ABNT – NBR 9050-2015;
4. NBR 15655-1/2009

PRT 15 – O imóvel da sede está adequado à Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público com a mudança da sua Sede para um prédio que atende às normas de acessibilidade a pessoas com deficiência. O imóvel, além de proporcionar àquelas pessoas com impedimentos físicos à estrutura e aos serviços do MPT, ainda aproximou a instituição da população de Campinas, pois se encontra em área central do município, servido por ampla rede de transporte público.

No exercício de 2020 foram adquiridos imóveis para sediar as PTMs de Araçatuba, Araraquara e Sorocaba, e apesar da grande dificuldade de encontramos no mercado imóveis que atendessem às normas de acessibilidade, foram adquiridos imóveis que já as possuíam, como é o caso do imóvel adquirido em Sorocaba, ou então que necessitassem de pouquíssimas adaptações que garantissem a acessibilidade, como é caso do imóvel de Araraquara e Araçatuba.

PRT 16 – A Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região proporciona ao cidadão canais de comunicação de fácil acesso. Além do atendimento presencial e por telefone, oferece acesso por meio de sua página institucional na INTERNET – http://www.prt16.mpt.mp.br, onde é possível apresentar denúncias ou qualquer outra manifestação no canal de atendimento. Ainda, é frequente a solicitação de informações via mensagens eletrônicas, as quais são respondidas por servidores da Procuradoria. Em relação às partes interessadas, é possível acessar o sistema MPT Digital e MPT Digital Administrativo, que permitem consultas a procedimentos finalísticos e administrativos, respectivamente, assim como o peticionamento eletrônico.

Ademais, a Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho consiste em um canal de comunicação direta entre o cidadão e a instituição que permite à sociedade não apenas solicitar informações ou realizar denúncias, mas também dar sugestões, criticar ou elogiar um serviço de atribuição do MPT, contribuindo para aprimorar o padrão de excelência das atividades realizadas por este. O serviço pode ser acessado: a) presencialmente, na sede da PRT da 16ª Região e em suas PTMs durante o horário de expediente; b) por via digital, por meio do link www.prt16.mpt.mp.br/servicos/ouvidoria; e c) por via telefônica, por meio do telefone (98) 2107-9300.

Outrossim, no que tange à transparência, através do Portal da Transparência do MPT podem ser obtidas informações sobre membros, servidores, destinações de indenizações e multas decorrentes da atividade-fim institucional, bem como publicidade de termos de ajustamento de conduta (TACs) firmados com a PRT 16.

PRT 17 – Os imóveis da sede e subsedes (PTMs) atendem integralmente as prescrições de acessibilidade exigidas pela Lei nº 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/2004. Os prédios foram adaptados segundo as diretrizes das ABNT para que a acessibilidade seja plena, sem obstáculos ou qualquer barreira física que dificulte ou impossibilite o acesso das pessoas com ou sem dificuldade de mobilidade. As adaptações de acessibilidade foram projetadas para a facilidade de atendimento dos públicos interno e externo. Nas garagens, há vagas destinadas

aos cidadãos com deficiência. Todas as sedes da PRT 17 – ES têm piso tátil, elevadores, portas adaptadas para acesso com cadeiras de rodas, placas indicativas em Braile, com acessos e banheiros plenamente adaptados.

Quando necessário, o atendimento à pessoa com deficiência sensorial ou dificuldade na comunicação é realizado por intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Na PRT 17 – ES, por meio de funcionários terceirizados.

O portal do Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo busca cumprir a Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012, a qual determina que os sítios eletrônicos do Ministério Público adotem as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, como forma de cumprimento de Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação –, nas condições estipuladas pelo art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, pelo art. 9º da Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e demais normas técnicas oficiais e legais aplicáveis.

Quanto aos serviços disponibilizados ao cidadão de forma eletrônica, o portal da PRT 17 – ES segue as diretrizes traçadas pelo governo eletrônico em seu modelo de acessibilidade em governo eletrônico (disponível em: http://emag.governoeletronico.gov.br/#s1.1) e, entre outros recursos de acessibilidade, oferece atalhos para acessar diretamente os principais blocos de informação, entre eles:

0 – Ir à página sobre acessibilidade;
1 – Ir ao conteúdo;
2 – Ir ao menu principal;
3 – Ir à caixa de pesquisa;
4 – Ir ao rodapé;
5 – Ir à alternância de contraste

Para dar maior efetividade ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Federal em 2004, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) disponibiliza todas as normas referentes à acessibilidade, editadas por seus diferentes comitês e comissões de estudo. O acesso aos documentos é gratuito e livre e qualquer cidadão interessado, bem como as instituições e órgãos públicos.

PRT 18 – Nos últimos anos, o imóvel sede da PRT 18 passou por diversas adequações para atender às necessidades de acessibilidade dos usuários. Durante o ano de 2019, foi realizada a substituição do balcão da recepção da Sede da PRT 18 para adequar às exigências de acessibilidade. Foi realizada, também, a instalação de sistema de interfones e voz nos elevadores, orientando os usuários quanto ao trajeto do elevador e em qual andar se encontram. Em 2020, não foram realizados serviços ou aquisições com o fim especial de atender à acessibilidade.

O imóvel sede da PTM de Luziânia, em 2019, também passou por reformas e buscou-se atender também às normas de acessibilidade, apesar de ser um imóvel mais antigo. Em 2020, não foram realizados serviços ou aquisições com o fim especial de atender à acessibilidade.

Especialmente quanto aos imóveis adquiridos em 2020, para sediar as PTMs de Rio Verde e Anápolis, o edital de chamamento público listou como exigência o atendimento às normas de acessibilidade especialmente a NBR 9050/2015.

PRT 19 – Os imóveis da PRT 19 são parcialmente acessíveis. Na sede, em Maceió, a recepção, sala de atendimento ao público e as salas de audiências, bem como o almoxarifado e a sala de segurança, são acessíveis.

Na recepção existe um WC, além de um telefone público, adaptados para pessoas com necessidades especiais.

A dificuldade maior é para acesso aos pavimentos superiores, uma vez que a edificação não dispõe de elevador.

Quanto à sede da PTM de Arapiraca, por ser imóvel térreo, a situação é menos complicada. Mesmo assim, a construção necessita de algumas adaptações.

Ressalte-se que todas as modificações realizadas nos imóveis da Regional, por menores que sejam, levam em conta as normas de acessibilidade.

Destaque-se que durante o ano de 2020, iniciaram-se tratativas e procedimentos com vistas à aquisição/construção de nova sede para o MPT/AL.

Foi realizado Chamamento Público, com o objetivo de adquirir imóvel que atendesse às necessidades da Regional, o qual restou frustrado. Diante disso, a Administração da PRT 19ª Região, em conjunto com a Administração Central do MPT, iniciou os procedimentos para a contratação de projetos destinados à ampliação e reforma da atual sede, a fim de possibilitar maior conforto e segurança para os seus usuários.

A Procuradoria-Geral do Trabalho vem dando todo o apoio necessário a esta Regional nesse sentido, disponibilizando sua área de Engenharia e Arquitetura para assessoramento desta Unidade que não dispõe de pessoal técnico habilitado para tal finalidade.

PRT 20 – Desde outubro de 2014, com a conclusão de obra especificamente destinada a esse fim, a PRT20 está completamente adaptada e acessível a todas as pessoas, independentemente se possuem alguma deficiência ou não, proporcionando, com isso, uma maior aproximação entre o Ministério Público do

Trabalho e o cidadão-usuário.

Em relação aos serviços disponibilizados por meio da Internet, cabe destacar que o portal do MPT em Sergipe, assim como nas demais unidades da Federação, foi desenvolvido de forma a possibilitar o seu acesso a todas as pessoas, sejam elas com ou sem deficiência.

PRT 21 – O prédio da sede da PRT 21 em Natal/RN foi inaugurado em 2011 e a sua construção seguiu as normas de acessibilidade legalmente impostas. Ele possui: rampas de acesso; plataforma de acesso para cadeirantes no auditório; balcão da recepção e guichê do protocolo rebaixados; elevadores convencionais com botoeiras em braile e aviso sonoro; vagas de garagem demarcadas para deficientes; banheiros adaptados em todos os andares e na Recepção; calçada e piso tátil direcional; vagas de estacionamento para deficiente; entre outros equipamentos de adequação e acessibilidade. Os prédios alugados para as PTMs Mossoró e Caicó também estão adaptados as normas de acessibilidade.

Desde 2014 foi constituída Comissão de Acessibilidade na PRT 21, com o objetivo de dar cumprimento às normas de acessibilidade, à avaliação do atendimento preferencial e acessibilidade dos serviços prestados pelo Ministério Público às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Além disso, na PRT tem equipamento terminal telefônico para surdos (TTS), que permite responder com uma mensagem digitada, que é lida pelo assistente para a pessoa que fez a chamada. E, desde 2017, utiliza o serviço on-line da empresa Viável Brasil, com intérpretes fluentes em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Também já houve, em anos anteriores, a capacitação de alguns servidores no curso básico de LIBRAS.

PRT 22 – Quanto às medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência, a sede da PRT 22ª Região atende em parte às condições de acessibilidade. No final do ano de 2017, foi adquirido novo edifício para a instalação da nova sede da PRT 22ª Região, o qual atende plenamente às condições de acessibilidade, cuja mudança estava inicialmente prevista para o final do ano de 2020. Entretanto, por conta da pandemia provocada pela covid-19, não foi possível realizar a referida mudança, haja vista que a reforma e adaptação do novo prédio foi contratada, mas não concluída, eis que as atividades de construção civil foram proibidas pelo Município de Teresina, nos termos do Decreto nº 19.540, de 21 de março de 2020. Quanto às instalações físicas na PTM de Picos – PI, por conta de sua última reforma realizada, já está integralmente acessível. Já o prédio da PTM de Bom Jesus – PI, construído no ano de 2015, atende plenamente a todas as condições de acessibilidade de Membros, Servidores e Usuários da PRT 22ª Região.

PRT 23 – Os prédios que abrigam as sedes desta Unidade Ministerial no estado de Mato Grosso foram adaptados com vistas à eliminação de barreiras arquitetônicas que dificultavam o acesso dos cidadãos que são portadores de alguma deficiência. Assim garantimos o atendimento dos requisitos de acessibilidade, uma vez que o nosso prédio sede e todas as nossas PTMs estão adaptadas, atendendo à legislação vigente sobre o assunto.

PRT 24 – A Sede desta PRT, bem como as PTMs contam com prédios próprios e que foram construídos em conformidade com a legislação vigente sobre o assunto.

3.6.9 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

3.6.9.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Encerrado o exercício financeiro de 2020, o Ministério Público do Trabalho obteve Orçamento Total de R$ 1.893.501.737,00, sendo R$ 1.786.205.674,00 de créditos orçamentários originários da Lei Orçamentária de 2020 e R$ 193.326.289,00 oriundos de créditos adicionais decorrentes de anulação de orçamento do próprio MPT, bem como do cumprimento do Acórdão 3.072/2019 do TCU, que determinou ampliação do limite de gastos do MPU. Tal montante foi

TABELA 33 COMPARATIVO DO ORÇAMENTO (LEI + CRÉDITOS) 2019/2020

DESPESA	2019	2020
Financeira	187.060.591	196.920.883
Pessoal	187.060.591	196.920.883
Obrigatória	1.417.059.648	1.460.137.302
Pessoal	1.329.508.196	1.366.341.057
Custeio	87.551.452	93.796.245
Discricionária	173.323.997	236.443.552
Custeio	164.243.997	142.809.348
Investimentos	9.080.000	41.691.444
Inversão	-	51.942.760
TOTAL GERAL	**1.777.444.236**	**1.893.501.737**

Dados referentes ao orçamento do Ministério Público do Trabalho – MPT – 2019/2020

destinado ao pagamento de pessoal, benefícios, passivos, construção do edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília e aquisições de sedes próprias para Procuradorias do Trabalho nos Municípios.

3.6.9.2 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS NOS EXERCÍCIOS DE 2010 A 2020

O cenário das despesas do Ministério Público do Trabalho nos anos de 2010 a 2020 é marcado por aumento percentual das despesas primárias obrigatórias em relação às primárias discricionárias. Analisar os valores empenhados somente pelo montante nominal pode causar a falsa impressão de que houve crescimento "desenfreado" dos gastos pelo MPT. Entretanto, quando são analisadas as despesas reais corrigidas pelo IPCA, nota-se que o aumento ocorreu nos anos de 2012 a 2015. Em 2016, ocorreu a publicação da PEC do teto dos gastos que limitou as despesas realizadas.

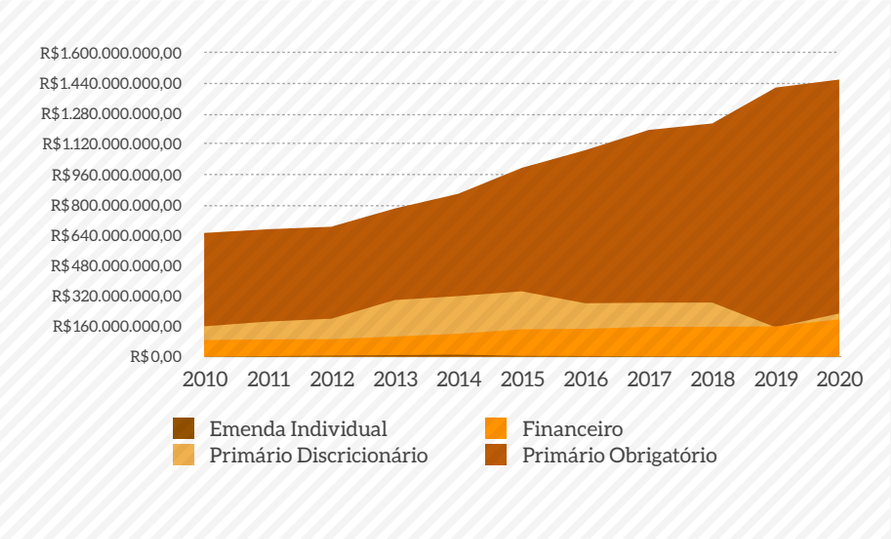
O Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social passa a determinar limites individualizados para as despesas primárias que serão vigentes por vinte exercícios financeiros. Dentro de um quadro de dispêndios limitados, as despesas primárias obrigatórias (despesas com pessoal e benefícios) tendem a aumentar com os anos em decorrência principalmente da inflação e, para compensar tais gastos, as despesas discricionárias (não obrigatórias), que se referem precipuamente à manutenção básica e a investimentos, tendem a diminuir.

É o que se vê nas despesas do MPT entre 2016 e 2020 no gráfico a seguir:

Em decorrência da PEC do teto dos gastos e da política orçamentária implementada pela gestão do MPT no período de 2016 a 2020, o montante de Restos a Pagar diminuiu significativamente.

O cenário pós-emenda demonstra a eficiência da gestão pública orçamentária aliada ao controle real de despesas, com reflexos no MPT em relação à finalização de obras, à aquisição de novas unidades com pronto pagamento no exercício corrente, à redução da inscrição em restos a pagar e a programações orçamentárias adequadas aos novos limites e restrições. Se comparado aos exercícios de 2010 a 2015, é nítida a mudança no desempenho da evolução de restos a pagar no período de 2016 a 2020, com restrições orçamentárias mais rígidas em decorrência da crise econômica crescente no país. Os gastos orçamentários, que antes apresentavam um processo constante de endividamento da máquina pública, passaram por uma significativa mudança pós-emenda, tendo seu panorama atual de execução gerenciado de forma mais eficiente.

GRÁFICO 42 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS NOS EXERCÍCIOS DE 2010 A 2020



Em decorrência da pandemia covid-19, a maioria das Procuradorias Regionais e Municipais do MPT foram obrigadas a interromper o trabalho presencial e fecharem suas unidades, sem prejuízo à sociedade, que permaneceu sendo assistida pelo MPT de maneira plena, ainda que remotamente. Outrossim, o teletrabalho gerou uma economia forçada em várias despesas, a exemplo de diárias e passagens, água, energia elétrica, telefonia, suprimentos diversos, impedindo, no exercício de 2020, a execução do orçamento em 100%. A despeito de todos os esforços envidados pela Administração, inclusive com a renovação da frota de veículos e do parque de informática, além da aquisição de algumas sedes próprias, ainda houve uma pequena sobra de recursos, que representou 3,96% do orçamento total.

3.6.9.3 DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS

Em uma abordagem inicial de análise das despesas de 2020, optou-se por avaliá-las segundo a classificação interna do MPT por Plano Interno, segmentando-as segundo sua finalidade. Tal metodologia corrobora para uma análise mais transparente das despesas.

A primeira dimensão das despesas de 2020 referem-se aos gastos Primários

GRÁFICO 43 EXECUÇÃO DE DESPESAS (EXERCÍCIO + RP)

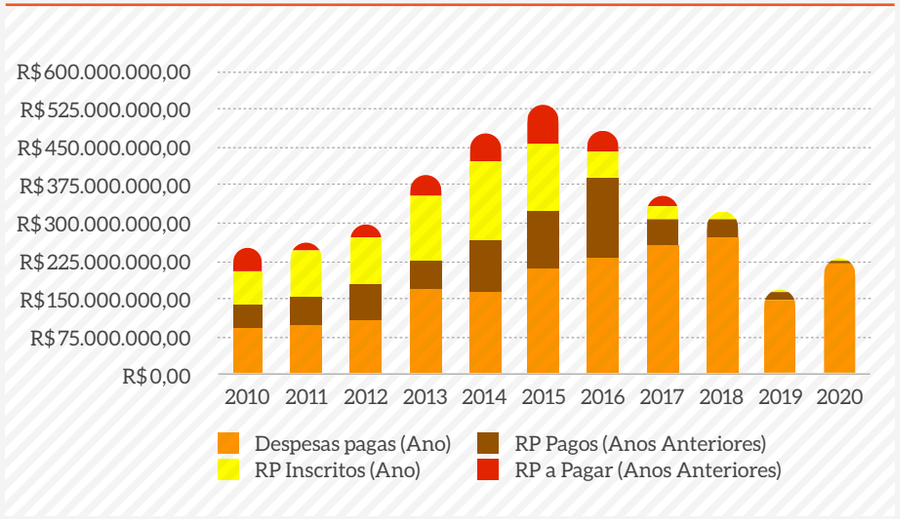
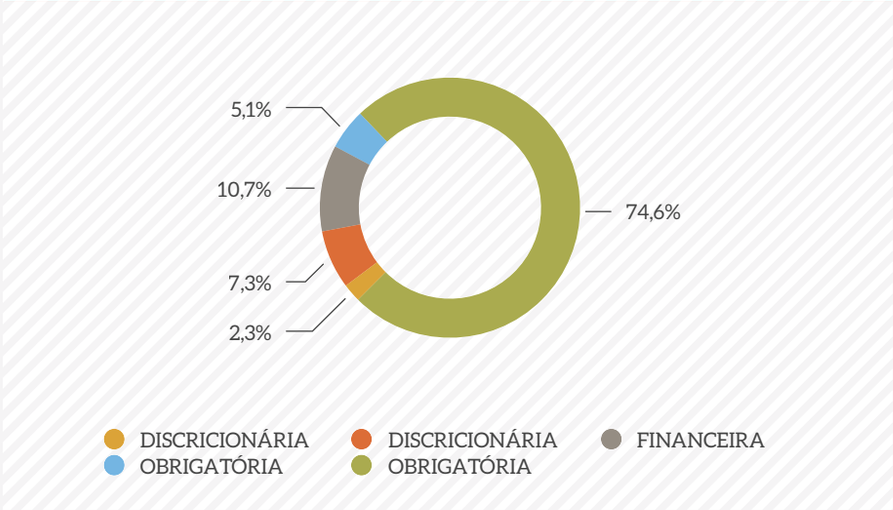


GRÁFICO 44 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MPT – ALOCAÇÃO DAS DESPESAS



Obrigatórios, que são as despesas de pessoal ativo e inativo, de benefícios (auxílio-alimentação, transporte e outros) e com o Plan-Assiste – Programa de Saúde e Assistência Social do MPT. Como exposto no quadro ao lado, observa-se aumento

TABELA 34 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MPT – ALOCAÇÃO DAS DESPESAS

PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS		
1 – Pessoal	**Desp. Empenhadas**	**Desp. Pagas**
11 – Vencimentos e Vantagens	1.077.414.034	1.077.414.034
01 – Aposentadoria RPPS	186.124.606	186.107.567
03 – Pensões RPPS	49.753.744	49.753.744
Outros	53.041.365	52.960.477
3 – Custeio	**Desp. Empenhadas**	**Desp. Pagas**
46 – Auxílio-Alimentação	46.737.413	46.720.672
39 – Serviços de Terceiros – PJ	34.132.826	34.123.063
Outros	11.956.579	11.946.509
DESPESAS FINANCEIRAS		
1 – Pessoal	**Desp. Empenhadas**	**Desp. Pagas**
13 – Obrigações Patronais	196.171.489	196.071.489
PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS		
3 – Custeio	**Desp. Empenhadas**	**Desp. Pagas**
39 – Serviços de Terceiros – PJ	55.377.129	51.443.033
37 – Locação de Mão de Obra	35.114.451	34.402.663
93 – Indenizações e Restituições	1.354.072	1.353.127
40 – Serviços de TI e Comunicação	20.808.691	19.868.348
14 – Diárias Pessoal Civil	3.315.370	3.315.195
Outros	17.765.191	17.419.060
4 – Investimentos	**Desp. Empenhadas**	**Desp. Pagas**
52 – Equipamentos	35.354.131	34.585.623
51 – Obras e Instalações	5.241.247	5.212.251
40 – Serviços de TI e	714.650	259.731
Outros	256.871	253.274

Fonte: Tesouro gerencial – despesas empenhadas x despesas pagas

das despesas obrigatórias, em relação a 2019, na ordem de 2,98%.

Os gastos correntes do MPT representaram 70% do total de despesas discricionárias empenhadas pelo Órgão. Além disso, houve redução de 7,8% em relação ao exercício anterior. O montante gasto com despesas correntes serviu para o custeio das atividades do Ministério Público do Trabalho, que inclui a Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), 24 Procuradorias Regionais do Trabalho e suas Procuradorias do Trabalho nos Municípios.

As despesas administrativas deram suporte operacional à consecução de atividades finalísticas, garantindo o funcionamento das unidades do MPT

TABELA 35 DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS

DESPESAS OBRIGATÓRIAS		
Plano Interno	2019	2020
Pessoal Ativo	1.099.057.955	1.123.008.848
Pessoal Inativo	230.399.271	243.324.900
Benefícios	57.605.659	57.215.926
Plan-Assiste	29.872.617	35.610.891
Total	1.416.935.502	1.459.160.565
Fonte: Tesouro gerencial – Despesas empenhadas		

TABELA 36 DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS

DESPESAS CORRENTES (DISCRICIONÁRIAS)		
Plano Interno	2019	2020
Auxílio-Moradia	444.498	631.756
Capacitação dos Servidores	1.437.474	1.218.873
Comunicação Institucional	1.441.055	1.262.089
Diárias e Passagens	11.533.320	4.491.551
Estagiários	6.900.195	6.805.716
Informática	19.104.628	21.563.340
Manutenção Básica	100.913.809	92.251.212
Outras	3.343.440	5.510.367
Total	145.118.419	133.734.904
Fonte: Tesouro gerencial – Despesas empenhados		

TABELA 37 DESPESAS DE CAPITAL (DISCRICIONÁRIAS)

Despesas de Capital (Discricionárias)		
Plano Interno	2019	2020
Construções de Sedes	643.895	5.200.000
Aquisições de Sedes	-	51.942.760
Informática	5.790.297	20.084.839
Manutenção Básica	2.639.684	16.282.060
Reformas de Sedes	-	-
Total	9.073.876	93.509.659
Fonte: Tesouro gerencial – Despesas Empenhadas		

ao longo de todo o Brasil. Dentro das despesas correntes, a Comunicação Institucional está diretamente ligada à atuação do Órgão por meio de informativos e criação de peças publicitárias estreitando a relação do MPT com a sociedade. Além disso, os gastos com Capacitação de Servidores estão alinhados com o Programa de Qualidade de Vida do MPT por meio de projetos em Gestão Estratégica, Liderança Estratégica e Redes Colaborativas e de Coaching. Os decréscimos na Manutenção Básica decorreram da economia de recursos devido à pandemia covid-19, da instituição do Teletrabalho em março de 2020 para todos os servidores, além de aquisições de sedes próprias, um dos objetivos estratégicos da Administração do MPT. Tais decréscimos foram principalmente com energia elétrica, limpeza/conservação, serviços de vigilância/apoio administrativo e locação/condomínio de imóveis. As diárias e passagens também sofreram redução nos valores devido às medidas de contenção na disseminação da covid-19, o que impediu que em alguns meses tais despesas fossem realizadas.

Em contrapartida à redução das despesas correntes, houve acréscimo nas despesas de capital, principalmente em aquisições de novas sedes. Tais implementações foram motivadas por estratégia da Administração do MPT em diminuir despesas com aluguéis, fazendo uso de recursos advindos com a economia em decorrência da pandemia, bem como aporte de recursos em decorrência do Acórdão nº 632/2020 do TCU, reconhecendo erro e ajuste no teto de gastos estabelecido para o MPU em razão da MP nº 711/2016. Foi dado continuidade às obras já em andamento da PRT da 10ª Região – Brasília. Destacam-se, também, as despesas com Necessidades Adicionais realizadas pelo MPT para a aquisição de equipamentos e softwares de tecnologia da informação para otimização do home office e compras de veículos. O aumento das despesas discricionárias de capital foi necessário para se manter o funcionamento adequado das unidades.

3.6.9.4 ANÁLISE FINANCEIRA E DE RESTOS A PAGAR

Conforme exposto brevemente na análise da evolução das despesas do MPT, a principal medida do Órgão, frente aos limites impostos pela Emenda 95/2016, foi reduzir o montante de "dívida" gerada, ou seja, o montante de restos a pagar. Isso se dá aumentando a eficiência na execução do orçamento. Essa eficiência é calculada pela razão entre o total pago e o total empenhado. Principalmente nas despesas discricionárias de capital, há um aumento significativo na eficiência financeira de 2020. Isso se deve, principalmente, pelas aquisições de Sedes de PTMs com pronto

GRÁFICO 45 PAGAMENTOS TOTAIS - EXERCÍCIO E RESTOS A PAGAR

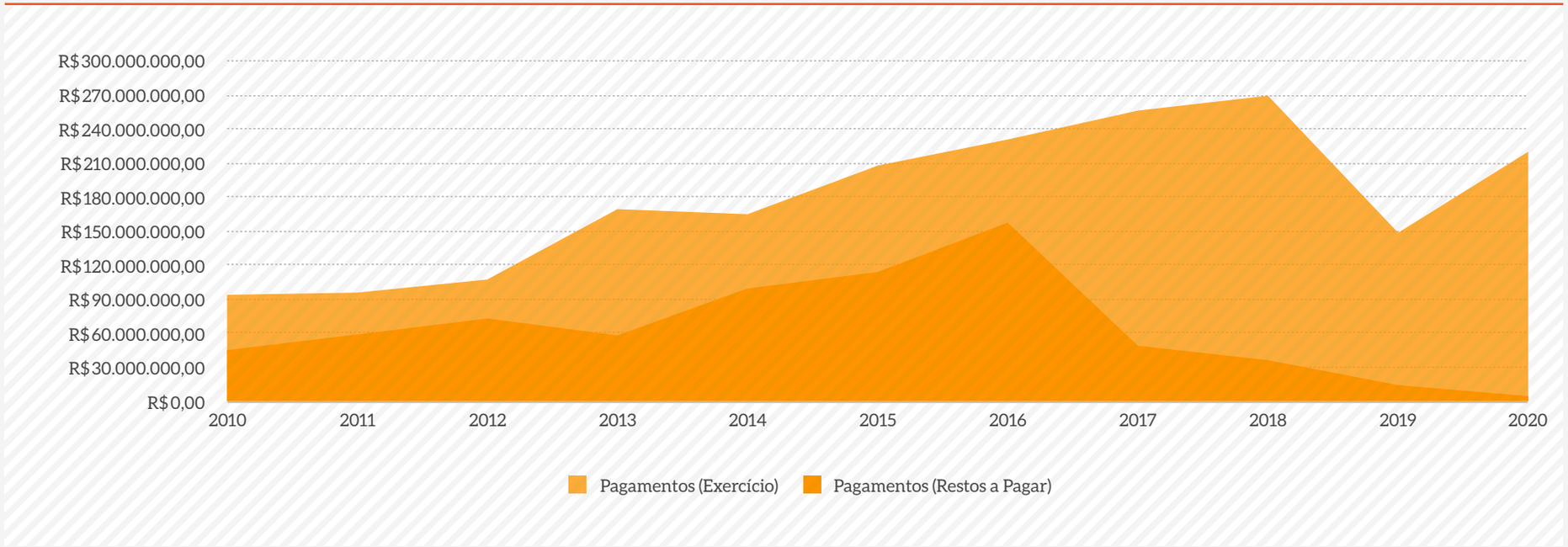


TABELA 38 EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Eficiência na execução financeira			
Resultado Lei Primário	GND	2019	2020
Financeiro	Pessoal	99,99%	99,94%
Primária – Obrigatória	Pessoal	99,97%	99,99%
	Custeio	99,96%	99,96%
Primária – Discricionária	Custeio	96,53%	95,56%
	Investimentos	93,87%	96,97%
	Inversão Fin.	-	99,66%
Fonte: Tesouro Gerencial – Razão pago e empenhado			

TABELA 39 MANUTENÇÃO BÁSICA - CUSTEIO E INVESTIMENTOS

Manutenção Básica – Custeio		
Natureza do Gasto	2019	2020
Locação de Imóveis e Condomínios	33.788.006	32.275.041
Vigilância	15.895.502	14.245.332
Limpeza e Conservação	10.867.202	10.083.437
Serviço de Apoio Administrativo	8.676.675	8.128.101
Energia Elétrica	8.928.955	6.678.735
Demais	22.757.469	20.840.566
Total – Custeio	100.913.809	92.251.212
Manutenção Básica – Investimentos		
Equipamentos e Mobiliário	10.128.011	16.240.813
Obras em geral	1.871.367	41.247
Demais	176.600	-
Total – Investimento	12.175.978	16.282.060
Fonte: Tesouro Gerencial – Despesas empenhadas		

pagamento no exercício corrente e não realização de novas construções.

Não obstante, conforme observa-se no gráfico acima, o total de pagamentos referentes ao orçamento do ano representou, em 2020, 98% dos pagamentos totais de despesas discricionárias, sendo este o maior valor na série histórica de 2010 a

TABELA 40 EXECUÇÃO REGIONAL E DA MANUTENÇÃO BÁSICA DO MPT

Ação	Construção/ Aquisições	Pago (2020)	RP a Pagar
Construções			
15UB	PRT – Brasília/DF	5.200.000	-
Aquisições			
15UQ	PTM – Rio Verde/GO	1.440.000	-
15UR	PTM – Guarulhos/SP	3.905.000	-
15US	PTM – Caruaru/PE	2.000.000	-
15UT	PTM – Rondonópolis/MT	2.250.000	-
4262	PTM – Montes Claros/MG	1.650.000	-
4262	PTM – Palmas/TO	4.846.947	175.054
4262	PTM – Varginha/MG	2.190.000	-
4262	PTM – Coronel Fabriciano/MG	980.000	-
4262	PTM – Anápolis/GO	2.797.760	-
4262	PTM – Araçatuba/SP	2.800.000	-
4262	PTM – Blumenau/SC	4.650.000	-
4262	PTM – Imperatriz/MA	2.400.000	-
4262	PTM – Sorocaba/SP	1.800.000	-
4262	PTM – Santa Maria/RS	5.496.000	-
4262	PTM – Cabo Frio/RJ	3.262.000	-
4262	PTM – Araraquara/SP	4.400.000	-
4262	PTM – Juiz de Fora/MG	4.900.000	-

Conforme consta no quadro demonstrativo de despesas com a Manutenção Básica das Regionais, alguns gastos são considerados mais relevantes em virtude dos dispêndios necessários para prestação dos serviços essenciais para a continuidades das atividades de cada Regional. O importe de recursos orçamentários considerados de maior vulto são os destinados à manutenção do local da Sede da PRT e PTMs. Algumas aquisições de imóveis e a continuidade da construção da PRT 10ª Região – Brasília demandam serviços adicionais com pequenas obras e aquisição de equipamentos e mobiliários em geral.

Valores Empenhados. Tamanho do círculo definido na escala 1:30 do total empenhado pela PGT. Elaborado no QGIS 2.12.

2020. Isso indica que os dispêndios financeiros no ano representam, cada vez mais, as despesas daquele exercício financeiro e não pagamento de compromissos de anos anteriores assinalando uma gestão orçamentária e financeira mais sustentável.

No exercício de 2020, diante do cenário orçamentário restrito imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016, foram priorizadas as despesas de investimentos em fase adiantada de execução. Com isso, a maioria das construções foram finalizadas e não foi iniciada nenhuma outra. Na PRT 10ª Região – Brasília a obra foi retomada em 2020 em decorrência da inclusão de recursos orçamentários na LOA 2020. Além disso, como prioridade, em decorrência de posição estratégica da Administração do MPT, foram destinados recursos para aquisições de algumas Sedes de PTMs, conforme demonstrado na planilha ao lado.

3.6.9.5 PERSPECTIVAS, DIFICULDADES E DESAFIOS NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Com o atual cenário político e econômico do país, um dos desafios a serem auferidos pelo MPT consiste em desenvolver conduta consciente na execução dos recursos orçamentários, prezando pelo alcance de resultados com economicidade e buscando atingir tudo aquilo que foi planejado e que este tenha sido o suficiente para a consecução das atividades a serem desenvolvidas pelo Órgão.

Entre as ações relevantes a serem implementadas para dar continuidade às atividades precípuas do MPT, compõem-se na continuidade de racionalização dos recursos do Órgão, utilizando os melhores processos estratégicos institucionais, com eficiência e efetividade de ações e modernização de gestão e suporte.

Dificuldades da Gestão Orçamentária em 2020
Quadro reduzido de servidores nas áreas de administração, planejamento e orçamento; Gestão do planejamento orçamentário e financeiro diante dos limites impostos pela Emenda nº 95/2016, o que impacta nas metas finalísticas e administrativas.

Desafios da Gestão Orçamentária
Aprimorar a qualidade e a transparência dos gastos públicos no âmbito do MPT; Alinhar a execução orçamentária com a atuação finalística do Ministério Público do Trabalho e com uma gestão financeira voltada para resultados; Manter em bom funcionamento da estrutura do Ministério Público do Trabalho, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras; Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Ações futuras na Gestão Orçamentária

Garantir a inovação e eficiência dos produtos e serviços de Tecnologia de Informação criando soluções ainda mais eficientes na área de orçamento e finanças;
Otimizar a gestão orçamentária e financeira, assegurando a execução da estratégia;
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira, buscando integração entre planejamento, orçamento e execução, em uma visão sistêmica, com foco na transparência, na eficiência e na eficácia da aplicação dos recursos.

3.7 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.7.1 CONFORMIDADE LEGAL

Em relação à conformidade legal, o MPT observa os normativos que regem as aquisições de bens e serviços no âmbito da Administração Pública, especialmente o previsto nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, sem prejuízo de cumprimento dos demais atos, conforme adiante mencionado.

A seguir, de forma não exaustiva, estão listados os principais normativos que regem as aquisições de bens e serviço no âmbito do MPT:

- Lei nº 8.666/1993;
- Lei nº 10.520/2002;
- Lei Complementar nº 123/2006
- Lei nº 4.320/1964;
- Decreto Lei nº 200/1967;
- Decreto nº 7892/2013;
- Decreto 93.872/1986;
- Decreto nº 3.555/2000;
- Decreto nº 5.450/2005;
- Determinações e Orientações do Controle Interno, Controle Externo e do Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

GRÁFICO 46 LICITAÇÕES PROCESSADAS POR MEIO DO SRP

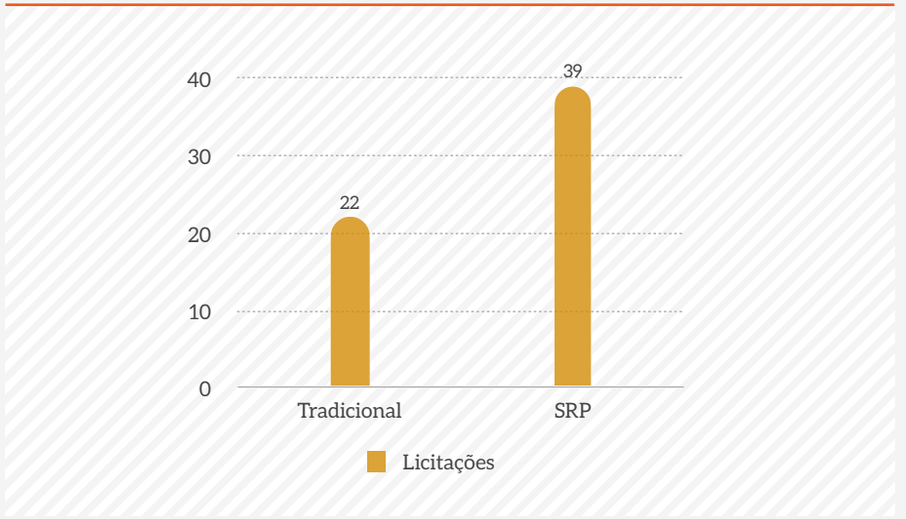


GRÁFICO 47 LICITAÇÕES CONCLUÍDAS

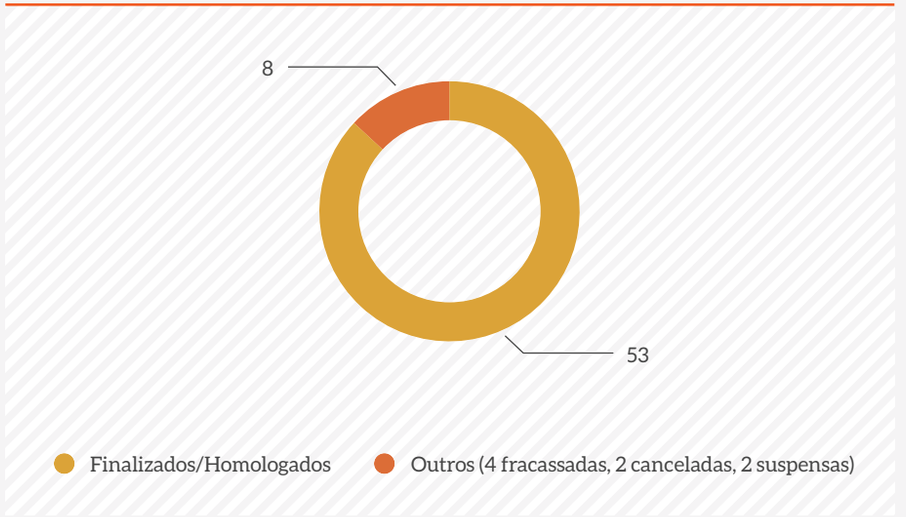


GRÁFICO 49 ECONOMIA OBTIDA

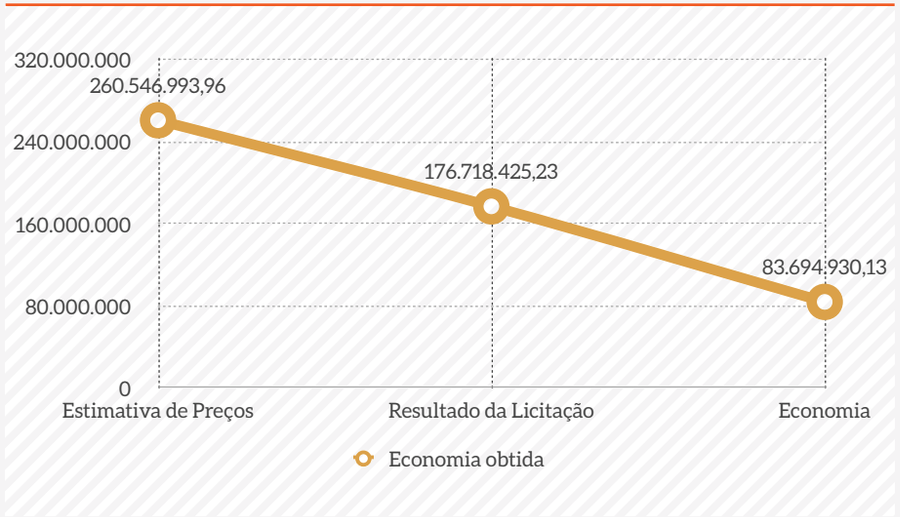
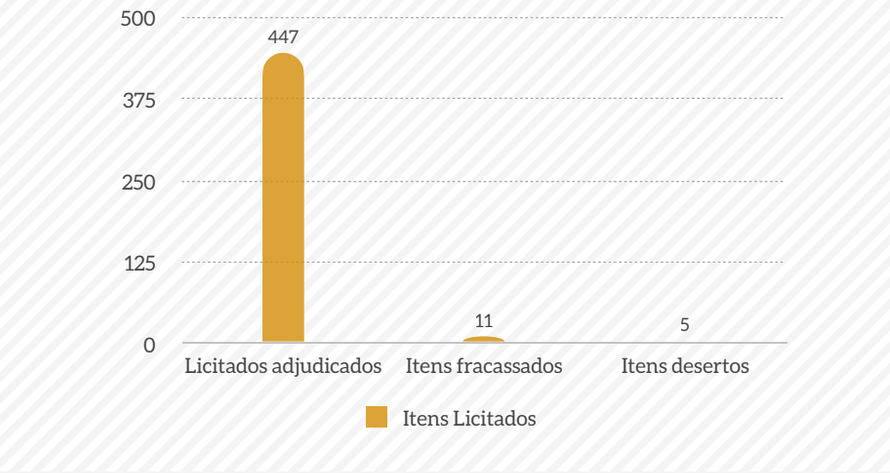


GRÁFICO 48 ITENS LICITADOS



Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

No ano de 2020, foram deflagradas 61 licitações, todas na modalidade Pregão Eletrônico (aquisição de bens e serviços comuns). Desse conjunto, 39 licitações foram processadas por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), como preceitua o art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, em conformidade com o Decreto nº 7.892/2013. Dentre estas, destacam-se as aquisições compartilhadas com MPF, MPM, MPDFT, CNMP e ESMPU para fornecimento de veículos, estações de trabalho, monitores, mobiliário e uniformes sociais. Apenas quatro licitações resultaram em fracassadas, duas foram canceladas e duas foram suspensas durante a instrução processual, como pode ser evidenciado pelos gráficos demonstrativos a seguir:

Foram plenamente satisfeitos os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, pilares inafastáveis das aquisições públicas, porquanto partindo do somatório de todas as estimativas de preço máximo admitido, no total de R$ 260.546.993,96, e finalizando com o resultado das licitações em R$ 176.718.425,23, obteve-se uma economia aos cofres públicos na ordem de R$ 83.694.930,13.

As informações detalhadas das contratações estão disponíveis no Portal da Transparência do MPT, por meio do link: https://mpt.mp.br/MPTransparencia/.

3.7.1.1 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

As contratações mais relevantes não são, forçosamente, as contratações de maior vulto econômico, porquanto cada objeto contratado detém uma importância ímpar para a Instituição, indispensável para suprir determinada necessidade, seja ela pontual ou mesmo vital para o correto funcionamento do Órgão, independentemente do seu valor total.

Vale dizer, partindo da concepção de que o Órgão é um sistema, um organismo, que cada microprocesso envolvido nessa estrutura integra um ciclo regular de funcionamento e de inter-relacionamento, de forma que até mesmo pequenas contratações são fundamentais para o desenvolvimento das atividades atribuídas a esse centro de competência.

No entanto, para sistematizar o relatório de desempenho do exercício de 2020, foram relacionadas as 55 contratações na tabela descritiva a seguir, com a indicação do segmento administrativo demandante do objeto e o valor total contratado: mais relevantes do MPT.

TABELA 41 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CT	CONTRATADA	OBJETO	SEGMENTO REQUISITANTE	VALOR TOTAL
04/2020	AMÉRICA TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E ELETROELETRÔNICOS	Prestação de serviços de suporte técnico especializado e manutenção; e serviços de reposição de peças para equipamentos de armazenamento de dados (storage) IBM/LENOVO Storwize v3700	DTI	R$ 650.099,52
05/2020	JME SERVIÇOS INTEGRADOS E EQUIPAMENTOS EIRELI	Prestação de serviços técnicos de operação e manutenção em mídias audiovisuais (dois postos de trabalhos residentes), além de registro de 3.200 horas para as referidas atividades, sob demanda, e de 318 horas de manutenção técnica, igualmente sob demanda	DTI	R$ 368.595,48
08/2020	SET PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.	Serviços de telejornalismo para a produção de conteúdo destinado à divulgação da atuação institucional e de temas de interesse do Ministério Público do Trabalho	Ascom	288.000,00
15/2020	AMÉRICA TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E ELETROELETRÔNICOS	Prestação de serviços de suporte técnico especializado e manutenção; e serviços de reposição de peças para equipamentos de armazenamento de dados (storage) IBM/LENOVO Storwize v3700	DTI	R$ 712.011,36

TABELA 41 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CT	CONTRATADA	OBJETO	SEGMENTO REQUISITANTE	VALOR TOTAL
19/2020	FCA – FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.	Fornecimento de veículos operacionais institucionais, para atender à demanda de transporte especializado de membros, servidores e cargas leves, em especial para as operações finalísticas, entre outras atividades demandadas de suporte ao Ministério Público do Trabalho, de acordo com as especificações e condições descritas no Edital e em seus anexos	GSI	R$ 3.285.206,10
20/2020	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.	Fornecimento de veículos operacionais institucionais, para atender à demanda de transporte especializado de membros, servidores e cargas leves, em especial para as operações finalísticas, entre outras atividades demandadas de suporte ao Ministério Público do Trabalho	GSI	R$ 1.230.000,00
21/2020	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.	Fornecimento de itens de solução de backup, incluindo garantia e suporte técnico pelo período de 60 meses para os equipamentos, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas em Contrato e no Termo de Referência	DTI	R$ 1.899.000,00

TABELA 41 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CT	CONTRATADA	OBJETO	SEGMENTO REQUISITANTE	VALOR TOTAL
25/2020	COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA.	Fornecimento de Sistema de Armazenamento de Dados (Storage) do tipo "Híbrido" com capacidade "bruta" mínima instalada de 234,8 TB, assim como serviços de instalação, configuração, transferência de conhecimento, suporte técnico on-site e garantia estendida de no mínimo 60 (sessenta) meses	DTI	R$ 735.897,00
26/2020	FCA – FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.	Fornecimento de veículos operacionais institucionais, para atender à demanda de transporte especializado de membros, servidores e cargas leves, em especial para as operações finalísticas entre outras atividades demandadas de suporte ao Ministério Público do Trabalho	GSI	R$ 4.380.274,80
34/2020	REDISUL INFORMÁTICA LTDA.	Fornecimento de ativos de rede, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho e demais órgãos participantes, de acordo com as especificações, quantidades e condições do Edital e seus anexos	DTI	R$ 3.608.361,00

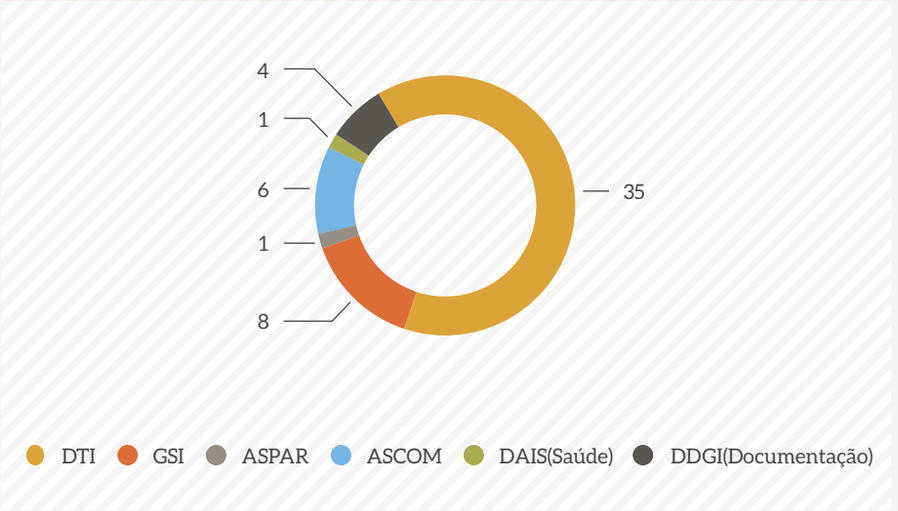
TABELA 41 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CT	CONTRATADA	OBJETO	SEGMENTO REQUISITANTE	VALOR TOTAL
36/2020	TORINO INFORMÁTICA LTDA.	Fornecimento de estações de trabalho e monitores, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho e dos demais órgãos participantes, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições do Termo de Referência e seus anexos	DTI	R$ 6.222.300,00
38/2020	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.	Fornecimento de 24 veículos operacionais institucionais, da marca e modelo Spin 1.8SPE Premir (R7F), na cor branca, para atender às demandas de transporte do Ministério Público do Trabalho	GSI	R$ 1.980.000,00
40/2020	TORINO INFORMÁTICA LTDA.	Fornecimento de monitores, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho e demais órgãos participantes	DTI	R$ 1.213.470,00

TABELA 41 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CT	CONTRATADA	OBJETO	SEGMENTO REQUISITANTE	VALOR TOTAL
45/2020	TORINO INFORMÁTICA LTDA.	Fornecimento de estações de trabalho, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho e demais órgãos participantes	DTI	R$ 2.867.480,00
47/2020	INGRAM MICRO BRASIL LTDA.	Fornecimento de subscrições de suporte técnico e atualização de versões para ferramentas VMware, via registro de preços, para atender às necessidades da Procuradoria-Geral do Trabalho	DTI	R$ 373.880,00
56/2020	PRO-SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA.-EPP	Contratação de empresa especializada no fornecimento de subscrições da suíte de ferramentas AutoDESK Architecture, Engineering & Construction Collection, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições estipuladas no contrato	DTI	R$ 564.300,00

GRÁFICO 50 CONTRATO CELEBRADOS POR SETORES INTERNOS DA PGT



3.7.1.2 CONTRATAÇÕES DIRETAS: PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO, PRINCIPAIS TIPOS E JUSTIFICATIVAS PARA SUA REALIZAÇÃO

A licitação é inexigível quando inviável a competição. É o que preceitua o art. 25 da Lei nº 8.666/1993, exemplificando, de forma não exaustiva, algumas hipóteses de inexigibilidade.

Durante o ano de 2020, foram instruídos 53 processos de contratação por inexigibilidade:

A maior parte desses processos é referente à contratação de cursos de capacitação, com vistas ao aprimoramento de habilidades e ao desenvolvimento profissional, técnico e emocional dos servidores e membros que integram o Órgão.

Podem ser mencionados, ainda, outros tipos de aquisições realizadas por meio desse procedimento, tais como: I) parte das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação; II) a assinatura de periódicos; e III) o pagamento de contas de luz, água, taxas condominiais, impostos e outras despesas dessa natureza, em especial quando envolvem prestadores ou distribuidores que detêm exclusividade e/ou monopólio daquela atividade no respectivo segmento mercado.

Por sua vez, a dispensa de licitação é caracterizada pela circunstância de que, em tese, o procedimento licitatório poderia ser realizado regularmente, mas o legislador decidiu pela sua não obrigatoriedade em determinados casos excepcionais e taxativos, dadas as suas particularidades. As hipóteses de licitação

GRÁFICO 51 LICITAÇÕES INEXIGÍVEIS

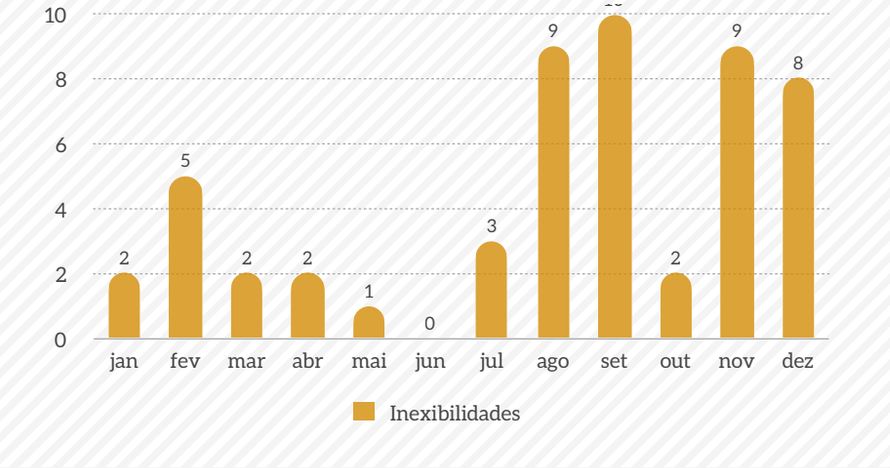
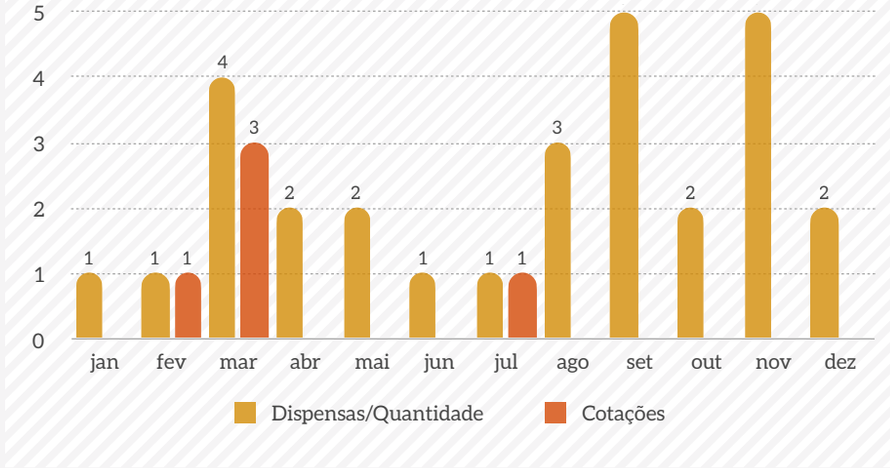


GRÁFICO 52 DISPENSAS DE LICITAÇÕES



dispensável foram inseridas, de forma exaustiva, no art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

A cotação eletrônica, ao seu turno, nada mais é que uma forma de processamento dessa dispensa de licitação para compra de bens de pequeno valor, com fundamento no inciso II do aludido artigo, permitindo que ocorra uma pequena disputa em uma sessão pública virtual e, com isso, obtenha-se a redução de custos mediante o aumento da competitividade e a ampliação da transparência dessas aquisições, na forma regulamentada pela Portaria nº 306/2001 do MPOG.

No ano de 2020, foram realizadas 34 dispensas de licitação com fundamento no art. 24 da Lei nº 8.666/1993, sendo, dessas, cinco cotações eletrônicas:

Em suma, as dispensas de licitação adstringem-se às aquisições de bens e serviços de reduzidíssimo valor, para suprir necessidades de pouca criticidade, não sendo mesmo recomendável a deflagração de um custoso e demorado processo de licitação. A título exemplificativo, podem ser mencionados a aquisição de materiais de expediente, de consumo e farmacológicos e os serviços de transporte eventuais, de chaveiro e de manutenção corretiva de equipamentos, de seguro coletivo de estagiários, entre outros dessa mesma natureza, complexidade e valor.

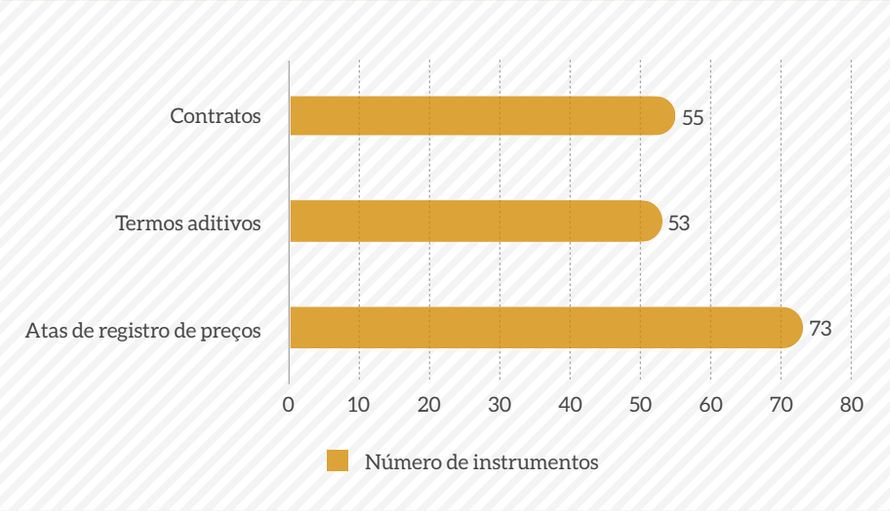
Em 2020, podemos destacar algumas contratações, por essa modalidade, de empresas especializadas no fornecimento de Equipamento de Proteção Individual, álcool em gel, termômetro, máscara, divisores de acrílico, totens de álcool em gel, visando à padronização, em âmbito nacional, dos materiais utilizados no combate à pandemia causada pela covid-19, conforme as novas necessidades identificadas durante o contexto de pandemia.

Ainda dentro dessa mesma categoria, eventualmente, a Administração Pública é compelida a promover a rescisão unilateral de alguns contratos administrativos e, por conseguinte, promover a contratação remanescente daqueles serviços imprescindíveis ao Órgão, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, observada a ordem final de classificação obtida na licitação e respeitadas as condições oferecidas pelo arrematante.

3.7.1.3 TOTAL DE CONTRATOS, ARP E TERMOS ADITIVOS

Por sua vez, no que tange à Seção de Gestão de Contratos, foram firmadas 73 Atas de Registro de Preços e celebrados 55 Termos de Contrato, afora as contratações nas quais o instrumento de contrato foi substituído por outros títulos idôneos, como a Nota de Empenho, em prestígio aos princípios da eficiência, da celeridade e da economicidade. Ainda, foram celebrados 53 Termos Aditivos, entre os quais 38 deles se referiam, além de outras alterações contratuais, às prorrogações de prazo de vigência, especialmente dos contratos cujos objetos são serviços continuados e essenciais ao Órgão, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e ainda 38 Termos de Apostilamento.

GRÁFICO 53 NÚMEROS DE INSTRUMENTOS



3.7.1.4 CONTRATOS TERCEIRIZADOS COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA

Esses serviços são contratados sob a modalidade da terceirização, haja vista a especialização dessas atividades e a indisponibilidade dessas categorias funcionais no quadro de servidores do Órgão. Atualmente, estão em vigor três contratos administrativos contemplando diversos serviços e categorias funcionais, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Nesse aspecto, registre-se que a Procuradoria-Geral do Trabalho avançou bastante na forma de gestão desse tipo de contrato de terceirização nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, excluindo a necessidade de reposição funcional no período de férias dos colaboradores, isto é, removendo a obrigação envio de uma cobertura para o posto durante o gozo de férias pelos empregados da contratada. Essa alteração foi promovida no ano de 2017 tanto nos contratos vigentes quanto nas licitações seguintes, mantida a mesma política em 2020.

A readequação logística interna, o remanejamento de postos e a reavaliação das necessidades em determinados períodos permitiu dispensar a exigência desses funcionários transitórios, em total observância aos princípios da eficiência e da economicidade.

Isso, por consequência, reduziu expressivamente o valor desses contratos, por meio do correspondente ajuste na planilha de composição de custos, totalizando uma economia percentual de aproximadamente 11,5% nos encargos sociais (que

TABELA 42 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM VIGOR 2020

Nº DO CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	QTD. POSTOS	VALOR DO POSTO (R$)	VALOR ANUAL DO CONTRATO (R$)
CT 16/2019	REAL JG	SUPERVISOR	1	6.306,53	1.743826,80
		SERVENTE	16	4.139,65	
		GARÇOM	9	4.682,57	
		SERV. COPEIRAGEM	8	3.829,33	
CT 18/2019	SERVISET	SUPERVISOR	1	5.385,67	2.233.079,53
		APOIO ADMINISTRATIVO	48	3.264,30	
		ALMOXARIFE	1	3.922,11	
		OFICIAL DE MANUTENÇÃO	1	3.681,28	
		CARREGADOR	5	3.282,87	
CT 05/2020	JME SERVIÇOS	OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL	2	8.279,64	368.595,48
		SERVIÇO SOB DEMANDA DE OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL	3.200 horas	12.579,20	
		SERVIÇO SOB DEMANDA DE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO ELETRÔNICA AUDIOVISUAL	318 horas	1.577,81	

giravam em torno de 70% e incidem sobre o salário dos empregados), acrescido de um mês completo de vale-alimentação e vale-transporte não mais pago à cobertura, no total aproximado de R$ 1.000,00 por ano, por posto de trabalho.

3.7.1.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A área de licitações e contratos, inevitavelmente, precisa se adaptar às mudanças sociais, econômicas e legislativas com frequência, alterando as rotinas, os procedimentos e o produto da atividade desenvolvida.

Nesse contexto, em 2020, considerando as medidas temporárias estabelecidas pela Portaria PGR/MPU nº 60, de 12 de março de 2020, na prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (covid-19), classificado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), os servidores desenvolveram suas atividades em regime de teletrabalho, atingindo as metas estabelecidas, sob orientação e acompanhamento da Chefia do Departamento, observada a legislação vigente das contratações públicas.

Para o ano de 2021, a Procuradoria-Geral do Trabalho precisa lidar com, além das medidas sanitárias para prevenção da propagação do vírus no ambiente de trabalho, especialmente, o contingenciamento orçamentário e a necessária redução das despesas públicas, e com outras tantas mudanças e evoluções de comportamento organizacional esperadas pela sociedade. Dessa forma, os principais desafios e ações podem assim serem resumidos:

3.7.1.6 PRINCIPAIS DESAFIOS

a) Identificar os riscos no processo de contratação de bens e serviços, mapeando suas causas, efeitos e possíveis ações de controle, a fim de garantir a observância do ordenamento jurídico, das normas internas, possibilitando deslocar o foco de controle dos aspectos formais e legais para uma atuação preventiva e proativa da gestão;

b) Qualificar a equipe técnica, pois se trata de atividade extremamente regulada, devendo-se observar: I) o ordenamento jurídico (leis, portarias, decretos e instruções normativas); II) decisões e orientações dos órgãos de controle interno e externo, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; e III) normas internas;

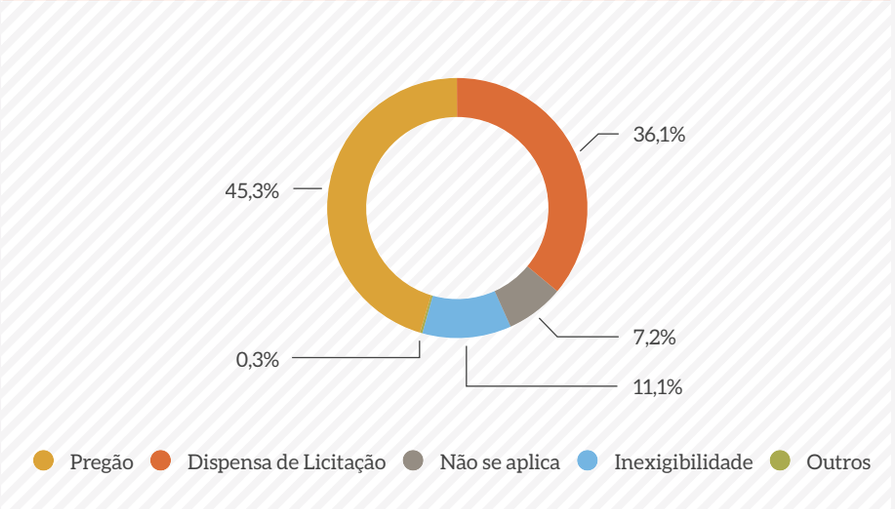
c) Promover a inovação e utilização de tecnologias que visem à otimização das atividades desenvolvidas, sempre observando os princípios que regem a ação do gestor público;

d) Contribuir para o aperfeiçoamento da fase interna da licitação, para a escolha do fornecimento e a gestão contratual, tendo em vista que as falhas de planejamento serão mostradas, indiscutivelmente, na fase externa e na gestão contratual.

3.7.1.7 AÇÕES FUTURAS

a) Envidar esforços perante a cúpula da Administração para se definir estratégias políticas e processos de aquisição a fim de possibilitar a alocação de mão de obra de forma mais racional, além do estabelecimento de cronograma de aquisições;

GRÁFICO 54 GASTO POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO



b) Formalizar os processos de trabalho, viabilizando a definição de rotinas preestabelecidas, por meio de manuais de procedimento, assim como a atualização daqueles já existentes;

c) Estabelecer minutas padrão para editais e contratos, contemplando as ações da administração para mitigar os riscos identificados;

d) Promover maior interação entre os responsáveis pela elaboração de termos de referência e os demais atores que compõem o processo de aquisição (Assessoria Jurídica, Pesquisa de Preço, Elaboração de Edital e Contratação), pois as falhas no referido documento se mostram na execução do contrato e, na maioria das vezes, reduzem e/ou impedem o atingimento do objetivo da Administração Pública com determinada aquisição.

3.7.1.8 GASTOS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO E TIPOS DE EMPENHO POR MODALIDADES

Na análise da gestão dos contratos optou-se por analisar os gastos das despesas primárias discricionárias empenhadas. Tal fato se justifica, pois o processo licitatório não se aplica à maioria das despesas primárias obrigatórias.

O pregão é o principal meio de contratação das despesas discricionárias do MPT. Essa modalidade é destinada à aquisição de bens e de serviços comuns para a Administração Pública. Correspondeu a R$ 102.989.779,15 empenhados pelo MPT, e em sua maioria os recursos foram destinados à manutenção básica, aquisição de

TABELA 43 FUNDAMENTOS – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 24 – Inciso X – Compra ou locação de imóvel	58,4 Mi (71,1%)
Art. 24 – Inciso XXII – Fornecimento de Energia Elétrica	4,7 Mi (5,8%)
Art. 24 – Inciso XI – Remanescente de obra ou serviço	6,4Mi (7,8%)
Art. 24 – Inciso II – Baixo valor	4,4 Mi (5,2%)
Outros	8,1 Mi (8,7%)
Fonte: Tesouro gerencial	

bens e serviços de informática e passagens aéreas.

Por sua vez, 36% das despesas discricionárias do MPT foram realizadas por meio de dispensa de licitação. A maioria ocorreu devido ao pagamento de aluguel dos edifícios-sede do MPT e serviços de manutenção básica com obra e/ou serviços e fornecimento de energia elétrica.

Ademais, as contratações realizadas onde "não se aplica" licitação (7%) se referem, principalmente, ao pagamento de auxílio-moradia, ajuda de custo, diárias e estagiários.

3.8 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

3.8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

O controle e a gestão da frota são realizados por servidores da área de Segurança Institucional de cada unidade do MPT, os quais possuem, entre outras, as atribuições específicas de controlar, manter e fiscalizar a frota pertencente à Regional.

Algumas unidades, dependendo da quantidade de veículos e da demanda, dispõem ainda de contratos administrativos, celebrados com empresas especializadas na prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de administração e gerenciamento de despesas de abastecimento, de manutenção de frota.

No âmbito do MPT, as Legislações Federais que regem a constituição e a forma de utilização da frota de veículos são as Leis nº 9.503/1997, nº 9.327/1996 e o Decreto nº 9.287/2018. Internamente, os normativos que o regulamentam são a Portaria PGR/MPU nº 70/2015 e a Portaria MPT nº 672/2012.

O disposto na Portaria PGR/MPU nº 70, que regulamenta a aquisição e a utilização dos veículos oficiais no âmbito do Ministério Público da União (MPU), em seu art. 3º, §§ 2º e 3º, relaciona os critérios para ampliação e renovação da frota:

- composição e qualidade da frota atual;
- necessidade de serviço;
- compatibilidade do dispêndio com o planejamento estratégico institucional;
- dotação orçamentária disponível;
- condições e custos de utilização e manutenção da frota;
- avanços tecnológicos;
- segurança dos usuários;
- uso prolongado, desgaste prematuro ou manutenção onerosa da frota;
- quilometragem média da frota e quilometragem aferida no momento da proposta da renovação;
- sinistro com perda total;
- histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, com brevidade, percentual antieconômico.

A classificação dos veículos está prevista no anexo da portaria:

A Portaria MPT nº 672/2012 regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, a destinação, o enquadramento, o uso, o controle, a manutenção, a guarda e a conservação de veículos oficiais.

Os veículos oficiais são utilizados pelos usuários no estrito cumprimento do dever funcional. No âmbito do MPT, o público-alvo dos atendimentos são os membros, servidores e funcionários terceirizados, para a realização de diligências, inspeções, participação em audiências judiciais e outros eventos que exigem a presença de membros do Ministério Público, além de atividades administrativas referentes à entrega de documentos e materiais.

Os principais desafios são o controle das manutenções dos veículos e a preservação dos bens públicos, o que ocasiona mais tecnologia inovadora, capaz de diminuir os riscos inerentes ao investimento dos veículos, e assim aumentar a produtividade e a eficiência.

Em relação ao exercício de 2020, comparado ao exercício anterior, registra-se que houve acréscimo patrimonial, uma vez que foram adquiridos 26 de veículos novos. A frota atual conta hoje com 464 veículos, sendo assim divididos:

Atento às medidas de restrições orçamentárias decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/2016, o MPT, no exercício de 2019, limitou gastos e investimentos públicos com veículos. Dessa forma a manutenção e a conservação de veículos e combustíveis de sua frota representaram em custos individuais o valor médio de R$ 3.477,01 em relação ao valor total despendido de R$ 1.522.931,95.

A política de tratamento dos veículos inservíveis no âmbito do MPT segue o disposto no art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 70/2015, de 29 de setembro de 2015:

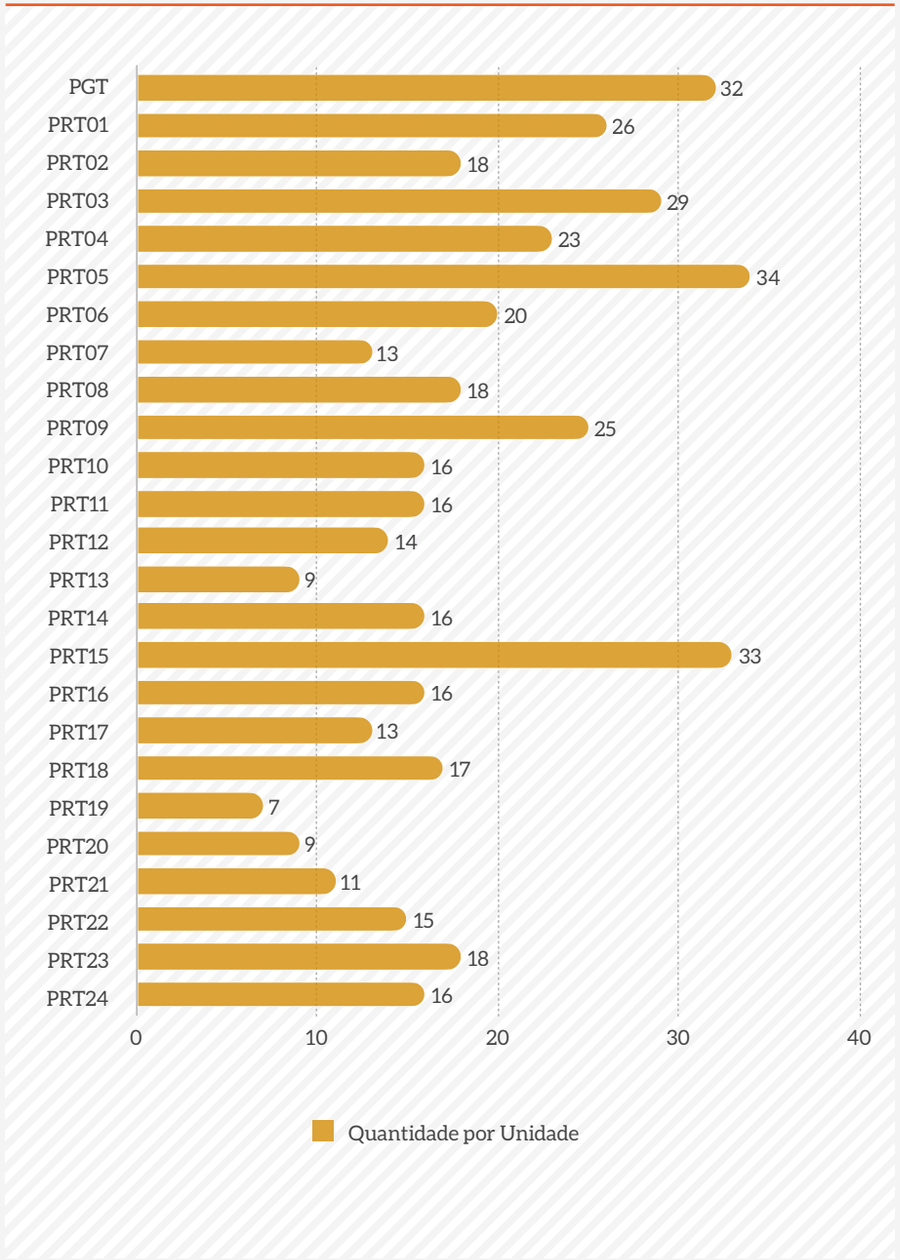
TABELA 44 CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DE ACORDO COM ANEXO DA PORTARIA PGR/MPU Nº 70

TIPO	USUÁRIO	ENQUADRAMENTO	FINALIDADE
Representação I	Procurador-geral da República	Automóvel do tipo sedan grande, com motor de potência robusta. Cor preta e placa de bronze nas cores verde e amarela.	Transporte de autoridade. Uso urbano.
Representação II	Procurador-geral do Trabalho; corregedor-geral; ouvidores-gerais, subprocuradores-gerais e cargos de natureza especial	Automóvel do tipo sedam médio, com motor de potência robusta. Cor preta e placa de bronze ou duralumínio, de fundo preto, com a numeração central e abaixo o cargo da autoridade usuária.	Transporte de autoridades. Uso urbano.
Especial I	Membros do MPU e diretores-gerais	Automóvel do tipo sedam médio, com motor de potência robusta. Cor preta, placa de fundo branco ou preto, com a numeração sequencial central e abaixo a sigla do órgão.	Transporte de autoridades. Uso urbano.
Especial II	Membros do MPU	Automóvel do tio caminhoneta SUV, com motor de potência condizente com o serviço a realizar. Cor preta, placa de fundo branco ou preto, com a numeração sequencial central e abaixo a sigla do órgão.	Transporte de autoridade. Uso urbano.
Serviço I	Membros do MPU e servidores	Automóvel do tipo caminhoneta SUV, caminhonete ou sedam com motor de potência condizente com a atividade de segurança, sem especificação de cor. Com placa de fundo branco, numeração sequencial central e abaixo a sigla do órgão, com opção de placa vinculada.	Transporte de autoridades e servidores, exclusivo em missões de segurança, previamente autorizadas pelo secretário-geral ou pelo diretor-geral. Uso urbano.
Serviço II	Servidores	Automóvel do tipo Perua ou hatch, condizente com o serviço a realizar. Cor branca e placa de fundo branco.	Transporte de servidores, documentos, processos, material de expediente e de consumo. Uso urbano

TABELA 44 CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DE ACORDO COM ANEXO DA PORTARIA PGR/MPU Nº 70

TIPO	USUÁRIO	ENQUADRAMENTO	FINALIDADE
Serviço III	Servidores	Automóvel do tipo utilitário leve, com caçamba aberta ou fechada, para acomodação de carga ou automóvel furgão, com caçamba fechada. Motor de potência condizente com o serviço a realizar, cor branca e placa de fundo branco.	Transporte de servidores e de carga. Uso urbano e rural.
Serviço IV	Servidores	Automóvel do tipo pesado, com motor de potência condizente com o serviço a realizar, tração 4x2 OU 4x4, de 3 a 7 passageiros. Cabine simples ou dupla, carroceria ou baú. Cor branca e placa de fundo branco.	Transporte de servidores e de carga. Uso urbano e rural.
Serviço V	Membros do MPU e servidores	Automóvel com motor de potência condizente com o serviço a realizar, tração 4x2 ou 4x4, 5 passageiros. Cor branca ou preta e placa de fundo branco.	Transporte de autoridades, de servidores e de carga. Uso urbano e rural.
Serviço VI	Membros do MPU e servidores	Automóvel com motor de potência condizente com o serviço a realizar. Cor branca e placa de fundo branca. Até 16 lugares.	Transporte de autoridades e de servidores. Uso urbano.
Serviço médico	Membros do MPU e servidores	Automóvel do tipo Furgão, ambulância UTI móvel.	Transporte de autoridades e de servidores. Exclusivo para emergências médicas. Uso urbano.

GRÁFICO 55 FROTA DE VEÍCULOS DO MPT, EM 2019



Art. 5º O reaproveitamento de veículos oficiais deverá ocorrer, preferencialmente, entre os ramos do MPU, salvo quando considerados antieconômicos e irrecuperáveis, caso em que seu desfazimento se dará na forma prevista em regulamento.

Dessa forma, no exercício de 2019, entre doações e cessões de uso, o MPT, no interesse público, atendeu às Polícias Estaduais, Federal e Rodoviária Federal, Exército, Institutos Federais de Educação, AGU e Corpo de Bombeiros estaduais, em 7,5% de sua frota de veículos, totalizando 36 unidades.

No âmbito do Ministério Público do Trabalho não há previsão normativa para a locação de veículo para executar missão institucional. Todos os veículos são próprios, não se adotando a locação de veículos de terceiros em razão de existirem no quadro pessoal servidores concursados técnicos de Segurança Institucional com a atribuição de motorista.

3.8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

Seguem, de forma não exaustiva, os principais normativos que regem a Gestão do Patrimônio Imobiliário no âmbito do MPT, conforme enumerados.

No processo de locação, aquisição ou construção, condicionam o gestor os seguintes atos normativos:

- Portaria SOF nº 11, de 12 de fevereiro de 2014;
- Portaria SOF nº 14, de 19 de fevereiro de 2014;
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006;
- Leis Orçamentárias (Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais).

Ademais, no processo de locação, aquisição ou mudanças de layout/reformas, são condicionantes os seguintes atos normativos:

- Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Lei Federal nº 8.245, de 18 outubro de 1991;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Resolução nº 81/2012, de 31 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- NBR nº 9050/2015;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, publicada pelo Ministério

do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Nota Orientativa nº 1, de 6 de outubro de 2004, publicada pela Audin;
- Nota Técnica nº 2, de 2014, publicada pela Coordenação de Arquitetura e Engenharia da PGT (CAE);
- Portaria PGT nº 607, de 18 de dezembro de 2009;
- Portaria PGT nº 608, de 18 de dezembro de 2009;
- Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, ambas do Ministério da Economia;
- Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional de setembro de 2020.

3.8.2.1 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

No ano de 2020 houve aquisição de novos imóveis, diante da recomposição dos recursos do auxílio-moradia, conforme determinação do TCU, considerando a revisão do cálculo dos limites do MPU impostos pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

Além disso, foram priorizadas as despesas de investimentos em fase adiantada de execução, e houve a destinação para obra de reforma da nova sede da PRT 22 na cidade de Teresina, adquirida em exercício anterior.

Já com relação à PRT 10, a obra foi retomada com a destinação de recursos para o exercício de 2020. Dessa forma, considerando a avaliação do projeto da obra e, consequentemente, a execução de projetos de reforço da estrutura foi possível, também utilizar recursos para a finalização da obra no exercício de 2021.

Tendo em vista a política instituída pela Administração Superior, intitulada de "Locação Zero", e os recursos oriundos da recomposição orçamento do MPT, foi possível realizar diversos chamamentos públicos com o objetivo de prospectar imóveis aptos a abrigar as unidades regionais do MPT.

Dessa forma, foram adquiridas as seguintes unidades no MPT conforme a tabela a seguir.

TABELA 45 UNIDADES ADQUIRIDAS EM 2020

NÚMERO	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNÍCIPIO	INVESTIMENTO
1	BLUMENAU-SC	4.650.000
2	CARUARU-PE	2.000.000
3	GUARULHOS-SP	4.208.000
4	IMPERATRIZ-MA	2.400.000
5	RONDONÓPOLIS-MT	2.250.000
6	RIO VERDE-GO	1.440.000
7	ARAÇATUBA-SP	2.800.000
8	SOROCABA-SP	1.800.000
9	PALMAS-TO	5.022.000
10	CORONEL FABRICIANO-MG	980.000
11	SANTA MARIA-RS	5.496.000
12	VARGINHA-MG	2.190.000
13	MONTES CLAROS	1.650.000
14	ANÁPOLIS-GO	2.797.760
15	ARAQUARA-SP	4.400.000
16	JUIZ DE FORA-MG	4.900.000
17	CABO FRIO-RJ	3.262.000
	Total Geral	**52.245.760**

3.8.2.2 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, IMÓVEIS PRÓPRIOS, DESFAZIMENTO DE IMÓVEIS, CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO

Atualmente, o MPT dispõe de 117 imóveis próprios, 7 cedidos e 32 imóveis alugados (alguns imóveis adquiridos estão em processo de adaptação de reforma). Do total de unidades próprias (117), 107 são imóveis edificados e 10 terrenos. Do total de imóveis edificados (107), 87 estão ocupados e 7 estão desocupados, pois algumas unidades foram temporariamente desativadas e os demais estão em processo de reforma para abrigar as unidades do MPT. O total pago em aluguéis em 2020 foi da ordem de R$ 26,5 milhões.

Considerando o interesse de dotar as unidades do MPT, em âmbito nacional, de sedes adequadas às necessidades estruturantes e para atendimento da sociedade, e considerando a política "Locação Zero", que prevê a redução de despesas com locação, foram elaborados Projetos Básicos de chamamento público com o intuito de adquirir sedes nessas localidades.

Nesse sentido, no exercício, foi possível realizar a aquisição de 17 imóveis com condições de abrigar as unidades do MPT, seja com benfeitorias ou adaptação posteriores ao processo de compra.

3.8.2.3 MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES

Em 2020, foram realizadas seis mudanças com desmobilizações em todo o MPT, conforme apresentado a seguir:

TABELA 46 MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES NO MPT

UNIDADE REGIONAL	ENDEREÇO
PRT 08ª/PTM de Marabá	Av. Espírito Santo, 298-B – Amapá, Marabá – PA, 68507-670
PRT 16ª/PTM de Imperatriz	Rua Pernambuco, 545 – Juçara – Ed. RD Xavier – 4º Andar – CEP 65900-500 – Juçara, Imperatriz – MA
PRT 04ª/PTM de Uruguaiana	R. Gen. Bento Martins, 2521 – Centro, Uruguaiana – RS, 97501-546
PRT18/PTM de Anápolis	R. Eng. Portela, 634 – 2º andar – St. Central, Anápolis – GO, 75023-085
PRT10/PTM de Palmas	Acso 01 (103 sul), Av. Lo 01, Conj. 04, Lote 08, Palmas/TO.
PRT17/PTM de Cachoeiro de Itapemirim	Avenida Francisco Lacerda de Aguiar, 305, bairro Amarelo, Cachoeiro de Itapemirim/ ES, CEP 29304-623

TABELA 47 SEDES ALUGADAS – MPT

ORD.	UNIDADE	VALOR DO ALUGUEL	PESO EM RELAÇÃO AO TOTAL
1	PGT – Brasília-DF	R$ 1.168.000,00	55,03%
2	PRT 15ª – Campinas-SP	R$ 411.954,75	19,41%
3	PRT 4ª – Porto Alegre-RS	R$ 98.525,38	4,64%
4	PRT 16ª – São Luís-MA	R$ 69.000,00	3,25%
5	PTM 4ª – Pelotas-RS	R$ 30.868,32	1,45%
6	PTM 4ª – Passo Fundo-RS	R$ 24.841,52	1,17%
7	PTM 4ª – Santa Maria-RS	R$ 23.639,79	1,11%
8	PTM 15º – São José dos Campos-SP	R$ 21.898,93	1,03%
9	PTM 2ª – Guarulhos-SP	R$ 20.863,00	0,98%
10	PTM 10ª – Palmas-TO	R$ 17.229,38	0,81%
11	PTM 15ª – Bauru-SP	R$ 16.404,13	0,77%
12	PTM 15ª- Presidente Prudente-SP	R$ 16.134,09	0,76%
13	PTM 8ª Marabá-PA	R$ 14.771,03	0,70%
14	PTM 18ª Rio Verde-GO	R$ 14.327,88	0,68%

TABELA 47 SEDES ALUGADAS – MPT

ORD.	UNIDADE	VALOR DO ALUGUEL	PESO EM RELAÇÃO AO TOTAL
15	PTM 4ª – Santa Cruz do Sul-RS	R$ 13.968,97	0,66%
16	PTM 15ª Araraquara-SP	R$ 13.952,00	0,66%
17	PTM 15ª Sorocaba-SP	R$ 13.537,81	0,64%
18	PTM 17ª Cachoeiro de Itapemirim-ES	R$ 11.915,11	0,56%
19	PTM 4ª – Santo Ângelo-RS	R$ 10.500,00	0,49%
20	PTM 03ª – Governador Valadares-MG	R$ 10.424,26	0,49%
21	PTM 3ª – Varginha-MG	R$ 10.109,07	0,48%
22	PTM 21ª – Mossoró-RN	R$ 10.000,00	0,47%
23	PTM 16ª – Imperatriz-MA	R$ 9.836,00	0,46%
24	PTM 03ª – Montes Claros-MG	R$ 8.136,86	0,38%
25	PTM 15ª – Araçatuba-SP	R$ 7.555,37	0,36%
26	PTM 03ª – Patos de Minas-MG	R$ 7.086,27	0,33%
27	PTM 23ª – Rondonópolis-MT	R$ 6.841,00	0,32%
28	PTM 06ª – Caruaru-PE	R$ 6.564,50	0,31%
29	PTM 1ª – Cabo Frio-RJ	R$ 6.158,38	0,29%
30	PTM 17ª – Colatina-ES	R$ 6.045,94	0,28%
31	PTM 03ª – Teófilo Otoni-MG	R$ 5.023,93	0,24%
32	PTM 03ª – Coronel Fabriciano-MG	R$ 4.112,58	0,19%
33	PTM 19ª – Maceió-AL	R$ 3.591,63	0,17%
34	PTM 21ª – Caicó-RN	R$ 3.291,17	0,16%
35	PTM 4ª – Uruguaiana-RS	R$ 3.089,75	0,15%
36	PRT 20ª – Aracaju-SE	R$ 2.423,25	0,11%
38	PTM 12ª – Blumenau-SC		0,00%
39	PTM 17ª – São Mateus-ES		0,00%
41	PRT 3ª – Juiz de Fora-MG		0,00%
42	PRT 9ª – Umuarama-PR		0,00%

TABELA 48 SEDES ALUGADAS – PROCESSOS DE AQUISIÇÃO, CESSÃO E PERMUTAS DO MPT

ORD.	UNIDADE	VALOR DO ALUGUEL	PESO EM RELAÇÃO AO TOTAL	VALOR DA AQUISIÇÃO
7	PTM 4ª – Santa Maria-RS	R$ 23.639,79	1,11%	R$ 5.496.000,00
9	PTM 2ª – Guarulhos-SP	R$ 20.863,00	0,98%	R$ 3.905.000,00
10	PTM 10ª – Palmas-TO	R$ 17.229,38	0,81%	R$ 5.022.000,00
14	PTM 18ª Rio Verde-GO	R$ 14.327,88	0,68%	R$ 1.440.000,00
16	PTM 15ª Araraquara-SP	R$ 13.952,00	0,66%	R$ 4.400.000,00
17	PTM 15ª Sorocaba-SP	R$ 13.537,81	0,64%	R$ 1.800.000,00
21	PTM 3ª – Varginha-MG	R$ 10.109,07	0,48%	R$ 2.190.000,00
23	PTM 16ª – Imperatriz-MA	R$ 9.836,00	0,46%	R$ 2.400.000,00
24	PTM 03ª – Montes Claros-MG	R$ 8.136,86	0,38%	R$ 1.650.000,00
25	PTM 15ª – Araçatuba-SP	R$ 7.555,37	0,36%	R$ 2.800.000,00
27	PTM 23ª – Rondonópolis – MT	R$ 6.841,00	0,32%	R$ 2.250.000,00
28	PTM 06ª – Caruaru-PE	R$ 6.564,50	0,31%	R$ 2.000.000,00
29	PTM 1ª – Cabo Frio-RJ	R$ 6.158,38	0,29%	R$ 3.262.000,00
32	PTM 03ª – Coronel Fabriciano-MG	R$ 4.112,58	0,19%	R$ 980.000,00
38	PTM 12ª – Blumenau-SC (COMODATO MPF) DESPESA COMPARTILHADA		0,00%	R$ 4.650.000,00
41	PRT 3ª – Juiz de Fora-MG (ACESSIBILIDADE —AÇÃO MPF)		0,00%	R$ 4.900.000,00
39	PTM 18ª -Anápolis-GO (COMODATO MPF) DESPESA COMPARTILHADA		0,00%	R$ 2.797.760,00
		TOTAL	7,67%	
	Economia Anual com Aluguel	R$ 3.833.184,72	INVESTIMENTOS	R$ 51.942.760,00

3.8.2.4 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS - 2020

Atualização cadastral do patrimônio imobiliário do MPT.

Conforme demanda da PGR, a Diretoria de Arquitetura e Engenharia (DAE), em levantamento realizado no exercício de 2019, solicitou auxílio na implantação de uma ferramenta de gestão de edificações disponível no Ministério Público Federal. O objetivo dessa medida é possibilitar a todos os usuários a consulta on-line da situação imobiliária do MPT, bem como auxiliar a área administrativa do Órgão na busca por informações dos imóveis.

Será possível visualizar a quantidade de imóveis próprios e alugados, a área de cada um, assim como a sua ocupação, equipamentos, contratos associados e condições de acessibilidade. Outros parâmetros serão implementados à medida que a ferramenta se consolide.

Programa "Locação Zero"

Com o objetivo de reduzir despesas de locação, tendo em vista a EC nº 95/2016 e a recomposição do auxílio-moradia, a DAE iniciou elaboração de Projeto Básicos para viabilizar a realização de processos de aquisição de imóveis.

Na estratégia para redução das despesas com aluguel, foi estipulado um ranking dos maiores aluguéis do Órgão. Nesse sentido, a aquisição ou construção de sedes para essas unidades terá como critérios de priorização o maior valor do aluguel e o menor valor aquisição.

No exercício de 2020, foi possível contemplar uma parcela significativa das unidades com contrato de locação, conforme demostrado na tabela ao lado:

3.8.2.5 INSTALAÇÕES FOTOVOLTAICAS

Com o objetivo de reduzir despesas com energia no MPT, os profissionais da DAE realizaram um estudo das contas de energia para viabilizar a instalação de painéis fotovoltaicos. Todavia, durante o processo, foram identificadas formas de contratação de energia que oneram a unidades do Órgão. Nesse sentido, as regionais receberão orientações para adequação de tarifa e, consequentemente, redução dos valores gastos com energia.

Foi instaurado PGEA para contratação de empresa para instalação de sistemas fotovoltaicos em unidades do Órgão previamente selecionadas, conforme estudo de viabilidade.

3.8.3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

3.8.3.1 CONFORMIDADE LEGAL

- Decreto Lei nº 200/1967;
- IN-205/1988-Sedap;
- Decreto nº 7.892/2013;
- Lei nº 8.666/1993;
- Lei nº 10.520/2002;
- Lei nº 4.320/1964;
- Decreto nº 5.450/2005;
- Decreto nº 9.373/2018;
- IN/DG/PGT nº 01/2014;
- IN/DA/PGT nº 03/2010;
- Portaria DA/PGT nº 157/2017;
- IN/CGU nº 04/2009;
- Pareceres e Orientações da Auditoria Interna do MPU (Audin-MPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

3.8.3.2 DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Tendo em vista problemas relacionados à covid-19, orientações no sentido de evitar aglomerações em lugares fechados, como os depósitos internos da PGT, acusa-se que não foram finalizados processos de desfazimento de bens durante o exercício de 2020. Em tempo, é frisado que o processo eletrônico, 20.02.0001.0009977/2020-96 encontra-se em fase final de instrução e somente será finalizado em 2021.

3.8.3.3 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Principais desafios

a) Adequação das ações às diretrizes de restrição orçamentária implementadas pelo Governo Federal;

b) Compatibilização da força de trabalho ao volume de atividades empreendidas;

c) Compatibilização dos mecanismos de gestão patrimonial às ferramentas disponibilizadas pelo novo sistema de gestão MPT-Cosmos;

d) Inclusão e conscientização dos usuários relativamente às diretrizes e responsabilidades inerentes à gestão patrimonial;

e) Redução dos valores comprometidos com locações, compartilhamento de espaços e redução das despesas de custeio partilhando despesas de caráter continuado;

f) Aprimoramento e modernização das ferramentas de gestão patrimonial, bem como de controle, monitoramento e execução das ações relacionadas ao tema.

Ações futuras

a) Aperfeiçoamento do sistema de gestão patrimonial MPT-Cosmos;

b) Aprimoramento das rotinas de gestão patrimonial;

c) Capacitação dos gestores;

d) Reformulação/atualização dos normativos internos;

e) Implementação de diretrizes relativas à centralização e ao compartilhamento de aquisições em âmbito nacional, com aperfeiçoamento de ações de racionalização dos recursos e governança das aquisições (Escritório de Planejamento das Aquisições), com a implementação do Plano Anual de Aquisições e Contratações no âmbito do Ministério Público do Trabalho;

f) Conclusão dos processos de permutas iniciados ou em estudo, de acordo com IN nº 3 da SPU, preferencialmente migrando para edificações modernas em que serviços de caráter permanente sejam compartilhados.

3.9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

- Resolução nº 102, de 23 de setembro de 2013, que disciplina, no âmbito do Ministério Público brasileiro, procedimentos relativos à contratação de soluções de Tecnologia da Informação, publicada no D.O.U, Seção 1, de 11/11/2013.
- Resolução nº 171, de 27 de junho de 2017, que institui a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público, publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, p. 13-22, de 20/7/2017.
- Portaria nº 1.418, de 19 de setembro de 2017, do procurador-geral do Trabalho, que institui o Sistema Integrado de Governança e Gestão Estratégica (Sigge) do Ministério Público do Trabalho, publicada no BS Especial 9-F 2017.
- Portaria nº 1.314, de 22 de agosto de 2017, do procurador-geral do Trabalho, que institui o Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho, publicada no BS Especial 8-J 2017.

TABELA 49 PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
PERSPECTIVA DO VALOR AO MPT	
OETI 1: Manter portfólio de sistemas e serviços orientados às necessidades institucionais.	Direcionar a estratégia da Tecnologia da Informação para a entrega de valor aos processos institucionais do MPT.
PERSPECTIVA CLIENTE INTERNO	
OETI 2: Desenvolver cultura de sistemas e serviços orientados à atividade institucional.	A Tecnologia da Informação deve ser vista pelos usuários e dirigentes como facilitadora de suas atividades funcionais e institucionais.
OETI 3: Inovar serviços orientados à atividade institucional.	Identificar proativamente oportunidades de inovação e planejar o seu uso para atender à estratégia definida para Tecnologia da Informação.
PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	
OETI 4: Garantir a disponibilidade de recursos orçamentários.	Os recursos orçamentários são dependentes de leis orçamentárias, bem como de sua distribuição no MPT. Assim, é importante que os investimentos e custeios de TI sejam atendidos por esses recursos.
OETI 5: Aprimorar a capacidade dos processos internos de TI.	Os processos internos de TI devem ser aprimorados conforme o grau de capacidade que as boas práticas de gestão de TI preconizam.
PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO	
OETI 6: Buscar a implantação de uma estrutura organizacional de TI adequada.	Com a evolução tecnológica, o MPT necessita e demanda novos serviços de TI. Com isso, a estrutura organizacional de TI deve seguir essa evolução.
OETI 7: Compor e manter força de trabalho de TI por meio do desenvolvimento de habilidades e mecanismos de motivação.	A otimização da força de trabalho, aliada ao desenvolvimento de habilidades e competências, tende a minimizar as limitações de recursos humanos especializados em TI.

TABELA 50 SEGMENTO ESTRATÉGICO

SEGMENTO ESTRATÉGICO 1 – INFRAESTRUTURA NACIONAL DE TI (IN):	SEGMENTO ESTRATÉGICO 2 – SERVIÇOS E SISTEMAS (SS)
N.04.2019: Nuvem MPT IN.11.2019: Cluster do Banco de Dados – MPTCosmos IN.13.2019: Acesso Seguro – Piloto do duplo fator de autenticação IN.14.2019: Links de navegação e Segurança Lógica IN.02.2020: Ambiente de gravação de audiências telepresenciais IN.04.2020: Desativação do domínio gov.br	SS.01.2019: MPTOrion – Módulo de Transportes SS.02.2020: Sistema de Planejamento SS.03.2020: Sistema da Corregedoria SS.03.2020: Sistema da Corregedoria SS.06.2020: Reconecta
SEGMENTO ESTRATÉGICO 3 – EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO (EU):	**SEGMENTO ESTRATÉGICO 4 – PROCESSOS E PADRÕES (PP):**
EU.07.2019: Implantação do Service Desk EU.01.2020: VDI – Expansão e atualização do ambiente EU.02.2020: Outsourcing de impressão EU.03.2020: Transição da plataforma de colaboração	PP.01.2020: Elaboração do PDTI 2020 – 2021 PP.02.2020: Plano Anual de Aquisições e Contratações de TI 2020 PP.03.2020: Continuidade da plataforma Microsoft PP.05.2020: Revisão da Segurança da Informação no MPT

Modelo de governança de TI

O modelo de Governança de TI está definido no contexto do Sistema Integrado de Governança e Gestão Estratégica (Sigge) do Ministério Público do Trabalho, instituído pela Portaria nº 771, de 19 de maio de 2020, foi criado pelo procurador-geral do Trabalho, do qual faz parte o Comitê Estratégicos de Tecnologia da Informação que tem natureza consultiva, propositiva e deliberativa pertinente às políticas, às diretrizes, ao planejamento e às ações de governança corporativa de Tecnologia da Informação.

Adicionalmente, vinculados ao Ceti há um Subcomitê de Governança Corporativa de Tecnologia da Informação (SGCTI), que atua como instância de assessoramento técnico ao Ceti, e 25 Subcomitês Diretivos de Tecnologia da Informação (SDTI), que atuam como instância consultivas e diretivas das estratégias de TI na Procuradoria-Geral do Trabalho e nas Procuradorias Regionais do Trabalho.

TABELA 51 RECURSOS APLICADOS EM TI EM 2020

UNID.	TIPO	TOTAL TIPO	TOTAL PAGO	TOTAL DESCENTRALIZADO
PGT	INVESTIMENTO	R$ 20.033.431,94	R$ 38.684.371,62	R$ 40.321.964,21
	CUSTEIO	R$ 20.288.532,27		
PRT01	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 183.854,30	R$ 189.787,37
	CUSTEIO	R$ 189.787,37		
PRT02	INVESTIMENTO	R$ 1.500,00	R$ 78.304,72	R$ 78.356,90
	CUSTEIO	R$ 76.856,90		
PRT03	INVESTIMENTO	R$ 9.684,00	R$ 159.761,64	R$ 159.761,64
	CUSTEIO	R$ 150.077,64		
PRT04	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 52.383,03	R$ 63.937,00
	CUSTEIO	R$ 63.937,00		
PRT05	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 47.958,13	R$ 47.958,13
	CUSTEIO	R$ 47.958,13		
PRT06	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 42.495,77	R$ 50.080,16
	CUSTEIO	R$ 50.080,16		
PRT07	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 19.242,35	R$ 23.600,00
	CUSTEIO	R$ 23.600,00		
PRT08	INVESTIMENTO	R$ 15.856,00	R$ 55.187,87	R$ 80.478,00
	CUSTEIO	R$ 64.622,00		
PRT09	INVESTIMENTO	R$ 7.500,00	R$ 72.701,52	R$ 79.667,02
	CUSTEIO	R$ 72.167,02		
PRT10	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 65.911,26	R$ 77.991,60
	CUSTEIO	R$ 77.991,60		
PRT11	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 36.954,14	R$ 37.560,48
	CUSTEIO	R$ 37.560,48		
PRT12	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 57.854,19	R$ 58.023,00
	CUSTEIO	R$ 58.023,00		
PRT13	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 22.430,54	R$ 22.730,00
	CUSTEIO	R$ 22.730,00		
PRT14	INVESTIMENTO	R$ 5.699,00	R$ 13.268,64	R$ 17.785,40
	CUSTEIO	R$ 12.086,40		
PRT15	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 103.744,43	R$ 103.850,91
	CUSTEIO	R$ 103.850,91		
PRT16	INVESTIMENTO	R$ 13.388,56	R$ 61.465,99	R$ 61.772,57
	CUSTEIO	R$ 48.384,01		
PRT17	INVESTIMENTO	R$ 4.650,00	R$ 63.101,39	R$ 65.116,70
	CUSTEIO	R$ 60.466,70		
PRT18	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 34.082,18	R$ 58.932,98
	CUSTEIO	R$ 58.932,98		
PRT19	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 31.311,45	R$ 34.040,08
	CUSTEIO	R$ 34.040,08		
PRT20	INVESTIMENTO	R$ 4.860,00	R$ 10.832,34	R$ 10.832,34
	CUSTEIO	R$ 5.972,34		
PRT21	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 47.234,78	R$ 56.211,23
	CUSTEIO	R$ 56.211,23		
PRT22	INVESTIMENTO	R$ 7.289,96	R$ 37.710,36	R$ 39.104,59
	CUSTEIO	R$ 31.814,63		
PRT23	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 29.358,12	R$ 29.358,12
	CUSTEIO	R$ 29.358,12		
PRT24	INVESTIMENTO	R$ –	R$ 5.867,00	R$ 7.040,40
	CUSTEIO	R$ 7.040,40		
MPT	**INVESTIMENTO**	**R$ 20.103.859,46**	**R$ 40.017.387,76**	**R$ 41.775.940,83**
	CUSTEIO	**R$ 21.672.081,37**		

O principal artefato do modelo de governança de Tecnologia da Informação do MPT são o Planejamento Estratégico de TI (Peti) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

O Planejamento Estratégico de TI (Peti) do Ministério Público do Trabalho, para o período de 2021-2025, foi aprovado consoante Resolução Ceti nº 9/2016 e submetido ao procurador-geral do Trabalho em 17/1/2021. O Plano Diretor Nacional de Tecnologia da Informação (PDNTI) do Ministério Público do Trabalho será elaborado no ano de 2021.

No contexto da governança corporativa, os objetivos estratégicos do Peti/MPT estão organizados nas perspectivas de Valor ao MPT, do Cliente Interno, dos Processos Internos e de Crescimento.

Verifica-se que a maturidade em governança de TI do MPT cresceu significativamente nos últimos anos. Contudo, os instrumentos de governança aprovados impõem a condução de uma série de ações de TI, em âmbito nacional, a serem realizadas em tempo comparativamente exíguo a depender da quantidade de servidores de TI lotados nas unidades do MPT.

Considerando os desafios para 2020 – dos quais se destacam: apoio aos projetos nacionais, equipes descentralizadas, redução da equipe sem previsão de recomposição/crescimento, restrições orçamentárias e novas regras para sua execução, o Comitê Estratégico de TI aprovou o direcionamento das ações de gestão com o foco em quatro grandes segmentos (com as respectivas siglas que serão utilizadas no restante do documento):

- Infraestrutura Nacional de TI (IN);
- Serviços e Sistemas (SS);
- Experiência do Usuário (EU);
- Processos e Padrões (PP).

Assim, por meio dessa orientação estratégica, foram definidas iniciativas prioritárias que precisam ser necessariamente conduzidas a fim de evitar riscos de indisponibilidade dos serviços e sistemas críticos de TI do MPT.

A execução das iniciativas é realizada por meio da formulação de projetos que compõem Business Case (Casos de Negócio), acompanhadas pela Assessoria de Gestão de Projetos Estratégicos de Tecnologia da Informação da DTI/PGT, que aloca tempestivamente servidores de TI a cada iniciativa no decorrer das atividades.

Um *Business Case* é uma descrição sucinta e objetiva que precede a criação do projeto por meio da análise do cenário de negócio, dos recursos, das restrições e riscos, da alocação de pessoal necessários e resultados com foco em valor para a Instituição. Assim, dos segmentos estratégicos definidos pelo Ceti, construíram-se casos de negócio considerando: o cenário, o objetivo, as hipóteses, as restrições, os requisitos, os riscos, os custos estimados e os resultados esperados.

Portanto, as iniciativas em andamento se encontram organizadas em Casos de Negócio, gerenciados por responsáveis especificamente designados (*Product Owner*):

Montante de recursos aplicados em TI

O montante de recursos aplicados em TI no Ministério Público do Trabalho para o exercício de 2020 foi de R$ 41.775.940,83, conforme quadro acima.

3.9.3.1 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

No quadro a seguir consta a relação das contratações mais relevantes firmadas no exercício de 2020:

TABELA 52 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	VALOR
04/2020	AMERICA	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte técnico especializado e manutenção; e serviços de reposição de peças para equipamentos de armazenamento de dados (storage) IBM/LENOVO Storwize v3700, pelo período de 36 meses, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições do Edital e seus anexos	R$ 650.099,52
21/2020	DELL	Contratação de empresa especializada no fornecimento de itens de solução de backup, incluindo garantia e suporte técnico pelo período de 60 meses para os equipamentos, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas em Contrato e no Termo de Referência	R$ 1.899.000,00
24/2020	TORINO	Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos ultraportáteis, Ultrabooks, com garantia de 48 meses, com entrega, garantia e suporte técnico on-site	R$ 204.000,00
25/2020	COMPWIRE	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema de Armazenamento de Dados (Storage) do tipo "Híbrido" com capacidade "bruta" mínima instalada de 234,8 TB, assim como serviços de instalação, configuração, transferência de conhecimento, suporte técnico on-site e garantia estendida de no mínimo 60 meses	R$ 735.897,00

TABELA 52 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	VALOR
28/2020	SOS INFORMÁTICA	Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de backup, incluindo garantia e suporte técnico pelo período de 60 meses para os equipamentos – CARTUCHO DE FITA LTO-7 (cota ME/EPP)	R$ 45.935,00
29/2020	LVD	Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de backup, incluindo garantia e suporte técnico pelo período de 60 meses para os equipamentos – CARTUCHO DE FITA LTO-7 (Cota Principal)	R$ 191.580,84
34/2020	REDISUL	Contratação de empresa especializada no fornecimento de ativos de rede, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho e demais órgãos participantes	R$ 3.608.361,00
36/2020	TORINO	Contratação de empresa especializada para fornecimento de estações de trabalho e monitores, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho e demais órgãos participantes, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições do Termo de Referência e seus anexos	R$ 6.222.300,00

TABELA 52 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	VALOR
36/2020 – 1ºTA	TORINO	Contratação de empresa especializada para fornecimento de estações de trabalho e monitores, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho e demais órgãos participantes, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições do Termo de Referência e seus anexos	R$ 1.286.250,00
40/2020	TORINO	Contratação de empresa especializada para fornecimento de monitores, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho	R$ 1.213.470,00
45/2020	TORINO	Contratação de empresa especializada para fornecimento de estações de trabalho, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho e demais órgãos participantes, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições do Termo de Referência e seus anexos	R$ 2.867.480,00
56/2020	PRO-SYSTEMS	Contratação de empresa especializada no fornecimento de subscrições da suíte de ferramentas AutoDESK Architecture, Engineering & Construction Collection, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições estipuladas neste contrato	R$ 564.300,00

3.9.3.2 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

A relação das iniciativas está organizada com os principais casos de negócio concluídos em 2020:

BC IN.04.2019: Nuvem MPT

Considerando que a migração da primeira fase foi bem-sucedida, o objetivo da Nuvem MPT – Fase 02 era expandir a utilização do ambiente em nuvem, observando-se o desempenho de aplicações nesse novo ambiente para ter subsídios de análise de viabilidade de utilização em maior escala da nuvem. Para isso, a equipe atuou ativamente para migrar mais três aplicações para o Connect Cloud, por meio da condução das seguintes atividades:

- Migrar Sistema Pergamum para o IaaS;
- Criar Servidor de Arquivos da SPAI;
- Criar Infra para Aplicação KUTT.

As atividades foram executadas ao longo dos meses de setembro a dezembro e culminaram com a operação dos sistemas Pergamum, File Server da SPAI e Aplicação KUTT em ambiente de nuvem.

O Pergamum é o sistema de aplicação que a Biblioteca do MPT utiliza (http://mpt-biblio01.mpt.mp.br/pergamum/biblioteca/index.php), e foi escolhido com a finalidade de testar o acesso e desempenho de uma aplicação que é utilizada por todo MPT.

O File Server da SPAI é um servidor de arquivos para guardar um grande volume de dados gerado pela equipe da SPAI, e foi escolhido com a finalidade de desafogar os recursos de armazenamento do MPT e testar o desempenho dos discos disponibilizados na nuvem.

A Aplicação KUTT é uma plataforma de gerenciamento de links e um encurtador de URL, a qual roda atualmente em um ambiente de contêineres, e foi escolhida com a finalidade de analisar as dificuldades e dimensionar as possibilidades da integração de um sistema de orquestração de contêineres open-source com a nuvem.

O ambiente Connect Cloud atualmente está operacional, com faturamento autorizado para todas as aplicações migradas nas fases 1 e 2 deste Projeto.

BC IN.11.2019: Infraestrutura do MPTCosmos

Conforme especificado no desenho inicial desta fase do projeto, a equipe trabalhou paralelamente em duas iniciativas:

Migração do Banco de Dados do Cosmos SG (produção)

Dando seguimento à melhoria contínua da infraestrutura do sistema MPTCOSMOS, a equipe do projeto deliberou pela migração do BD Cosmos para o Cluster de Banco de Dados MySQL Server Enterprise (MSE), que se encontra na versão 8.0.x.

Após a realização de testes de migração dos dois principais sistemas que compõem o MPTCOSMOS, quais sejam, COSMOS PAE (Processo Administrativo Eletrônico) e COSMOS SGA (Sistema de Gestão), esse último foi o escolhido para compor a 1ª fase da migração, por ser um sistema menor e já estar utilizando o BD MySQL.

Para a realização dessa tarefa, foram realizadas dezenas de migrações (exportações e importações) da base de dados e mitigados ao máximo todos os riscos e erros de incompatibilidade entre as versões do MySQL envolvidas. As principais tarefas realizadas pela equipe do projeto foram as seguintes:

- Ajuste fino dos parâmetros utilizados na exportação da base original, pois além da versão do MySQL o ambiente de cluster possui outros requisitos que geram incompatibilidade se não forem acertados;
- Criação de um novo cluster de BD para testes/homologação a fim de refletir fielmente o ambiente de produção e mitigar os riscos da migração;
- Realização da migração em final de semana, a fim de impactar o mínimo possível na rotina dos usuários;
- Adequação do servidor de aplicação para utilização do novo ambiente de BD;
- Ajustes nos diversos sistemas satélites que se comunicam com o BD do COSMOS SGA.

No presente momento, o sistema COSMOS SGA se encontra plenamente operacional e não apresentou indisponibilidades no ambiente clusterizado.

Novo servidor de conversão de PDF

O MPTD Administrativo usa como conversor de documentos (.doc para .pdf) um OpenOffice instalado no servidor de aplicação. A versão está desatualizada e ocasionalmente ocorrem travamentos, falhando na conversão e travando o sistema, requerendo intervenção manual para restauração.

Dessa forma, a equipe de desenvolvimento e a de infraestrutura construíram uma solução usando um servidor Windows Server 2016 com os softwares mais recentes instalados, como o Microsoft Office, Adobe Creative Suite e outros, a fim

de prover a conversão de documentos sem erros e com maior qualidade. Espera-se que este conversor também possa servir, no futuro, para prover o serviço de conversão para outros sistemas, como o MPTD finalístico.

Também foi necessário instalar um servidor Web para prover a interface com o MPTDA. Para tal, usou-se o XAMPP, que é uma coleção de softwares pré-configurados com servidor httpd Apache, PHP, MySQL.

Necessário ressaltar que a entrega do conversor em si é feita por meio do projeto MPTCosmos, ficando a cargo do DTI IGP apenas a parte que compete à infraestrutura.

1.5.5 SS.02.2020: Sistema de Planejamento

O Sistema de Planejamento é desenvolvido observando-se as diretrizes e necessidades da área gestora do sistema, a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do MPT. A segunda fase do projeto objetivou a customização do fluxo de aprovação e de encerramento de iniciativas e a disponibilização de relatórios gerenciais e analíticos sobre as iniciativas.

A versão 1.1 do sistema permite a customização do fluxo de aprovação e de encerramento de iniciativas, conforme estava previsto.

Em relação aos relatórios gerenciais e analíticos que estavam previstos, apenas o relatório de extrato de iniciativa foi priorizado pela equipe de negócio e disponibilizado no sistema. Os demais relatórios, que estavam planejados, deram lugar a ajustes evolutivos no cadastro de iniciativas, escopo/entrega e anotações, além das funcionalidades de replicação de iniciativa em âmbito local e da funcionalidade de atribuir objetivo estratégico à iniciativa.

Soma-se ainda a necessidade da participação de um integrante do time de desenvolvimento no projeto RECONECTA MPT, o que afetou consideravelmente a construção do Sistema nesta etapa.

Entregas

ENTREGAS PLANEJADAS	ENTREGAS EFETIVAS
Fluxo de Formalização	Sim. O sistema permite a definição do fluxo de aprovação e de encerramento de iniciativas.
Relatórios consolidados • Extrato da Iniciativa (Formato de Gerencial/Tipo Apresentação) • Portaria de aprovação	Sim. O relatório de extrato da iniciativa foi entregue. Os demais relatórios não entraram no escopo da versão 1.1, devido ao surgimento de novas prioridades da equipe de negócio.
Relatório Analíticos: • Iniciativas • Anotações • Relatório Orçamentário	Não. Os relatórios analíticos não entraram no escopo da versão 1.1, devido ao surgimento de novas prioridades da equipe de negócio.

1.5.6 SS.03.2020: Sistema da Corregedoria

O Sistema em desenvolvimento para a Corregedoria visa à informatização e padronização de atividades que atualmente são feitas manualmente. A segunda fase envolveu a evolução da primeira versão do sistema, a criação das funcionalidades elencadas a seguir, bem como o aprimoramento de funcionalidades já entregues, culminando com a entrega da Versão Beta do Módulo de Magistério.

É importante mencionar que, durante algumas reuniões com a área usuária, foram identificadas necessidades de aumento do escopo da versão 1.1 para a conclusão do módulo de Magistério, tais como: quebrar a etapa de análise de compatibilidade em duas etapas (pré-análise e decisão final), já que os atores de cada etapa seriam diferentes; necessidade de implementar assinatura digital no relatório de despacho da análise de compatibilidade e expedição automática do despacho ao membro; confecção de dois relatórios (despacho e resumo). Com isso, foi necessário implementar uma integração com o sistema MPTDigitalAdm para automatizar a autuação do procedimento, inserção do documento, assinatura digital e expedição do documento pelo sistema MPTDigitalAdm, o que demandou algumas reuniões com outro time de desenvolvimento e acordo de cronograma para a viabilização dessa integração.

Soma-se ainda a necessidade da participação de um integrante do time de desenvolvimento no projeto RECONECTA MPT, o que afetou consideravelmente a construção do FrontEnd do sistema da Corregedoria nesta etapa.

Diante o exposto, mesmo com o aumento de escopo e a perda de um recurso, foi possível concluir a versão 1.1 do sistema com todas as funcionalidades

necessárias para a informatização do processo de gestão de magistério dos membros, conforme relacionado a seguir.

Entregas

ENTREGAS PLANEJADAS	ENTREGAS EFETIVAS
Retificar Declaração do Exercício de Magistério	Sim.
Cadastro de Magistério – Consultar Declaração	Sim.
Cadastro de Magistério – Consultar Atividade	Sim.
Nova Declaração de Magistério – Recuperar cadastro anterior	Sim.
Consultar Declarações Existentes – Corregedoria	Sim.
Consultar Dados Cadastrais do Membro	Parcialmente Foram construídas as telas e as visões no banco de dados que serão usadas para recuperar as informações e apresentar nas telas. Devido ao aumento do escopo e ausência de integrantes da equipe, essa funcionalidade precisou ser replanejada para ser concluída na versão 1.2. Foi uma decisão tomada em equipe, uma vez que ela não impacta na entrega do módulo de Magistério.
Analisar Declaração de Magistério pela Corregedoria: • Pré-Analisar e Finalizar Decisão	Sim Obs.: Durante o desenvolvimento, identificamos a necessidade de quebrar a etapa de análise em duas funcionalidades (Pré-Análise e Finalizar Decisão) devido à atuação de atores distintos.
Integrar com o MPTDigitalAdm para automaticamente: • Autuar CA • Inserir Despacho de Compatibilidade • Assinar Digitalmente o Despacho • Expedir Despacho ao autor da declaração	Sim Itens incluídos no escopo planejado. AUMENTO DE ESCOPO
Ajustar funcionalidade de concessão de perfis	Sim Itens incluídos no escopo planejado. AUMENTO DE ESCOPO
Confecção dos relatórios: • Resumo das declarações analisadas do Ano-Semestre corrente • Relatório de Despacho de Análise de Compatibilidade	Sim Itens incluídos no escopo planejado. AUMENTO DE ESCOPO

1.5.7 SS.06.2020: Reconecta

No início do segundo semestre de 2020, a Diretoria de Tecnologia da Informação recebeu demanda para subsidiar a realização da 1ª EDIÇÃO VIRTUAL DO RECONECTA NACIONAL, em que eram solicitadas "providências de suportes e ferramentas tecnológicas eficazes para a realização da edição". Após conversas iniciais e tratativas perante o Gabinete da Vice-Procuradoria-Geral do Trabalho, o Comitê Estratégico de TI e diversos segmentos da PGT, como Ascom, Diretoria de Administração e Diretoria-Geral, o projeto foi incluso na segunda fase da IGP e lhe foi dado prioridade máxima na execução, tendo em vista o exíguo prazo, uma vez que o evento ocorreria na primeira semana de dezembro de 2020.

A atuação da TI então dividiu-se essencialmente em dois segmentos: desenvolvimento do portal e suporte e operacionalização para realização de reuniões, gravações e transmissões.

Desenvolvimento do portal

A equipe recebeu a demanda para a construção de um portal na internet contendo todas as funcionalidades relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência, além da construção de toda a estrutura técnica para desenvolvimento do site.

Esse portal serviu como entrada do evento "Reconecta MPT", que foi a primeira Conferência e Exposição Nacional de Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência do MPT realizada nos dias 3 a 5 de dezembro de 2020 totalmente on-line.

Como o evento foi totalmente direcionado às pessoas com deficiência, o desafio foi enorme, pois a equipe teve que, em pouco meses, assimilar toda uma variedade de regras e tecnologias de construção de site voltadas para a acessibilidade.

Dessa forma, foi necessário criar um time de desenvolvimento exclusivo para criação do portal deste evento (pessoas retiradas de outros projetos), o que terminou afetando as entregas de outros projetos, conforme já descrito neste documento.

Suporte e operacionalização do evento

Devido ao formato da conferência, foi necessário prover ambiente na PGT que possibilitasse o evento. As atividades da TI envolveram as equipes de desenvolvimento, infraestrutura, suporte ao usuário e gestão, e foram as mais diversas:

- Disponibilização, configuração, instalação e suporte de computadores para as equipes de cerimonial, audiovisual, coordenadores e intérpretes de libras;
- Ajustes em rede local para prover conexões estáveis e com priorização de tráfego;
- Monitoramento de infraestrutura durante todo o evento;
- Aquisição de licenças necessárias para realização do evento – DP 88/2020;
- Gravação de mais de 90 horas de conteúdo e transmissão simultânea de até quatro eventos;
- Instrutoria para utilização da plataforma Teams;
- Realização de testes para o evento, simulando inclusive indisponibilidade e prevendo mecanismos de redundância.

Todo o trabalho, juntamente com o de outros segmentos da PGT, culminou na realização da 1ª Conferência e Exposição Nacional de Inclusão & Acessibilidade das Pessoas com Deficiência 100% on-line entre os dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2020.

As transmissões realizadas contaram com 231 palestrantes e geraram um acervo de 90 horas de conteúdo de extrema valia para o Ministério Público do Trabalho e para a sociedade. O portal do Reconecta, findado o evento, transformou-se em repositório permanente de material referente à atuação do MPT nos temas de Inclusão e Acessibilidade para pessoas com deficiência.

3.10 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Segurança da Informação segue o modelo definido pela ISO/IEC 27.000 (Information Technology – Security Techniques – Information Security Management Systems – Overview and Vocabulary) do qual se destacam a ABNT/NBR ISO/IEC 27.001 (Tecnologia da Informação – Técnicas de Segurança – Sistema de Gestão da Segurança da Informação – Requisitos) e ABNT/NBR ISO/IEC 27.002 (Tecnologia da Informação – Técnicas de Segurança – Código de Prática para Controles de Segurança da Informação).

Nesse contexto, destaca-se a Política Nacional de Segurança da Informação do Ministério Público do Trabalho, instituída pela Resolução Ceti nº 4, de 7 de março de 2016, publicada na p. 7 do BS ESPECIAL 04-A 2016, que define as diretrizes para as principais ações de segurança da informação conforme os controles definidos na ABNT/NBR ISO/IEC 27.002.

Em nível tático, as diretrizes da política nacional são desdobradas em normas específicas por meio de resoluções do Ceti:

- Resolução Ceti nº 5, de 7 de março de 2016, publicada na p. 10 do BS ESPECIAL 04-A 2016, que disciplina o uso de recursos de Tecnologia da Informação no Ministério Público do Trabalho conforme diretrizes da Política Nacional de Segurança da Informação.
- Resolução Ceti nº 6, de 7 de março de 2016, publicada na p. 13 do BS ESPECIAL 04-A 2016, que estabelece metas e estrutura para a gestão da Continuidade de Serviços de Tecnologia da Informação no Ministério Público do Trabalho conforme diretrizes da Política Nacional de Segurança da Informação.
- Resolução Ceti nº 8, de 3 de maio de 2016, publicada no BS ESPECIAL 05-F 2016, que institui a política e macroprocesso de gerenciamento de riscos TI do Ministério Público do Trabalho.
- Resolução Ceti nº 14, de 8 de junho de 2017, publicada na p. 2, do BS ESPECIAL 6-C 2017, que estabelece medidas complementares a serem adotadas pelos Subcomitês Diretivos de Tecnologia da Informação quanto ao mapeamento de riscos em datacenters e instalações computacionais.
- Resolução Ceti nº 16, de 13 de setembro de 2017, publicada na p. 2, do BS ESPECIAL 9-D 2017, que define um modelo para planejamento e desenvolvimento dos Planos de Continuidade de Serviços de Tecnologia da Informação.

Principais desafios e ações futuras – 2020

A Tecnologia da Informação no MPT tem como principal objetivo para 2021 a redução do esforço dispendido na aquisição, manutenção e sustentação de serviços básicos de TI considerados "commodities" (a exemplo de conectividade de rede, wi-fi, infraestrutura de datacenter, diretório, correio eletrônico, telefonia, atendimento ao usuário e outros serviços correlatos). Busca-se racionalizar a utilização dos talentos humanos disponíveis para promover de forma mais direta ações de TI que beneficiem a atuação institucional do Órgão, a exemplo de projetos relacionados com ciência de dados, aprendizado de máquina, transformação digital e outras vertentes de inovação. Para tal, o principal desafio é concentrar esforços para adiantar a realização das principais licitações de bens comuns de serviços de TI para o primeiro quadrimestre do exercício, de modo a desonerar a equipe para projetos de inovação no restante do ano.

Para viabilizar essa estratégia, será conduzida a revisão do Planejamento Estratégico de TI (Peti) do MPT, à luz do novo Planejamento Estratégico Institucional em que a inovação em TI é uma das ações

estratégicas. Em seguida, as iniciativas estratégicas serão desdobradas em uma nova versão do Plano Diretor de TI, com vigência até 2022.

3.11 GESTÃO DE PESSOAS

A área de gestão de pessoas do MPT é responsável por administrar a vida funcional de 6.015 pessoas, entre membros, servidores, estagiários e pensionistas. A unidade central localiza-se em Brasília, na Procuradoria-Geral do Trabalho, e as demais nas unidades descentralizadas nas 24 unidades regionais do MPT.

As atribuições desta área vão desde o ingresso do servidor até a aposentadoria, passando por atividades de legislação, registro funcional, pagamento e desenvolvimento de pessoas.

Essas atividades serão expostas adiante.

Conformidade Legal

O Ministério Público do Trabalho, na gestão legal de seus servidores, segue as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 8.112/1990, pelos Acórdãos oriundos do Tribunal de Contas da União, pelas recomendações emitidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pelas orientações do controle interno do MPU (Audin) e, por fim, pelas portarias publicadas pelo Ministério Público da União (MPU).

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Somado a isso, o Ministério Público do Trabalho utiliza como ferramenta para realizar a conformidade legal os sistemas e-pessoal e Conecta, ambos do Tribunal de Contas da União. Nesses sistemas, a Corte de Contas disponibiliza eventuais inconsistências constatadas em auditorias, bem como os acórdãos provenientes do exame de aposentadorias e pensões.

- Diligências recebidas em 2020: 109
- Diligências Atendidas: 108

Entre os apontamentos mais comuns estão:

- Parcela incompatível com subsídio;
- Descumprimento de jornada de trabalho;
- Ato de pessoal devolvido ao gestor de pessoal para ser reenviado pelo sistema e-pessoal em 180 dias;
- Auxílio-alimentação pago em duplicidade.

Determinações do Tribunal de Contas da União

Determinados atos administrativos emanados pela Administração Pública, para se aperfeiçoarem e produzirem efeitos legais, necessitam ser apreciados por um ou mais órgãos. Esses atos são denominados pela doutrina como atos administrativos complexos. Entre os atos mais produzidos na Diretoria de Gestão de Pessoas estão os de concessão de aposentadoria e pensões. Primeiramente, o Ministério Público do Trabalho realiza a análise do direito solicitado e confecciona a portaria. Em seguida, esses documentos são enviados ao Tribunal de Contas da União para exame e, caso estejam em conformidade, é feita a ratificação e o registro definitivo dos atos. Caso o registro seja negado, o TCU, por meio de um acórdão, determina ao MPT as ações que devem ser realizadas para correção ou impugnação do ato.

Durante o ano de 2020, foram julgados 48 atos de aposentadoria e pensões pela Corte de Contas, dos quais resultaram em 21 determinações ao Ministério Público do Trabalho.

Avaliação da Força de Trabalho do MPT

A força de trabalho no Ministério Público do Trabalho é composta por três carreiras distintas: membros do MPT, analistas do MPU e técnicos do MPU.

Aos membros do MPT compete, entre outros, promover as ações judiciais, no âmbito da Justiça do Trabalho, além da atuação extrajudicial para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores.

Aos analistas e técnicos do MPT compete prestar apoio aos procuradores nessas atribuições constitucionalmente definidas, tanto na área administrativa quanto na finalística. Todos ingressam por meio de concurso público no Órgão.

Em termos quantitativos, essa força de trabalho divide-se em 768 membros ativos, 1.281 analistas e 1.747 técnicos, totalizando 3.796 ativos.

3.11.1 FAIXA ETÁRIA DE MEMBROS E SERVIDORES

Ao analisar os dados, verifica-se que a força de trabalho no MPT é relativamente jovem e não há riscos, a curto prazo, de considerável perda de mão de obra em virtude de aposentadorias. Isso se deve à política de ingresso permanente na organização. Periodicamente, a cada 2 ou 4 anos, o MPU realiza concurso público para captação de novos servidores nos diversos cargos. Tal constatação se verifica igualmente no que concerne aos membros.

GRÁFICO 56 FAIXA ETÁRIA DE MEMBROS

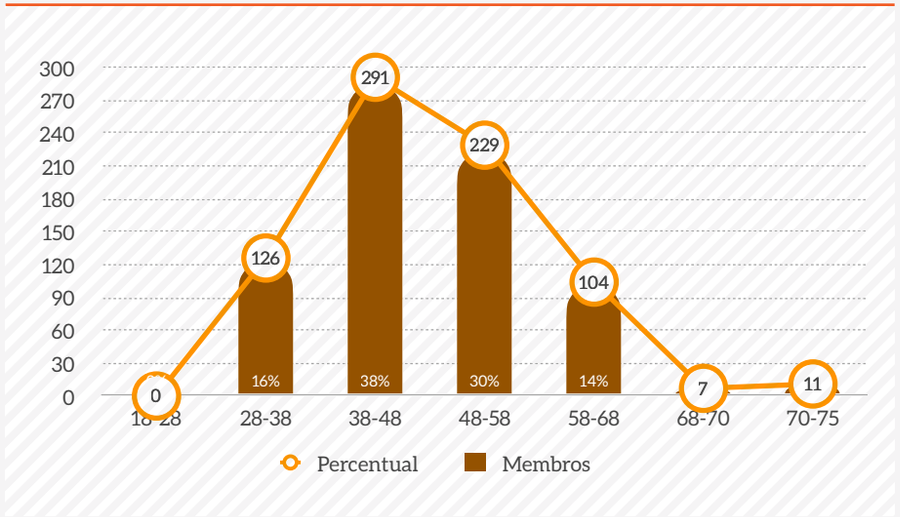
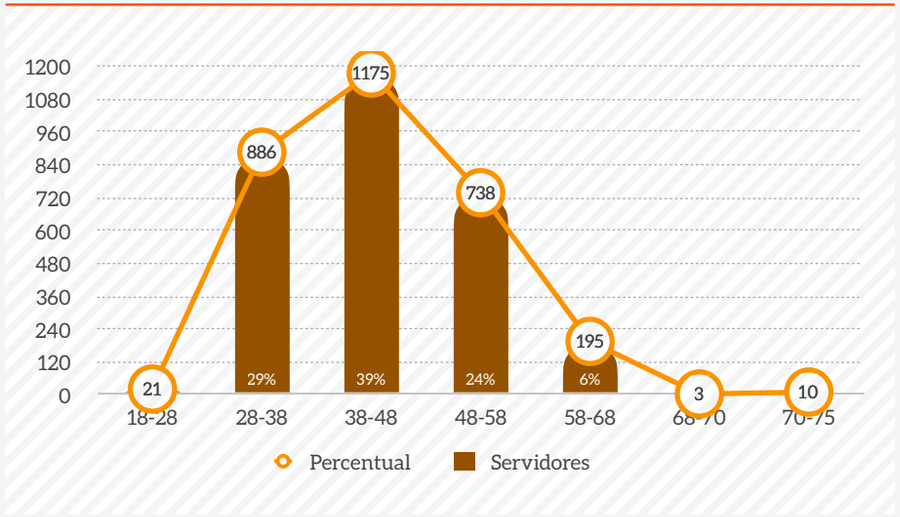


GRÁFICO 57 FAIXA ETÁRIA DE SERVIDORES



3.11.2 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS MEMBROS DO MPT

A carreira dos membros do MPT é constituída pelos cargos de subprocurador-geral do Trabalho, procurador regional do Trabalho e procurador do Trabalho. O cargo inicial da carreira é o de procurador do Trabalho e o do último nível é o de subprocurador-geral do Trabalho. Os membros são regidos pela Lei Complementar nº 75/1993.

Com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico dos procuradores que compõem o MPT, serão descritos dados como idade, gênero, etnia e pessoas com deficiência.

3.11.3 DISTRIBUIÇÃO DA CARREIRA DOS MEMBROS DO MPT

Dos 768 membros ativos no MPT, 35 são subprocuradores do Trabalho, 124 procuradores regionais do Trabalho e 609 procuradores do Trabalho.

Dos 768 membros ativos no MPT, 395 são mulheres e 373 homens.

Dos 768 membros ativos no MPT, 598 declaram-se brancos; 131, pardos; 9, pretos; 9, amarelos, 3 indígenas e, por fim, 18 não informaram.

3.11.4 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DO MPT

Os analistas e técnicos do MPU, que são regidos pela Lei nº 8.112/1990, são de forma geral denominados como "servidores". Ingressam no MPU por meio de um concurso unificado, realizado e organizado pelo Ministério Público Federal, e no momento da nomeação são distribuídos conforme o quantitativo de vagas disponíveis em cada ramo.

O cargo de analista tem como pré-requisito para ingresso a conclusão de nível superior, e o de técnico, 2º grau completo. No entanto, grande parte dos técnicos do MPU possuem graduação completa.

Com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico dos servidores que compõem o MPT, serão descritos dados como gênero, etnia e pessoas com deficiência.

Dos 3.028 servidores ativos, 1.662 são homens e 1.327 são mulheres.

Dos 3.028 servidores ativos, 1.961 declaram-se brancos; 816, pardos; 119, pretos; 72, amarelos; 2 indígenas e 58 não informaram.

Dos 3.027 servidores ativos, 128 servidores são pessoas com deficiência.

GRÁFICO 58 DISTRIBUIÇÃO DA CARREIRA DOS MEMBROS DO MPT

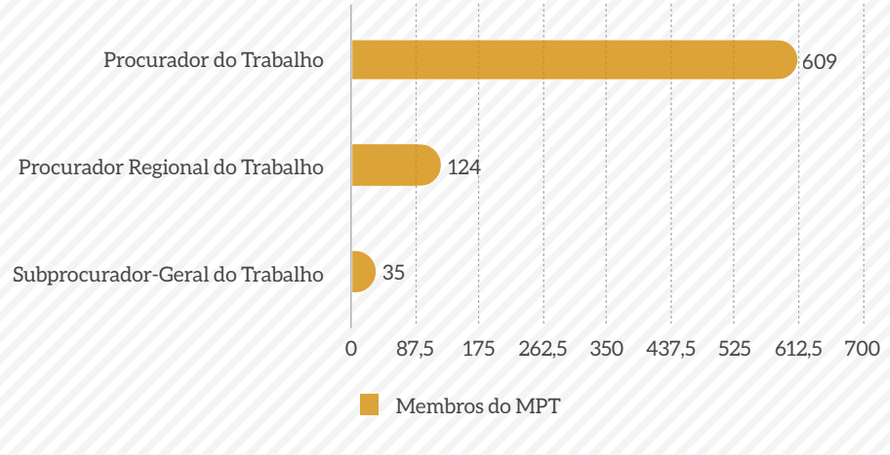


GRÁFICO 59 DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DO MPT POR GÊNERO

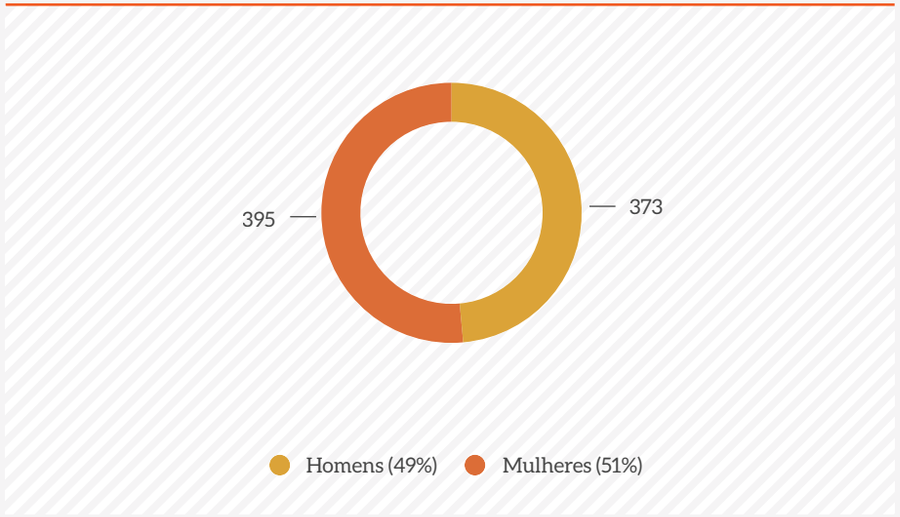


GRÁFICO 60 DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DO MPT POR ETNIA

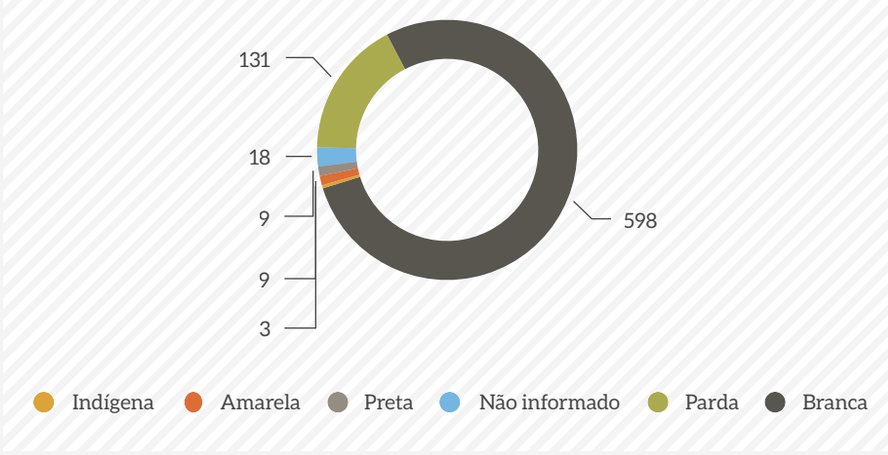


GRÁFICO 61 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

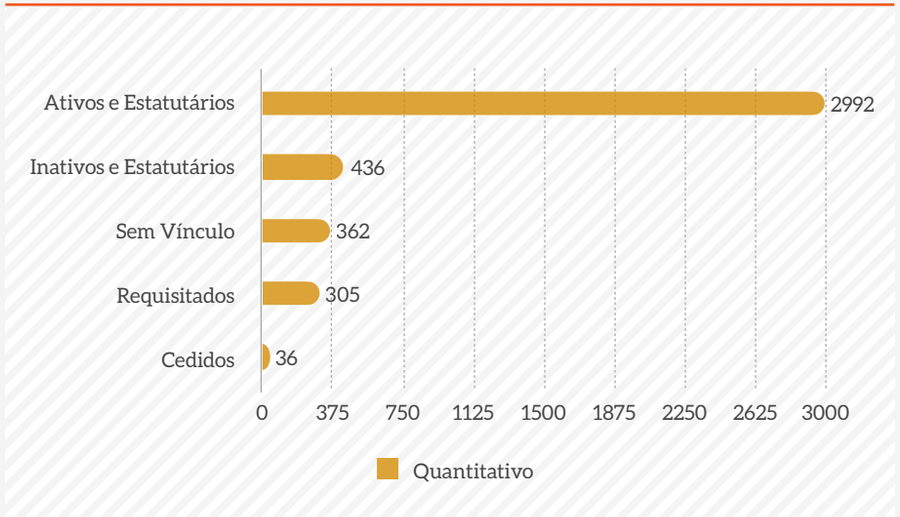


GRÁFICO 62 DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DO MPT POR GÊNERO

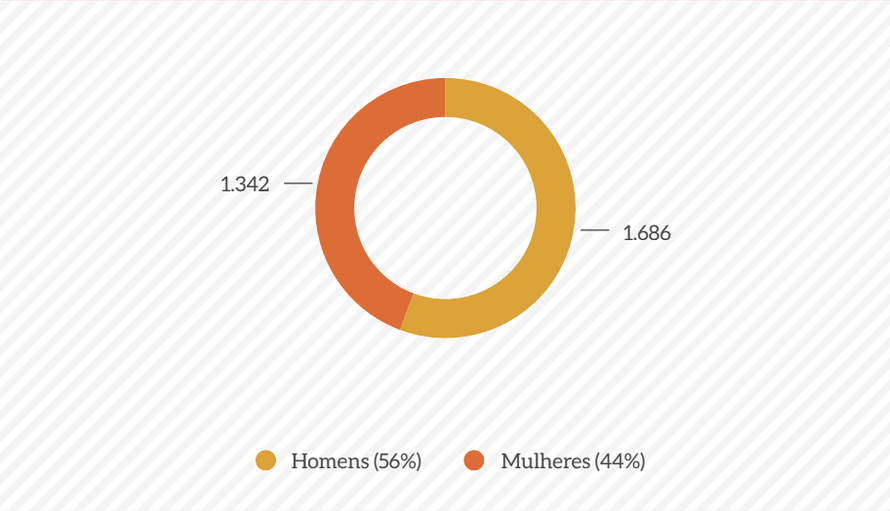
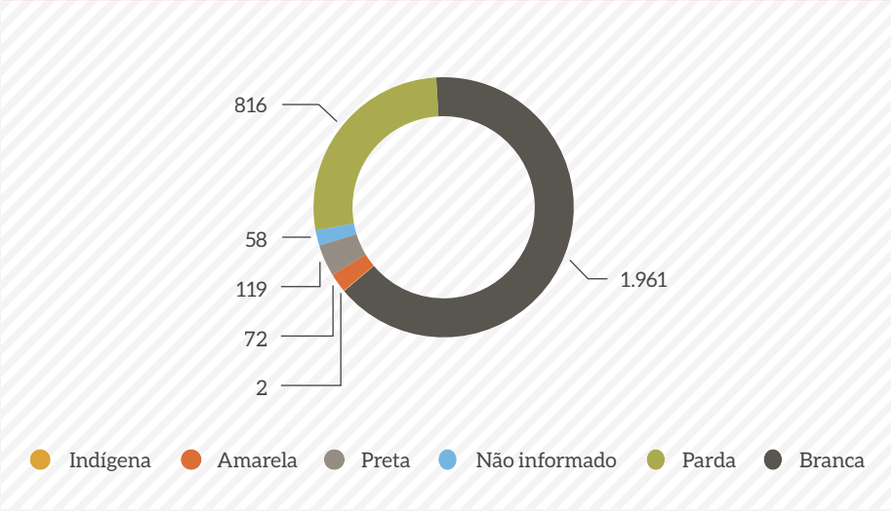


GRÁFICO 63 DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DO MPT POR ETNIA



3.11.5 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES DO MPT

Com a publicação da Lei nº 12.321/2010, que aprovou o ingresso de novos servidores no MPU, a força de trabalho do MPT possui a seguinte distribuição atualmente:

3.11.6 DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Financeiramente, os principais eventos que impactaram a folha de pagamento do Ministério Público do Trabalho foram:

1. Além do crescimento vegetativo da folha – Promoções/Progressões, novas vantagens etc. O pagamento de passivo, tanto para Ativo, Inativo e Pensão, também contribuiu para sua majoração no ano de 2020.
2. Houve acréscimo de 5,8% para Ativo e 5,57% para Inativo/Pensões. Lembrando que essa majoração em relação aos anos anteriores não se apresenta como despesa continuada por se tratar de pagamento pontual feito de forma parcelada nos meses de julho, novembro e dezembro de 2020.
3. Em relação à evolução do físico, pondera-se que o pagamento de passivo

TABELA 53 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL 2014-2020

ANO	ESTAGIÁRIOS	MEMBROS	PESSOAL SEM VÍNCULO	QUADRO DE PESSOAL	REQUISITADOS
2014	861	759	199	2772	422
2015	834	758	275	2994	385
2016	312	782	279	2960	375
2017	762	773	328	3049	361
2018	681	782	343	3017	341
2019	666	772	352	3027	306
2020	582	768	362	3028	305

TABELA 54 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

	ÁREA FINALÍSTICA	ÁREA ADMINISTRATIVA
ESTAGIÁRIOS	487	95
MEMBROS	763	5
PESSOAS SEM VÍNCULO	323	39
QUADRO DE PESSOAL	1687	1305
REQUISITADOS	126	179

GRÁFICO 64 FAIXA SALARIAL MEMBROS DO MPT

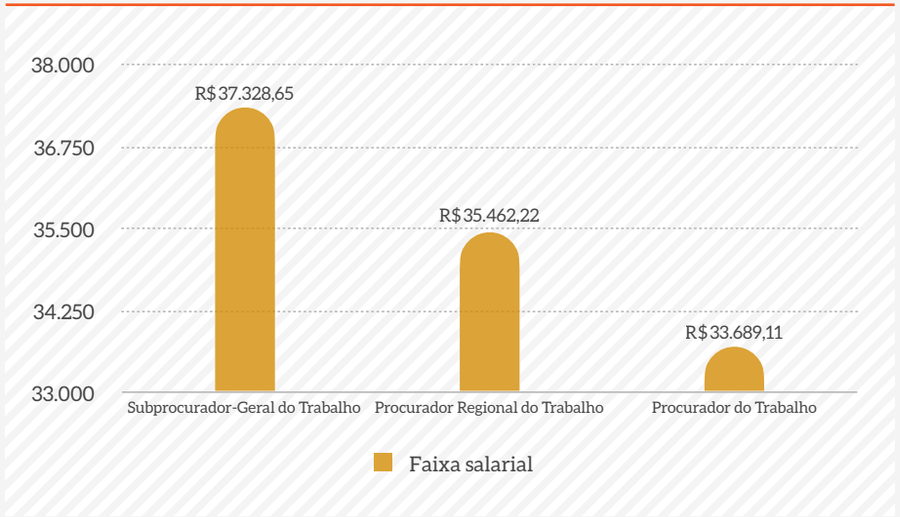
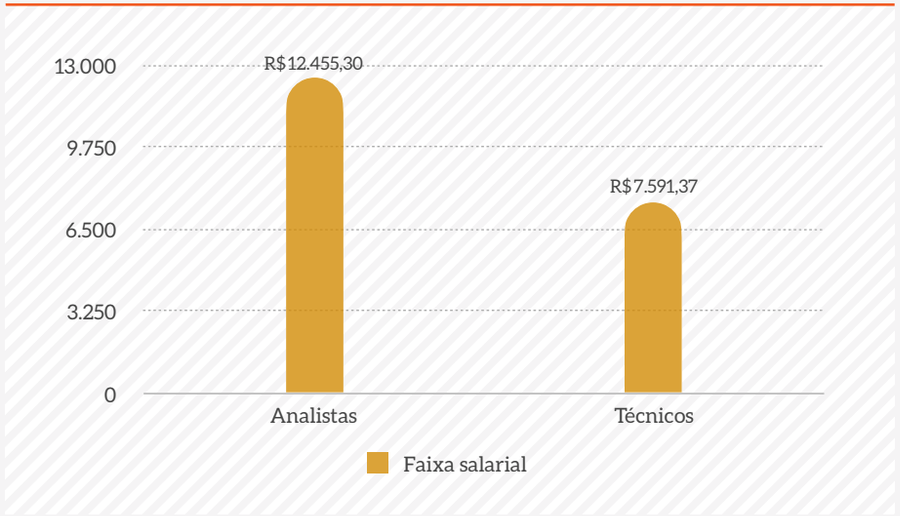


GRÁFICO 65 FAIXA SALARIAL SERVIDORES DO MPT



também é feito a servidores/membros que não se encontram mais no Órgão, o que, à primeira vista, pode levar a uma conclusão errada de sua evolução, pois na elaboração dos pagamentos de passivo esses servidores devem ser considerados no físico.

4. Outro ponto a ser considerado é a mudança do "status" do servidor durante o ano de 2020, pois ele pode iniciar o ano como Ativo e, ao longo desse mesmo ano, mudar seu "status" para Inativo, gerando duas fontes de despesas, uma para Ativo e outra para Inativo. Nesse caso específico, considera um físico para Ativo e outro para Inativo.

Da análise do exposto, verifica-se que embora existam algumas oscilações entre um exercício e outro, o crescimento permanece linear e de acordo com os novos valores implementados, mesmo que ocorram alguns fatores pontuais relativos à remoção entre os ramos do MPU ou considerando o pagamento de passivos durante o ano.

3.11.7 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

O desempenho dos servidores que ocupam cargo de técnico e analista do Ministério Público da União (MPU) é apurado anualmente mediante Avaliação de Desempenho Funcional com base nas Portarias PGR/MPU nº 298/2003 e nº 288/2007.

A partir de 2017, o Ministério Público do Trabalho passou a operacionalizar a avaliação de desempenho por meio do Sistema de Avaliação na plataforma do DRH on-line, gerando economia de recursos e celeridade no processo.

A Avaliação de Desempenho Funcional (ADF) subsidia a progressão/promoção dos servidores na carreira do MPU.

As carreiras de técnico e analista do MPU são compostas por três classes que evoluem ao longo de 13 padrões. Ao ingressar no Ministério Público da União, o servidor ocupa a Classe A, Padrão 1. Anualmente, após resultado da avaliação de desempenho funcional, faz jus à progressão funcional. Por outro lado, as promoções ocorrem em dois momentos: da Classe A/Padrão 3 para Classe B/Padrão 4 e da Classe B/Padrão 8 para Classe C/Padrão 9.

As avaliações têm impacto financeiro na progressão e promoção funcional dos servidores que estejam nos padrões de 1 a 12. Para a progressão, é necessário nota igual ou superior a 3,8 (três vírgula oito) de um total de cinco pontos. Para a promoção, além da nota, são necessárias, no mínimo, 100 horas em cursos de capacitação realizados na classe atual. Estão dispensados da avaliação de desempenho apenas os servidores que possuem cargo em comissão CC-2 ou superior.

A Avaliação de Desempenho Funcional se baseia nos seguintes critérios:

- Relacionamento Profissional e Humano;
- Capacidade Técnica;
- Iniciativa e Comprometimento com o Trabalho; e
- Responsabilidade.

Em 2020, no MPT, foram avaliados 2.551 servidores. Desse quantitativo, 943 foram avaliados no primeiro semestre e 1.608 no segundo semestre.

Avaliação de desempenho:
Servidores avaliados: 2.551
Pedidos de reconsideração: 14
Recursos: 1

3.11.8 PROGRESSÃO FUNCIONAL

A progressão/promoção funcional é realizada em dois momentos. No mês de março, são avaliados os servidores que entraram em exercício no Ministério Público da União (MPU) no 1º semestre (de 1º de janeiro a 30 de junho) e em setembro, os que entraram em exercício no MPU no 2º semestre (de 1º de julho a 31 de dezembro).

Dos 943 servidores avaliados no 1º semestre, foram reprovados dois que se encontram no último padrão da carreira e três que não apresentaram as 100 horas necessárias para promoção funcional, apesar de terem obtido nota para aprovação.

Dos 1.608 servidores avaliados no 2º semestre, foram reprovados dois que se encontram no último padrão da carreira e nove que não apresentaram as 100 horas necessárias para promoção funcional, apesar de terem obtido nota para aprovação.

Além disso, houve 5 pedidos de reconsideração e 1 recurso no 1º semestre e 9 pedidos de reconsideração no 2º semestre, mas não houve recurso.

Foram realizadas 1.750 progressões (mudanças de padrão dentro da mesma classe) e 316 promoções (mudanças de classe).

3.11.9 ESTÁGIO PROBATÓRIO

Em 2020, foi homologado no Ministério Público do Trabalho o Estágio Probatório de 125 servidores das carreiras de Técnico e Analista do MPU, acarretando a estabilidade no serviço público.

TABELA 55 REMOÇÃO DE SERVIDORES 2020

CARGO	1º CONCURSO DE REMOÇÃO DE 2020	2º CONCURSO DE REMOÇÃO DE 2020
Analistas do MPU/Direito removidos para o MPT	3	2
Técnicos do MPU/Administração removidos para o MPT	9	7

A Avaliação de Estágio Probatório é acompanhada mensalmente pela Seção de Avaliação de Desempenho (Sead), com o envio dos formulários, por e-mail, à Divisão de Gestão de Pessoas de cada Procuradoria Regional do Trabalho, para que sejam efetuados pelo servidor e gestor. No início de cada etapa é enviado o Plano de Desempenho Individual (PDI), que o gestor deverá preencher com o servidor, definindo quais serão as metas e as atividades a serem desenvolvidas nos próximos seis meses. No final da etapa, o formulário de avaliação de estágio é enviado para que seja avaliado quantitativamente e qualitativamente por meio do PDI o desempenho do servidor. Dessa forma, no final de cada etapa, são devolvidos à Seção de Avaliação de Desempenho os dois formulários referentes à Avaliação do Estágio Probatório.

A restituição dos formulários foi realizada até o ano de 2019, por meio de Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) direcionado à Seção de Avaliação de Desempenho. A partir de 2020, após alguns anos de desenvolvimento, iniciamos os testes práticos do Sistema de Avaliação de Estágio Probatório e do Plano de Desempenho Individual no sistema DRH on-line. Dessa forma, todos os servidores que ingressaram no MPU, a partir de 2020, foram incluídos no sistema e são avaliados eletronicamente.

Atualmente, há 55 servidores em Estágio Probatório no Ministério Público do Trabalho.

3.11.10 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

O Recrutamento e Seleção de Pessoas tem por objetivo oportunizar a movimentação de profissionais em uma instituição de modo que se possa alocá-los considerando seus interesses profissionais e competências necessárias para a realização de atribuições.

Diante da importância dessa movimentação interna, em 2018 foi publicado o novo Regimento Interno do Ministério Público do Trabalho com a criação da

TABELA 56 QUANTITATIVO MENSAL DE ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS EM 2020

MÊS	TOTAL
Janeiro	718
Fevereiro	780
Março	759
Abril	699
Maio	687
Junho	685
Julho	683
Agosto	657
Setembro	635
Outubro	630
Novembro	630
Dezembro	606

TABELA 57 VALOR GASTO MENSALMENTE COM ESTAGIÁRIOS EM 2020

MÊS	VALOR
Janeiro	R$ 619.454,34
Fevereiro	R$ 642.049,82
Março	R$ 651.639,35
Abril	R$ 586.747,06
Maio	R$ 580.171,66
Junho	R$ 577.585,93
Julho	R$ 563.084,26
Agosto	R$ 534.209,26
Setembro	R$ 515.982,35
Outubro	R$ 516.688,00
Novembro	R$ 514.006,29
Dezembro	R$ 505.045,62
Total	**R$ 6.806.663,94**

Seção de Recrutamento e Seleção na Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT).

Atualmente, as normas e diretrizes sobre recrutamento, seleção e movimentação interna de servidores nas unidades administrativas do Ministério Público do Trabalho (MPT) são regulamentadas pela Portaria nº 364, de 25 de maio de 2016. No âmbito do MPT, a seleção interna pode ser realizada no caso de vacância, implementação de novas vagas, para o exercício de função

TABELA 58 VALOR GASTO COM O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIO

MÊS	R$
PGT	R$ 60.532,13
PRT 1ª Região	-
PRT 2ª Região	-
PRT 3ª Região	-
PRT 4ª Região	R$ 31.235,34
PRT 5ª Região	-
PRT 6ª Região	-
PRT 7ª Região	R$ 26.784,85
PRT 8ª Região	R$ 27.303,62
PRT 9ª Região	R$ 35.522,01
PRT 10ª Região	-
PRT 11ª Região	-
PRT 12ª Região	R$ 29.515,34
PRT 13ª Região	-
PRT 14ª Região	R$ 38.852,91
PRT 15ª Região	-
PRT 16ª Região	R$ 40.518,57
PRT 17ª Região	R$ 20.614,16
PRT 18ª Região	R$ 26.238,78
PRT 19ª Região	-
PRT 20ª Região	R$ 20.559,63
PRT 21ª Região	-
PRT 22ª Região	-
PRT 23ª Região	-
PRT 24ª Região	R$ 32.109,06
TOTAL	**R$ 389.786,40**

de confiança e, ainda, para nomeação de cargo em comissão. Em 2020, foram realizados 13 processos seletivos internos na PGT.

A Seção de Recrutamento e Seleção/DDP/PGT é responsável pela recepção dos servidores nomeados e removidos e pela promoção e gestão de processos seletivos de seleção interna de servidores. No ano de 2020, foram realizados dois concursos de remoção para os cargos de ANALISTA DO MPU/DIREITO e TÉCNICO DO MPU/ADMINISTRAÇÃO, tendo o Ministério Público do Trabalho (MPT) recebido 23 servidores removidos conforme quadro apresentado.

3.11.11 PROGRAMA DE ESTÁGIO

O acesso ao estágio no Ministério Público do Trabalho (MPT) ocorre por meio de aprovação em seleção pública, obedecida a classificação, conforme determina a Lei nº 11.788/2008; a Resolução CNMP nº 42/2009; e a Portaria PGR/MPU nº 378/2010.

As unidades do MPT somente podem admitir estagiários de área de conhecimento vinculada, direta ou indiretamente, às atividades nelas desenvolvidas, sendo os estagiários acompanhados por supervisor lotado na área de realização do estágio, que deverá ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento do estagiário, ficando limitado a dez o número de estagiário por supervisor.

O número de vagas de estágio autorizadas para a contratação no MPT é de 1.017 e está previsto na Portaria PGT nº 542/2013. O valor da bolsa de estágio é de R$ 850,00 para estudantes de nível superior e de R$ 590,00 para estudantes de nível médio, conforme Portaria SG/MPU nº 152/2015. Além da bolsa, os estagiários recebem um auxílio-transporte no valor de R$ 7,00/dia estagiado, conforme Portaria PGR/MPU nº 568/2008.

O quantitativo mensal de estagiários contratados em 2020 está demonstrado na tabela 57. Em 2020 foi gasto pelo MPT um total de R$ 6.806.663,94 com estagiários (tabela 58) e R$ 389.786,40 com o pagamento de gratificação para realização de processo seletivo de estagiário (tabela 59).

Por fim, cabe destacar que no 2º semestre de 2020, foi realizado o processo seletivo de estagiário a distância na PGT e em algumas Regionais do MPT. A aplicação das provas contou com uma intensa e vasta estrutura de pessoal, assim como o uso de ferramentas de tecnologia da informação, o que oportunizou a participação de mais de 3.000 candidatos. Foram aplicadas provas para estágio na área finalística (direito) e área administrativa (psicologia organizacional e do trabalho, administração, gestão pública, comunicação social, tecnologia da informação e outros).

3.11.12 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

O Plano de Capacitação de Pessoal de 2020 foi realizado no 2º semestre de 2019 e teve como objetivo identificar as principais demandas de capacitação de membros, membras, servidores e servidoras do MPT buscando, assim, aprimorar e desenvolver as competências requeridas para a realização das tarefas e o alcance dos resultados institucionais.

TABELA 59 OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL (PCP-2020)

TOTAL DE MEMBROS E SERVIDORES	TOTAL DE MEMBROS E SERVIDORES CAPACITADOS	PORCENTAGEM DE MEMBROS E SERVIDORES CAPACITADOS	ORÇAMENTO EXECUTADO
5.165	2.522	56,5%	R$ 1.218.873,18

TABELA 60 DETALHAMENTO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
Projetos nacionais	R$ 531.546,70
Pós-graduação	R$ 191.069,47
Procuradoria-Geral do Trabalho	R$ 232.796,61
Unidades Regionais	R$ 123.282,25

Para a realização do PCP 2020, oportunizou-se um espaço de discussão e escuta para todas as áreas administrativas da PGT em que os participantes puderam mapear os principais problemas de desempenho (lacunas) e quais seriam as causas e estratégias de enfrentamento desses desafios. Foi possível ainda chamar a atenção dos servidores quanto à importância de ações de treinamento, desenvolvimento e educação (TD&E) para casos específicos e não como "solução de todos os problemas". Dessa forma, foi possível um diagnóstico preciso com até três necessidades de capacitação por área.

Por sua vez, foram realizadas reuniões com elos de capacitação e gestores das Regionais com o intuito de promover a mesma reflexão realizada com as áreas administrativas da PGT e auxiliá-los na identificação dessas demandas. A mesma estratégia foi utilizada com a área finalística do MPT, em especial com as Coordenadorias, que também foram convidadas para participar de reuniões explicativas sobre o objetivo do PCP e sobre a forma de realização dos respectivos diagnósticos.

Na primeira versão do PCP, foram diagnosticados mais de 100 cursos com um orçamento total de aproximadamente R$ 2.500 mil para os cursos, R$ 170 mil para bolsas de pós-graduação e R$ 249 mil de descentralização para a Unidades Regionais do MPT.

Entretanto, com a declaração da pandemia covid-19 logo no início de março de 2020, as ações de capacitação para 2020 precisaram ser revistas e sofreram significativos ajustes, não apenas no aspecto das necessidades identificadas anteriormente, mas também quanto à modalidade de treinamento.

Dessa forma, 100% das ações realizadas em 2020 foram na modalidade a distância, com ações síncronas ou assíncronas, utilizando a plataforma moodle do MPT, ou telepresencial, por meio do aplicativo Microsoft Teams, com ou sem transmissão para o canal do MPT no YouTube.

Essa nova realização, apesar da complexidade imposta aos processos internos de trabalho, proporcionou melhorias nas ferramentas e na ampliação do acesso aos cursos disponibilizados pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas do MPT, oportunizando capacitações para todos(as) integrantes das Procuradoria-Geral do Trabalho e das Procuradorias Regionais e, em alguns casos, foi possível incluir ainda o público-externo.

Assim, em 2020, com os ajustes do PCP para a nova realidade e início das capacitações a partir de junho, tivemos um total de 127 cursos ofertados para todo o MPT, oportunizando-se, assim, o desenvolvimento de mais de 5.100 pessoas conforme dados apresentados a seguir:

A operacionalização do PCP – 2019 resultou em 236 ações, capacitando 1.968 membros e servidores do MPT e 31 membros e servidores participaram do Programa de Pós-Graduação.

Entre as principais ações nacionais realizadas em 2020, cabe destacar as 26 capacitações para a área finalística, com temas que perpassaram a erradicação ao trabalho escravo e até cursos de direito humano, diversidade e estratégias de vigilância em saúde voltadas para o controle da epidemia covid-19. Com relação ao programa de pós-graduação, foram disponibilizadas 32 novas bolsas de pós-graduação, entre cursos lato sensu e stricto sensu.

3.11.13 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

Entre as ações estratégicas de capacitação, destaca-se o Programa de Desenvolvimento Gerencial do MPT (PDG), que está de acordo com a Política Nacional de Gestão de Pessoas, instituída pela Portaria PGT nº 1.321/2018, e consiste em um conjunto de ações de capacitação inter-relacionadas voltadas ao desenvolvimento contínuo e sistemático de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas das gestoras e dos gestores de forma alinhada à estratégia organizacional.

O programa oferta cursos sobre temáticas relevantes em gestão, além de disseminar conhecimentos na área por meio de publicações próprias. No exercício de 2020, foram realizados os seguintes treinamentos:

1. Curso de Formação Gerencial – Módulo Básico;
2. Liderança Positiva;
3. Websérie MPTed: Desenvolvendo lideranças;
4. Comunicação não violenta: segunda etapa;
5. Metodologia GTD de Gestão do Tempo e Produtividade;
6. Webnários para Procuradorias Regionais do Trabalho da 7ª, 14ª, 19ª e 24ª Regiões.

No total, foram ofertadas 278 horas de cursos, que contaram com 643 participantes e um orçamento executado de R$ 191.069,47. Além dos treinamentos, foi disponibilizado e-book sobre trabalho remoto e publicações sobre feedback, comunicação não violenta, reconhecimento, liderança positiva e elaboração do acordo de trabalho.

3.11.14 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Em 2020, o acompanhamento das ações de Qualidade de Vida no Trabalho foi absorvido pelo Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas, conforme Portaria nº 1.807/2019, que por sua vez tem por objetivo alinhar a Política Nacional de Gestão de Pessoas às políticas institucionais correlatas, a saber: Política Nacional de Atenção à Saúde; Política Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade e Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação.

Entre as principais ações apresentadas, analisadas e aprovadas pelo Cegep e que impactam na promoção da Qualidade de Vida no Trabalho e do bem-estar, cabe destacar:

- implementação do Banco de Talentos do MPT;
- acompanhamento do teletrabalho realizado em virtude da pandemia da covid-19;
- desenvolvimento do Programa de Planejamento de Vida e de Preparação para o Envelhecimento Ativo e para a Conquista da Aposentadoria – Planeje-se;
- implementação de ações e Programa de Saúde Mental;
- acessibilidade para o maior número possível de cursos disponibilizados pelo MPT; e
- atualização do *Manual de Direitos e de Acolhimento de Servidores do MPT*;

Algumas dessas ações já foram devidamente iniciadas em 2020, como é o caso do Planeje-se, e terão continuidade em 2021. Em outras

situações, algumas ações ainda estão sendo executadas visando finalizar a implementação, como é o exemplo do Banco de Talentos, em que um sistema está sendo desenvolvido para, entre outras questões, permitir a disponibilização e utilização das informações profissionais dos integrantes do MPT em processos internos do Órgão, como processos seletivos, instrutorias internas, participação em projetos.

3.12 GESTÃO DE CUSTOS

No que diz respeito ao monitoramento das informações de custos, no âmbito do Ministério Público do Trabalho foi criada, mediante alteração do Regimento Interno e da estrutura administrativa do Ministério Público do Trabalho, a Assessoria de Gestão de Custos, vinculada administrativamente à Diretoria de Orçamento e Finanças, por intermédio da Portaria PGT nº 1.559, de 17 de setembro de 2018, a quem compete regimentalmente:

> I – prestar ao Diretor e, quando por este determinado, aos demais segmentos que compõem a Diretoria, bem como às Unidades Regionais o assessoramento técnico necessário ao exercício das atividades inerentes à gestão de custos;
>
> II – propor procedimentos de apropriação e mecanismos de análise de custos no âmbito do Ministério Público do Trabalho, bem como zelar por suas padronização e atualização;
>
> III – administrar o sistema de gestão de custos do Ministério Público do Trabalho;
>
> IV – prestar, nos limites das suas atribuições, suporte técnico na realização de reuniões, eventos e ações de capacitação e treinamento;
>
> V – elaborar e divulgar, nos limites das suas atribuições, pesquisas, estudos e relatórios;
>
> VI – fomentar e difundir ações e medidas de integração e aperfeiçoamento dos sistemas de gestão de custos;
>
> VII – zelar pela adequação do sistema de gestão de custos do Ministério Público do Trabalho aos mantidos no âmbito do Ministério Público da União;
>
> VIII – propor programas, ações e medidas de controle de custos e de melhoria da qualidade das despesas".

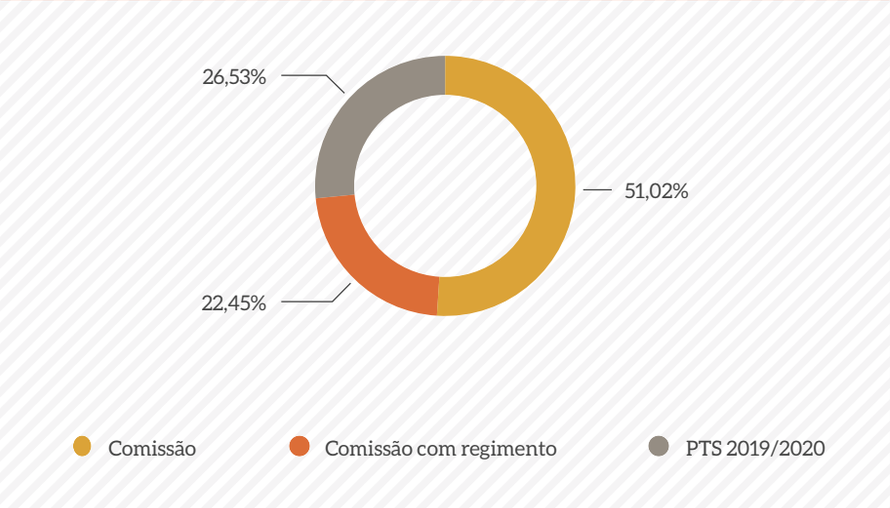
A Assessoria de Gestão de Custos do Ministério Público do Trabalho, no escopo de suas atribuições, estabelecidas por intermédio da Portaria PGT nº 1.559, de 17 de setembro de 2018, procedeu ao encaminhamento dos seguintes itens ao longo do exercício de 2020:

- Compatibilização da metodologia de apuração e dos centros/itens de custos do MPT com os demais ramos do MPU.
- Implementação do monitoramento de custos em todas as Unidades do MPT, à exceção das seguintes:
  - PRT 6ª Região – PE e PRT 12ª Região – SC: a pedido dos diretores regionais, tendo em vista dificuldades para implementação, quando da data estipulada;
  - PRT 23ª Região – MT: a pedido do diretor regional substituto, tendo em vista impossibilidade do titular, à época da implementação, por ter sido acometido pela covid-19.
- Tratamento das informações relativas a custos mediante relatórios de análise, em software de Business Intelligence (BI) para subsídio da tomada de decisões da Administração Superior em todas as unidades implantadas, bem como divulgação das informações na Intranet da PGT (Painel de Custos).
- Integração da Gestão de custos com os sistemas Orion e Mentorh para explicitar as informações de custos relativas a diárias/passagens e pessoal ativo.
- Treinamento de colaboradores diretamente envolvidos na área de gestão de custos.

Tão logo seja finalizada a etapa de implementação, dar-se-á início a programas de melhoria contínua de redução de custos e melhoria na qualidade do gasto público. A Assessoria de Gestão de Custos, responsável pela implementação e pelo monitoramento, estará a cargo da elaboração, juntamente com as áreas e unidades envolvidas.

A análise por programa dar-se-á em uma segunda etapa, após a implementação integral, quando serão calculados os critérios de rateio para mensuração dos custos finalísticos da Instituição. Busca-se, com isso, otimizar a utilização dos recursos colocados à disposição do MPT, mediante total

GRÁFICO 66 ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL MPT 2020



integração com o Planejamento Estratégico do Órgão, por meio da construção de indicadores que reflitam a evolução da gestão de custos e a eficiência na aplicação dos créditos orçamentários. Tão logo seja finalizada a etapa de implementação, dar-se-á início a programas de melhoria contínua de redução de custos e melhoria na qualidade do gasto público. A Assessoria de Gestão de Custos, responsável pela implementação e pelo monitoramento, estará a cargo da elaboração, juntamente com as áreas e unidades envolvidas.

3.13 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Secretaria de Apoio à Gestão Socioambiental é o segmento responsável por prestar auxílio administrativo necessário à execução das ações e medidas de gestão socioambiental, organizando e mantendo atualizado o repositório de atos e documentos pertinentes à gestão socioambiental, bem como zelando pela adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental na Procuradoria-Geral do Trabalho.

Conformidade Legal (Legislação Aplicada)

- Plano de Trabalho Sustentável Bianual da PGT – 2019/2020;
- Plano de Ação do Grupo de Trabalho – GT Socioambiental – de acordo com o Termo de compromisso à A3P – em andamento;
- Termo de Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P;
- Portaria nº 355/2020 – Comissão de Gestão Socioambiental PGT;
- Portaria nº 50/2020 – Altera designação da Assessoria de Gestão Socioambiental para Secretaria de Gestão Socioambiental do Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho/MPT;
- Portaria nº 1157/2020 – Constitui GT Socioambiental (A3P)

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Todas as Unidades Administrativas do MPT adotam, em maior ou menor escala, em consonância com o Programa MPT Socioambiental, os critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, incluindo o estímulo à inovação tecnológica.

Além da Portaria MPT nº 531/2014, que instituiu o Programa MPT Socioambiental, o MPT utiliza como base Legal para suas ações socioambientais os normativos publicados na Intranet/MPT.

Para estimular a adoção de critérios socioambientais e garantir transparência das ações sustentáveis no MPT, as informações sobre o consumo de água, eletricidade, bem como outros dados poderão ser acessadas no Painel MPT Sustentável. Neste primeiro momento, o painel – que pode ser acessado na nossa intranet – trará dados sobre as ações desenvolvidas entre 2016 e 2018. A coleta mensal tem o objetivo de acelerar e melhorar o controle das Ações Sustentáveis dentro da Instituição.

A maioria das Unidades Administrativas do MPT já estão organizadas com respectivas Comissões de Gestão Socioambiental e seus Planos de Trabalho Sustentável Bianual 2019/2020 atualizados aos novos indicadores do PLS MPT 2019/2022.

3.13.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os requisitos voltados à aquisição de produtos e serviços de forma a causar o menor impacto socioambiental são estabelecidos no termo de referência e nos editais de licitação. Por exemplo, para aquisição de mobiliário, como condição de aceitabilidade da proposta, deve-se apresentar comprovação de atendimento aos critérios de sustentabilidade delimitados pelo "Programa MPT Socioambiental" e pela Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que prescreve que os mobiliários fabricados com madeira devem

apresentar certificado de procedência da madeira – DOF (emitido pelo Ibama) comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento.

Para aquisição de ar-condicionado, por exemplo, não são aceitos aparelhos com Fluidos Refrigerantes CFCs, H-CFCs e Inflamáveis (ou com alto índice de flamabilidade). Assim, somente serão admitidas as ofertas de equipamentos de climatização cujos fabricantes estejam regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, conforme item 2.833-2/00 do Anexo III da Instrução Normativa Ibama nº 31, de 3 de dezembro de 2009.

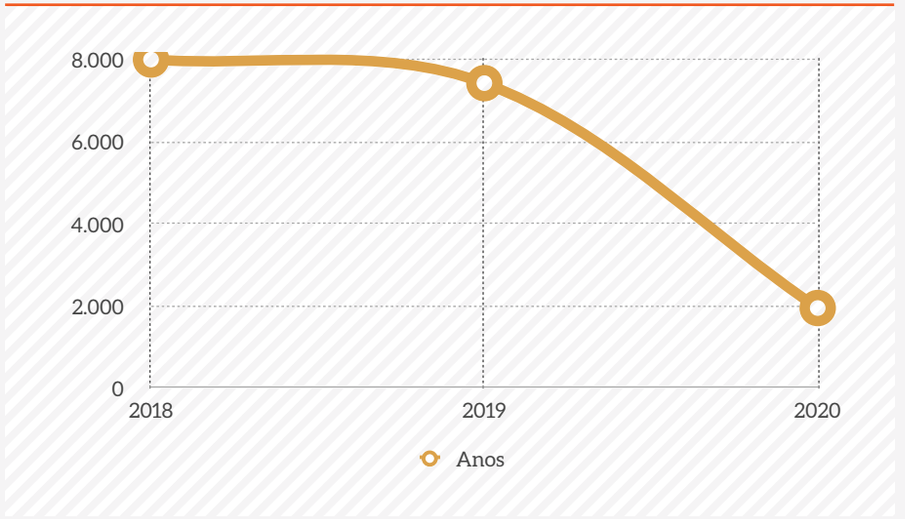
Para aquisição de equipamentos elétricos, a exemplo de geladeiras, frigobar, lâmpadas e demais artigos do gênero, em compatibilidade com o objeto licitado, juntamente com a proposta, como condição de aceitabilidade do objeto, a empresa deve comprovar o atendimento dos critérios de sustentabilidade delimitados pelo "Programa MPT Socioambiental" e pela Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), mediante a apresentação de laudo, certificado ou qualquer outro documento expedido por instituição pública oficial ou entidade credenciada (laboratório acreditado pelo INMETRO, ou equivalente), que comprove que o fabricante e/ou a licitante observa os requisitos ambientais na fabricação e comercialização dos produtos, destacando a performance no consumo da energia, utilização de materiais não nocivos ao meio ambiente, entre outros.

Para a aquisição de equipamentos de informática, por exemplo, exige-se que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Conforme se verifica, cada aquisição tem uma regra específica. Na medida do possível, busca-se inserir requisitos específicos de sustentabilidade ambiental em cada aquisição. Quando isso não é possível, inclui-se no edital e/ou no termo de referência um capítulo com indicação, de forma genérica, quanto à necessidade de cumprimento de requisitos socioambientais, na forma da IN nº 1/2010 do MPOG, bem assim em consonância com as diretrizes presente no Programa MPT Socioambiental.

Por fim, ressalta-se política ambiental encabeçada pelo MPT para produção de energia elétrica a partir de painéis fotovoltaicos em algumas Unidades do Ministério Público do Trabalho espalhadas em todo o território nacional.

GRÁFICO 67 CONSUMO DE PAPEL



3.13.2 CONSUMO DE PAPEL

Conforme dados coletados, no exercício de 2020, tendo em vista os desafios enfrentados durante a pandemia covid-19, e com relação aos programas aplicados no âmbito no MPT, o consumo total de papel nas unidades do MPT se submeteu a uma retração da ordem de 74%, conforme observado no gráfico acima.

GRÁFICO 68 ECONOMIA DE ENERGIA 2020

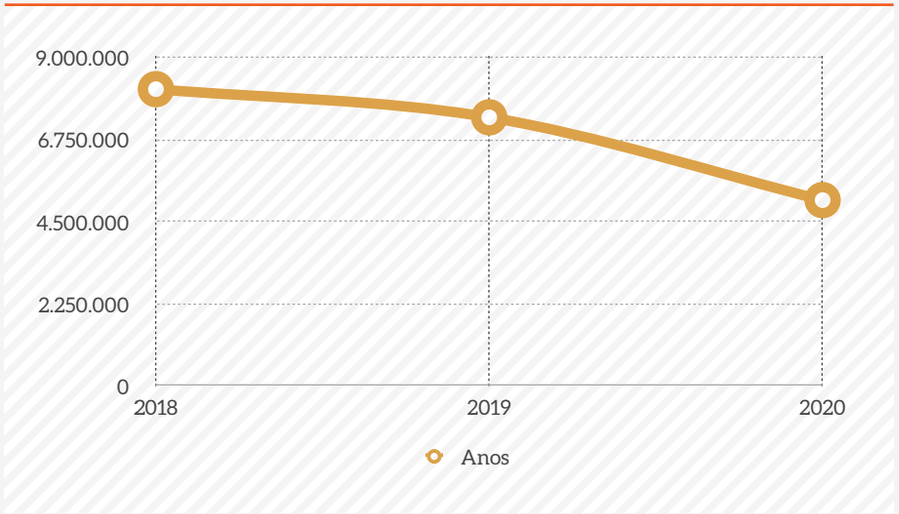
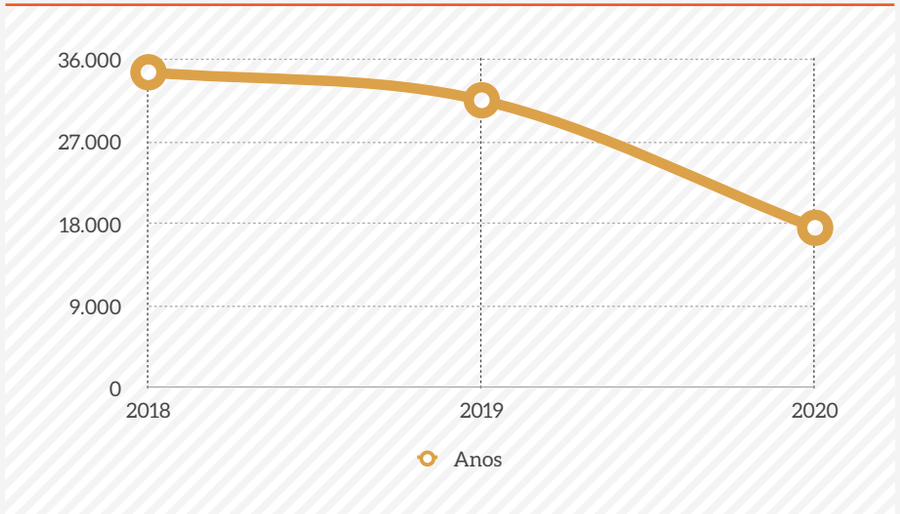


GRÁFICO 69 ECONOMIA DE ÁGUA 2020



3.13.3 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Referida campanha de consumo consciente de energia elétrica fora lançada em outubro de 2019 e repetida em abril de 2020, e em conjunto com as adaptações necessárias em relação à pandemia desencadeou uma retração do consumo da ordem de 31%. Referido dado é demonstrado no gráfico anterior.

3.13.4 CONSUMO DE ÁGUA

Em cumprimento ao Plano de Trabalho Sustentável da PGT, a Secretaria de Apoio Administrativo à Gestão Socioambiental da PGT promove a campanha Consumo Consciente de Água, que, mesmo com as dificuldades enfrentadas no ano de 2020, mais precisamente a pandemia covid-19, resultou em retração da ordem de 44% em relação ao ano anterior. Referido dado comparativo é demonstrado no gráfico acima.

3.13.5 AÇÕES FUTURAS

MÊS	AÇÕES PROJETADAS
JAN	Devolução da Pesquisa Anual de Monitoramento das Ações Socioambientais (MASA MPT 2020)
FEV	Elaboração de gráficos contendo dados da Pesquisa MASA MPT 2020 Elaboração de Relatório Anual de Monitoramento das Ações Socioambientais MPT (MASA MPT 2020)
MAR	Campanha Consumo Consciente de Água Publicações: Intranet Nacional – e-mail marketing – Monitores PGT Ações Regionais: Adesivos da Campanha nos interruptores, publicação na Intranet local, outras iniciativas
ABR	Campanha Consumo Consciente de Energia Elétrica Envio trimestral de consumos mensais de energia elétrica, água, descartáveis (água e café), papel (reciclado e não reciclado) e impressões dos meses janeiro, fevereiro e março
MAI	Campanha Separe Seu Lixo – Coleta Seletiva Solidária Publicações: Intranet Nacional – e-mail marketing – Monitores internos Ações Regionais: Promoção da Coleta Seletiva Solidária, publicação na Intranet local, outras iniciativas
JUN	Nacional Matéria: Resultados Plano de Logística Sustentável MPT 2019-2022 – PLS (MASA MPT 2020)
JUL	Envio trimestral de consumos mensais de energia elétrica, água, descartáveis (água e café), papel (reciclado e não reciclado) e impressões dos meses abril, maio e junho
AGO	Nacional Mensagem MPT Socioambiental Qualidade do Ar, Limpeza Urbana Publicações: Redes Sociais MPT – Intranet Nacional – e-mail marketing – Monitores internos
SET	Nacional Encontro Nacional de Gestão Socioambiental MPT Campanha Redução Consumo de Papel e Impressões
OUT	Campanha Capacitação Sustentável parceria DDP/DGP “Trilhas de aprendizagem”
NOV	Nacional Mensagem MPT Socioambiental 23/11 – Dia Mundial sem Compras Publicações: Redes Sociais MPT – Intranet Nacional – e-mail marketing – Monitores internos
DEZ	Nacional Mensagem MPT Socioambiental Final de Ano e 29/12 – Dia Mundial da Biodiversidade Publicações: Redes Sociais MPT – Intranet Nacional – e-mail marketing – Monitores internos

4 MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Procurador-Geral de Justiça Militar
ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar
CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI

Vice-Presidente do Conselho Superior
EDMAR JORGE DE ALMEIDA

Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão
EDMAR JORGE DE ALMEIDA

Corregedor-Geral
SAMUEL PEREIRA

Ouvidora do MPM
MARIA DE LOURDES SOUZA GOUVEIA

Diretor-Geral do MPM
ALEXANDER JORGE PIRES

Comissão do Processo de Contas do Exercício de 2020
Portaria nº 177/2020 de 18 de dezembro de 2020 – Institui a Comissão Técnica de Prestação de Contas do MPU, referente ao exercício de 2020.



Antônio Pereira Duarte
Procurador-Geral de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

O Ministério Público Militar (MPM) atua na investigação e no processamento dos crimes militares, além de exercer o controle externo da atividade de polícia judiciária militar, sem descurar da missão constitucional de proteção do patrimônio público, dos direitos individuais indisponíveis e dos direitos constitucionais. Possui como missão a promoção da justiça, da democracia e da cidadania, observando as especificidades das Forças Armadas. Além disso, almeja como visão ser reconhecido pela essencialidade na promoção da Justiça Militar e pela excelência na gestão.

Com a implantação do Plano Estratégico 2016-2020, houve a definição, organização e priorização das ações da Instituição, visando atingir os objetivos estratégicos, e com foco na sua perspectiva de futuro.

O ano de 2020 foi marcado pelo estabelecimento de novas metodologias de trabalho em função do isolamento social que se impôs em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Dessa forma, algumas iniciativas foram impactadas e tiveram que ser ajustadas à nova realidade, mas o trabalho visando à consecução do Plano Estratégico continuou prosperando.

Após a superação de diversos desafios, o trabalho remoto se tornou uma realidade viável, com a manutenção e, em certos aspectos, até mesmo um aumento dos níveis de produtividade.

Também se buscou ampliar o emprego de ferramentas tecnológicas para a realização de audiências e reuniões virtuais, além de diversas lives, com o objetivo de estabelecer o contato e possibilitar a troca de informações e o compartilhamento do conhecimento.

Foi um ano pautado pela concentração de esforços visando à elaboração do Plano Estratégico do MPM 2021 – 2026, além da celebração do Centenário da Instituição, criada em 1920.

Dessa forma, o Projeto "MPM + 100" inovou, na medida em que, de maneira virtual, definiu as novas estratégias da Instituição, por meio de uma construção coletiva, com a participação da sociedade, analisando sua história em seus primeiros cem anos e buscando impulsioná-la a novas realizações nesse segundo centenário que se inicia.

Com o objetivo de aperfeiçoar a prestação judicial e extrajudicial e também o apoio à atividade finalística, com ênfase na investigação, foram criados, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, o Observatório do Ministério Público Militar para o Enfrentamento da Corrupção, o Núcleo de Apoio Processual (NAP), com o objetivo de prestar suporte à atividade finalística dos

órgãos de execução do Ministério Público Militar, e o Núcleo de Assessoramento Técnico (NAT), que visa prestar assessoramento à atividade finalística, quando demandados conhecimentos técnicos e científicos especializados nas áreas de engenharia, saúde, tecnologia da informação, contabilidade e gestão pública.

Para fortalecer a atuação na esfera internacional, a Secretaria de Direitos Humanos e de Direito Humanitário foi transformada em Secretaria de Direitos Humanos, Direito Humanitário e Relações Internacionais (SDHRI), acrescendo-se a atribuição de, entre outras, assessorar o procurador-geral na articulação, nacional e/ou internacional, com órgãos públicos ou entidades privadas para a realização de iniciativas e projetos, além do fomento de intercâmbio institucional com instituições congêneres, a exemplo do Ministério Público Militar italiano.

O presente Relatório tem por objetivo apresentar os resultados na execução da gestão e cumprir o compromisso da transparência na divulgação das atividades do Órgão.

Por fim, cabe destacar que os resultados alcançados são fruto do empenho e da dedicação de todos os envolvidos, sem os quais dificilmente teríamos conquistado tantos êxitos.

Para os anos vindouros, com certeza, novos desafios se avizinham, e serão enfrentados com igual determinação e afinco, de modo que esta Instituição Ministerial seguirá buscando a excelência na prestação de serviços públicos tão almejada pela sociedade brasileira.



Antônio Pereira Duarte
Proccurador-Geral de Justiça Militar

O ANO DE 2020 FOI MARCADO PELO ESTABELECIMENTO DE NOVAS METODOLOGIAS DE TRABALHO EM FUNÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL QUE SE IMPÔS EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS.

4.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

4.1.1 MISSÃO, VISÃO E RESULTADOS

TABELA 61 MISSÃO, VISÃO E RESULTADOS

Visão	Promover a justiça, a democracia e a cidadania, obedecendo às especificidades das Forças Armadas.
Missão	Ser reconhecido pela essencialidade na promoção da Justiça Militar da União e pela excelência na gestão.
Resultados	Tendo por base a cadeia de valor da Instituição, o principal resultado para a sociedade é a promoção da justiça, da democracia e da cidadania, sendo que esse resultado é obtido por meio da execução de seis macroprocessos finalísticos e doze de gestão e suporte, divididos em primeiro e segundo níveis, conforme será detalhado em itens posteriores, referentes ao modelo de negócio e à cadeia de valor da Instituição. Além disso, cabe destacar que a eficiência no combate ao crime militar, a redução da impunidade, a transparência e a excelência na gestão pública são resultados percebidos pela sociedade com a consecução dos objetivos estratégicos do MPM, os quais contribuem para o atingimento da visão de futuro "Ser reconhecida pela essencialidade na promoção da Justiça Militar da União e pela excelência na Gestão".

4.1.2 FUNDAMENTO LEGAL DA ORGANIZAÇÃO

O MPM atua na apuração de crimes militares, no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração de inquérito civil, objetivando a proteção do patrimônio público, dos direitos individuais indisponíveis e dos direitos constitucionais. Dessa forma, possui como principais normas direcionadoras a Lei Complementar nº 75/1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, o Código Penal Militar, que tipifica os crimes militares, a Lei de Organização da Justiça Militar da União e o Regimento Interno da Estrutura Administrativa do MPM.

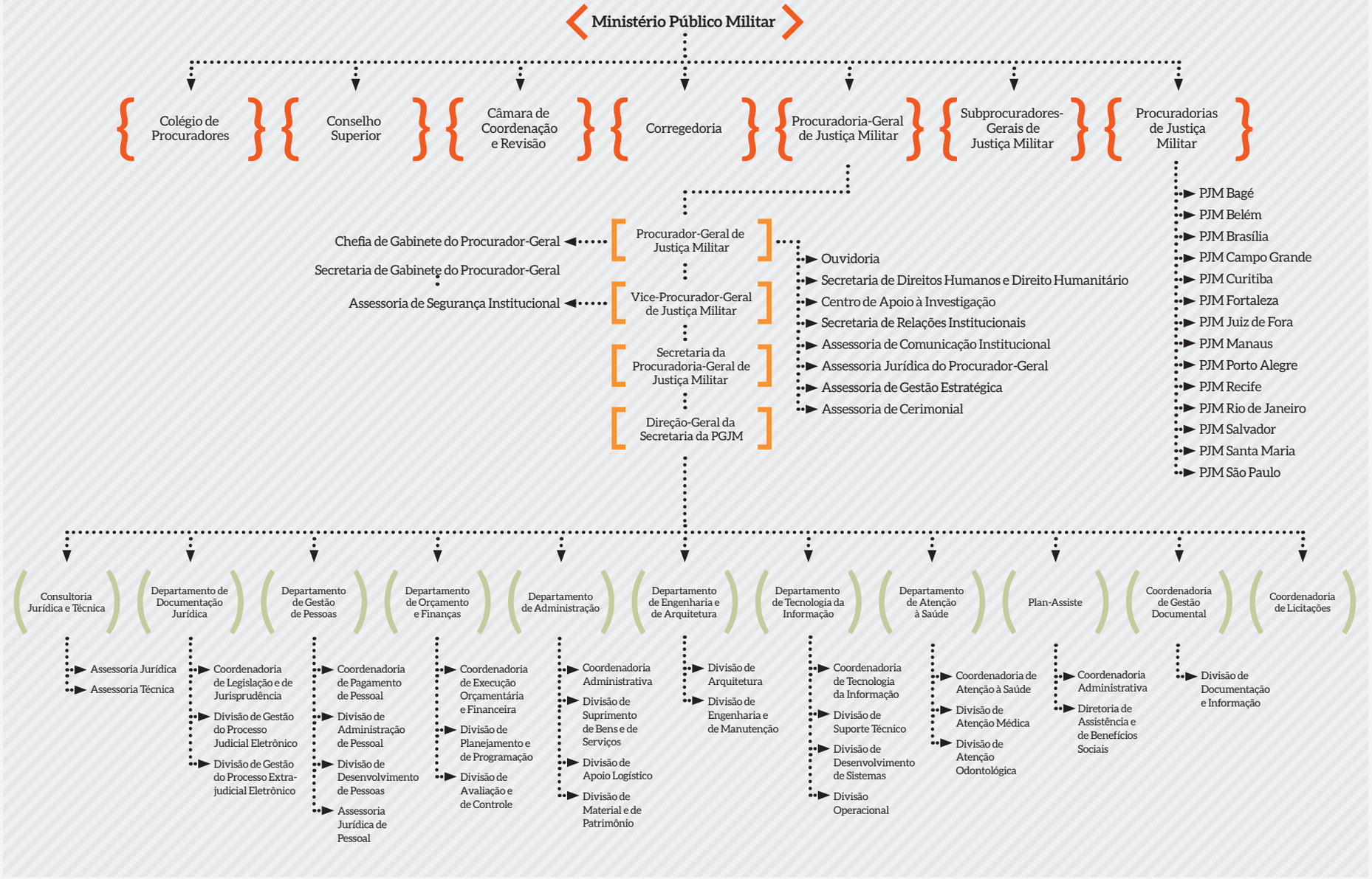
TABELA 62 FUNDAMENTOS LEGAIS DA ORGANIZAÇÃO

Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993	Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União
Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar	Código Penal Militar
Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992	Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares
Portaria nº 21/PGJM, de 5 de fevereiro de 2020	Regimento Interno da Estrutura Administrativa do Ministério Público Militar

4.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Esturuta organizacional pode ser verificada na figura a seguir.

FIGURA 43 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR



4.1.4 MODELOS DE NEGÓCIO

O modelo de negócios é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades de uma organização, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo. Em outras palavras, é a descrição dos principais recursos (ou capitais) usados pelo MPM, nas suas atividades de negócio e dos seus produtos, bem como dos impactos que eles causam (internos ou externos, positivos ou negativos), e, ainda, do valor gerado e da sua distribuição às partes interessadas.

Quanto aos insumos, cabe ressaltar que o MPM teve, em 2020, um orçamento de **R$ 281.801.395,00** sendo que, desse total, **89,93%** foram destinados às despesas obrigatórias, despesas com pessoal ativo, inativo e benefícios aos servidores. Destaca-se na tabela a seguir outros insumos utilizados pelo MPM:

TABELA 63 TABELA DE INSUMOS

	INSUMOS
Pessoal ativo	[1]253.431.011,80
Material de consumo	528.475,10
Serviços de terceiros	21.477.386,34
Investimentos	6.410.095,47
Procuradores	71
Servidores	[2]545
Terceirizados	294
Ativo imobilizado	263.510.040,27

Obs.: Os valores referentes aos insumos pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e investimentos foram lançados levando-se em conta o saldo do total empenhado.

[1] Ao montante de dispêndios com pessoal, foram acrescentados os benefícios assistenciais a servidores públicos e a agentes políticos (alimentação; transporte, pré-escolar, médico e odontológico, funeral e moradia), além dos elementos específicos do referido grupo. As despesas aqui inseridas encerram a totalidade das despesas obrigatórias do Órgão.

[2] Neste item da tabela de insumos, foram levados em conta os servidores de carreira (vinculados ao Órgão e requisitados de outros órgãos e esferas, bem como os servidores sem vínculo com a Administração Pública).

Quanto às atividades de negócio, o MPM atua na apuração dos crimes militares, no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração do inquérito civil objetivando:

- a proteção, a prevenção e a reparação de dano ao patrimônio público, ao meio ambiente e aos bens e direitos de valor histórico e cultural;
- a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos;
- a proteção dos direitos constitucionais no âmbito da administração militar.

TABELA 64 TABELA DE MACROPROCESSOS E RESULTADOS

MACROPROCESSO FINALÍSTICO	RESULTADO PARA A SOCIEDADE
Fortalecimento do sistema de justiça militar	1.952 audiências;
Prevenção de crimes militares	725 denúncias;
Prestação extrajudicial	31.947 manifestações em feitos judiciais;
Prestação judicial	1.526 notícias de fato recebidas;
Inteligência e apoio à investigação	205 Procedimentos de Investigação Criminal (PIC) instaurados;
Controle Externo da Atividade Policial Militar	4.911 manifestações entre pareceres, interposições de recursos e intimações; 12.782 manifestações em feitos extrajudiciais.

Além disso, a Instituição tem definido em sua cadeia de valor seis macroprocessos finalísticos, representando suas principais atividades, conforme figura a seguir:

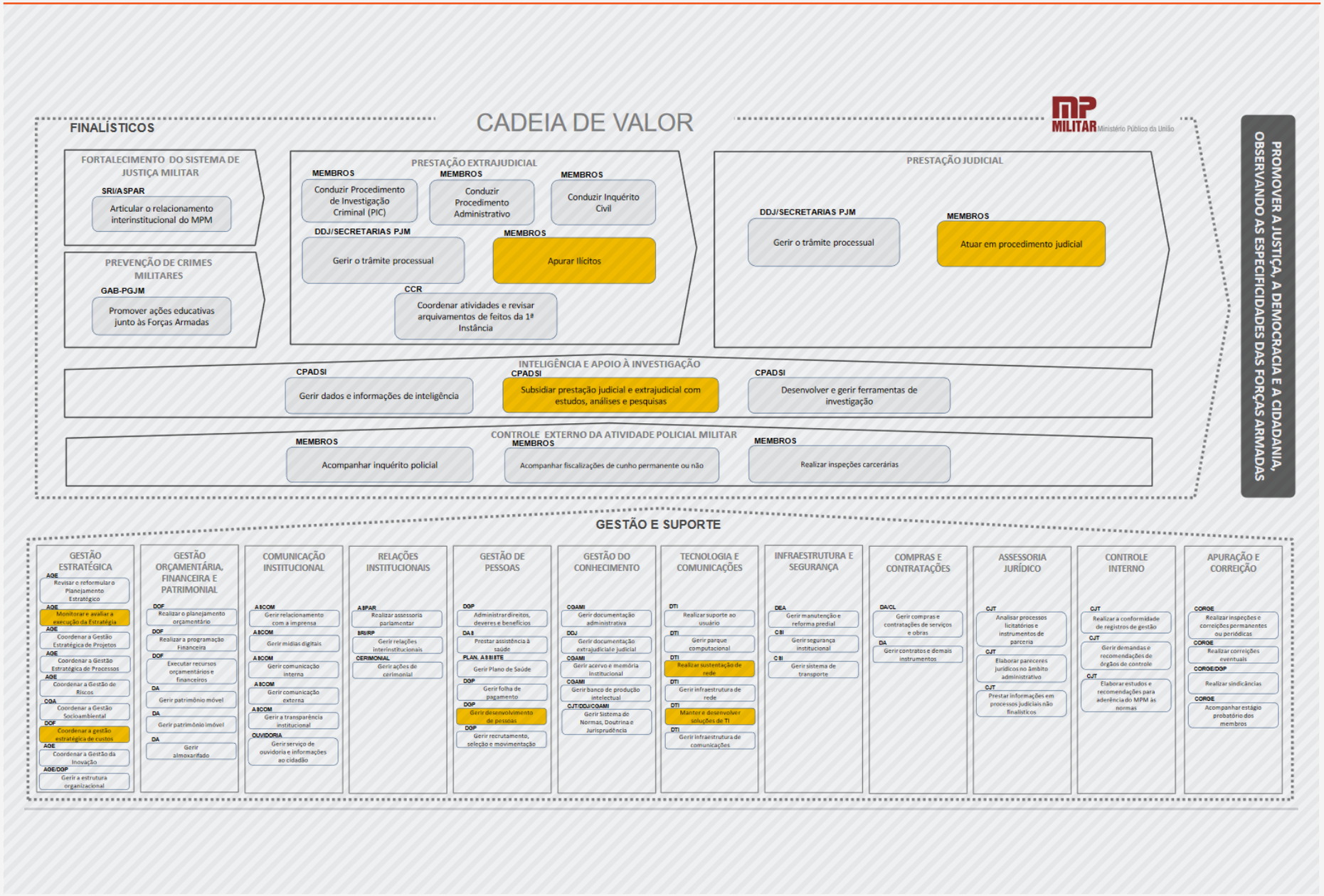
4.1.5 CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor do MPM é composta por **seis macroprocessos finalísticos e doze de gestão e suporte,** detalhados em primeiro e segundo níveis. Também são identificados os principais atores envolvidos, conforme detalhado a seguir:

Essa arquitetura de processos foi construída em 2016, visando ao desdobramento da estratégia para processos corporativos, porém cabe registrar que a cadeia de valor carece de aperfeiçoamento, em especial com a definição dos macroprodutos gerados pelos macroprocessos definidos.

A partir da construção da cadeia de valor, foi realizada em 2018 a

FIGURA 44 CADDEIA DE VALOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR



modelagem e transformação do macroprocesso "Subsidiar a prestação judicial e extrajudicial com estudos, análises e pesquisa", por meio da contratação de empresa de consultoria, de maneira a refletir ganhos de eficiência, eficácia e efetividade aos serviços oferecidos. A referida modelagem gerou, dos resultados obtidos em 2020, 94% de satisfação dos membros em relação ao relatório de análise do pedido de apoio à investigação solicitado, o que caracteriza excelência nos serviços prestados. Todavia, por restrições orçamentárias, não foi dada continuidade ao mapeamento dos demais macroprocessos da cadeia de valor.

Além das iniciativas adotadas ao longo dos últimos anos, que contribuíram para o desenvolvimento gerencial e a gestão de processos, cabe ressaltar que em 2021 se inicia novo ciclo de planejamento estratégico neste Órgão (para o período de seis anos), e uma das iniciativas que comporão o portfólio de projetos prioritários contempla a implantação da gestão de processos na Instituição, como uma prática formal a ser sedimentada para, assim, aperfeiçoar a cadeia de valor e dar continuidade ao mapeamento dos seus macroprocessos.

4.1.6 ACORDOS DE COOPERAÇÃO

TABELA 65 ACORDOS DE COOPERAÇÃO

PARTÍCIPE	OBJETO
Polícia Civil do Estado de Pernambuco	Acordo de cooperação entre o MPM e a PC/PE para a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público Santa Catarina	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/SC para proteção ao patrimônio público; prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	Acordo de cooperação entre o MPM e o MPDFT para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Tribunal Superior Eleitoral	Acordo de cooperação entre o MPM e o TSE para a proteção do patrimônio público federal; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado do Amapá	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/AP para proteção ao patrimônio público; prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.

TABELA 65 ACORDOS DE COOPERAÇÃO

PARTÍCIPE	OBJETO
MTPS, INSS e CNMP	Adesão ao acordo de cooperação celebrado entre o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), visando ao acesso aos dados constantes de cadastro gerido pelo MTPS e pelo INSS, pelos órgãos do Ministério Público brasileiro.
Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte	Acordo de cooperação entre o MPM e a PC/RN para a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado do Ceará	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/CE para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado de Goiás	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/GO para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado do Maranhão	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/MA para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado de São Paulo	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/SP para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/RJ para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público de Pernambuco	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/PE para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público de Sergipe	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/SE para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/MT para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado do Amazonas	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/AM para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.

TABELA 65 ACORDOS DE COOPERAÇÃO

PARTÍCIPE	OBJETO
Ministério Público do Estado da Bahia	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/BA para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado do Pará	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/PA para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo	Acordo de cooperação entre o MPM e a Arpen para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas	Acordo de cooperação entre o MPM e o CNPGC para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado de Alagoas	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/AL para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, a lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado de Rondônia	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/RO para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério do Meio Ambiente	Termo de adesão do MP ao ACT celebrado entre CNMP e o Ministério do Meio Ambiente, tendo o Serviço Florestal Brasileiro como interveniente, para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).
CNMP, MPF e Banco do Brasil S.A.	Termo de adesão do MP ao ACT celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal e o Banco do Brasil S.A., para disponibilização, pelo banco, do módulo Repasse de Recursos de Projetos de Governo (RPG) do aplicativo Autoatendimento Setor Público, que objetiva possibilitar acesso a saldos e extratos das contas específicas de estados, municípios, Distrito Federal e outras entidades, destinatárias dos repasses de recursos legais e voluntários do Governo Federal.
Ministério Público do Estado do Piauí	Estabelecer formas de cooperação entre o Ministério Público do Estado do Piauí (MP/PI) e o Ministério Público Militar (MPM) para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.

TABELA 65 ACORDOS DE COOPERAÇÃO

PARTÍCIPE	OBJETO
Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul	Acordo de cooperação entre o MPM e o MP/MS para a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado do Espírito Santo	Cooperação técnica e assistência mútua celebradas entre o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES), com o objetivo de estabelecer formas de acordo de cooperação entre o MPM e o MP/ES para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
CNMP e Tribunal de Contas da União	Adesão do MPM ao acordo de cooperação técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Tribunal de Contas da União (TCU) visando conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública; fortalecer a atuação coordenada de combate à corrupção; e contribuir para melhoria da Administração Pública.
Secretaria da Receita Federal	Convênio entre a Secretaria da Receita Federal (SRF), órgão do Ministério da Economia, e o Ministério Público Militar, compreendido no Ministério Público da União, representado pela Procuradoria-Geral de Justiça Militar, que tem por objetivo o estabelecimento de condições que possibilitem à SRF atender às solicitações de fornecimento de dados cadastrais efetuadas pelo Ministério Público Militar.
Ministério Público Federal	Acordo de cooperação técnica que tem por objeto a transferência de tecnologia para instalação e implementação do Sistema de Registros Telefônicos e Telemáticos (Sittel) e o recebimento e processamento de informações advindas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba).
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	Acordo de cooperação técnica e assistência mútua celebrado entre o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Banco Central do Brasil	Termo de convênio de cooperação institucional entre o Banco Central do Brasil e o Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de utilização do mecanismo de consulta ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS).

TABELA 65 ACORDOS DE COOPERAÇÃO

PARTÍCIPE	OBJETO
Controladoria-Geral da União	Acordo de cooperação entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Militar (MPM) para incrementar a base de dados e os sistemas de acesso a CGU; fomentar a capacitação e o treinamento de membros e servidores; possibilitar maior amplitude e eficiência no apoio e suporte de pesquisas, análises e investigações promovidas pela CGU e pelo MPM promovendo intercâmbios e atuações conjuntas entre as duas instituições.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Acordo de cooperação federativa entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, representado pela Secretaria Nacional de Justiça e o Ministério Público Militar (MPM): Implementação de um Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro no Ministério Público Militar, seguindo o modelo do LAB-LD/DRCI/SNJ/MJ, mediante a capacitação e o treinamento de servidores e colaboradores lotados naquele órgão; compartilhamento de tecnologia e metodologia; bem como verificação de seu uso e adaptação. O Laboratório (LAB-LD CPADSI/MPM) integrará a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab), coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça.
CNMP e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Adesão ao acordo de cooperação técnica celebrado entre o CNMP e as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro interessados em integrar a criação e expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid), celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	Prorrogação do prazo da vigência e da execução; e reajuste do contrato de prestação de serviços de processamento de dados, consubstanciado na disponibilização do Sistema Senha Rede para consulta on-line à(s) base(s) do(s) sistema(s) CPF e/ou CNPJ para atender o Ministério Público Militar.
Ministério Público do Estado de Roraima	Estabelecer formas de acordo de cooperação entre o MPM e o MP/RR para a proteção do patrimônio público; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.
Ministério Público do Estado do Tocantins	Acordo de cooperação que tem por objeto ampliar a cooperação técnica interinstitucional entre os partícipes, visando estabelecer formas de colaboração, com finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público; defesa da probidade administrativa; prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados; e a promoção de transparência da gestão na Administração Pública.

TABELA 65 ACORDOS DE COOPERAÇÃO

PARTÍCIPE	OBJETO
Ministério Público do Trabalho	Acordo de cooperação que tem por objetivo a ampliação da cooperação técnica entre os partícipes, ramos do Ministério Público brasileiro, mediante o compartilhamento de dados, informações, tecnologias, métodos e estratégias de gestão do conhecimento, entre outras ações conjuntas de integração e intercâmbio que promovam a eficácia e a efetividade de suas atividades finalísticas, bem como atuações conjuntas, quando cabíveis. Possuindo ainda o acesso seguro a dados e aplicações dos laboratórios de tecnologia dos partícipes, respeitados os requisitos de credenciamento e uso seguro, definidos em política de acesso, com o objetivo de integrar recursos investigatórios.
Ministério Público do Estado do Acre	Acordo de cooperação que tem por objeto ampliar a cooperação técnica interinstitucional entre os partícipes, visando estabelecer formas de colaboração, com finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público; defesa da probidade administrativa; prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados; e a promoção de transparência da gestão na Administração Pública.
Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul	Acordo de cooperação que tem por objeto ampliar a cooperação técnica interinstitucional entre os partícipes, visando estabelecer formas de colaboração, com finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público; defesa da probidade administrativa; prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados; e a promoção de transparência da gestão na Administração Pública.
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Acordo de cooperação que tem por objeto ampliar a cooperação técnica interinstitucional entre os partícipes, visando estabelecer formas de colaboração, com finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público; defesa da probidade administrativa; prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados; e a promoção de transparência da gestão na Administração Pública.
Controladoria-Geral da União – CGU	Acordo de cooperação que tem por objeto a cooperação entre a CGU e o MPM para a proteção do patrimônio público federal; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados.

4.1.7 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

Em 2020, o MPM ampliou seus canais de comunicação com a sociedade, criando uma conta oficial, com perfil verificado, no Instagram, além do incremento do canal do MPM na plataforma do YouTube.

A página eletrônica do MPM proporciona o acesso do cidadão às informações institucionais. No Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) estão dispostos os links para a "Ouvidoria do MPM", o "Acesso à Informação", conforme previsto na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) – e no "Portal da Transparência".

Ainda no site do MPM, o banner com link "O que o MPM pode fazer por você", apresenta as atribuições da Instituição, orientando em quais situações o MPM deverá ser acionado e como pode ser feito esse contato.

A Ouvidoria, por sua vez, é o canal de comunicação entre o MPM e o cidadão, colaborando para a melhoria dos serviços que o Órgão presta à sociedade. Podem ser encaminhadas reclamações, denúncias, críticas, sugestões, elogios, bem como solicitadas providências e informações, incluindo dados gerenciais e estatísticos, acerca dos serviços prestados pelo MPM, seus órgãos e serviços auxiliares.

A transparência ativa do MPM é desenvolvida por meio do seu Portal da Transparência, instrumento de controle social da execução orçamentária, financeira, administrativa e finalística da Instituição. Sua estrutura foi desenvolvida conforme preconizado pelas Resoluções nº 86, 89 e 115 do CNMP, que, por seu turno, dão aplicabilidade à transparência exigida pela LAI.

A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) do CNMP analisa as informações disponibilizadas nos sítios de todos os ramos do Ministério Público brasileiro, aferindo o efetivo cumprimento dos mais de 250 itens utilizados para o monitoramento eletrônico. No exercício de 2020, o MPM obteve grau de excelência em todas as medições realizadas pelo CNMP.

A atuação do MPM também é destacada por meio da divulgação regular de decisões da Justiça Militar da União e de peças processuais da Instituição.

Em 2020, ano do centenário do MPM, a divulgação institucional foi ampliada por meio da produção de vídeos, na página eletrônica e nas mídias sociais, com depoimentos de membros integrantes, colaboradores e convidados do órgão, pessoas de destaque que fizeram parte da história do MPM.

4.1.8 AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo influencia e impacta toda instituição, seja ela pública ou privada. O MPM relaciona-se externamente principalmente com a sociedade,

TABELA 66 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

MACROPROCESSO FINALÍSTICO	RESULTADO PARA A SOCIEDADE
Página eletrônica do MPM	https://www.mpm.mp.br/
Ouvidoria do MPM	http://www.mpm.mp.br/ouvidoria/
Portal da Transparência	https://transparencia.mpm.mp.br/
Lei de Acesso à Informação	https://www.mpm.mp.br/lei-de-acesso-a-informacao/
Facebook	https://www.facebook.com/mpmilitar/
YouTube	https://www.youtube.com/channel/UCjV3xvbQPdMV9JrA7PF0Q3g?app=desktop
Instagram	https://www.instagram.com/ministeriopublicomilitar/

a Justiça Militar da União, as Forças Armadas, os órgãos de controle e outras instituições com as quais firma parcerias e termos de cooperação, sejam nacionais ou internacionais, e ainda sofre influência do contexto nacional e internacional.

A população tem se tornado cada vez mais exigente quanto ao enfrentamento da corrupção, e não poderia ser diferente, já que os desvios de dinheiro público desfalcam o erário e comprometem os investimentos em áreas essenciais para o desenvolvimento do país. O crescente aumento da criminalidade complexa, sobretudo a que envolve organizações criminosas, demanda o aprimoramento da atuação investigativa e processual. Já no âmbito



das Forças Armadas, esse refinamento dos instrumentos de combate à corrupção foi desenvolvido e implementado de modo a não comprometer a higidez moral e operacional das Forças Armadas nem ferir seus preceitos deontológicos.

Nesse cenário, em 2020 foi criado o Observatório do Ministério Público Militar para o Enfrentamento da Corrupção, de caráter nacional e permanente, com atribuições direcionadas a transparência, identificação de vulnerabilidades, levantamento de dados, elaboração de estudos e consolidação de estatísticas, incentivo à denúncia de irregularidades e estruturação de medidas judiciais e extrajudiciais voltadas à prevenção, detecção e repressão dos atos de corrupção dentro das organizações militares, bem como à indução de políticas públicas no âmbito das Forças Armadas.

Além disso, desde o advento da Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017, e da Lei nº 13.744, de 22 de novembro 2018, o MPM vem se estruturando para uma atuação mais efetiva quanto à repressão da criminalidade complexa, apesar de o incremento da capacidade operacional do Órgão, tanto com relação a servidores especializados quanto a recursos orçamentários, não ter ocorrido concomitantemente em razão de restrições trazidas pela Emenda Constitucional 95, as quais limitam o crescimento das despesas do governo brasileiro por 20 anos.

Outro destaque é a entrada em vigor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), que, ao dispor sobre o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, gerou a necessidade de adequação dos processos organizacionais a essa nova realidade.

O ano de 2020 foi marcado pela declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a pandemia do novo coronavírus, obrigando a implementação de medidas temporárias para se evitar a transmissão do vírus, como a necessidade de distanciamento social, o que causou mudança abrupta no modelo de trabalho, instituindo-se, assim, o trabalho domiciliar para a maior parte do quadro de pessoal.

Cumpre destacar que o país foi impactado por grave crise econômica decorrente da pandemia e passa por um momento de contenção de gastos, razão pela qual se passou a exigir estruturas mais enxutas nos órgãos públicos, esperando-se mais resultados com cada vez menos recursos. Isso gera uma expectativa para a sedimentação do modelo ideal de trabalho, no médio prazo, que deve gerar economia de recursos e maiores produtividade, efetividade e qualidade de vida das pessoas.

De toda forma, a ocorrência de situações extremas, como a vivenciada pela pandemia, acelera processos que já existiam, a exemplo da disponibilização de ferramentas de tecnologia da informação e da virtualização dos processos. A intensificação da utilização dos meios digitais terminou por aproximar não só a sociedade do MPM, o que refletiu no aumento do número de demandas de serviços por meio remoto, mas também a Procuradoria-Geral de Justiça Militar das Procuradorias Regionais, como se constata pela utilização da videoconferência para a realização dos Diálogos com as Regionais. Além disso, foram realizadas diversas lives, que permitiram a difusão do conhecimento para a população, que antes não tinha acesso ao conteúdo deste Parquet das Armas, ramo tão especializado do Ministério Público.

Destacam-se, ainda, as audiências virtuais, que facilitaram alguns procedimentos que antes só eram realizados de forma presencial, tornando o trabalho mais célere e atingindo pessoas de localidades mais longínquas, neste país continental.

Além disso, em razão do cenário político, as Forças Armadas estiveram em evidência em 2020, pela prestação de diversos serviços ao país, no momento de crise vivenciado pela pandemia, o que aumentou a visibilidade do MPM como a instituição que tem, entre outras atribuições, a de preservar a eficiência e a eficácia do emprego das Forças Armadas nas suas missões constitucionais.

Destaque-se, por oportuno, que o MPM também participou do esforço integrado desenvolvido pelo MPU no enfrentamento da pandemia da COVID-19, assim, participou do gabinete avançado criado pela PGR, indicando focalizadores nas diversas Procuradorias Regionais da Justiça Militar que atuaram perante os demais focalizadores do MPT e MPF, integrando e universalizando ações institucionais desenvolvidas para atuar com eficiência e proatividade.

Ressalte-se que, diante de todo o cenário vivenciado, foi elaborado o novo Plano Estratégico para o ciclo 2021-2026, com a participação tanto do público interno da Instituição quanto do externo, de forma que os esforços sejam direcionados para atender aos anseios da sociedade em sua plenitude.

Por fim, enfatiza-se o importante papel orientador e fiscalizador dos órgãos de controle, a exemplo do Conselho Nacional do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, que impulsionam a adoção de práticas de gestão para tornar a Instituição mais eficiente e apta ao exercício de suas atribuições perante o Poder Judiciário, na incessante defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

4.2 RISCOS

A gestão de riscos no âmbito da Administração Pública tem por finalidade o alcance dos objetivos institucionais, por meio da identificação antecipada de possíveis eventos que poderiam afetar esses objetivos, o cumprimento dos prazos, além de evitar o consumo excessivo de recursos para a solução de problemas, possibilitando a melhoria contínua dos processos organizacionais.

Com a publicação da Portaria PGR/MPU n° 78/2017, que estabelece a Política de Gestão de Riscos no âmbito do MPU, o MPM iniciou os trabalhos para a mudança da cultura organizacional e a sistematização das análises e do tratamento de riscos, por meio da realização de treinamentos e elaboração e execução do projeto estratégico Gestão de Riscos no MPM.

O projeto, iniciado em 2019, visa à definição da estratégia e das bases para a implantação da Gestão de Riscos no MPM, que potencializará a performance organizacional, a redução de custos e prazos, além da melhoria de accountability e da governança pública, possuindo os seguintes escopos: Definição da estrutura de governança; definição da unidade responsável e estrutura mínima; definição da estratégia e do cronograma de implantação; elaboração da política de gestão de riscos no MPM; elaboração do manual contendo a metodologia de gestão de riscos; elaboração de Plano de Capacitação; elaboração de Plano de Comunicação; implantação de Projeto Piloto; definição do sistema a ser implantado; implantação de sistema.

Com previsão de conclusão em 2020, o projeto foi fortemente impactado pelo isolamento social causado pela pandemia do novo coronavírus. Dessa forma, espera-se estabelecer ritmo normal dos trabalhos a partir do primeiro semestre de 2021, pontuando-se que a implantação efetiva da gestão de riscos no MPM ocorrerá de maneira escalonada, alicerçada nas diretrizes e metodologias definidas pelo Ministério do Planejamento e pelo Tribunal de Contas da União.

Em que pese a sistematização da gestão dos riscos em sede de projeto estratégico, o MPM adota modelo de Plano Diretor e de Plano de Projeto que já realiza a análise dos riscos envolvidos e o seu tratamento.

O MPM possui, ainda, unidades formalmente estabelecidas capazes de minimizar riscos na atuação da atividade-fim e atividade-meio, de forma a atingir de maneira eficiente os seus objetivos institucionais.

No âmbito da atividade-fim, a Corregedoria do Ministério Público Militar exerce a fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público Militar, e a Câmara de Coordenação de Revisão possui a atribuição da coordenação, integração e revisão do exercício funcional na Instituição.

Quanto à atividade-meio, a Consultoria Jurídica e Técnica, unidade consultiva vinculada diretamente à Direção-Geral da Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, contribui para a minimização dos riscos na atividade administrativa, uma vez que tem sob sua responsabilidade a análise revisional dos processos de gestão do Órgão. Além disso, presta auxílio ao ordenador de despesas no processo de tomada de decisão, por meio de pesquisas jurisprudenciais, doutrinárias e normativas, bem como na identificação de pontos de maior risco e de necessidades de padronização de procedimentos e aperfeiçoamento dos atos administrativos.

4.3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.3.1 GOVERNANÇA

A Governança no MPM é compreendida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

A Estrutura de Governança do Ministério Público Militar foi concebida com base nas referências de melhores práticas de governança e gestão, incluindo o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do TCU. A figura a seguir representa, de forma estruturada, as principais instâncias de governança e gestão do MPM e o relacionamento entre si.

4.3.2 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

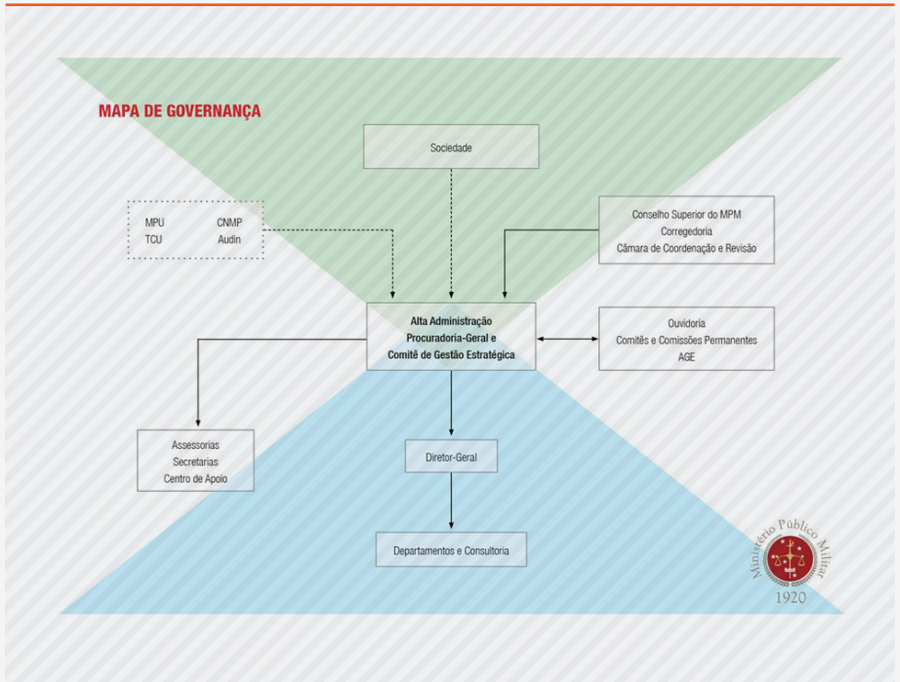
De acordo com as melhores práticas de governança pública, a estrutura de governança de uma instituição deve fomentar a maturidade das práticas e dos processos de tomada de decisão estratégica, de gestão de riscos e controles internos, de supervisão da gestão, de relacionamento com a sociedade e com outras partes interessadas, além de avaliar como suas necessidades e expectativas legítimas devem ser consideradas na definição da estratégia e dos objetivos da Organização.

O MPM possui uma estrutura de Governança definida, composta por várias instâncias internas e externas que atuam de forma integrada no que diz respeito à normatização e controle, fiscalização e revisão da atividade funcional e do gasto público. A existência de Conselhos, Comitês, Câmara, Corregedoria e Ouvidoria garantem fóruns legítimos com o objetivo de direcionar e controlar a Instituição.

Quanto ao fomento da melhoria dos processos de tomada de decisão estratégica, cabe ressaltar que o MPM possui em sua estrutura de governança o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) e a Assessoria de Gestão Estratégica (AGE).

Cabe ao CGE estabelecer as diretrizes de gestão estratégica do Órgão, além de avaliar e monitorar a gestão, por meio de mecanismos de acompanhamento, tais como reuniões de nível estratégico e tático. Já à AGE compete a gestão do planejamento estratégico, incumbindo-lhe a prestação de assessoramento técnico nos assuntos afetos, o desenvolvimento organizacional e a modernização da

FIGURA 45 MAPA DE GOVERNANÇA



gestão, coordenação, formulação e atualização do Plano Estratégico do MPM e o monitoramento do seu desempenho. Ressaltando que nas atualizações dos Planos Estratégicos tem sido utilizado questionário externo, buscando assim levar em consideração as expectativas da sociedade e das partes interessadas.

Quanto ao controle do Plano Estratégico, ao final de cada semestre, são elaborados Relatórios Semestral e Anual, contendo o desempenho de cada objetivo estratégico, sendo submetidos à aprovação do Comitê de Gestão Estratégica e publicados no site do MPM, objetivando a transparência para a sociedade.

Quanto ao fomento da maturidade dos processos de gestão de riscos e controles internos, cabe ressaltar que, de acordo com as melhores práticas, a gestão de riscos e o sistema de controle interno deve perpassar toda a Instituição, subdividindo-se em três linhas de defesa. Na primeira linha de defesa, todos os gestores de processos são responsáveis por gerir e desenhar controles adequados para os riscos dos seus processos. Na segunda linha de defesa, há os núcleos de riscos e controle. Por fim, na última linha, encontra-se a auditoria interna, à qual cabe o monitoramento da qualidade da gestão de riscos implementada pela gestão do Órgão. À estrutura de governança da Instituição cabe a coordenação das linhas de defesa.

Nesse sentido, tendo por finalidade se adequar a essas melhores práticas de gestão de riscos e controle, cabe ressaltar que está em análise na Instituição o início da implementação da gestão de riscos e a definição da unidade que será responsável por sua implantação e seu gerenciamento, demonstrando, dessa forma, o comprometimento das instâncias de governança do Órgão em fomentar a maturidade das práticas e dos processos de gestão de riscos e controles internos.

O monitoramento do sistema de controle interno implementado pela governança do MPM é desempenhado pela Auditoria Interna do Ministério Público (Audin) e o controle externo é feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União.

4.3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico do Ministério Público Militar 2016-2020 definiu os referenciais estratégicos, objetivos, iniciativas, indicadores e metas de desempenho e sua construção encontra-se alinhada às diretrizes dispostas na Resolução nº 147, de 21 de junho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público.

O Plano Estratégico foi construído com base na abordagem do *Balanced Scorecard (BSC)*, que é alicerçada no direcionamento e alinhamento das ações estratégicas, a partir de uma visão integrada e balanceada, com foco nas dimensões PESSOAS E MEIOS (Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura), PROCESSOS (Processos de Apoio e Finalísticos) e RESULTADOS (o que se espera que reflita diretamente em benefício da sociedade) e visa orientar as ações gerenciais em todos os níveis de governança do MPM.

O Mapa Estratégico do MPM demonstra, de maneira simplificada, os desafios que foram traçados e apresenta nove objetivos estratégicos e quatro objetivos de resultado para a sociedade:

Os objetivos estratégicos foram detalhados em iniciativas, que, por sua vez, são classificadas em projetos ou ações, estas últimas caracterizadas em função da menor complexidade na sua execução. Anualmente, após a análise sistemática do portfólio de projetos, é realizada a priorização das ações e a alocação dos recursos orçamentários pela administração, com o objetivo de direcionar esforços para uma atuação proativa e estabelecer uma trilha para o atingimento dos resultados esperados.

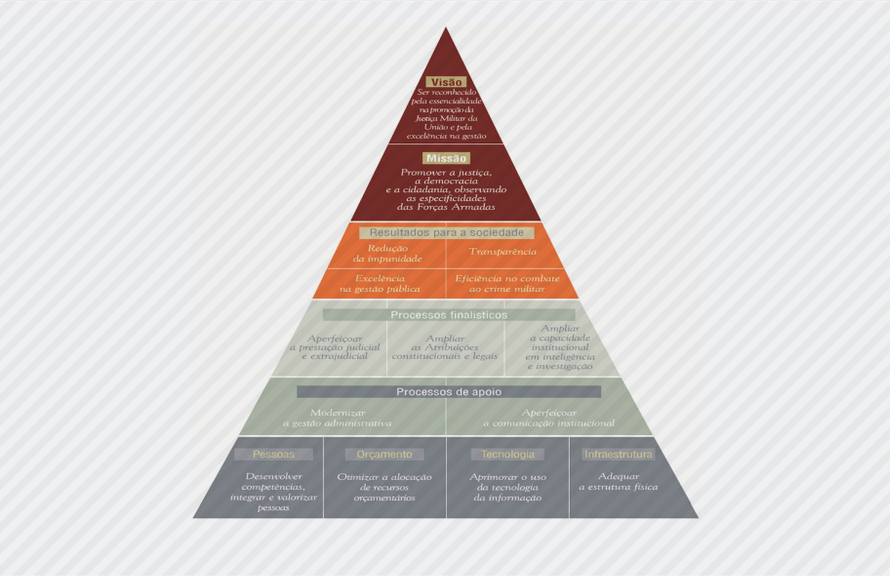
TABELA 67 GOVERNANÇA DO MPM

UNIDADE DE GOVERNANÇA	PAPEL DA UNIDADE DE GOVERNANÇA
Comitê de Gestão Estratégica (CGE)	Instituído pela Portaria PGJM nº 111, de 26 de agosto de 2016, compete ao comitê estabelecer as diretrizes da gestão estratégica do Órgão. Composto pelo procurador-geral de Justiça Militar, vice-procurador-geral de Justiça Militar, ouvidor-geral, corregedor-geral, um representante da Câmara de Coordenação e Revisão, três representantes do Colégio de Procuradores e pelo diretor-geral.
Conselho Superior do Ministério Público Militar (CSMPM)	Estabelecido pela Lei Complementar nº 75/1993, compete exercer o poder normativo no âmbito do MPM, aprovar o orçamento, determinar a realização de correições e sindicâncias, e a instauração de processos administrativos em que o acusado seja membro. É formado por todos os subprocuradores-gerais de Justiça Militar.
Corregedoria (Corge)	Estabelecido pela Lei Complementar nº 75/1993, é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do MPM.
Câmara de Coordenação e Revisão (CCR)	Estabelecido pela Lei Complementar nº 75/1993, compete-lhe promover a coordenação, a integração e a revisão do exercício funcional de membros na Instituição.
Ouvidoria	Instituída pela Portaria PGJM nº 14/2017, canal direto e desburocratizado do cidadão, de servidores e membros do MPM, com objetivo de dar efetividade, manter e aprimorar um padrão de excelência nos serviços e atividades prestadas pela Instituição.
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)	Instituída pela Portaria PGJM nº 74/2016, com atribuições complementadas pela Portaria PGJM nº 111/2016. À AGE compete a gestão do planejamento estratégico, incumbindo-lhe a prestação de assessoramento técnico nos assuntos afetos, no desenvolvimento organizacional e na modernização da gestão, coordenação, formulação e atualização do Plano Estratégico do MPM monitoramento do seu desempenho.

TABELA 67 GOVERNANÇA DO MPM

UNIDADE DE GOVERNANÇA	PAPEL DA UNIDADE DE GOVERNANÇA
Comissão de Ética	Criada pela Portaria PGJM nº 202/2017, possui a finalidade de orientar e aconselhar sobre ética do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, bem como de implementar e gerir o código de ética dos servidores e colaboradores.
Comissão Institucional de Gestão Ambiental (CGA)	Criada pela Portaria PGJM nº 308/2009, com o objetivo de promover os procedimentos voltados ao estudo, à sugestão e ao acompanhamento de medidas internas, delineadas à adoção de rotinas administrativas ecologicamente sustentáveis e à conscientização institucional para prestação ambiental.
Comitê de Gestão Estratégica de Segurança Institucional (CGESI)	Criado pela Portaria PGJM nº 74/2018, possui competência de assessorar o procurador-geral de Justiça Militar em assuntos relativos à Segurança Institucional e à Inteligência; compete elaborar o Plano de Segurança Institucional e o Plano de Segurança Orgânica, bem como toda e qualquer documentação correlata.
Comitê Gerencial de Gestão de Pessoas	Criado pela Portaria nº 252, de 19 de dezembro de 2019, para assegurar a implementação da Política de Gestão de Pessoas, bem como deliberar sobre assuntos dessa natureza.
Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Ceti)	Criado pela Portaria nº 74, de 7 de julho de 2015, para deliberar sobre assuntos da área de Tecnologia da Informação.
Auditoria Interna do Ministério Público (Audin)	Órgão de controle interno, ao qual compete fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados ao Ministério Público da União.
Tribunal de Contas da União (TCU)	Órgão de controle externo, ao qual compete fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais.
Conselho Superior do Ministério Público (CNMP)	Controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres de seus membros.

FIGURA 46 MAPA ESTRATÉGICO



Constata-se que sete indicadores não atingiram a meta pactuada, quais sejam: satisfação com a Instituição, processos de gestão de TI, acessibilidade e segurança de instalações, práticas sustentáveis, governança de projetos, presença na mídia e tempo de tramitação extrajudicial. As causas do não atingimento serão avaliadas pela Assessoria de Gestão Estratégica e, caso haja necessidade, os ajustes necessários serão executados.

TABELA 68 RESULTADOS DE DESEMPENHO

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020	RESULTADO
Pessoas e Meios	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Nível de capacitação	30 h	32,61
		Satisfação com a Instituição	Aumentar em 10% o índice	-4,6%
	Otimizar a alocação de recursos orçamentários	Orçamentação do Plano Estratégico	80%	82%
		Restos a pagar	1%	0,36%
	Aprimorar o uso da tecnologia da informação	Novas tecnologias	100%	100%
		Processos de Gestão de TI	72%	29%
Pessoas e Meios	Adequar a estrutura física	Acessibilidade e segurança das instalações	33,34%	26,66%
Processos	Modernizar a gestão administrativa	Governança de processos	1,4%	1,4%
		Práticas sustentáveis	75%	84%
		Governança de projetos	90%	78%
	Aperfeiçoar a comunicação institucional	Acesso ao site do MPM	Incremento de 5%	Incremento de 25%
		Presença nas redes sociais	1.200	3.786

TABELA 68 RESULTADOS DE DESEMPENHO

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020	RESULTADO
Processos	Aperfeiçoar a prestação judicial e extrajudicial	Presença na mídia	Incremento de 5%	-7,75%
		Prevenção de crimes militares	10%	67%
		Ampliação da investigação direta	5%	12,12%
	Ampliar a capacidade institucional em inteligência e investigação	Capacidade de investigação	90%	107%
	Ampliar as atribuições constitucionais e legais	Agenda Institucional	100%	100%
Resultados para a Sociedade	Redução da impunidade	Êxito em processos judiciais – primeira instância	85%	88%
		Êxito em processos judiciais – segunda instância	85%	89%
	Eficiência no combate ao crime militar	Tempo de tramitação extrajudicial	60 dias	91,96 dias
	Transparência	Transparência no MPM	95%	99,7%
	Excelência na gestão pública	Excelência em Planejamento Estratégico	Excelente	Excelente

4.3.4 PLANOS DE CURTO PRAZO

O MPM teve oito iniciativas prioritárias com execução em 2020, orientadas para o aperfeiçoamento da atividade finalística da Instituição:

TABELA 69 INICIATIVAS PRIORITÁRIAS

INICIATIVA	DESCRIÇÃO E METAS	ÁREA RESPONSÁVEL	RESULTADOS ALCANÇADOS
Implementação do Núcleo de Apoio Processual (NAP)	Criado para mitigar a carência de mão de obra para a atividade finalística das PJM, em razão de restrições para reposição de 28 servidores que se aposentaram nos últimos meses.	Gabinete do Procurador-Geral de Justiça Militar	Apoio aos trabalhos realizados nas Procuradorias de Justiça Militar; Diminuição do quantitativo de processos represados.
Implementação do Núcleo de Assessoramento Técnico Especializado (NAT)	Prestar assessoramento à atividade finalística quando demandados conhecimentos técnicos e científicos especializados nas áreas de engenharia, saúde, tecnologia da informação, contabilidade e gestão pública.	Gabinete do Procurador-Geral de Justiça Militar	Fortalecimento da estrutura de apoio à investigação.
A implementação do Observatório de Combate à Corrupção do MPM	Almeja-se, no final de 2021, a produção de uma publicação com dados numéricos e estatísticas sobre as práticas ilícitas no âmbito das FFAA que estejam comprometendo o patrimônio militar, especialmente no contexto das práticas de corrupção e fraudes licitatórias.	Gabinete do Procurador-Geral de Justiça Militar	Com os dados e estatísticas disponíveis, será possível propor medidas de caráter preventivo, bem como o reforço das ações de repressão da criminalidade de grande porte, normalmente promovida por organizações criminosas.

TABELA 69 INICIATIVAS PRIORITÁRIAS

INICIATIVA	DESCRIÇÃO E METAS	ÁREA RESPONSÁVEL	RESULTADOS ALCANÇADOS
Transformação da Secretaria de Direitos Humanos, Direito Humanitário em Secretaria de Direitos Humanos, Direito Humanitário e Relações Internacionais	Incremento da participação mais efetiva do MPM nas discussões internacionais a respeito de questões afetas a sua atuação, como nos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário.	Procurador-Geral de Justiça Militar	Fortalecimento da atuação do MPM na esfera internacional.
Diálogos com as Regionais	Empreender interlocução mais efetiva entre a PGJM e Procuradorias Regionais, dentro de uma visão de gestão participativa e democrática.	Gabinete do Procurador-Geral de Justiça Militar	Otimização do tempo, economia de recursos financeiros, maior aproximação da Administração Superior com as Administrações Regionais por meio de levantamento e resolução de problemas locais.
Aperfeiçoamento do sistema eletrônico judicial	Necessidade de substituir sistemas defasados de controle processual que não mais possuem manutenção e não atendem às atuais demandas de distribuição e gerenciamento de feitos judiciais.	DDJ	Distribuição e gerenciamento de feitos de forma automatizada, propiciando agilidade na tramitação judicial e revisão dos fluxos de trabalho.
Catalogação e mapeamento das Organizações Militares	Garantir agilidade no acesso aos dados de contato de cada Organização Militar para priorizar o trâmite virtual de informações.	Assessoria Jurídica do PGJM	Disponibilização da base de dados na intranet; otimização do tempo
Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de prazos de prescrição de feitos	Aperfeiçoar os atos normativos relativos ao controle dos prazos de prescrição.	Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça Militar	Melhoria do controle do prazo prescricional.

4.3.5 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

Os resultados das principais áreas de gestão, no exercício de 2020, encontram-se detalhados na tabela a seguir:

TABELA 70 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS	ÁREA DE GESTÃO
Em 2020, obtivemos o menor percentual de inscrição em Restos a Pagar dos últimos anos. Alcançamos o percentual de 0,36% em relação à Dotação Orçamentária do MPM.	ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Devido à redução de despesas, em razão do trabalho domiciliar, e aos esforços no sentido de zelar pela qualidade do gasto público, foi possível atender a muitas demandas reprimidas: • renovação da frota de veículos oficiais, mediante a aquisição de 26 veículos; • atualização do parque tecnológico pela aquisição de 500 computadores, o que permitiu atender à necessidade de trabalho remoto e eventos virtuais durante a pandemia.	
Revisão do sistema Planejar, no intuito de minimizar os efeitos do lapso de tempo entre a coleta de demandas e a aprovação da LOA. Tal iniciativa permitiu otimizar a reprogramação orçamentária e alocar recursos em áreas prioritárias.	
Participação da equipe em vários grupos de trabalho, dando maior destaque ao grupo que avaliou o sistema Cosmos/MPT. O sistema avaliado permitirá, caso seja implantado, a integração de todas as etapas do ciclo orçamentário, no intuito de melhor orientação dos gestores na tomada de suas decisões.	
Suplementação da dotação prevista na LOA 2020, destinada à Atividade "Assistência Médica e Odontológica a Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes", em um percentual de 99,43% em relação à dotação inicial. Com isso, foi garantida a manutenção da estrutura financeira do plano de assistência médica do MPM.	

TABELA 70 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS	ÁREA DE GESTÃO
Em 2020, os gestores acumularam 3.996 horas de treinamentos na área de gestão, sendo 100 gestores com mais de 20 horas de capacitação. O objetivo do projeto levou em conta o desenvolvimento de habilidades profissionais, visando à efetividade e, consequentemente, a maior valor nos resultados da unidade.	GESTÃO DE PESSOAS
A introdução do projeto "Dimensionamento da Força de Trabalho" possibilitou a aferição do quantitativo de servidores necessários para a realização das atividades determinadas pelo Regimento Interno nas unidades do MPM.	
Lançamento de edital que visa formar um banco de Projetos de Cursos na área finalística do MPM, a serem realizados por meio de Instrutoria Interna, na modalidade de ensino a distância, presencial ou híbrido.	
Em continuidade ao Projeto Gestão por Competências, a equipe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas foi capacitada para elaborar as trilhas de aprendizagem destinadas a atender às necessidades da unidade piloto, a Divisão de Suprimento de Bens e Serviços (DSBS).	
A plataforma de educação a distância, lançada em 2018, obteve, durante o exercício de 2020, um incremento de nove cursos com tutoria e dois cursos autoinstrucionais.	
No exercício de 2020, surgiu a necessidade de contratação de serviços de recuperação da estrutura das marquises externas dos blocos A e C da Procuradoria-Geral de Justiça Militar (PGJM) e da Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal (PJM/DF), devido à constatação de manifestações patológicas que poderiam causar danos estruturais.	LICITAÇÕES E CONTRATOS
No tocante à manutenção predial, ocorreu a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos sistemas elétricos, rede estruturada, civil e hidráulica e serviços eventuais de manutenção. Cabe destaque a essa ação, devido à necessidade de manter a funcionalidade das instalações, bem como evitar a degradação das edificações.	

TABELA 70 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS	ÁREA DE GESTÃO
Objetivando a atualização e renovação do parque computacional do MPM, com mais de 5 anos de uso, procedeu-se à contratação de empresa para fornecimento de estações de trabalho e monitores. Tal aquisição contribuirá para a redução dos custos de manutenção dos equipamentos em questão.	LICITAÇÕES E CONTRATOS
A frota de veículos automotores do MPM, necessária ao bom desempenho das atribuições institucionais, foi renovada mediante a aquisição de 26 (vinte e seis) veículos operacionais. Tal aquisição proporcionará maior agilidade e segurança, itens indispensáveis ao cumprimento das atribuições, sem deixar de mencionar a redução de custos com manutenção e emissão de gases poluentes.	
Diante da necessidade de assegurar a disponibilidade dos serviços essenciais ao MPM, executados em seu ambiente computacional e permitir que, em caso de falha do equipamento, ocorra a pronta reparação ou substituição em tempo hábil, fez-se necessária a contratação do serviço de suporte técnico com fornecimento de peças originais. Esse serviço visa à garantia da eficiente disponibilidade dos serviços executados em ambiente virtual.	
Apesar da metade das atividades desenvolvidas pelas Seções da Divisão de Material e Patrimônio guardarem a característica de trabalho presencial, além da continuidade dos serviços relativos ao controle de bens móveis e imóveis, tiveram destaque na gestão patrimonial as seguintes aquisições: veículos automotores, estações de trabalho e monitores, notebooks, licenças de uso de softwares, equipamento de transporte vertical (elevador) e aparelhos telefônicos.	INFRAESTRUTURA E PATRIMONIAL
Devido ao fato de a sede da PJM do Rio de Janeiro funcionar em uma edificação antiga, os equipamentos de transporte vertical já se encontravam em estado obsoleto. Diante disso, tais equipamentos foram considerados de alta periculosidade para o uso. Assim, a modernização de um dos elevadores da PJM/RJ, de acordo com as condições contratuais, foi efetuada durante o exercício de 2020, a fim de assegurar a segurança dos usuários da PJM.	

TABELA 70 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS	ÁREA DE GESTÃO
Em atendimento ao disposto no Planejamento Estratégico do MPM 2016-2020, iniciativa 4.1.2 "Adequar as Procuradorias aos padrões de qualidade", ocorreram, em 2020, as seguintes reformas e melhorias necessárias ao bom desempenho das atividades das seguintes Procuradorias: PJM de Porto Alegre/RS: • alteração de layout, com a criação de assessorias independentes, bem como todas as adequações físicas, incluindo instalações elétricas e de ar-condicionado; • manutenção da cobertura e recuperação da impermeabilização. PJM de Recife/PE: - correções de infiltrações sob janelas, na laje de cobertura, no telhado, em calhas e na platibanda da edificação; - revisão geral das instalações elétricas da edificação; - recuperação de acabamentos internos e pintura; - revitalização da área externa.	INFRAESTRUTURA E PATRIMONIAL
Devido ao aparecimento de manifestações patológicas nas marquises externas das edificações da PGJM e da PJM/DF, às constatações e conclusões captadas em laudo pericial, e à necessidade de execução de reforço da estrutura das marquises dos blocos A e C, procedeu-se à execução da reforma em 2020.	
Consoante o previsto no Planejamento Estratégico em 2020, o trabalho de recuperação da fachada da PJM em São Paulo, além de outras melhorias necessárias, foi inicializado em 2020, terminando o prazo de execução em 20/1/2021.	
A Nova Rede Nacional do MPM obteve o aumento de velocidade dos links de internet e MPLS da PGJM, bem como foi disponibilizado o serviço de videoconferência com salas virtuais (Webex) e físicas com o intuito de facilitar a interação entre as unidades, além da realização virtual das Sessões do Conselho Superior do MPM e das reuniões estratégicas do órgão, no intuito de atender à demanda da Instituição em período de trabalho domiciliar.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TABELA 70 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS	ÁREA DE GESTÃO
Soluções de segurança de redes compostas de firewall corporativo e multifuncional foram implantadas, a fim de prover segurança e proteção da rede de computadores, contemplando gerência unificada e atendendo às necessidades do MPM. Tal solução permitiu mitigar os riscos de invasão da rede do MPM durante a onda de ataques sofrida no ano de 2020 por diversos órgãos públicos no Brasil.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Aquisição de notebooks e microcomputadores para a atualização de todo o parque computacional do MPM com mais de 5 anos de uso, e aquisição de softwares para a atualização das versões de Banco de Dados e Sistema Operacional dos servidores de rede do MPM.	
Disponibilização de diversas ferramentas para viabilizar o trabalho domiciliar e facilitar a comunicação entre membros e servidores, tais como: acessos VPN; MPMMeet (reuniões virtuais); LivechatMPM (mensageria instantânea); e MPMDrive (disponibilização de arquivos institucionais via internet).	
Desenvolvimento e implantação do REDIWEB para a primeira instância – Sistema de registro e distribuição de processos de 1ª Instância do MPM, integralmente desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) em parceria com o Departamento de Documentação Jurídica (DDJ).	
A Seção de Acompanhamento de Custos permaneceu, no exercício de 2020, avaliando a evolução do custo anual das Procuradorias nos Estados e no DF e pôde concluir que ocorreu uma significativa economia nos custos durante a pandemia.	CUSTOS
Implantação de um indicador que afere o custo do ato praticado pela área-fim, ou seja, atividades efetivamente realizadas por membros e servidores do MPM que impulsionam os processos judiciais e procedimentos extrajudiciais.	

TABELA 70 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS	ÁREA DE GESTÃO
Execução do projeto Gestão à Vista que tem por objetivo desenvolver um ambiente de visualização das informações de custos pelos gestores.	CUSTOS
Configuração das impressoras no modo frente e verso, revisão dos procedimentos de reprografia e redefinição do envio de copos plásticos para as copas.	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Estudo sobre a viabilidade de instalação de interruptores individuais nas salas onde houver essa possibilidade e estudo sobre layout de melhor aproveitamento da luz natural, bem como viabilização de recurso para o reúso da água pluvial.	
Elaboração e implementação da política e do programa de Qualidade de Vida no Trabalho, além da realização de pesquisas de satisfação e aferição da qualidade de vida no ambiente de trabalho.	
Adequação dos procedimentos de limpeza à questão da sustentabilidade, identificando os produtos de limpeza menos poluentes e econômicos.	
Identificação e utilização nas obras, reformas e nos serviços de manutenção predial, sempre que possível, de materiais sustentáveis, de preferência reciclados e de origem de recursos naturais renováveis.	

4.3.6 INDICADORES DE GOVERNANÇA

O Tribunal de Contas da União (TCU) vem realizando levantamentos para conhecer a situação da governança no setor público federal e estimular suas organizações a adotarem boas práticas no tema.

Entre 2013 e 2016, o tribunal realizou seis levantamentos sobre governança e gestão em quatro temas: tecnologia da informação (TI), pessoas, contratações e governança pública.

A partir de 2017, considerando que as áreas de Governança e Gestão perpassam todas as funções organizacionais de qualquer órgão ou entidade, o TCU integrou esses temas em um só instrumento de autoavaliação, o Questionário Integrado de Governança Pública, de forma a possibilitar análise mais ampla do assunto por parte tanto do tribunal quanto de demais partes interessadas.

TABELA 71 RESULTADOS NOS TEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	26%
iGovPub (índice de governança pública)	38%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	19%
Gestão Pessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	7%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	37%
GestãoTI (índice de capacidade em gestão de TI)	44%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	18%
iGovContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	18%

O levantamento realizado em 2017 resultou no Acórdão nº 588/2018–TCU-Plenário, o qual determinou o acompanhamento, por cinco anos, da capacidade de governança e gestão dos órgãos e entidades jurisdicionados, a fim de identificar riscos sistêmicos, subsidiar o TCU e o Congresso Nacional com informações sobre a governança e a gestão das organizações públicas federais e outros entes jurisdicionados do TCU.

O MPM, no referido levantamento, obteve os seguintes resultados nos temas de tecnologia da informação (TI), pessoas, contratações e governança pública:

Constata-se que o MPM se encontra ainda em estágio inicial em todos os nichos de governança, sendo os mais incipientes a governança de pessoal e de contratações públicas. Ressalta-se que, conforme escala do TCU, 0% a 15% é considerado estágio inexpressivo, 15% a 40% inicial, 40% a 70% intermediário e 70% a 100% avançado.

Cabe ressaltar que, como forma de aperfeiçoar a capacidade de governança e gestão do MPM, foi inserido como objetivo estratégico do novo Plano Estratégico (ciclo 2021 a 2026) o aperfeiçoamento dos quatro temas de governança: tecnologia da informação (TI), pessoas, contratações e governança pública. Além disso, também foi inserido no novo Plano Estratégico projeto que tem como escopo desenvolver perante as unidades responsáveis plano de ação para implementação gradual das práticas de governança exigidas pelo TCU ao longo dos próximos seis anos do novo ciclo estratégico.

4.3.7 MECANISMOS DE CONTROLE

O modelo de três linhas de defesa é uma forma de gerenciamento de riscos nos controles internos da gestão. Esse modelo destaca a transparência sobre as responsabilidades de cada área na condução das atividades da organização,

TABELA 72 IMPLEMENTAÇÃO GRADUAL DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA EXIGIDAS PELO TCU

INDICADOR	OBJETIVO	META	MEDIÇÃO
IGovPub	Medir implementação das práticas de governança pública	Será definida com a implementação do projeto de "excelência na governança", o qual tem como escopo desenvolver perante as unidades responsáveis plano de ação para implementação gradual das práticas de governança exigidas pelo TCU ao longo dos próximos seis anos do novo ciclo estratégico.	38%
IGovPessoas	Medir implementação das práticas de governança de pessoal		19%
Gestão de pessoas	Medir implementação das práticas de gestão de pessoas		7%
IGovTI	Medir implementação das práticas de governança de TI		37%
Gestão de TI	Medir implementação das práticas de gestão de TI		44%
IGov contratação	Medir implementação das práticas de governança nas contratações		18%
Gestão de contratações	Medir implementação das práticas de gestão de contratações		18%

de forma a evitar a existência de lacunas devido à não compreensão das reais responsabilidades de cada unidade no processo de governança.

No MPM, a primeira linha de defesa é composta pelos Departamentos e Assessorias vinculados à Secretaria Administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, que têm por competência a execução do processo de gerenciamento de riscos e dos sistemas de controles internos da organização, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação.

Já a segunda linha é composta pela Consultoria Jurídica e Técnica, Unidade consultiva vinculada à Direção-Geral da Secretaria do Ministério Público Militar, que tem como objetivo apoiar a gestão das áreas para que cumpram com suas responsabilidades. Essa Unidade contribui para a minimização dos riscos na atividade administrativa, uma vez que tem sob sua responsabilidade a análise revisional dos processos de gestão do Órgão.

Ademais, presta auxílio ao Ordenador de Despesas no processo de tomada de decisão, por meio de pesquisas jurisprudenciais, doutrinárias e normativas, bem como na identificação de pontos de maior risco e de necessidades de padronização de procedimentos e aperfeiçoamento dos atos administrativos.

No âmbito da atividade-fim, a Corregedoria do Ministério Público Militar exerce a fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos seus membros e a Câmara de Coordenação e Revisão possui a atribuição da coordenação, integração e revisão do exercício funcional na Instituição, que tem sua atuação pautada estritamente pelas normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 75/1993, nas Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público e no Regimento Interno da Corregedoria do Ministério Público Militar.

TABELA 73 RELAÇÃO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS

LINHA DE DEFESA	ÁREAS RESPONSÁVEIS	RESPONSABILIDADES
1ª linha de defesa	Departamentos e Assessorias vinculados à Secretaria Administrativa da PGJM	Operacionalização dos Controles Internos da Gestão, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização
2ª linha de defesa	Consultoria Jurídica e Técnica	Supervisão dos Controles internos executados pelas áreas administrativas do MPM
3ª linha de defesa	Auditoria Interna do MPU	Fiscalização da gestão dos ramos que compõem o MPU com isenção e independência funcional, cabendo-lhe, ainda, avaliar os controles internos da gestão

A terceira linha de defesa consiste na atividade de auditoria interna, a qual tem como objetivo uma avaliação objetiva e independente da gestão dos riscos, controles e governança da organização, bem como da fiscalização da gestão dos ramos que compõem o MPU, com isenção e independência funcional. Essa atividade é exercida pela Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin/MPU), órgão vinculado ao Procurador-Geral da República.

Por fim, em relação às demandas judiciais, a Advocacia-Geral da União (AGU) é responsável pelas ações em que o MPM figura como parte.

5 MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios
FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Procuradora-Geral de Justiça

Vice-Procuradoria-Geral Jurídico-Administrativa
SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA
Procuradora de Justiça

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional
ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA
Procurador de Justiça

Corregedoria-Geral
JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR
Procurador de Justiça

Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça
MOACYR REY FILHO
Promotor de Justiça

Secretaria-Geral
WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
Promotor de Justiça

Assessoria de Políticas Institucionais
ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA
Promotor de Justiça
GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR
Promotor de Justiça

Ouvidoria
LIBANIO ALVES RODRIGUES
Promotor de Justiça



Fabiana Costa Oliveira Barreto
Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO DEFERAL E TERRITÓRIOS

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

MENSAGEM DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Este documento tem o objetivo de prestar contas em relação às atividades e aos resultados apresentados no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) durante o ano de 2020.

Não obstante os desafios decorrentes de uma pandemia que impôs condições diferenciadas de trabalho durante nove meses de 2020, e que perdura em 2021, o MPDFT conseguiu fechar o exercício passado com execução orçamentária superior a 99% e aumento de 35,99% nos seus investimentos.

O período também foi marcado por crescimento substancial nos índices de produtividade, principalmente após a implementação do trabalho remoto. Neste relatório, o leitor verá que da quantidade total de feitos externos (205.881), a maioria foi realizada por meios eletrônicos (156.033). Isso indica um avanço considerável na implantação do Processo Judicial eletrônico e que caminhamos, a passos largos, para o alcance de 100% na digitalização dos processos.

Nessa mesma linha, foi registrado maior volume nos atendimentos por meio da Ouvidoria, bem como um importante fortalecimento dos canais de comunicação on-line. Tais informações, aliadas aos números que integram este relatório, permitem a constatação de o MPDFT avança em um dos objetivos principais da atual gestão, que é a modernização de sua atuação com foco no melhor aproveitamento da tecnologia e dos meios digitais.

Esse propósito permeia todas as áreas, mas ganha prioridade na atividade investigativa, com a criação do Núcleo de Combate a Crimes Cibernéticos (Ncyber) e o fortalecimento da Unidade Especial de Proteção de Dados (Espec), do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e do Centro de Inteligência (CI). Essas unidades receberam mais investimentos para aquisição de modernos sistemas que permitem o aprimoramento das investigações e a colaboração interinstitucional.

Em 2021, nosso desafio será o aperfeiçoamento da Programa de Estruturação da Plataforma de Ciência de Dados (Prodados), um projeto que visa implementar estrutura de dados e recursos do Business Intelligence para acompanhamento das políticas públicas, entre outras ações. O objetivo é padronizar e personalizar o tratamento de grandes volumes de informações, garantir mais agilidade e ampliar a capacidade de atuação dos promotores de Justiça.

Com a aprovação de um novo planejamento estratégico, que começou a ser formulado ainda em 2020 e tem ampla participação dos públicos interno e externo, por meio de pesquisas virtuais, o MPDFT espera adequar, ainda mais, sua

atuação e estrutura administrativa às necessidades de atendimento da população do Distrito Federal.

Nosso intuito é prosseguir atentos aos anseios da sociedade e aos movimentos de mudança que são próprios da era digital. Assim, esperamos concretizar objetivos estratégicos de aproximação com as comunidades locais, de colaboração mútua e parceria contínua com os órgãos públicos cujas atuações tenham reflexos diretos no bem-estar da sociedade.

Espero que o conteúdo deste documento contribua para melhor compreensão deste Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, onde as portas estão sempre abertas à participação social e à colaboração permanente com os órgãos de controle e com nossos pares no Ministério Público da União.

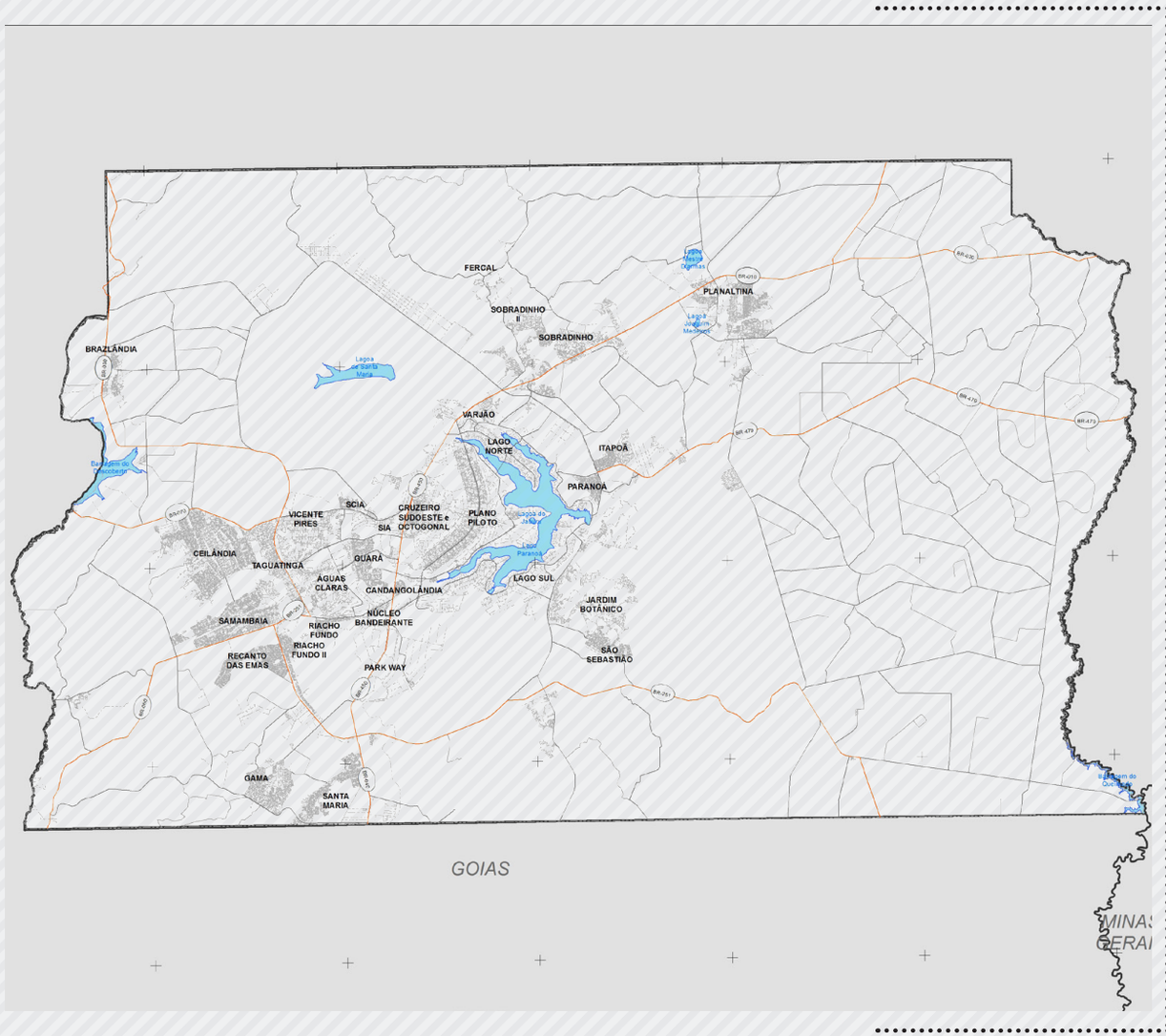
Muito obrigada e boa leitura!



Fabiana Costa Oliveira Barreto
Procuradoria-Geral de Justiça
do Distrito Federal e Territórios

EM 2021, NOSSO DESAFIO SERÁ O APERFEIÇOAMENTO DA PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DA PLATAFORMA DE CIÊNCIA DE DADOS (PRODADOS), UM PROJETO QUE VISA IMPLEMENTAR ESTRUTURA DE DADOS E RECURSOS DO BUSINESS INTELLIGENCE.

FIGURA 47 VISÃO GERAL DO MPDFT



- Ofícios
  399
- Circunscrições Judiciárias
  16
- Membros
  378
- Servidores
  1800
- Procuradores de Justiça
  39
- Promotores de Justiça
  339
- Núcleos e Grupos
  9
- Regiões Administrativas
  33

GRÁFICO 70 MPDFT EM NÚMEROS

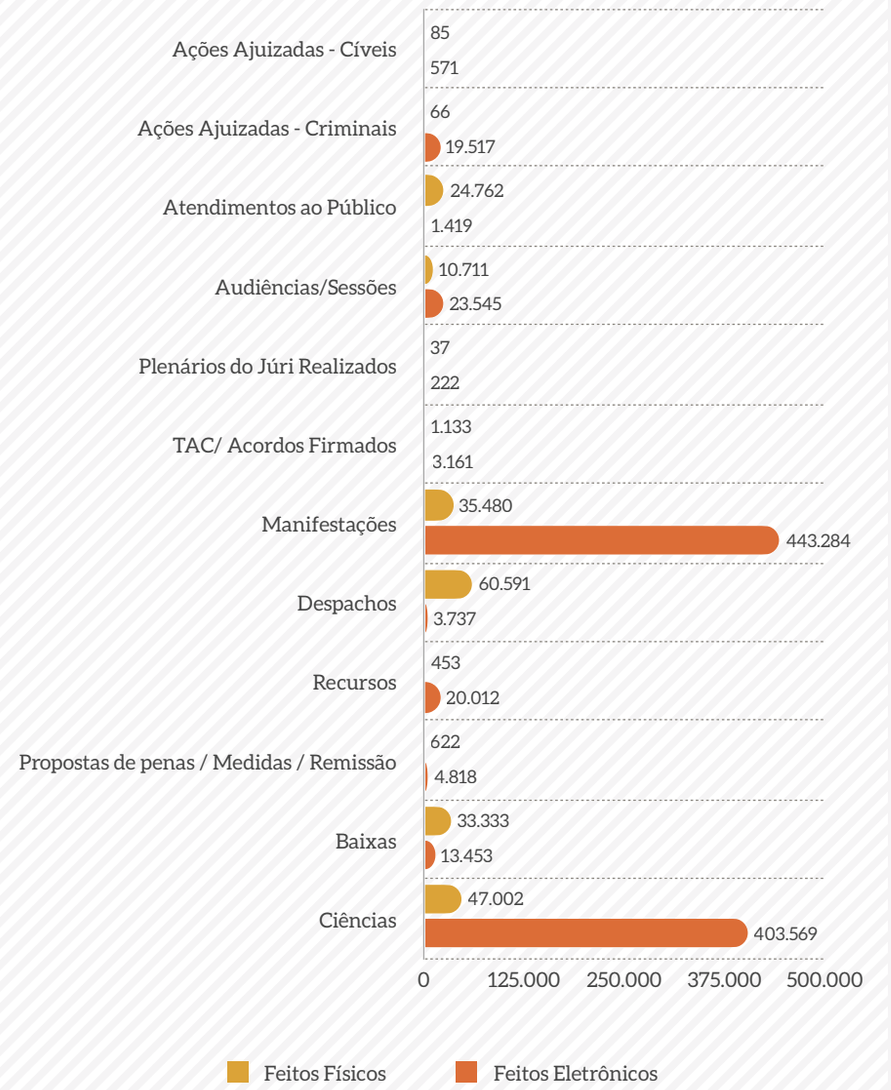
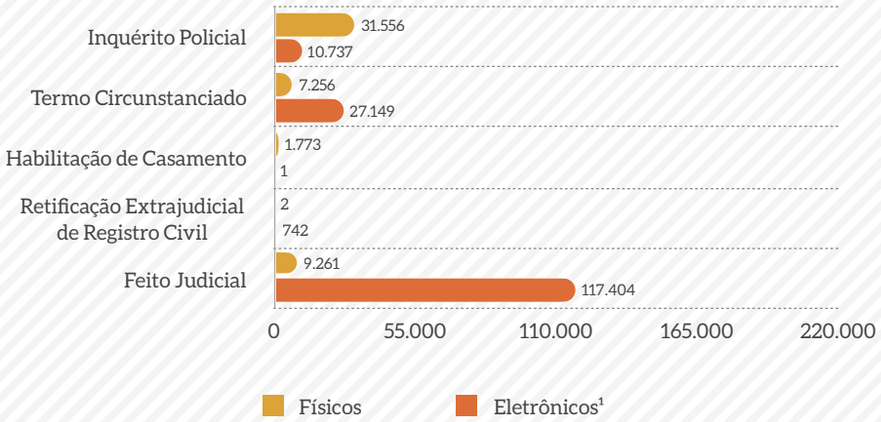
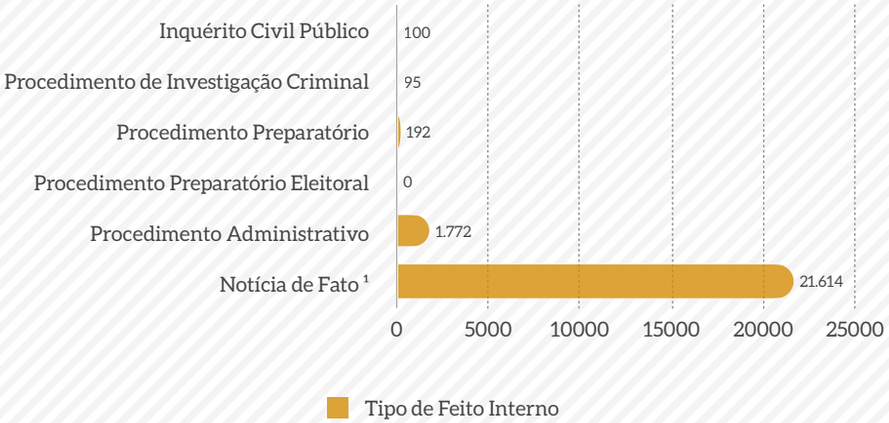


GRÁFICO 71 FEITOS EXTERNOS



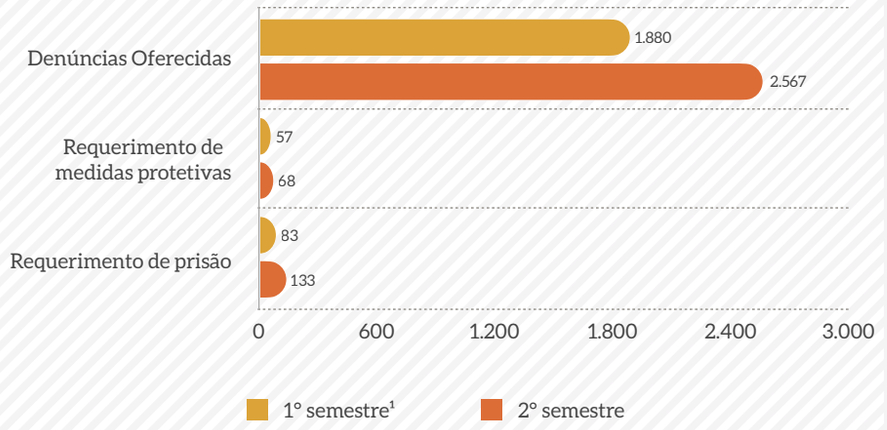
[1] As estatísticas pertinentes aos Feitos Eletrônicos podem contemplar intimações recebidas pelo MPDFT em 2020 referentes a feitos judiciais físicos recebidos anteriormente e que, após serem digitalizados, foram recebidos novamente pelo MPDFT como Feitos Eletrônicos. A AEST/CG segue trabalhando junto à STI e à CExPE para que o eventual efeito inflacionador seja desconsiderado e as estatísticas sejam corrigidas até o fim do 1º semestre de 2021.

GRÁFICO 72 FEITOS INTERNOS



[1] incluídas as comunicações de prisão em flagrante recebidas.

GRÁFICO 73 ESTATÍSTICA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



[1] em consulta realizada em 02/02/2021, a quantidade de Requerimentos de medidas protetivas e de prisão referente ao 1° semestre de 2020 foi corrigida em relação ao que foi informado por ocasião do tabularium 08191.071571/2020-92.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) é instituição permanente, essencial à Justiça e responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, de acordo com o art. 127 da Constituição Federal, garantindo, mediante a adoção das medidas cabíveis, o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição (art. 2° da Lei Complementar n° 75/1993).

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é o ramo do Ministério Público da União responsável por fiscalizar as leis e defender os interesses da sociedade do DF e dos Territórios.

Os principais produtos/serviços ofertados pelo MPDFT para a sociedade do Distrito Federal são a busca da cidadania fortalecida, os direitos individuais indisponíveis protegidos, a criminalidade combatida, o patrimônio público protegido, o meio ambiente preservado, a impunidade e corrupção combatidas, as crianças e adolescentes protegidos e as políticas públicas fiscalizadas e asseguradas.

5.1 MISSÃO E VISÃO

TABELA 74 MISSÃO E VISÃO

Missão	"Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios".
Visão	"Consolidar-se como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade".

TABELA 75 FUNDAMENTOS LEGAIS DA ORGANIZAÇÃO

Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993	Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.
Resolução n° 090, de 14 de setembro de 2009	Dispõe sobre as atribuições e distribuição de processos nas Promotorias de Justiça e dá outras providências.
Resolução n° 64, de 27 de setembro de 2005	Dispõe sobre as atribuições e a distribuição de processos nas Procuradorias de Justiça e outras providências.
Resolução n° 205, de 25 de setembro de 2015	Dispõe sobre a implantação da Lei n° 13.024, de 26 de agosto de 2014 (Lei de Ofícios), no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Regimento Interno do MPDFT	Disponível em: www.mpdft.mp.br

FIGURA 48 VISÃO ESTRATÉGICA DO MPDFT

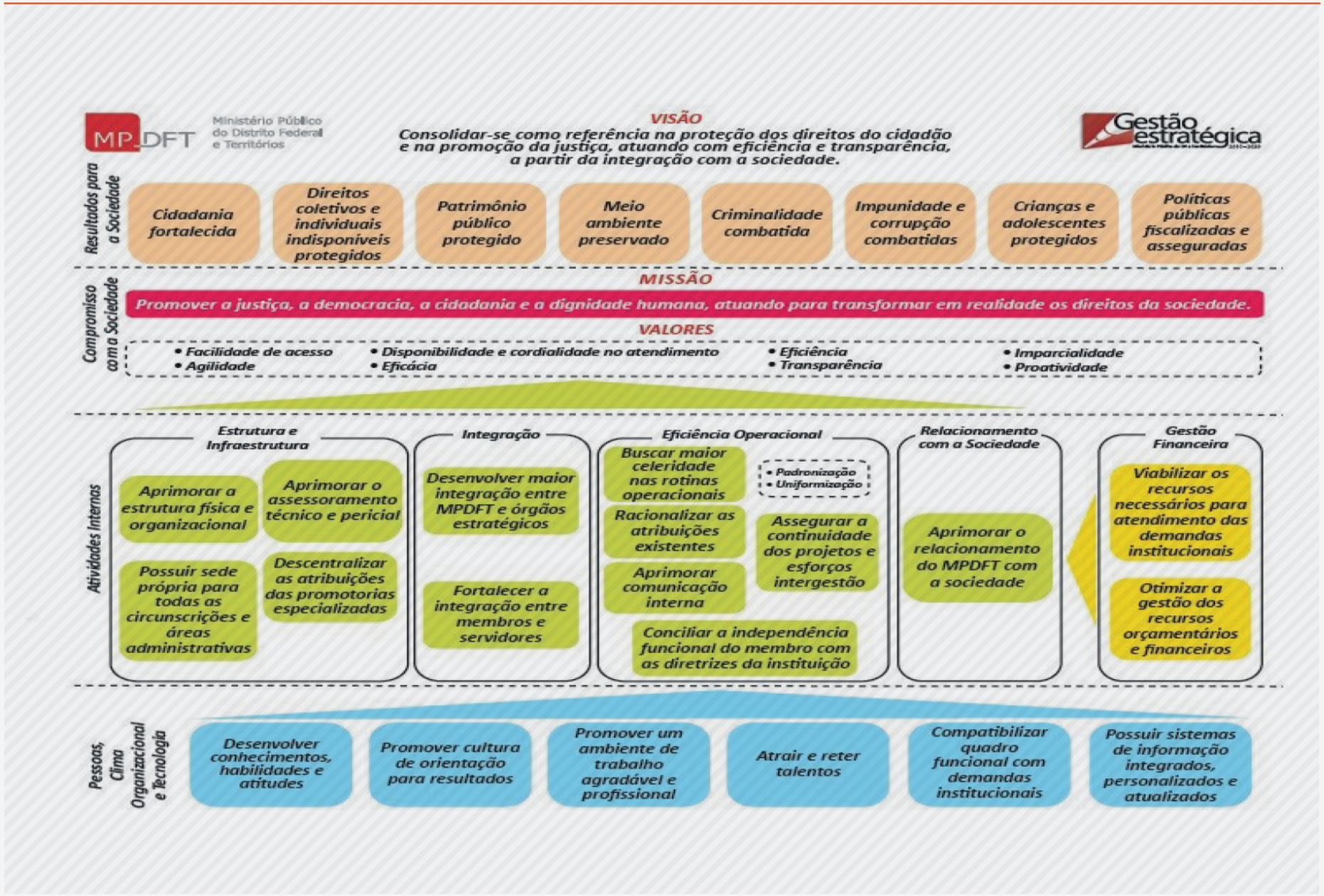
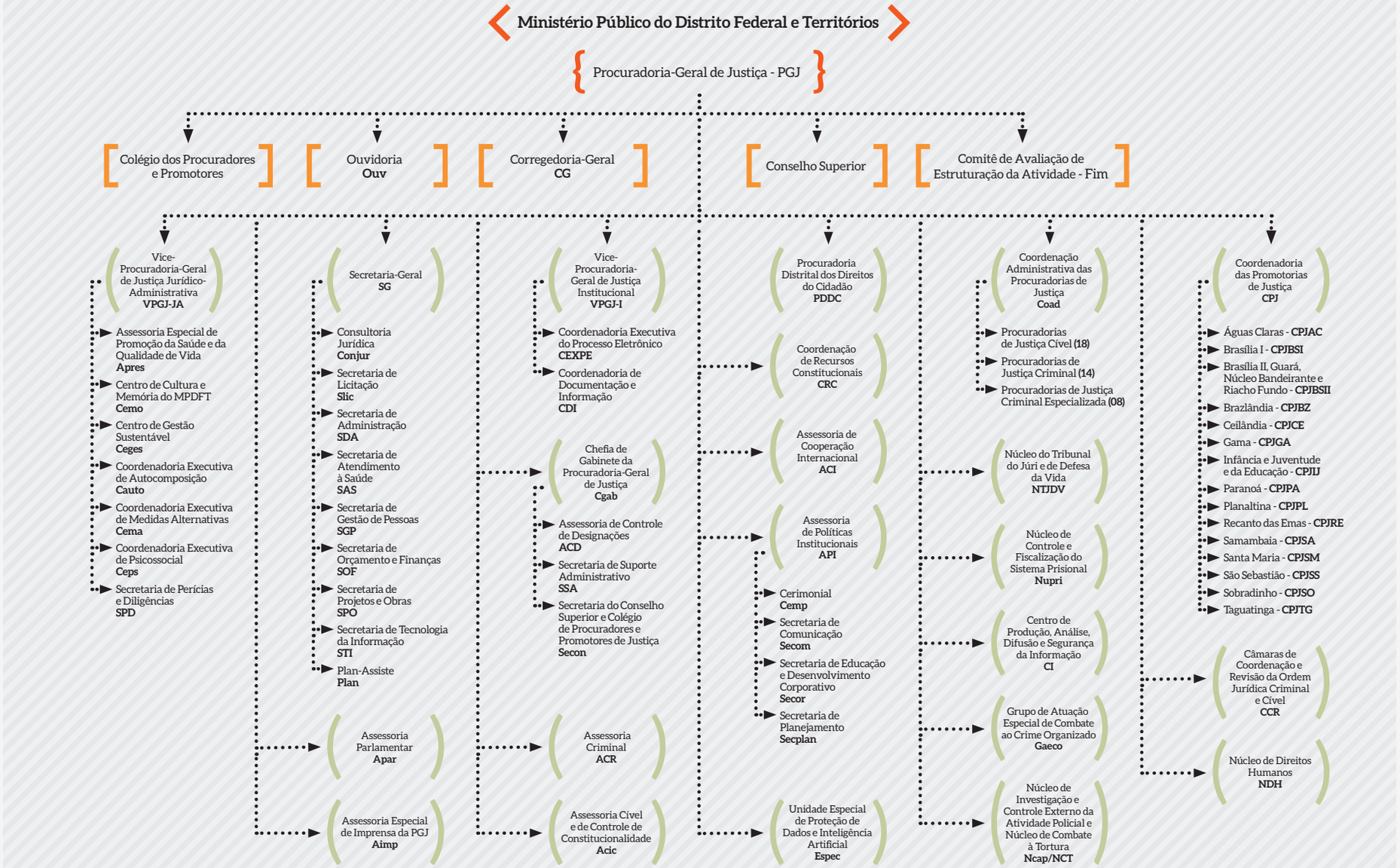
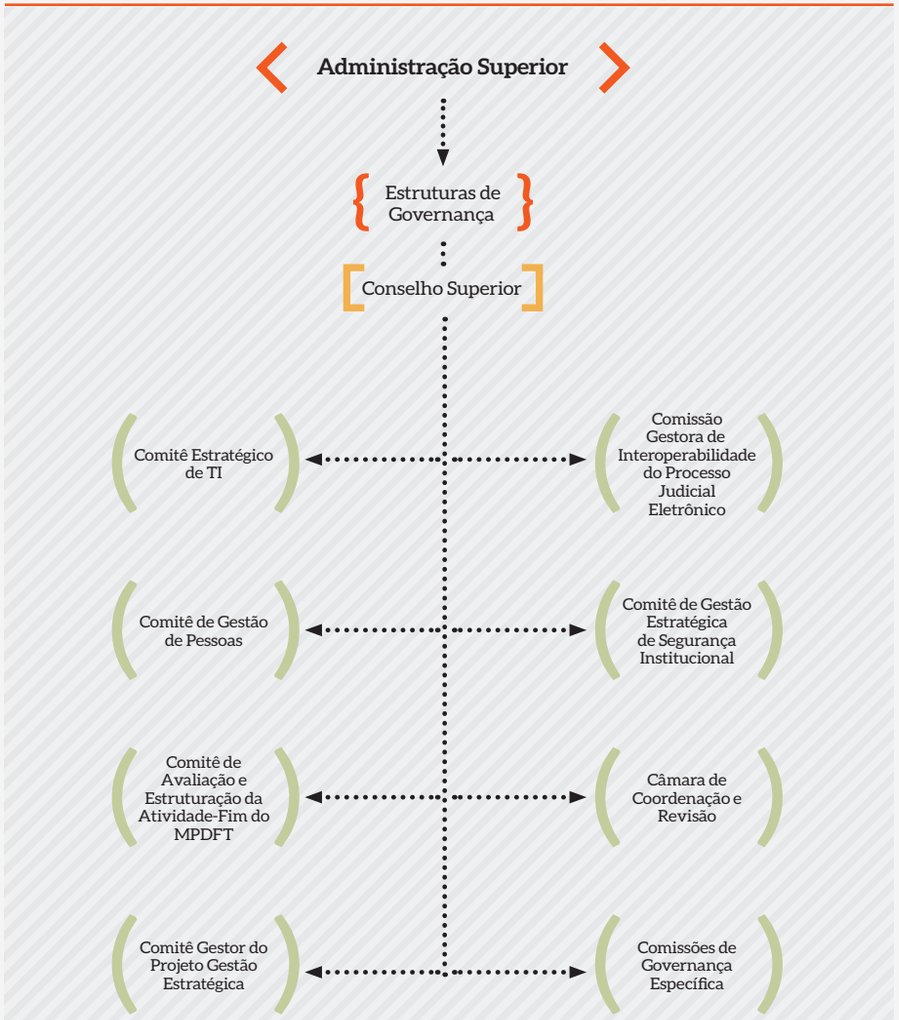


FIGURA 49 ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS



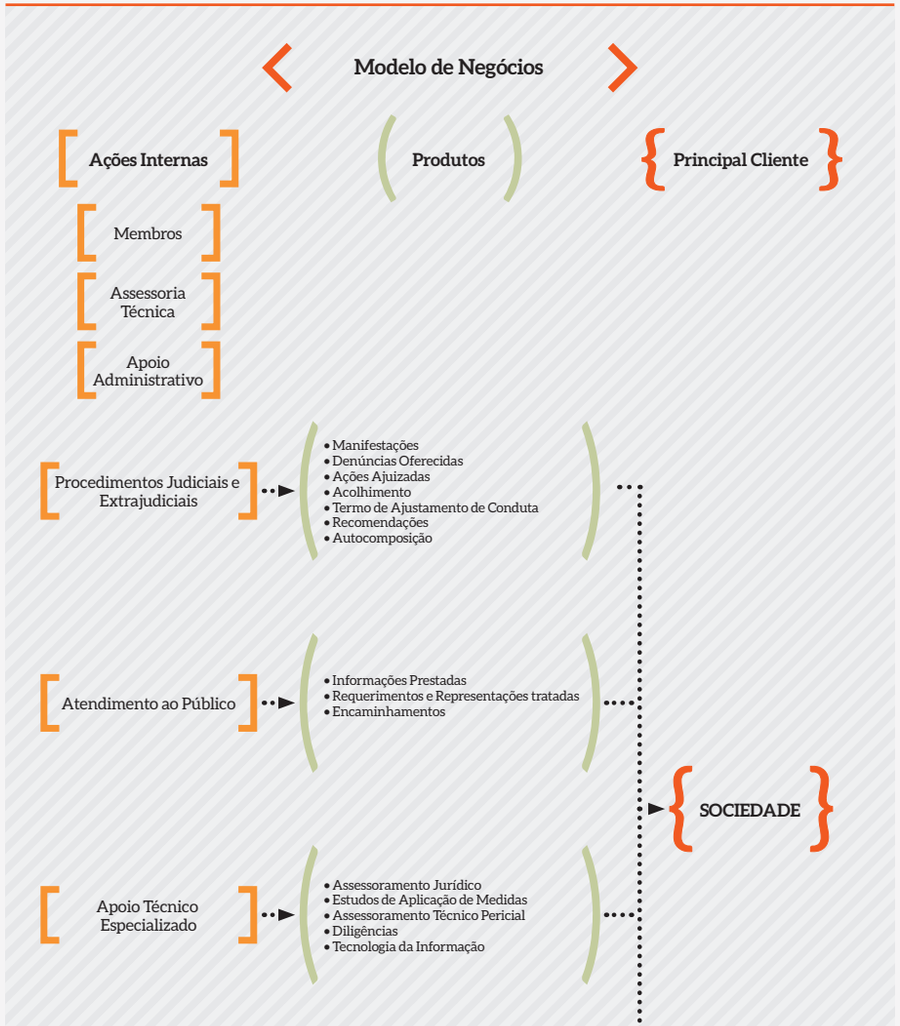
https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/organogramamenu/76-procuradoria-geral-de-justica-visao-geral

FIGURA 50 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



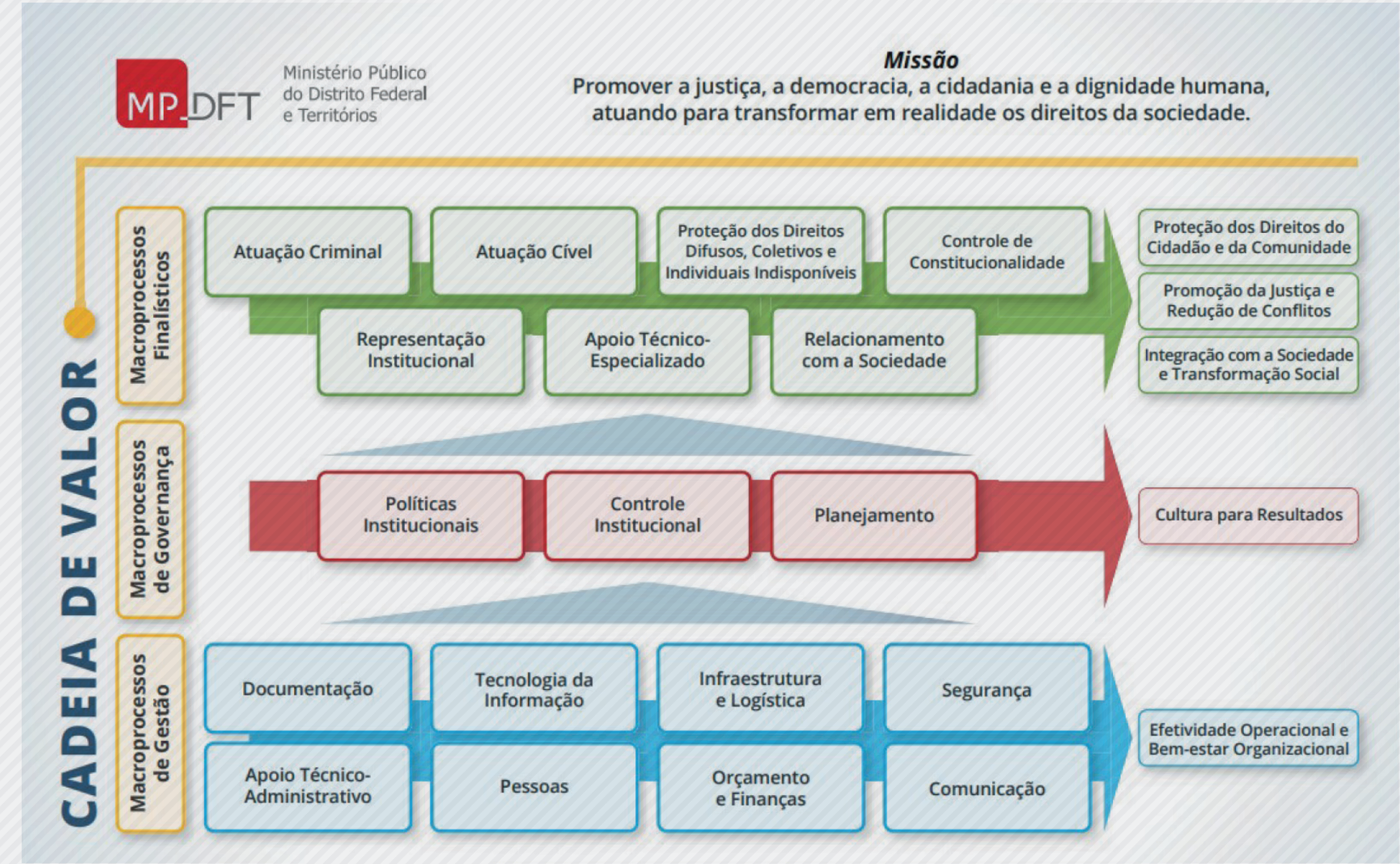
Fonte: Secplan

FIGURA 51 GOVERNAMÇA ORGANIZACIONAL DO MPDFT



Fonte: Secplan

FIGURA 52 CADEIA DE VALOR DO MPDFT



5.2 CADEIA DE VALOR

Considerando a missão do MPDFT e a sua estrutura organizacional, tomando como base as Resoluções nº 64, de 27 de setembro de 2005 e nº 90, de 14 de setembro de 2009 (que dispõem sobre as atribuições e a distribuição de processos nas Procuradorias e Promotorias de Justiça), e o Regimento Interno (que define as atribuições da estrutura administrativa para a consecução dos seus objetivos institucionais), foi elaborada a Cadeia de Valor do MPDFT. Em 2020 essa cadeia de valor foi atualizada e institucionalizada por meio da Portaria Normativa PGJ nº 712, de 18 de dezembro de 2020.

A elaboração da cadeia de valor foi conduzida pela Secretaria de Planejamento (Secplan) e construída de forma colaborativa, com a participação dos integrantes da Instituição. Com base na avaliação da equipe técnica responsável e nas sugestões pertinentes apresentadas, a cadeia de valor foi validada e institucionalizada pela Procuradoria-Geral de Justiça.

A cadeia de valor é um importante instrumento estratégico de gestão que possibilita uma compreensão global do funcionamento do MPDFT e de como as atividades desenvolvidas geram valor para a Instituição e para a sociedade.

Os processos organizacionais que compõem cada macroprocesso e os valores gerados estão elencados no diagrama da cadeia de valor apresentada.

TABELA 76 ACORDOS DE COOPERAÇÃO/CONTRATOS DE GESTÃO

INSTITUIÇÃO	OBJETO
Ibram	Cessão da "Solução de Inventário Anual", criada pelo MPDFT, para realização de inventário eletrônico dos bens patrimoniais no Ibram.
SES/DF	Tem por objeto a cooperação no compartilhamento de informações, sistemas e soluções de Business Intelligence (BI), no âmbito e interesse das instituições signatárias.
MPPR	Cessão ao MPDFT do Sistema Protege – Proteção à Pessoa Acometida de Transtorno Mental.
MPAM	Cessão do software "Sistema Eleitoral (Votus)", criado pelo MPDFT, para a administração e realização de eleições no Ministério Público do Estado do Amazonas.
SEE/DF	Para o compartilhamento de informações, sistemas e soluções de Business Intelligence (BI), no âmbito e interesse das instituições signatárias.

TABELA 76 ACORDOS DE COOPERAÇÃO/CONTRATOS DE GESTÃO

INSTITUIÇÃO	OBJETO
Instituto Transparência Brasil	Tem por objetivo estabelecer maior acurácia na análise das prestações de contas das Fundações Partidárias.
Sejus/DF	Cooperação entre os órgãos partícipes para que o Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida do MPDFT fomente a assistência psicológica e social aos familiares, parentes, amigos e testemunhas de vítimas de crimes violentos no âmbito do Programa de Atendimento a Vítimas de Violência (Pró-Vítima).
MPPI	Cessão de código fonte do sistema NeoGab para o MPPI.
MPMS	Cessão de código fonte do sistema NeoGab para o MPMS.
PCDF	Realização de missões atribuídas ao MP e à polícia, tais como proteção ao patrimônio público e combate à corrupção.
MPCE	Cessão do software "Sistema Eleitoral (Votus)", criado pelo MPDFT, para a administração e realização de eleições no Ministério Público do Estado do Ceará.
Instituto Rui Barbosa	Tem por objeto a adesão ao Portal de Cursos do IRB para divulgação de ações de capacitação, na forma da Portaria IRB nº 11/2020.
CGE/GO	Cessão do software para inscrição e gerenciamento de notas "Estudante de Atitude" pela CGE ao Ministério Público do Distrito Federal.
Cisco do Brasil LTDA.	Constitui objeto da cooperação a conjugação de esforços entre os partícipes com o propósito de fornecer aos integrantes do MPDFT uma solução de videoconferência, via internet.
TJDFT	Cessão do software "Sistema Eleitoral (Votus)", criado pelo MPDFT, para a administração e realização de eleições no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

TABELA 76 ACORDOS DE COOPERAÇÃO/CONTRATOS DE GESTÃO

INSTITUIÇÃO	OBJETO
Uniceplac	Tem como objetivo receber alunos do curso de Direito do Uniceplac, nas dependências físicas da Promotoria de Justiça do Gama, para o cumprimento de estágio obrigatório, que consiste em prestar assistência judiciária gratuita a autores de fatos criminosos e participação em audiências, supervisionado pelo Núcleo de Práticas Jurídicas deste Centro Universitário.
Senacon	Tem por objeto a adesão ao Sistema de Solução Alternativa de Conflitos CONSUMIDOR.GOV.BR, mantido pela Senacon, por meio de plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados.
IICA e CRMV/DF	Tem por objeto divulgar os cuidados necessários para melhorar o bem-estar dos animais de companhia, principalmente, cães e gatos e, nesse sentido, reduzir o abandono.
CNDH	Cessão do software "Sistema Eleitoral (Votus)", criado pelo MPDFT, para a administração e realização de eleições no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).
TRF4	Tem por objeto a cessão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ao MPDFT pelo TRF4.
Termo de Adesão CNMP	Termo de Adesão: constitui objeto a adesão pelo MPDFT ao Projeto "Respeito e Diversidade".

Fonte: Assessoria de Imprensa da PGJ.

5.3 AMBIENTE EXTERNO

O MPDFT tem atuado proativamente no estabelecimento de parcerias e em conjunto com a sociedade, bem como promovendo estreitamento e cooperação com organismos internacionais.

No decorrer do ano de 2020, não ocorreram eventos referentes à temática do Núcleo de Cooperação Internacional do MPDFT (NCI/MPDFT), em razão das dificuldades de encontro presencial e logística impostas pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

TABELA 77 EVENTOS NACIONAIS

MÊS	EVENTO
Fevereiro	Reunião com o GDF para discutir o remanejamento de catadores de recicláveis.
	Lançamento de campanha para orientar sobre direitos de vítimas de crimes.
	Visita ao Centro Formar, no Areal.
	Institucionalização do projeto "Recriando Laços".
	Estabelecimento de novo cronograma para a conclusão e a entrega do projeto-piloto "Um passo no seu espaço", em Samambaia.
Março	Ofício ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, com pedido de informações sobre possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde do DF.
	A procuradora-geral de Justiça recebeu magistradas francesas que fizeram estágio no MPDFT.
	Reunião com GDF para discutir ações de combate ao coronavírus.
	Reunião força-tarefa.
	MPDFT pede acesso ao banco de dados da Secretaria de Saúde.
Abril	Reunião força-tarefa.
	Reunião na Casa Civil sobre contratos e aquisições relacionadas à covid-19.
	Solicitação de informações ao GDF sobre atuação no combate ao novo coronavírus.
	Criação de duas novas promotorias de defesa da saúde pelo Conselho Superior.
Junho	Reunião força-tarefa.
	Recebimento pela procuradora-geral de Justiça de Medalha do Mérito Eleitoral em cerimônia no TRE.
	Criação do Programa de Estruturação da Plataforma de Ciência de Dados (Prodados).
Junho	Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Saúde do DF para compartilhamento de informações, sistemas e soluções de Business Intelligence.
	Debate on-line sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
Agosto	Reunião força-tarefa.
	Rede Urbanidade: MPDFT oficializa projeto de mobilidade urbana.
	Promotor de Justiça Paulo Roberto Binicheski assume a presidência da MPCon.
Setembro	Reunião força-tarefa.
	Os dirigentes do MPDFT, da Secretaria de Segurança do DF e da Polícia Civil do DF encontraram-se para uma reunião que teve o objetivo de ampliar o diálogo e fortalecer linhas de atuação conjunta no âmbito da segurança pública e do combate à criminalidade no Distrito Federal.
	CNPG debate parceria com Ministério da Mulher para apuração de denúncias de desaparecidos.

TABELA 77 EVENTOS NACIONAIS

MÊS	EVENTO
Setembro	MPDFT promove seminário sobre práticas de autocomposição.
	Fabiana Costa assina termo que amplia programa "Maria da Penha vai à Escola".
Outubro	Posse de novos membros do Conselho do MPDFT para o biênio 2020-2022.
	MPDFT e PCDF assinam termo de cooperação para compartilhamento de acesso a sistemas.
	Servidores são homenageados por tempo de serviço no MPDFT.
Novembro	Reunião CNPG.
	Um passo no seu espaço: MPDFT premia alunos em concurso cultural.
	MPDFT participa de seminário sobre direitos fundamentais da ESMPU.
	MPDFT participa do primeiro Seminário Internacional Justiça Negociada, Acordo de Não Persecução Penal e Alternativas Penais: experiências na América Latina.
Dezembro	Fabiana Costa toma posse como PGJ em cerimônia presidida por Augusto Aras.
	Concerto da Orquestra Sinfônica celebra o aniversário de 60 anos do MPDFT.
	Fabiana Costa recebe medalha do Centenário do Ministério Público Militar.
	Administração Superior renova frota de veículos do MPDFT e inaugura prédio da garagem.
	Fabiana Costa participa de cerimônia de recondução de Eduardo Sabo para mais dois anos à frente da Procuradoria do Cidadão.
	Lançamento do Guia de Prevenção à Violência Doméstica contra a Mulher Imigrante.

* Eventos informados pela Assessoria de Imprensa da PGJ.

5.4 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Ouvidoria do MPDFT recebe, examina e encaminha as manifestações (registros típicos de Ouvidoria, que englobam reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, sugestões), além dos Pedidos de Informações oriundos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

No que se refere ao recebimento de manifestações, tem-se os seguintes canais de comunicação:

TABELA 78 CANAIS DE COMUNICAÇÃO - RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES

CANAL DE COMUNICAÇÃO	DESCRIÇÃO/ENDEREÇO ELETRÔNICO
Atendimento Pessoal	Em dias úteis, das 12h às 18h, no Edifício-Sede do MPDFT – Sala 138, além do Serviço de Triagem vinculado administrativamente a cada Coordenadoria Administrativa das cidades-satélites e funcionalmente à Ouvidoria).
Atendimento Telefônico	Em dias úteis, das 12h às 18h, pelo contato 3343-6500.
Formulário Eletrônico	Encaminhadas via site institucional do MPDFT (http://www.mpdft.mp.br/formulario).
Postal	Remetidas ao Edifício-Sede do MPDFT – Sala 138.
Urnas	Presentes nas Coordenadorias Administrativas das cidades-satélites e eventos do quais a Ouvidoria participa.
Correio Eletrônico	Enviadas ao e-mail: ouvidoria@mpdft.mp.br.
Fonte: Ouvidoria do MPDFT (2021).	

Relativamente aos pedidos de informação feitos ao MPDFT, os canais de comunicação são os seguintes:

TABELA 79 CANAIS DE COMUNICAÇÃO - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

CANAL DE COMUNICAÇÃO	DESCRIÇÃO/ENDEREÇO ELETRÔNICO
Atendimento Pessoal	Em dias úteis, das 12h às 18h, no Edifício-Sede do MPDFT – Sala 138.
Formulário Eletrônico	Encaminhados via site institucional do MPDFT (http://www.mpdft.mp.br/formulariosic).
Correio Eletrônico	Enviados ao e-mail: sic @mpdft.mp.br.
Fonte: Ouvidoria do MPDFT (2021).	

Ressalta-se que os canais de Pedidos de Informação acima são os mais utilizados. Segundo a própria Lei de Acesso à Informação (LAI), prevalece a liberdade no meio de registro, in verbis, conforme a LAI, Art. 10:

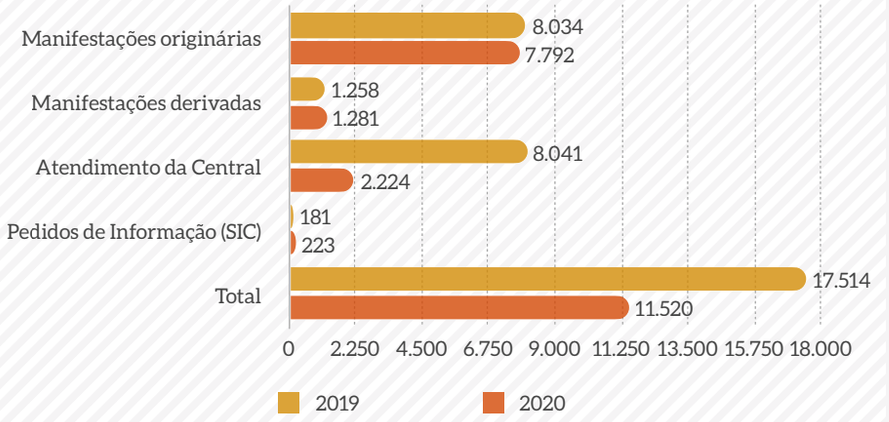
> Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por **qualquer meio legítimo**, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. (grifo nosso)

Essas e outras informações (inclusive dados estatísticos) sobre os canais de atendimentos são divulgadas por meio de relatórios mensais, os quais são disponibilizados no sítio institucional da Ouvidoria (http://www.mpdft.mp.br/ouvidoria).

Em 2020, a Ouvidoria do MPDFT realizou 11.520 atendimentos, o que representa uma média de 49,48 ocorrências por dia útil.

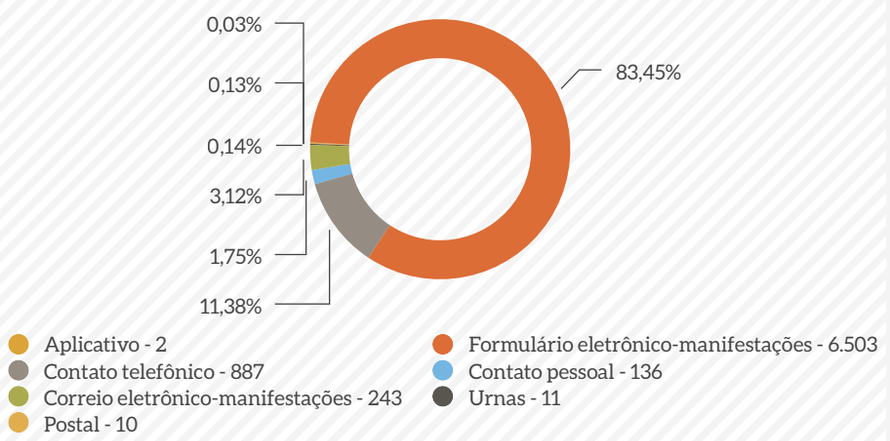
Foram recebidas pela Ouvidoria 9.073 manifestações. Desse total, conforme o gráfico a seguir, 7.792 são manifestações originárias, enquanto 1.281 são derivadas de manifestações já existentes. Ao total de manifestações, deve-se somar 223 Pedidos de Informação oriundos da Lei de Acesso à Informação e os 2.224 atendimentos efetuados pelos Setores de Triagem de todo o Distrito Federal, contabilizados pela

GRÁFICO 74 RESULTADOS DOS SERVIÇOS DA OUVIDORIA – 2020



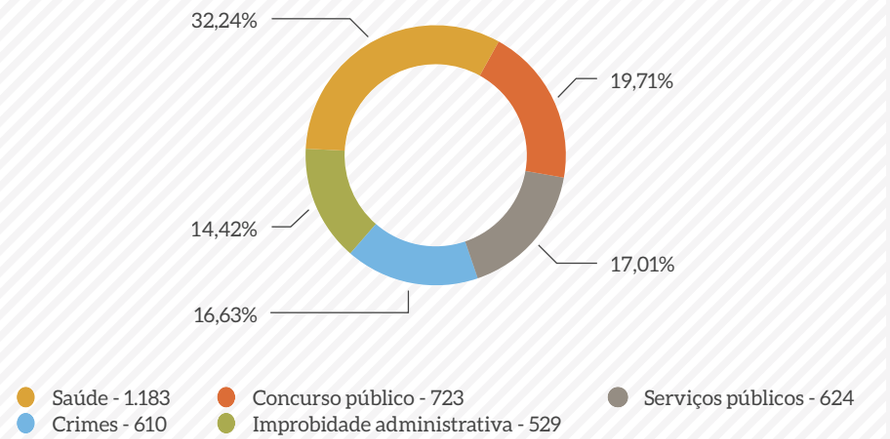
Fonte: Relatório estatístico/2020. Secretaria de Tecnologia da Informação.

GRÁFICO 75 MEIOS DE RECEBIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES



Fonte: Ouvidoria do MPDFT.

GRÁFICO 76 *RANKING* DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DEMANDADOS DA OUVIDORIA



Fonte: Ouvidoria do MPDFT.

Central de Controle e Informações para Atendimento ao Cidadão.

As manifestações originárias são aquelas que foram recebidas pelo Formulário Eletrônico disponível na página institucional da Ouvidoria, por meio de contato pessoal no setor de atendimento da Ouvidoria, por contato telefônico, via correio eletrônico, pelas urnas, via postal e decorrentes do aplicativo MPDFT.

As manifestações derivadas são respostas às manifestações originárias oriundas de outros Ministérios Públicos, Ouvidorias e instituições externas e de unidades deste Ministério Público.

Os Atendimentos da Central de Controle e Informações para Atendimento ao Cidadão são aqueles contabilizados pelas unidades descentralizadas do MPDFT (Coordenadorias das Cidades-Satélites e outras).

Os Pedidos de Informação são aqueles destinados ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC/MPDFT), unidade localizada na Ouvidoria deste Ministério Público.

Não há participação cidadã em processos decisórios da Ouvidoria e a cultura ética desempenhada baseia-se nos valores institucionais do MPDFT, atribuindo às atividades princípios como a eficiência e a valoração das necessidades demandadas que são apresentadas pela sociedade (cliente cidadão).

A Ouvidoria, em colaboração com a Secor, criou o Centro de Libras, que tem por finalidade precípua garantir a acessibilidade a todos os cidadãos, máxime os que se comunicam pela Língua Brasileira de Sinais, ou tenham qualquer dificuldade em expressar a própria vontade. O referido projeto visa aprimorar o atendimento prestado na Ouvidoria, que, dentro do cronograma do projeto, será estendido a todas as unidades do MPDFT, por videoconferência, para o atendimento remoto, quando houver a necessidade da pessoa interessada que buscou o atendimento do Ministério Público.

Cabe ainda esclarecer mais uma ação da Ouvidoria que converge para o aprimoramento do contato com a sociedade, na busca constante de oferecer um serviço de excelência aos cidadãos. Trata-se da substituição do sistema informatizado da Ouvidoria pelo sistema utilizado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), denominado Audivia, por intermédio da assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o MPPE e o MPDFT, após longas tratativas. Esse sistema facilitará o acesso aos cidadãos usuários e tornará o trabalho desempenhado pelos servidores mais ágil, com o encaminhamento das representações e reclamações aos ofícios com mais rapidez.

5.5 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

No ano de 2017, deu-se início a um projeto-piloto de implementação de Gestão de Riscos em algumas das unidades administrativas do MPDFT. A metodologia delineada foi empregada até o final do ano de 2019.

Em 2020, vislumbrou-se a necessidade de uma metodologia mais robusta e mais complexa, que atendesse às reais necessidades e características institucionais. Dessa forma, visando a esse aprimoramento, as atividades de análise e gestão de riscos com as unidades foram pausadas para o delineamento de uma nova metodologia, que, neste momento, encontra-se em fase final de elaboração.

Mais especificamente, em agosto de 2020, foi formalizado o Plano de projeto "Implantação da Gestão de Riscos no MPDFT" que está na fase de instituição do Comitê de Gestão de Riscos (terceira linha de defesa) para, com o apoio da Administração Superior, fomentar a cultura de gerenciamento de riscos dentro da Instituição por meio do aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, bem como pela aprovação de diretrizes e mecanismos que propiciem a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos no MPDFT.

Esse novo sistema de gestão de riscos do MPDFT é baseado no modelo de linhas de defesa como forma simples e eficaz de definir e atribuir responsabilidades a três instâncias, a fim de melhorar a comunicação, promover o monitoramento e o aperfeiçoamento da gestão de riscos para garantir o sucesso contínuo da gestão e o controle de riscos dentro da Instituição.

Cada uma dessas linhas corresponde ao nível de responsabilidade que se espera alcançar para permitir a gestão eficaz dos riscos, bem como contribuir para a governança organizacional saudável da Instituição, de forma a garantir que os objetivos institucionais sejam atingidos.

A execução e a validação do projeto de implantação da gestão de riscos no âmbito do MPDFT pautam-se na busca pelos melhores resultados para cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais em todos os seus níveis organizacionais, de forma a atender aos interesses e às expectativas de seus beneficiários, sejam cidadãos ou organizações, com a finalidade maior de criar valor público.

5.6 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

5.6.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

A estrutura de governança deste Ministério Público, representada pela figura seguinte, demonstra as relações existentes entre: a Administração Superior; os Ofícios; a Corregedoria; os Conselhos, Núcleos e Comitês; as unidades de gestão tática e operacional; e a sociedade (principal beneficiária dos serviços prestados

pela Instituição). Apresenta também, o modelo de Governança da estratégia (conforme figura ao lado) que alinha as ações dessas unidades na concretização dos resultados institucionais.

5.6.2 MODELO DE GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA

O modelo de governança da estratégia é conduzido pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do MPDFT, instituído pela Portaria Normativa nº 290, de 16 de dezembro de 2013, e composto pelo procurador-geral de Justiça; vice-procurador-geral de Justiça; vice-presidente do Conselho Superior; corregedor-geral de Justiça; chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e assessor de Políticas Institucionais. O comitê conta com a participação da assessora Especial de Planejamento Estratégico e consultoria técnica da Secretaria de Planejamento (Secplan).

Esse modelo estabelece a estratégia organizacional buscando aprimorar a transparência e o envolvimento das partes envolvidas no desempenho da organização.

5.6.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do MPDFT, contendo as prioridades para o período de 2010-2020, foi elaborado com base na metodologia Balanced Scorecard (BSC). Nele foram definidas a missão, a visão, os valores e 28 objetivos estratégicos.

O mapa estratégico apresenta a estratégia da Instituição em quatro perspectivas: Resultados para a sociedade; Compromisso com a sociedade; Atividades internas; e Pessoas, clima organizacional e tecnologia. Apresentando uma relação de causa e efeito, a execução da estratégia em uma perspectiva gera impacto direto nas demais, convergindo, assim, para a geração dos resultados para a sociedade.

Para cada um dos objetivos estratégicos existe um guardião responsável por articular ações para o cumprimento das metas e acompanhamento da evolução dos resultados dos indicadores e objetivos estratégicos.

FIGURA 53 GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL DO MPDFT

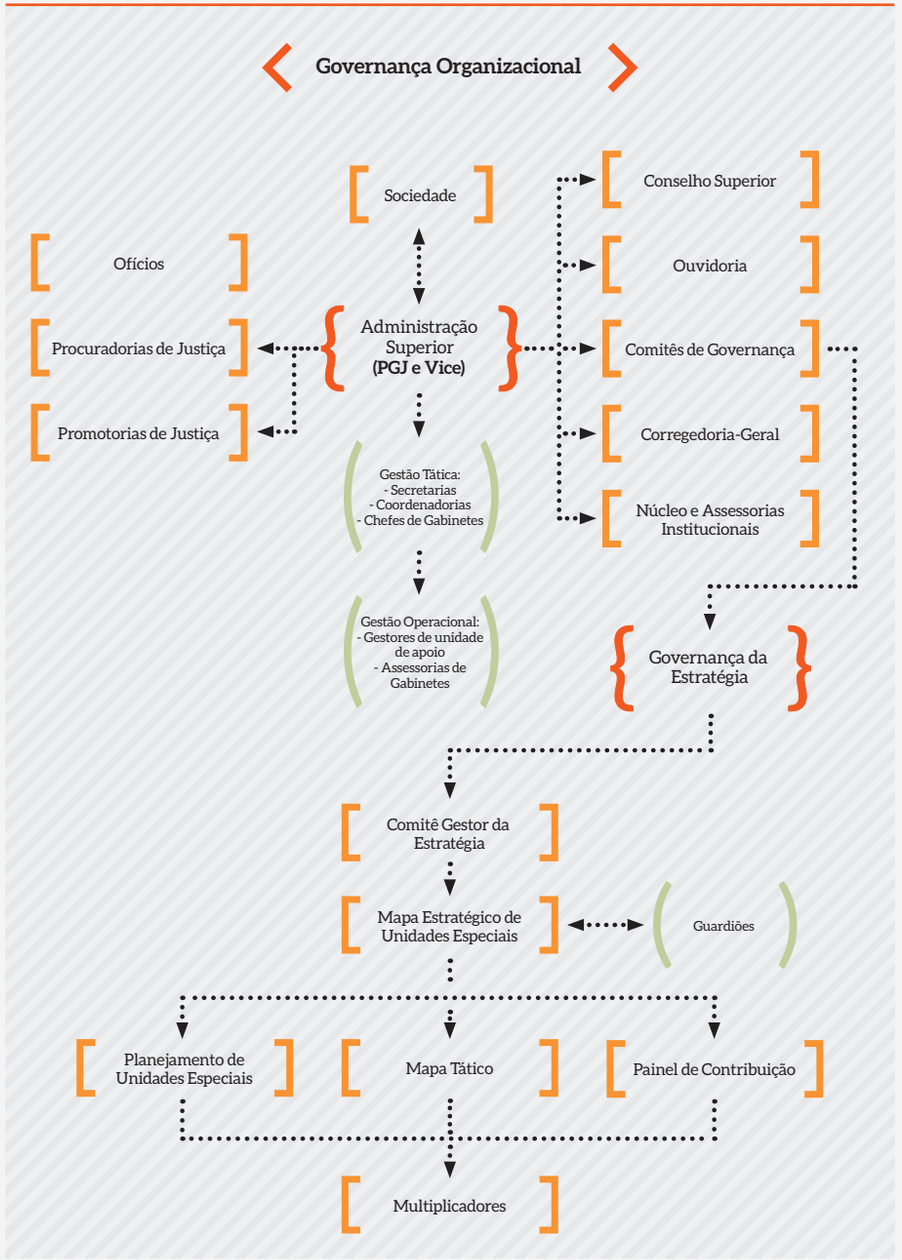
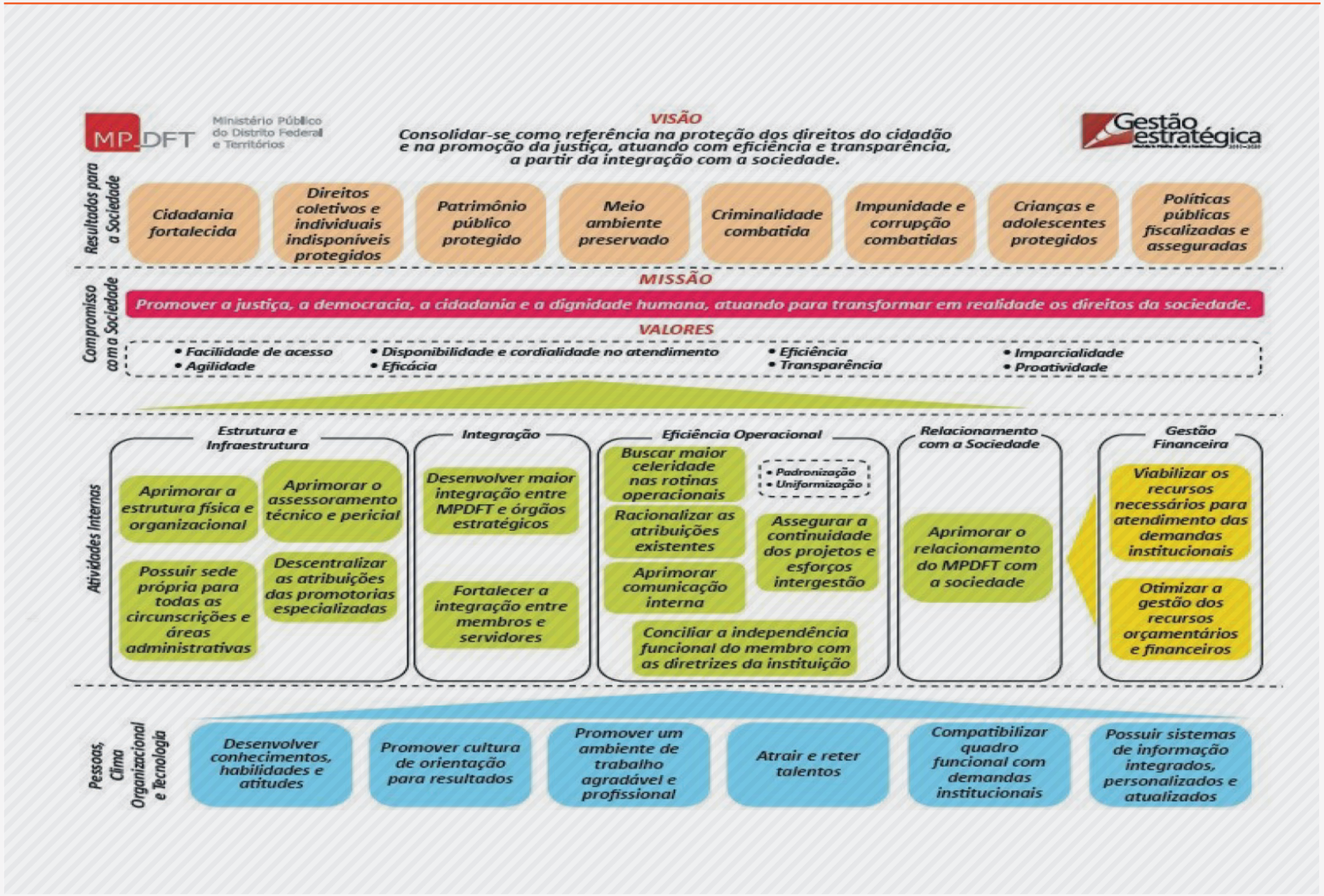


FIGURA 54 VISÃO ESTRATÉGICA DO MPDFT



5.6.4 DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

Em 2010, a elaboração dos indicadores estratégicos foi realizada com base em instrumentos correcionais que se apoiavam, basicamente, no somatório de iniciativas. Os indicadores definidos, naquele momento, foram um primeiro passo em direção à medição do desempenho institucional. Por falta de linha de base, valores iniciais para os indicadores, que permitissem a real proposição de metas, o trabalho teve como foco a observação do comportamento da Instituição na atuação reativa.

Nesse primeiro momento, a implementação do Planejamento Estratégico simbolizou o início de uma atuação com foco na estratégia e um momento de implementação da cultura de orientação para resultados.

A mudança no contexto organizacional, nesses dez anos de planejamento, direcionou o MPDFT a uma atuação mais proativa e resolutiva acarretando a necessidade cada vez maior de impulso interno para o atendimento das demandas sociais.

O amadurecimento da Instituição, ao longo desses anos de execução da estratégia, possibilitou a reflexão acerca dos indicadores e das metas estabelecidos inicialmente.

Encerra-se o primeiro ciclo de dez anos do Planejamento Estratégico com a certeza de que, além do planejamento e da aferição da atuação reativa, a maturidade institucional permitiu planejar ações que não dependam de provocação externa e, consequentemente, definir as prioridades que permitirão saltos da qualidade na proteção dos direitos do cidadão e da comunidade, promoção da justiça e redução de conflitos e integração com a sociedade e transformação social.

5.6.5 VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS A ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA SUPERIOR

Para atender aos interesses da sociedade, estabeleceu-se uma linha de atuação no âmbito dos Ministérios Públicos. Segue o alinhamento da estratégia descrita no Planejamento Estratégico do MPDFT ao Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

5.6.6 INFORMAÇÕES ACERCA DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Foram estabelecidos 64 indicadores para a mensuração da evolução dos 28 objetivos estratégicos definidos. Esses indicadores são medidos anualmente, considerando o período de janeiro a dezembro do ano corrente com acompanhamento semestral dos resultados alcançados. Cabe observar que esse acompanhamento anual não se baseia num tratamento de análise meramente evolutiva, tendo em vista a especificidade de atuação do Ministério Público que executa as suas ações no caráter reativo e proativo, não deixando de considerar a base de resposta às demandas, o que não permite efeitos comparativos anuais para determinados objetivos estratégicos.

O detalhamento dessa evolução dos resultados ao longo dos anos de execução do Planejamento Estratégico consta no Relatório Anual de Gestão Estratégica, publicado todo final do mês de março de cada ano. Além dos resultados dos indicadores, o relatório apresenta os programas, os projetos, as iniciativas e as ações destaques desenvolvidos para cumprir cada objetivo estratégico.

TABELA 80 VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MPDFT X CNMP

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS CNMP	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MPDFT	PERSPECTIVA
Sociedade	Defesa dos Direitos Fundamentais	Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos	A sociedade
		Crianças e adolescentes protegidos	
		Cidadania Fortalecida	
	Transformação Social	Patrimônio público protegido	
		Meio ambiente preservado	
		Criminalidade combatida	
	Indução de Políticas Públicas	Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	
		Impunidade e corrupção combatidas	
Processos – Unidade Institucional	Fortalecer a atuação integrada do Ministério Público	Fortalecer a integração entre membros e servidores	Atividades internas – integração
	Fomentar a integração de bancos de dados	Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos	

TABELA 80 VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MPDFT X CNMP

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS CNMP	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MPDFT	PERSPECTIVA
Processos – Unidade Institucional	Construir práticas procedimental uniformes	Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais	Atividades internas – eficiência operacional
	Defender as prerrogativas institucionais	Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da Instituição	Atividades internas – eficiência operacional
		Aprimorar a estrutura física e organizacional	Atividades internas – estrutura e infraestrutura
		Aprimorar o assessoramento técnico e pericial	
Processos – Eficiência da atuação institucional	Ampliar a atuação extrajudicial como forma de pacificação de conflitos	Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade	Atividades internas – relacionamento com a sociedade
	Atuar de forma proativa, efetiva, preventiva e resolutiva, respeitando as competências constitucionais	Assegurar a continuidade dos projetos e esforços intergestão	Atividades internas – eficiência operacional
		Descentralizar as atribuições das promotorias especializadas	Atividades internas – estrutura e infraestrutura
Processos – Eficiência da atuação institucional	Celeridade procedimental	Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais	Atividades internas – eficiência operacional
		Racionalizar as atribuições existentes	
Eficiência operacional	Aprimorar e informatizar as rotinas administrativas	Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais	Atividades internas – eficiência operacional

TABELA 80 VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MPDFT X CNMP

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS CNMP	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MPDFT	PERSPECTIVA
Eficiência operacional	Aprimorar processos de planejamento e gestão	Aprimorar comunicação interna	Atividades internas – eficiência operacional
Pessoas, infraestrutura e tecnologia – Orçamentária e financeira	Assegurar recursos orçamentários e otimizar sua alocação	Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros	Atividades internas – gestão financeira
		Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais	
Pessoas, infraestrutura e tecnologia – Profissionalização da gestão	Intensificar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades; e atitudes	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Pessoas, clima organizacional e tecnologia
	Fomentar a cultura de resultados	Promover cultura de orientação para resultados	
	Valorizar e motivar membros e servidores	Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	
		Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais	
		Atrair e reter talentos	
Pessoas, infraestrutura e tecnologia – Tecnologia da informação	Promover a governança da tecnologia da informação	Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados	Pessoas, clima organizacional e tecnologia
	Assegurar a atualização da infraestrutura tecnológica		
Pessoas, infraestrutura e tecnologia	Assegurar a atualização da infraestrutura física	Possuir sede e estrutura próprias para todas as circunscrições e área administrativa	Atividades internas – estrutura e infraestrutura

5.6.7 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

TABELA 81 INDICADOR DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

INDICADOR	DESCRIÇÃO/	FÓRMULA DE CÁLCULO	VALOR MENSURADO	
			2020	FONTE DE DADOS
Cumprimento dos objetivos estratégicos	Medir o grau de implementação do Planejamento Estratégico	(Total de indicadores mensurados/ Total de indicadores estabelecidos) * 100	97%	Secretaria de Planejamento

Fonte: Secplan.

Para avaliar o cumprimento dos objetivos estratégicos, é realizado o monitoramento da execução por meio do indicador acima.

Além deste, são estabelecidos os indicadores de acompanhamento da execução dos planos tático operacionais, tomando como base os mapas táticos de algumas unidades e os painéis de contribuição:

No que se refere à avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos pela estrutura de governança, ressalta-se que há os indicadores de monitoramento dos objetivos e os indicadores que avaliam os resultados e o nível de compromisso institucional com a sociedade.

Além desses, existem também objetivos e indicadores que avaliam as ações de estrutura e infraestrutura, integração, eficiência operacional, relacionamento com a sociedade, gestão financeira, pessoas, clima organizacional e tecnologia, alinhados ao Plano de Gestão da Administração Superior.

Assim sendo, são tomadas as decisões estratégicas, avaliados os riscos e priorizados os controles internos necessários à garantia da legalidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia.

O modelo de gestão aplicado busca alinhar as restrições de recursos às prioridades da gestão no desenvolvimento de Projetos voltados, principalmente, para a geração de resultados para sociedade. Busca também o estabelecimento de parcerias e articulações com outros órgãos visando possibilitar a execução do seu planejamento. Os projetos estão elencados nos resultados apresentados no item "Principais Projetos" (1.4.2.7.8) deste relatório.

A Administração Superior do MPDFT esforça-se, cada vez mais, no desenvolvimento de competências e na implementação de ferramentas que aprimorem a qualidade da gestão estratégica de pessoas, tecnologias e recursos, de maneira que possamos traçar, de forma transparente, os programas, os projetos, as ações e as iniciativas alinhadas ao Planejamento Estratégico e que gerem os melhores resultados para a Instituição.

O MPDFT vem se empenhando no aprimoramento da gestão e na geração de dinâmicas transparentes de monitoramento de resultados que possibilitem uma avaliação efetiva da evolução organizacional e a continuidade da estratégia dentro dos preceitos de incremento de governança e gestão ora recomendados.

TABELA 82 INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PLANOS TÁTICO OPERACIONAIS

INDICADOR	DESCRIÇÃO/	FÓRMULA DE CÁLCULO	VALOR MENSURADO	
			2020	FONTE DE DADOS
Cobertura do painel de contribuição	Mede a quantidade de áreas contempladas com painel de contribuição	Total de áreas contempladas com painel de contribuição / Total de áreas com demandas de painel de contribuição	85%	Secplan
Cumprimento do Painel de Contribuição	Mede a eficácia das procuradorias, promotorias e unidades administrativas em cumprirem os seus respectivos painéis de contribuição	(Somatório de ações realizadas / somatório de ações previstas) * 100	66%	Secplan
Adesão à metodologia de projetos	Acompanhar a produtividade das unidades que contribuem para o alcance dos objetivos e das metas estratégicas, alinhados à missão e à visão de forma a potencializar os resultados da Instituição	Somatório de projetos elaborados conforme a metodologia de projetos	15	Secplan

Fonte: Secplan.

5.6.8 DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

O Projeto Gestão Estratégica 2010-2020 do MPDFT chegou ao final de seu primeiro ciclo apresentando um amadurecimento institucional em relação à cultura de resultados. A expectativa agora é a elaboração de um novo ciclo de gestão estratégica para os próximos 5 anos e que se possa, neste novo ciclo, incorporar as inovações necessárias ao enfrentamento dos desafios impostos pelo dinâmico e complexo contexto das organizações para atender às demandas da sociedade.

O desdobramento da estratégia segue o que foi traçado para os últimos dez anos por meio dos seguintes instrumentos: a) mapa estratégico da unidade; b) mapa tático; e c) painel de contribuição:

a) O mapa estratégico da unidade é um desdobramento especial realizado para unidades específicas que possuem contextos estratégicos exclusivos (normas, planos, ações e legislações), com significativo grau de peculiaridade e desafios diferenciados. O MPDFT possui 2 mapas estratégicos de unidades: o mapa estratégico da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC) e da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

b) O mapa tático da unidade é o desdobramento da estratégia para um período de 2 a 3 anos. Nele, os objetivos estratégicos do Planejamento Institucional são desdobrados em objetivos táticos e iniciativas vinculadas à atuação da Unidade. Atualmente o MPDFT possui dois mapas táticos de unidades: o mapa tático das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep); e o mapa tático das Promotorias de Justiça Regional de Defesa de Direitos Difusos (Proreg).

c) O painel de contribuição é o instrumento anual de desdobramento estratégico de curto prazo. Nele estarão registrados os objetivos estratégicos diretamente relacionados com a atuação da unidade e, alinhados a esses objetivos, bem como estarão registradas as iniciativas e os projetos que deverão ser desenvolvidos no período, as metas e os seus responsáveis. O MPDFT possui atualmente 64 painéis de contribuição.

FIGURA 55 MAPA ESTRATÉGICO DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

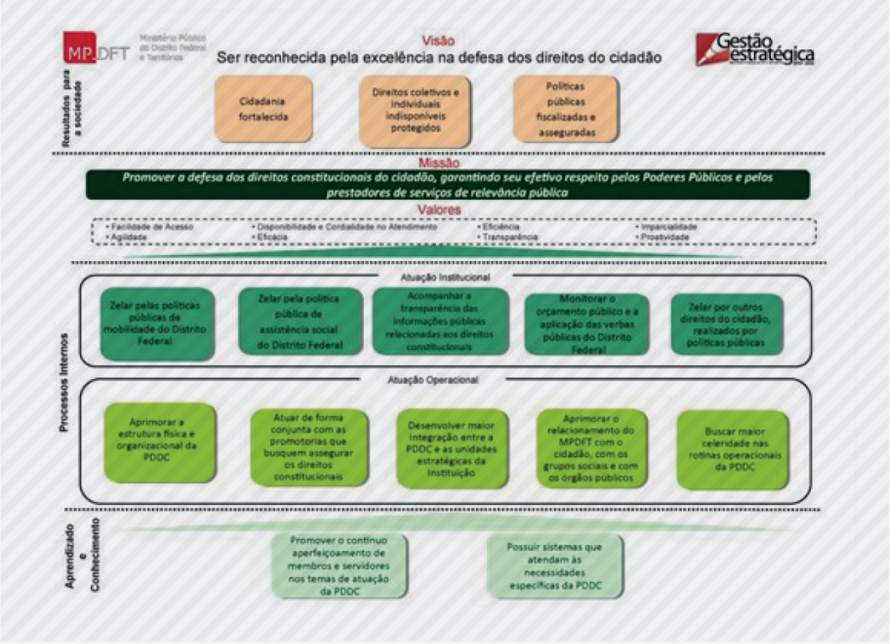


FIGURA 56 MAPA ESTRATÉGICO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

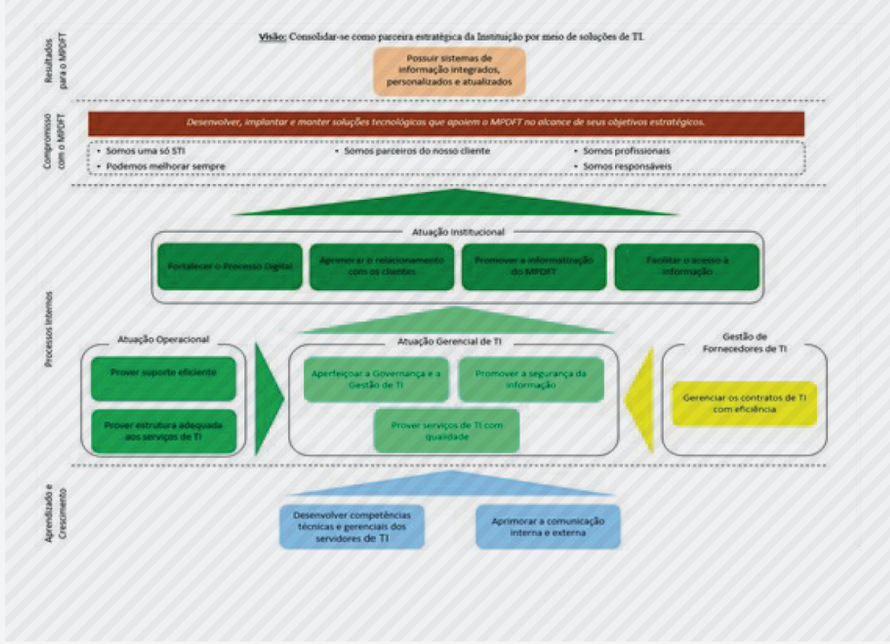


FIGURA 57 MAPA TÁTICO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

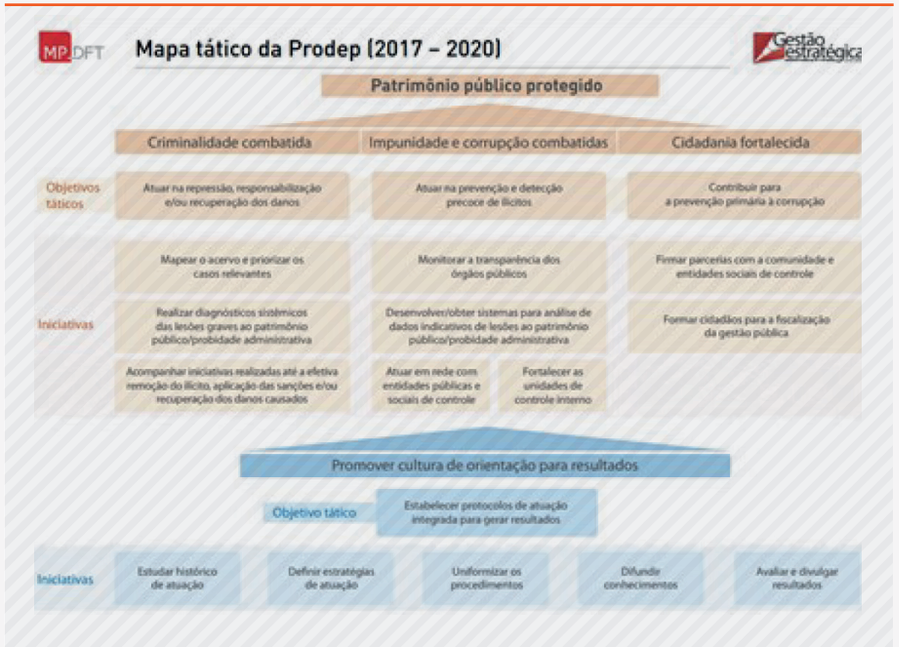
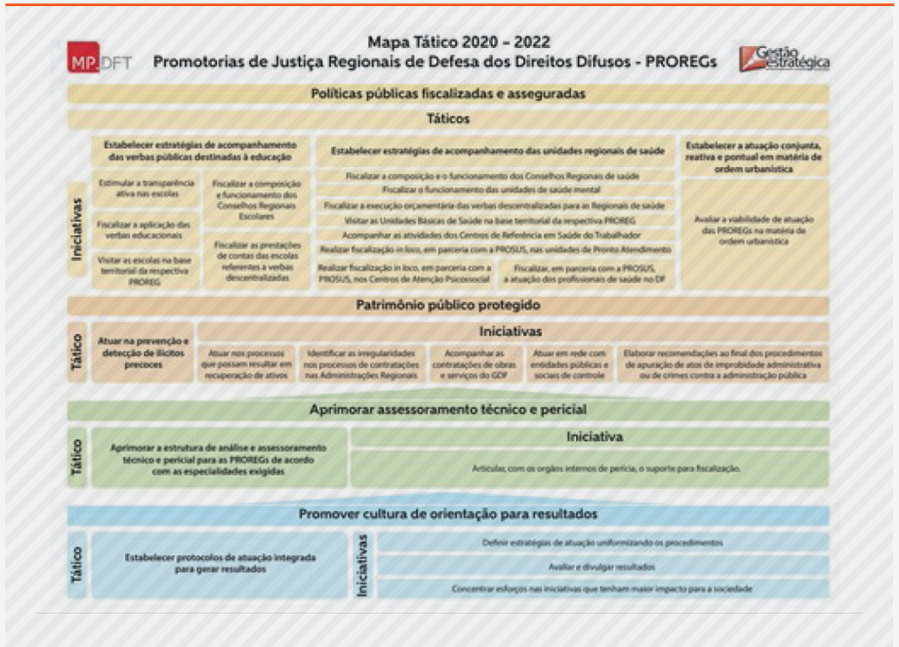


FIGURA 58 MAPA TÁTICO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA REGIONAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS



O planejamento realizado nesses painéis é acompanhado pela Secplan e, ao final do ano, contabilizados em iniciativas realizadas.

Por meio dos painéis de contribuição é possível monitorar a contribuição das Unidades para o cumprimento dos objetivos estratégicos no período de um ano, por meio do desenvolvimento de ações, iniciativas e projetos, além de identificar a priorização dos objetivos por parte de cada unidade.

Para acompanhar os painéis de contribuição foi estabelecida a figura do multiplicador, pessoa responsável pelo monitoramento da execução e acompanhamento dos resultados registrados nos painéis em cada uma das unidades. Atualmente há 130 multiplicadores na Instituição entre titulares e suplentes.

5.6.9 MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO

Buscando dar maior transparência ao desempenho organizacional e aperfeiçoar os mecanismos de prestação de contas e de controle das informações estratégicas, a Secplan trabalhou aprimorando e acompanhando semestralmente os resultados dos indicadores e metas estabelecidos. Essa política institucional de acompanhamento da estratégia permite assessorar a Administração na busca de soluções antecipadas para o alcance dos objetivos e metas.

5.6.10 RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

Segue a visão geral do trabalho e dos resultados alcançados por meio do Planejamento Estratégico no ano de 2020. Os demais resultados alcançados por meio dos projetos e as informações preliminares com os resultados alcançados estão na tabela 123.

TABELA 83 APRESENTAÇÃO SINTÉTICA DOS RESULTADOS

OBJETO	QUANTIDADE
Total de Objetivos Estratégicos	28
Total de Indicadores	64
Total de Indicadores Mensurados	62
Total de Projetos Elaborados	15
Total de Painéis de Contribuição Previstos	62
Total de Painéis de Contribuição com Resultados Alcançados	53
Total de Ações Previstas nos Painéis de Contribuição	651
Total de Ações Executadas nos Painéis de Contribuição	429

TABELA 84 SOMATÓRIO DE INICIATIVAS POR PERSPECTIVA DO MAPA ESTRATÉGICO

OBJETO	QUANTIDADE
Resultados para a Sociedade	148
Atividades Internas	191
Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia	90
Total iniciativas realizadas	429

TABELA 86 PERSPECTIVA RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETO	QUANTIDADE
Cidadania Fortalecida	52
Direitos Coletivos individuais e indisponíveis protegidos	20
Patrimônio público protegido	2
Meio ambiente preservado	12
Criminalidade combatida	20
Impunidade e corrupção combatida	4
Crianças e adolescentes protegidos	10
Política públicas fiscalizadas e asseguradas	28

TABELA 85 SOMATÓRIO DE INICIATIVAS POR OBJETIVO DO MAPA ESTRATÉGICO

OBJETO	QTDE
Cidadania fortalecida	52
Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos	20
Patrimônio público protegido	2
Meio ambiente preservado	12
Criminalidade combatida	20
Impunidade e corrupção combatidas	4
Crianças e adolescentes protegidos	10
Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	28
Aprimorar a estrutura física e organizacional	32
Possuir sede própria para todas as circunscrições e áreas administrativas	0*
Descentralizar as atribuições das promotorias especializadas	0*
Aprimorar o assessoramento técnico e pericial	13
Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos	29
Fortalecer a integração entre membros e servidores	2
Buscar maior celeridade das rotinas operacionais	55
Racionalizar as atribuições existentes	0*
Aprimorar a comunicação interna	28
Assegurar a continuidade dos projetos e esforços intergestão	2
Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da Instituição	1
Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade	26
Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais	1
Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros	2
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	22
Promover cultura de orientação para resultados	14
Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	14
Atrair e reter talentos	1
Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais	1
Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados	38

*Objetivos estratégicos não tiveram iniciativas realizadas em 2020 em razão da Pandemia – covid-19, observando que toda a estrutura da Instituição foi mobilizada para esse fim.

5.6.11 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO

Com base nas prioridades estabelecidas pela procuradora-geral para a sua Gestão em 2020, apresentamos a seguir os resultados vinculados aos objetivos estratégicos:

TABELA 87 PRINCIPAIS RESULTADOS

Missão Institucional:	**Compromisso com a Sociedade**	
Ações:	Dever de agir em favor de uma sociedade melhor, da fiscalização das leis e da promoção da Justiça	100%
Indicador:	Avaliação do trabalho do Ministério Público pela Sociedade	97%
	Cumprimento dos objetivos estratégicos	
Objetivo Estratégico:	**Cidadania Fortalecida**	
Ações:	Agir em favor de uma sociedade melhor	
Indicador:	Ações em defesa da cidadania	66
Objetivo Estratégico:	Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos	
Ações:	Fortalecer a defesa e a promoção dos direitos humanos e dos direitos difusos.	
Indicador:	Ações em defesa do idoso	434
	Ações de responsabilidade parental	360
Objetivo Estratégico:	**Meio ambiente preservado**	
Ações:	Fortalecer o plano de logística sustentável do MPDFT	
Indicador:	Iniciativas em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da ordem urbanística	12
Objetivo Estratégico:	**Criminalidade Combatida**	
Ações:	Fortalecer as áreas de investigação, principalmente no combate à corrupção	
Indicador:	Incremento na área de Investigação e Proteção de Dados	
Objetivo Estratégico:	**Impunidade e Corrupção combatidas**	
Ações:	Manter e apoiar as atividades voltadas ao combate à corrupção	
Indicador:	Ações de combate à corrupção	46

TABELA 87 PRINCIPAIS RESULTADOS

Objetivo Estratégico:	**Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas**	
Ações:	- Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso à saúde - Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso à educação - Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso ao transporte - Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso à segurança	
Indicador:	Iniciativas em defesa das políticas públicas	28
	Recomendações expedidas	111
Indicador:	Acessibilidade	45%
Objetivo Estratégico:	**Aprimorar o assessoramento técnico e pericial**	
Ações	Promover o trabalho de gestão de riscos no âmbito da Segurança Institucional	
Indicador:	Satisfação de atendimento de assessoramento técnico e pericial	Em virtude da pandemia não foi possível realizar a pesquisa
Iniciativa:	Projeto Descentralização das atividades de Segurança Institucional	
Objetivo Estratégico:	**Desenvolver maior interação entre MPDFT e órgãos estratégicos**	
Ações	- Defender com rigor as prerrogativas funcionais do Ministério Público - Construir diálogo permanente com os Poderes, suas instituições e atores, para permitir que tenhamos os meios necessários para o funcionamento da Instituição	
Indicador:	Acordos celebrados	20

TABELA 87 PRINCIPAIS RESULTADOS

Objetivo Estratégico:	**Fortalecer a integração entre os membros e servidores**	
Ações	- Valorizar os servidores, com ações que promovam maior integração com os membros do MPDFT - Apoiar as Câmaras de Revisão e Coordenação do MPDFT, para que intensifiquem o trabalho de coordenação, compartilhamento de informações e estratégias de atuação entre Promotorias e áreas específicas	
Iniciativa:	Projeto Aproximação que visa promover a integração entre a Procuradoria-Geral de Justiça, membros e servidores, por meio de visitas às Coordenadorias das Promotorias de Justiça	
Indicador:	Promoção de convergência entre procuradores e promotores	13 atos editados
Objetivo Estratégico:	**Aprimorar a estrutura física e organizacional**	
Ações:	- Priorizar a estruturação da atividade-fim - Avançar na implementação da estrutura de gabinetes - Aprimorar a estrutura disponível para os promotores de Justiça em atuação na Justiça Eleitoral - Incrementar a segurança de membros e servidores, com a descentralização das atividades de segurança institucional e implantação do Plano de Política de Segurança do MPDFT - Estimular a autossuficiência das coordenadorias na promoção de Segurança Institucional - Implementar o pool de analistas nas coordenadorias, com o fim de auxiliar os afastamentos de curta duração das unidades	
Indicador:	Adequação da estrutura administrativa	99%
Objetivo Estratégico:	**Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da Instituição**	
Ações:	Realizar encontros internos que mobilizem toda a classe e estimulem reflexões profundas sobre o papel do Ministério Público e a atuação de seus membros	
Objetivo Estratégico:	**Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade**	
Ações:	- Dar transparência e publicidade às ações e atividades do MPDFT - Valorizar o atendimento ao público nas diversas unidades do MPDFT - Melhorar a qualidade de atendimento para o cidadão	
Indicador:	Índice de atendimento à sociedade	99%
	Índice de satisfação do atendimento	98%

TABELA 87 PRINCIPAIS RESULTADOS

Objetivo Estratégico:	**Promover cultura de orientação para resultados**	
Ações:	- Pautar a gestão pelo Planejamento Estratégico e pela utilização racional dos recursos disponíveis - Ampliar a participação dos membros e das coordenadorias nos processos decisórios da gestão	
Indicador:	Cumprimento do Painel de Contribuição	66%
	Adesão à metodologia de projetos	15
Objetivo Estratégico:	**Compatibilizar quadro funcional com as demandas institucionais**	
Ações:	- Ampliar a estrutura de apoio da atividade-fim, por meio do remanejamento de técnicos administrativos para atuação em áreas de nível superior, mediante a disponibilização de função	
Indicador:	Índice de compatibilidade do quadro funcional	72%
Objetivo Estratégico:	**Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados**	
Ações:	- Buscar excelência nas ferramentas oferecidas pelo Egab/Neosispro, proporcionando uma interação eficiente e consolidada com o Processo Judicial Eletrônico (Pje). - Aprimorar os sistemas de peticionamento eletrônico, inclusive com a criação de ferramentas para que os servidores tenham acesso a funcionalidades que desonerem os membros das atividades burocráticas - Empreender esforços para que todos os feitos internos sejam eletrônicos - Propiciar a implementação da assinatura eletrônica em dispositivos portáteis - Investir em softwares capazes de registrar e degravar vídeo e áudio, visando agilizar a atividade processual da Instituição - Viabilizar o plenário virtual no âmbito das Câmaras de Coordenação e Revisão e do Conselho Superior do MPDFT	
Indicador:	Índice de satisfação do usuário com soluções de TI	98%

5.6.12 PRINCIPAIS PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS (DESAFIOS REMANESCENTES E PRÓXIMOS PASSOS)

O principal desafio do MPDFT em 2021 é a elaboração do novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para o período de 2022-2026, com a perspectiva de consolidação de um novo horizonte estratégico e alcance de desafios.

A elaboração foi desenhada contemplando cinco etapas: atualização da Cadeia de Valor; Diagnóstico Institucional (elaborado com base nos resultados obtidos nas escutas internas e pesquisas interna e externa); as oficinas de construção do novo PEI; o lançamento do PEI a fim de tornar o resultado do trabalho conhecido por toda a Instituição e, por último, o treinamento das áreas para concretização do novo desdobramento da estratégia.

5.6.13 RESULTADOS DA GESTÃO

As informações preliminares com os resultados alcançados estão na tabela 124. O Relatório de Gestão Estratégica ainda está em fase de elaboração, com publicação na internet prevista para o mês de abril de 2021.

5.6.14 PLANOS DE CURTO PRAZO

Como mencionado anteriormente, o painel de contribuição é o instrumento anual de desdobramento estratégico de curto prazo. O planejamento realizado nesses painéis é acompanhado pela Secplan e, ao final do ano, contabilizados em iniciativas realizadas. Todos os painéis são publicados na página Gestão Estratégica do MPDFT.

https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/gestao_estrategica/iniciativas_realizadas_2020.pdf

5.6.15 PRINCIPAIS PROJETOS

Em 2020, foi assinada a Portaria Normativa nº 691, de 31 de julho de 2020, que atualizou a metodologia de projetos e planos de trabalho no âmbito do MPDFT, devido à necessidade de regulamentar, uniformizar e tornar mais céleres e seguros os procedimentos de elaboração, execução e acompanhamento de projetos e planos de trabalho. Para tanto, preconiza-se fomentar e desenvolver uma cultura de orientação para resultados por meio do desenvolvimento de iniciativas institucionais do MPDFT que propiciem o cumprimento das metas estabelecidas pela gestão estratégica organizacional, com utilização de melhores práticas em gerenciamento e ações mais adequadas à realidade da Instituição e o protagonismo dos integrantes do MPDFT em criar soluções inovadoras para as demandas sociais e o desenvolvimento institucional.

A seguir é descrita a relação dos principais programas, projetos e iniciativas implementados em 2020 e sua relação com os objetivos estratégicos e produtos gerados. Cabe ressaltar que os recursos alocados estão vinculados às ações orçamentárias definidas pelo MPDFT alinhadas diretamente ao Planejamento Estratégico.

TABELA 88 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS IMPLEMENTADOS EM 2020

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Acessibilidade em libras	Viabilizar o atendimento em Libras, presencial ou à distância, das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, por meio de ferramentas e tecnologias que possibilitem responder às demandas em tempo real a todas as pessoas surdas ou com deficiência auditiva que procurarem o MPDFT em qualquer unidade regional.	Cidadania Fortalecida Direitos Coletivos e Individuais Indisponíveis protegidos Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a Sociedade	Ouvidoria	Criação do Setor de Acessibilidade em Libras da Ouvidoria com determinação da estrutura necessária ao funcionamento desse Setor na Ouvidoria do MPDFT, assim como de ferramentas de avaliação de atendimento e infraestrutura em TI para suportar a implantação do projeto. Os trabalhos de atendimento ao público ainda não se iniciaram, devido à pandemia covid-19.	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)
Ágora – Rede de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes de São Sebastião	Fortalecer estratégias de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em São Sebastião, por meio de palestras de sensibilização e prevenção em escolas públicas e pelo fomento à integração entre as instituições da rede de atendimento a vítimas de violência sexual para acolhimento de forma adequada, visando o seu atendimento integral.	Crianças e adolescentes protegidos	1ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri de São Sebastião – DF	Escolha da escola: Escola-Classe 104 de São Sebastião/DF, localizada na Quadra 104, Lote 01, Residencial Oeste – São Sebastião/DF. Para viabilizar a implementação do projeto foram articuladas ações com stakeholders internos (Setor de Análise Psicossocial de São Sebastião e Chefia de Gabinete de São Sebastião). No decorrer de 2020, ocorreram reuniões com a rede de atuação perante a comunidade local (Conselho Tutelar, 21º Batalhão de Polícia Militar, Defensoria Pública, entre outras) para obter atendimento integrado e integral à vítima de violência doméstica (VD) e mapear o fluxo de atendimento às vítimas de VD.	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)
Diálogos Inclusivos: a representatividade da população carcerária restaurada por meio da família	Implementar espaço dialógico, por meio dos círculos de construção de paz, com familiares de internos do Sistema Prisional no Distrito Federal.	Cidadania Fortalecida Políticas Públicas fiscalizadas asseguradas	Coordenadoria Executiva de Autocomposição	Desde o início das atividades do projeto, foram realizados seis círculos, de julho a novembro, totalizando 17 participantes. Os círculos de construção de paz são realizados em formato presencial, seguindo todas os protocolos de prevenção à covid-19, com número reduzido de participantes. Foi aplicada pesquisa de satisfação que qualificou como "excelente" em uma escala de Likert (excelente, bom, regular, ruim, péssimo) em relação aos seguintes itens: Imparcialidade e neutralidade (não julgar nenhuma das partes, não tomar partido): 15/17 Atenção, zelo e preocupação em atender bem a todos: 14/17 Esclarecimento de possíveis dúvidas: 12/17 Avaliação geral dos facilitadores: 14/17	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)

TABELA 88 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS IMPLEMENTADOS EM 2020

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Implantação de ações educacionais telepresenciais no MPDFT	Realizar planejamento, desenvolvimento, execução e avaliação das ações educacional promovidas pelo MPDFT nas modalidades a distância e telepresencial, utilizando recursos audiovisuais.	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo	No decorrer de 2020, 33 ações educacionais telepresenciais foram implementadas para os integrantes do MPDFT e o público externo. Houve a emissão de 1.237 certificados pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo do MPDFT. Realização de uma oficina de Comunicação Não Violenta ministrada para seis participantes. Nos 13 cursos ministrados, houve 388 participantes com indicador de satisfação entre 50% e 88,46%. São eles: Atuação prática em acordo de não persecução penal; Gestão das emoções em época de isolamento social; MOODLE – INTERMEDIÁRIO/AVANÇADO DO MPDFT; Oficina ANPP na prática; Oficina Autocomposição: experiência nas promotorias do júri; Oficina de Comunicação não violenta – Turma 1; Oficina de Comunicação não violenta – Turma 2; Oficina de Comunicação não violenta – Turma 3; Oficina Fake News; Pesquisa Patrimonial; Vamos conversar sobre autocuidado; Workshop de comunicação eficiente para plataformas on-line. Nas 8 palestras disponibilizadas, houve 418 participantes com indicador de satisfação entre 56, 41% e 91,43%. São elas: 30 anos do estatuto da criança e do adolescente; Comunicação não violenta para lideranças; Crise e criatividade: combustível para o crescimento; Crise: hora de crescer; Encontro On-Line – Os impactos da pandemia na saúde dos trabalhadores; Outubro Rosa: tratamento e prevenção do câncer de mama; Reflexões sobre políticas de prevenção à violência de gênero contra mulheres e meninas: debates no Brasil e na Austrália; promovidas por meio de solicitações online obtidas nos portais do Facebook, Instagram e WhatsApp. Nos 11 seminários realizados, houve mais de 3.000 participantes – como ocorreu divisão em aulas, há diferença entre números de presentes em cada aula ministrada – com indicador de satisfação entre 70,49% e 91,43%. São eles: Atendimento humanizado ao público LGBTQ+; Conscientização sobre racismo e preconceito racial; Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual – atendimento em rede e efetivação de direitos; Fórum Vida Plena; III Seminário de Autocomposição; Ministério Público e políticas públicas; Prisão cautelar e pandemia da covid-19; Seminário Curatela e Tomada de Decisão Apoiada (TDA): reflexões acerca do exercício da capacidade jurídica; Seminário de Acordo de não persecução penal – um novo caminho para a justiça criminal; Seminário Internacional: Justiça negociada, acordo de não persecução penal e alternativas penais: experiências na América Latina; Tribunal do Júri: a prova técnico pericial dos crimes contra a vida.	Macroprocessos de Governança (Cultura para resultados)

TABELA 88 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS IMPLEMENTADOS EM 2020

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Implantação de gestão de riscos no MPDFT	Implantar a Gestão de Riscos no âmbito do MPDFT para a obtenção de processos eficazes quanto ao gerenciamento de riscos e que permitam o tratamento e a prevenção de crises, gerando a melhoria na entrega de serviços ao cidadão e melhor utilização de recursos.	Promover cultura de orientação para resultados Aprimorar a estrutura física e organizacional Aprimorar a comunicação interna	Secretaria-Geral	Elaboração de metodologia de gestão de risco mais robusta e mais complexa do que a utilizada até o final de 2019 para atendimento das necessidades e características institucionais.	Macroprocessos de Governança (Cultura para resultados)
MP pela saúde mental	Estabelecer metodologia de assessoramento da Coordenadoria Executiva Psicossocial (Ceps) às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Difusos (Proregs) na atividade de avaliação e monitoramento dos serviços públicos de saúde mental do Distrito Federal.	Aprimorar o assessoramento técnico e pericial Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	Coordenadoria Executiva Psicossocial	Projeto foi iniciado em fevereiro de 2020 e, devido à pandemia covid-19, será realizada a alteração no cronograma para adequação das ações à realidade social.	Macroprocessos de Governança (Cultura para resultados)
MP Solidário	Promover, por meio de ações do MPDFT, a conscientização da sociedade sobre a importância da solidariedade e da cidadania para o gerenciamento dos conflitos surgidos durante e após a pandemia, com ênfase na adoção de práticas autocompositivas para a resolução desses conflitos.	Cidadania fortalecida Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade	Coordenadoria Executiva de Autocomposição	Realização de duas oficinas de introdução à comunicação não violenta com objetivo de disseminação da cultura da paz, promoção da cidadania e soluções consensuais de conflitos. Ocorreu em formato on-line, para os alunos do projeto de extensão Violência contra Crianças, Adolescentes e Jovens (Vicaj), do UniCeub, totalizando 28 participantes. A mensuração do alcance do objetivo foi realizada por meio de aplicação de pesquisa de satisfação após o evento e obteve feedback positivo, conforme relatos dos estudantes. Criação de comunidade virtual aberta com o objetivo de proporcionar troca de experiências, informações, contando suas histórias relacionadas ao tema gestão de conflitos. Oferta do curso gratuito, aberto ao público externo e autoinstrucional "Gestão de conflitos", na plataforma Moodle, com carga horária de 10h. O objetivo é proporcionar que os participantes: identifiquem fatores que geram conflitos; reflitam sobre estratégias de gestão positiva; e conheçam as etapas da negociação e da mediação. Teve 69,66% de aprovação no quesito satisfação com o curso. Produção e divulgação de vídeos com o objetivo de permitir interação com a população. Nos 9 vídeos publicados nos canais do Instagram, Facebook e Twitter do MPDFT, já houve 15 mil visualizações e 4.760 interações com a população. Divulgação das ações na imprensa (10 matérias jornalísticas) Divulgação das ações do projeto para o público no Portal do MPDFT. Houve 1.597 visualizações.	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)

TABELA 88 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS IMPLEMENTADOS EM 2020

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
NaMoral – itinerário formativo	Estimular uma cultura de integridade e justiça para a prevenção primária à corrupção, por meio do desenvolvimento de uma consciência democrática, desenvolvendo capitais sociais e morais na comunidade escolar, como projeto-piloto, nas redes pública e particular de ensino médio do Distrito Federal, mas com fins de replicação nacional.	Cidadania fortalecida Impunidade e corrupção combatidas Crianças e adolescentes protegidos	Assessorias Especiais da Procuradoria-Geral de Justiça	Elaboração de planos de aula e de material apoio com base em conteúdo teórico e em aspectos teórico-metodológicos aprovados pelo MPDFT e pela SEEDF. Ocorre com apoio de parceiros (ONGs, especialistas) e pedagogas voluntárias. Em um primeiro momento, comporão os itinerários formativos preconizados pela Nova Base Nacional Curricular Comum para o ensino médio da Secretaria de Educação do Distrito Federal.	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)
Pesquisa de satisfação– usuários do setor de atendimento/ Biblioteca MPDFT	Implantar questionário de pesquisa de satisfação que permita ao usuário solicitante de pesquisa doutrinária avaliar o atendimento e a pertinência do material recebido, cujos resultados oferecerão parâmetros que possibilitarão aperfeiçoar e melhorar os serviços prestados.	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Biblioteca do MPDFT	O formulário de pesquisa encaminhado resultou em 85% de satisfação entre respondentes do questionário em relação ao atendimento de pesquisa doutrinária da Biblioteca do MPDFT encaminhado por e-mail.	Macroprocessos de gestão (Efetividade Operacional e Bem-estar Organizacional)
Rede Urbanidade: Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo	Criar espaço democrático de discussão, articulação e busca de soluções compartilhadas para as questões relacionadas à mobilidade urbana do Distrito Federal.	Cidadania fortalecida Meio ambiente preservado Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb)	As atividades da Rede têm sido constantemente divulgadas por intermédio da Secretaria de Comunicação do MPDFT. Em levantamento realizado pela empresa de clipping que presta serviços ao Ministério Público, as notícias veiculadas no ano de 2020 acerca da Rede Urbanidade atingiram uma equivalência comercial de R$ 2.378.847,00, o que pode trazer benefícios para a imagem do MPDFT, da Rede, das instituições e dos movimentos que a integram e, principalmente, benefícios para a mobilidade urbana do Distrito Federal. São elas: Em razão da pandemia covid-19, foi necessária a adaptação dos meios de comunicação entre os membros da Rede Urbanidade. Assim, foram criados grupos de WhatsApp para a comissão principal e para as subcomissões, porém, medidas estão sendo adotadas para a migração dessas atividades para a plataforma Microsoft Teams.	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)

TABELA 88 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS IMPLEMENTADOS EM 2020

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Rede Urbanidade: Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo	Criar espaço democrático de discussão, articulação e busca de soluções compartilhadas para as questões relacionadas à mobilidade urbana do Distrito Federal.	Cidadania fortalecida Meio ambiente preservado Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb)	Realização, via YouTube, de webinários de iniciativa da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) a partir das expertises e experiências de especialistas, integrantes do Ministério Público, acadêmicos, gestores públicos, jornalistas e representantes da sociedade civil organizada que se dedicam à mobilidade para debater com a sociedade temas como acessibilidade e mobilidade urbana, transporte público coletivo e mobilidade ativa em tempos de pandemia. São eles: Projeto Zona Verde: um debate necessário; Acessibilidade de Mobilidade Urbana; A realidade do transporte público coletivo no DF: desafios e potencialidades; Avenida W3 Sul do Plano Piloto de Brasília: passado, presente e futuro; Desafios da mobilidade ativa em tempos de pandemia; Projetos Urbanos de Mobilidade no DF em debate; Aonde leva minha calçada; Outro olhar para o trânsito: crimes, impunidade, perdas e danos; Mobilidade por bicicleta no DF: o que pensam os ciclistas; Trabalho em transportes: da precarização à responsabilidade social; Educação para o trânsito em tempos de pandemia; Transporte coletivo em tempos da COVID-19; O olhar e as abordagens do jornalismo sobre a mobilidade urbana. Acesso pelo link abaixo: Webinário "Projeto Zona Verde: um debate necessário". Série de webinários relacionados à mobilidade urbana: Criação de página da Rede Urbanidade com acesso pelo link: https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/programas-e-projetos-menu/rede-urbanidade. Realização de vistoria na ciclovia recém-concluída no Trevo de Triagem Norte (TTN) pela Prourb, integrantes do blog Brasília para Pessoas e das entidades Rodas da Paz, Bike Anjo e Andar a Pé, além do bike repórter Afonso Morais. Também acompanharam o grupo representantes do DER-DF e da Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob). A iniciativa objetiva garantir o respeito aos direitos de pedestres, ciclistas e usuários do transporte coletivo na área do TTN com instauração posterior de procedimento para obter informações sobre as soluções adotadas pelo Distrito Federal e pelo DER-DF. Acesso pelo link abaixo: Relatório da vistoria realizada em novembro de 2020 na ciclovia do Trevo de Triagem Norte – TTN;	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)

TABELA 88 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS IMPLEMENTADOS EM 2020

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Rede Urbanidade: Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo	Criar espaço democrático de discussão, articulação e busca de soluções compartilhadas para as questões relacionadas à mobilidade urbana do Distrito Federal.	Cidadania fortalecida Meio ambiente preservado Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb)	Realização de vistoria na Rodoviária do Plano Piloto, que resultou na elaboração do Relatório técnico nº 22/2020 e no ajuizamento de ação civil pública, ainda em tramitação, para obrigar o Distrito Federal, entre outras providências, a instalar bicicletário com segurança, acessibilidade e controle de acesso no local. Acesso pelo link abaixo: Relatório da vistoria realizada na Rodoviária de Brasília; Ação Civil Pública para instalação de bicicletário e integração das ciclovias e calçadas na Rodoviária de Brasília; Contribuições/questionamentos sobre o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal; Contribuições/questionamentos sobre a proposta de parceria público-privada para implantação da Linha 1 do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na Avenida W3, ligando o Aeroporto Juscelino Kubitschek, o Terminal da Asa Sul e o Terminal da Asa Norte; Carta aberta sobre a mobilidade urbana durante a pandemia e no período pós-pandemia; Apoio às contribuições da sociedade civil organizada ao Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal; Nota sobre a abertura da W3 Sul aos pedestres e ciclistas, aos domingos e feriados; Apoio à manifestação da sociedade civil organizada sobre a proposta de cobrança de estacionamento em áreas públicas do Distrito Federal – Projeto Zona Verde; Contribuições/questionamentos sobre o projeto de Concessão para Gestão, Operação e Manutenção dos Serviços de Transporte Metroviário do Distrito Federal; Contribuições/questionamentos sobre a concessão da Rodoviária de Brasília, em parceria com o Instituto MDT; Contribuições/questionamentos sobre a concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF (STPC/DF), em parceria com o Instituto MDT.	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)

TABELA 88 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS IMPLEMENTADOS EM 2020

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Revisão do projeto Novos Rumos do Psicossocial – centralização regional	Otimizar o assessoramento psicossocial à atuação das promotorias do MPDFT, principalmente, no que se refere à perícia psicossocial.	Aprimorar o assessoramento técnico e pericial	Grupo de trabalho disposto na Portaria PGJ nº 455, de 31 de agosto de 2020	Elaboração de relatórios visando à centralização regionalizada e aos estudos estatísticos da CEPS como insumos para elaboração da nova matriz de gestão do projeto Novos Rumos do Psicossocial já aprovada pelo grupo de trabalho e posterior execução de ações previstas em cronograma como informatização; implantação da estrutura de centralização regional de Brasília II (Brasília, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante e Guará); avaliação dos agrupamento das demandas em três grandes grupos: perícia psicossocial, atuação psicossocial em violência doméstica e assessoramento no acompanhamento de políticas públicas; e soluções administrativas para questões inerentes à implementação do projeto no âmbito do MPDFT. Elaboração e aprovação da Nova matriz de gestão do projeto Novos Rumos do Psicossocial.	Macroprocessos de Governança (Cultura para resultados)
Sistema Protetor: acompanhando as curatelas em todo o Distrito Federal	Aperfeiçoar a atuação do MPDFT na fiscalização e acompanhamento das tutelas e curatelas, por meio da implantação do Sistema Protetor em todas as coordenadorias do MPDFT e da capacitação de servidores para o seu uso adequado.	Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados Cidadania fortalecida Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos	Central de Controle de Tutelas e Curatelas	Elaboração do curso do Sistema Curatelas para formar o público que utilizará o sistema. Construção do Sistema de Curatelas do MPDFT, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação do MPDFT para aglutinar as informações necessárias a preservação dos direitos individuais e coletivos referentes ao tema.	Macroprocessos de Governança (Cultura para resultados)
Um passo no seu espaço	Promover, preservar e agir na defesa do patrimônio público e cultural; promover a cidadania por meio de iniciativas voltadas para a conscientização do cidadão; fomentar o desenvolvimento da cidadania, entendida como o exercício de direitos e deveres.	Patrimônio Público Protegido	6a Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística do MPDFT	Revitalização de parada de ônibus pelos estudantes do Centro de Ensino Fundamental 427 de Samambaia (CEF 427). A demanda foi apresentada pelos alunos ao administrador da cidade, Gustavo Aires, em uma videoconferência do projeto. O espaço foi preparado e o artista grafiteiro Fernando Cordeiro, conhecido como Elom Ceilândia, expôs sua arte na parada. Ocorrida na Semana Maria da Penha, a temática escolhida para o grafite foi uma mensagem de conscientização sobre o feminicídio: "Não à violência contra a mulher. Não ao feminicídio". A iniciativa objetiva conscientizar sobre a necessidade de cuidado e gestão compartilhada dos espaços públicos. Esta semana foi concluída a revitalização da parada de ônibus perto da escola. Promoção de concurso cultural para a preservação de espaços públicos, em parceria com a Regional de Ensino de Samambaia e a Administração Regional de Samambaia, voltado a estudantes do Centro de Ensino Fundamental 427 (6° e 7° Ano: desenho / 8° e 9° Ano: redação). Seis alunos foram premiados pela elaboração de desenhos e pelas redações sobre os espaços abandonados na região e como eles imaginam o local revitalizado para o uso e a convivência da comunidade.	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)

TABELA 88 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS IMPLEMENTADOS EM 2020

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Valorize a vida no trânsito – segunda edição	Fomentar um trânsito mais seguro no Distrito Federal, por meio de atividades de sensibilização perante os infratores que estiverem em situação de aplicação de benefícios legais.	Cidadania Fortalecida	Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Paranoá	Realização de curso on-line "Valorize a vida no trânsito", com 1h30 de duração, em 29 de julho de 2020, via canal do MPDFT no YouTube. O curso é voltado a autores de infrações de trânsito com o objetivo de promover uma conversa sobre responsabilidade pessoal e mudança de atitude pelos autores de infrações de trânsito em fase de suspensão condicional do processo, transação penal ou acordo de persecução penal. Este ano, a primeira edição virtual contou com a participação de 743 pessoas.	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)
Vérum	Apresentar dados mais próximos da realidade acerca da repressão de crimes contra a vida, desde a investigação até a aplicação da penalidade determinada pelo juiz de Direito, por meio do tratamento dos dados dos crimes de homicídios consumados no ano de 2018 nos limites territoriais do Distrito Federal.	Direitos coletivos e individuais indisponíveis Criminalidade combatida Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados	Núcleo do Tribunal do Júri e da Defesa da Vida	Sistema Vérum preenchido com a mesma quantidade de inquéritos policiais que a Polícia Civil do Distrito Federal informa. Diagnóstico atual com a quantidade de feminicídios consumados por Região Administrativa do DF. Diagnóstico atual com a quantidade de homicídios consumados por Região Administrativa do DF. No ano de 2018, foram resolvidos 247 casos, o que corresponde a uma taxa de 60,69% de apuração. Também, houve 59 arquivamentos, sendo 17 sem identificação da autoria, 9 porque o fato não era criminoso, 21 porque o agente era menor de idade, e 12 em razão da morte do agente. Alimentação mensal do Sistema Verum com todos os dados extraídos manualmente e por filtros gerados pela Secretaria de Tecnologia e Informação/MPDFT, dos Inquéritos Policiais e dos Processos de homicídio consumados. Gráficos do Business Intelligence (BI) atualizados diariamente, de acordo com o preenchimento do sistema Verum e a atualização das fases processuais.	Macroprocessos Finalísticos (Relacionamento com a sociedade)

5.7 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

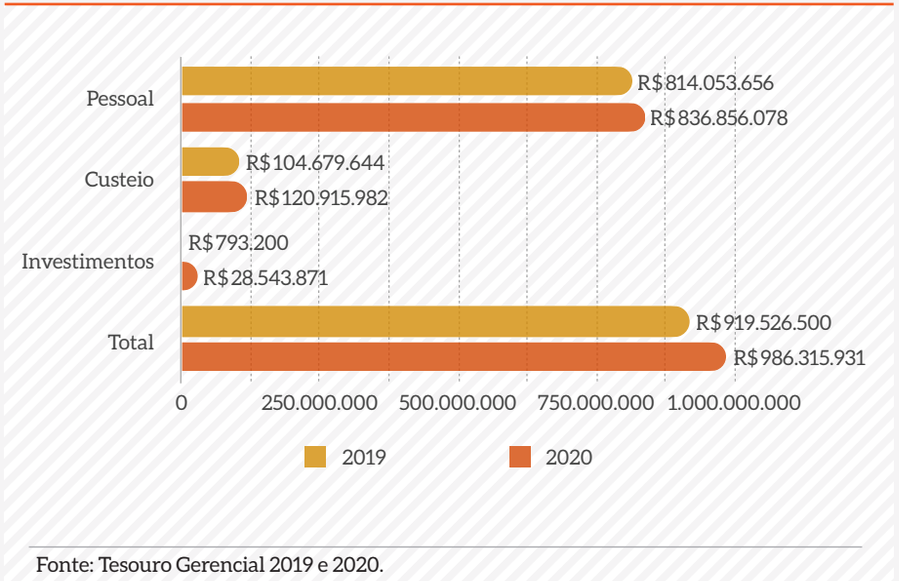
5.7.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

TABELA 89 ORÇAMENTO TOTAL DISPONÍVEL 2020 – MPDFT

LOA/2020	R$ 901.390.701
Créditos adicionais - Acórdão TCU 3072/2019	R$ 57.226.230
Outros créditos adicionais líquidos	R$ 27.699.000
Orçamento final disponível	**R$ 986.315.931**

Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

GRÁFICO 77 COMPARATIVO DA DOTAÇÃO FINAL DISPONÍVEL POR GRUPO DE DESPESA 2019-2020



Fonte: Tesouro Gerencial 2019 e 2020.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, consignou ao MPDFT o crédito orçamentário inicial no valor total de R$ 901.390.701, sendo R$ 831.578 em reserva de contingência fiscal primária.

Durante o período, em decorrência do Acórdão TCU 3072/2019, houve a recomposição do orçamento do Ministério Público da União (MPU), haja vista a correção e atualização do valor, devido a um erro de cálculo do teto de gastos estabelecido pela EC nº 95/2016, desde o exercício de 2017. Coube, assim, ao MPDFT, o adicional no valor de R$ 57.226.230, liberado em duas parcelas por meio de crédito suplementar, o que possibilitou, juntamente com o crédito inicial e a economia de despesas realizadas durante a adoção do regime preferencial de teletrabalho, o atendimento de demandas institucionais programadas e represadas.

Além dessa recomposição, houve a aprovação de créditos adicionais líquidos no valor de R$ 27.699.000, o que resultou no orçamento final total disponível ao MPDFT de R$ 986.315.913, representando um acréscimo de 9,42% do orçamento inicialmente autorizado:

Observa-se que houve acréscimo significativo (35,99%) no orçamento de investimentos em 2020.

5.7.2 PERFIL DE GASTOS DO MPDFT

Com base na EC nº 95/2016, a execução das despesas primárias obrigatórias e discricionárias atingiu o percentual de 99,34%. Em comparação ao exercício de 2019, temos os dados conforme a tabela - Comparativo da dotação final disponível e da execução das despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) – 2019 e 2020.

Quando consideradas as despesas totais (incluindo as despesas financeiras previdenciárias), a execução passa a ser de 99,35%, conforme a tabela Comparativo da dotação final disponível e da execução total das despesas 2019 e 2020.

Ainda com base na tabela citada, verifica-se aumento das despesas com pessoal e encargos sociais em torno de R$ 41 milhões, sendo R$ 22,4 milhões relativos ao pagamento de passivos de exercícios anteriores, licença-prêmio e Parcela Autônoma de Equivalência (PAE).

A exemplo de exercícios anteriores, as despesas de custeio mais significativas em valores são aquelas referentes a benefícios assistenciais, ao plano de assistência médica e odontológico, a contratos de manutenção administrativa e de segurança institucional.

Os investimentos aumentaram em torno de R$ 24 milhões, o que viabilizou a realização de diversas obras imprescindíveis para o funcionamento e a modernização das instalações; reestruturação da área de tecnologia da informação; aquisição de veículos necessários à renovação da frota, entre outros.

TABELA 90 COMPARATIVO DA DOTAÇÃO FINAL DISPONÍVEL E DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS (OBRIGATÓRIAS E DISCRICIONÁRIAS) – 2019 E 2020

	2019						2020						
GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO * (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	RP PAGO (E)	% EXECUÇÃO (F)=(D+E)*100/ (A)	DOTAÇÃO * (G)	EMPENHADO (H)	LIQUIDADO (I)	PAGO (J)	RP PAGO (K)	% EXECUÇÃO (L)=(J+K)*100/ (G)	VARIAÇÃO % (M) =F/L
Pessoal	713.322.642	713.321.593	713.111.597	713.111.597	588.488	100,05	736.264.979	736.264.979	736.024.794	736.024.794	209.996	100,00	1,00
Custeio	104.679.644	101.655.946	100.112.567	100.112.567	1.318.757	96,90	120.915.982	120.690.525	117.273.690	117.273.690	1.359.890	98,11	0,99
Investimento	793.200	789.007	725.210	725.210	516.055	156,49	28.543.871	28.256.396	24.965.927	24.965.927	63.798	87,69	1,78
Total	**818.795.486**	**815.766.546**	**813.949.374**	**813.949.374**	**2.423.301**	**99,70**	**885.724.832**	**885.211.900**	**878.264.410**	**878.264.410**	**1.633.684**	**99,34**	**1,00**

Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2021).
*Dotação Disponível final.
Obs.1: Percentual de execução acima de 100% decorre do pagamento de "Restos a Pagar", com a utilizaçção de recursos financeiros de outro grupo de despesa do exercício atual.
Obs.2: Os valores (dotação, empenhado, liquidado, pago e RP pago) consideram as provisões efetuadas para o MPF, para o pagamento do Plano de Assistência Médica do MPDFT,nos dois exercícios.

TABELA 91 COMPARATIVO DA DOTAÇÃO FINAL DISPONÍVEL E DA EXECUÇÃO TOTAL DAS DESPESAS 2019 E 2020

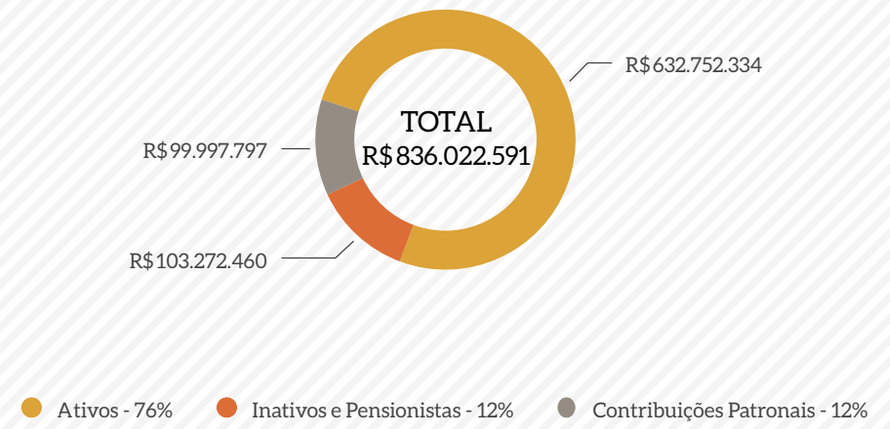
	2019						2020						
GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO * (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	RP PAGO (E)	% EXECUÇÃO (F)=(D+E)*100/ (A)	DOTAÇÃO * (G)	EMPENHADO (H)	LIQUIDADO (I)	PAGO (J)	RP PAGO (K)	% EXECUÇÃO (L)=(J+K)*100/ (G)	VARIAÇÃO % (M) =F/L
Pessoal	814.053.656	794.558.139	794.302.109	794.302.109	631.324	97,65	836.856.078	836.856.078	836.022.591	836.022.591	209.996	99,93	0,98
Custeio	104.679.644	101.655.946	100.112.567	100.112.567	1.318.757	96,90	120.915.982	120.690.525	117.273.690	117.273.690	1.359.890	98,11	0,99
Investimento	793.200	789.007	725.210	725.210	516.055	156,49	28.543.871	28.256.396	24.965.927	24.965.927	63.798	87,69	1,78
Total	**919.526.500**	**897.003.093**	**895.139.886**	**895.139.886**	**2.466.137**	**97,62**	**986.315.931**	**985.802.999**	**978.262.208**	**978.262.208**	**1.633.684**	**99,35**	**0,98**

Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2021).
*Dotação Disponível final.
Obs.1: Percentual de execução acima de 100% decorre do pagamento de "Restos a Pagar", com a utilizaçção de recursos financeiros de outro grupo de despesa do exercício atual.
Obs.2: Os valores (dotação, empenhado, liquidado, pago e RP pago) consideram as provisões efetuadas para o MPF, para o pagamento do Plano de Assistência Médica do MPDFT,nos dois exercícios.

5.7.3 DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS EM 2020 – POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

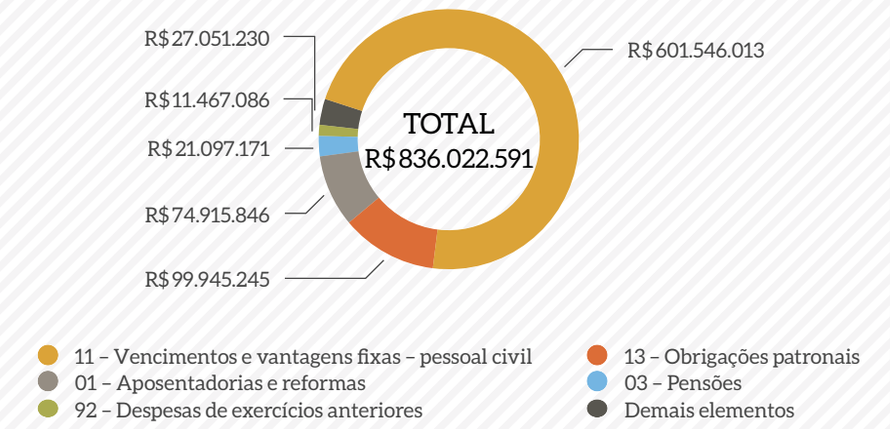
Com 98% dos integrantes da casa imersos no regime preferencial de teletrabalho, adotado em meados do mês de março, houve uma economia considerável, em relação ao exercício de 2019, em torno de R$ 3,7 milhões, nas principais despesas de custeio, tais como; energia elétrica, água e esgoto, serviços de limpeza e conservação, de recepção, combustíveis e lubrificantes, entre outras.

GRÁFICO 78 GRUPO 1: PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



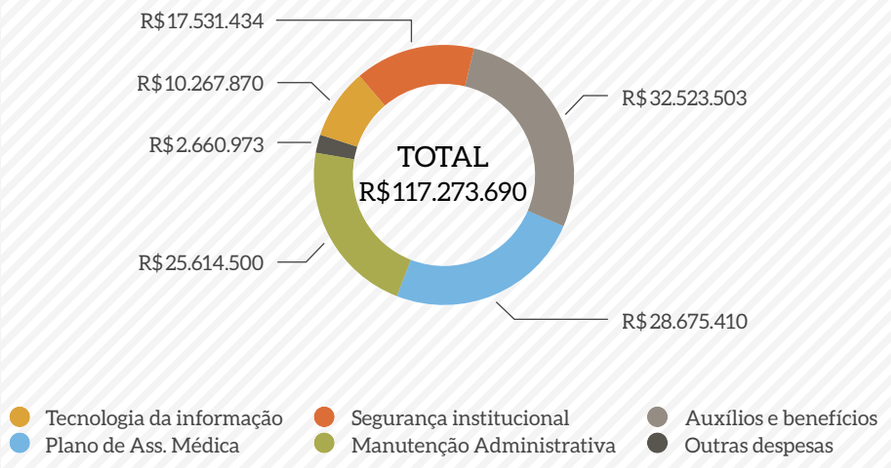
Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

GRÁFICO 79 GRUPO 1: DESPESAS POR ELEMENTO



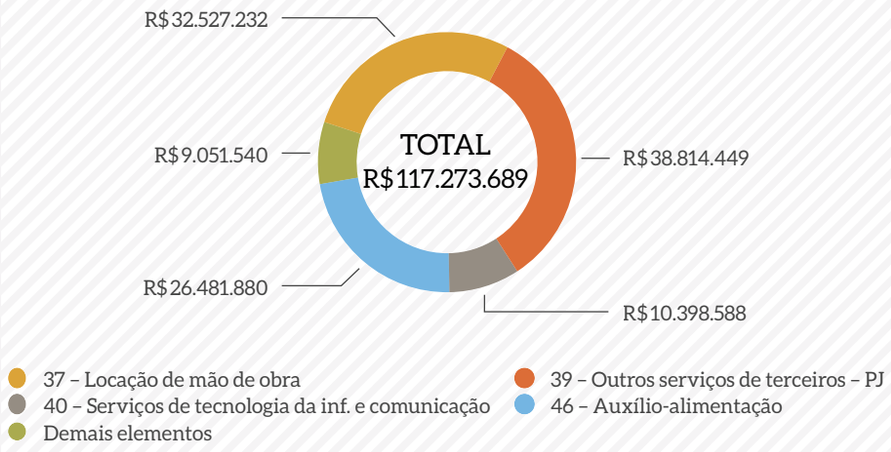
Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

GRÁFICO 80 GRUPO 3: OUTRAS DESPESAS CORRENTES



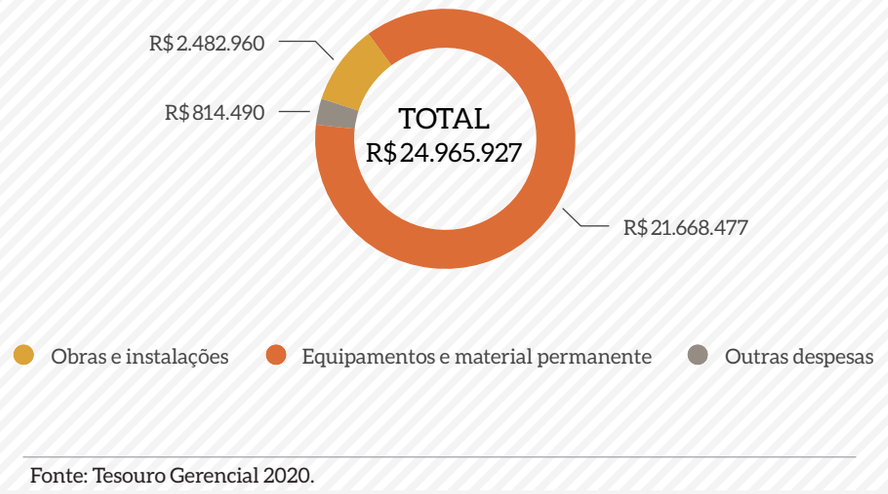
Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

GRÁFICO 81 GRUPO 3: DESPESAS POR ELEMENTO



Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

GRÁFICO 82 GRUPO 4: INVESTIMENTOS



Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

TABELA 92 PRINCIPAIS DESPESAS DE CUSTEIO

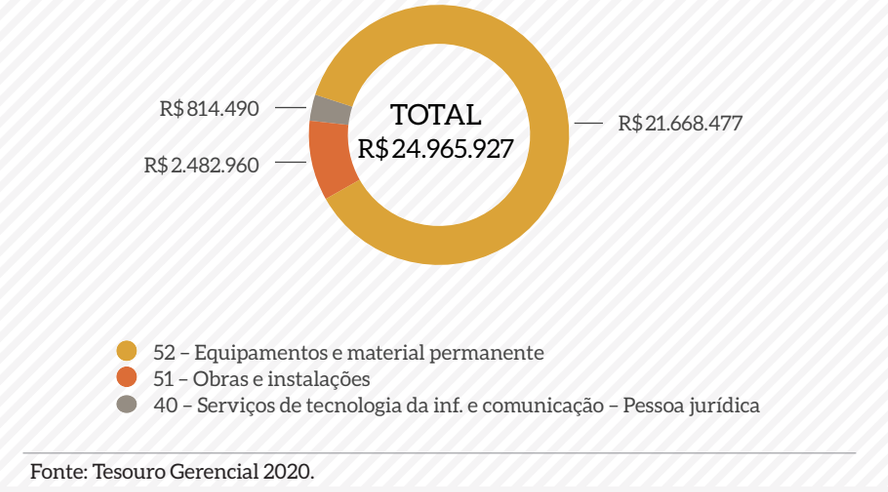
DESPESA	2019	2020		%
	Executado (a)	Executado (b)	Economia (c)	
Energia elétrica	4.148.273	2.683.356	1.464.917	35%
Água e esgoto	703.204	402.870	300.334	43%
Limpeza e conservação	6.237.603	5.469.252	768.351	12%
Serviço de reprografia	303.733	193.383	110.350	36%
Serviço de recepção	1.522.457	1.153.723	368.734	24%
Combustíveis e lubrificantes	563.088	269.440	293.648	52%
Diárias e passagens	507.516	122.462	385.054	76%
Total	**13.985.874**	**10.294.486**	**3.691.388**	**26%**

Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

5.7.4 COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR 2019-2020

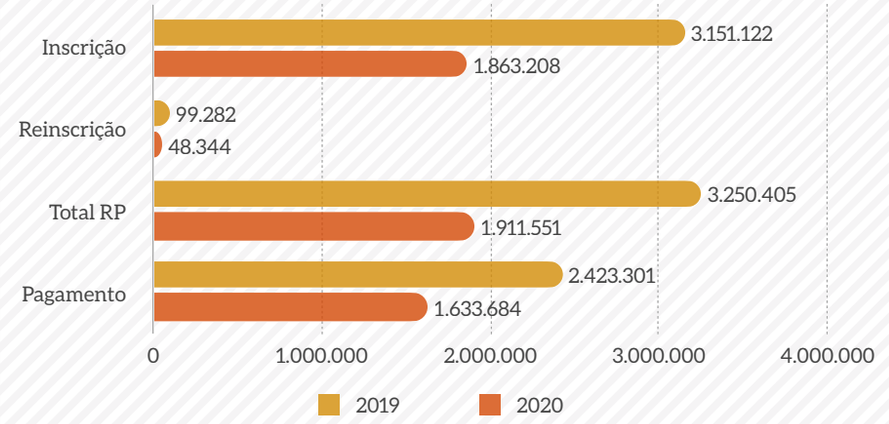
Por força da EC nº 95/2016 e do acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Órgão, verifica-se uma redução significativa (41,2%) dos valores inscritos e reinscritos em restos a pagar para o exercício de 2020 quando comparado ao de 2019.

GRÁFICO 83 GRUPO 4: DESPESAS POR ELEMENTO



Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

GRÁFICO 84 RESTOS A PAGAR



Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

TABELA 93 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

AÇÃO	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS		CRÉDITOS ADICIONAIS LÍQUIDOS	ORÇAMENTO AUTORIZADO LOA + CRÉDITOS	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	PAGS. DO EXERCÍCIO 2020	PAGS. DE RESTOS A PAGAR 2018 E 2019	TOTAL PAGO	% DE EXECUÇÃO
		Suplementação	Cancelamento							
	(a)	(b)	(c)	(d=b-c)	(e=a+d)	(f)	(g)	(h)	(i=g+h)	[j=(i*100)/e]
Assistência médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes	16.718.143	12.344.191	386.924	11.957.267	28.675.410	28.675.410	28.675.410	-	28.675.410	100,00%
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores	5.450.591	444.046	-	444.046	5.894.637	5.894.637	5.889.106	-	5.889.106	99,91%
Auxílio-Alimentação	26.048.078	466.171	20.000	446.171	26.494.249	26.494.249	26.481.880	-	26.481.880	99,95%
Auxílio-Transporte	43.534		35.000	(35.000)	8.534	8.534	579	-	579	6,78%
Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade	288.329	-	87.000	(87.000)	201.329	201.329	151.938	-	151.938	75,47%
Comunicação e Divulgação Institucional	458.500	110.000	-	110.000	568.500	568.500	449.939	-	449.939	79,14%
Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia	50.000	-	-	-	50.000	50.000	-	-	-	0,00%
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	68.273.270	30.938.140	11.644.216	19.293.924	87.567.194	87.567.194	80.590.764	1.423.687	82.014.451	93,66%
Aposentadorias e Pensões Civis da União	92.420.202	11.070.000	10.000	11.060.000	103.480.202	103.480.202	103.272.460	-	103.272.460	99,80%
Ativos Civis da União no DF	603.417.377	34.133.400	4.766.000	29.367.400	632.784.777	632.784.777	632.752.334	209.996	632.962.330	100,03%
Reserva de Contingência Fiscal – Primária	831.578	-	831.578	(831.578)	-	-	-	-	-	0,00%
Total	**813.999.602**	**89.505.948**	**17.780.718**	**71.725.230**	**885.724.832**	**885.724.832**	**878.264.410**	**1.633.684**	**879.898.094**	**99,34%**

Fonte: Tesouro Gerencial/2020.

Obs.1: O valor da Reserva de Contingência constante da LOA foi utilizado para suplementar despesas com assist. médica e odontológica, auxílio pré-escolar e auxílio-alimentação. (Lei nº 14.101, de 18/11/2020)

Obs. 2: Os percentuais de execução acima de 100% decorrem do pagamento de "Restos a Pagar", com a utilização de recursos de outro grupo de despesa do exercício de 2020.

5.7.5 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

A execução dos programas do MPDFT obteve um percentual total de 99,34%, considerando as despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) e os restos a pagar, conforme os preceitos da EC nº 95/2016.

Como dito anteriormente, a recomposição do orçamento do MPDFT em decorrência da decisão do TCU, proferida no Acórdão 3072/2019 foi fundamental para o atendimento de demandas e a manutenção administrativa do Órgão.

O orçamento inicialmente disponibilizado na LOA em reserva de contingência fiscal primária foi destinado às despesas com assistência médica e odontológica, auxílios alimentação e pré-escolar.

Cabe mencionar que o plano de assistência médica hospitalar e odontológica é executado pelo Ministério Público Federal (MPF), conforme termo de cooperação firmado em 2016.

A exemplo de exercícios anteriores, os percentuais de execução dos programas reafirmam o alinhamento da gestão orçamentária aos objetivos estratégicos do Órgão. Ver tabela apresentada anteriormente.

5.7.6 DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL X DESEMPENHO ESPERADO/ORÇADO – ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A despeito da pandemia e das consequências negativas para a economia brasileira, o MPDFT permanece com uma alta execução orçamentária e financeira (99,34%). As medidas de economia implementadas em exercícios anteriores foram mantidas e, com a adoção do regime preferencial de teletrabalho e a recomposição do orçamento advindo do Acordão TCU 3072/2019, foi possível o custeio das despesas administrativas de manutenção e a aplicação em investimentos na área de informática, há muito preterido em função de despesas imprescindíveis ao funcionamento do Órgão; além da realização de obras em edifícios próprios para a melhoria e modernização das instalações.

Com a redução da Receita Corrente Líquida (RCL), observada a partir do mês de fevereiro de 2020, os limites impostos pela Lei de Responsabilidade fiscal (LRF) para as despesas com pessoal foram significativamente afetados, muito embora o MPDFT tenha permanecido dentro dos limites estabelecidos.

O cenário pós-pandemia ainda é de incertezas, mas com a progressão da cobertura vacinal da população há a expectativa da retomada do crescimento econômico, ainda que lentamente.

5.7.7 RISCOS DE GESTÃO

Representam riscos de gestão, sob o ponto de vista orçamentário e financeiro:

- Contingenciamento de despesas;
- Ocorrência de despesas emergenciais além do presumido na reserva da Secretaria de Orçamento e Finanças.

5.7.8 PRINCIPAIS METAS NÃO ALCANÇADAS

A meta não alcançada durante o exercício de 2020 decorre do volume insuficiente de dotação orçamentária alocada na ação orçamentária para esta finalidade:

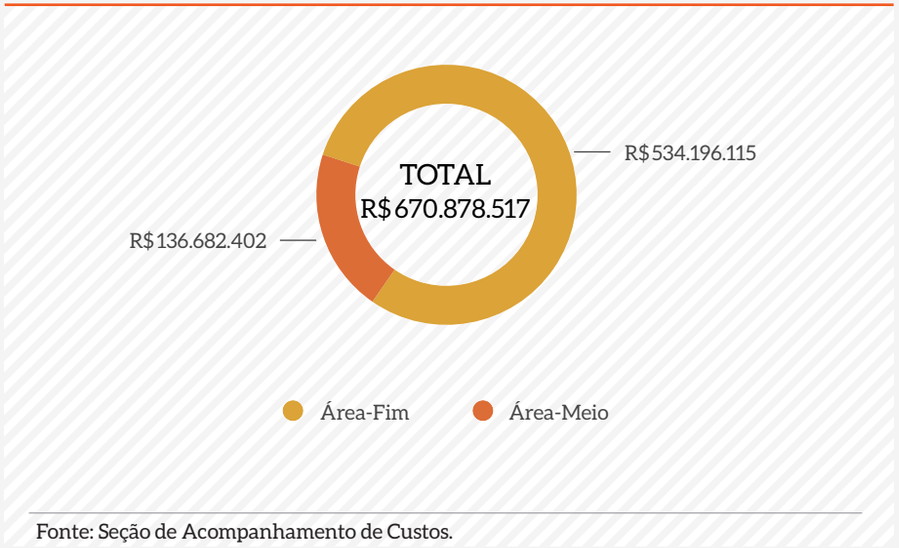
- Retomada da obra de construção da sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia.

5.7.9 PRINCIPAIS DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

Os desafios, ações e perspectivas para os exercícios seguintes são listados a seguir:

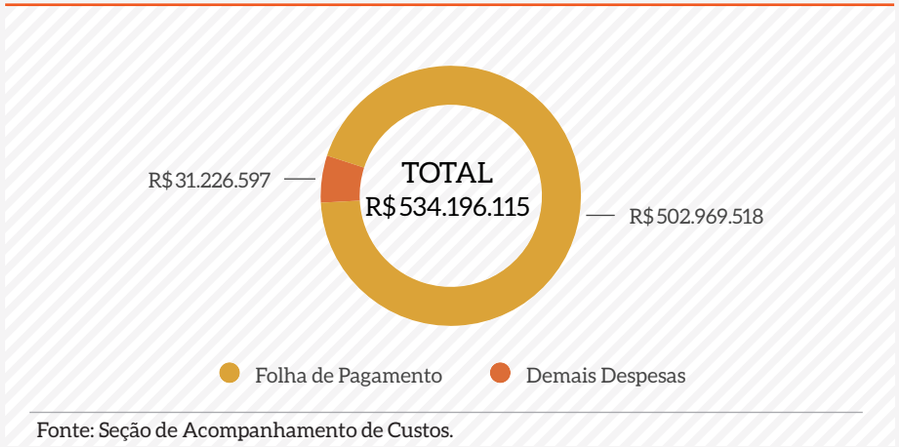
- Aperfeiçoar os processos de trabalho com a utilização de sistema informatizado de orçamento e finanças;
- Reduzir substancialmente os valores inscritos em restos a pagar;
- Manter os gastos com pessoal abaixo dos limites estabelecidos pela LRF;
- Manter o controle da execução das despesas primárias dentro dos limites da EC nº 95/2016;
- Retomar e concluir a obra de construção da sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia.

GRÁFICO 85 COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DO MPDFT - POR TIPO DE ÁREA



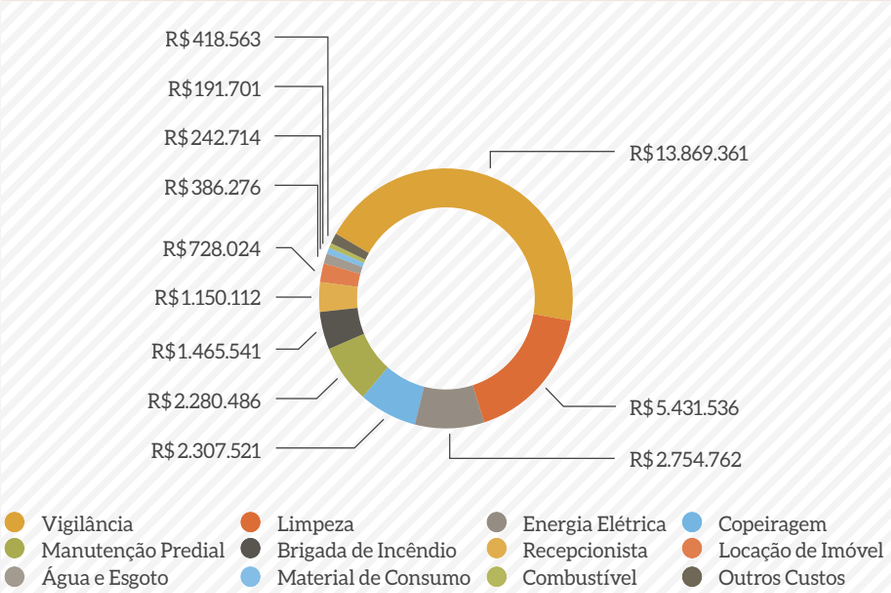
Fonte: Seção de Acompanhamento de Custos.

GRÁFICO 86 ÁREA FIM 2020 - TOTAL



Fonte: Seção de Acompanhamento de Custos.

GRÁFICO 87 ÁREA FIM 2020 - DEMAIS DESPESAS



Fonte: Seção de Acompanhamento de Custos.

5.7.10 GESTÃO DE CUSTOS

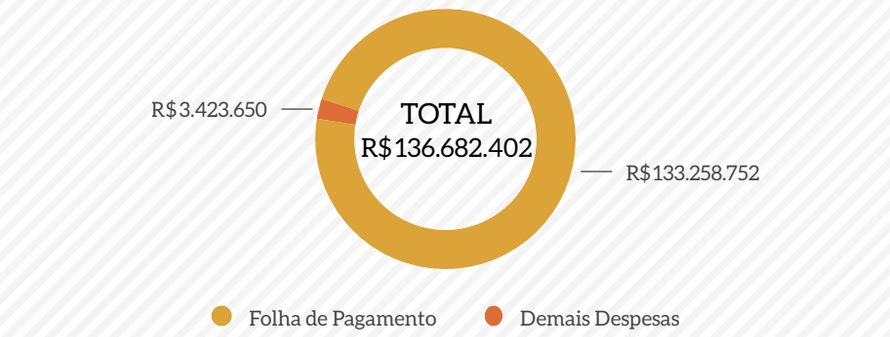
Entre os princípios constitucionais da CF/1988, o Princípio da Eficiência preconiza a necessidade da melhoria dos gastos públicos pela Administração Pública, além das normas infraconstitucionais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Portaria da STN nº 157 de 2011; todas ensejam a obrigação de monitorar e apurar custos como suporte à tomada de decisão.

O gerenciamento de custos no âmbito do MPDFT é realizado pela Seção de Acompanhamento de Custos (Seac), pertencente à Subsecretaria de Avaliação Orçamentária e de Custos (Suac).

A metodologia de apuração de custos do MPDFT divide as subunidades em dois grupos: área-fim (área finalística do Órgão), composta pelas Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça; e a área-meio, composta pelas demais unidades que dão suporte ao funcionamento da área-fim.

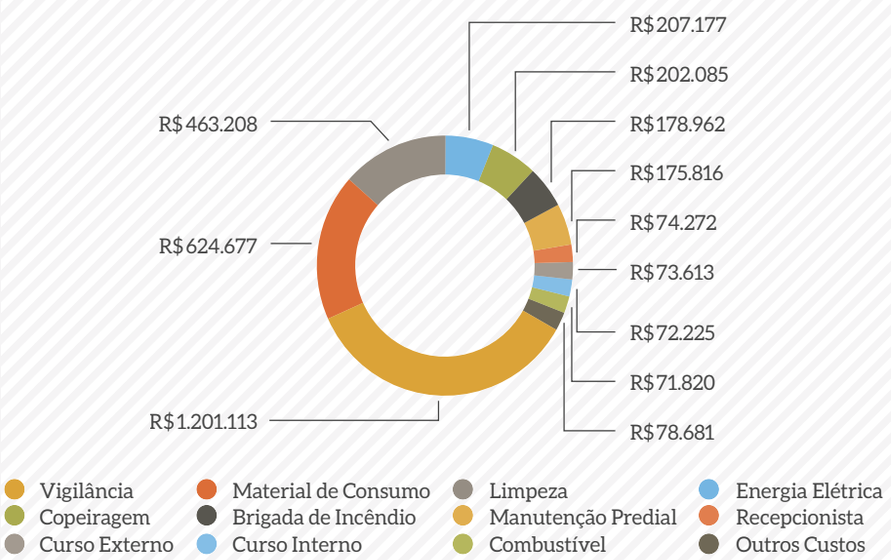
Os custos são apurados com base nos itens de gastos: pagamento de pessoal; material de consumo; diárias e passagens; cursos internos, externos e pós-graduação; contratos de vigilância, brigada de incêndio, limpeza, copeiragem, recepção, manutenção predial, manutenção de elevadores, locações e cessões de uso; energia elétrica; água e esgoto.

GRÁFICO 88 ÁREA MEIO 2020 - TOTAL



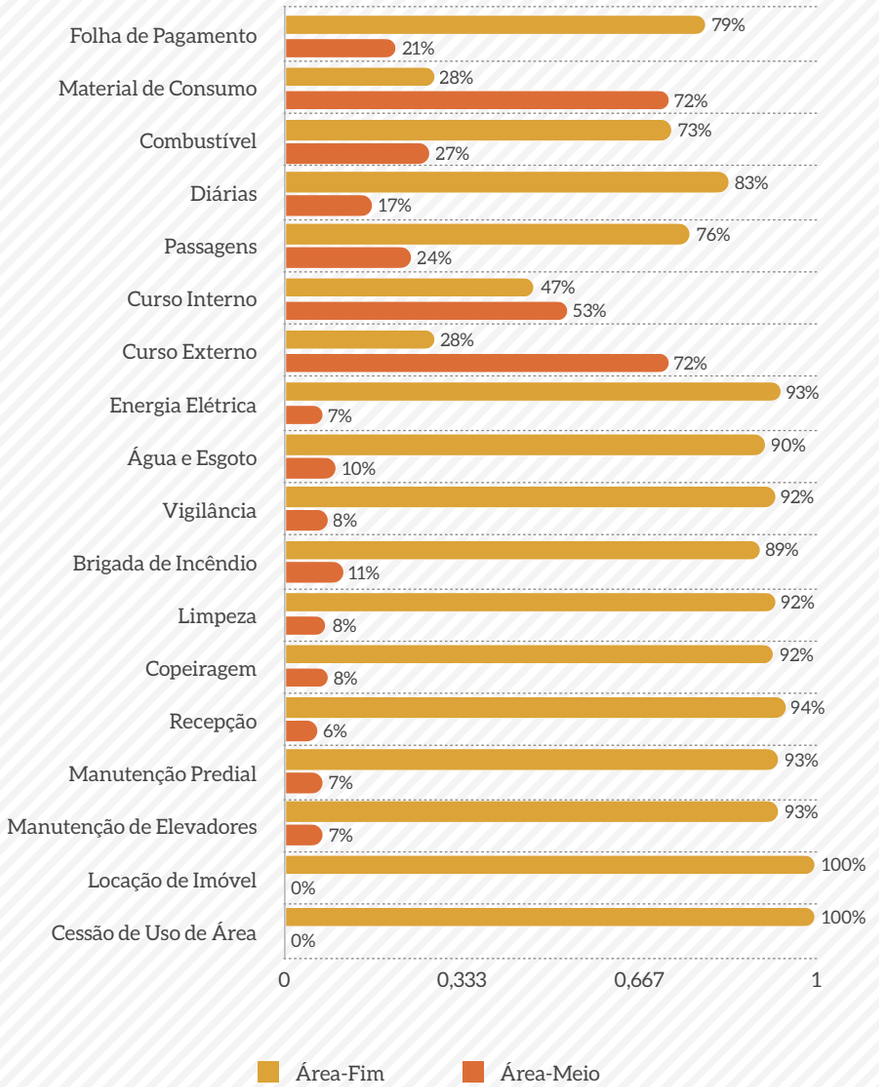
Fonte: Seção de Acompanhamento de Custos.

GRÁFICO 89 ÁREA MEIO 2020 - DEMAIS DESPESAS



Fonte: Seção de Acompanhamento de Custos.

GRÁFICO 90 PARTICIPAÇÃO NOS CUSTOS POR ÁREA



A distribuição das despesas de pessoal ativo e demais despesas vêm mantendo uma relação percentual constante quando comparado ao exercício de 2019, 94,15% em pessoal ativo e 5,85% demais despesas na área-fim; e 97,50% em pessoal ativo e 2,50% demais despesas na área-meio.

Como podem ser vistos nos gráficos da Área-Fim e Área-Meio, os custos apurados com pessoal ativo e colaboradores representam mais de 90% do total, seguidos dos contratos de prestação de serviços de vigilância e de limpeza.

O Relatório Quadrimestral de Custos avalia as unidades, conforme a estrutura do MPDFT. As Promotorias de Justiça atuam nas cidades-satélites e são organizadas em Coordenadorias de Promotorias como Taguatinga, Ceilândia, Gama etc. Estas possuem prédios próprios, alugados ou áreas de cessão de uso que permitem a alocação de seus custos e a implementação de uma outra análise de eficiência, qual seja, um comparativo realizado entre o custo por atos praticados pelas coordenadorias e o total da população da região administrativa, que resulta no custo por ato praticado para cada mil habitantes, permitindo avaliar uma região de eficiência.

Com o objetivo de demonstrar o custo por ato praticado para cada mil habitantes do Distrito Federal, obteve-se a relação de R$ 0,17, considerando que foram praticados 1.257.441 atos e o quantitativo da população do Distrito Federal estimado em 3.209.616,91 de habitantes, segundo o Anuário Estatístico do Distrito Federal (Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan/Base 2010). Utilizou-se a Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual – TMGCA – (%) de 2010, método estatístico do Anuário Estatístico do Distrito Federal (http://www.codeplan.df.gov.br), atualizados até dezembro de 2020.

5.7.11 DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Considera-se como desafios e oportunidades para a continuidade e desenvolvimento da apuração de custos:

- Difusão no MPDFT da cultura de tomada de decisão com base nas informações de custos apuradas para cada unidade de gestão.
- Automatização das informações.
- Implementação de centros de custos das unidades.

5.8 GESTÃO DE PESSOAS

5.8.1 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal permanente do MPDFT é composto por três diferentes carreiras:

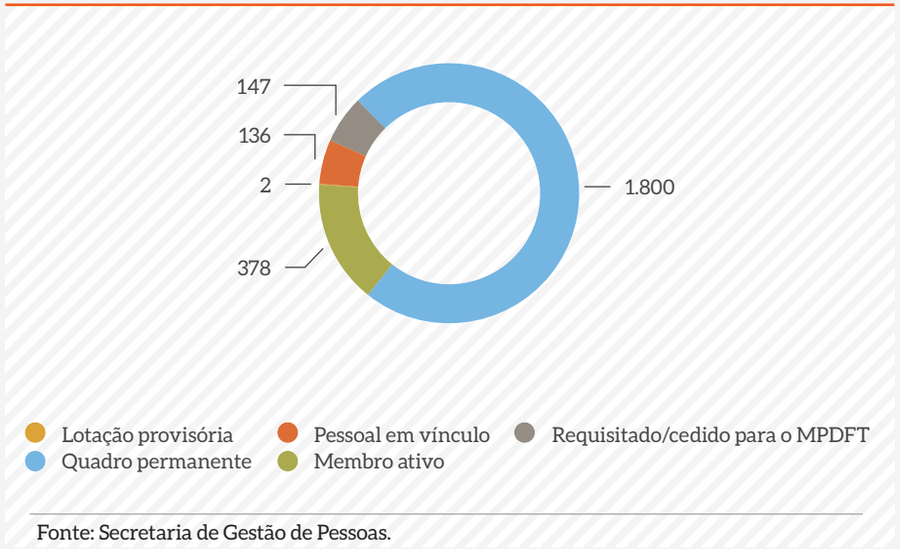
- membros do MPDFT;
- analistas do Ministério Público da União, de nível superior; e
- técnicos do Ministério Público da União, de nível médio.

As carreiras são constituídas pelos seguintes cargos, com as respectivas quantidades de ocupações em 31/12/2020:

TABELA 94 QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO MPDFT

CARGO	QUANTIDADE
MEMBROS	
Procurador de Justiça	39
Promotor de Justiça	285
Promotor de Justiça Adjunto	54
ANALISTAS	
Analista do MPU/Medicina	15
Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo	26
Analista do MPU/Saúde	62
Analista do MPU/Apoio Técnico Especializado	66
Analista do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação	69
Analista do MPU/Perícia	72
Analista do MPU/Direito	474
TÉCNICOS	
Técnico do MPU/Orçamento	3
Técnico do MPU/Edificação	12
Técnico do MPU/Saúde	14
Técnico do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação	44
Técnico do MPU/Segurança Institucional e Transporte	105
Técnico do MPU/Administração	838
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.	

GRÁFICO 91 MEMBROS E SERVIDORES ATIVOS



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Além dos membros e do quadro permanente de servidores, a Instituição conta com servidores de outros órgãos requisitados/cedidos para o MPDFT, pessoal sem vínculo e servidores de outros ramos do MPU com lotação provisória neste ramo.

Ao todo, são 378 membros e 2.085 servidores, distribuídos conforme gráficos abaixo. Dos 2.085 servidores ativos, 73, ou seja, 3,61%, são pessoas com deficiência.

A carreira dos servidores do MPU é composta pelos cargos de Analista do MPU (AN) e Técnico do MPU (TC), os quais são estruturados em 3 classes e 13 padrões.

Cumpre esclarecer que a forma de contabilização dos servidores que atuam na área-meio e na área-fim do MPDFT foi modificada em relação aos dados informados na prestação de contas de 2019, em decorrência de consulta à Secretaria de Planejamento (Secplan) acerca das unidades do Órgão que se enquadrariam no conceito de área-meio e área-fim .

Na prestação de contas dos exercícios anteriores, todos os servidores lotados na Coordenadoria das Procuradorias de Justiça e nas Coordenadorias das Promotorias de Justiça eram considerados como servidores da área-fim. Porém, a Secplan orientou que apenas os servidores lotados nos gabinetes das Procuradorias de Justiça e das Promotorias de Justiça devem se enquadrar como servidores da área-fim. Já os demais servidores lotados na Coordenadoria das Procuradorias de Justiça e nas Coordenadorias das Promotorias de Justiça compõem a força de trabalho da área-meio.

Assim, houve uma inversão no percentual de servidores da área-meio e da área-fim do Órgão se comparada à informação constante da Prestação de Contas de 2019. A título de exemplo, pelo parâmetro anteriormente utilizado, a proporção de servidores do MPDFT atuando na área-meio e na área-fim seria, respectivamente, 33% e 67%.

Além disso, destaca-se que há servidores do quadro permanente do MPDFT afastados em virtude de lotação provisória, cessão, requisição ou licença sem vencimento, razão pela qual esses servidores não foram contabilizados na distribuição da força de trabalho entre a área-fim e a área-meio.

5.8.2 PROGRAMA DE ESTÁGIO

Em razão das restrições orçamentárias vivenciadas nos últimos anos, o programa de estágio do MPDFT foi reduzido, tendo sido mantido, no último ano, somente 19 estagiários nas áreas de Psicologia e Serviço Social. Contudo, em 2020 foi autorizada a realização de novo Processo Seletivo para a contratação de estagiários dos cursos de Direito e Informática. O Edital do Processo Seletivo foi publicado em 4 de agosto de 2020, porém, em razão das medidas impostas para a contenção ao contágio pelo novo coronavírus, não foi possível a aplicação da prova no ano de 2020.

5.8.3 PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ

O Programa Adolescente Aprendiz também foi reduzido. Entretanto, não foi extinto em razão de seu objetivo social. O Programa visa atender adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica, com foco na questão da violência sexual.

5.8.4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

O Órgão possui regulamentado o serviço voluntário, com o objetivo de estimular a consciência da responsabilidade social, a solidariedade, a cooperação e os deveres cívicos. O serviço voluntário é uma atividade não remunerada, prestada por pessoa física, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

TABELA 95 GÊNERO – MEMBROS ATIVOS

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Feminino	155	40,36%
Masculino	223	58,07%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 96 GÊNERO – SERVIDORES ATIVOS

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Feminino	1.083	52,12%
Masculino	1.002	48,22%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 97 RAÇA/COR – SERVIDORES ATIVOS

RAÇA/COR	QUANTIDADE	%
Amarela	33	1,59%
Branca	1.060	51,01%
Indígena	6	0,29%
Parda	748	36,00%
Preta	120	5,77%
Não informado	118	5,68%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 98 RAÇA/COR – MEMBROS ATIVOS

RAÇA/COR	QUANTIDADE	%
Amarela	1	0,26%
Branca	200	52,08%
Indígena	56	14,58%
Parda	4	1,04%
Preta	117	30,47%
Não informado	118	5,68%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 99 DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES EM CLASSE/PADRÃO – ANALISTAS

CLASSE/PADRÃO	QUANTIDADE	%
AN-C13	181	23,1%
AN-C12	119	15,2%
AN-C11	14	1,8%
AN-C10	21	2,7%
AN-C9	41	5,2%
AN-B8	52	6,6%
AN-B7	93	11,9%
AN-B6	87	11,1%
AN-B5	30	3,8%
AN-B4	107	13,6%
AN-A3	2	0,3%
AN-A2	22	2,8%
AN-A1	15	1,9%
TOTAL	**784**	**100%**

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 100 DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES EM CLASSE/PADRÃO – TÉCNICOS

CLASSE/PADRÃO	QUANTIDADE	%
TC-C13	421	41%
TC-C12	82	8%
TC-C11	20	2%
TC-C10	44	4%
TC-C9	67	7%
TC-B8	116	11%
TC-B7	63	6%
TC-B6	124	12%
TC-B5	19	2%
TC-B4	22	2%
TC-A3	4	0%
TC-A2	12	1%
TC-A1	22	2%
TOTAL	**1.016**	**100%**

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 101 FAIXA ETÁRIA – MEMBROS ATIVOS

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
61 a 74 anos	33	8,6%
51 a 60 anos	112	29,2%
41 a 50 anos	160	41,7%
31 a 40 anos	73	19,0%
0 a 30 anos	0	0,0%

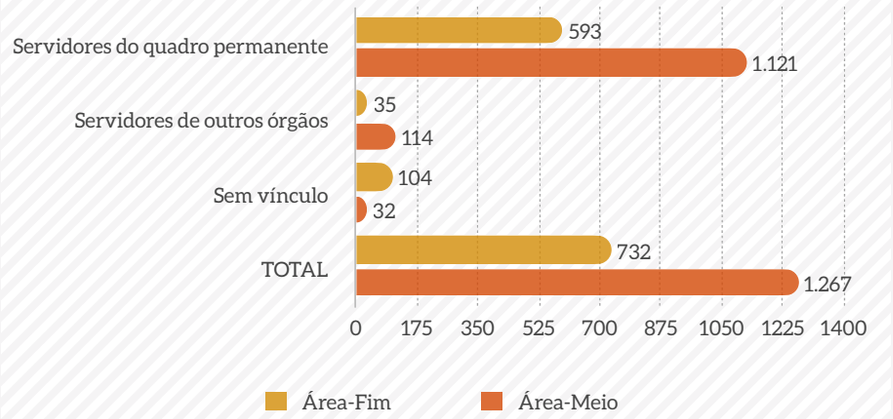
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 102 FAIXA ETÁRIA – SERVIDORES ATIVOS

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
61 a 74 anos	67	3,2%
51 a 60 anos	296	14,2%
41 a 50 anos	643	30,9%
31 a 40 anos	908	43,7%
0 a 30 anos	171	8,2%

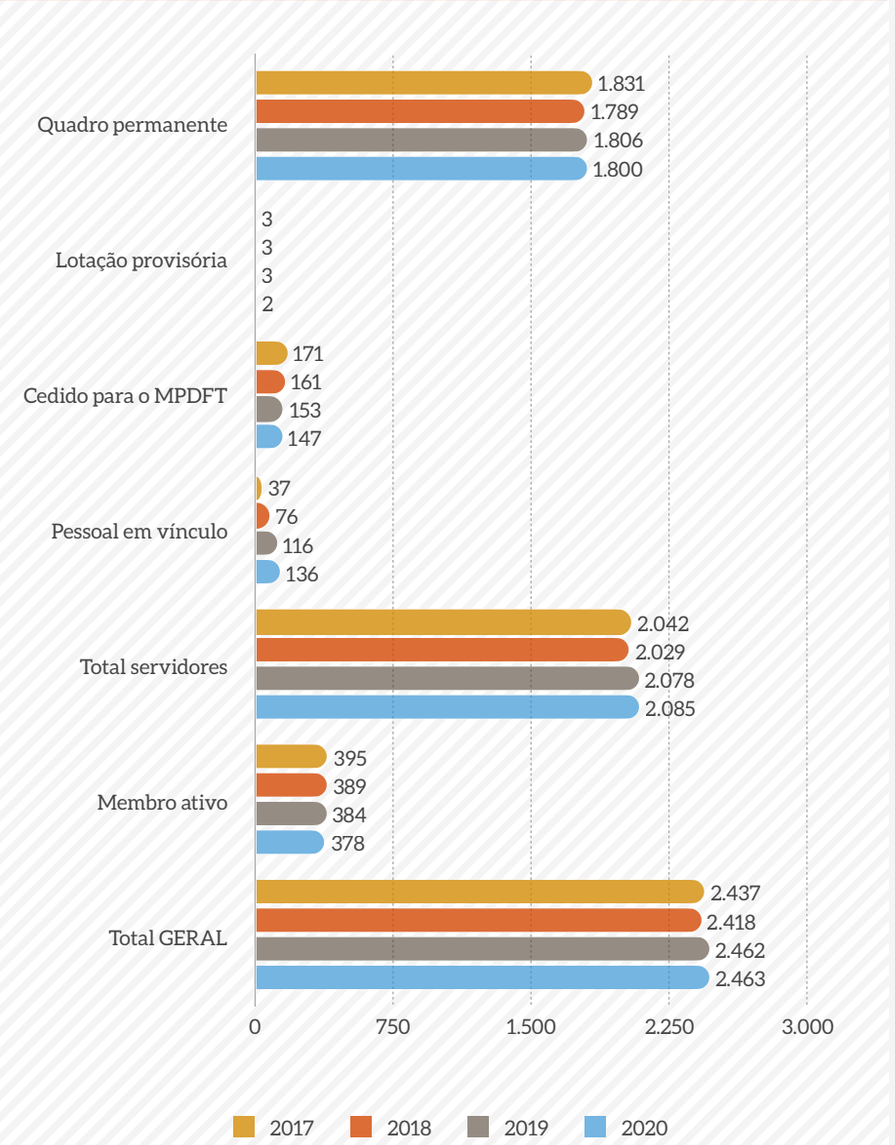
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

GRÁFICO 92 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



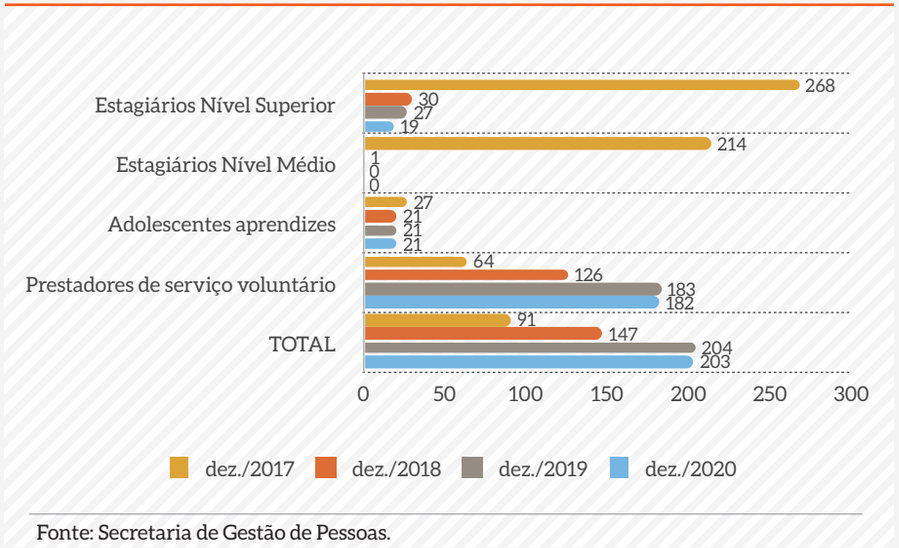
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

GRÁFICO 93 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

GRÁFICO 94 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

5.8.5 DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT):

O Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) é uma importante metodologia de gestão que permite a análise do perfil técnico para o desempenho das atividades da unidade dimensionada, bem como mede o esforço necessário para que a unidade entregue os produtos pelos quais é responsável. O DFT, em conjunto com a gestão por competências, gestão de processos de trabalho e gestão de avaliação de desempenho e do estágio probatório subsidiam a tomada de decisão da administração superior, bem como a formulação de políticas de gestão de pessoas.

As ações relativas ao DFT em 2020 foram:

- conclusão do dimensionamento de 33 unidades, totalizando 485 produtos analisados, vinculados a 2.030 atividades;
- início do DFT em outras 2 macrounidades, que totalizam 11 subunidades com 53 servidores no final de 2020 (em andamento).

5.8.6 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS:

Assim como nos demais órgãos da Administração Pública, a seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.112/1990. No âmbito do Ministério Público da União, o processo é conduzido pela Procuradoria-Geral da República, cabendo aos demais ramos apenas a prestação de informações quanto às vagas existentes e eventuais necessidades, nos casos em que há previsão orçamentária para incremento do quadro.

Em 14/12/2018, foi homologado o 10º Concurso Público do MPU para provimento dos cargos de Analista do MPU/Direito e Técnico do MPU/Administração. Em 2020, foram nomeados para o MPDFT oito servidores ocupantes do cargo de Analista do MPU/Direito e 18 ocupantes do cargo de Técnico do MPU/Administração, apenas para reposição de desligamentos sem impacto orçamentário.

Para melhor alocação de pessoas, vige, no âmbito do MPDFT, o Programa Permanente de Movimentação Interna, o qual permite, periodicamente, a alteração de lotação pelos servidores do Órgão. Tal medida visa propiciar satisfação dos servidores com suas unidades de lotação, o que resulta em maior produtividade e qualidade ao trabalho desenvolvido, além de reter talentos e promover um ambiente de trabalho agradável e profissional. A seleção é realizada por meio de análise curricular e entrevistas, o que favorece a escolha de acordo com o perfil da vaga e do servidor interessado.

Em 2020, foram abertos 13 editais do Programa Permanente de Movimentação Interna, com a oferta de 44 vagas de técnicos e analistas do MPU.

Como dito anteriormente, está em andamento o DFT, o qual, além de informações quantitativas acerca da necessidade de pessoal, trará dados qualitativos. A implementação do projeto subsidiará a unidade de Gestão de Pessoas com informações mais técnicas e objetivas acerca da distribuição de pessoal e auxiliará a alocação de servidores, uma vez que as atividades desenvolvidas em cada unidade serão completamente mapeadas.

5.8.7 RETENÇÃO E EVASÃO DE SERVIDORES:

No último ano, houve retenção de 96,68% dos servidores do quadro, apurada de acordo com a seguinte fórmula de cálculo:

(Total de servidores do quadro permanente no início do período – Total de servidores do quadro permanente que perderam o vínculo com o MPDFT no

período, excluindo-se mortes e aposentadorias) / Total de servidores do quadro permanente no início do período

Além das ações promovidas pelo Órgão, tem-se que o índice de retenção de talentos é impactado diretamente pela restrição orçamentária vivenciada pela Administração Pública nos últimos anos, uma vez que, geralmente, as saídas voluntárias de servidor público ocorrem para ingresso em outras carreiras, e a referida restrição tem limitado a nomeação de servidores em diversos órgãos públicos, diminuindo a evasão.

5.8.8 AVALIAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

A avaliação ocorre semestralmente para os servidores nos 3 primeiros anos de carreira. Em cada período, o servidor terá seu desempenho acompanhado por meio do Plano de Desempenho Individual (PDI) e da Ficha de Estágio Probatório (FEP). Para aprovação no estágio probatório é necessária a obtenção de aproveitamento, na média aritmética das notas, superior a 60%. Em 2020, 125 servidores concluíram o estágio probatório, sendo:

- 106 na carreira de analista; e
- 19 na carreira de técnico.

5.8.9 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS

É realizada anualmente para avaliar todos os servidores do quadro efetivo do MPU, inclusive aqueles que ainda se encontram em estágio probatório e os que já alcançaram o final da carreira. Entretanto, os servidores que exercem de CC-02 a CC-07, os licenciados para mandato classista e os afastados para desempenho de mandato eletivo não são avaliados. A avaliação de desempenho subsidia a progressão funcional e a promoção na carreira.

No ano de 2020, 1.273 servidores foram efetivados para progressão funcional/ promoção na carreira, sendo:

- 1.040 progredidos;
- 233 promovidos.

Cabe informar que 413 servidores alcançaram o final da carreira.

5.8.10 MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS

O MPDFT já tem mapeadas as competências gerenciais e comuns. Em 2019 foi iniciado o mapeamento de competências específicas, que está atrelado à realização do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) nas unidades administrativas. Embora esteja em andamento o mapeamento das competências específicas de unidades em que foi concluído o DFT, em 2020, esse mapeamento foi aplicado e finalizado em uma macrounidade, gerando:

- dez competências específicas;
- setenta e seis referenciais de desempenho; e
- uma Avaliação de Necessidades Educacionais (Anec).

5.8.11 PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES DE SERVIDORES

Em 2020, foram instauradas 5 comissões de sindicância e 11 comissões de processo administrativo disciplinar no MPDFT. Dessas, uma foi instaurada para apurar danos ao erário e 15 para apurar faltas administrativas. Das comissões de sindicância finalizadas em 2020, quatro foram arquivadas e uma resultou na decisão de exoneração do servidor por abandono do cargo.

5.8.12 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL

Verifica-se acréscimo de 22,9 milhões nos gastos de pessoal em 2020 em comparação a 2019. Tal variação se deve predominantemente ao aumento natural da folha de pagamento do Órgão oriundo de promoções e progressões de membros e servidores na carreira, além do pagamento de passivos referentes aos valores relativos à atualização monetária da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e à conversão em pecúnia de parte do saldo de licença-prêmio ainda não usufruído por membros e servidores.

Há de se considerar, ainda, que o pagamento de alguns benefícios foi significativamente reduzido durante o exercício, em razão das medidas para contenção ao contágio do novo coronavírus. Uma das principais foi a determinação para que as atividades do MPDFT fossem realizadas majoritariamente em trabalho remoto, o que diminuiu o pagamento de alguns auxílios, como o auxílio-transporte.

Os gráficos seguintes refletem a evolução da despesa de pessoal e não consideram as despesas com a contribuição previdenciária e os benefícios assistenciais pagos aos membros e servidores da casa.

TABELA 103 EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL ATIVO

PESSOAL ATIVO	2019	%	2020	%	VARIAÇÃO
Vencimentos e vantagens fixas	585.653.157	95,48%	601.546.013	95,07%	15.892.856
Patronal Funpresp	8.087.126	1,32%	8.732.734	1,38%	645.608
Sentenças judiciais	2.415.278	0,39%	2.330.813	0,37%	-84.464
Exercícios anteriores	212.495	0,03%	4.629.609	0,73%	4.417.114
Despesas variáveis	14.948.837	2,44%	13.223.220	2,09%	-1.725.617
Outras despesas	2.037.223	0,33%	2.289.945	0,36%	252.722
Total	**613.354.115**	**100%**	**632.752.334**	**100%**	**19.398.219**

Fonte: Tesouro Gerencial 2019/2020.

TABELA 105 EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL INATIVO

PESSOAL INATIVO	2019	%	2020	%	VARIAÇÃO
Aposentadorias e reformas	77.506.701	98,69%	74.915.846	92,45%	-2.590.855
Sentenças judiciais	447.769	0,57%	474.518	0,59%	26.750
Exercícios anteriores	585.003	0,74%	5.639.473	6,96%	5.054.470
Total	**78.539.472**	**100%**	**81.029.837**	**100%**	**2.490.365**

Fonte: Tesouro Gerencial 2019/2020.

TABELA 106 EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PENSÕES

PENSÕES	2019	%	2020	%	VARIAÇÃO
Pensões	21.218.010	100%	21.097.171	94,85%	-120.839
Exercícios anteriores	-	0,00%	1.145.452	5,15%	1.145.452
Total	**21.218.010**	**100%**	**22.242.623**	**100%**	**1.024.613**

Fonte: Tesouro Gerencial 2019/2020.

TABELA 107 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL

PENSÕES	2019	2020	VARIAÇÃO
Ativo	613.354.115	632.752.334	19.398.219
Inativo	78.539.472	81.029.837	2.490.365
Pensionista	21.218.010	22.242.623	1.024.613
Total	**713.111.597**	**736.024.794**	**22.913.198**

Fonte: Tesouro Gerencial 2019/2020.

5.8.13 REMUNERAÇÃO E OCUPAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

A remuneração dos membros do Ministério Público da União é paga na forma de subsídio e é regulamentada pela Lei nº 10.477, de 27 de junho de 2002. Já a remuneração dos servidores é regulamentada pela Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

O MPDFT possui 1.467 cargos em comissão e funções de confiança ocupados.

Com relação aos cargos em comissão, dos 659 ocupados, 73,6% estão preenchidos por servidores do próprio Órgão.

Dos cargos em comissão e funções de confiança, 885 são gerenciais, com a seguinte distribuição por gênero e vínculo:

TABELA 104 TABELA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

TIPO	FUNÇÃO	INTEGRAL	OPÇÃO
Cargo em Comissão	CC-07	14.607,74	9.495,03
	CC-06	12.940,02	8.411,01
	CC-05	11.382,88	7.398,87
	CC-04	9.216,74	5.990,88
	CC-03	5.482,97	3.563,93
	CC-02	4.962,19	3.225,42
	CC-01	3.461,96	2.250,27
Função de Confiança	FC-03	1.690,32	1.690,32
	FC-02	1.185,05	1.185,05
	FC-01	1.019,17	1.019,17

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 108 ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

CARGOS	R$
Procurador-Geral de Justiça	37.328,65
Procurador de Justiça	35.462,22
Promotor de Justiça	33.689,11
Promotor de Justiça Adjunto	32.004,65
Analista	12.455,30 a 18.701,52
Técnico	7.591,37 a 11.398,39

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 109 CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA OCUPADOS

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS	QUANTIDADE	%
Servidores do quadro	485	73,6%
Servidores de outros órgãos	38	5,8%
Sem vínculo	136	20,6%
Total	**659**	**100,0%**
FUNÇÕES DE CONFIANÇA OCUPADAS	**QUANTIDADE**	**%**
Servidores do quadro	700	86,6%
Servidores de outros órgãos	108	13,4%
Total	**808**	**100,0%**

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 110 CARGOS E FUNÇÕES GERENCIAIS - POR GÊNERO

FUNÇÕES/CARGOS GERENCIAIS	QUANTIDADE	%
Mulheres	473	53%
Homens	412	47%
Total	**885**	**100%**

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

TABELA 111 CARGOS E FUNÇÕES GERENCIAIS – POR VÍNCULO

FUNÇÕES/CARGOS GERENCIAIS	QUANTIDADE	%
Efetivos	822	93%
Não efetivos	63	7%
Total	**885**	**100%**

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

5.8.14 EVOLUÇÃO DO TELETRABALHO

Durante o ano de 2020, com o avanço da contaminação do novo coronavírus e a consequente decretação de pandemia pela Organização Mundial da Saúde, foi necessária a adoção de diversas medidas com o intuito de mitigar a propagação da doença e preservar a saúde dos integrantes do MPDFT.

Nesse sentido, em março de 2020, foram publicadas a Portaria PGR/MPU nº 60/2020, a Portaria Normativa PGJ nº 671/2020 e a Portaria Conjunta PGJ/CG nº 2/2020 que, entre outros pontos, determinaram a instituição do regime remoto para servidores, estagiários e prestadores de serviço voluntário, resguardando o quantitativo mínimo de pessoal para garantir a manutenção do atendimento presencial.

Tal medida impôs a atuação em regime de teletrabalho a praticamente todos os servidores do Órgão durante a maior parte do ano de 2020.

Em que pese a atuação em regime de teletrabalho sem o prévio planejamento pela maioria das unidades, há de se destacar que foi verificado o aumento na produtividade do MPDFT no período. Em 7/10/2020, a Secretaria de Tecnologia da Informação apresentou dados comprovando o incremento de produtividade das áreas meio e finalísticas do Órgão durante a pandemia.

Até o fim do mês de fevereiro, período imediatamente anterior ao início das medidas para a contenção da pandemia, o MPDFT possuía 536 servidores autorizados a atuar em regime de teletrabalho, o que representa 25,7% do total de servidores do Órgão.

No entanto, o total de servidores autorizados a trabalhar em regime de teletrabalho tende a ser significativamente aumentado quando o Órgão retornar ao trabalho presencial, já que, conforme informado, diversas unidades puderam experimentar aumento na produtividade com o trabalho remoto por seus servidores.

5.8.15 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A seguir são listados os principais desafios e ações futuras relacionados à gestão de pessoas no MPDFT:

- realizar o DFT de toda atividade-fim do MPDFT;
- mapear as competências específicas de todas as unidades que passarem pelo processo do DFT;
- melhorar os processos de avaliação de desempenho e de estágio probatório;
- restrições orçamentárias que limitam a expansão do quadro de pessoal, dificultando o acompanhamento das crescentes demandas institucionais e que sobrecarregam os servidores do Órgão. Apesar da homologação do 10º Concurso Público do MPU para provimento dos cargos de Analista do MPU/Direito e Técnico do MPU/Administração, em 14 de dezembro 2018, estão autorizadas as nomeações apenas para reposição dos servidores desligados sem impacto orçamentário, situação que impede a reposição da maior quanti-

dade de desligamentos do órgão, como aposentadorias e retorno de cedidos ao órgão de origem.

Para enfrentar os desafios acima citados, a Administração tem autorizado o desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação para o suporte às atividades do Órgão, com vistas a modernizar a gestão e automatizar algumas rotinas.

A título de exemplo, em outubro de 2020, foi lançado o Portal de Licenças e Afastamentos. Agora, os integrantes do MPDFT podem realizar os pedidos de alguns afastamentos, como licença gestante, paternidade e casamento entre outros, diretamente no Portal de Gestão de Pessoas, de forma fácil e intuitiva.

Além disso, está em desenvolvimento o sistema que automatizará todos os procedimentos de indicação de membros e servidores para o exercício de cargo em comissão e função de confiança. Hoje, membros e servidores devem preencher formulários e enviá-los pelo Sistema Tabularium, porém, quando implementada a nova solução, todos os requerimentos e declarações serão realizados diretamente no Portal de Gestão de Pessoas.

O processo de solicitação e acompanhamento do teletrabalho realizado pelos servidores também será gerido por sistema específico. O sistema gerenciará os requerimentos dessa forma de trabalho, as atividades designadas pelas chefias, os dias de atuação em teletrabalho e as atividades realizadas pelos servidores facilitando a vida dos servidores e das chefias.

5.8.16 DESLIGAMENTOS

Em 2020, ocorreram 10 aposentadorias e já existem 53 membros e 52 servidores que completaram os requisitos para aposentadoria com proventos integrais.

TABELA 112 DESLIGAMENTOS EM 2020

DESLIGAMENTOS EM 2020	QUANTIDADE	%
Aposentadoria	10	21,28%
Exoneração	11	23,40%
Falecimento	1	2,13%
Posse em cargo inacumulável	12	25,53%
Retorno ao órgão de origem	13	27,66%
Total	**47**	**100,00%**

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

A aposentadoria em massa é um risco para o Órgão, considerando que tais vagas não são repostas. Todavia, a alteração nas regras de aposentadoria, aprovada pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, mitigou em parte o risco de uma quantidade ainda maior de aposentadorias a curto e médio prazo, haja vista que, geralmente, o tempo para atingir os critérios de aposentadoria dos servidores foi majorado.

TABELA 113 PREVISÃO DE APOSENTARIA DE MEMBROS E SERVIDORES

PREVISÃO DE APOSENTARIA DE MEMBROS E SERVIDORES	QUANTIDADE
MEMBROS	
2010-2020	53
2021	9
2022	4
2023	8
2024	10
2025	9
2026	11
Total	**104**
SERVIDORES	
2010-2020	52
2021	9
2022	12
2023	5
2024	12
2025	10
2026	8
Total	**108**

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

5.8.17 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo (Secor) é a unidade responsável pelo objetivo estratégico do MPDFT "desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à plena atuação do MPDFT". As principais atribuições relacionadas a esse objetivo são estruturar o plano de capacitação, levantar as necessidades de aprendizagem, planejar e executar ações

de capacitação e gerenciar demandas de cursos e de pós-graduação.

As ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) planejadas pela Secor estão organizadas em torno do Plano de Capacitação do MPDFT, que tem como base o mapeamento das competências comuns e gerenciais do Órgão, bem como de competências específicas de cada unidade, que estão sendo mapeadas na medida em que as unidades são dimensionadas.

Em decorrência da pandemia, a Secor focou na realização de ações de TD&E na modalidade telepresencial e a distância. Dessa forma, em 2020 foram realizadas 315 ações internas de TD&E, com emissão de 3.003 certificados para membros e servidores, sendo:

- 42 ações na modalidade telepresencial;
- 252 ações EaD;
- 21 ações na modalidade presencial.

Foram compradas 853 vagas de ações de TD&E de instituições privadas.

Em 2020 o MPDFT investiu R$ 360.212 em ações de capacitação, sendo R$ 279.337 em ações internas e R$ 80.875 em ações externas.

Foram concedidas 136 licenças para capacitação aos servidores do MPDFT. Em relação a afastamentos stricto sensu (mestrado e doutorado), foram concedidas prorrogações de afastamentos a 5 servidores.

A partir de junho, foram oferecidos mais 31 eventos telepresenciais, com destaque para o curso "Atendimento Humanizado ao Público LGBTQI+", que teve audiência de mais de 900 visualizações no YouTube; o Seminário Internacional Justiça Negociada; o "ANPP e alternativas penais: experiências na América Latina", com mais de 800 visualizações; e o curso "Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual", com mais de mil visualizações.

Além da realização das capacitações em si, a Secor inseriu mais de 70 novos vídeos em seu canal no YouTube e chegou à marca de 1,06 mil inscritos. Atualmente, as gravações dos eventos são disponibilizadas posteriormente no canal.

Ao todo, foram mais de mil horas de treinamento ao público interno e mais de 156 horas voltadas para o público externo. Pensando também em entregar um serviço de qualidade diretamente à sociedade, foram oferecidas para o público externo 22 ações de capacitação, que englobaram temas de alta relevância na atualidade, como:

- A violência de gênero contra mulheres.
- Desafios à força-tarefa do MPDFT durante a pandemia.
- Conscientização sobre racismo e preconceito racial.
- Acordo de não persecução penal e alternativas penais.
- Atendimento ao público LGBTQI+.
- Tratamento e prevenção do câncer de mama.
- Violência sexual contra crianças e adolescentes.

Os principais desafios são:

- Aprimorar a transmissão das atividades de TD&E – telepresencial e EaD.

5.9 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

5.9.1 MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

A governança de TI do MPDFT segue as boas práticas preconizadas por modelos internacionais de governança e gestão como Cobit, Itil e BSC. Ela também está alinhada à Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP), publicada pelo CNMP, que tem por finalidade alinhar as práticas e elevar o grau de governança e gestão de TI em todas as unidades e ramos do Ministério Público.

A principal instância da governança de TI do MPDFT é o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Ceti), a quem compete:

- estabelecer o Planejamento Estratégico de TI (Peti) com as políticas e diretrizes alinhadas ao Planejamento Estratégico da Instituição (PEI);
- aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- definir as prioridades dos investimentos em TI;
- estabelecer as prioridades para execução dos projetos de TI;
- definir padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança dos serviços e sistemas de TI.
-

O Ceti é composto pelos seguintes integrantes:

- vice-procurador-geral de Justiça Institucional (presidente do comitê);
- assessor de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça;
- membro indicado pelo Conselho Superior;
- chefe de gabinete da Corregedoria-Geral do MPDFT;
- secretário-geral;

• secretário de Tecnologia da Informação (secretário do comitê).

Em 2020, encerrou-se o ciclo do Peti – 2013-2020 e foi elaborado e aprovado o novo Peti para o ciclo de 2021 a 2026. Anualmente, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) elabora um PDTI com as iniciativas e ações que serão executadas para que os objetivos estratégicos de TI traçados no Peti sejam alcançados.

5.9.2 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

TABELA 116 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

EMPRESA	CONTRATO	VALOR	FINALIDADE
NIVA TECNOLOGIA	045/2020	2.020.400,00	Solução para gestão da disponibilização de sistemas e serviços pela STI.
DELL	58/2020	2.860.200,00	Servidores de rede para disponibilização dos serviços de TI pela STI.
CALC	57/2020	883.358,00	Servidores de rede para disponibilização dos serviços de TI pela STI.
WISEIT	59/2020	585.276,66	Equipamentos para ampliação da infraestrutura de rede pela STI.
CPD	64/2020	2.729.922,00	Equipamentos para ampliação da infraestrutura de rede pela STI.
TORINO	67/2020	7.240.000,00	Microcomputadores e monitores para renovação do parque computacional.
FAST SECURITY	71/2020	832.990,00	Solução para análise de vulnerabilidades na rede do MPDFT para uso da STI.
AMÉRICA	74/2020	1.600.000,00	Software de gerenciamento da política de backup do MPDFT para uso pela STI.
COMPWIRE	75/2020	3.622.325,60	Licenças de software para gestão de máquina virtuais para uso da STI.
BRASOFTWARE	76/2020	1.199.763,50	Licenças de Windows Server e SQL Server para uso da STI para disponibilização de sistemas de informação.
TOCCATO	77/2020	1.520.266,00	Licenças da ferramenta de análise e disponibilização de dados para uso pela STI e outras unidades do MPDFT.
MICROSENS	66/2020	503.000,00	Equipamentos para criação de ambientes de monitoramento e gestão de crises no MPDFT.

5.9.3 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

TABELA 114 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI – 2019

GRUPO DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2019
Investimento	249.982	200.125	-
Custeio	3.207.942	3.152.733	245.491
Total	**3.457.924**	**3.352.858**	**245.491**

Fonte: Tesouro Gerencial 2019.

TABELA 115 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI – 2020

GRUPO DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2020
Investimento	21.464.849	18.974.395	59.598
Custeio	11.118.807	10.267.870	58.586
Total	**32.583.656**	**29.242.265**	**118.183**

Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

5.9.4 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

Em 2020, houve considerável aporte financeiro para a área de TI do MPDFT, equivalente a 10 vezes a média orçamentária anual dos anos anteriores. Isso permitiu amenizar a defasagem tecnológica da infraestrutura por meio das contratações realizadas.

TABELA 117 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS/AÇÕES	PRINCIPAIS RESULTADOS
Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TI	• Elaboração de novo Plano Estratégico de Tecnologia da Informação para o período de 2021-2026.	• Objetivos estratégicos e diretrizes de Tecnologia da informação definidos e detalhados para o novo ciclo de gestão e governança.

TABELA 117 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS/AÇÕES	PRINCIPAIS RESULTADOS
Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TI	• Revisão dos processos de gestão em atenção à Resolução CNMP nº 171 (gestão de catálogo de serviço, gestão de requisitos e desenvolvimento de sistemas, gestão de requisitos e manutenção de sistemas, gestão de mudanças e gestão de base de dados de configuração).	• Processos de gestão aprimorados para elevar o grau de maturidade de gestão e governança de TI.
Prover Serviços de TI com Qualidade	• Implantação de soluções para o teletrabalho durante a pandemia covid-19 (OpenVPN, Nimbus e Teletarefas).	• Viabilização e aprimoramento de serviços remotos para a execução das atividades do MPDFT durante a pandemia covid-19.
Prover Estrutura Adequada aos Serviços TI	• Implantação do sistema Cirrus (Sistema de Compartilhamento Seguro de Arquivos).	• Viabilizar a transferência de arquivos grandes com outras entidades externas ao MPDFT de forma segura.
Prover Suporte Eficiente	• Implantação do serviço de atendimento ao usuário por meio de chatbots.	• Maior agilidade, praticidade e eficácia no atendimento aos usuários.
	• Implantação de solução para a realização de ações de treinamento por videoconferência.	• Viabilizar a realização de treinamentos remotos durante a pandemia da COVID-19.
Fortalecer o Processo Digital	• Readequação da interface de comunicação do sistema NeoGab com o PJe – TJDFT.	• Prover agilidade, confiabilidade, confidencialidade e integração entre os sistemas do TJDFT e do MPDFT.
	• Desenvolvimento do serviço de complementação de dados de processos e testemunhas no NeoGab.	• Manter as informações relevantes sobre os processos e seus envolvidos para apoiar a tomada de decisão dos membros do MPDFT.
Fortalecer o Processo Digital	• Implementação do assinador digital no NeoGab.	• Promover eficiência e confiabilidade na assinatura eletrônica por parte do MPDFT e economicidade para a Instituição.

TABELA 117 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS/AÇÕES	PRINCIPAIS RESULTADOS
Fortalecer o Processo Digital	• Adequação do NeoGab para arquivamento de feitos, na forma do novo art. 28 do CPC.	• Possibilitar que o MPDFT possa decidir pelo arquivamento dos processos criminais provenientes do TJDFT.
	• Adequação do NeoGab para ANPP (acordos de não persecução penal), na forma do novo art. 28-A do CPC.	• Adequar o sistema às normas legislativas do novo Acordo de não persecução penal.
	• Implantação da distribuição automática no NeoGab para feitos digitalizados.	• Possibilitar que os processos digitalizados sejam incluídos no NeoGab e entregues às suas respectivas áreas de atuação.
	• Aprimoramento da solução de gestão de procedimentos policiais no NeoGab.	• Viabilizar que os procedimentos policiais sejam recebidos eletronicamente de forma célere e gerenciável.
	• Implantação do MNI do NeoGab com o TRF-1.	• Prover a comunicação eletrônica com TRF-1.
Promover a Informatização do MPDFT (área-fim)	• Implantação do sistema Lotus de gestão de lotação de membros.	• Promover agilidade no registro das lotações e afastamentos dos promotores e procuradores, facilitando a designação dos membros responsáveis pelos processos distribuídos nos ofícios.
	• Implantação do sistema "Estudante de Atitude".	• Apoio ao projeto "NaMoral" do Programa "Cidadão Contra a Corrupção".

TABELA 117 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS/AÇÕES	PRINCIPAIS RESULTADOS
Promover a Informatização do MPDFT (área-fim)	• Adequação do Sistema de Medidas Alternativas ao novo art. 28-A do CPP.	• Adequação do sistema de Medidas Alternativas à legislação, tornando-o apto a trabalhar com o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), dentro dos limites preestabelecidos.
	• Apoio ao Projeto da Central de atendimento em Libras na Ouvidoria.	• Prover acessibilidade no atendimento da Ouvidoria do MPDFT aos cidadãos com necessidade de comunicação em Libras.
	• Atualização da solução de reuniões do Conselho Superior.	• Melhoria da operacionalização e transmissão das reuniões do Conselho Superior.
	• Desenvolvimento de projeto de utilização de Inteligência Artificial para apoio às atividades da Promotoria de Defesa do Consumidor (Prodecon).	• Agilizar a resolução de conflitos e reduzir o número de ações na Justiça, identificando por meio de Inteligência Artificial, demandas recorrentes registradas em órgãos de defesa do consumidor e nos juizados especiais.
Promover a Informatização do MPDFT (área-meio)	• Disponibilização de funcionalidades no aplicativo do MPDFT para dispositivos móveis (Disponibilização de contracheque, carteiras dos planos de saúde Plan-Assiste e Unimed).	• Celeridade na consulta de contracheques e acesso às carteiras de planos de saúde para os servidores e membros no MPDFT no APP MPDFT.
	• Disponibilização de ferramenta de gestão de demandas para a Secor.	• Melhoria na gestão de demandas dos usuários à área de Educação Corporativa do MPDFT.
	• Atualização do sistema de gestão de Veículos.	• Aprimoramento da gestão e segurança interna de veículos.
	• Desenvolvimento do Sistema de Controle de Malotes (Entreg@).	• Prover agilidade, confiabilidade e uma melhora no fluxo de trabalho para tramitação e arquivamento de malotes entre as unidades do MPDFT.

TABELA 117 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS/AÇÕES	PRINCIPAIS RESULTADOS
Promover a Informatização do MPDFT (área-meio)	• Adaptação de ferramentas de gestão estratégica para a Secplan.	• Aumento da integração entre a área de planejamento do MPDFT e a STI e melhoria da gestão do planejamento estratégico do MPDFT.
Facilitar o Acesso à Informação	• Implantação do acompanhamento das manifestações pelo cidadão à Ouvidoria no APP do MPDFT.	• Melhoria da funcionalidade de acompanhamento de manifestações à Ouvidoria para que o cidadão possa acompanhá-las por meio de dispositivos móveis.
	• Disponibilização de informações ao cidadão no APP MPDFT sobre as formas de contato com as diversas áreas do MPDFT durante a pandemia da COVID-19.	• Aprimoramento da comunicação institucional durante a pandemia covid-19.
	• Aprimoramento do Painel do Mapa Social do DF.	• Melhoria na disponibilidade e organização das informações estatísticas sobre a educação no DF para os membros do MPDFT.
	• Evolução do sistema de Gestão de Pessoas.	• Maior celeridade e melhor acompanhamento de trâmites sobre nomeações e afastamentos na Secretaria de Gestão de Pessoas.
Aprimorar o Relacionamento com os Clientes	• Pesquisa de satisfação dos serviços de TI.	• Melhorar o entendimento quanto à visão e expectativa da área de TI com relação a seus usuários, por meio da realização de pesquisa periódica de satisfação.
	• Disponibilização de formulário de satisfação no catálogo de serviços.	• Melhoria na coleta de informações sobre a satisfação com os serviços de TI na página do catálogo de serviços, para ser respondido a qualquer momento.

5.9.5 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As seguintes atividades foram executadas em 2020 para aprimorar a segurança da informação no MPDFT:

- contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço de Segurança de Endpoint, tecnologia moderna para a proteção de ativos de rede que inclui não apenas antimalware, mas muitas ferramentas de segurança proativas contra diferentes tipos de ameaças. Esse contrato, cujo número é 007/SG/MPDFT/2020, foi firmado com a empresa NETSAFE CORP LTDA.;
- contratação de Solução Controladora de Entrega de Aplicações (ADC) com a função de aprimorar o desempenho, a segurança e a disponibilidade na entrega das aplicações de TI aos usuários internos e externos do MPDFT. Esse contrato, cujo número é 063/SG/MPDFT/2020, foi firmado com a empresa NIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.;
- contratação de Solução de Gestão de Vulnerabilidades para permitir a identificação, de forma proativa e recorrente, de possíveis vulnerabilidades de segurança da informação nos equipamentos e softwares da rede do MPDFT com o fito de evitar que ataques cibernéticos obtenham sucesso na exploração de vulnerabilidades no ambiente computacional desta Instituição;
- implantação de solução para otimizar a identificação, o download e a distribuição dos patches de atualização e segurança para máquinas com sistema operacional Linux. Internamente, essa solução foi denominada Vuls. É o equivalente à solução WSUS para ambiente Windows;
- aprimoramento da solução de VPN, com a implantação da ferramenta OpenVPN. Essa ação foi extremamente importante para atender às novas necessidades do trabalho remoto geradas na atual pandemia.

5.9.6 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Em 2020, a pandemia trouxe ainda mais desafios, mas em razão de um planejamento bem estruturado e do engajamento necessário para a execução deste, o MPDFT não parou. Soluções como o NeoGab – sistema por meio do qual o MPDFT opera o Processo Eletrônico – e o Tabularium – sistema de documentos e processos administrativos digitais – permitiram que não houvesse interrupção na prestação do serviço à população do Distrito Federal. Pelo contrário, com o apoio das diversas áreas, verificamos aumento da produtividade tanto na área-meio quanto na área finalística.

Soma-se a isso o vultoso aporte de recursos que permitirá um grande salto de qualidade na TI do Órgão, sempre apoiando a transformação digital na Instituição. Ainda assim, durante o ano de 2020 diversos desafios foram enfrentados, tais como:

- responder rapidamente à nova necessidade de teletrabalho decorrente da suspensão da maior parte do trabalho presencial;
- zelar pela segurança de TI do MPDFT, considerando que a maior parte dos servidores acessa a rede interna utilizando computadores pessoais;
- realizar as contratações dentro do cronograma, considerando que a STI recebeu um aporte de recursos 10 vezes maior do que o que estava habituada a receber;
- permanecer sem o programa de estágio, o que diminui a quantidade de pessoas de apoio às áreas da TI, bem como a celeridade no atendimento;
- contratar serviço de suporte técnico, uma vez que todos os envolvidos em compras estavam alocados em outras contratações prioritárias.

Há, ainda, um número significativo de vagas de TI no MPDFT cujo exercício não vem sendo feito na própria Instituição. Temos 13 servidores cedidos ou afastados e 5 vacâncias, o que aumenta a necessidade de recomposição do quadro desses servidores.

Um desafio que, de fato, já é realidade e se estenderá ao longo dos próximos anos, é a implantação do Processo Judicial e Extrajudicial Eletrônico, com suas funcionalidades plenas em todo o MPDFT.

Com relação às ações futuras, as tecnologias digitais vêm, há anos, apoiando o MPDFT no aperfeiçoamento de seus processos de trabalho. A mera informatização destes já não representa, pois, um obstáculo per se. Os desafios agora são outros, almeja-se uma abrangente transformação digital, no sentido de:

- assegurar que as tecnologias alcancem todos os processos de trabalho;
- transformar, otimizar e automatizar processos de trabalho já informatizados;
- prover alta disponibilidade e continuidade dos serviços de TI, cada vez mais essenciais para o funcionamento da Instituição;
- atender às demandas de colaboradores cada vez mais exigentes quanto ao desempenho e à eficiência dos serviços de TI;
- conduzir o MPDFT a um novo patamar de adoção da tecnologia como aliada no alcance de sua missão constitucional, por meio da inteligência artificial, ciência de dados e inovação.

5.10 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

5.10.1 CONFORMIDADE LEGAL

As atividades e os serviços contratados pela Secretaria de Projetos e Obras (SPO) são disciplinados pelas Normas Brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelo Manual de Obras Públicas – Edificações/ Construção (Práticas SEAP) da Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio, pela Resolução Conama nº 307/2002 e suas alterações, pelas Resoluções dos Órgãos do Sistema Crea/Confea e CAU, assim como Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais e Distritais com destaque para os seguintes: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005 e Instrução Normativa nº 05/2017 da Seges/MP.

5.10.2 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Aliado aos investimentos citados a seguir, o MPDFT tem mantido, desde maio de 2016, um rígido controle do funcionamento dos seus sistemas de ar-condicionado, iluminação, consumo e reúso de água, visando sempre ao uso sustentável das suas edificações. Os resultados dessas medidas e os investimentos realizados podem ser observados nos gráficos abaixo em que, apesar do aumento da área de edifícios próprios do MPDFT ao longo dos últimos anos, tem-se conseguido reduzir e posteriormente manter o novo "padrão" de consumo de energia elétrica e água, além de aumentar o aproveitamento de água pluvial.

5.10.2.1 AÇÕES VISANDO À REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA:

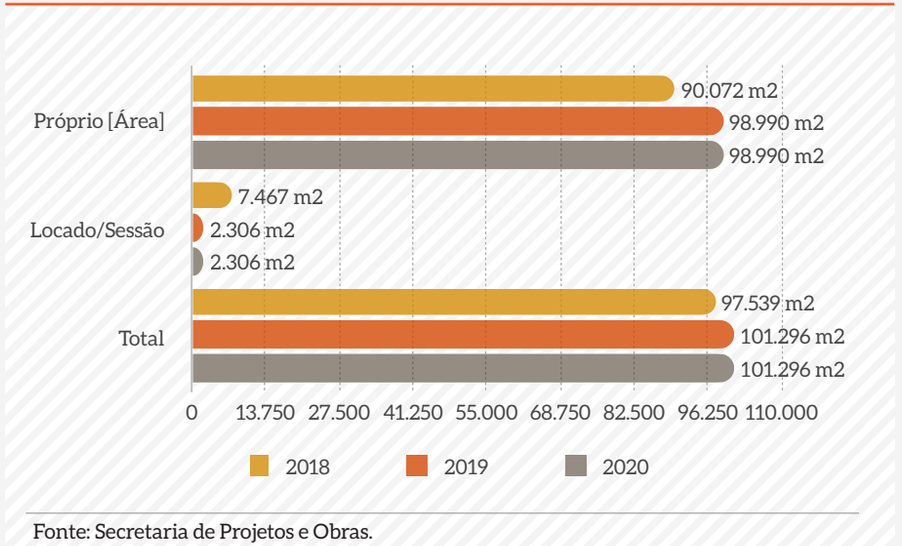
- Recuperação dos reservatórios de água e implantação de sistema de aproveitamento de água pluvial no Edifício-sede, no Ed. de Samambaia e no Ed. de Planaltina.
- Interligação do Reservatório de Retardo de águas pluviais ao sistema de reúso, incluindo a automação do sistema no Ed. de Brasília II.
- Automação do sistema de irrigação da jardinagem no Edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II, do Gama, do Paranoá, de Samambaia e do Edifício-sede.

5.10.2.2 AÇÕES VISANDO A REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA:

- Modernização de 3 elevadores do Edifício-sede.
- Substituição do Chiller do Ed. do Paranoá.
- Implantação do sistema de automação predial (inclusive ar-condicionado) do Ed. do Gama.
- Substituição dos postes de iluminação externa dos Edifício do Gama e da Infância.

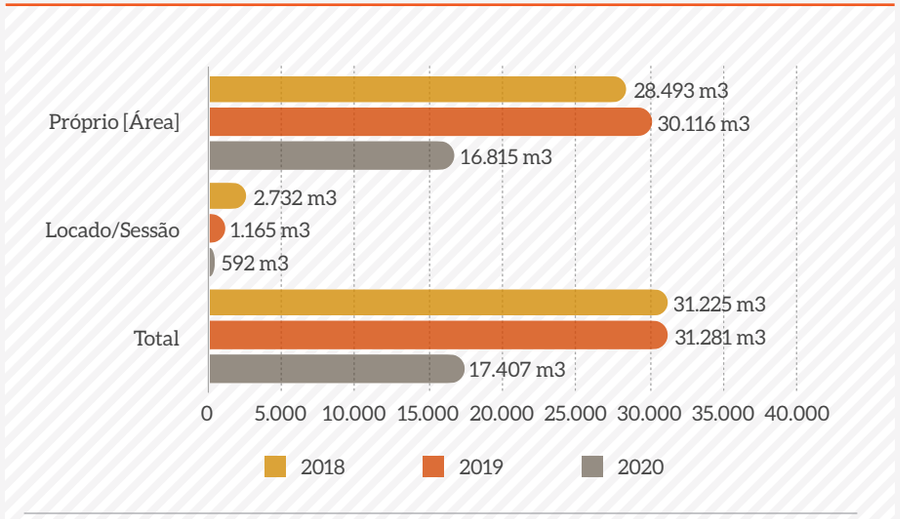
No ano de 2020, em função do regime de teletrabalho adotado durante a pandemia, observa-se uma redução expressiva no consumo de água e energia elétrica nas unidades do MPDFT.

GRÁFICO 95 EVOLUÇÃO DAS ÁREAS EM M²



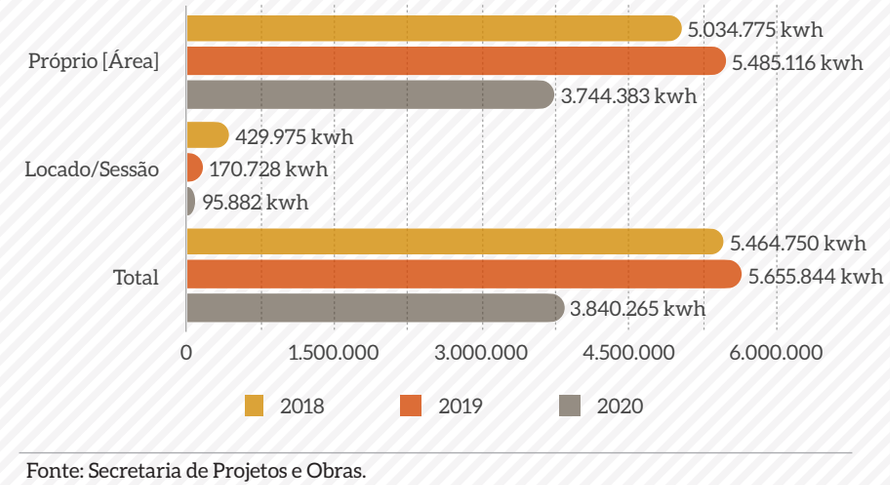
Fonte: Secretaria de Projetos e Obras.

GRÁFICO 96 CONSUMO DE ÁGUA EM M³



Fonte: Secretaria de Projetos e Obras.

GRÁFICO 97 CONSUMO DE ENERGIA EM KWH



Fonte: Secretaria de Projetos e Obras.

TABELA 118 APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL

UNIDADE	CONSUMO DE ÁGUA EM M³ APROVEITAMENTO				
	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Taguatinga	221,34	381,19	305,07	181,06	1.088,66
Brasília II	-	4,64	384,81	488,37	877,82
São Sebastião	50,09	198,70	235,69	126,75	611,23
Gama	-	-	-	146,23	146,23
Edifício-sede	-	-	-	137,66	137,66
Infância	-	-	-	101,00	101,00
Samambaia	-	-	-	91,14	91,14
Paranoá	-	-	-	69,33	69,33
Total	**271,43**	**584,53**	**925,57**	**1.341,54**	**3.123,07**

Fonte: Secretaria de Projetos e Obras.

5.11 LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

5.11.1 EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DO MPDFT:

TABELA 119 EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DO MPDFT

TIPO DE EDIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DAS ÁREAS EM M²					
	2018		2019		2020	
	M²	%	M²	%	M²	%
Próprio	90.071,81	88,92%	98.990,17	97,72%	98.990,17	97,72%
Locado	7.467,20	7,37%	2.305,99	2,28%	2.305,99	2,28%
Total	**97.539,01**	**96,29%**	**101.296,16**	**100,00%**	**101.296,16**	**100,00%**

*A totalização das áreas foi feita de forma proporcional ao período em que as edificações foram utilizadas.

Não houve alteração nas áreas do MPDFT durante o ano de 2020.

Foram investidos R$ 468.141 para a aquisição de mobiliários e equipamentos para aparelhamento das Coordenadoras Administrativas das Promotorias de Justiça, em todo o DF, para a implementação dos Acordos de

Não Persecução Penal, além da renovação de parte do mobiliário do auditório, a instalação da sala de imprensa, entre outras demandas das mais variadas áreas do Órgão, com o intuito de aprimorar a estrutura física e organizacional do órgão, conforme previsto na dimensão "Estrutura e Infraestrutura" do Mapa Estratégico do MPDFT.

Merece destaque, também, ainda nessa dimensão, a aquisição de 27 veículos, ao custo total de R$ R$ 2.313.663, que teve tanto o objetivo de eliminar da frota do MPDFT todos os veículos fabricados antes de 2010, que têm alto custo de manutenção, podendo comprometer a segurança de seus usuários e não serem compatíveis com o previsto no Plano de Logística Sustentável do Órgão em relação às emissões de carbono; bem como de aparelhar as áreas de segurança e inteligência. Para tanto, foi incorporado ao patrimônio institucional um veículo doado pela Receita Federal, GM/Cruze, para a utilização pelo Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) e foram adquiridos 14 veículos de serviço, modelo VW/Gol, 8 automóveis de representação, modelo Citroen C4 e 5 veículos Especial II-SUV para uso da Secretaria de Segurança Institucional e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), visando incrementar as atividades das referidas áreas, o que impacta os "Resultados para a Sociedade": "Criminalidade combatida" e "Impunidade e corrupção combatidas", do planejamento institucional.

5.11.2 MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES

Sobre as desmobilizações relevantes e benefícios para a sociedade, em razão da pandemia, não foi possível realizar leilão de bens no exercício de 2020, contudo foram feitas doações de bens ociosos ou antieconômicos para as instituições Ministério Público Militar, Secretaria de Administração Penitenciária do DF, Instituto de Previdência dos Servidores do DF, Hospital Materno Infantil de Brasília e Administração Regional de Ceilândia, que tinham valor total depreciado de R$ 42.225. Tais doações tiveram como objetivo incrementar as estruturas de tais órgãos, uma vez que para o MPDFT, esses bens eram considerados inservíveis e possibilitarão que outras estruturas da Administração Pública possam prestar serviços à sociedade no DF, o que se coaduna com a missão do MPDFT de "promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade".

Na área de edificações, não houve desmobilização relevante.

5.11.3 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Para o ano de 2021 temos previstas as seguintes ações:

- implantação de reservatório e sistema de aproveitamento de água pluvial em Ceilândia e no Paranoá;
- recuperação da cobertura e da fachada dos edifícios do Gama;
- execução de obras de acessibilidade nos Edifícios da Infância e de Samambaia;
- automação do sistema de irrigação dos Edifícios de Planaltina e Ceilândia.

5.12 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.12.1 CONTRATAÇÕES DIRETAS – CONFORMIDADE LEGAL

Entre as contratações diretas sem licitação efetuadas, os principais enquadramentos são:

- contratação de baixo valor (até R$ 17.600,00) – art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- contratação de remanescente – art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993;
- demais contratações por dispensa de licitação – art. 24, incisos XIII, XVI e XXII;
- inexigibilidade de licitação – enquadramentos: art. 25, caput, inciso I e inciso II c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993;
- Lei nº 13.979/2020 – enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de maço de 2020.

O valor total de contratações diretas por dispensa de licitação foi de R$ 4.119.306,00 e por inexigibilidade de R$ 31.056.224,00.

Considerando o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, no exercício de 2020, foram realizadas aquisições com insumos considerados essenciais ao enfrentamento da pandemia. Essas aquisições foram de grande relevância e importância, porque permitiram que o MPDFT, por meio de uma força-tarefa, coordenasse a atuação ministerial referente ao tema, bem como, fiscalizasse as ações de combate e prevenção à doença no Distrito Federal.

Essas contratações totalizaram R$ 109.675,00.

Cumpre destacar o investimento da Administração Superior na capacitação/treinamento dos seus membros e servidores visando desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes. Foram realizadas duas contratações diretas por Dispensa de Licitação, no valor total de R$ 9.927,00 e vinte e nove por Inexigibilidade que totalizaram R$ 343.263,00.

Na área de Tecnologia da Informação, as contratações diretas somaram R$ 916.648,00, entre licenças de software, extensão de garantia, entre outras.

As contratações de remanescente foram de R$ 26.134,00.

As demais contratações tais como, energia elétrica, água e esgoto, locação de imóveis, entre outras, justificam-se pela necessidade da manutenção dos serviços institucionais prestados à sociedade, atuando, com eficiência e transparência, na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça.

5.12.2 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nos contratos de limpeza e conservação, almoxarife, copeiragem, carregadores, telefonia, manutenção de central telefônicas, telefonia fixa e móvel, lavadores de veículos e prestação de serviços de audiovisual, houve uma economia de R$ 862.334 com relação aos pedidos de repactuação e reequilíbrio dos contratos e o efetivamente pago pelo Órgão.

Com relação ao contrato de prestação de Serviço de Brigada contra Incêndio, mesmo com o enfrentamento da pandemia, não houve redução do efetivo de terceirizados do contrato, bem como foram mantidos seus benefícios.

Os contratos originais de Serviço de Vigilância Ostensiva e de Recepção tiveram suas vigências prorrogadas por mais 12 meses até 30/11/2021 e 11/12/2021, respectivamente.

5.12.3 RISCOS DE GESTÃO

A seguir são listados os riscos para a gestão:

- desabastecimento de itens em razão da pandemia;
- atraso na entrega dos produtos adquiridos;
- desistência de empresas no fornecimento de produtos,
- pedidos de reequilíbrio de preços;
- cancelamentos de Atas de Registro de Preços.

5.12.4 DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Organização dos serviços para a retomada gradual das atividades presenciais do Órgão ainda sem previsão.

5.13 SUSTENTABILIDADE

5.13.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

A área responsável pelas contratações e aquisições no MPDFT deve seguir o Guia de Contratações Sustentáveis do Ministério Público Federal, pois este estabelece uma noção aplicável do conceito de sustentabilidade nas contratações. O referido documento pode acessado em: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/109657.

5.13.2 AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

- Substituição gradual das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas Light Emitting Diode (LED);
- Ativação do reservatório de águas pluviais dos edifícios das Promotorias de Justiça do Gama e da Infância e Juventude;
- Consolidação e utilização do sistema Tabularium reduziu consideravelmente o consumo de papel;
- Campanha "Almoxarifado sustentável" realizada pelo Centro de Gestão Sustentável e suspensa temporariamente devido à pandemia;
- Substituição das torneiras tradicionais por torneiras com sistema de fechamento automático;
- Participação no programa de transformação do mercado para a eficiência energética no Brasil – Pnud/MMA (desde 2016);
- Impermeabilização de duas edificações próprias;
- Elaboração e publicação do Plano de Logística Sustentável (PLS), com metas para redução de consumo de recursos naturais definidas para algumas áreas;
- Modernização da frota de veículos com automóveis mais eficientes no consumo de combustíveis e poluentes;
- Instalação de GPS nos veículos oficiais, ocasionando a substituição do controle de diários de tráfego em papel por sistema automatizado, otimizando

as rotas e o consumo de combustíveis.

5.13.3 AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

- Modernização de três elevadores da Sede do MPDFT;
- Substituição do chiller da Promotoria de Justiça do Paranoá;
- Implantação do sistema de automação predial (inclusive ar-condicionado) da Promotoria de Justiça do Gama;
- Substituição dos postes de iluminação externa das Promotorias do Gama e da Infância.

5.13.4 AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA

- Recuperação dos reservatórios de água e implantação de sistema de aproveitamento de água pluvial na Sede e nas Promotorias de Samambaia e Planaltina;
- Interligação do reservatório de retardo de águas pluviais ao sistema de reúso, incluindo a automação do sistema na Promotoria de Brasília II;
- Automação do sistema de irrigação da jardinagem nas Promotorias de Brasília II, do Gama, do Paranoá, de Samambaia e da Sede.

5.13.5 REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

- Rodízio dos veículos entre as Promotorias de Justiça – carros mais novos são trocados com promotorias que utilizam com mais frequência e os carros mais antigos são disponibilizados para as Promotorias que utilizam menos os carros;
- Campanha "Papa-cartão" – Realizada pelo Centro de Gestão Sustentável (Ceges). A ação é destinada ao descarte adequado dos cartões em PVC e sua transformação em outros materiais (ex.: réguas, caixas, marca livros etc.). Até hoje, já foram descartados, aproximadamente, 7 mil cartões;
- Assinatura do Termo de Compromisso firmado entre o Ceges e as instituições Recicle a Vida e Cooperdife, cooperativas de catadores de materiais recicláveis para a coleta dos resíduos recicláveis da Instituição;
- Contatação de empresa para coleta e tratamento dos resíduos hospitalares – Stericycle;
- Campanhas semestrais, realizadas pelo Ceges, para a coleta de lixo eletrônico com o objetivo de incentivar o descarte adequado desse tipo de material.

5.14 INDICADORES DE GOVERNANÇA

Os indicadores de governança das áreas de capacitação de servidores, tecnologia da informação, pessoal e contratações estão discriminados, conforme a seguir:

TABELA 120 INDICADORES DE GOVERNANÇA DAS ÁREAS DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

OBJETIVO ESTRATÉGICO	NOME DO INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	VALOR MENSURADO
Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	Efetividade de ações de ambiência organizacional	Medir a capacidade do MPDFT em executar com efetividade as ações que promovam a integração e o bem- estar no ambiente de trabalho	Percentual de ações da Secor executadas com efetividade	15%
	Índice de clima organizacional	Medir a qualidade do clima organizacional no MPDFT	Pesquisa de clima organizacional – Índice de clima organizacional	Em função da pandemia, não foi possível realizar a pesquisa sobre clima organizacional em 2020.
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Índice de capacitação	Medir a eficácia do MPDFT em capacitar membros e servidores nas competências definidas	Somatório de participantes em cada curso realizado/Total de membros e servidores	1,22
	Cumprimento do plano de capacitação	Medir a eficácia do MPDFT em capacitar os membros e servidores nas competências definidas no plano de capacitação	(Número de ações de treinamento realizadas / Somatório de ações de treinamento planejadas) * 100	96%

TABELA 120 INDICADORES DE GOVERNANÇA DAS ÁREAS DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

OBJETIVO ESTRATÉGICO	NOME DO INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	VALOR MENSURADO
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Índice de satisfação com os treinamentos	Medir o grau de satisfação dos treinandos quanto ao treinamento recebido	Relatório final de avaliação de curso com índice de satisfação igual ou maior que a respectiva meta (meta = 5)	3,6
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Crescimento técnico	Medir a quantidade de servidores que passaram por capacitação técnica (especialização, mestrado, doutorado) após ingresso no MPDFT	Quantitativo de servidores que adquiriram alguma capacitação técnica no período (ano)	Esta informação precisa ser levantada na SGP, pois é lá que há o registro para fins de adicional de qualificação e assentamentos funcionais.
Fortalecer a integração entre membros e servidores	Integração	Medir o grau de satisfação dos servidores no relacionamento com os membros e vice-versa	Pesquisa de Clima Organizacional – grau de Integração	Em função da pandemia, não foi possível realizar a pesquisa sobre clima organizacional em 2020.

Fonte: Secretaria de Educação Corporativa (MPDFT).

5.14.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

GRÁFICO 98 *COMPLIANCE* POR HABILITADOR DE GOVERNANÇA



GRÁFICO 99 ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA PNTI

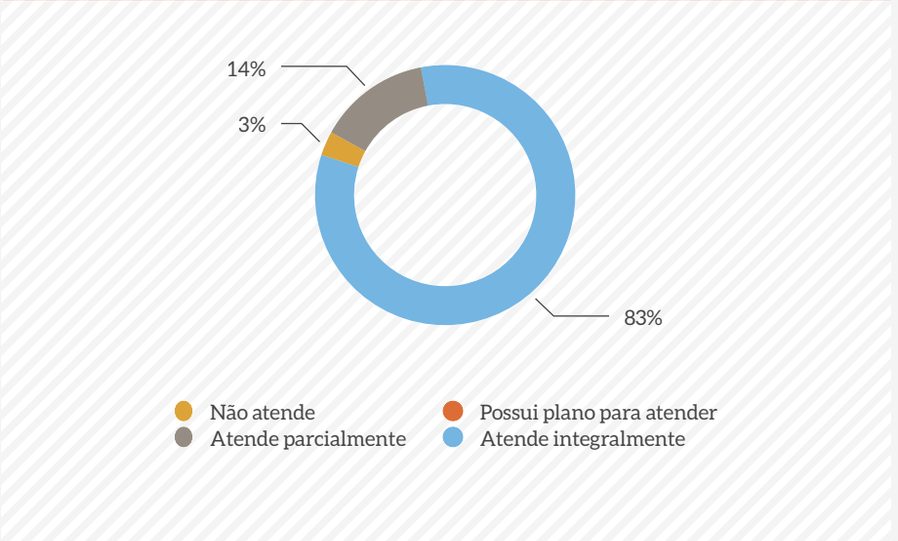


GRÁFICO 100 PLANOS, POLÍTICAS E MODELOS

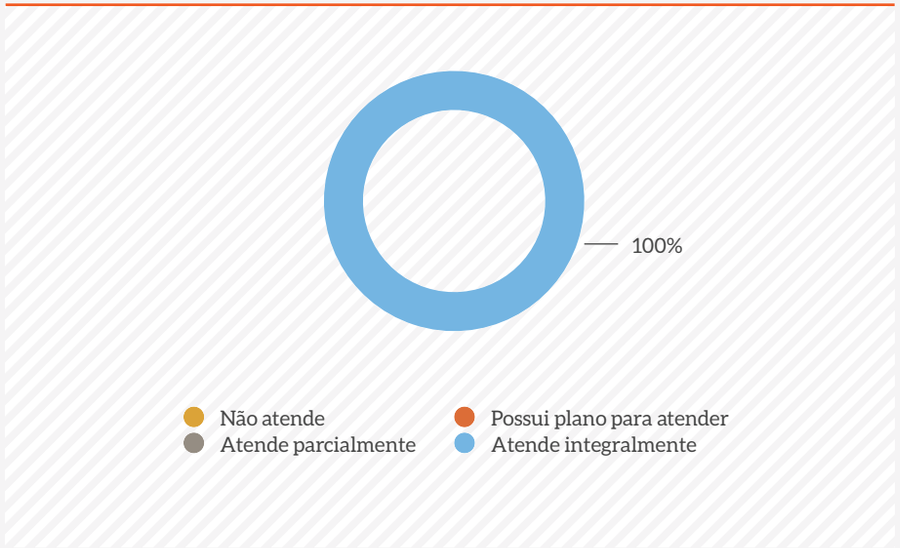


GRÁFICO 101 PROCESSOS

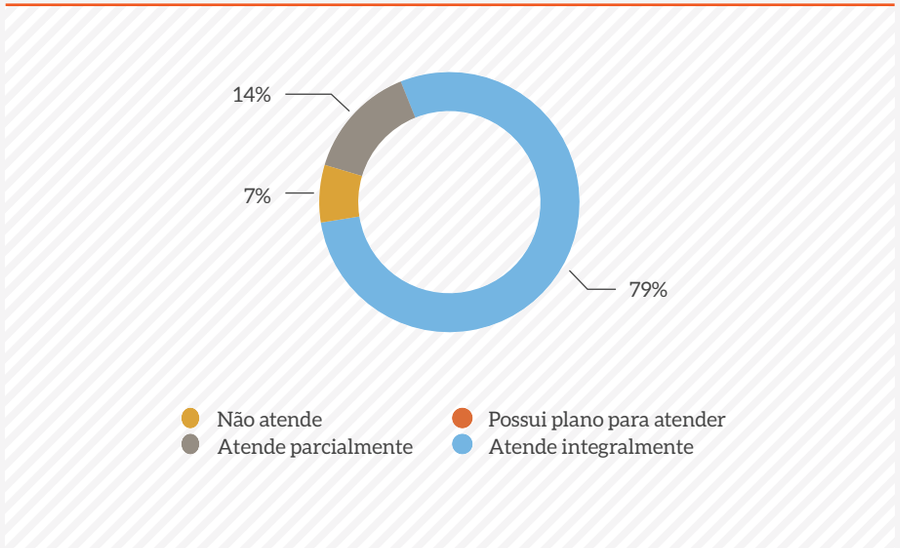


GRÁFICO 102 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

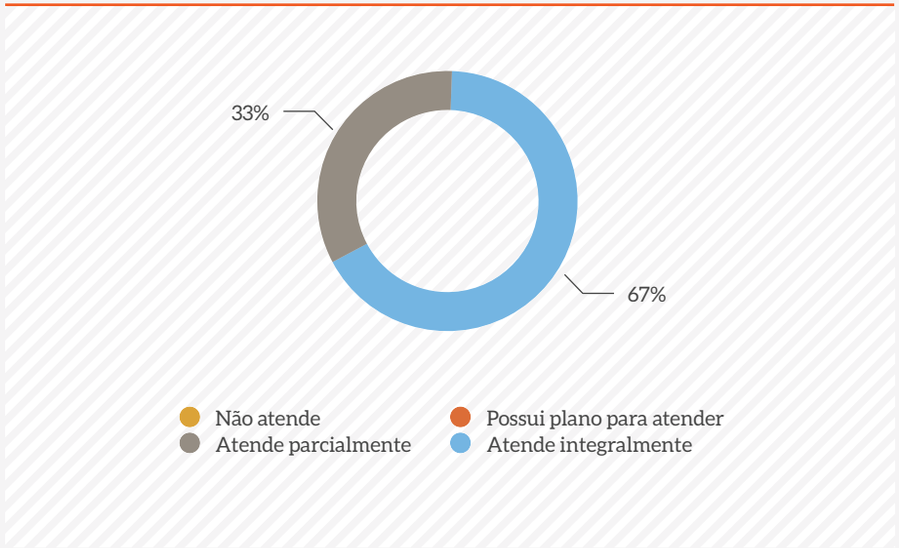
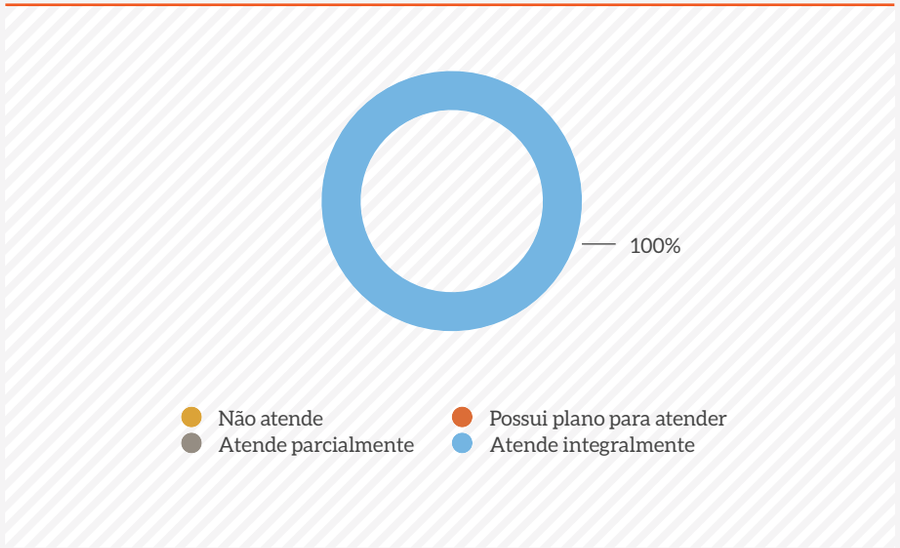


GRÁFICO 103 INFORMAÇÃO



5.14.2 GESTÃO DE PESSOAS:

TABELA 121 GESTÃO DE PESSOAS

INDICADOR	OBJETIVO	META	MEDIÇÃO
Índice de retenção de servidores no ano de 2020	Medir a capacidade do MPDFT de reter os seus talentos	Não houve estipulação de meta	96,68%
Índice de absenteísmo no ano de 2020	Medir o índice de afastamentos dos servidores do MPDFT	Não houve estipulação de meta	3,80%
Índice compatibilidade do quadro funcional no ano de 2020	Medir o grau de adequação das unidades em termos de possuir lotação adequada (quantidade e competência)	Não houve estipulação de meta	71,57%

5.14.3 GESTÃO DE CONTRATAÇÕES:

No índice de governança e gestão em contratações, as práticas que compõem os índices estão descritas a seguir, porém ainda não possuem avaliação pela Instituição.

TABELA 122 GESTÃO DE CONTRATAÇÕES

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO	REGULAMENTAÇÃO/ LOCAL
2137	A alta administração estabeleceu modelo de gestão de contratações	Sim	Portaria 31/2010
2138	A alta administração monitora o desempenho da gestão de contratações	Sim	SG
3121G	g) o estatuto contém vedação de que os auditores internos participem em atividades que possam caracterizar cogestão	Sim	Orientações Audin/ MPU
3123D	d) há relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação dos controles internos da gestão das contratações	Sim	RAINT - Audin/MPU (ABRIL/2021)

TABELA 122 GESTÃO DE CONTRATAÇÕES

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO	REGULAMENTAÇÃO/ LOCAL
4311	A organização executa processo de planejamento das contratações	Sim	IN 5/2017
4321	A organização definiu processo de trabalho para planejamento de cada uma das contratações	Não	-
4322	A organização definiu processo de trabalho para seleção de fornecedores	Sim	PORTARIA SECPLAM
4323	A organização definiu processo de trabalho para gestão de contratos	Sim	Portaria 32/2010
4341	A organização adota métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato e vinculação da remuneração ao desempenho	Sim	IN 5/2017
4342	Como condição para as prorrogações contratuais, a organização avalia se a necessidade que motivou a contratação ainda existe e se a solução escolhida ainda é a mais vantajosa para suprir essa necessidade	Sim	Determinação da Conjur

5.14.4 MECANISMOS DE CONTROLE

O controle interno do MPDFT é exercido pela Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin/MPU), que atua em todos os ramos do MPU.

A Corregedoria-Geral do MPDFT é o órgão fiscalizador da atividade funcional e das questões que apuram a conduta dos membros da Instituição, suas atribuições estão publicadas na internet, bem como os relatórios das correições ordinárias realizadas anualmente, que podem ser acessados no link a seguir:

https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/corregedoria-geral-menu

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Missão: Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade	Avaliação do trabalho do Ministério Público pela Sociedade	Avalia como a sociedade do Distrito Federal percebe a atuação do MPDFT como um todo.	Pesquisa de opinião (% de pessoas entrevistadas que consideraram o atendimento como eficaz quando da utilização dos serviços da Instituição)	99%	bienal	100%
	Cumprimento dos objetivos estratégicos	Mede o grau de implementação do planejamento estratégico.	(Total de indicadores mensurados/ Total de indicadores estabelecidos)*100	95%	anual	97%
Cidadania Fortalecida	Iniciativas em defesa dos direitos do cidadão	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na defesa dos direitos dos cidadãos bem como na promoção da cidadania.	Somatório de iniciativas voltadas para a conscientização do cidadão	> 10% sobre o ano anterior	anual	52
	Acordos e recomendações	Mede a eficácia do MPDFT em atender as demandas imediatas do cidadão.	Somatório de acordos realizados em audiências ou reuniões e recomendações expedidas pelo PDDC.	Atender todas as demandas	anual	70
	Ações em defesa da cidadania	Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados em defesa dos direitos do cidadão	Somatório de ações em defesa dos direitos do cidadão instauradas no período pela PDDC (Ações ajuizadas + Feitos internos instaurados)	Atender todas as demandas nos prazos estabelecidos em Lei	anual	66

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos	Iniciativas em defesa dos direitos coletivos e individuais indisponíveis	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na defesa dos direitos coletivos e individuais indisponíveis.	Somatório de iniciativas voltadas para a defesa do direitos individuais	> de 10% sobre o ano anterior	anual	20
	Ações em defesa dos direitos de pessoas com deficiências	Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados em defesa dos direitos de pessoas com deficiências.	Somatório das ações em defesa das pessoas com deficiências instauradas no período pela PJ da pessoa com deficiência (Ações Ajuizadas + Feitos Internos Instaurados)	Atender todas as solicitações	anual	144
	Ações em defesa do Idoso	Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados na fiscalização e cumprimento da Lei do Idoso.	Somatório de ações em defesa do idoso instauradas no período pela PJ da Pessoa Idosa (Ações Ajuizadas + Feitos Internos Instaurados)	Instaurar todos os atendimentos como procedimentos preliminares	anual	434
	Ações de responsabilidade parental	Mede a efetividade do MPDFT por meio do quantitativo de ações de reconhecimento espontâneo de paternidade, facilita a realização de exame de DNA e a propositura de ação de investigação de paternidade	Somatório de registros voluntários de paternidade nas atividades do Programa pai legal	Realizar 600 registros de paternidade	anual	360
Patrimônio público protegido	Ações em defesa do patrimônio público	Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados na proteção do patrimônio público.	Somatório de ações instauradas no período pelas PJ de Defesa do Patrimônio Público e Social e pelas Promotorias de Justiça Regionais de Defesa dos Direitos Difusos - Proreg (Ações Ajuizadas + Feitos Internos Instaurados)	Atender 10% a mais da demanda anterior	anual	843
	Iniciativas em defesa do patrimônio público	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na proteção do patrimônio público	Somatório de iniciativas voltadas para a defesa do patrimônio público	20 iniciativas por ano	anual	2

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Meio ambiente preservado	Ações em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística	Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados na defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da ordem urbanística.	Somatório de ações instauradas no período pelas PJ de Defesa do Meio Ambiente – Prodema e PJ de Defesa da Ordem Urbanística – Prourb (Ações ajuizadas + Feitos Internos Instaurados)	Atender 10% a mais das demandas do ano anterior, por bacia hidrográfica	anual	815
	Iniciativas em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na proteção do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística	Somatório de iniciativas voltadas para a proteção do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística	> de 10% sobre o ano anterior	anual	12
	Cumprimento de Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) em defesa do meio ambiente	Mede o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta em defesa do meio ambiente	Somatório dos procedimentos internos de acompanhamento dos TACs	Acompanhar os TACs firmados	anual	1
	Frequência ao curso de Educação Ambiental	Mede a frequência de pessoas que realizaram o curso de Educação Ambiental proposto na transação penal.	Número de treinados no curso proposto na transação penal / Total de treinandos encaminhados pela transação penal (total de RIS*)* 100	> de 70%	anual	76%

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Criminalidade combatida	Ações de combate à violência doméstica	Quantifica as ações de combate à violência doméstica visando ao cumprimento da Lei Maria da Penha por meio de ações judiciais ou extrajudiciais	Somatório de denúncias oferecidas	Acompanhar todas as denúncias	anual	4447
			Somatório de requerimentos de medidas protetivas	Acompanhar todos os requerimentos de medidas protetivas	anual	125
			Somatório de requerimentos de Prisão	Acompanhar o cumprimento de todos os requerimentos de prisão	anual	216
	Procedimentos policiais das promotorias com atuação criminal	Mede a atuação do MPDFT no combate à criminalidade, por meio da diminuição entre o tempo da notícia do delito e o oferecimento da denúncia ou promoção de arquivamento.	Percentual de feitos com tempo entre o recebimento do inquérito e a denúncia ou arquivamento inferior ou igual a 30 dias.	> 50%	anual	44,40%
	Iniciativas de combate à criminalidade	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT no combate à criminalidade.	Somatório de iniciativas de combate à criminalidade executadas	Aumentar em 10% em relação ao ano anterior	anual	20
Impunidade e corrupção combatidas	Iniciativas de combate à corrupção e à impunidade	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT no combate a impunidade e à corrupção	Somatório de iniciativas de combate à corrupção e à impunidade	Acompanhar todas as iniciativas realizadas	anual	4
	Impunidade combatida	Mede, a atuação do MPDFT no combate à impunidade na corrupção por meio de pedidos julgados procedentes em ações ajuizadas.	Somatório de pedidos julgados procedentes	Acompanhar os pedidos com decisão favorável à manifestação do MP	anual	74
			Somatório de ações ajuizadas	Acompanhar todas as ações ajuizadas	anual	25
	Ações de combate à corrupção	Mede, a atuação no combate a corrupção e à impunidade por meio de ações iniciadas pelo MPDFT	Somatório de ações instauradas no período (Ações Ajuizadas + Feitos internos instaurados)	Acompanhar todas as ações instauradas no período	anual	46

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Crianças e adolescentes protegidos	Instrumentos extrajudiciais – ECA	Mede, a utilização dos instrumentos extrajudiciais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	Somatório de feitos internos instaurados	Aumentar o quantitativo em 10% sobre o ano anterior	anual	541
	Iniciativas em defesa da criança e do adolescente	Mede a abrangência da atuação do MPDFT por meio de iniciativas (projetos, campanhas, audiências públicas, palestras, organização de cursos e eventos, pesquisas e fiscalização de entidades) voltadas para a defesa da criança e do adolescente	Somatório de iniciativas em defesa da criança e do adolescente	Aumentar o quantitativo em 10% sobre o ano anterior	anual	10
Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	Iniciativas em defesa das políticas públicas	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na defesa das políticas públicas	Somatório de iniciativas voltadas para a defesa das políticas públicas	Aumentar o quantitativo em 10% sobre o ano anterior	anual	28
	Recomendações expedidas	Mede a atuação do MPDFT por meio da fiscalização das políticas públicas, a partir das recomendações expedidas	Somatório de recomendações expedidas	>15% do ano anterior	anual	111
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Adequação do ambiente de trabalho	Mede se cada unidade administrativa apresenta estrutura física e organizacional adequada e de acordo com o padrão	Modernização tecnológica (Total de computadores modernizados (- de 4 anos de vida) / Total de computadores) * 100	>50%	anual	18,37%
			Adequação do mobiliário (Total de unidades com mobiliário padrão / Total de unidades) * 100	100% do mobiliário adequado	anual	100%
			Adequação da estrutura administrativa (Total de funções implantadas / Total de funções necessárias)*100	Atender 80% das demandas	anual	98,82%

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Aprimorar o assessoramento técnico e pericial	Atendimento de demandas de assessoramento técnico e pericial	Mede a capacidade de atendimento das demandas pelos peritos e técnicos	(Total de solicitações de perícias concluídas / Total de perícias solicitadas)*100	85% das perícias concluídas	anual	83,00%
	Índice de satisfação de atendimento de assessoramento técnico e pericial	Mede a qualidade do atendimento das demandas pelos peritos e técnicos	Pesquisa Interna de Opinião	90% de satisfação	anual	*
Possuir sede própria para todas as circunscrições e áreas administrativas	Sedes próprias	Mede o grau de adequação da estrutura das circunscrições e áreas administrativas	(Número de circunscrições e áreas administrativas com sedes próprias / Total de circunscrições e áreas administrativas) * 100	60% de sedes próprias	anual	56,25%
	Acessibilidade	Mede o grau de adequação das instalações do MPDFT aos padrões de acessibilidade recomendados pelo CNMP	(Total de sedes próprias em conformidade / Total de sedes próprias)*100	60%	anual	45,45%
	Eficiência energética	Mede o grau de adequação das sedes próprias do MPDFT à etiquetagem de eficiência energética	(Total de sedes próprias com o selo de etiquetagem adequado / Total de sedes próprias)*100	60% de sedes próprias com selo de etiquetagem	anual	*
Descentralizar as atribuições das promotorias especializadas	Descentralização das atribuições das promotorias especializadas	Mede a presença das promotorias especializadas nas circunscrições.	(Total de circunscrições com atribuições de promotorias especializadas / Total de circunscrições)*100	1 promotoria com atuação especializada em casa unidade descentralizada	anual	40%
Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos	Acordos celebrados	Mede por meio de acordos celebrados, a integração do MPDFT com órgãos que contribuem com a sua atuação.	Somatório de acordos celebrados	Acompanhar todos os acordos	anual	20
	Qualidade do relacionamento do MPDFT com órgãos estratégicos	Mede a percepção que os órgãos estratégicos têm do MPDFT	Pesquisa de opinião nos órgãos estratégicos	>50%	anual	*

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Fortalecer a integração entre membros e servidores	Discussão de temas críticos	Mede o esforço do MPDFT em discutir e alinhar os temas críticos mais relevantes	Somatório de temas críticos identificados debatidos	Realizar 2 encontros temáticos para debater temas críticos	anual	36
	Promoção de convergência entre procuradores e promotores	Mede o esforço do MPDFT em alinhar procuradores e promotores por temas de atuação	Quantidade de iniciativas realizadas para promover convergência entre procuradores e promotores por temas de atuação (Recomendações, enunciados e súmulas)	3 iniciativas com a participação de procuradores e promotores	anual	13
	Integração	Mede o grau de satisfação dos servidores no relacionamento com os membros e vice-versa	Pesquisa de Clima Organizacional - Grau de Integração	60%	bienal	*
Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais	Otimização das unidades organizacionais	Mede o percentual de unidades mapeadas e otimizadas	(Total de unidades mapeadas / Total de unidades com painel de contribuição)*100	aumentar em 10% por ano	anual	84%
	Otimização dos processos de trabalho	Mede a quantidade de processos de trabalho mapeados e otimizados	Somatório de processos de trabalho mapeados	>200 processos mapeados	anual	1454
Racionalizar as atribuições existentes	Racionalização das atribuições	Mede o número de resoluções do Conselho Superior do MPDFT - CSMPDFT que normatizam a atividade fim (alterações na Resolução 90/2009)	Somatório de resoluções do CSMPDFT que alteram a Resolução N.º 90/2009	5 resoluções por ano	anual	5
Aprimorar comunicação interna	Índice de satisfação da comunicação interna	Mede a satisfação dos membros e servidores com os canais de comunicação interna	Pesquisa interna de satisfação	75% de satisfação	bienal	*
	Efetividade da comunicação interna	Mede a capacidade do MPDFT em disseminar as informações entre membros e servidores	Somatório de notícias publicadas na Internet e Intranet	> 3 notícias por dia útil (aproximadamente 790 notícias)	anual	1364

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição	Descumprimento de normas disciplinares	Mede o grau de descumprimento de normas disciplinares no MPDFT como um todo	Total de membros punidos	0	anual	0
Assegurar a continuidade dos projetos e esforços intergestão	Descontinuidade dos projetos	Mede a capacidade do MPDFT em assegurar, na transição da gestão, a continuidade de seus projetos e iniciativas em geral	(Número de projetos descontinuados em função de trocas de gestão / Número total de projetos)*100	0	anual	0
Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade	Índice de atendimento à sociedade	Mede a capacidade do MPDFT em responder às solicitações da sociedade	(Total de atendimentos com resposta no prazo / Total de atendimentos) * 100	100%	anual	99,55%
	Índice de satisfação do atendimento	Mede a satisfação dos cidadãos com o atendimento do MPDFT	Pesquisa Externa de Satisfação	90%	anual	97,82%
Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais	Índice de viabilização da proposta orçamentária apresentada	Mede o atendimento do orçamento proposto pelo MPDFT comparando com orçamento aprovado pelo Congresso Nacional	(Orçamento aprovado pelo Congresso / Orçamento proposto pelo MPDFT)*100	60%	anual	93,94%
	Índice de suplementação do Projeto de Lei Orçamentária Anual PLOA	Mede o percentual de suplementação ao orçamento do MPDFT aprovado pelo Congresso Nacional ao longo do exercício financeiro	(Emendas ao PLOA + Créditos adicionais / PLOA)*100	10% do orçamento aprovado pelo congresso	anual	9,42%

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros	Agilidade dos processos licitatórios	Mede a agilidade do MPDFT em realizar as licitações dentro do prazo legal	Tempo médio = processos com aprovação do termo de referência pela Consultoria Jurídica e a homologação do procedimento	40 dias	anual	32 (trinta e dois) dias para a modalidade Pregão
	Agilidade da abertura do processo licitatório	Mede a agilidade do MPDFT em dar início ao procedimento licitatório logo após a respectiva solicitação.	Percentual de homologações de processos licitatórios realizados no prazo em relação ao total de homologações realizadas no período	80%	anual	74,19%
	Índice de execução do Plano Interno	Mede o grau de execução das demandas previstas no Plano Interno	(Execução das despesas contempladas no Plano Interno / Total de recursos autorizados no Plano Interno)*100	98%	anual	99,35%
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Índice de capacitação	Mede a eficácia do MPDFT em capacitar membros e servidores nas competências definidas	Somatório de participantes em cada curso realizado / Total de membros e servidores	2	anual	1,22
	Cumprimento do plano de capacitação	Mede a eficácia do MPDFT em capacitar os membros e servidores nas competências definidas no plano de capacitação	(Somatório de ações de treinamento realizadas / Número de ações de treinamento planejadas)*100	80%	anual	96%
	Índice de satisfação com os treinamentos	Mede o grau de satisfação dos treinandos quanto ao treinamento recebido	Relatório final de avaliação de curso com índice de satisfação igual ou maior do que a respectiva	5	anual	3,6
	Crescimento técnico	Mede a quantidade de membros e de servidores que adquiriram alguma capacitação técnica (especialização, mestrado, doutorado) após ingresso no MPDFT	Quantitativo de membros e de servidores que adquiriram alguma capacitação técnica no período (ano)	20	anual	41

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Promover cultura de orientação para resultados	Cobertura do painel de contribuição	Mede a quantidade de áreas contempladas com painel de contribuição	Total de áreas contempladas com painel de contribuição / Total de áreas com demandas de painel de contribuição	> 90%	anual	85%
	Cumprimento do painel de Contribuição	Mede a eficácia das procuradorias, promotorias e unidades administrativas em cumprirem os seus respectivos painéis de contribuição	(Somatório de Ações Planejadas / Somatório de Ações Previstas) * 100	> 70%	anual	66%
	Adesão à metodologia de projetos	Mede a quantidade de projetos elaborados conforme a metodologia de projetos aprovada pela portaria normativa 334/2014	Somatório de projetos elaborados conforme a metodologia de projetos.	Elaborar todos os projetos demandados pelas Unidades de acordo com a metodologia	anual	14
Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	Efetividade de ações de ambiência organizacional	Mede a capacidade do MPDFT em executar com efetividade ações que promovam a integração e o bem estar no ambiente de trabalho	Percentual de ações da Secor executadas com efetividade	70%	anual	98%
	Índice de clima organizacional	Mede a qualidade do clima organizacional no MPDFT	Índice de clima organizacional	60%	bienal	*
Atrair e reter talentos	Retenção de Talentos	Mede a capacidade do MPDFT de reter os seus talentos	Total de servidores do quadro permanente no início do período – Total de servidores do quadro permanente que perderam o vínculo com o MPDFT no período, (excluindo-se mortes e aposentadorias) / Total de servidores do quadro permanente no início do período * 100	90%	anual	96,68%
Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais	Compatibilidade do quadro funcional	Mede o grau de adequação das unidades em termos de possuir lotação adequada (quantidade e competência)	(nº efetivo de cargos preenchidos no órgão) / (nº de cargos existentes no órgão + saldo de vagas pendentes de implementação) * 100	60%	anual	71,57%

TABELA 123 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	FINALIDADE DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO 2020 ANUAL
Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados	Cumprimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Mede a capacidade de execução de ações de TI planejadas de acordo com PDTI	Total de ações executadas de acordo com PDTI	95%	anual	83,32%
	Índice de satisfação do usuário com soluções de TI	Mede o grau de satisfação dos usuários na utilização das soluções de tecnologia da informação	Total de soluções de tecnologia da informação com índice de satisfação igual ou maior do que a respectiva meta	75%	anual	97,74%

Observações:

* Indicadores não mensurados em 2020 devido à pandemia.

O método de cálculo do indicador 'Retenção de talentos" foi atualizado em 2018 para possibilitar a melhor análise e registro do percentual de servidores que permaneceram na instituição no período.

O indicador Acessibilidade teve os valores recalculados para os anos de 2017, 2018 e 2019 considerando que os padrões de acessibilidade sofreram alterações em 2015.

Data da última atualização: Fevereiro/2021

Fonte: Secretaria de Planejamento

6 ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Diretor-Geral
PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Diretor-Geral Adjunto
MANOEL JORGE E SILVA NETO

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Membro do Ministério Público Federal:
GUILHERME ZANINA SCHELB

Membro do Ministério Público do Trabalho:
JUNIA SOARES NADER

Membro do Ministério Público Militar:
AILTON JOSE DA SILVA

Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios:
ROBERTO CARLOS BATISTA

Comissão do Processo de Contas do Exercício 2020.
Portaria nº 177/2020 de 18 de dezembro de 2020 – Institui a Comissão Técnica de Prestação de Contas do MPU, referente ao exercício de 2020.



Paulo Gustavo Gonet Branco
Diretor-Geral da ESMPU

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL DA ESMPU

O relatório que se segue tem como principal função prestar contas dos recursos confiados à Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) no exercício financeiro passado. Entendo, porém, que semelhante análise não prescinde de uma breve recapitulação dos esforços peculiares exigidos no idiossincrático ano de 2020 – o primeiro da pandemia da covid-19 no país, que aprontou surpresas e armou necessidades de súbitas reinvenções para o gestor público.

A ESMPU sentiu diretamente essa incitação à criatividade responsável nesses tempos de pasmo e imprecisões, fielmente retratados pelo filósofo vivo mais prestigiado dos nossos dias, Jürgen Habermas, ao sentenciar: "A pandemia impõe, ao mesmo tempo e sobre todos, um impulso reflexivo que, até agora, era da área de especialistas: precisamos agir com o saber explícito de nosso não saber. A cena [de] incerteza raramente foi posta sob uma luz tão forte".[1]

A atual equipe de direção da Escola assumiu os seus cargos nos primeiros dias de fevereiro de 2020, instalando-se no prédio construído na operosa gestão anterior. O "habite-se" fora obtido imediatamente antes da posse e entrada em exercício da nova Diretoria. Várias adaptações materiais e complementações tiveram que ser efetuadas, como é de praxe. Mas, logo, eventos acadêmicos e de formação de membros do Ministério Público da União presenciais foram realizados com êxito animador. O mês não se concluiu, entretanto, sem que os nefastos efeitos da covid-19 viessem a mortificar o Brasil, levando a que especialistas em saúde pública recomendassem providências de distanciamento social. Logo a Escola entrou, na trilha do que ocorreu na Procuradoria-Geral da República, no novo ritmo do teletrabalho.

O atordoante impacto sobre o planejamento de atividades ditado pela nova realidade sanitária é de fácil representação intelectual e ainda está candente na memória de todos. Numa Escola com o encargo de estender o seu atendimento a unidades situadas em toda a Federação, arrostar o redimensionamento súbito da situação factual exigiu denodo e aplicação – a que não se furtou a nossa unidade do MPU. Atividades de ensino, reconfiguradas e reformatadas, foram levadas a desejado bom termo. Houve, em verdade, um recorde de oferecimento de cursos, eventos, palestras, seminários, debates, entrevistas, todos viabilizados pelas técnicas dispostas para a internet. Enfatize-se a realização dos essenciais cursos de iniciação e vitaliciamento de membros dos ramos do *Parquet*. Logramos, enfim, comemorar os 20 anos da Escola com um concorrido congresso de juristas, com

1 Trecho de entrevista concedida ao jornal Le monde e publicada no dia 11 de abril.

conferências de expressivo número de protagonistas do Direito nos Tribunais Superiores do país.

A Escola também instituiu o Portal "Produções de Ensino", franqueando ao usuário acesso livre e simplificado a conteúdos educacionais. O novo serviço permite que membros, servidores e público externo encontrem conteúdos específicos mediante técnicas de aprendizagens pontuais.

Cabe relatar que, mesmo antes da pandemia, a nova Diretoria divisava um objetivo de largo escopo a ser alcançado mediante algumas práticas encetadas com especial grau de prioridade. Desejávamos que o material didático produzido pela Escola não se visse reduzido, no plano do seu auditório, ao restrito público acaso apto para se dirigir aos locais físicos das atividades acadêmicas. Parecia-nos instante que também os outros milhares de membros e servidores dos quatro ramos do Ministério Público da União em todo o país pudessem beneficiar-se desse conhecimento. Para isso, mostrava-se impreterível que os recursos do mundo virtual pudessem ser coordenados, a fim de que, em tempo real ou em momentos diferentes, o saber que a Escola pretendia difundir fosse acessível ao público não presente, de modo físico, no local de realização dos eventos. Com isso, até mesmo interessados sem vínculos funcionais com o Ministério Público poderiam, na medida do recomendável, também travar contato com as ideias que correm e que se produzem entre os protagonistas intelectuais do *Parquet*. A pandemia acelerou esse intento, e os resultados colhidos mostraram o acerto do objetivo inicial.

O cumprimento dessas metas induziu a mudanças de estrutura da Escola, em boa medida espelhadas no Estatuto e no Regimento Interno modernizados em 2020. O Conselho Administrativo (Conad) foi renovado e, não obstante os empeços da pandemia, reuniu-se virtualmente, e deliberou inúmeras vezes, a respeito de abrangente e inédito conjunto temático, acudindo ao chamado de crescente coparticipação gerencial.

Criou-se, mediante fusão de antigas Secretarias, e buscando a racionalização de tarefas com acréscimos importantes, a Secretaria de Educação, Conhecimento e Inovação (Secin), local de planejamento e de execução das atividades da Escola, com incumbência de controle dos macroprocessos finalísticos da instituição, com vistas ao aperfeiçoamento da governança da ESMPU. Enfatizou-se o intuito essencial da Escola de aprimoramento dos quadros componentes dos quatro ramos do Ministério Público da União, com ênfase no saber, difundido por meio de estratégia eficiente, com atenção às virtudes da inovação.

Criou-se, igualmente, a Secretaria de Comunicação Social (Secom), mediante a elevação do antigo status de assessoria dos serviços respectivos, que foram majorados. A área se responsabiliza pelo projeto da "TV ESMPU", voltado ao desenvolvimento de produtos audiovisuais de suporte à produção acadêmica.

A preocupação com o atingimento dos objetivos da Escola inspirou, da mesma forma, a aprovação do Projeto de Aprimoramento da Experiência do Usuário, no domínio estratégico de conhecimento das principais necessidades e dos interesses mais prementes dos membros do *Parquet* e dos servidores que acorrem à Escola.

Enfim, mostrou-se nítido que o indispensável lançar de olhos para o futuro impõe uma abertura ao aproveitamento das múltiplas, vastas e fascinantes virtualidades das técnicas digitais. Acorrendo a essa imperiosa inclinação dos tempos, a ESMPU aprovou o Programa Estratégico de Transformação Digital, com o principal objetivo de coordenar recursos e esforços, visando ao melhor cumprimento dessa vocação inexorável assumida pela Escola. Iniciativas traçadas para esse fim incluem a digitalização do acervo acadêmico, o acesso a plataformas, no Brasil e alhures, de fontes doutrinárias, a atualização do parque tecnológico e a máxima dedicação às atividades acadêmicas a distância.

No primeiro ano de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, a Escola deu passos firmes para "solidificar a ESMPU enquanto instituição acadêmica e científica, numa visão sistêmica e evolucionária". O relatório, nas suas minúcias, haverá de o evidenciar.



Paulo Gustavo Gonet Branco
Diretor-Geral da ESMPU

6.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

6.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, MISSÃO E VISÃO

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é uma Instituição de direito público de natureza autônoma, vinculada ao procurador-geral da República, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. Foi criada pela Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998, com os seguintes objetivos – conforme o art. 3º:

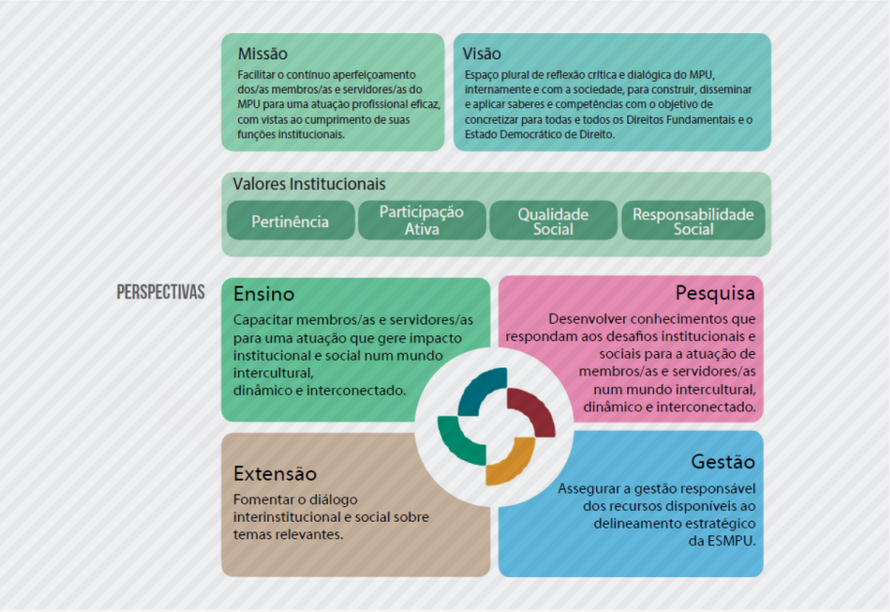
I – iniciar novos integrantes do Ministério Público da União (MPU) no desempenho de suas funções institucionais;

II – aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União;

III – desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;

IV – zelar pelo reconhecimento e pela valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

FIGURA 59 MAPA ESTRATÉGICO DA ESMPU: 2020-2024



A missão, a visão, os valores institucionais e as estratégias da ESMPU para um intervalo de cinco anos são consignadas no documento Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), cuja edição atual abrange o período compreendido entre 2020 e 2024.

6.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:

Lei nº 9.628, de 14 abril de 1998: Cria a Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura da Unidade Jurisdicionada:

Portaria PGR nº 686, de 19 de dezembro de 2011: Remaneja cargos em comissão e funções de confiança da Procuradoria-Geral da República para a Escola Superior do Ministério Público da União.

Lei nº 13.032, de 24 de setembro de 2014: Cria o quadro de pessoal, os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências.

Portaria PGR/MPU nº 95, de 20 de maio de 2020: Aprova o Estatuto da Escola Superior do Ministério Público da União.

Resolução Conad nº 5, de 22 de junho de 2020: Aprova o Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público da União

6.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE GOVERNANÇA

A estrutura organizacional da ESMPU teve significativa alteração com a publicação do novo Regimento Interno, aprovado pela Resolução Conad nº 5, de 22 de junho de 2020. Dessa maneira, o organograma da Escola passou a contar, a partir de junho de 2020, com quatro secretarias e três instâncias de assessoramento direto à Diretoria-Geral, sendo o Conselho Administrativo (Conad) o órgão máximo de caráter decisório.

O Conselho Administrativo (Conad) atua na deliberação das decisões estratégicas da Escola no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão administrativa. Entre as suas competências está a aprovação do Plano de Atividades da ESMPU e do orçamento correspondente.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela coordenação

FIGURA 60 ORGANOGRAMA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

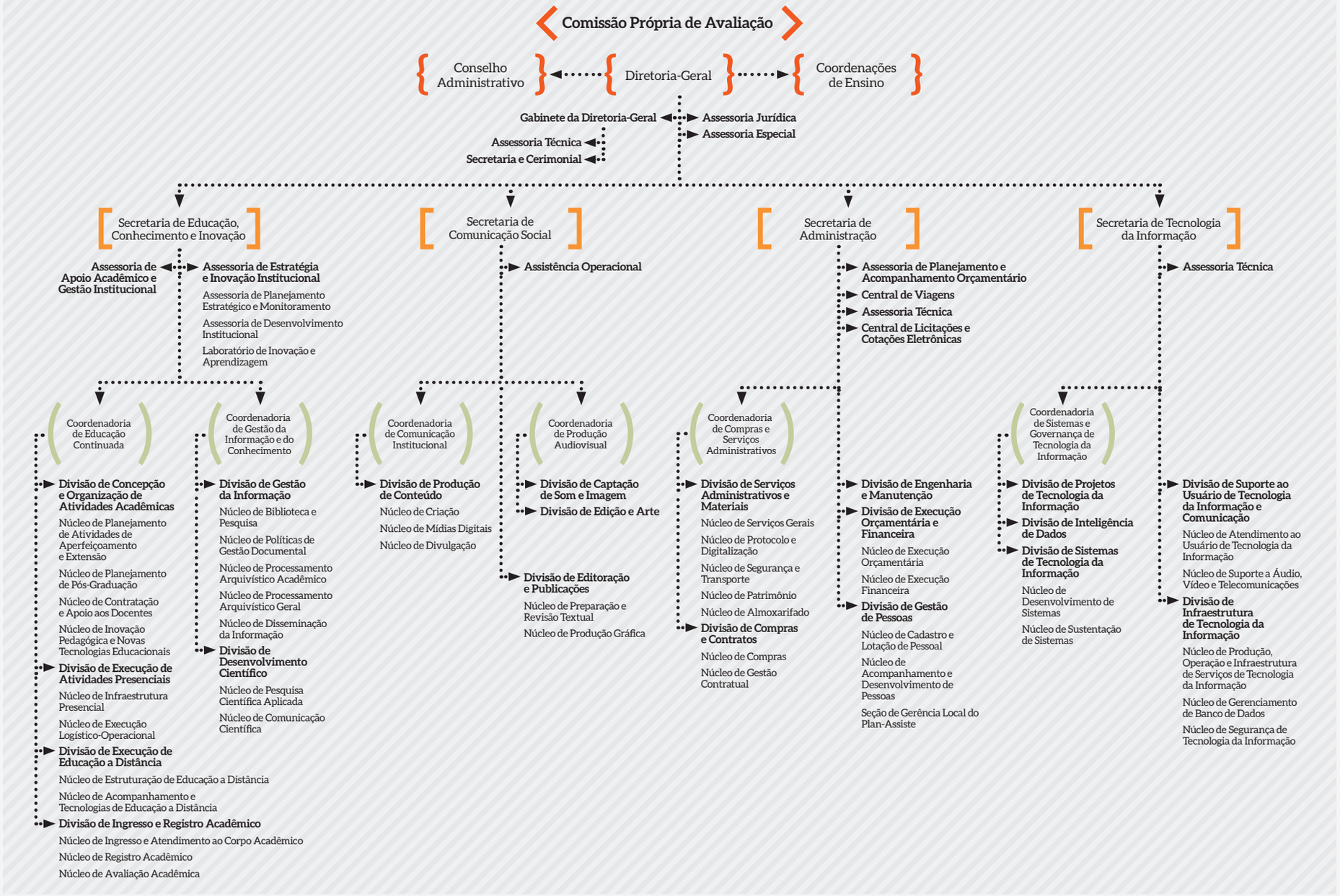
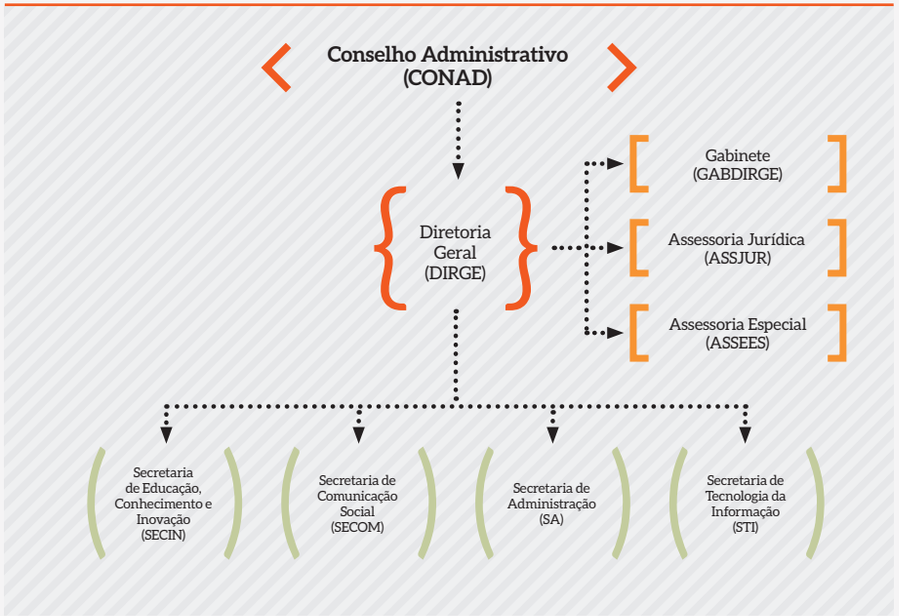


FIGURA 61 COMPOSIÇÃO DA ESMPU



e pela condução dos processos de avaliação internos da ESMPU, bem como da sistematização e da prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em atendimento à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a qual determina que toda regulação se faça de modo articulado e com a representatividade de todos os grupos envolvidos.[2]

Além da Diretoria-Geral, do Conad e da CPA, as Coordenações de Ensino (CEs) compõem a estrutura de governança da ESMPU. Essas coordenações representam as vozes dos ramos do MPU dentro da Escola e responsabilizam-se pela elaboração, pela execução e pela supervisão do Plano de Atividades da ESMPU. Seus titulares e suplentes são indicados pelo procurador-geral do respectivo ramo e nomeados pelo procurador-geral da República.

O Organograma da ESMPU, com as respectivas estruturas organizacional e de governança, pode ser visualizado de forma detalhada em http://escola.mpu.mp.br/estatico/organograma-2020.html.

2 Lei nº 10.861/2004, art. 2º, IV.

6.4 MODELO DE NEGÓCIO

A ESMPU é uma Instituição de ensino superior, credenciada pelo Ministério da Educação por meio da Portaria MEC nº 662, de 22 de maio de 2017, para a oferta de cursos de pós-graduação nas modalidades presencial e a distância. Além disso, classifica-se como escola de governo, uma vez que visa "reconhecer socialmente e valorizar o Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado".[3] Ademais, trata-se de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT),[4] nos termos da Lei nº 10.973/2004, conforme Estatuto publicado pela Portaria PGR/MPU no 95, de 20 de maio de 2020." (link: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/estatuto-esmpu/portaria-no-95-2020.pdf

FIGURA 62 CADEIA DE VALORES DA ESMPU



3 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da ESMPU 2020-2024, p. 16. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdi-2020-2024/pdi.

4 Estatuto da Escola Superior do Ministério Público da União, art. 4º, parágrafo único. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/estatuto-esmpu/portaria-no-95-2020.pdf.

Nesse sentido, o modelo de negócio da ESMPU é voltado ao desenvolvimento do tripé acadêmico que abarca as dimensões conhecidas como ensino, pesquisa e extensão, além de englobar a perspectiva de inovação - dado que se trata de uma ICT.

A operacionalização desse modelo é feita por meio de 25 macroprocessos, classificados em finalísticos, gerenciais e de suporte, conforme representação da Cadeia de Valor[5].

Essa ferramenta de gestão foi elaborada ao longo do último trimestre de 2020 e contou com a participação de todas as áreas da Escola. Aprovada e divulgada no final de dezembro daquele ano, a Cadeia de Valor deverá contar com dois momentos de atualização, ao longo de 2021, visto que os processos estão sendo refeitos e amadurecidos em razão da reestruturação ocorrida em 2020.[6]

Vale lembrar que a Cadeia de Valor representa um conjunto de atividades criadas para gerar valor aos diferentes públicos: discentes, docentes, pesquisadores, servidores, entre outros. Nesse sentido, a tabela a seguir faz uma correlação entre o item da Cadeia de Valor, as áreas atuantes e o valor gerado por esses itens.

TABELA 124 CORRELAÇÃO ENTRE OS ITENS DA CADEIA DE VALOR, AS ÁREAS ATUANTES[7] E O VALOR GERADO

TIPO	ITEM DA CADEIA DE VALOR	ÁREAS ATUANTES	VALOR GERADO
Finalísticos	Fortalecer agenda nos ramos do MPU	CONAD, DIRGE, CES	Fortalecimento institucional do MPU
	Articular parcerias nacionais e internacionais	DIRGE, SECIN	
	Promover experiência de aprendizagem	COEDUC, LIA, DIDEC	Aperfeiçoamento do quadro e desenvolvimento do MPU
	Produzir estudos e pesquisas científicas aplicadas	COEDUC, LIA, DIEDC	

5 Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/cadeia-de-valor.
6 Ver Resolução CONAD n. 5, de 22 de junho de 2020.
7 Áreas informadas conforme organograma da Escola. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/estatico/

TABELA 124 CORRELAÇÃO ENTRE OS ITENS DA CADEIA DE VALOR, AS ÁREAS ATUANTES[7] E O VALOR GERADO

TIPO	ITEM DA CADEIA DE VALOR	ÁREAS ATUANTES	VALOR GERADO
Finalísticos	Desenvolver e certificar competências	COEDUC, LIA, DIDEC	Aperfeiçoamento do quadro e desenvolvimento do MPU
	Publicar e disseminar conhecimentos	COEDUC, DIDEC, DIVEP	
	Disseminar a cultura da inovação e transformação digital	LIA, DIDEC	Inovação no MPU
	Prospectar e fomentar ações de inovação	LIA, DIDEC, COEDUC	
De suporte	Gerir docentes	COEDUC, DIDEC	Melhoria no controle do banco de docentes
	Realizar seleção para participação das atividades acadêmicas	COEDUC, DIDEC	Melhoria no controle de seleção de discentes para as atividades
	Produzir conteúdos educacionais	COEDUC, DIVEP	Melhoria na qualidade e redução do tempo de produção de conteúdos educacionais
	Prestar suporte ao corpo acadêmico	COEDUC, DIDEC	Aumentar a interação e a satisfação dos públicos com os serviços ofertados
	Avaliar cursos, eventos, docentes e discentes	CPA, COEDUC, DIDEC	Melhoria da qualidade na realização das atividades acadêmicas e desenvolvimento de pesquisa
	Prestar apoio logístico e de infraestrutura para as atividades acadêmicas	COEDUC, DIDEC, COPAV, DISUP, CEVI, DISAM, DICOM	

TABELA 124 CORRELAÇÃO ENTRE OS ITENS DA CADEIA DE VALOR, AS ÁREAS ATUANTES[7] E O VALOR GERADO

TIPO	ITEM DA CADEIA DE VALOR	ÁREAS ATUANTES	VALOR GERADO
De suporte	Prestar suporte bibliográfico	DIGI	Fornecer o suporte bibliográfico necessário para as atividades acadêmicas e de desenvolvimento de pesquisas científicas aplicadas
Gerenciais	Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	STI, COMITÊ CONSULTIVO DE TI	Melhorar o controle dos ativos de TIC
	Gestão Acadêmica	CONAD, CES, DIRGE, SECIN	Realizar atividades acadêmicas cada vez mais alinhadas às necessidades do MPU
	Gestão Estratégica	CONAD, DIRGE, SECIN, ASSEIN, ASPLAN, ASDIN	Proporcionar o cumprimento da missão institucional e aumentar o controle das mudanças necessárias para o período (visão)
	Gestão de Dados, Informação e Conhecimento	DIGI, DIDEC, DINT, DITI	Melhorar o controle, a qualidade e a segurança dos dados e das informações institucionais
	Gestão da Conformidade Institucional	ASSEJUR, GABDIRGE, SECIN, SECOM, SA, STI	Potencializar a adoção de boas práticas de governança, gestão e compliance
	Gestão Orçamentária e Financeira	ASSPO, DIOF, CEVI, ASSAG	Melhorar a eficácia e a eficiência no uso do orçamento público
	Gestão de Contratos, Serviços e Patrimônio	CLCE, DICON, DISAM, DIENGE	Melhorar a eficácia, a eficiência e a qualidade dos serviços administrativos prestados
	Gestão de Pessoas	DGP	Melhorar o controle dos recursos humanos
	Gestão da Comunicação	SECOM	Melhorar o controle e a qualidade da comunicação institucional interna e externa
	Assessoria Jurídica	ASSEJUR	Proporcionar maior segurança jurídica aos atos administrativos

6.5 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

Não se aplica, uma vez que a ESMPU possui apenas ações que estão enquadradas na categoria de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, os quais agregam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não incluídas nos programas temáticos por meio de suas iniciativas.

6.6 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

Em 2020, a área de Comunicação Social da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) passou por uma transformação estrutural. Até meados de junho de 2020, a área era coordenada por uma Assessoria de Comunicação Social (Ascom), ligada à Diretoria-Geral e responsável prioritariamente pela comunicação institucional interna e externa. Com os novos regulamentos da ESMPU, o **Estatuto** e o **Regimento Interno**, foi criada a Secretaria de Comunicação Social (Secom).

A Secretaria, além de cuidar da comunicação institucional e do fortalecimento da imagem organizacional perante os membros e os servidores

do MPU e a sociedade em geral, passou a ser responsável pela produção de conteúdo audiovisual, pelo gerenciamento da política editorial da TV ESMPU e pela editoração e produção gráfica das publicações da Instituição.

Assim, após a reestruturação, a Secom passou a ser dividida em duas coordenadorias (Comunicação Institucional e Produção Audiovisual) e em uma divisão (Divisão de Editoração e Publicações).

6.6.1 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Competem prioritariamente à Coordenadoria de Comunicação Institucional (Cocin) o gerenciamento das políticas de comunicação social e de identidade visual da Instituição; o planejamento e a execução das ações de comunicação social interna e externa; e a divulgação dos conteúdos acadêmicos, institucionais e jornalísticos. A área é responsável, ainda, pela gestão compartilhada do portal da Instituição na internet e da intranet e pelo gerenciamento do perfil oficial da Escola nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp, YouTube e Flickr). Além disso, a coordenadoria supervisiona a alimentação dos conteúdos inseridos pelas unidades da ESMPU no Portal da Transparência.

6.6.1.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA

No âmbito da comunicação externa (direcionada a membros e servidores do MPU e à sociedade civil em geral), busca-se dar publicidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão, e dar transparência às ações de gestão, contribuindo para projetar a imagem institucional enquanto espaço plural de reflexão crítica e dialógica e modelo de referência entre as Escolas de Governo.

A comunicação para todos os membros e os servidores do MPU ocorre por meio do envio, via e-mail, de *releases, e-mails marketing, campanhas de comunicação* e *boletins informativos*, como o *Boletim "ESMPU Informa"*. Além disso, os conteúdos são disparados para grupos e listas de transmissão no WhatsApp. Ademais, todas as informações são disponibilizadas no portal http://escola.mpu.mp.br e enviadas para as Assessorias de Comunicação das unidades do MPU.

Para atingir a sociedade civil, utilizam-se amplamente as redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube e Twitter) com postagens direcionadas ao público-alvo. Comunicados e informativos sobre as atividades da Escola também são encaminhados, via e-mail, para entidades, organizações e centros de ensino envolvidos com a temática da informação.

6.6.1.2 COMUNICAÇÃO INTERNA

A comunicação interna a servidores, estagiários e terceirizados ocorre por meio da divulgação de notícias, notas e comunicados pela intranet, por e-mail e por grupo no WhatsApp. Como estratégia de comunicação, são elaborados o boletim diário Está na Intra, o Roteiro Cultural, bem como campanhas de *endomarketing*.

6.6.1.3 REDES SOCIAIS

Por meio das redes sociais, é possível reforçar a estratégia de comunicação das atividades desenvolvidas pela ESMPU. Pela capilaridade e facilidade de disseminação de conteúdo, elas servem como canal de diálogo e transparência com a sociedade.

Empenhada em expandir a democratização do ensino e facilitar o acesso aos seus conteúdos, bem como promover a interatividade e o diálogo na internet, a ESMPU está presente nas principais redes sociais, divulgando conteúdos institucionais e acadêmicos, além de informações e notícias voltadas para membros e servidores do MPU e para a sociedade civil.

As contas oficiais da ESMPU tornaram-se importantes ferramentas de interação institucional e de disseminação das atividades de extensão. Em março de 2020, a ESMPU lançou o seu perfil no Instagram para divulgar informações sobre cursos e treinamentos, dicas e notícias sobre a Escola e a atuação do MPU. O lançamento ocorreu em 25 de março, com 155 seguidores. A conta fechou o ano de 2020 com 2.018 seguidores.

Confira o posicionamento dos perfis em 2020:

- **YouTube** (https://www.youtube.com/escolampu): 11.729 inscritos – aumento de 49% em relação a 2019;
- **Instagram** (http://instagram.com/esmpu): 2.018 seguidores;
- **Twitter** (https://twitter.com/EscolaMPU): 12.136 seguidores – aumento de 0,23% em relação a 2019;
- **Facebook** (https://www.facebook.com/esmpu): 7.465 curtidas – aumento de 0,07% em relação a 2019;
- **Flickr** (https://www.flickr.com/photos/esmpu): reúne 2.783 fotos.

Entre os perfis da ESMPU nas redes sociais, o YouTube se destacou. A Instituição está nessa rede há sete anos, e os números alcançados chamam atenção pelo crescimento obtido no último ano. O panorama reflete as mudanças

que a Escola implementou para lidar com o cenário de transformação digital, impactado pela pandemia da COVID-19, e reforça o compromisso da Instituição em promover a universalização do conhecimento e disseminar conteúdo de qualidade e acessível para todos.

Para potencializar a divulgação de atividades acadêmicas abertas ao público externo e conseguir atingir de forma mais eficaz e direcionada o público-alvo, a Secom utiliza anúncios patrocinados nos perfis do Facebook e do Instagram.

Trabalhar com anúncios patrocinados faz com que o conteúdo planejado e publicado apareça diretamente no *feed* de notícias do público-alvo em um lugar de destaque (*desktop* ou *mobile)*. Dessa maneira, é possível aumentar a audiência, a interação e o engajamento da página, com maior probabilidade de obtenção de resultados positivos.

Ao longo de 2020, foram patrocinadas 26 publicações relacionadas às atividades acadêmicas. Pelo Facebook, as postagens patrocinadas conseguiram alcançar 51.698 pessoas; desse total, 77,4% (39.995) foram público-alvo das atividades. Além disso, as divulgações obtiveram 1.434 curtidas, 87 compartilhamentos e 11 comentários.

Já pelo Instagram, as postagens patrocinadas conseguiram alcançar 16.072 pessoas; desse total, 85,5% (13.746) foram público-alvo das atividades. Além disso, as publicações somadas obtiveram 847 curtidas, 190 compartilhamentos, 89 salvamentos e 24 comentários.

6.6.1.4 EFETIVIDADE DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

A fim de mensurar a efetividade das estratégias de comunicação e divulgação pelos canais institucionais, foi disponibilizada na plataforma de inscrições da ESMPU uma enquete on-line a ser respondida por todos aqueles que se cadastram previamente nas atividades acadêmicas promovidas pela Escola. A sondagem busca identificar por qual canal de comunicação os interessados se informaram sobre a atividade oferecida.

A pesquisa foi respondida por 14.888 pessoas. Desse total, 47% dos que se inscreveram obtiveram a informação sobre a atividade por meio dos e-mails enviados pela Secom e pelo Boletim semanal ESMPU Informa, enviado a todos os membros e servidores do MPU, com informações sobre atividades acadêmicas com inscrições abertas e ações institucionais.

TABELA 125 ENQUETE: COMO FICOU SABENDO DO CURSO?

CANAL DE DIVULGAÇÃO	2020	
E-mail específico sobre o curso, encaminhado pela Secom/ESMPU	4.874	33%
Página da ESMPU na internet	3.274	22%
Boletim *ESMPU Informa*, encaminhado por e-mail	2.153	14%
Outros	1.460	10%
Indicação de colegas	1.405	9%
Redes sociais (WhatsApp, Facebook e Instagram)	921	6%
Página do órgão de origem	801	5%
TOTAL	14.888	100%

6.6.1.5 PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

A Coordenadoria de Produção Audiovisual (Copav) foi instituída, em especial, para viabilizar o Projeto da "TV ESMPU", desenhado em 2019 e idealizado para desenvolver produtos audiovisuais institucionais e dar suporte à produção acadêmica, a partir da montagem do estúdio da ESMPU. A ação está alinhada com a diretriz institucional de ampliar o alcance dos conteúdos produzidos pela Instituição a todos os interessados.

A concretização do Projeto consta como uma das metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Além disso, com a restrição orçamentária e a pandemia causada pela covid-19, a viabilização da iniciativa tornou-se uma diretriz estratégica da gestão superior.

6.6.1.6 EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Estão a cargo da Divisão de Editoração e Publicações (Divep) o suporte operacional ao processo de seleção de projetos para publicação pela ESMPU, a execução dos projetos editoriais de publicações científicas e não científicas, além da elaboração de estratégias de divulgação e distribuição das publicações.

Para mensurar o alcance das obras, em 2020, foi implementado um contador de acesso das publicações ESMPU disponíveis no portal da Instituição (http://escola.mpu.mp.br/publicacoes). A solução permite, ainda, a geração de dados a partir do painel do Google Analytics, sendo possível emitir relatórios estatísticos de *downloads*.

6.7 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Como visto anteriormente, os objetivos estratégicos e as metas institucionais da ESMPU a serem alcançados nos próximos cinco anos estão consignados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024,[8] do qual também faz parte o Mapa Estratégico. Na confecção desse documento, foram identificados os riscos ao atingimento dos objetivos, os quais foram informados no Relatório de Prestação de Contas do MPU de 2019 (p. 374-375).

Ademais, vale informar que, com o novo Regimento Interno da ESMPU, a Secin é a responsável pelos macroprocessos finalísticos da Instituição, bem como pela gestão dos riscos corporativos, com destaque para a necessidade de inovação associada ao momento atual da Instituição.

Por conseguinte, antes de abordar os riscos, destaca-se que a transformação, associada à economia de recursos gerada pela mediação tecnológica, trouxe novas oportunidades de expansão da Escola.

Isso significou, também, novos riscos associados, considerando que, mesmo quando o mundo retornar a um ambiente de normalidade, o digital permanecerá tendo impacto significativo e crescente para as pessoas e para as organizações.[9]

6.7.1 ABORDAGEM DE RISCOS ASSOCIADA ÀS METODOLOGIAS DE GESTÃO

Em novembro de 2020, foram aprovadas as metodologias para gestão de processos e de projetos no âmbito da ESMPU.[10]

Especificamente no que tange à gestão de projetos, há obrigação metodológica de formalização de um plano de riscos, contido no plano de projeto, a ser descrito pelo gerente do projeto estratégico. Após isso, o planejamento é validado e a execução do projeto passa a ser acompanhada pelas partes interessadas.

Com relação à temática de processos, observa-se que a própria gestão de um processo de negócio já mitiga vários riscos associados à execução das atividades pelas respectivas áreas. E esse foi o caminho escolhido para a abordagem de riscos, tendo em vista que os processos da ESMPU deveriam ser refeitos em razão da reestruturação mencionada anteriormente.

Portanto, com a nova estrutura organizacional da ESMPU, deu-se início, no segundo semestre de 2020, à identificação, à priorização, ao mapeamento e à institucionalização dos processos de trabalho organizacionais. Em dezembro de 2020, os nove primeiros processos foram disponibilizados para gestão e consumo pelas partes interessadas.

Salienta-se que, durante a modelagem, requisitos legais necessários à execução de cada processo foram levantados, estando citados no decorrer do processo, bem como definidos indicadores de desempenho.

Com relação a abordagens específicas dentro dos processos, com foco na gestão de riscos, informa-se:

TABELA 126 PROCESSOS CRÍTICOS DA ESMPU MAPEADOS

PROCESSO DE NEGÓCIO	FORMA DE GESTÃO DE RISCO
Planejar contratações[10]	Definição da atividade "Elaborar Mapa de Riscos" da referida contratação.
Gerenciar o serviço de bases de dados de material bibliográfico[11]	O processo em si controla a indisponibilidade do serviço de forma proativa e sistêmica, mitigando, assim, riscos inerentes ao descumprimento desse tipo de contrato.

6.7.2 RISCOS RELACIONADOS À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA ESMPU

Somado aos riscos identificados anteriormente, a ESMPU aplicou, em setembro, o Diagnóstico de Maturidade Digital. Essa avaliação tinha como objetivo identificar o nível de amadurecimento tecnológico da Instituição, considerando a significativa transformação digital pela qual passava – e ainda passa – a Escola, para, com isso, articular e acelerar ações em andamento. Além disso, a avaliação buscou potencializar outras não iniciadas, de forma a alcançar os objetivos estratégicos com maior rapidez, racionalidade e segurança.

8 O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento de planejamento e gestão, o qual orienta as instituições de ensino superior quanto a, por exemplo, missão, diretrizes educacionais, estrutura organizacional, entre outros aspectos. Nesse sentido, além do Mapa Estratégico, o PDI contém o Projeto Político-Pedagógico e a relação de cursos de pós-graduação oferecidos de forma permanente pela ESMPU, bem como outros elementos relacionados ao direcionamento das ações da Escola para um período de cinco anos.

9 Estratégia Digital do Governo Federal. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020.

10 Portaria ESMPU nº 202/2020 - Aprova as metodologias para gestão de processos e de projetos no âmbito da ESMPU. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/atos-normativos/portarias/portarias – 2020/portaria-esmpu-n-202-2020.

11 Processo informado no anexo a este documento

12 Processo informado no anexo a este documento

TABELA 127 DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE DIGITAL

DIMENSÃO	AFIRMAÇÃO	PONTUAÇÃO MÉDIA RECEBIDA
Cultura	A instituição investe em edicação digital focada e em treinamento em todos os níveis da organização	1,40
Organização	Os processos são definidos e passíveis de serem repetidos para gerenciar programas voltados para o digital	1,40
Tecnologia	A instituição utiliza recursos de experiência de usuário, tais como personas e mapas de jornada do usuário para conduzir o seu design digital	1,06
Insights	A instituição tem metas claras e quantificáveis para mensurar o sucesso de sua estratégia digital	1,18
	Cada colaborador entende como seu desempenho está integrado às metas digitais corporativas	1,15
	A insituição utiliza metas centradas no usuário tais como Escala de Satisfação de Usuário ou LTV *(Lifetime Value)* para medir o sucesso	0,87
	A instituiçãomede como os canais de atendimento atuam em conjunto para alcançar um resultado desejável	1,21
	Os feedbacks do usuário guiam ativamente a estratégia digital da instituição	1,31
	Os feedbacks do usuário alimentam o design e o desenvolvimento da estratégia digital da instituição	1,46

Para a produção desse diagnóstico, foram convidados 41 gestores, entre secretários, assessores-chefes, coordenadores e chefes de divisão. O intuito dessa segmentação foi o de avaliar a transformação percebida pelos responsáveis pelas atuações táticas e estratégicas. Desses, 32 efetivamente responderam à pesquisa - aproximadamente 78% do público-alvo.

Os respondentes avaliaram um conjunto de 28 afirmações acerca dos temas "Cultura", "Organização", "Tecnologia" e "*Insights*" (experiência do usuário), podendo atribuir a cada uma entre 0 e 3 pontos. Ao final, foram identificados nove pontos de atenção, por terem recebido pontuação inferior a 50% da máxima pontuação possível.

Como se pôde ver na tabela acima, os pontos de atenção identificados pelos respondentes dizem respeito, principalmente, à utilização e ao aproveitamento, pela Escola, da experiência do usuário para retroalimentar a sua estratégia. Para melhorar a sua atuação nesses itens, as seguintes ações de contingência foram identificadas:

TABELA 128 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - RISCOS E AÇÕES DE CONTINGÊNCIA

RISCO IDENTIFICADO	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
Risco de desconhecimento das necessidades dos usuários da ESMPU, considerando a realidade de transformação da atualidade	**Melhoria da experiência do usuário** – A transformação digital é um processo voltado essencialmente para as pessoas. Organizações em geral desejam investir em estratégias digitais para criar maior proximidade com seus clientes e, com isso, fidelizá-los. Para organizações do serviço público como a ESMPU, entretanto, tal investimento significa maior interação dos usuários com a Escola, com consequente atendimento do interesse público.
Risco de sombreamento, duplicidade ou ausência de coordenação das atividades voltadas ao atendimento dos usuários da ESMPU	**Fomento da atuação intersetorial** - O foco é privilegiar iniciativas e ações centralizadas no usuário dos serviços da ESMPU, conduzidas por equipes multidisciplinares. Dessa maneira, é cada vez menos recomendado um contexto de atuação compartimentalizada, no qual cada colaborador esteja mais preocupado com matérias concernentes ao seu setor. Como consequência, são otimizados os recursos da Instituição voltados ao atendimento de seus usuários.
Risco de literacia digital	**Aumento da literacia digital dos colaboradores -** Por meio da oferta constante de formação e treinamentos voltados para o digital. Uma estratégia digital pressupõe que os integrantes da organização estejam capacitados para implementá-la.
Risco de cibersegurança, considerando a realidade do teletrabalho e da oferta a distância de serviços educacionais, bem como a entrada em vigor da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), em agosto de 2020	**Projeto Governança de Dados -** Projeto estratégico em andamento com o objetivo de mapear e estabelecer a governança de dados da ESMPU com ênfase na aplicação da LGPD.

6.8 PRINCIPAIS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS

6.8.1 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E CENTRALIDADE NO USUÁRIO

Como já mencionado, todo o processo de transformação pelo qual organizações, do Brasil e do mundo, passaram em 2020 - e ainda têm passado - leva à conclusão de que o digital permanecerá tendo impacto significativo e crescente nos próximos anos. Tendo isso em vista, importa destacar que no centro da concepção de novos produtos e serviços está o usuário.

A centralidade do usuário implica compreender seus comportamentos e suas

atitudes, bem como suas necessidades. No que concerne à ESMPU, que trabalha para o aperfeiçoamento e a atualização de membros e servidores com vistas a propiciar uma atuação mais impactante, efetiva e resoluta do Ministério Público da União, identifica-se uma excelente oportunidade de convergir ações, projetos e serviços a essas necessidades.

Adicionalmente, considerando que o serviço público se orienta pelo interesse público, que significa, em sentido mais amplo, a sociedade, torna-se imprescindível compreender esse fenômeno humano que ocorre paralelamente ao da transformação digital, com o intuito de remodelar nossa organização com foco no futuro.

6.8.1.1 AÇÕES ADOTADAS PARA APROVEITAR ESSA OPORTUNIDADE:

- A ESMPU aprovou o *Programa Estratégico de Transformação Digital*, cujo objetivo principal é orientar recursos e esforços para que a transformação digital da Escola em 2021 seja completa e impactante. Ao todo, dez iniciativas foram consideradas prioritárias para essa finalidade. Entre elas, estão a digitalização do acervo acadêmico, a renovação do parque tecnológico, a capacitação dos líderes para gestão da mudança, bem como a expansão das atividades a distância.
- Além disso, foi aprovado o *Projeto de Aprimoramento da Experiência do Usuário*, um projeto estratégico que visa conhecer as jornadas dos diferentes tipos de usuários na Escola, bem como propor mudanças de acordo com as recentes transformações e demandas.
- Outro projeto aprovado, o de *Governança de Dados com Enfâse na LGPD*, trata do exercício de autoridade, controle, planejamento, monitoramento, disponibilidade, segurança e execução dos ativos de dados e seu respectivo consumo. Prevê a criação de uma estrutura de responsabilização para garantir o comportamento adequado na criação, no consumo e no controle de dados e análises, tudo isso com ênfase na LGPD.

6.8.2 EXPANSÃO DO ALCANCE DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DA ESMPU

Em 2020, a ESMPU ofertou 13.017 horas de capacitação, entre atividades de ensino e extensão, oferecidas predominantemente na modalidade a distância, alcançando 10.168 participantes. A realização de parcerias com outras instituições de ensino e o uso incremental da modalidade a distância permitiram um alcance maior de pessoas, entre membros, servidores e público externo.

Além de ganhar escalabilidade e promover maior universalização das ações educacionais, a viabilização da participação de público interno e externo, sobretudo de parceiros, nas atividades acadêmicas concretiza o espaço de diálogo que a ESMPU busca para si, conforme declara em sua visão:

> [ser] espaço plural de **reflexão crítica e dialógica** do MPU, **internamente e com a sociedade,** para construir, disseminar e aplicar saberes e competências com o objetivo de **concretizar para todas e todos os Direitos Fundamentais e o Estado Democrático de Direito**. [Grifo nosso]

Para permitir esse diálogo, e considerando a impossibilidade de reuniões presenciais, em razão do contexto de pandemia – e a consequente ampliação da conectividade e da acessibilidade tecnológica que esse mesmo contexto oportunizou –, a ESMPU repensou seus modelos de EAD para que admitissem encontros síncronos para aulas remotas, troca de experiências, maior interação, debates e momentos de reflexão guiada. Para isso, adotou novas ferramentas de suporte à aprendizagem on-line, o que ampliou as possibilidades do ambiente virtual de aprendizagem.

Sendo a questão tecnológica apenas um aspecto da transformação digital, foi necessário atrair docentes e discentes para esse novo formato, de forma que atividades acadêmicas, inicialmente pensadas para o modelo presencial, não fossem meramente transpostas para o digital, mas, sim, desenhadas a partir dessa lógica. Isso fez com que toda a grade de atividades da ESMPU fosse replanejada para o novo cenário, bem como orientada para as novas possibilidades.

6.8.2.1 AÇÕES ADOTADAS PARA APROVEITAR ESSA OPORTUNIDADE:

- Incremento em parcerias interinstitucionais, com vistas a ampliar as oportunidades de capacitação para o público interno e externo ao MPU. Essa iniciativa permitiu a disponibilização de 252 ações educacionais realizadas por parceiros, sem custos para a ESMPU. A fim de valorizar a participação de servidores nessas ações, a Escola passou a reconhecê-las como cursos institucionais, viabilizando o provimento de adicional de qualificação aos servidores que as cursarem.
- Projeto Do Presencial ao Remoto, voltado à ampliação dos formatos EAD da ESMPU, com o objetivo de atender a diferentes propósitos educacionais, dentre os quais aqueles que exigem sincronicidade. Como resultado do projeto, a ESMPU instituiu os modelos Ensino Remoto e Webinários, realizados por

ferramenta de videoconferência. Ainda, conferindo largo alcance às atividades acadêmicas, passou-se a realizar transmissão dos eventos de extensão pelo canal da ESMPU no YouTube, combinada com o suporte e o estímulo à participação via chat. O projeto Do Presencial ao Remoto resultou também no mapeamento de ferramentas digitais de apoio à aprendizagem que podem elevar a qualidade pedagógica dos cursos da ESMPU.

- Replanejamento acadêmico, com o propósito de acolher atividades acadêmicas para o ano de 2020 que fossem mais aderentes tanto aos temas emergentes e necessários à capacitação quanto aos formatos EAD implementados. A ação de replanejar foi importante, visto que as atividades previstas para o ano, pensadas em 2019, foram concebidas em outra lógica e em outro cenário. Com o replanejamento acadêmico, a ESMPU pode oferecer um plano de atividades mais alinhado ao contexto atual, bem como mapear docentes abertos aos novos formatos educacionais.
- Acesso aberto a conteúdos educacionais. O objetivo desta ação, que resultou no Portal - Produções de Ensino - , no site da ESMPU, é universalizar e agilizar o acesso aos objetos de aprendizagem produzidos pela ESMPU. Por meio desse portal, a ESMPU disponibiliza todos os conteúdos educacionais para acesso livre e simplificado, com ferramentas de recuperação de materiais e vídeos. O novo serviço permite que membros, servidores e público externo possam consumir conteúdos específicos que atendam a seus interesses e às demandas de aprendizagens pontuais, quando não necessitam de um processo estruturado de curso para atendê-las.

6.9 FONTES ESPECÍFICAS DE RISCOS E OPORTUNIDADES

PESSOAL

Destaca-se o baixo número de servidores pertencentes ao quadro próprio da ESMPU: atualmente apenas 21 vagas de analistas do MPU e 14 de técnicos do MPU estão ocupadas, uma vez que o preenchimento dos demais cargos efetivos vagos depende de disponibilidade orçamentária.

Registre-se que o número de cargos efetivos efetivamente providos é inferior, inclusive, à estrutura de cargos e funções comissionadas da Escola, que é de 99 postos, dos quais 73 encontram-se providos.[13] Dessa maneira, a Escola

13 Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/transparencia/portal-da-transparencia/gestao-de-pessoas/cargos-em-comissao-e-funcoes-de-confianca-ocupados-e-vagos.

TABELA 129 QUADRO PRÓPRIO DA ESMPU X SITUAÇÃO ATUAL

CARGO EFETIVO	QUANTIDADE EXISTENTE	QUANTIDADE OCUPADA	CARGOS VAGOS
Analista do MPU	86	21	65
Técnico do MPU	117	14	103
Total	203	35	168

tem dependido da disponibilidade de outros ramos do MPU ou mesmo de outros órgãos federais em ceder servidores para a condução de suas atividades de trabalho.

O maior risco da gestão de pessoas na ESMPU está associado ao quantitativo de pessoal, que vem sofrendo decréscimo em virtude das reiteradas restrições orçamentárias que impedem a implementação do quadro próprio, criado por meio da Lei nº 13.032/2014.

Vale ressaltar, também, alguns aspectos relevantes que interferem diretamente na força de trabalho: a) quantidade de servidores disponíveis ante as necessidades da unidade; b) resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área-meio e a área-fim e do número de servidores em cargos comissionados em comparação com o de não comissionados; e c) eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas.

Dessa forma, entende-se que a quantidade de servidores disponíveis ante as necessidades da unidade é deficitária, principalmente, na área-fim, em virtude da ampliação de vagas ofertadas e da demanda reprimida.

Outro fator de risco diz respeito ao uso de sistemas que não atendem adequadamente às demandas institucionais da área de Gestão de Pessoas. A Escola utiliza, de forma compartilhada, os sistemas disponibilizados e gerenciados pela Procuradoria-Geral da República. Ocorre que os acessos são limitados a determinadas funcionalidades, ocasionando a dependência, por parte da ESMPU, de que a equipe técnica daquela Procuradoria-Geral proceda às alterações necessárias para alimentação da base de dados. Esse risco está sendo minimizado, a cada ano, com as constantes tratativas com os secretários e a equipe de Gestão de Pessoas da PGR, visando a liberações de novas funcionalidades dos sistemas.

QUALIFICAÇÃO

Por atuar no tripé acadêmico "Ensino, Pesquisa e Extensão", além de

"Inovação", a ESMPU necessita de um quadro altamente qualificado, composto por servidores especialistas em diferentes áreas do conhecimento, tais como Pedagogia, Biblioteconomia, Arquivologia, *Design*, entre outras, além do conhecimento na área jurídica. Considerando que o quadro próprio da Escola é reduzido, há a necessidade de buscar servidores especializados nos demais ramos do MPU ou em outros órgãos da Administração Pública federal.

ORÇAMENTO

As mudanças estruturais ocorridas em 2020 tornaram cada vez mais necessária a otimização dos recursos orçamentários existentes tanto para reduzir custos quanto para aproveitar as oportunidades de expansão do alcance da ESMPU por meio da transformação digital.

Os riscos e os desafios no tocante à gestão orçamentária estão relacionados principalmente às restrições e aos cortes de créditos em razão das limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Assim, diante do cenário de incertezas e restrições orçamentárias, buscou-se reduzir, adequar e otimizar as despesas de custeio da unidade, visando priorizar o orçamento destinado à área finalística, de forma que o risco de eventuais cortes não comprometeria a oferta de atividades acadêmicas.

Ademais, outro risco monitorado pela UPC que poderia impactar na realização dos objetivos estratégicos seria a inscrição significativa de valores em Restos a Pagar, o que comprometeria o limite financeiro da Unidade no exercício subsequente, conforme regras da EC nº 95/2016. Dessa forma, a Administração empreendeu esforços no sentido de efetuar a liquidação e o respectivo pagamento das despesas dentro do exercício financeiro e realizou uma gestão criteriosa da indicação dos empenhos a serem inscritos em Restos a Pagar.

A tabela a seguir apresenta um resumo dos riscos e das oportunidades identificados nesta seção, com respectivas avaliações de probabilidade e descrição dos prováveis efeitos, caso se materializem:

TABELA 130 RISCOS – POSSÍVEIS EFEITOS E PROBABILIDADES DE OCORRÊNCIA

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	SEVERIDADE
Desconhecimento das necessidades dos usuários da ESMPU, considerando a realidade de transformação da atualidade.	**Média -** A ESMPU aprovou projeto estratégico para mapear a jornada dos seus usuários.	**Médio -** Entrega de ações acadêmicas que não atendam às expectativas de nossos usuários e, por consequência, fazem com que a ESMPU esteja distante de cumprir a sua missão.	Média
Sombreamento, duplicidade ou ausência de coordenação das atividades voltadas ao atendimento dos usuários da ESMPU.	**Baixa -** O modelo de atuação da ESMPU aprovado por ocasião da reestruturação privilegia a integração entre os setores.	**Médio** - Não otimização dos recursos existentes, retrabalho, baixa satisfação dos usuários.	Baixa
Literacia digital insuficiente.	**Média -** Não obstante a ESMPU tenha adotado com sucesso o teletrabalho e a mediação tecnológica para condução de suas atividades em 2020, persiste a necessidade de investimentos na literacia digital dos colaboradores da Escola em 2021, como forma de aprimorar e tornar sustentáveis as mudanças ainda em curso.	**Alto -** A ESMPU não estará preparada para atender plenamente as demandas de seus públicos e da sociedade, que, cada vez mais, deseja serviços públicos digitais.	Alta
Qualificação insuficiente do quadro de colaboradores da ESMPU.	**Média -** A ESMPU tem buscado estabelecer parcerias e acordos de cooperação com outras instituições e está identificando formas de aumentar a sua força de trabalho qualificada.	**Alto** - Atrasos ou comprometimento do andamento de projetos estratégicos e essenciais para a expansão e a transformação da ESMPU.	Alta
Segurança digital (cibersegurança)	**Média -** Há projeto estratégico em andamento para mapear e estabelecer a governança de dados da ESMPU com foco na aplicação da LGPD.	**Médio -** Fragilidades na confidencialidade, na integridade e na disponibilidade das informações produzidas ou armazenadas pela ESMPU. Não conformidade com dispositivos legais ou regulamentares sobre o tema.	Média

6.10 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

6.10.1 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Observando as estruturas de liderança, estratégia e controle postas em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão com vistas à melhor prestação

TABELA 130 RISCOS – POSSÍVEIS EFEITOS E PROBABILIDADES DE OCORRÊNCIA

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	SEVERIDADE
Baixo número de servidores pertencentes ao quadro próprio da ESMPU. O preenchimento do quadro efetivo depende de disponibilidade orçamentária.	**Alta -** A ESMPU conta com apoio dos quatro ramos do MPU e de outros órgãos federais na cessão de servidores para a condução de suas atividades.	**Alto -** Comprometimento do andamento de projetos estratégicos e essenciais para a expansão e a transformação da ESMPU.	Alta
Restrições e cortes de créditos em razão das limitações impostas pela Emenda Constitucional n. 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.	**Alta** – Otimização dos recursos orçamentários existentes tanto para reduzir custos quanto para aproveitar as oportunidades de expansão do alcance da ESMPU por meio da transformação digital.	**Alto** – comprometimento da oferta de atividades acadêmicas e prováveis impactos na realização dos objetivos estratégicos.	Alta

TABELA 131 OPORTUNIDADES – POSSÍVEIS EFEITOS E PROBABILIDADES DE OCORRÊNCIA

OPORTUNIDADE	PROBABILIDADE	IMPACTO	MAGNITUDE
Transformação digital e centralidade no usuário - Convergir ações, projetos e serviços da ESMPU às necessidades de um mundo cada vez mais digital para que o aperfeiçoamento e a atualização de membros e servidores permaneçam propiciando uma atuação mais impactante, efetiva e resoluta do Ministério Público.	**Alta** – A ESMPU aprovou o Programa Estratégico de Transformação Digital para 2021, além de projetos estratégicos voltados à identificação e ao mapeamento das jornadas de seus usuários, bem como à governança dos dados produzidos ou armazenados pela Escola.	**Alto** – A ESMPU estará preparada para atender às demandas atuais, e as ações acadêmicas desenvolvidas pela Escola estarão mais alinhadas às necessidades de seus públicos.	Alta
Expansão do alcance das atividades acadêmicas da ESMPU – Aproveitaras tecnologias educacionais disponíveis e implementadas para alcançar um número cada vez maior de pessoas.	**Alta** – Espera-se que os modelos de educação a distância sejam amplamente adotados em 2021 e permanentemente implementados na ESMPU. O alcance das atividades acadêmicas tende a ser maior do que o obtido em 2020, uma vez que os modelos já estão instituídos e aceitos pela comunidade acadêmica, agilizando o processo de planejamento acadêmico e pedagógico.	**Alto –** Otimização de recursos; redução dos custos por aluno; alcance da visão da ESMPU, que prevê uma atuação dialógica e integrada com a sociedade; ampliação do público capacitado.	Alta

TABELA 132 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA ESMPU

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	BASE NORMATIVA	FORMA DE ATUAÇÃO
Conselho Administrativo (Conad)	Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Resolução Conad nº 5, de 22 de junho de 2020	Colegiado
Diretoria-Geral (Dirge)	Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Resolução Conad nº 5, de 22 de junho de 2020	Em linha
Coordenações de Ensino (CEs)	Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Resolução Conad nº 5, de 22 de junho de 2020	Em linha
Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Regulamento da CPA – Aprovado pela Resolução Conad nº 4, de 1º de julho de 2019	Colegiado
Comitê Consultivo de TI	Portaria ESMPU nº 118, de 14 de outubro de 2015	Colegiado

dos serviços públicos, tem-se, na ESMPU, a seguinte estrutura de governança - conforme base normativa atualmente em vigor:

Vale observar que os esforços institucionais empreendidos para alcance dos resultados estratégicos esperados passaram a ser também orientados a partir da definição dos macroprocessos que compõem a Cadeia de Valor da ESMPU, apresentada na seção anterior.

Ademais, as estruturas de governança citadas acima direcionam, monitoram e avaliam as atividades finalísticas no âmbito da ESMPU, excetuando-se o Comitê de Tecnologia da Informação, o qual possui o foco na governança de tecnologia da informação e comunicação.

Com isso, tais estruturas de governança potencializam os valores gerados pelos macroprocessos da ESMPU, com destaque para os seguintes: Fortalecimento Institucional do MPU; Aperfeiçoamento do Quadro e Desenvolvimento do MPU; e Inovação no MPU - conforme informado pela Cadeia de Valor.

Acerca desse último ponto, a saber, a inovação, importa destacar a travessia pela qual vem passando a ESMPU rumo à completa transformação digital.

Já faz alguns anos que o digital tem sido o padrão. Foi com isso em perspectiva que o Poder Executivo criou a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022.[14] Nela se determina, claramente, "a transformação do governo por meio de tecnologias digitais", com base em alguns princípios, descritos no seguinte enunciado: "[...] em 2022 o governo será: 1) centrado no cidadão, 2) integrado, 3) inteligente, 4) confiável, 5) transparente e aberto e 6) eficiente".

Esse documento foi um dos que orientou as ações do Laboratório de Inovação e Aprendizagem (LIA) da ESMPU, criado em junho de 2020. No ano em que o mundo parou em razão da primeira pandemia do século, as organizações foram desafiadas a se reinventarem e a absorverem inúmeras e impactantes transformações.

Não foi diferente na ESMPU. No contexto da pandemia da COVID-19, os colaboradores da Escola tiveram de, rapidamente, adaptar-se a uma realidade mediada pela tecnologia, o que possibilitou que as atividades não fossem suspensas e mantivessem níveis de qualidade similares ou mesmo superiores aos que havia anteriormente.

Adicionalmente, em 2020, a ESMPU passou por significativa reestruturação, concluída e materializada com a publicação do atual Regimento Interno em junho de 2020.

Esse documento criou a Secretaria de Comunicação Social (Secom), alterando o *status* de assessoria e ampliando as atribuições da unidade. Ademais, criou-se a Secretaria de Educação, Conhecimento e Inovação (Secin), que trouxe mudanças importantes, como a união das áreas de planejamento e de execução das atividades da Escola, como forma de aperfeiçoar o controle dos macroprocessos finalísticos da Instituição.

Outras mudanças significativas, advindas da criação da Secin, foram a valorização da produção e gestão do conhecimento, algo absolutamente necessário em razão da natureza das atividades da ESMPU, e, ainda, a junção de duas áreas fundamentais para o aprimoramento institucional, a saber, estratégia e inovação.

Nesse sentido, o Laboratório de Inovação e Aprendizagem vem atuando em: 1) ter ações de curto prazo, que basicamente focam na retomada e no redesenho das atividades da ESMPU; 2) além das ações de longo prazo, focadas em ensino, extensão e pesquisa, que potencializem a transformação institucional.

Tal perspectiva tem orientado a estratégia digital da ESMPU, somada à visão de que a produção de conhecimento deve ser socializada para além dos limites institucionais, alcançando toda a sociedade, como se observará na seção que apresenta os resultados da gestão ao longo de 2020.

6.10.2 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA ORGANIZAÇÃO

Conforme dito anteriormente, o planejamento de curto, médio e longo prazos da ESMPU depende do mapa estratégico, disposto no PDI 2020-2024, cujo texto destaca o papel desse Plano de " solidificar a ESMPU enquanto

14 Documento completo disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020.

instituição acadêmica e científica, numa visão sistêmica e evolucionária".[15]

Esse Mapa Estratégico está organizado a partir da missão, da visão, dos valores institucionais e das perspectivas. Cada perspectiva - ensino, pesquisa, extensão e gestão – possui metas institucionais com respectivas iniciativas e indicadores vinculados. Ao todo, são 39 metas institucionais, com 117 iniciativas e 54 indicadores estratégicos.

O desdobramento da estratégia institucional dá-se por meio da construção de iniciativas setoriais, as quais foram criadas pelas áreas no segundo semestre de 2020 - após a reestruturação da Instituição, conforme mencionado ao longo deste relatório.

No primeiro ano de acompanhamento do novo PDI, a Secin, por meio da Assessoria de Estratégia e Inovação Institucional (Assein), publicou a Portaria ESMPU nº 118/2020, a qual trata do Modelo de Gestão com Foco em Resultados, além de apresentar o modelo simplificado de Painel de Contribuição.[16]

Após a publicação da portaria, a Assein auxiliou as demais áreas da ESMPU na construção daquele Painel. O objetivo desse trabalho foi desdobrar parte das iniciativas estratégicas em iniciativas setoriais a serem perseguidas durante o biênio 2020- 2021.

6.10.2.1 PAINEL DE CONTRIBUIÇÃO DA ESMPU

Com vistas a possibilitar o acompanhamento da estratégia da ESMPU, a Secin realiza o levantamento das ações, das iniciativas e dos projetos que contribuem para o cumprimento do PDI 2020-2024.

Como resultado disso, tem-se a construção do Painel de Contribuição para o biênio 2020- 2021, cujo acompanhamento é realizado, trimestralmente, pela Assein. O objetivo desse levantamento, bem como do monitoramento, é estimular a reflexão acerca das atividades conduzidas pelos setores, de maneira que cada área consiga se enxergar na estratégia da Escola.

A construção desse Painel, realizada em setembro de 2020 e aprovada no mês seguinte, resultou em um documento com 111 iniciativas setoriais, as quais visam contribuir para o atingimento de 28 metas institucionais, dentre as 39 contidas no Mapa Estratégico da ESMPU.

Importa destacar que essas 111 iniciativas setoriais compõem o acompanhamento operacional, a cargo da Assein. Por essa razão, realizou-se uma seleção estratégica dessas iniciativas com foco na estratégia e no acompanhamento da transformação digital da ESMPU. Esse recorte permite um monitoramento mais próximo de 14 iniciativas pela Alta Administração, o qual foi feito a partir dos seguintes critérios:

- a iniciativa deve abranger todas as perspectivas do Mapa Estratégico;
- deve, também, estar vinculada a projetos e programas estratégicos;
- deve, ainda, guardar relação com a transformação digital da ESMPU; e
- precisa conter ações de todas as Secretarias da ESMPU.

Após a coleta de informações que alimentam o Painel de Contribuição, um reporte acerca das 14 iniciativas estratégicas, seguindo os critérios citados, é encaminhado para a Diretoria-Geral da ESMPU. Desse modo, trata-se de um reporte trimestral.

6.10.2.2 RESULTADOS OBTIDOS EM 2020 – MONITORAMENTO ESTRATÉGICO

As tabelas a seguir apresentam o resultado do monitoramento do Mapa Estratégico da ESMPU no primeiro ano do ciclo compreendido entre 2020 e 2024.

Indicadores do PDI – Dos 54 indicadores constantes do PDI, 43 apontavam parâmetros para o ano de 2020. Desses, quatro alcançaram a meta prevista para 2020, 12 a superaram, 24 apresentaram resultado abaixo do programado para o ano e três tiveram a sua aferição prejudicada.

Registre-se que o indicador "Quantidade de ações efetivas para o fortalecimento da Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC)" teve a sua aferição prejudicada, visto que o Regulamento da CDC foi revogado com a publicação da Política Editorial de Publicações não Periódicas da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).[17]

Outros dois indicadores terão a sua aferição em fevereiro de 2021, após a realização da autoavaliação institucional pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA):

- Taxa de autoavaliação institucional - Satisfação com os processos de comunicação.
- Taxa de autoavaliação institucional - Eixo 3 – Corpo Social.

Importa destacar que os impactos causados pela pandemia da COVID-19

15 PDI 2020-2024 (p. 13).
16 Anexo I da Portaria ESMPU nº 118, de 27 de julho de 2020.
17 Resolução Conad nº 3, de 11 de maio de 2020.

na atuação da Escola possibilitaram a expansão da oferta de atividades na modalidade a distância, com maior alcance de pessoas, bem como a oferta de cursos em temas mais gerais/globais. Entretanto, esses mesmos impactos tiveram efeito inverso nos indicadores relacionados ao atendimento de especificidades regionais.

Adicionalmente, com a criação da Divisão de Desenvolvimento Científico no Regimento Interno aprovado em junho, a área dedicou-se, no segundo semestre de 2020,[18] à infraestrutura do processo científico e à prospecção de novo modelo de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento pautado no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação sustentado pela Lei nº 13.243/2016 e pelo Decreto nº 9.283/2018. Isso fez com que os indicadores relacionados à pesquisa tivessem aferição inferior à planejada. No mesmo sentido atuou a Divisão de Gestão da Informação, também criada pelo novo Regimento Interno. Além de planejar o tratamento da massa documental acumulada, a área dedicou-se a estruturar a gestão da informação arquivística e bibliográfica.

Registre-se, inclusive, o *deficit* de 168 vagas efetivas não providas,[19] dentre as aprovadas na Lei de Criação da ESMPU (Lei nº 13.032, de 24 de setembro de 2014), o que faz com que as áreas da Escola tenham quadros muito exíguos, aquém das necessidades para a execução plena de seus processos, com impactos significativos no atingimento das metas estabelecidas.

O detalhamento dos números da tabela a seguir, com observações, poderá ser consultado no Portal da Transparência da ESMPU.

Painel de Contribuição - Conforme informado anteriormente, das 111 iniciativas setoriais propostas pelos gestores das áreas, 14 iniciativas foram consideradas como sendo de interesse estratégico para serem acompanhadas diretamente pela Alta Administração no biênio 2020-2021.[21] Destas, três foram concluídas em 2020 e 11 estão em execução para serem concluídas no decorrer de 2021.

O detalhamento dos números da tabela a seguir, com observações, poderá ser consultado em anexo a este documento. Adicionalmente, a tabela com a posição em 31/12/2020 de todas as 111 iniciativas do Painel de Contribuição da ESMPU 2020-2021 está disponibilizada em anexo.

TABELA 133 METAS INSTITUCIONAIS DO PDI

META INSTITUCIONAL DO PDI	INDICADOR ESTRATÉGICO DO PDI	META 2020[20]	ALCANÇADO EM 2020	% ALCANCE
EN-1: Instituir Programa Permanente de Pós-Graduação Lato Sensu	Quantidade de cursos de pós-graduação lato sensu ofertados anualmente	6	6	100%
	Quantidade de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* lançados anualmente	2	0	0%
EN-3: Garantir que as atividades de ensino observem a perspectiva de um mundo intercultural, dinâmico e interconectado	Quantidade de ações em cooperação que observem a perspectiva	10	10	100%
EN-4: Incrementar a formação continuada dos(as) docentes	Quantidade de docentes que participaram de ações de formação promovidas pela ESMPU	100	89	89%
EN-5: Ampliar o uso de metodologias participativas nas atividades de ensino	Taxa de projetos pedagógicos que utilizam metodologias participativas	10%	18%	180%
EN-6: Promover a equidade de gênero e raça na composição do corpo acadêmico	Taxa de execução das atividades planejadas	30%	0%	0%
EN-7: Aumentar o número de docentes visitantes multidisciplinares e com atuação social relevante e conectada	Quantidade de docentes visitantes multidisciplinares nas atividades acadêmicas	1	33	3.300%

18 Processo SEI nº 0.01.000.1.000040/2021-21, Documento nº 0258473.
19 Informações do Portal da Transparência da ESMPU. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/transparencia/portal-da-transparencia/gestao-de-pessoas/cargos-vagos-e ocupados.
20 A Meta é o parâmetro determinado no PDI 2020-2024 para os indicadores estratégicos, a cada ano de vigência do Plano.
21 Processo SEI nº 0.01.000.1.002385/2020-50, Documento nº 0251083.

TABELA 133 METAS INSTITUCIONAIS DO PDI

META INSTITUCIONAL DO PDI	INDICADOR ESTRATÉGICO DO PDI	META 2020[20]	ALCANÇADO EM 2020	% ALCANCE
EN-8: Estimular a realização de atividades de interlocução interinstitucional e com a sociedade civil nos Cursos de Ingresso e Vitaliciamento (CIVs), buscando alinhamento com o PDI da ESMPU	Taxa da carga horária por CIV destinada à interlocução interinstitucional e com a sociedade civil	10%	20%	200%
EN-9: Propor módulos curriculares comuns aos quatro ramos nos Cursos de Ingresso e Vitaliciamento (CIVs)	Taxa de execução das atividades planejadas	100%	0%	0%
EN-10: Garantir que o planejamento acadêmico contemple as necessidades de capacitação, as características regionais e que respeite a diversidade cultural	Taxa de atividades realizadas que consideraram as necessidades de capacitação regionais	40%	0%	0%
	Coeficiente de atividades que considerem as características regional e de diversidade cultural no planejamento pedagógico	1	3	300%
EN-11: Incrementar a quantidade de atividades voltadas ao desenvolvimento de competências comportamentais e atitudinais	Quantidade de atividades realizadas voltadas a desenvolver competências comportamentais e atitudinais	10	47	470%

TABELA 133 METAS INSTITUCIONAIS DO PDI

META INSTITUCIONAL DO PDI	INDICADOR ESTRATÉGICO DO PDI	META 2020[20]	ALCANÇADO EM 2020	% ALCANCE
EN-12: Desenvolver programa de atividades acadêmicas voltadas a preparar para a atuação em cenário internacional	Quantidade de atividades acadêmicas realizadas para a preparação da atuação em cenário internacional	12	1	8,33%
EN-13: Articular com os ramos do MPU e escolas de governo atividades acadêmicas sobre a temática Gestão Pública	Quantidade de atividades acadêmicas de ensino envolvendo a temática Gestão Pública	20	21	105%
PE-1: Fomentar pesquisas de campo com o uso de metodologias participativas e transdisciplinares, incorporando, quando necessário, os conhecimentos das comunidades tradicionais	Taxa de participação das comunidades tradicionais nas pesquisas que as afetem	100%	0%	0%
PE-2: Garantir que os projetos de pesquisas objetivem alcançar impacto social e institucional	Taxa de projetos de pesquisas cujos resultados sejam avaliados com conceito "bom" ou superior no quesito "impacto social"	80%	0%	0%
	Taxa de projetos de pesquisas cujos resultados sejam avaliados com conceito "bom" ou superior no quesito "impacto institucional"	80%	0%	0%

TABELA 133 METAS INSTITUCIONAIS DO PDI

META INSTITUCIONAL DO PDI	INDICADOR ESTRATÉGICO DO PDI	META 2020[20]	ALCANÇADO EM 2020	% ALCANCE
PE-3: Fortalecer a Câmara de Desenvolvimento Científico como centro do pensar acadêmico da ESMPU, articulando atividades de ensino, pesquisa e extensão	Quantidade de ações efetivas para o fortalecimento da Câmara	3	-	-
PE-4: Instituir uma política editorial que qualifique a ESMPU como produtora de conhecimento técnico-científico	Taxa de execução do projeto	100%	50%	50%
PE-5: Aprimorar o Periódico da ESMPU, buscando alcançar a classificação Qualis/ CAPES B1 ou superior	Taxa de execução do projeto	25%	20%	80%
PE-6: Constituir o mestrado profissional próprio	Taxa de execução do projeto	50%	5%	10%
PE-7: Fomentar a constituição de redes internacionais de pesquisa, vinculadas aos grupos de pesquisa	Quantidade de novas pesquisas desenvolvidas a partir de acordos de cooperação com entidades internacionais	1	0	0%
EX-1: Realizar projetos de extensão dedicados a temas globais	Quantidade de atividades de extensão voltadas a temas globais	10	32	320%

TABELA 133 METAS INSTITUCIONAIS DO PDI

META INSTITUCIONAL DO PDI	INDICADOR ESTRATÉGICO DO PDI	META 2020[20]	ALCANÇADO EM 2020	% ALCANCE
EX-2: Estabelecer programas de extensão dedicados a temas relevantes articulados com os projetos de pesquisa	Quantidade de atividades de extensão articuladas com os projetos de pesquisa	8	1	12,5%
EX-3: Estabelecer ações de extensão articuladas com as áreas de coordenação temática dos ramos para a promoção de direitos fundamentais	Quantidade de atividades de extensão articuladas com as áreas temáticas dos ramos do MPU	10	9	90%
EX-4: Garantir que o planejamento das atividades de extensão, em âmbito local e regional, valorize as especificidades culturais	Coeficiente de atividades que considerem especificidades culturais no planejamento pedagógico	1	3	300%
	Taxa de atividades realizadas que consideraram as especificidades culturais	40%	3,57%	8,9%
EX-5: Garantir a participação das comunidades locais e regionais no planejamento e desenvolvimento de atividades de extensão	Número total de atividades desenvolvidas com participação das comunidades locais e regionais	6	0	0%
EX-6: Buscar a participação de organismos e instituições internacionais em atividades de extensão	Quantidade de atividades de extensão com participação de docente de instituição internacional	3	1	33,3%

TABELA 133 METAS INSTITUCIONAIS DO PDI

META INSTITUCIONAL DO PDI	INDICADOR ESTRATÉGICO DO PDI	META 2020[20]	ALCANÇADO EM 2020	% ALCANCE
EX-7: Desenvolver com a comunidade atividades de extensão na temática de Direitos Humanos	Quantidade de atividades de extensão com a temática Direitos Humanos	6	12	200%
EX-8: Promover a publicação de anais de atividades de extensão	Quantidade de publicações de atividades de extensão realizadas	1	0	0%
GE-1: Redesenhar o processo de planejamento acadêmico com vistas a elevar a participação social	Taxa de execução do projeto de redesenho do planejamento acadêmico	100%	10%	10%
	Quantidade de ampliação da diversidade de segmentos sociais estratégicos participando do planejamento	1	0	0%
GE-2: Garantir a execução do PDI com a distribuição proporcional do orçamento para execução de ensino, pesquisa, extensão	Taxa de eficácia na execução orçamentária para cada área	P-70%	0%	0%
		EN 90%	90,27%	100%
		EX 90%	94,39%	105%

TABELA 133 METAS INSTITUCIONAIS DO PDI

META INSTITUCIONAL DO PDI	INDICADOR ESTRATÉGICO DO PDI	META 2020[20]	ALCANÇADO EM 2020	% ALCANCE
GE-3: Aprimorar mecanismos de acompanhamento e avaliação de ações de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização da ESMPU	Taxa de execução do projeto de melhoria de mecanismos de acompanhamento e avaliação de ensino e extensão	40%	25%	62,5%
	Taxa de execução do projeto de acompanhamento e avaliação de pesquisa	40%	40%	100%
GE-4: Estabelecer uma política de inovação em processos, serviços e produtos	Indicativo de inovações	2	8	400%
GE-5: Viabilizar a evolução das soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação	Taxa de execução das soluções da TI alinhadas ao PDI	50%	70,5%	141%
GE-6: Sistematizar a Gestão do Conhecimento na ESMPU	Taxa de execução do Projeto de Sistematização da Gestão do Conhecimento	20%	0%	0%
GE-7: Garantir a acessibilidade das ações da ESMPU	Taxa de execução do programa de acessibilidade	20%	10%	50%
GE-8: Aprimorar continuamente os processos de comunicação	Taxa de autoavaliação institucional - Satisfação com os processos de comunicação	75%	-	-

TABELA 133 METAS INSTITUCIONAIS DO PDI

META INSTITUCIONAL DO PDI	INDICADOR ESTRATÉGICO DO PDI	META 2020[20]	ALCANÇADO EM 2020	% ALCANCE
GE-9: Garantir o atendimento eficiente ao público	Taxa de execução do programa de melhoria de atendimento ao público	30%	20%	67%
	Taxa de autoavaliação institucional – Eixo 3 – Corpo Social	70%	-	-

TABELA 134 PAINEL DE CONTRIBUIÇÃO DA ESMPU 2020-2021

INICIATIVA SETORIAL DE INTERESSE ESTRATÉGICO	META INSTITUCIONAL VINCULADA (PDI)	PRAZO PREVISTO PARA CONCLUSÃO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO EM 31/12/2020
Do Presencial ao Remoto – ampliação do EAD	EN-2: Aumentar o número de membros(as) e servidores(as) do MPU capacitados(as)	19/12/2020	80%
Projeto ESMPU Digital	EN-2: Aumentar o número de membros(as) e servidores(as) do MPU capacitados(as)	31/8/2021	50%
	GE-5: Viabilizar a evolução das soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação		
Proposição de Rede Nacional de Transformação Digital no MP	EN-13: Articular com os ramos do MPU e escolas de governo atividades acadêmicas sobre a temática Gestão Pública	30/11/2020	100%

TABELA 134 PAINEL DE CONTRIBUIÇÃO DA ESMPU 2020-2021

INICIATIVA SETORIAL DE INTERESSE ESTRATÉGICO	META INSTITUCIONAL VINCULADA (PDI)	PRAZO PREVISTO PARA CONCLUSÃO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO EM 31/12/2020
Submissão de proposta de Política Editorial para a Pesquisa	PE-4: Instituir uma política editorial que qualifique a ESMPU como produtora de conhecimento técnico-científico	28/2/2021	50%
Revista Científica da ESMPU	PE-5: Aprimorar o Periódico da ESMPU, buscando alcançar a classificação Qualis/CAPES B1 ou superior	31/12/2021	50%
Estabelecer pelo menos uma parceria internacional, ao ano, para tratar de temas de Inovação, Design e Tecnologia	EX-6: Buscar a participação de organismos e instituições internacionais em atividades de extensão	19/12/2021	0%
Projeto Aprimoramento da Experiência do Usuário	GE-1: Redesenhar o processo de planejamento acadêmico com vistas a elevar a participação social	30/6/2021	20%
	GE-9: Garantir o atendimento eficiente ao público		
Proposição de Guia Prático da Gestão Transformadora (estratégia, processos e projetos)	GE-1: Redesenhar o processo de planejamento acadêmico com vistas a elevar a participação social	31/10/2020	80%
Sistema para acompanhamento da execução orçamentária e financeira	GE-2: Garantir a execução do PDI com a distribuição proporcional do orçamento para execução de ensino, pesquisa, extensão	19/12/2021	Não iniciado

TABELA 134 PAINEL DE CONTRIBUIÇÃO DA ESMPU 2020-2021

INICIATIVA SETORIAL DE INTERESSE ESTRATÉGICO	META INSTITUCIONAL VINCULADA (PDI)	PRAZO PREVISTO PARA CONCLUSÃO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO EM 31/12/2020
Programa Estratégico de Transformação Digital	GE-4: Estabelecer uma política de inovação em processos, serviços e produtos	31/10/2021	100%
Biblioteca Digital da ESMPU	GE-6: Sistematizar a Gestão do Conhecimento na ESMPU	19/12/2020	80%
Projeto Governança de Dados	GE-6: Sistematizar a Gestão do Conhecimento na ESMPU	31/12/2021	10%
Modernização do Portal da ESMPU e da Intranet	GE-8: Aprimorar continuamente os processos de comunicação	19/12/2021	50%
	GE-5: Viabilizar a evolução das soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação		
Desktops de alto desempenho e modernização parcial (Renovação do Parque Tecnológico)	GE-5: Viabilizar a evolução das soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação	31/12/2020	100%

6.11 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.11.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ESMPU PARA 2020

Para o exercício de 2020, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) solicitou à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) recursos na ordem de R$ 28.866.958,00, aprovados pela Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 - Lei Orçamentária Anual de 2020 (LOA/2020) –, publicada no *Diário Oficial da União*, de 20 jan. 2020, sendo: R$ 10.259.484,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R$ 3.491.649,00 para Capacitação; R$ 1.981.288,00 para Pesquisa; R$ 446.468,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R$ 11.618.690,00 para despesas com pessoal e encargos sociais; e R$ 1.069.379,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Após as alterações orçamentárias promovidas ao longo do exercício de 2020, que se destinaram à continuidade da execução das atividades administrativas e acadêmicas, a Escola passou a contar com uma dotação orçamentária final de R$ 24.264.545,00, distribuída da seguinte forma: R$ 9.591.424,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital (Secretaria de Administração - SA e Secretaria de Tecnologia da Informação - STI); R$ 410.131,00 para Capacitação; R$ 1.945.297,00 para Pesquisa; R$ 251.965,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R$ 11.125.099,00 para despesas com pessoal e encargos sociais; e R$ 940.629,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Dessa dotação, foi empenhado o montante de R$ 22.189.235,67, equivalente a 91,45%, e executado o total de R$ 20.721.675,03, correspondente a 85,40% do orçamento, conforme demonstrado a seguir.

O saldo de empenhos, no montante de R$ 1.467.560,64, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RAPNP) para ser executado no exercício de 2021, e o saldo da dotação, na ordem de R$ 2.075.309,33, passou a compor as disponibilidades de créditos a utilizar pela ESMPU no final de 2020.

Ademais, a ESMPU, em atendimento à determinação emanada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), estabeleceu indicadores de desempenho que pudessem avaliar a gestão dos recursos utilizados durante o exercício. Nesse sentido, foram adotados os seguintes indicadores financeiros:

TABELA 135 PERCENTUAL TOTAL DE EXECUÇÃO - ESMPU

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO/ RESERVADO	% EMPENHADO	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
Administração	6.799.878,36	5.673.178,39	83,43	4.704.893,59	69,19
Tecnologia da Informação	2.791.545,64	2.075.232,47	74,34	1.981.075,17	70,97
Capacitação	410.131,00	335.449,42	81,79	297.196,26	72,46
Pesquisa	1.945.297,00	1.904.536,66	97,90	1.555.130,31	79,94
Construção	251.965,00	251.964,93	100,00	251.964,93	100,00
Pessoal e Encargos	11.125.099,00	11.008.244,94	98,95	10.997.553,16	98,85
Benefícios	940.629,00	940.628,86	100,00	933.861,61	99,28
TOTAL	**24.264.545,00**	**22.189.235,67**	**91,45**	**20.721.675,03**	**85,40**

TABELA 136 INDICADORES DE DESEMPENHO – DOTAÇÃO EXECUTADA – AÇÃO 11EQ

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2020	QUANTIDADE ATINGIDA
Dotação Executada da Ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	Medir o percentual de execução da dotação fixada atualizada da Ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	(Dotação Executada/ Dotação Fixada Atualizada) * 100	Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2020	100%

Análise e justificativa: Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União foi fixada uma dotação inicial de R$ 446.468,00, que foi reprogramada, no encerramento do exercício, para R$ 251.965,00. Esse valor se destinou à conclusão dos projetos complementares de finalização da obra, cuja despesa empenhada alcançou o montante de R$ 251.964,93. Esse valor foi totalmente pago, em razão do recebimento definitivo da obra efetivado em 2020, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Diretoria-Geral da Escola.

Data da medição: 31/12/2020

GRÁFICO 104 EXECUÇÃO ESMPU JAN-DEZ/2020

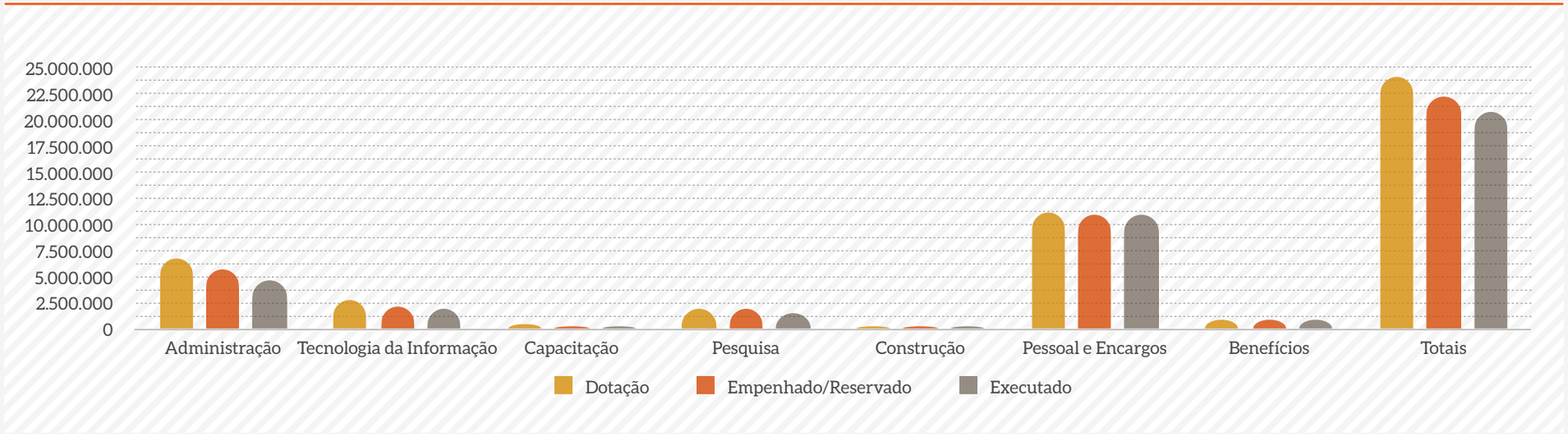


TABELA 137 INDICADORES DE DESEMPENHO – DOTAÇÃO EXECUTADA – AÇÃO 20HP

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2020	QUANTIDADE ATINGIDA
Dotação Executada da Ação 20HP – Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	Medir o percentual de execução da dotação fixada atualizada da Ação 20HP – Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	(Dotação Executada/ Dotação Fixada Atualizada) *100	Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2020	71,47%

Análise e justificativa: A dotação inicial total destinada à ESMPU no exercício de 2020 foi de R$ 15.732.421,00. Contudo, essa dotação sofreu alterações ao longo do exercício, sendo fixada no encerramento de 2020 em R$ 11.946.852,00. Dessa dotação atualizada, foi empenhado o montante de R$ 9.988.396,94, correspondente a 83,61%, e pago o valor de R$ 8.538.295,33, equivalente a 71,47%. A execução ficou um pouco abaixo do previsto para o período, uma vez que foi impactada fortemente pela pandemia da COVID-19 e pela não concretização de alguns certames licitatórios, realizados no final do exercício de 2020.

Data da medição: 31/12/2020

TABELA 138 INDICADORES DE DESEMPENHO – RESTOS A PAGAR - AÇÃO 20HP

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2020	QUANTIDADE ATINGIDA
Restos a Pagar Pagos da Ação 20HP - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	Medir o percentual de execução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos da Ação 20HP – Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	(Restos a Pagar Pagos/Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos) * 100	Realizar 100% dos créditos inscritos e reinscritos em Restos a Pagar até o final de 2020	81,85%

Análise e justificativa: O valor total inscrito e reinscrito em restos a pagar no início de 2020 foi de R$ 3.212.999,75. Desse valor, a ESMPU promoveu pagamentos na ordem de R$ 2.629.995,89, correspondente a 81,85%, e cancelou o valor de R$ 150.982,36, equivalente a 4,70%. O saldo de R$ 432.121,50, percentual correlato a 13,45, foi reinscrito para execução no exercício de 2021.

Data da medição: 31/12/2020

TABELA 139 INDICADORES DE DESEMPENHO – RESTOS A PAGAR - AÇÃO 11EQ

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2020	QUANTIDADE ATINGIDA
Restos a Pagar Pagos da Ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	Medir o percentual de execução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos da Ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	(Restos a Pagar Pagos/Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos)* 100	Realizar 100% dos créditos inscritos e reinscritos em Restos a Pagar até o final de 2020	100%

Análise e justificativa: O valor total inscrito e reinscrito em restos a pagar no início de 2020 foi de R$ 1.049.488,31. Esse valor foi totalmente pago, em razão do recebimento definitivo da obra efetivado em 2020, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Diretoria-Geral da Escola.

Data da medição: 31/12/2020

TABELA 140 INDICADORES DE DESEMPENHO – DOTAÇÃO EXECUTADA COM PESSOAL E ENCARGOS

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2020	QUANTIDADE ATINGIDA
Execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal ativo, contribuições previdenciárias e inativos	Mede o percentual de execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de servidores ativos, inativos e contribuições previdenciárias	[Montante executado (pago) com pagamento de pessoal/ Dotação + créditos] * 100	Executar 100% das dotações orçamentárias até o final de 2020	98,85%
		[Montante executado (pago) da Ação 20TP (Pessoal ativo)/Dotação + créditos] * 100		99,94%

TABELA 140 INDICADORES DE DESEMPENHO – DOTAÇÃO EXECUTADA COM PESSOAL E ENCARGOS

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2020	QUANTIDADE ATINGIDA
Execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal ativo, contribuições previdenciárias e inativos	Mede o percentual de execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de servidores ativos, inativos e contribuições previdenciárias	[Montante executado (pago) da Ação 09HB (Contribuição Patronal) / Dotação + créditos] * 100	Executar 100% das dotações orçamentárias até o final de 2020	88,93%
Análise e justificativa: A execução das dotações destinadas ao pagamento de pessoal ocorreu dentro da normalidade, de acordo com o planejamento proposto pela Diretoria-Geral, alcançando o percentual de 98,85%.				
Data da medição: 31/12/2020				

TABELA 141 INDICADORES DE DESEMPENHO – DOTAÇÃO EXECUTADA COM BENEFÍCIOS

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2020	QUANTIDADE ATINGIDA
Execução Orçamentária das Dotações de Benefícios Assistenciais aos servidores	O percentual de execução das dotações orçamentárias destinadas aos benefícios assistenciais aos servidores	(Total de Despesa liquidada com Benefícios Assistenciais/ Total das Dotações Orçamentárias para Benefícios Assistenciais) * 100	Executar 100% das dotações orçamentárias até o final de 2020	98,28%
		(Despesa liquidada com Assistência Médica/ Dotação		100%

TABELA 141 INDICADORES DE DESEMPENHO – DOTAÇÃO EXECUTADA COM BENEFÍCIOS

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2020	QUANTIDADE ATINGIDA
Execução Orçamentária das Dotações de Benefícios Assistenciais aos servidores	O percentual de execução das dotações orçamentárias destinadas aos benefícios assistenciais aos servidores	Orçamentária de Assistência Médica) * 100	Executar 100% das dotações orçamentárias até o final de 2020	
		(Despesa liquidada com Auxílio Pré-Escolar/ Dotação Orçamentária para Auxílio Pré-Escolar) * 100		96,15%
		(Despesa liquidada com Auxílio-Transporte/ Dotação Orçamentária para Auxílio-Transporte) * 100		99,84%
		(Despesa liquidada com Auxílio-Alimentação/ Dotação Orçamentária para Auxílio-Alimentação) * 100		99,42%
Análise e justificativa: A execução das dotações destinadas ao pagamento de benefícios assistenciais ocorreu dentro da normalidade, de acordo com o planejamento proposto pela Diretoria-Geral, alcançando o percentual de 98,28%.				
Data da medição: 31/12/2020				

6.11.2 RECURSOS RECEBIDOS DE OUTRAS UNIDADES

O Ministério Público do Trabalho (MPT), em atendimento à solicitação da ESMPU, promoveu a descentralização de créditos por meio do documento Siafi 2020NC002355, de 23/12/2020, na ordem de R$ 23.541,58, que se destinou ao ressarcimento de despesas com a execução da quinta etapa do XIII Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores do Trabalho (XIII CIV-MPT). Esse crédito não foi utilizado e passou a compor o saldo das disponibilidades a utilizar pela ESMPU no final de 2020.

6.12 GESTÃO DE PESSOAS

6.12.1 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL E SITUAÇÃO FUNCIONAL

No ano de 2015, iniciou-se a implementação do quadro próprio da ESMPU, criado por meio da Lei nº 13.032/2014, sendo possível o incremento de 35 novos servidores em diversas áreas consideradas prioritárias para a Instituição.

No entanto, havia um planejamento de novos ingressos de pessoal do quadro efetivo, para os anos de 2016 e 2017, o que não se concretizou, em virtude dos cortes orçamentários e da retirada do anexo V da LOA referente àqueles anos. Em 2018, não houve ingressos nem de efetivo nem de cargos e/ou funções.

TABELA 142 QUADRO DE SERVIDORES ESMPU

ESTRUTURA DA ESMPU – LEI Nº 13.032/2014			
Cargo	**2018**	**2019**	**2020**
Analistas	21	21	21
Técnicos	12	14	14
OUTROS RAMOS			
Cargo	**2018**	**2019**	**2020**
Requisitados	6	6	10
Sem vínculo	11	16	14
Analistas	8	9	12
Técnicos	54	51	48
Total de servidores	112	117	119
Estagiários	28	24	10

Já nos anos de 2019 e 2020, houve apenas o ingresso no quadro de cargos e funções. No exercício de 2020, ingressaram sete funções comissionadas e sete cargos comissionados, totalizando 14 ingressos.

6.12.2 NECESSIDADE DE RECURSOS HUMANOS - DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

A distribuição da força de trabalho entre as áreas meio e fim encontra-se equilibrada – a área-fim conta com 44% dos servidores e a área-meio, com 56%. No entanto, em virtude da reestruturação da Escola Superior, aprovada pela Resolução Conad nº 5, de 22 de junho de 2020, e, consequentemente, a ampliação das atividades da ESMPU, verifica-se a necessidade de incremento de pessoal, principalmente na área-fim.

6.12.3 QUADRO DE PESSOAL DA ESMPU

Essas informações são atualizadas, mensalmente, no Portal da Transparência e estão disponíveis para consulta pelo link http://escola.mpu.mp.br/transparencia/portal-da transparencia/gestao-de-pessoas.

6.12.4 AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

As ações de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) têm por pressuposto atender à demanda do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que, por meio da Recomendação nº 52, de 28 de março de 2017, que trata da implementação da Política Nacional de Gestão de Pessoas pelos órgãos que compõem o Ministério Público brasileiro, menciona expressamente, em seu art. 2º, o incentivo ao desenvolvimento permanente e pleno de seus integrantes, nas esferas física, mental e espiritual, estimulando o senso de pertencimento à Instituição, observando o interesse público, a eficiência, a eficácia, a efetividade e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; e, em seu art. 4º, I, a promoção da humanização do ambiente e das relações de trabalho, com o fortalecimento dos princípios da dignidade da pessoa humana, valorização social do trabalho, isonomia e equidade.

Nesse contexto, a Divisão de Gestão de Pessoas (DGP) realizou no exercício de 2020, ano atípico em que o convívio social ficou prejudicado devido à pandemia, as ações de qualidade de vida de forma remota, buscando, assim,

promover a integração entre as equipes da ESMPU.

Outro ponto abordado pela Gestão de Pessoas foi a valorização do trabalho remoto, com a publicação da Portaria ESMPU nº 173, de 24 de setembro de 2020, que regulamentou, em caráter complementar, o teletrabalho no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União. Em virtude disso, a DGP promoveu a *Websérie - Gestão do Teletrabalho*, composta por quatro palestras temáticas, buscando promover o senso de pertencimento e a valorização do capital humano da ESMPU.

- Gestão de tempo no teletrabalho - Qualidade de vida e alta performance;
- O líder da era on-line: a arte de engajar equipes a distância;
- Liderando a reconstrução da vida e do trabalho no novo normal; e
- O que aprendemos com o teletrabalho.

Também como ação de QVT, podemos destacar o papel da DGP no mapeamento do corpo técnico da ESMPU, cujo objetivo era traçar um panorama da situação da comunidade de servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados da Escola a respeito do pertencimento a grupos de risco da covid-19 e do andamento do trabalho remoto, no intuito de identificar novas possibilidades de ação no enfrentamento da pandemia.

Esse mapeamento serviu como base para o *Plano de Ação sobre a Retomada Gradual das Atividades Presenciais*, proposto pelo grupo de trabalho implementado pela Portaria ESMPU nº 102, de 3 de julho de 2020, voltado ao planejamento e à orientação local para retomada das atividades presenciais na Escola Superior do Ministério Público da União.

A Divisão de Gestão de Pessoas, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social e a Assessoria de Estratégia e Inovação Institucional, promoveu, também, a palestra de encerramento do ano: *Os efeitos da revolução tecnológica sobre a subjetividade e o potencial humano para transformação*, que teve como focos principais o reconhecimento e o engajamento dos servidores da ESMPU.

6.12.5 CONCURSOS, ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

A seleção para ingresso nas carreiras de analista e de técnico do Ministério Público da União é realizada por meio de concurso público, conforme determina a legislação vigente. A organização do processo seletivo depende de autorização do Ministério da Economia, e a organização do concurso no âmbito do MPU fica sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral da República.

Os provimentos das vagas são efetivados levando-se em consideração a previsão orçamentária e a listagem previamente divulgada no edital do certame. Em 2020, não houve ingressos no quadro de pessoal efetivo da ESMPU.

Outro fator de grande importância para movimentação de pessoal na Escola Superior do MPU é o Concurso Periódico de Remoção. Nesse processo, as vagas são ofertadas, primeiramente, para movimentação interna, evitando-se, assim, a evasão de grande número de servidores. O certame visa motivar os servidores, mantendo o capital intelectual no âmbito do Ministério Público da União.

6.12.6 DO PROCESSO SELETIVO INTERNO

No intuito de promover a equidade, a isonomia e o reconhecimento do corpo de servidores que compõem a ESMPU, foi implantado o processo seletivo interno para ocupação de cargos e/ou funções. Essa ação oportuniza aos integrantes da ESMPU se movimentarem internamente, promovendo, assim, a oxigenação do saber, bem como a aquisição de novos conhecimentos.

Em 2020, a Divisão de Gestão de Pessoas realizou também cinco processos de recrutamento interno de servidores, visando suprir a carência de pessoal na Secretaria de Educação, Conhecimento e Inovação (Secin) e na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), áreas estratégicas da ESMPU.

6.12.7 EVASÃO DE SERVIDORES

No que se refere à evasão de servidores da ESMPU, no decorrer de 2020, o percentual permaneceu estável, demonstrando que o clima organizacional da Escola Superior promove o bem-estar de seu corpo técnico.

6.12.8 PERCENTUAL DE CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS

O quadro de pessoal da Escola Superior do MPU, conforme descrito anteriormente, não está totalmente implementado em virtude das restrições orçamentárias. Assim, a estrutura de cargos em comissão e funções de confiança da ESMPU é composta por 77 cargos e/ou funções do quadro próprio da ESMPU e um cargo comissionado e sete funções do quadro da Procuradoria-Geral da República, que serão devolvidos no decorrer do processo de implementação do quadro de pessoal da ESMPU, criado pela Lei nº 13.032/2014.

Do total de cargos comissionados, aproximadamente 65% são ocupados por

servidores efetivos da Administração Pública, e 35% por servidores sem vínculo. Esses cargos gerenciais são de secretários, assessores e chefes de divisão da ESMPU. As funções comissionadas – de chefes de núcleo e de seção - são 100% ocupadas por servidores efetivos.

Em relação ao número de cargos comissionados em comparação com não comissionados, há na ESMPU 42 cargos em comissão, sendo 14 ocupados por servidores sem vínculo ou aposentados (34%), quatro por servidores requisitados (9,52%) e 23 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (54%); e 35 funções gratificadas, sendo quatro ocupadas por servidores requisitados (11,43%) e 28 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (80%), verificando-se, assim, a valorização de servidores da carreira. Cabe destacar que, em 31/12/2020, três funções comissionadas, código FC-3, e um cargo comissionado, código CC-2, estavam vagos.

6.12.9 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

De acordo com a Portaria PGR nº 298, de 8 de maio de 2003, a Avaliação de Desempenho Funcional tem como objetivo aferir a eficiência dos servidores no desempenho de suas atribuições, o que possibilita implementar ações gerenciais voltadas para aperfeiçoamento profissional, crescimento na carreira, desenvolvimento da organização e melhoria do serviço.

A avaliação também é utilizada como instrumento de avaliação para fins de progressão funcional e promoção na carreira, conforme está previsto no art. 11 da Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002. O processo avaliativo é realizado anualmente pela chefia imediata para todos os servidores da carreira do Ministério Público da União, em efetivo exercício, inclusive aqueles que estejam cumprindo estágio probatório e os que já alcançaram o final da carreira, levando-se em consideração os critérios de relacionamento interpessoal, capacidade técnica, iniciativa, comprometimento e responsabilidade.

A escala de avaliação varia entre a pontuação de 1 a 5, e o servidor precisa obter, no resultado final, média igual ou superior a 3,8 pontos para ser aprovado na avaliação de desempenho, fazendo jus à progressão ou à promoção funcional nos termos da Portaria PGR nº 107, de 6 de março de 2003. Caso não alcance a nota mínima, o servidor passará por acompanhamento funcional, por meio de programas de treinamento ou outras medidas necessárias para aprimorar seu desempenho.

Em 2020, 47 servidores progrediram na carreira e nove obtiveram a promoção, totalizando 56 progressões/promoções.

6.12.10 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A capacitação da força de trabalho da ESMPU dá-se por meio do *Plano de Capacitação* realizado pela área de Gestão de Pessoas, em parceria com as Secretarias e a Diretoria-Geral, e implementado com a oferta de cursos, nas modalidades a distância e presencial, pela própria ESMPU - âmbito do MPU – ou por instituições parceiras, de instrutoria interna (treinamentos e módulos desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada área e ministrados por servidores públicos federais, mediante Gratificação de Encargos de Cursos ou Concursos - GECC) e de contratação de eventos externos no mercado (compras de vagas ou cursos *in company*).

Cabe ressaltar que, em 2020, todas as ações de capacitação promovidas pela Gestão de Pessoas foram executadas na modalidade a distância.

Também em 2020, a Escola Superior do MPU deu início ao *Projeto de Gestão por Competências*. O projeto visa atender aos diagnósticos identificados no Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU quanto à necessidade de buscar um planejamento estratégico, educacional e holístico sem reduzir a Instituição a um formato meramente técnico e administrativo.

No mesmo período, a Gestão de Pessoas iniciou o mapeamento das competências e a consolidação do *Plano de Capacitação por Competências 2020-2021*, aprovado pelo diretor-geral em outubro de 2020, que norteará as ações de capacitação, definindo temas, critérios e metodologia a serem utilizados para o desenvolvimento profissional dos servidores, auxiliando-os a desempenhar com eficiência, eficácia e efetividade as atividades institucionais.

Nesse sentido, foram executados, aproximadamente, R$ 133.000,00 em capacitações que tinham como principal objetivo suprir os gargalos de competências mapeadas nas pesquisas realizadas pela Gestão de Pessoas.

Por fim, cabe destacar a contratação de empresa especializada em treinamentos via *streaming*, para fornecimento de 25 licenças corporativas anuais rotativas com acesso a carreiras de treinamento em plataforma on-line, destinadas ao aperfeiçoamento técnico de servidores da ESMPU, que se encontra em andamento.

A demanda foi proposta em 2020. No entanto, em virtude das restrições orçamentárias, foi incluída na proposta orçamentária de 2021. O valor anual da contratação ficou estimado em R$ 30.000,00.

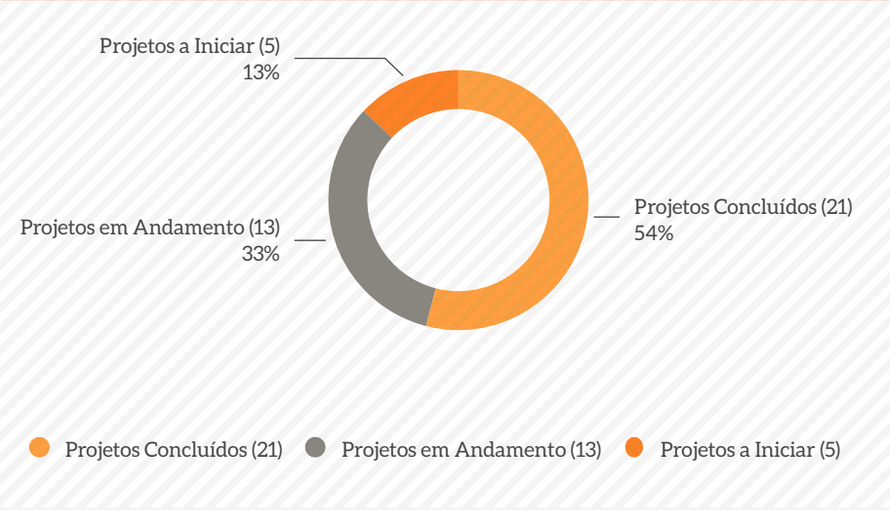
6.12.11 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os projetos de Tecnologia da Informação (TI) da ESMPU são consolidados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). O Plano vigente se refere ao biênio 2020-2021, aprovado pelo Despacho nº 0228689 da Diretoria-Geral, constante do Processo Administrativo SEI 0.01.000.1.001180/2020-90.

O PDTI é um importante instrumento de gestão e governança de TI. Ele é acompanhado trimestralmente pela Divisão de Projetos de TI (Diproj), área pertencente à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). Dos 66 projetos relacionados no PDTI, a área estratégica da ESMPU realizou um recorte de 39 projetos que possuem relação direta com o alcance de metas institucionais e iniciativas do Mapa Estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Desses, no fechamento do ano de 2020, cuja meta era o atingimento de execução de 50%, foram reportados 21 projetos concluídos, 13 projetos em andamento e cinco projetos não iniciados, que perfazem uma execução consolidada de aproximadamente 70,5% do portfólio.

Dessa forma, observa-se que a área de Tecnologia da Informação busca se estruturar de forma a reforçar o alinhamento estratégico das ações de TI e realizar a gestão do portfólio de projetos.

GRÁFICO 105 PROJETOS DE TI VINCULADOS AO PDI



6.13 COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ao longo de 2020, a equipe da Secom foi responsável pela elaboração de 1.901 produtos (detalhamento no quadro a seguir). Entre eles estão:

- produção e divulgação de *releases* para o público externo e notícias de interesse dos colaboradores da ESMPU;
- produção do Boletim *ESMPU Informa*, em regra, enviado às segundas-feiras para membros e servidores do MPU;
- produção do Boletim Está na Intra, em regra, enviado de segunda a sexta-feira para os colaboradores internos da ESMPU;
- Roteiro Cultural, enviado às sextas-feiras aos colaboradores internos da ESMPU;
- atualização do portal na internet e da intranet;
- cobertura de eventos, incluindo registro fotográfico e edição de imagens;
- produção de identidade visual e peças gráficas;
- campanhas de marketing;
- produção e edição de vídeo;
- transmissão de atividades acadêmicas;
- postagens em redes sociais;
- edição de vídeos de atividades acadêmicas;
- publicações (*e-books* e impressos);
- guias/manuais/cartilhas;
- atendimento à imprensa.

6.13.1 DESTAQUES

6.13.1.1 TV ESMPU

O projeto da TV ESMPU busca ampliar o alcance dos conteúdos produzidos pela Instituição a toda sua comunidade acadêmica. O projeto é composto por três etapas. A primeira delas, "Estudo Prévio e Definição de Transmissão ao Vivo", foi executada em 2019. A segunda, "Montagem do Estúdio", está em fase final do processo de aquisição dos equipamentos audiovisuais e dos serviços de adaptação física e sonora do espaço destinado ao estúdio. A terceira e última fase, "Política Editorial da TV ESMPU", foi iniciada

TABELA 143 PRODUÇÃO SECOM

ATIVIDADE	2020
Postagens em redes sociais	630
Atualização do portal na internet e da intranet	376
Releases	258
Notícias internas	180
Identidades visuais e peças gráficas	96
Boletim *Está na Intra*	75
Produção e edição de vídeo	62
Roteiro Cultural	45
Cobertura de eventos, registro fotográfico e edição de fotos	44
Edição de vídeos de atividades acadêmicas	44
Boletim *ESMPU Informa*	28
Transmissão de atividades acadêmicas	26
Publicações (*e-books* e impressos)	8
Campanhas	8
Atendimento à imprensa	7
Hotsites/Páginas	6
Guias/Manuais/Cartilhas	8
TOTAL	**1.901**

em janeiro de 2021. A previsão é de que todo o projeto esteja concluído em 31 de março de 2021.

Ressalta-se que na segunda etapa, realizada no segundo semestre de 2020, foram viabilizados dois processos licitatórios:

1. Aquisição de equipamentos para montagem e operacionalização da produção audiovisual, como câmeras, microfones, iluminação, monitor de retorno, mesa digitalizadora, notebook para edição, mesa de corte, entre outros instrumentos. O Pregão Eletrônico ESMPU nº 4/2020 foi realizado no dia 27 de novembro (veja resultado). O investimento é de cerca de R$ 350 mil. A entrega dos equipamentos pelos licitantes ganhadores está prevista para ocorrer entre janeiro e fevereiro de 2021.

2. Contratação de empresa especializada para adequação do espaço destinado ao estúdio da ESMPU (área total de 86 m² = 10,8 m x 7,6 m), com a realização de serviços de revestimento acústico e de construção de parede para *chroma key*. O processo licitatório ocorreu por meio de dispensa, e o serviço ficou orçado em R$ 49.813,31. A empresa contratada iniciou o serviço no final de dezembro de 2020. A conclusão da intervenção está estimada para janeiro de 2021. Acima, fotos da vistoria realizada em 15 de janeiro.

FOTO 3 INSTALAÇÕES DO ESTÚDIO DA TV ESMPU



6.13.1.2 DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Os aspectos jurídicos, sociais, econômicos e culturais da pandemia da COVID-19 e as implicações das medidas adotadas para conter o surto

sanitário foram pautas de 33 entrevistas realizadas no âmbito da série *Diálogos Interdisciplinares – A pandemia do coronavírus*, promovida ao longo dos meses de março e abril de 2020.

Lançada em 27 de março, a série teve a participação de nomes de destaque em diversas áreas, como o economista José Roberto Afonso; o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes; a presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maria Cristina Peduzzi; os jornalistas William Waack, Cristiana Lôbo e Mariliz Pereira Jorge; as médicas Ludhmila Hajjar e Adriana Castelo; o filósofo Mario Sergio Cortella; os juristas Lenio Streck, Ingo Sarlet, Carlos Ayres Britto, Francisco Rezek, Fernando Scaff, Marilda Silveira, Laura Schertel, Ana Frazão, Floriano Peixoto, Ney Bello Filho, entre outros. Playlist.

Disponibilizados pelo canal da ESMPU no YouTube, os encontros virtuais com autoridades, acadêmicos e especialistas ressaltaram o esforço da Instituição para promover atividades de extensão em sintonia com o atual contexto social do Brasil e do mundo, impactados pela crise causada pelo novo coronavírus. Todas as entrevistas estão reunidas em um catálogo com a identificação de cada participante, a data da divulgação e os links para o vídeo e a matéria de divulgação no site da ESMPU. Clique e confira.

6.13.1.3 PUBLICAÇÃO "20 ANOS DA ESMPU"

Para celebrar os 20 anos da ESMPU, além de organizar o Congresso Direitos Fundamentais em Processo, a Escola lançou uma obra comemorativa com a mesma temática.

Plural como a Instituição, a obra coletiva *Direitos fundamentais em processo – Estudos em comemoração aos 20 anos da ESMPU* aborda temas diversos, como violência doméstica, igualdade de gênero, Justiça Restaurativa, direitos humanos, mobilidade urbana, trabalho infantil, direito à saúde, *homeschooling* e novas tecnologias. São 46 artigos de integrantes do MP e da magistratura, gestores públicos, acadêmicos e advogados.

O trabalho foi organizado pelos membros do MPU Paulo Gustavo Gonet Branco, diretor-geral da ESMPU; Manoel Jorge e Silva Neto, diretor-geral adjunto da ESMPU; Carlos Vinícius Alves Ribeiro, secretário de Planejamento e Projetos da ESMPU; Helena Mercês Claret da Mota, promotora de Justiça Militar; e Cristina Rasia Montenegro, promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O material está disponível para acesso na versão eletrônica.
Clique para acessar o e-book.

6.13.1.4 PÁGINA "PRODUÇÃO DE ENSINO"

Reforçando o compromisso da Instituição em promover a universalização do conhecimento e disseminar conteúdo de qualidade e acessível para todos, foi criado no site da Escola o espaço "Produção de Ensino", que reúne as capacitações e atividades acadêmicas promovidas pela ESMPU em 2020.

O catálogo é composto por materiais didáticos e videoaulas de cursos, simpósios, seminários, palestras, rodas de conversa e webinários. A iniciativa vai ao encontro da tendência de democratização e de universalização do acesso aos conteúdos educacionais.

A página é dividida em três áreas: atividades de extensão, cursos e pós-graduação. Sempre que houver uma nova ação educacional, o espaço será atualizado na categoria correspondente.

6.14 GESTÃO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

A gestão de licitações, compras e contratos da ESMPU é realizada por duas equipes distintas: uma equipe responsável pelas licitações (fase externa) - Central de Licitações e Contratos (CLCE); e uma pelas pesquisas de preços, compras diretas e contratos (fase interna e gestão contratual) - Divisão de Compras e Contratos (Dicom).

A ESMPU segue a legislação federal, as resoluções do CNMP, as orientações do seu controle interno (Audin-MPU), bem como as recomendações do TCU. Ademais, adota as melhores práticas estabelecidas em instruções normativas do Poder Executivo, no que couber.

A estrutura de planejamento das contratações, baseada na Instrução Normativa/MPOG nº 5, de 26 de maio de 2017, e em demais normas, foi adotada durante todo o exercício de 2020. Antes da elaboração dos documentos básicos para compras e contratações, são feitos estudos, estabelecidos mapas de riscos e adotadas diversas práticas ligadas ao planejamento eficiente das contratações.

Após a vigência do "teto de gastos", a fase de planejamento das contratações tornou-se indispensável ao alcance de uma gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos.

Os riscos nas compras e contratações do órgão envolvem a aquisição pelo melhor preço possível, de forma a atender à demanda com qualidade e eficiência. Assim, a boa gestão do planejamento e do tempo é crucial para mitigar as intempéries que envolvem essas atividades.

Há inúmeros riscos na gestão de licitações, compras e contratos. Entre

eles, podemos citar os seguintes: não aquisição/contratação do produto/serviço adequado à demanda (riscos ligados à delimitação técnica do objeto); falta de interessados, licitação deserta (riscos ligados à delimitação técnica do objeto, à pesquisa de mercado e de preços); aquisição/contratação por valor superior ao praticado no mercado (riscos ligados à gestão de pesquisa de preços); e outros.

A legislação voltada às compras públicas vem se aperfeiçoando a cada ano. A pandemia que assolou o mundo em 2020, não obstante seu impacto negativo na economia, desafiou a Administração Pública a tornar a gestão de compras ainda mais eficiente. O ano de 2020 permitiu à Instituição repensar as necessidades e as prioridades das contratações e compras, visto que a rotina de todo o Órgão mudou. Pode-se dizer que foi um ano de oportunidades no tocante a uma revisão geral, com proposições para o aperfeiçoamento de toda a cadeia de compras e contratações públicas.

6.14.1 CONTRATOS

As contratações realizadas pela ESMPU em 2020, os contratos anteriores a esse exercício ainda vigentes, ou que se encerraram naquele mesmo ano, e as prorrogações contratuais procedidas no exercício em questão constam no Anexo *Licitações, Compras e Contratos*, Quadros 1, 2, 3 e 4.

6.14.2 LICITAÇÕES

As licitações realizadas pela ESMPU em 2020, encerradas ou em andamento, constam no Quadro 5 do Anexo *Licitações, Compras e Contratos*.

6.14.3 COMPRAS E CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE DISPENSAS DE LICITAÇÃO E DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO

Devido às demandas específicas do órgão, muitas das compras e contratações enquadraram-se nas exceções ao processo de licitação. Assim, diversas aquisições em 2020 foram realizadas por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Essas compras e contratações estão detalhadas no Anexo *Licitações, Compras e Contratos*, Quadros 6 e 7.

6.14.4 ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

As atas de registro de preços decorrentes de licitações da ESMPU ou de outros órgãos em que a Instituição figurou como participante, bem como aquelas às quais a Escola aderiu em 2020, constam nos Quadros 8, 9 e 10 do Anexo *Licitações, Compras e Contratos*.

6.15 ROL DE RESPONSÁVEIS

Conforme Orientações do Tribunal de Contas da União, os dados do Rol dos Responsáveis serão inseridos diretamente no Sistema E-Contas.

6.16 APÊNDICES

Anexo 1 Organograma da ESMPU
Anexo 2 Indicadores do PDI – Acompanhamento 2020
Anexo 3 Painel de Contribuição da ESMPU 2020-2021 – Iniciativas setoriais de interesse estratégico
Anexo 4 Painel de Contribuições da ESMPU – Posição em 31/12/2020 – Com observações
Anexo 5 Processo "Planejar contratações"
Anexo 6 Processo "Gerenciar serviços de base de dados de material bibliográfico"
Anexo 7 Cadeia de Valor da ESMPU
Anexo 8 Licitações, compras e contratos

7 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS DO MPU

7.1 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do MPU (DCONs) contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Por sua vez, as notas explicativas, parte integrante das DCONs, são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas constantes das demonstrações contábeis, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

O objetivo principal das DCONs é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público do Ministério Público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no ano de 2020.

A análise das Demonstrações Contábeis do MPU e a elaboração das notas explicativas são realizadas pela Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG/PGR, em observância ao disposto no art. 18 da Lei nº 10.180/2001, no art. 8º da Lei nº 12.527/2011, na Portaria PGR/MPU nº 154/2020, em orientações do Tribunal de Contas da União e do Órgão Central de Contabilidade da União, bem como nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

No decorrer do exercício financeiro de 2020, a SUBCON/SPOC acompanhou e orientou as operações de contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de pessoal efetuadas no Siafi, pelo MPF, MPT, MPM, MPDFT e ESMPU, de modo a garantir a consistência das informações sobre os resultados alcançados e sobre os aspectos de confiabilidade e fidedignidade dos registros nas demonstrações financeiras das unidades gestoras do MPU.

Após o encerramento do exercício de 2020, foi encaminhada ao Órgão Central de Contabilidade da União a declaração plena do Órgão Ministério Público da União, visto que as demonstrações contábeis, constantes do Siafi, refletiam nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MPU.

7.1.1 PRINCIPAIS DADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O resultado patrimonial apurado em 2020 foi superavitário em 294,3 milhões, apresentando uma elevação na ordem de 127% em relação ao ano anterior, o que, em termos monetários, representa uma variação positiva de R$ 164,7 milhões.

O passivo exigível do MPU (passivo circulante mais passivo não circulante) alcançou, em 2020, cerca de R$ 42,7 milhões, sendo 92,1% de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo. Esse passivo exigível representa apenas 1,2% do total do ativo. Em 2019, o passivo exigível foi cerca de R$ 107,5 milhões, equivalendo a 3,1% do total do ativo.

Por sua vez, as despesas orçamentárias de 2020, tanto as empenhadas quanto as pagas, tiveram expansão nominal em relação ao exercício anterior, no percentual de 6%, totalizando R$ 7,44 bilhões e R$ 7,33 bilhões, respectivamente.

O resultado financeiro de 2020 foi deficitário em R$ 90,9 milhões. Em comparação com o exercício anterior, cujo resultado foi positivo em 36,7 milhões, houve variação negativa de 347%. Contudo, vale esclarecer que esse resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho), sendo apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte (R$ 363,6 milhões) e o saldo do exercício anterior (R$ 454,6 milhões).

Para o exercício de 2021, foi inscrito o estoque de R$ 118 milhões de Restos a Pagar (RP), o que representa um acréscimo de R$ 7 milhões (6,3%), em relação ao estoque inscrito para o exercício de 2020 (R$ 111 milhões).

Considerando a dotação atualizada do MPU de R$ 7,45 bilhões, no ano de 2020, verifica-se que 1,5% desse montante foi inscrito em restos a pagar para 2021 (R$ 109 milhões).

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis do MPU, relativas ao ano de 2020, e detalhados os seus principais itens.

7.1.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL

7.1.2.1 BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Esta demonstração contábil evidencia a situação patrimonial do Ministério Público da União e demonstra a posição estática dos ativos e dos passivos do MPU no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

O Balanço Patrimonial também demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal – nesse demonstrativo tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964.
- Quadro das Contas de Compensação – apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente.
- Quadro do Superávit/Déficit Financeiro – demonstra o resultado apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

TABELA 144 BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	390.742.574,70	480.163.832,75	PASSIVO CIRCULANTE	42.366.700,91	107.229.045,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	363.631.992,47	454.570.123,89	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	39.284.951,71	102.337.291,73
Créditos a Curto Prazo	10.318.604,71	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	10.318.604,71	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.741.013,67	3.563.433,70
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		11.258.935,45	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	15.256.168,81	13.860.523,68	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.340.735,53	1.328.319,81
VPDs Pagas Antecipadamente	1.535.808,71	474.249,73			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.275.341.409,50	2.940.119.785,74	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	308.526,75	254.545,62
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.724.412,59	3.446.718,36	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	2.724.412,59		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	2.724.412,59	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		3.446.718,36	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	308.526,75	254.545,62
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	42.675.227,66	107.483.590,86
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
			ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
			Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
			Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
			Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			

TABELA 144 BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
			Resultados Acumulados	3.623.408.756,54	3.312.800.027,63
Imobilizado	3.199.066.496,02	2.866.451.750,08			
			Resultado do Exercício	294.301.433,76	129.596.602,73
Bens Móveis	417.674.765,20	358.748.292,21			
			Resultados de Exercícios Anteriores	3.312.800.027,63	3.196.965.556,10
Bens Móveis	966.811.477,81	856.069.269,50			
			Ajustes de Exercícios Anteriores	16.307.295,15	-13.762.131,20
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-549.136.712,61	-497.320.977,29			
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.623.408.756,54	3.312.800.027,63
Bens Imóveis	2.781.391.730,82	2.507.703.457,87			
Bens Imóveis	2.910.050.410,57	2.623.230.244,35			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-128.658.679,75	-115.526.786,48			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	73.550.500,89	70.221.317,30			
Softwares	73.012.494,92	70.221.317,30			
Softwares	75.736.393,56	72.248.205,60			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.723.898,64	-2.026.888,30			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	538.005,97	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	538.005,97	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	3.666.083.984,20	3.420.283.618,49	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.666.083.984,20	3.420.283.618,49

TABELA 145 QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	363.631.992,47	454.570.123,89	PASSIVO FINANCEIRO	118.984.587,55	111.624.932,61
ATIVO PERMANENTE	3.302.451.991,73	2.965.713.494,60	PASSIVO PERMANENTE	39.900.721,32	102.401.785,59
			SALDO PATRIMONIAL	**3.507.198.675,33**	**3.206.256.900,29**

TABELA 146 QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	65.539.632,60	55.570.272,23	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	968.241.755,25	1.136.353.709,94
Atos Potenciais Ativos	65.539.632,60	55.570.272,23	Atos Potenciais Passivos	968.241.755,25	1.136.353.709,94
Garantias e Contragarantias Recebidas	32.726.492,68	26.751.930,83	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	32.813.139,92	28.818.341,40	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	30.573,82	34.793,82
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	968.211.181,43	1.136.318.916,12
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	**65.539.632,60**	**55.570.272,23**	**TOTAL**	**968.241.755,25**	**1.136.353.709,94**

TABELA 147 DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	250.068.245,53
Recursos Vinculados	-5.420.840,61
Seguridade Social (Exceto Previdência)	461.763,73
Previdência Social (RPPS)	123.178,47
Alienação de Bens e Direitos	221.729,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-6.227.511,81
TOTAL	**244.647.404,92**

7.1.2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Esta demonstração contábil evidencia as variações verificadas no patrimônio do MPU, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

TABELA 148 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.103.812.296,58	14.363.047.284,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.198.436,34	1.676.672,40
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.198.436,34	1.676.672,40
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	152.564,82	299.083,25
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	136.843,10	266.684,61
Variações Monetárias e Cambiais	15.721,72	32.398,64
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	14.844.992.230,57	14.111.901.575,48
Transferências Intragovernamentais	14.779.011.061,18	14.038.188.443,67
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-

TABELA 148 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	65.981.169,39	73.713.131,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	186.902.354,28	179.104.504,11
Reavaliação de Ativos	114.390.874,47	156.902.501,01
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	72.422.035,03	21.438.866,48
Ganhos com Desincorporação de Passivos	89.444,78	763.136,62
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	70.566.710,57	70.065.448,82
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	70.566.710,57	70.065.448,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.809.510.862,82	14.233.450.681,33
Pessoal e Encargos	5.522.585.116,58	5.307.368.679,50
Remuneração a Pessoal	4.424.305.209,11	4.358.020.620,20
Encargos Patronais	826.797.787,89	685.920.221,94
Benefícios a Pessoal	263.253.882,56	253.929.816,35
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	8.228.237,02	9.498.021,01
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	853.015.295,99	833.643.338,59
Aposentadorias e Reformas	669.249.899,11	654.461.361,03
Pensões	182.080.017,43	177.336.689,46
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.685.379,45	1.845.288,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	844.722.223,81	899.969.050,37
Uso de Material de Consumo	13.146.763,91	20.389.312,17
Serviços	756.136.701,39	763.055.521,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	75.438.758,51	116.524.216,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.381,79	9.407,91

TABELA 148 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.308,43	8.704,78
Variações Monetárias e Cambiais	-	0,71
Descontos Financeiros Concedidos	5.073,36	702,42
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.547.694.642,40	7.116.555.394,12
Transferências Intragovernamentais	7.517.024.704,29	7.054.930.879,13
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	30.669.938,11	61.624.514,99
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	32.960.881,00	66.025.133,52
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	9.087.591,98	8.152.002,39
Perdas com Alienação	-	185.507,27
Perdas Involuntárias	69.739,05	127.532,46
Incorporação de Passivos	711.564,61	72.389,55
Desincorporação de Ativos	23.091.985,36	57.487.701,85
Tributárias	1.936.083,58	2.219.376,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	747.144,57	737.065,44
Contribuições	1.188.939,01	1.482.310,70
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.588.237,67	7.660.301,18
Premiações	5.000,00	16.277,49
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-

TABELA 148 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.583.237,67	7.644.023,69
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**294.301.433,76**	**129.596.602,73**

7.1.2.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Esta demonstração contábil evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O quadro principal apresentará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas serão apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também será utilizada complementarmente à classificação por natureza. Já as receitas deverão ser informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações e deduções.

TABELA 149 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS - RECEITAS

	RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	619.730,00	619.730,00	961.982,35	342.252,35
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	492.588,00	492.588,00	386.730,06	-105.857,94
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	492.588,00	492.588,00	386.730,06	-105.857,94
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	529.750,00	529.750,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	529.750,00	529.750,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-

TABELA 149 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS - RECEITAS

	RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas Correntes	127.142,00	127.142,00	45.502,29	-81.639,71
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	119.196,00	119.196,00	26.328,13	-92.867,87
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	0,03	0,03
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	7.946,00	7.946,00	19.174,13	11.228,13
RECEITAS DE CAPITAL	233.316,00	233.316,00	-	-233.316,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	233.316,00	233.316,00	-	-233.316,00
Alienação de Bens Móveis	233.316,00	233.316,00	-	-233.316,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	853.046,00	853.046,00	961.982,35	108.936,35
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	853.046,00	853.046,00	961.982,35	108.936,35
DEFICIT			7.441.464.034,91	7.441.464.034,91
TOTAL	**853.046,00**	**853.046,00**	**7.442.426.017,26**	**7.441.572.971,26**
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	125.121.629,00	125.121.629,00	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-

TABELA 150 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS - DESPESAS

	DESPESA					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS**	**SALDO DA DOTAÇÃO**
DESPESAS CORRENTES	7.007.462.665,00	7.212.785.392,00	7.194.601.831,28	7.151.316.861,13	7.149.709.806,84	18.183.560,72
Pessoal e Encargos Sociais	5.844.708.177,00	6.141.169.385,00	6.139.525.533,13	6.138.338.232,98	6.138.318.653,22	1.643.851,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.162.754.488,00	1.071.616.007,00	1.055.076.298,15	1.012.978.628,15	1.011.391.153,62	16.539.708,85
DESPESAS DE CAPITAL	36.674.315,00	238.339.748,00	247.824.185,98	183.690.434,18	183.689.279,47	-9.484.437,98
Investimentos	26.684.315,00	169.206.988,00	178.691.425,98	116.482.727,26	116.481.572,55	-9.484.437,98
Inversões Financeiras	9.990.000,00	69.132.760,00	69.132.760,00	67.207.706,92	67.207.706,92	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.512.863,00	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	7.050.649.843,00	7.451.125.140,00	7.442.426.017,26	7.335.007.295,31	7.333.399.086,31	8.699.122,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.050.649.843,00	7.451.125.140,00	7.442.426.017,26	7.335.007.295,31	7.333.399.086,31	8.699.122,74
TOTAL	**7.050.649.843,00**	**7.451.125.140,00**	**7.442.426.017,26**	**7.335.007.295,31**	**7.333.399.086,31**	**8.699.122,74**

7.1.2.4 QUADRO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Neste quadro são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

TABELA 151 ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	DESPESA					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.122.575,10	55.605.537,71	45.673.341,78	45.656.485,96	9.488.095,87	5.583.530,98
Pessoal e Encargos Sociais	162.781,76	5.286.884,49	4.557.093,53	4.557.093,53	173.259,01	719.313,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.959.793,34	50.318.653,22	41.116.248,25	41.099.392,43	9.314.836,86	4.864.217,27
DESPESAS DE CAPITAL	2.162.944,27	43.652.070,26	41.823.149,04	41.823.149,04	767.181,39	3.224.684,10
Investimentos	2.162.944,27	35.035.919,94	34.073.149,04	34.073.149,04	767.181,39	2.358.533,78
Inversões Financeiras	-	8.616.150,32	7.750.000,00	7.750.000,00	-	866.150,32
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**7.285.519,37**	**99.257.607,97**	**87.496.490,82**	**87.479.635,00**	**10.255.277,26**	**8.808.215,08**

7.1.2.5 QUADRO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Neste quadro são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Não se faz necessária a coluna Liquidados, uma vez que todos os restos a pagar evidenciados neste quadro já passaram pelo estágio da liquidação na execução orçamentária.

TABELA 152 ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	109.610,56	4.319.922,37	4.227.735,92	24.753,29	177.043,72
Pessoal e Encargos Sociais	-	790.137,52	790.137,52	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	109.610,56	3.529.784,85	3.437.598,40	24.753,29	177.043,72
DESPESAS DE CAPITAL	2.259,00	16.533,73	16.533,73	-	2.259,00
Investimentos	2.259,00	16.533,73	16.533,73	-	2.259,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	**111.869,56**	**4.336.456,10**	**4.244.269,65**	**24.753,29**	**179.302,72**

7.1.2.6 BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro apresenta a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986) exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no item Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Balanço Financeiro mostra o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos por grupo de fonte, apresentando uma única linha com o total das deduções (restituições, retificações decorrentes de erro do contribuinte quando do recolhimento, compensações de tributo, incentivos fiscais etc.).

Além disso, esse demonstrativo segue o regime de caixa e detalha as receitas e despesas orçamentárias de acordo com grupos de fontes. Registre-se que as fontes vinculadas determinam, já no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com vinculações legais, enquanto as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, inclusive para complementar as despesas em áreas cuja arrecadação em fontes vinculadas específicas não seja suficiente, como a Previdência Social.

TABELA 153 BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	961.982,35	1.678.521,52	Despesas Orçamentárias	7.442.426.017,26	7.018.381.791,68
Ordinárias	-	-	Ordinárias	6.492.920.789,90	6.269.189.004,89
Vinculadas	969.101,41	2.046.984,12	Vinculadas	949.505.227,36	749.192.786,79
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	133.232.032,56	
Alienação de Bens e Direitos		221.729,00	Previdência Social (RPPS)	804.264.582,07	742.246.921,72
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	969.101,41	1.825.127,27	Receitas Financeiras		5.500.000,00
Recursos a Classificar		127,85	Dívida Pública	405.353,79	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-7.119,06	-368.462,60	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	11.603.258,94	1.445.865,07
Transferências Financeiras Recebidas	14.779.011.061,18	14.038.188.443,67	Transferências Financeiras Concedidas	7.516.906.894,16	7.054.711.818,73
Resultantes da Execução Orçamentária	14.707.415.972,00	14.017.278.994,33	Resultantes da Execução Orçamentária	7.375.122.899,80	6.963.305.961,72
Cota Recebida	7.334.405.126,63	7.052.845.840,68	Repasse Concedido	4.705.048,03	65.510,14
Repasse Recebido	2.592.993,60	1.824.902,07	Sub-repasse Concedido	7.343.140.826,94	6.926.589.651,83
Sub-repasse Recebido	7.343.140.826,94	6.926.589.651,83	Cota Devolvida		632.200,00
Sub-repasse Devolvido	27.277.024,83	36.018.599,75	Sub-repasse Devolvido	27.277.024,83	36.018.599,75
Independentes da Execução Orçamentária	71.595.089,18	20.909.449,34	Independentes da Execução Orçamentária	141.783.994,36	91.405.857,01
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	71.489.121,43	20.483.572,11	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	70.778.363,13	20.480.438,47
Demais Transferências Recebidas	9.940,76	9.446,40	Demais Transferências Concedidas	4.970,38	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	96.026,99	416.430,83	Movimento de Saldos Patrimoniais	71.000.660,85	70.925.418,54
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	182.304.570,31	178.451.441,70	Pagamentos Extraorçamentários	93.882.833,84	108.507.922,81

TABELA 153 BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.608.209,00	4.052.016,78	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.244.269,65	8.778.942,30
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	107.418.721,95	99.257.607,97	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	87.479.635,00	94.912.598,07
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.377.778,25	4.632.788,82	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.118.206,81	4.580.782,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários	70.899.861,11	70.509.028,13	Outros Pagamentos Extraorçamentários	40.722,38	235.599,98
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	197,63	40,42	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	9.449,19	16.495,09
Arrecadação de Outra Unidade	70.899.663,48	70.508.987,71	Demais Pagamentos	31.273,19	219.104,89
Saldo do Exercício Anterior	454.570.123,89	417.853.250,22	Saldo para o Exercício Seguinte	363.631.992,47	454.570.123,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	454.570.123,89	417.853.250,22	Caixa e Equivalentes de Caixa	363.631.992,47	454.570.123,89
TOTAL	**15.416.847.737,73**	**14.636.171.657,11**	**TOTAL**	**15.416.847.737,73**	**14.636.171.657,11**

7.1.2.7 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa do Ministério Público da União e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como o MPU obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica:

a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;

b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e

c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Considerando o disposto no MCASP, a DFC do Ministério Público da União é composta por:

- Quadro Principal
- Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

TABELA 154 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	134.590.830,82	117.131.152,20
INGRESSOS	14.853.250.682,89	14.114.787.053,14
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	386.730,06	81.257,54
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	529.750,00	1.222.511,19
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	45.502,29	153.023,79
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	14.852.288.700,54	14.113.330.260,62
Ingressos Extraorçamentários	2.377.778,25	4.632.788,82
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	197,63	40,42
Transferências Financeiras Recebidas	14.779.011.061,18	14.038.188.443,67
Arrecadação de Outra Unidade	70.899.663,48	70.508.987,71
DESEMBOLSOS	-14.718.659.852,07	-13.997.655.900,94
Pessoal e Demais Despesas	-6.415.434.509,26	-6.288.513.285,84
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-11.914,32
Essencial à Justiça	-5.541.280.313,32	-5.448.532.285,34

TABELA 154 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

	2020	2019
Administração	-736.008,10	-58.424,25
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-55.861,00
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-872.845.732,44	-839.443.804,91
Saúde	-	-
Trabalho	-	-106.775,15
Educação	-202,05	-12.294,80
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-525,00
Ciência e Tecnologia	-107.187,02	-63.420,95
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-443.083,14	-199.509,03
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-12.534,00	-11.976,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-9.449,19	-16.495,09
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-784.168.968,65	-649.630.909,02
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-784.168.968,65	-649.630.909,02
Outras Transferências Concedidas	-	-

TABELA 154 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

	2020	2019
Outros Desembolsos Operacionais	-7.519.056.374,16	-7.059.511.706,08
Dispêndios Extraorçamentários	-2.118.206,81	-4.580.782,46
Transferências Financeiras Concedidas	-7.516.906.894,16	-7.054.711.818,73
Demais Pagamentos	-31.273,19	-219.104,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-225.528.962,24	-80.414.278,53
INGRESSOS	-	221.729,00
Alienação de Bens	-	221.729,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-225.528.962,24	-80.636.007,53
Aquisição de Ativo Não Circulante	-221.770.151,80	-79.071.429,50
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.758.810,44	-1.564.578,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-90.938.131,42	36.716.873,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**454.570.123,89**	**417.853.250,22**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**363.631.992,47**	**454.570.123,89**

7.1.2.8 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido esclarece a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido do Ministério Público da União durante o exercício de 2020.

TABELA 155 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	3.196.965.556,10	-	-	3.196.965.556,10
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-16.692.135,98	-	-	-16.692.135,98
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	2.930.004,78	-	-	2.930.004,78
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	129.596.602,73	-	-	129.596.602,73
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.312.800.027,63**	**-**	**-**	**3.312.800.027,63**

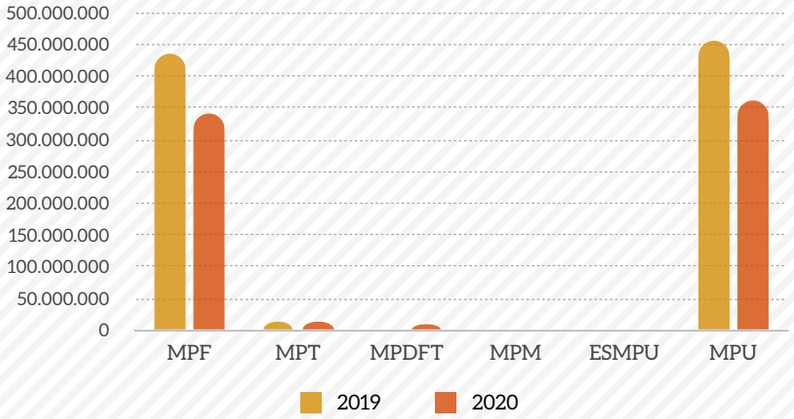
Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	3.312.800.027,63	-	-	3.312.800.027,63
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	16.288.068,27	-	-	16.288.068,27
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	42.580,62	-	-	42.580,62
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-23.353,74	-	-	-23.353,74
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	294.301.433,76	-	-	294.301.433,76
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.623.408.756,54**	**-**	**-**	**3.623.408.756,54**

7.1.2.9 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

É composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MPU, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição nos anos de 2019 e 2020:

GRÁFICO 106 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
2019	435.789.186	13.331.818	2.643.043	152.968	2.653.109	454.570.124
2020	340.799.112	13.571.021	7.922.621	1.083.778	255.460	363.631.992

NOTA 02 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Quase a totalidade dos Créditos a Curto Prazo se refere a Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada (TED) e a Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 157 CRÉDITOS A CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	4.569.051,92					4.569.051,92
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	2.671.052,77	982.261,22	738.775,48	126.616,67	39.753,74	4.558.459,88
Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidor	20.885,62		647.255,85			647.255,85
13º Salário - Adiantamento	278.829,04					278.829,04
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Estado	106.665,40	20.885,62	25.543,65			153.094,67
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		53.259,13				53.259,13
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Município	27.996,64		5.874,63			33.871,27
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	18.267,58					18.267,58
Adiantamento Concedido	851.595,03	6.515,37				6.515,37
Créditos a Curto Prazo	**7.671.863,35**	**1.062.921,34**	**1.417.449,61**	**126.616,67**	**39.753,74**	**10.318.604,71**

NOTA 03 – CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Este item é constituído de créditos por danos ao patrimônio, cujas contas foram julgadas irregulares pelo TCU, com imposição de débito ao responsável. O Ministério Público Federal possui saldo de R$ 1.915.266,59, enquanto o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios de R$ 809.146,00.

TABELA 156 CRÉDITOS A LONGO PRAZO

	MPF	MPDFT	MPU	AV
Créditos a Receber por Desfalques ou Desvios	1.915.266,59	809.146,00	2.724.412,59	100,0%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	70,3%	29,7%	1,00	0,0%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	**1.915.267,29**	**809.146,30**	**2.724.413,59**	**100,0%**

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O imobilizado do Ministério Público da União é segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos bens móveis e dos bens imóveis registrados no Siafi, em 31/12/2020.

TABELA 158 IMOBILIZADO – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Bens Móveis						
Valor contábil bruto	570.097.888,19	274.077.834,86	75.828.082,43	33.837.593,43	12.970.078,90	966.811.477,81
(-) Depreciação acumulada	-339.648.038,52	-145.811.326,77	-39.262.706,54	-19.209.958,72	-5.204.682,06	-549.136.712,61
(=) Valor contábil líquido	230.449.849,67	128.266.508,09	36.565.375,89	14.627.634,71	7.765.396,84	417.674.765,20
Bens Imóveis						
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet						
Valor contábil bruto	1.205.919.972,58	624.127.727,76	141.942.230,29	196.088.784,84	13.118.832,35	2.181.197.547,82
(-) Depreciação acumulada	-92.987.862,10	-30.756.442,62	-1.187.233,24	-2.319.650,55	-345.628,69	-127.596.817,20
(=) Valor contábil líquido	1.112.932.110,48	593.371.285,14	140.754.997,05	193.769.134,29	12.773.203,66	2.053.600.730,62
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet						
Valor contábil bruto	49.937.419,44	119.397.411,81	1.849.077,84	669.373,22	873.982,88	172.727.265,19
Bens Imóveis em Andamento						
Valor contábil bruto	284.519.316,02	128.190.700,69	32.701.283,47	51.398.803,02	27.497.316,60	524.307.419,80
Instalações						
Valor contábil bruto	3.818.489,45	1.161.775,98	22.210.456,70	3.045.095,03		30.235.817,16
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros						
Valor contábil bruto	1.346.048,60		236.312,00			1.582.360,60
(-) Amortização acumulada	-825.550,55		-236.312,00			-1.061.862,55
(=) Valor contábil líquido	520.498,05		0,00			520.498,05
Imobilizado	**1.682.177.683,11**	**970.387.681,71**	**234.081.190,95**	**263.510.040,27**	**48.909.899,98**	**3.199.066.496,02**

NOTA 05 – INTANGÍVEL

O Ativo Intangível do MPU, em 31/12/2020, totalizava R$ 73,6 milhões e está composto de softwares com vida útil definida e indefinida, conforme detalhado na tabela a seguir.

TABELA 159 INTANGÍVEL – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Softwares de vida útil definida						
Valor contábil bruto	2.912.254,56	15.000,00	814.490,00		145.340,08	3.887.084,64
(-) Amortização acumulada	-2.606.768,42	-15.000,00			-102.130,22	-2.723.898,64
(=) Valor contábil líquido	305.486,14	0,00			43.209,86	1.163.186,00
Softwares de vida útil indefinida						
Valor contábil bruto	42.218.161,95	21.008.885,49	4.192.812,27	4.105.232,79	862.222,39	72.387.314,89
Intangível	**42.523.648,09**	**21.008.885,49**	**4.192.812,27**	**4.105.232,79**	**905.432,25**	**73.550.500,89**

NOTA 06 – PESSOAL A PAGAR

Em 31/12/2020, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R$ 39,3 milhões com pessoal a pagar, conforme detalhado na tabela a seguir.

Os saldos registrados nessas contas foram conciliados pelas unidades gestoras responsáveis pela elaboração da folha de pessoal no âmbito do MPU, observando as recomendações do Tribunal de Contas da União e da Auditoria Interna do MPU, bem como as orientações da Macrofunção 02.11.42 (Folha de Pagamento) do Manual Siafi.

TABELA 160 PESSOAL A PAGAR – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	AV
Salários, Remunerações e Benefícios	19.298,03	8.431,49	8.677.278,19			8.705.007,71	22,2%
Férias a Pagar	5.039.670,01	7.757.505,60	17.558.295,03	208.288,39	16.164,71	30.579.923,74	77,8%
Pessoal a Pagar	**5.058.968,04**	**7.765.937,09**	**26.235.573,22**	**208.288,39**	**16.164,71**	**39.284.931,45**	**100,0%**

NOTA 07 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

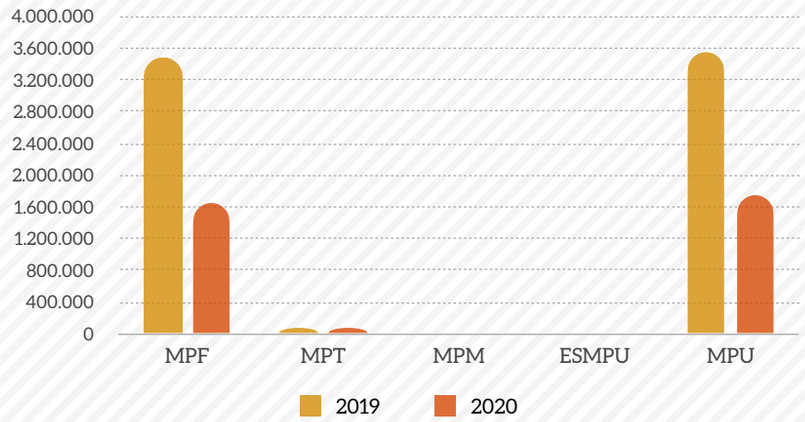
Em 31/12/2020, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R$ 1,7 milhão em aberto com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

No gráfico a seguir, visualiza-se que essas obrigações nos exercícios de 2019 e 2020 estão registradas em todos os ramos do MPU, com exceção do MPDFT.

Na continuação, apresenta-se a tabela com os contratantes que possuem os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

A Procuradoria da República em São Paulo é responsável por 73,6% do total a ser pago, decorrente principalmente de serviços de vigilância armada e desarmada nas unidades administrativas da PR/SP (R$ 325 mil).

GRÁFICO 107 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR



ANO	MPF	MPT	MPM	ESMPU	MPU
2019	3.482.124,8	76.419,94	4.410,76	478,2	3.563.433,7
2020	1.661.303,43	76.025,46	561,35	3.123,43	1.741.013,67

TABELA 161 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – POR CONTRATANTE

	31/12/2019	AV
Procuradoria da República em São Paulo	1.281.545,51	73,6%
Procuradoria Regional da República - 4ª Região / RS	180.349,56	10,4%
Procuradoria da República em Pernambuco	59.167,21	3,4%
Demais Unidades Gestoras do MPF	140.241,15	8,1%
Ministério Público do Trabalho	76.025,46	4,4%
Ministério Público Militar	561,35	0,0%
Escola Superior do MPU	3.123,43	0,2%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	**1.741.013,67**	**100,0%**

NOTA 08 – ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os itens que compõem os atos potenciais ativos são:

A – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar

Esse agrupamento compreendem o controle sobre a execução de fianças, seguros-garantia, caução e outras garantias e contragarantias recebidas pelas unidades gestoras do MPU.

As garantias e contragarantias recebidas a executar pelo MPU, em 31/12/2020, totalizava R$ 32,7 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Os maiores valores apropriados na conta de Seguros-Garantia a Executar são observados na Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (R$ 4.536.538,97) e na Diretoria de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho (R$ 17.642.916,07).

B – Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres

Em 31/12/2020, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R$ 32,8 milhões, relacionados a Termo de Execução Descentralizada (TED), a serem recebidos pelos ramos do MPU da seguinte forma:

• MPF – R$ 778.874,45 – sendo todo o valor relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698166 e firmado entre a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para fortalecer e ampliar o alcance de atuação do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos - FGCIA.

• MPDFT – R$ 32.034.265,47 – sendo todo o valor relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698761 e firmado entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para aquisição de ferramentas e recursos tecnológicos para aparelhar o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação e Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – CILAB/MPDFT.

TABELA 162 GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS

	MPF	MPT	ESMPU	MPU	AV
Fianças a Executar	452.788,07	196.948,99		649.737,06	2,0%
Seguros-Garantia a Executar	8.963.601,83	19.325.695,39	1.838.083,01	30.127.380,23	92,1%
Caução a Executar	82.892,81	111.946,61		194.839,42	0,6%
Apólices de Seguros a Executar	1.754.535,97			1.754.535,97	5,4%
Garantias e Contragarantias Recebidas	**11.253.818,68**	**19.634.590,99**	**1.548.824,45**	**26.751.930,83**	**100,0%**

1 Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática. (Art. 2º, inc. I, do Decreto nº 10.426/2020).

NOTA 09 – ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Dentre os atos potenciais passivos apresentados no Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial, o agrupamento Obrigações Contratuais a Executar representa o item mais relevante e está detalhado a seguir.

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pelas unidades gestoras do MPU na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

As obrigações contratuais de serviços representam 80% do total das obrigações assumidas pelo Ministério Público da União no final de 2020. As principais contratações registradas no Siafi são decorrentes de:

- Serviços de comunicação de dados em nível nacional;
- Serviços de solução de segurança de perímetro (serviços de firewall, prevenção de intrusão, filtro de conteúdo, antivírus de rede e outros);
- Serviços técnicos de hospedagem externa de equipamentos de TI;
- Serviços de vigilância armada e desarmada;
- Serviços de emissão de passagens aéreas;
- Serviço de coleta, transporte, entrega, aquisição de produtos postais e postagem de correspondência; e
- Construção de imóveis.

TABELA 163 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Contratos de Seguros	59.695,77	28.554,02			164,16	88.413,95
Contratos de Serviços	481.680.862,80	181.287.791,34	77.221.100,85	27.751.953,88	8.773.385,33	776.715.094,20
Contratos de Aluguéis	108.172.812,07	22.903.375,14	2.392.752,46	275.086,11		133.744.025,78
Contratos de Fornecimento de Bens	25.569.657,42	4.393.822,76	26.667.351,06	713.655,16	319.161,10	57.663.647,50
Obrigações Contratuais	**615.483.028,06**	**208.613.543,26**	**106.281.204,37**	**28.740.695,15**	**9.092.710,59**	**968.211.181,43**

NOTA 10 – *SUPERÁVIT*/DÉFICIT FINANCEIRO

O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros. Este indicador propicia a análise sobre a existência ou não de recursos a serem utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais.

No exercício de 2020, o superávit financeiro foi de R$ 245 milhões. Em relação ao exercício anterior, nota-se uma redução de R$ 98 milhões, conforme demonstrado na tabela abaixounidades administrativas da PR/SP (R$ 325 mil).

TABELA 164 CÁLCULO DO *SUPERAVIT* FINANCEIRO

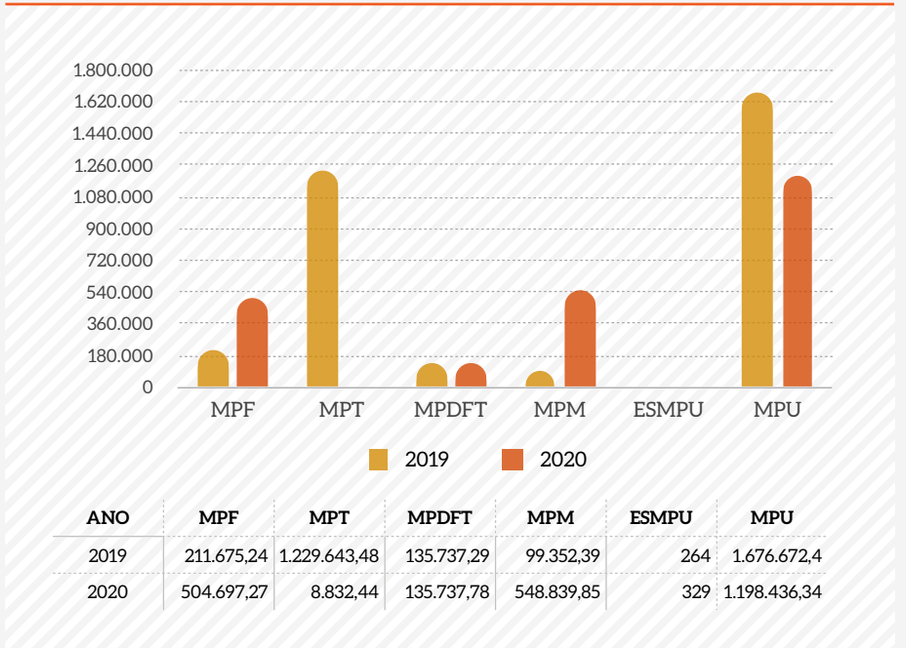
	2020	2019	VARIAÇÃO
(+) Ativo Financeiro (AF)[1]	363.631.992,47	454.570.123,89	-90.938.131,42
(-) Passivo Financeiro (PF)	118.984.587,55	111.624.932,61	7.359.654,94
(=) Superávit/Déficit Financeiro (AF - PF)	**244.647.404,92**	**342.945.191,28**	**-98.297.786,36**

NOTA 11 – EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nesta linha das VPAs devem constar as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição:

Do total contabilizado em 2020, como exploração de bens, direitos e prestação de serviços, verifica-se que quase 88% foram realizados pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Militar, em razão da arrecadação, especialmente, de taxa de uso de imóveis, tarifa sobre consignações em folha de pagamento do MPF e de taxa de inscrição para o 12º Concurso Público para Promotor de Justiça Militar.

GRÁFICO 108 EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS



ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
2019	211.675,24	1.229.643,48	135.737,29	99.352,39	264	1.676.672,4
2020	504.697,27	8.832,44	135.737,78	548.839,85	329	1.198.436,34

1 O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e dos valores numerários, enquanto que o Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. (Art. 105, §§ 1º e 3º, da Lei nº 4.320/1964).

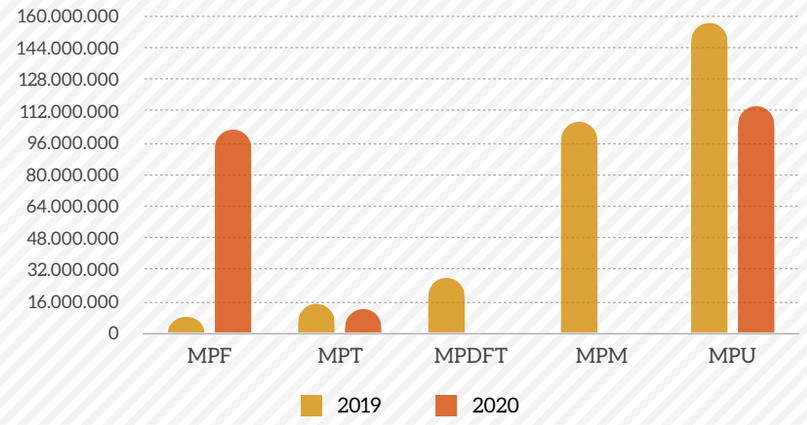
NOTA 12 – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Em razão de diversos fatores, como a ampliação ou redução da capacidade produtiva de um bem móvel, o valor contábil de determinados ativos pode não corresponder ao seu valor justo, influenciando na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços pela entidade. Dessa forma, de tempos em tempos, há necessidade de esses ativos passarem por um processo avaliativo, com vistas a adequar o seu valor contábil.

No exercício de 2020, essa variação patrimonial aumentativa foi decorrente da reavaliação de bens imóveis no SPIUnet, realizada pelos ramos do MPU da seguinte forma:

Essa nota trata somente das reavaliações positivas, que originaram VPA. As variações negativas são tratadas em nota específica de VPD (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas).

GRÁFICO 109 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

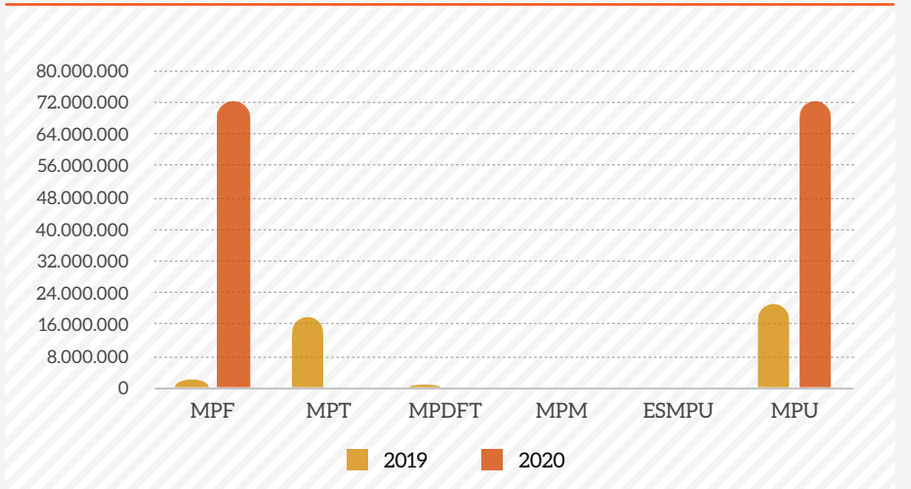


ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	MPU
2019	8.385.888,17	14.137.678,34	27.262.191,59	107.116.742,91	156.904.520,01
2020	102.583.698,09	11.807.176,38			114.392.894,47

NOTA 13 – GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

Dentre os Ganhos com Incorporações de Ativos no ano de 2020, destacam-se os valores decorrentes dos registros de imóveis de uso especial no SPIUnet pela Procuradoria da República na Bahia (R$ 51,2 milhões) e pela Procuradoria da República em Santa Catarina (R$ 7,4 milhões). No gráfico abaixo, é exibida a composição desse item.

GRÁFICO 110 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS



ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
2019	2.394.493,20	17.920.760,33	701.978,62	249.756,50	171.877,83	21.438.866,48
2020	72.041.928,70	341.358,49	34.883,71		3.864,13	72.422.035,03

NOTA 14 – DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

A tabela abaixo apresenta a composição desse item no exercício de 2020.

O expressivo montante no título VPA decorrente de fatores geradores diversos foi originado, em especial, pela arrecadação feita pela Unidade Gestora 200.100 (Secretaria de Administração do MPF), utilizando o código de recolhimento 13920-3 (MPF-Recuperação de recursos no combate a corrupção e proteção de direitos difusos).

TABELA 165 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
VPA decorrente de fatores geradores diversos	63.603.760,66	75.114,20	61,14	20.892,92	19.174,13	63.719.003,05
Restituições	4.941.678,47	1.214.427,56	46.306,30	131.320,48	20.465,48	6.354.198,29
Multas Administrativas	127.283,03	74.264,51	108.416,00	2.861,20		312.824,74
Indenizações	172.759,21	6.837,19	1.088,09			180.684,49
Diversas VPA	**68.845.481,37**	**1.370.643,46**	**155.871,53**	**155.074,60**	**39.639,61**	**70.566.710,57**

NOTA 15 – REMUNERAÇÃO A PESSOAL E ENCARGOS PATRONAIS

Este item da DVP compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

No exercício de 2020, o total das despesas com remuneração a pessoal e encargos patronais no MPU totalizou R$ 5,25 bilhões. Na sequência, apresenta-se a tabela com as principais rubricas.

TABELA 166 REMUNERAÇÃO A PESSOAL E ENCARGOS PATRONAIS – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Gratificações	1.054.089.531,53	385.524.011,19	230.968.767,27	58.209.412,71	5.621.741,33	1.734.413.464,03
Vencimentos e Salários	903.237.185,68	456.749.223,77	233.763.904,81	59.641.060,73	2.304.996,83	1.655.696.371,82
Contribuição Patronal para o RPPS	435.179.000,44	196.076.478,98	99.989.874,29	27.035.164,24	979.916,08	759.260.434,03
Férias	295.052.175,48	121.379.026,76	73.026.926,17	6.264.807,08	973.454,64	496.696.390,13
13º Salário	179.531.250,16	76.308.519,67	42.748.863,91	10.107.315,50	719.239,83	309.415.189,07
Licenças	81.250.054,84	45.693.769,69	32.020.835,56	6.780.936,75	-	165.745.596,84
Complementação de Previdência	24.301.220,07	9.925.103,51	8.732.733,82	645.277,12	118.129,19	43.722.463,71
Abonos	20.031.781,76	13.026.508,37	7.093.903,38	2.857.954,00	17.812,49	43.027.960,00
Outras rubricas	28.497.958,03	9.222.847,26	4.311.139,60	854.844,51	238.337,97	43.125.127,37
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	**3.021.170.157,99**	**1.313.905.489,20**	**732.656.948,81**	**172.396.772,64**	**10.973.628,36**	**5.251.102.997,00**

NOTA 16 – BENEFÍCIOS A PESSOAL

Este item compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos a pessoal civil, tais como: ajuda de custo, auxílio creche, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte etc.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos Benefícios a Pessoal registrados no Siafi.

TABELA 167 REMUNERAÇÃO A PESSOAL E ENCARGOS PATRONAIS – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Auxílio Alimentação	132.309.810,70	46.719.762,20	26.471.869,13	6.586.795,22	557.914,28	212.646.151,53
Auxílio Creche	24.759.108,56	10.047.873,16	5.889.106,19	1.226.544,30	88.129,47	42.010.761,68
Ajuda de Custo	4.592.912,30	274.251,44	546,08	202.445,55		5.070.155,37
Auxílio Moradia	2.461.668,49	631.755,92		53.400,00		3.146.824,41
Auxílio Transporte	182.007,29	85.581,19	578,99	54.006,61	88,86	322.262,94
Outras Benefícios		57.726,63				57.726,63
Benefícios a Pessoal	**164.305.507,34**	**57.816.950,54**	**32.362.100,39**	**8.123.191,68**	**646.132,61**	**263.253.882,56**

NOTA 17 – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

De acordo com o MCASP, nesse item estão compreendidas as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reservas remuneradas e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Na continuação, apresenta-se a tabela com as principais rubricas desse item

TABELA 168 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	MPU
Proventos - Pessoal Civil	324.909.983,08	152.149.296,20	72.311.427,77	30.677.725,70	580.048.432,75
Pensões Civis	69.621.425,64	45.541.431,11	20.613.843,93	19.199.350,64	154.976.051,32
13º Salário	34.819.124,77	17.883.644,49	6.727.360,23	4.218.793,53	63.648.923,02
Gratificações	25.047.916,91	4.228.797,49	1.592.543,26	776.371,40	31.645.629,06
Aposentadorias pendentes de aprovação	57.726,63	13.174.191,63			13.174.191,63
Licença Prêmio	1.674.499,44	2.129.766,07	898.731,10		4.702.996,61
Outros benefícios	2.824.839,09	1.160.928,46	626.456,19	206.847,86	4.819.071,60
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**458.897.788,93**	**236.268.055,45**	**102.770.362,48**	**55.079.089,13**	**853.015.295,99**

NOTA 18 – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação das unidades gestoras do Ministério Público da União.

A seguir, é apresentada a tabela com as principais rubricas que compõem esse agrupamento das variações patrimoniais diminutivas.

As despesas com serviços que mais se destacaram no ano de 2020 foram aquelas relativas à prestação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional e de serviços técnicos profissionais, com montante de R$ 551,3 milhões, representando 65,3% do total contabilizado nesse agrupamento.

TABELA 169 USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO - COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	201.906.084,11	39.368.945,60	42.284.905,65	14.276.687,56	2.813.278,03	300.649.900,95
Serviços Técnicos Profissionais	174.480.832,67	52.406.113,77	7.616.246,26	11.787.990,75	4.405.361,32	250.696.544,77
Locações e Arrendamentos	48.463.588,33	32.759.522,89	902.672,40	90.548,02	140.379,19	82.356.710,83
Depreciação de Bens Móveis	36.773.635,31	18.729.820,23	3.194.617,05	1.917.664,96	1.220.726,53	61.836.464,08
Serv.Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	21.587.467,13	7.138.821,45	3.324.544,48	1.636.472,19	163.376,59	33.850.681,84
Serviços Educacionais e Culturais	25.526.096,82	7.045.712,40	296.611,24	220.180,78	32.450,44	33.121.051,68
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	19.687.118,67	9.721.182,84	806.032,67	1.882.198,11	106.990,27	32.203.522,56
Depreciação de Bens Imóveis	8.791.791,31	4.109.255,55	123.104,17	112.654,85	47.044,55	13.183.850,43
Serviços Administrativos	3.947.062,36	6.906.286,18	103.456,40	993.454,53	29.940,00	11.980.199,47
Diárias	3.147.030,49	3.332.034,40	72.564,51	225.893,09	67.628,27	6.845.150,76
Material de Consumo Imediado	4.194.063,99	1.909.453,09	10.857,30	459.941,26	21.013,23	6.595.328,87
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	2.498.170,04	1.720.242,50	1.171.912,07	216.963,94	96.383,07	5.703.671,62
Serviços Transportes, Passagem, Locom. e Hospedagem	1.572.687,23	2.034.280,75	51.819,22	83.152,79	60.683,14	3.802.623,13
Outras rubricas	1.493.827,95	343.756,79	10.229,69	28.543,97	20.164,42	1.896.522,82
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**554.069.456,41**	**187.525.428,44**	**59.969.573,11**	**33.932.346,80**	**9.225.419,05**	**844.722.223,81**

NOTA 19 – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

Quase a totalidade das Transferências Intragovernamentais refere-se ao sub-repasse[1] concedido pela setorial financeira do MPU (Unidade Gestora 200.097 – Secretaria-Geral do MPF), conforme tabela a seguir:

TABELA 170 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS – COMPOSIÇÃO

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Sub-Repasse Concedido	7.343.140.826,94					7.343.140.826,94
Movimento de Saldos Patrimoniais	69.126.375,49	1.388.246,72	291.079,71	174.164,45	20.794,48	71.000.660,85
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar	70.778.363,13					70.778.363,13
Diferido - Sub-Repasse Devolvido	27.093.521,43	33.558,40			149.945,00	27.277.024,83
Repasse Concedido	4.705.048,03					4.705.048,03
Outras rubricas	4.970,38	41.237,34		76.572,79		122.780,51
Transferências Intragovernamentais	**7.514.849.105,40**	**1.463.042,46**	**291.079,71**	**250.737,24**	**170.739,48**	**7.517.024.704,29**

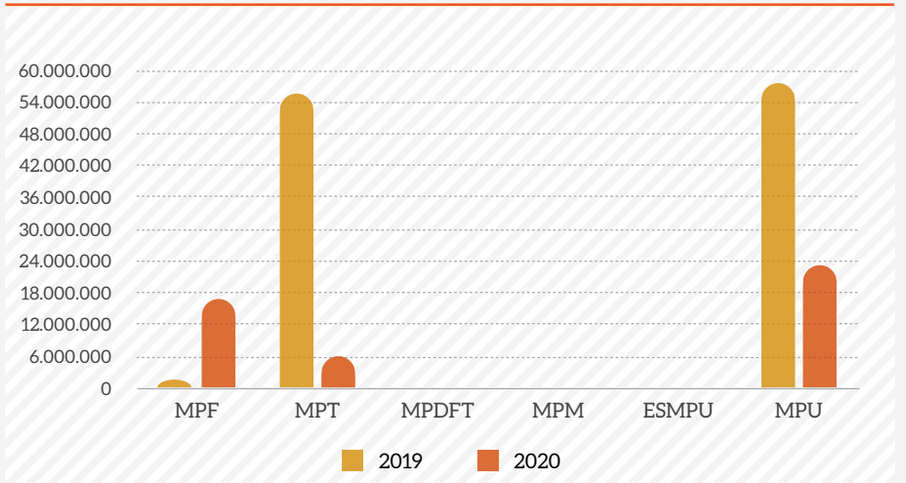
NOTA 20 – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTES PARA PERDAS

Este item é constituído dos ajustes de desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet, realizados, principalmente, pela Procuradoria da República no Rio Grande do Norte nos RIP nº 1761.00527.500-0 (Sede da PR/RN – R$ 7,5 milhões) e no RIP nº 1759.00110.500-0 (Procuradoria da República no Município de Mossoró-RN – R$ 1 milhão).

NOTA 21 – DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

As desincorporações são decorrentes, em especial, das baixas dos valores contabilizados como obras em andamento ou estudos e projetos, devido à conclusão das respectivas edificações, bem como da reclassificação de bens imóveis a registrar. No gráfico a seguir, é exibida a composição desse item.

GRÁFICO 111 DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS



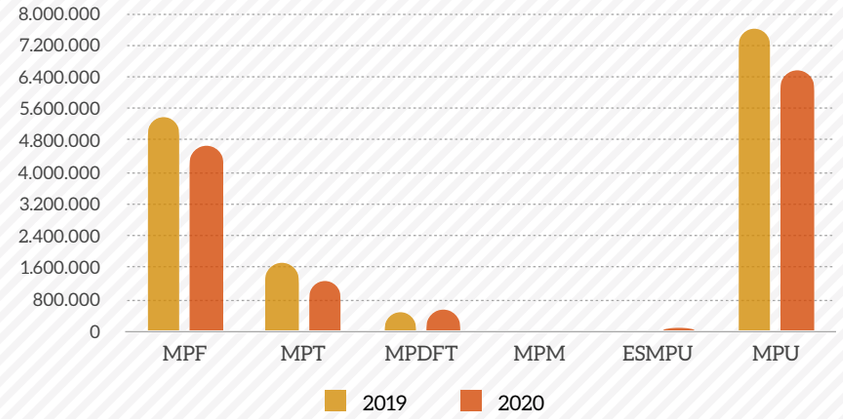
ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
2019	1.530.166,89	55.705.871,24	573,40	251.048,34	41,98	57.487.701,85
2020	16.943.481,54	5.990.238,17	158.265,65			23.091.985,36

1 Sub-repasse é um tipo de liberação de recursos dos órgãos setoriais de programação financeira para as unidades gestoras de sua jurisdição e entre as unidades gestoras de um mesmo ministério, órgão ou entidade. (art. 19, inc. III, do Decreto nº 825/1993)

NOTA 22 – DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Esse agrupamento tem por função registrar as variações patrimoniais diminutivas não classificadas em itens específicos. As despesas com indenizações e restituições representam as VPD mais relevantes desse agrupamento, com percentual de 99,96% em 2020. A composição desse agrupamento é apresentada abaixo:

GRÁFICO 112 DIVERSAS VPD



ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
2019	5.376.425,30	1.688.776,23	489.279,07	28.342,26	61.200,83	7.644.023,69
2020	4.679.962,28	1.259.813,85	521.090,41	23.096,78	99.274,35	6.583.237,67

NOTA 23 – RESULTADO PATRIMONIA

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2020 foi superavitário em R$ 294,3 milhões, obtido pelo confronto das VPA e VPD, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Observa-se que, no resultado patrimonial do período, houve um acréscimo expressivo quando comparado ao do exercício anterior. Em 2020, o resultado foi positivo em R$ 294,3 milhões, que representa uma variação da ordem de R$ 164,7 milhões em relação ao ano de 2019. Nota-se, ainda, que o aumento nas VPA foi superior ao que ocorreu nas VPD.

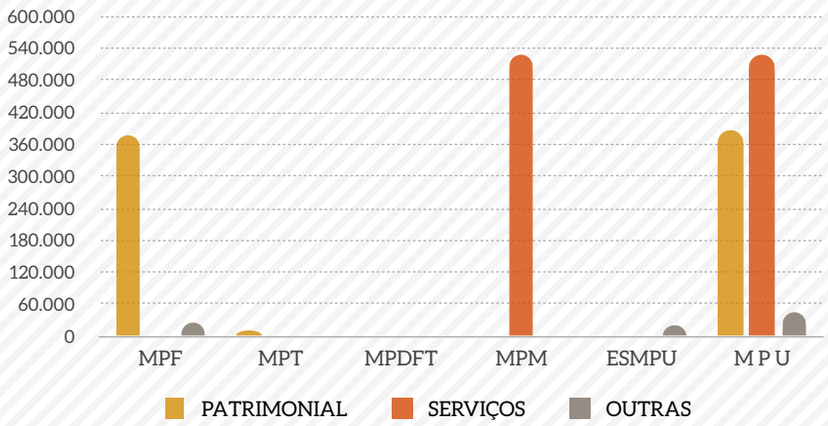
TABELA 171 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS X VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	2020	2019	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	15.103.812.296,58	14.363.047.284,06	5,16%
Variações Patrimoniais Diminutivas	14.809.510.862,82	14.233.450.681,33	4,05%
Resultado Patrimonial do Período	**294.301.433,76**	**129.596.602,73**	**127,09%**

NOTA 24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

No exercício de 2020, foi previsto o montante da receita em R$ 853 mil, mas foram arrecadados quase R$ 962 mil. A receita realizada teve a seguinte composição:

GRÁFICO 113 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA



ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
PATRIMONIAL	377.897,62	8.832,44	-	-	-	386.730,06
SERVIÇOS	-	-	-	529.750,00	-	529.750,00
OUTRAS	25.963,56	-	364,60	-	19.174,13	45.502,29

NOTA 25 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

De acordo com o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

Além disso, a despesa orçamentária é considerada como do exercício se tiver passado por estágio inicial – empenho, mesmo que não seja possível afirmar se foi efetivamente realizada, ou seja, mesmo que não haja condições de garantir se o bem ou material adquirido foi entregue ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado.

Nessa etapa, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na LOA estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública.

As despesas empenhadas e não executadas efetivamente (não liquidadas) são inscritas em restos a pagar não processados, os quais são objeto de Nota específica neste documento.

Feitas essas considerações, a dotação atualizada para o Ministério Público da União, no ano de 2020, alcançou o montante de R$ 7.451.125.140,00, dos quais 99,9% foram empenhados e, por conseguinte, apenas 0,1% (R$ 8.699.122,74) da despesa orçamentária aprovada não foi executada.

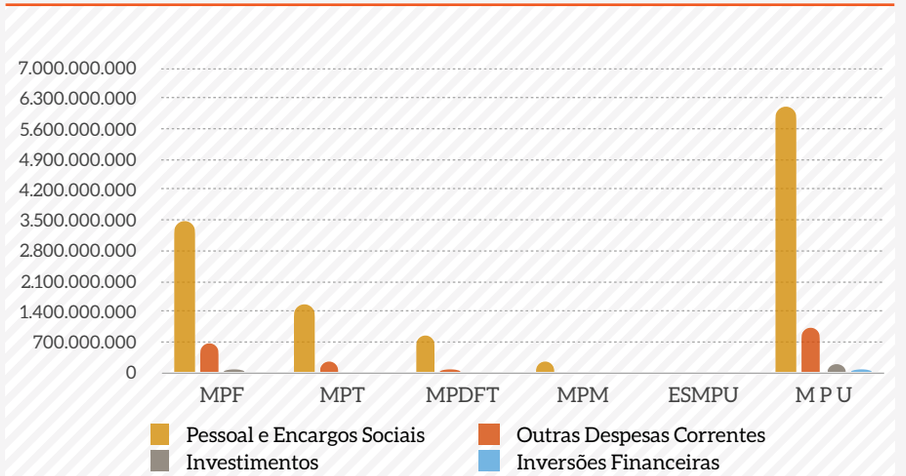
A despesa empenhada teve a seguinte composição:

Do montante empenhado, verifica-se que R$ 7.335.007.295,31 foram liquidados e R$ 7.333.399.086,31 foram pagos no exercício. Isto implicou na inscrição de restos a pagar processados no valor de R$ 1.608.209,00 e de restos a pagar não processados no valor de R$ 107.418.721,95.

As despesas correntes – R$ 7,19 bilhões – representam 96,7% do total das despesas empenhadas. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo Pessoal e Encargos Sociais, no montante de 6,14 bilhões, representando 85,3% dos gastos correntes.

Nas despesas de capital, a principal natureza foi investimentos, com o valor de R$ 178,7 milhões, que representa 72,1% do total gastos de capital.

GRÁFICO 114 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA



ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Pessoal e Encargos Sociais	3.497.819.432,89	1.562.878.749,69	836.856.078,00	230.963.027,61	11.008.244,94	6.139.525.533,13
Outras Despesas Correntes	682.163.850,65	227.411.165,24	92.054.728,52	44.473.845,63	8.972.708,11	1.055.076.298,15
Investimentos	90.124.436,87	41.566.898,67	38.906.591,14	6.410.095,47	1.683.403,83	178.691.425,98

NOTA 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RESTOS A PAGAR

Em consonância com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento.

O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de um produto ou serviço específico no momento da contratação.

A liquidação é o próximo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e ou serviço objeto do gasto.

O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar. Estes, no momento da inscrição, são classificados em dois tipos: processados e não processados. Os restos a pagar processados referem-se a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas no exercício. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, e consequentemente não pagas até o final do exercício.

A respeito do montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) – R$ 99,3 milhões (inscritos em 31 de dezembro de 2019) e R$ 7,3 milhões (em exercícios anteriores) –, verifica-se que R$ 87,5 milhões foram pagos e R$ 10,3 milhões foram cancelados durante o exercício de 2020.

A composição dos restos a pagar não processados é demonstrada no gráfico:

A respeito dos restos a pagar não processados, observa-se que 90,8% dos gastos correntes foram pagos ou cancelados durante o exercício.

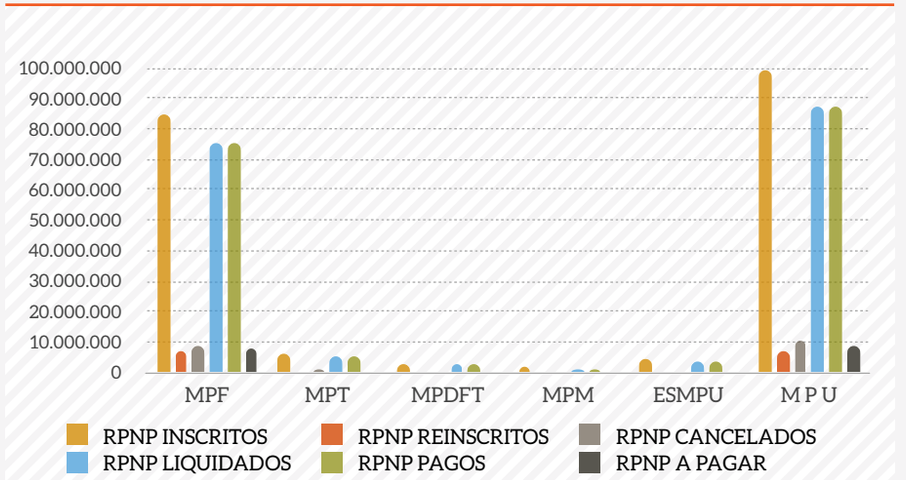
Em relação aos gastos de capital, os pagamentos e cancelamentos representaram 93% do montante em estoque.

A partir das informações obtidas no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, demonstra-se, na tabela a seguir, a composição final do estoque dos restos a pagar em 2020, considerando, inclusive, aqueles que foram inscritos no final do exercício.

Para o ano de 2021, foi inscrito o estoque de quase R$ 118 milhões de Restos a Pagar, representando um acréscimo de R$ 7 milhões (6,3%) em relação à inscrição ocorrida para o ano de 2020 (R$ 111 milhões).

A seguir é apresentada a composição do estoque dos restos a pagar, a partir do ano de empenho da despesa.

GRÁFICO 115 EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS



ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
RPNP INSCRITOS	84.913.594,44	5.900.664,22	2.573.965,88	1.592.901,31	4.276.482,12	99.257.607,97
RPNP REINSCRITOS	6.784.067,20	188.606,07	48.343,62	149.196,05	115.306,43	7.285.519,37
RPNP CANCELADOS	8.365.143,51	1.039.600,29	224.795,69	369.895,99	255.841,78	10.255.277,26
RPNP LIQUIDADOS	75.211.411,02	5.021.762,59	2.344.441,88	1.232.901,75	3.685.973,58	87.496.490,82
RPNP PAGOS	75.194.555,50	5.021.762,29	2.344.441,88	1.232.901,75	3.685.973,58	87.479.635,00
RPNP A PAGAR	8.137.962,63	27.907,71	53.071,93	139.299,62	449.973,19	8.808.215,08

TABELA 172 ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR EM 31/12/2020

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Restos a Pagar Não Processados						
Saldo Inicial em 31/12/2020	8.137.962,63	27.907,71	53.071,93	139.299,62	449.973,19	8.808.215,08
RPNP Inscritos em 31/12/2020	79.197.087,05	7.560.381,28	18.190.986,43	1.002.706,55	1.467.560,64	107.418.721,95
Saldo Final em 31/12/2020	87.335.049,68	7.588.288,99	18.244.058,36	1.142.006,17	1.917.533,83	116.226.937,03
Restos a Pagar Processados						
Saldo Inicial em 31/12/2020	100.144,52	79.158,20				179.302,72
RPP Inscritos em 31/12/2020	1.553.061,47	40.314,48	11.148,27	561,35	478,20	1.608.209,00
Saldo Final em 31/12/2020	1.653.205,99	119.472,68	11.148,27	561,35	478,20	1.787.511,72
Estoque de Restos a Pagar	**88.988.255,67**	**7.707.761,67**	**18.255.206,63**	**1.142.567,52**	**1.920.657,26**	**118.014.448,75**
						RP Inscritos no exercício 109.026.930,95

TABELA 173 ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR – COMPOSIÇÃO – POR ANO

ESTOQUE DE RP	ANO DO EMPENHO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2016	61.984,18					61.984,18
	2018	317.877,01					317.877,01
	2019	7.758.101,44	27.907,71	53.071,93	139.299,62	449.973,19	8.428.353,89
	2020	79.197.087,05	7.560.381,28	18.190.986,43	1.002.706,55	1.467.560,64	107.418.721,95
TOTAL RPNP		**87.335.049,68**	**7.588.288,99**	**18.244.058,36**	**1.142.006,17**	**1.917.533,83**	**116.226.937,03**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2012	4.566,87					4.566,87
	2013	2.581,75	3.825,20				6.406,95
	2014	964,05					964,05
	2016	6.108,46	480,00				6.588,46
	2017	12.030,10	20.700,33				32.730,43
	2018	224,38	35.886,19				36.110,57
	2019	73.668,91	18.266,48				91.935,39
	2020	1.553.061,47	40.314,48	11.148,27	561,35	3.123,43	1.608.209,00
TOTAL RPP		**1.653.205,99**	**119.472,68**	**11.148,27**	**561,35**	**3.123,43**	**1.787.511,72**
TOTAL RP		**88.988.255,67**	**7.707.761,67**	**18.255.206,63**	**1.142.567,52**	**1.920.657,26**	**118.014.448,75**

NOTA 27 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Considerando o complexo conjunto de grupos de fontes que é utilizado pela União, optou-se pela divulgação das receitas pelos valores brutos e a divulgação das deduções e ajustes em uma única linha. Esta escolha propicia, também, a divulgação dos valores brutos arrecadados da receita orçamentária, uma vez que essas informações não estão disponíveis no Balanço Orçamentário.

Na sequência é apresentada a abertura das deduções (ou ajustes) da receita orçamentária divulgada no Balanço Financeiro. A coluna da análise vertical (AV) se refere à arrecadação líquida.

TABELA 174 ARRECADAÇÃO BRUTA X ARRECADAÇÃO LÍQUIDA – POR GRUPOS DE FONTES DE RECURSOS

	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES (OU AJUSTES)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	AV
Ordinárias			0,00	0,0%
Vinculadas	969.101,41	-7.119,06	961.982,35	100,0%
Previdência Social (RPPS)			0,00	0,0%
Alienação de Bens e Direitos			0,00	0,0%
Outros Rec. Vinc. a Órgãos e Programas	969.101,41	-7.119,06	961.982,35	100,0%
Recursos a Classificar			0,00	0,0%
Total das Receitas Orçamentárias	**969.101,41**	**-7.119,06**	**961.982,35**	**100,0%**

NOTA 28 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Durante o ano de 2020, a despesa orçamentária executada foi de R$ 7,44 bilhões. Na tabela abaixo é apresentada a composição das despesas executadas por grupos de fontes de recursos.

Em 2020, observa-se que 87,2% dos gastos foram executados em fontes de recursos ordinárias e apenas 12,8% nas vinculadas.

Dos gastos executados em fontes de recursos vinculadas, cerca de 10,8% – R$ 804,3 milhões – está relacionado com a previdência social (RPPS).

TABELA 175 EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA – POR GRUPOS DE FONTES DE RECURSOS

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	AV
Ordinárias	3.745.202.955,10	1.639.684.930,25	864.531.834,91	221.836.712,76	21.664.356,88	6.492.920.789,90	87,2%
Vinculadas	542.094.765,31	244.114.643,35	103.285.562,75	60.010.255,95	0,00	949.505.227,36	12,8%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	103.880.099,46	24.490.645,10	39.614,00	4.821.674,00		133.232.032,56	1,8%
Previdência Social (RPPS)	437.741.061,00	219.236.400,05	92.565.909,00	54.721.212,02		804.264.582,07	10,8%
Dívida Pública		381.067,00		24.286,79		405.353,79	0,0%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	473.604,85	6.531,20	10.680.039,75	443.083,14		11.603.258,94	0,2%
Total das Despesas Orçamentárias	**4.287.297.720,41**	**1.883.799.573,60**	**967.817.397,66**	**281.846.968,71**	**21.664.356,88**	**7.442.426.017,26**	**100,0%**

NOTA 29 – RESULTADO FINANCEIRO

Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho), sendo apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte (R$ 363,6 milhões) e o saldo do exercício anterior (R$ 454,6 milhões). O resultado financeiro do exercício foi deficitário no montante de R$ 90,9 milhões, com sua formação detalhada na tabela apresentada na sequência.

Dentre os recebimentos extraorçamentários de 2020, destaca-se a inscrição de restos a pagar no montante de R$ 109 milhões – aproximadamente –, 60% do montante total. Sobre os pagamentos extraorçamentários de 2020, destaca-se o pagamento dos restos a pagar no montante de R$ 91,7 milhões – que representa 97,7% do montante total.

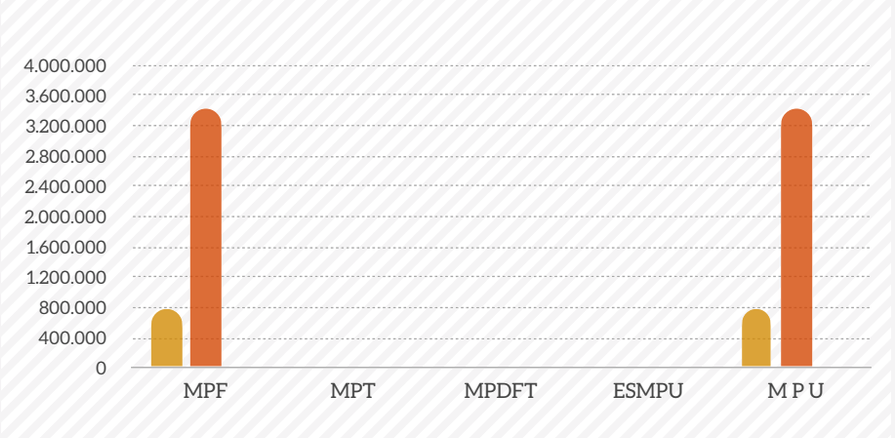
TABELA 176 RESULTADO FINANCEIRO EM 31/12/2020

	2020	2019	AH
Receita Orçamentária	961.982,35	1.678.521,52	-42,7%
Despesa Orçamentária	-7.442.426.017,26	-7.018.381.791,68	6,0%
	-7.441.464.034,91	-7.016.703.270,16	6,1%
Transferências Financeiras Recebidas	14.779.011.061,18	14.038.188.443,67	5,3%
Transferências Financeiras Concedidas	-7.516.906.894,16	-7.054.711.818,73	6,6%
	7.262.104.167,02	6.983.476.624,94	4,0%
Recebimentos Extraorçamentários	182.304.570,31	178.451.441,70	2,2%
Pagamentos Extraorçamentários	-93.882.833,84	-108.507.922,81	-13,5%
	88.421.736,47	69.943.518,89	26,4%
Resultado Financeiro do Exercício	-90.938.131,42	36.716.873,67	-347,7%
Saldo para o Exercício Seguinte =	363.631.992,47		
Saldo do Exercício Anterior =	454.570.123,89		
Resultado Financeiro do Exercício =	**-90.938.131,42**		

NOTA 30 – PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR[1]

No exercício de 2020, foram pagos cerca de R$ 4,2 milhões (95,4%) do estoque de R$ 4,4 milhões de restos a pagar processados. Por sua vez, foram pagos R$ 87,5 milhões (82,1%) do estoque de R$ 106,5 milhões de restos a pagar não processados.

GRÁFICO 116 PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS



ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	790.137,52	-	-	-	-	790.137,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.425.980,32	6.638,82	-	4.501,06	478,20	3.437.598,40
INVESTIMENTOS	1.195,23	15.338,50	-	-	-	16.533,73

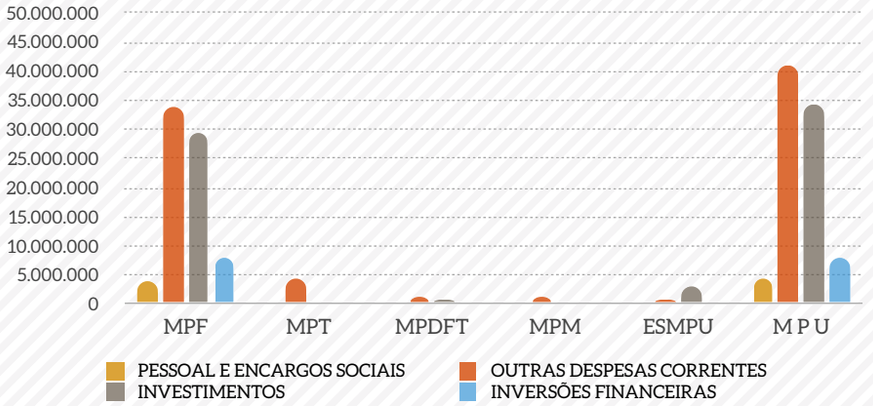
No exercício de 2020, foram pagos cerca de R$ 4,2 milhões (95,4%) do estoque de R$ 4,4 milhões de restos a pagar processados. Por sua vez, foram pagos R$ 87,5 milhões (82,1%) do estoque de R$ 106,5 milhões de restos a pagar não processados.

O principal montante de pagamentos dos restos a pagar não processados ocorreu em Outras Despesas Correntes – R$ 41,1 milhões – para custear, principalmente, despesas das unidades gestoras do MPU com: apoio

1 Os restos a pagar do exercício são computados como recebimentos extraorçamentários para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme disposto no parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

administrativo, técnico e operacional; limpeza e conservação; serviços de tecnologia da informação e comunicação; manutenção e conservação de bens imóveis; serviços de energia elétrica; locação de imóveis; vigilância ostensiva e material de consumo.

GRÁFICO 117 PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS



ANO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.020.730,33	319.877,55	209.996,27	-	6.489,38	4.557.093,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.858.736,94	4.196.703,04	1.359.889,81	1.036.073,96	647.988,68	41.099.392,43
INVESTIMENTOS	29.565.088,23	505.181,70	774.555,80	196.827,79	3.031.495,52	34.073.149,04
INVERSÕES FINANCEIRAS	7.750.000,00	-	-	-	-	7.750.000,00

NOTA 31 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro e, dessa forma, foi negativa em R$ 90,9 milhões no ano de 2020, representando um decréscimo de 347,7% em relação ao ano de 2019, conforme tabela a seguir.

TABELA 177 GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - FORMAÇÃO

	2020	2019	AH
Atividades Operacionais	134.590.830,82	117.131.152,20	14,9%
Atividades de Investimentos	-225.528.962,24	-80414278,53	180,5%
Total	**-90.938.131,42**	**36.716.873,67**	**-347,7%**

TABELA 178 ENDEREÇO ELETRÔNICO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

RAMO	ENDEREÇO ELETRÔNICO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
MPF	http://www.transparencia.mpf.mp.br/
MPT	https://mpt.mp.br/MPTransparencia/
MPM	https://transparencia.mpm.mp.br
MPDFT	https://www.mpdft.mp.br/transparencia/index.php?item=inicio
ESMPU	http://escola.mpu.mp.br/transparencia/portal-da-transparencia

7.1.3 RECOMENDAÇÕES

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
3	2020	Auditoria	PR-PA	MPF	Planejamento das Contratações	Incluir integrantes da área requisitante/técnica (fiscalização) e, se possível, do setor de contratos na composição da EPC para contratação de serviços.	Seguir recomendação constante nos arquivos TCU – riscos e controles; IN SG/MPF n.02/2019; Decreto n. 10.024/2019 (art.16, parág. 3º.)	A PRPA destaca que passou a observar tal recomendação nas licitações que estão sendo planejadas para o ano de 2020, inclusive para os contratos sem mão de obra residente, é o caso da contratação de vigilância, que está em fase de planejamento e a contratação de bebidas quentes, que será reaberta em breve. Os procedimentos para mitigação dos riscos estão sendo seguidos observando o fluxo estabelecido pelo manual de riscos e controles elaborado pelo TCU, com aderência a IN 05/2017.
3	2020	Auditoria	PR-PA	MPF	Planejamento das Contratações	Promover capacitação de recursos humanos.	Seguir recomendação constante nos arquivos TCU – riscos e controles; IN SG/MPF n.02/2019; Decreto n. 10.024/2019 (art.16, parág. 3º.)	Está em fase de estudos e aprovação pela Chefa Institucional, o plano anual de contratações da PRPA, os recursos são limitados, contudo serão avaliados cursos que contribuam com o planejamento de contratações.
3	2020	Auditoria	PR-PA	MPF	Planejamento das Contratações	Aprimorar os controles internos de forma que, nas contratações de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a definição do valor máximo se dê em decorrência dos valores resultantes do preenchimento da planilha de custos e formação de preços.	Observar os critérios delimitados na IN MPDG 05/2017, IN MPDG n.05/2014; Portaria SG/MPF n. 821/2017 (planilha) regulamenta pesquisa de preço, para elaboração das planilhas de preços d limpeza e outras. Referencial de Custos Audin – 2ª edição	Os valores utilizados como referencial, diferiram do calculado na planilha, por conta de valores muito baixos e a preocupação em deixar o certame pouco atrativo por conta do metro quadrado limpo ficar em valor muito baixo, por conta disso optouse por utilizar os valores da Portaria SLTI 213/2017. Destaca-se que para que o ocorrido não se repita nas licitações seguintes, seguiremos os normativos da IN MPDG n.05/2014; Portaria SG/MPF n. 821/2017 que regulamentam o assunto.
3	2020	Auditoria	PR-PA	MPF	Planejamento das Contratações	Aprimorar os controles internos relacionados ao preenchimento de planilhas de custos em observância aos normativos aplicáveis, em especial com relação aos avisos prévios trabalhado e indenizado.	O documento a ser observado será o Referencial de Custos Audin – 2ª edição e Parecer Audin n. 431/2019	Para o caso, no momento da elaboração da planilha, optou-se por utilizar dados do CAGED exclusivos do Pará, julgou-se que, utilizando-os haveria maior aderência a realidade local. Para as próximas contratações, utilizaremos como norte, o Referencial de Custos Audin – 2ª edição e o Parecer Audin n. 431/2019 como mecanismo de controle.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
3	2020	Auditoria	PR-PA	MPF	Planejamento das Contratações	Avaliar a necessidade de aprimoramento dos procedimentos de pesquisa de preços, buscando adesão formal a normativo específico sobre a matéria.	Os seguintes documentos servirão de normas a serem atendidas: IN 05/2014; Portaria SG/MPF n 821/2017; Acórdão TCU n. 2096/2013.	Destaca-se que, nos certames realizados no ano, operou-se substancial melhoria nas pesquisas de preço, onde passou-se a utilizar planilha derivada da portaria SG/MPF 821/2017, com descartes de preços destoantes observando os critérios estatísticos. Esta Coordenadoria, mantêm o compromisso de utilizar os critérios estabelecidos na IN 05/2014, Portaria SG/MPF n 821/2017, Acórdão TCU n. 2096/2013.
4	2020	Auditoria	PLAN-ASSISTE	MPF	Gestão do Plan-Assiste	Verificar a possibilidade de realizar credenciamento por edital e adotar a TABJUD como valor de referência.	Consta do Relatório de Auditoria AUDIN-MPU nº 14/2020	Os contratos de credenciamento seguem o disposto no Regulamento Geral e na Norma Complementar nº 10/2013. Os critérios econdições para credenciamento estão estabelecidos no edital nº 1/2015, vigente desde março de 2015 (Orientações sobre credenciamento).Novo edital de credenciamento está sendo elaborado, estabelecendo novos parâmetros de negociação com a rede credenciada, e revisão gradativa dos termos de credenciamento para adequação aos novos referenciais (TabJud), observandoas particularidades dos Estados. O cronograma inicialmente previsto foi prejudicado pela pandemia da Covid-19, mas as ações estão em andamento, conforme Matriz de Responsabilidades.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
4	2020	Auditoria	PLAN-ASSISTE	MPF	Gestão do Plan-Assiste	Rever os processos de credenciamento e negociação de valores com prestadores, instituindo controles que limitem o valor a pagar à tabela dos Tribunais, ou outra referência que possa servir de parâmetro de preço de mercado, sempre que os serviços prestados forem similares e não haja justificativa plausível ao pagamento diferenciado.	Consta do Relatório de Auditoria AUDIN-MPU nº 14/2020	Conforme apurado, o Plan-Assiste firmou Termo de Compromisso com o Grupo dos Tribunais em 02 de dezembro de 2010, renovado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 20/2016 e Aditivo, com vigência de 60 meses (Anexos II, III e IV). Embora tenha sido designado representante para participar das reuniões do Grupo dos Tribunais, o Plan-Assiste não aderiu à TabJud à época. Os parâmetros para negociação de preços dos contratos decredenciamento eram os definidos pela Norma Complementar nº 10/2013 (art. 12,II), pelo Regulamento Geral (art. 57, XI, XV, art. 69, VI e art. 82), pelas decisões do Conselho Gestor registradas em Atas de Reuniões do Conselho (Anexos V, VIe VII) e pelo parecer NUNAJ nº 23/2014 (Anexo VIII). Em 05 de março de 2020 o Plan-Assiste aderiu à TabJud como referencial de preços para os contratos a serem firmados com a rede credenciada, sempre que as condições forem mais favoráveis, com o objetivo de reduzir despesas, conforme definido pelo Exmº Sr, Secretário Geral do MPF, Presidente do Conselho Gestor, por meio do Ofício nº 508/2020/SG/MPF, encaminhado ao Grupo dos Tribunais .Como efetividade desta ação, destaca-se o credenciamento do Hospital DF Star, do Hospital de Águas Claras e da Clínica de Mamografia de Brasília, prestadores de Brasília, com preços referenciados pela Tabjud (Anexos X, XI e XII). Quanto ao processo de credenciamento, informa-se que no início do mês de março de 2020 foi estabelecida parceria com a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE/MPF) para reorganizar e reestruturar os processos de trabalho, priorizando a análise e redesenho dos processos de credenciamento, de perícia e de auditoria de contas, incluindo a análise dos fluxos desses processos em todas as Gerências Regionais do Plan-Assiste/MPF nos Estados, com o objetivo de aumentar aeficiência operacional, reduzir despesas e instituir mecanismos de controle etransparência. A SGE está realizando diagnóstico estratégico para avaliar osprocessos que foram priorizados e a estrutura das Gerências Regionais.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
4	2020	Auditoria	PLAN-ASSISTE	MPF	Gestão do Plan-Assiste	Renegociar os preços dos prestadores de serviço para os quais a adoção da tabela dos tribunais (TAB-JUD) se mostre mais vantajosa, ajustando preços pagos atualmente acima do valor de mercado, ou justificar a adoção de tabelas de preços superiores aos praticados no mercado, além do aceite de preços até 23x superiores ao constante da tabela dos tribunais (a exemplo do constatado no Plan-Assiste do MPF na contratação do Laboratório Sabin – Tabela 6)	Consta do Relatório de Auditoria AUDIN-MPU nº 14/2020	No início do mês de março de 2020 foi criado grupo de trabalho para analisar os contratos e verificar a vantajosidade de migração para aTabJud, caso a caso, pois existem contratos de credenciamento em que os preços contratados são menores do que os estabelecidos na TabJud. Também será necessário avaliar as particularidades e diferenças de mercado e oferta de rede deprestadores de cada Estado, especialmente em relação ao Distrito Federal, onde estão concentrados os prestadores de serviço credenciados aos Programas de Saúde e abrangidos pela TabJud. Como existem cerca de 3000 (três mil) contratos vigentes, o trabalho exigirá um grande esforço e será realizado em médio prazo. Porém, na tentativa de agilizar o processo, nas negociações de reajuste de preços solicitadas pelos prestadores com contratos vigentes, sempre será realizada a análise e, caso mais vantajoso, será oferecida a TabJud como referência. Se os preços estiverem acima do praticado, a Diretoria de Credenciamento fará a negociação para tentar a redução e adequaçãoà Tabjud. Caso o prestador não concorde com a diminuição dos valores, restará duas alternativas: ou será proposta a rescisão do contrato de credenciamento ou o congelamento dos preços, sem concessão do reajuste, até que se igualem aos referenciados na Tabjud. A análise da alternativa deverá levar em conta a importância do prestador para os beneficiários, e, excepcionalmente, o atualmomento de pandemia, no qual é imprescindível manter a rede de hospitais elaboratórios credenciados.A exemplo dessas ações, destacamos as negociações realizadas com o Grupo Ímpar e com o Hospital Anchieta (Anexos XIV e XV). Quanto ao laboratório SABIN, as planilhas de preços e o contrato estão emanálise e as considerações e justificativas serão apresentadas posteriormente pelaComissão Diretora. Tão logo esse trabalho seja concluído, será iniciada arenegociação do contrato. O mesmo se aplica para os demais prestadores,conforme explicitado acima.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
4	2020	Auditoria	PLAN-ASSISTE	MPF	Gestão do Plan-Assiste	Avaliar a possibilidade de celebrar termo de cooperação com as autogestões dos Tribunais do Poder Judiciário, com o objetivo de intercâmbio de dados, para fins de elaboração de bases comparativas, especialmente no que se refere aos montantes das despesas assistenciais. Avaliar, ainda, a possibilidade que as referidas comparações sejam periódicas e inseridas nas Notas Técnicas atuariais.	Consta do Relatório de Auditoria AUDIN-MPU nº 14/2020	A Unidade não se pronunciou sobre essa recomendação em item específico, porém, na análise dos documentos enviados a esta AUDIN, constata-se que em 2/12/2010 foi firmado um Termo de Compromisso (TC), o qual foi renovado e aditivado pelo TC nº 20/2016, com o STJ, STF, TST, STM, MPF, TRF 1ª Região, TRT 10ª Região, TJDFT, TRE/DF e Senado Federal e vigência de 60 meses, objetivando: promover a manutenção de tabelas unificadas de procedimentos; atuar conjuntamente nas negociações de preços e condições de serviços prestados; fortalecer o intercâmbio de experiências e informações; permitir adesão recíproca a credenciamentos e acordos firmados; e promover critérios gerais para a contratação de rede credenciada.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
4	2020	Auditoria	PLAN-ASSISTE	MPF	Gestão do Plan-Assiste	Realizar estudos atuariais, incluindo a construção simulada de cenários que indiquem em reais o que representará de impacto na receita e na despesa, inclusive identificando potenciais ações redutoras de despesas, considerando as propostas a serem implementadas, e apresentar as alterações propostas de forma completa para deliberação do Conselho Gestor, incluindo os resultados a serem alcançados em 2 ou 3 exercícios futuros, em comparação com pelo menos 2 exercícios anteriores.	Consta do Relatório de Auditoria AUDIN-MPU nº 14/2020	A recomendação foi acatada e a Assessoria Atuarial irá incorporar os itens recomendados nos próximos relatórios atuariais, sempre queos dados estiverem disponíveis, registrando-se, todavia, que as demandas formuladas pelo Conselho Gestor em situações pretéritas foram prontamente atendidas.
4	2020	Auditoria	PLAN-ASSISTE	MPF	Gestão do Plan-Assiste	Ao Conselho Gestor, avaliar de forma mais tempestiva a adoção das providências recomendadas pela Assessoria Atuarial, como forma de preservar a gestão e integridade financeira do Plan-Assiste/MPF e também do MPT e MPM.	Consta do Relatório de Auditoria AUDIN-MPU nº 14/2020	Não cabe manifestação da diretoria do Plan-Assiste quanto a este item, uma vez que a recomendação foi direcionada ao Conselho Gestor.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
4	2020	Auditoria	PLAN-ASSISTE	MPF	Gestão do Plan-Assiste	Instituir controles internos baseados em Normativos Internos que determinem qual o limite discricionário que o técnico do plano tem em negociações de preços.	Consta do Relatório de Auditoria AUDIN-MPU nº 14/2020	Esta Diretoria Executiva não se opõe à adoção dos limites sugeridos, porém será necessário deliberar o assunto com o Conselho Gestor e, se aprovado, alterar as normas internas do Programa. Alerta-se, entretanto, para o grande volume de processos de credenciamento, devido à abrangência Nacional, o que poderá sobrecarregar a estrutura da Secretaria Geral.
5	2020	Auditoria	PRT18-GO	MPT	Planejamento das Contratações	Fortalecer o controle interno administrativo em relação à análise dos estudos técnicos preliminares avaliando a adoção de checklist, manuais ou o que a Unidade entender como suficiente para torná-lo mais robusto a eventuais substituições de servidores no setor.	Registrar nos PGEA'S as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte (conforme item 3.4 do Anexo III da IN05), mantendo um registro fiel do histórico no PGEA condizente com as ações que já praticamos.	Registro de todas as tratativas dentro do PGEA. Quando são utilizados instrumentos de comunicação auxiliares, como e-mail e telefone, consta o teor no PGEA.
5	2020	Auditoria	PRT18-GO	MPT	Planejamento das Contratações	Fortalecer o controle interno administrativo em relação à análise dos estudos técnicos preliminares avaliando a adoção de checklist, manuais ou o que a Unidade entender como suficiente para torná-lo mais robusto a eventuais substituições de servidores no setor.	Identificar nas contratações as que poderão ter a metodologia da aferição do resultado alterado, e, durante o planejamento das próximas contratações, realizando a análise do custo x benefício para implementação, incluir mecanismos que promovam o pagamento atrelado a metas estabelecidas, quando couber, de acordo com a IN 05/2017.	A metodologia proposta ainda não foi utiizada, pois os contratos de maior complexidade, por exemplo os terceirizados, ainda não foram realizados.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
5	2020	Auditoria	PRT18-GO	MPT	Planejamento das Contratações	Fortalecer o controle interno administrativo em relação à análise dos estudos técnicos preliminares avaliando a adoção de checklist, manuais ou o que a Unidade entender como suficiente para torná-lo mais robusto a eventuais substituições de servidores no setor.	Elaborar mapa de risco e incluir ao PGEA juntamente com a formalização da demanda, quando couber, de acordo com a IN 05/17.	Os mapas de riscos são utilizados em contratos de maior complexidade, por exemplo o de manutenção de ar condicionado. O modelo de checklist ainda não foi editado em seu formato final, estando em fase de elaboração.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
6	2020	Inspeção	ESMPU	ESMPU	Gestão de Cursos	Solicita-se que a ESMPU informe sobre a existência de controles que mitiguem o risco de possível favorecimento de membros da gestão no processo de escolha de docentes, bem como os processos e normativos – caso existam – que tratem especificamente sobre essa matéria.		O controle mitigatório do risco de eventual favorecimento de membros da gestão na escolha dos docentes consistiu na implementação de mudanças do processo de escolha dos cursos, e consequente do corpo docente. O processo de eleição dos cursos a serem realizados pela ESMPU, bem como do corpo docente de cada atividade, passou a ser descentralizado e mais democrático.A descentralização ocorreu por meio da atuação dos Coordenadores de Ensino, que ficaram responsáveis pela colheita de propostas de atividades acadêmica junto ao respectivo ramo. O anúncio do prazo para envio de propostas se deu via Edital, divulgado por cada Coordenador. As propostas recebidas - que continham informações como objetivo da atividade, ementa, formato e sugestão de corpo docente - foram objeto de parecer do respectivo Coordenador de Ensino, que avaliou a pertinência de cada proposta, e análise pela área técnico-pedagógica da ESMPU, quanto ao formato. Após estas instâncias de análise, as propostas foram apreciadas pelo colégio de Coordenadores de Ensino, sob a presidência do Diretor-Geral e do Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação, que definiram, em conjunto, as atividades que seguiriam para aprovação do Conselho Administrativo da ESMPU. O novo processo de planejamento de cursos foi implementado em novembro de 2020, conforme os documentos constantes do Processo SEI 0.01.000.1.002231/2020-37, para as atividades acadêmicas a serem realizadas a partir de 2021. Seguindo-se esse processo, as atividades acadêmicas aprovadas são fruto de propostas de membros e servidores do MPU, restando garantida, dessa forma, a impessoalidade, por parte da Gestão Superior, no processo de escolha dos cursos, bem como de seus docentes, que são escolhidos pelo Orientador Pedagógico, responsável pela proposta. Ademais, os dirigentes da ESMPU – Diretores-Gerais, Coordenadores de Ensino e Secretários - não receberam, em 2020, pagamentos relacionados à atuação docente, e nas atividades acadêmicas nas quais estejam arrolados na programação, suas participações se dão como representantes da ESMPU, não ensejando pagamentos. Quanto aos normativos, o atual Estatuto da ESMPU, Portaria PGR/MPU Nº 95, de 20 de maio de 2020, atribuiu à Coordenação de Ensino dos ramos a competência de propor à Administração Superior a seleção de docentes para as atividades do respectivo ramo (Art. 14, III). À Coordenadoria de Educação Continuada compete, regimentalmente (Resolução CONAD Nº 05, de 22 de junho de 2020, Art. 31, IV), coordenar o processo de seleção de docentes. Esse processo de seleção ocorre, no âmbito desta Coordenadoria, durante a concepção pedagógica da atividade, na qual o Orientador Pedagógico seleciona os docentes que atuarão no curso, pautados em currículo que comprove a experiência no tema do curso.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
7	2020	Inspeção	SG	MPF	Contratação BRy Tecnologia	Não houve. Foi constatado o seguinte achado: Ausência da manifestação do Gestor/Fiscal do Contrato.		A unidade informou que a consulta ao fiscal técnico está registrada em Ata no processo. Porém, tal consulta não fica clara na referida Ata. Por oportuno, é de se registrar a ausência de assinatura ao referido documento pelo servidor Thiago Medeiros Rocha (fiscal do contrato TC 82/2014). Em segunda informação, o setor comunica que existem esforços para orientar as equipes quanto às prestações das informações requeridas. Entretanto, não elucidou quais esforços estão em andamento.
7	2020	Inspeção	SG	MPF	Contratação BRy Tecnologia	Não houve. Foi constatado o seguinte achado: Fragilidade de informação relevante na elaboração do Documento de Oficialização da Demanda - DOD		A Unidade informou que realizou uma descrição sucinta pois trata-se de tecnologia muito comum ao grupo e exemplificou como poderia ter feito. Contudo não vislumbrou nenhum plano de ação preventivo para evitar a reincidência em contratações futuras.
7	2020	Inspeção	SG	MPF	Contratação BRy Tecnologia	Não houve. Foi constatado o seguinte achado: Fragilidade na descrição do impacto/danos potenciais		Usando a mesma justificativa do achado anterior, a unidade se limita em abordar que realizou uma descrição breve, pois trata-se de tecnologia muito comum ao grupo e apresentou um exemplo. Todavia, ocorre que esta conclusão não é capaz de sustentar a adoção de reais medidas preventivas como forma de diminuir ou eliminar tais riscos e de demonstrar de forma clara e objetiva os verdadeiros impactos que importam na análise, que, no caso em questão, seriam, por exemplo, o software ficar sem os serviços de suporte, manutenção e atualização. Seguindo o exame da segunda alegação torna-se inviável considerar falta de pessoal para ações corriqueiras previstas em leis e regulamentos internos do MPU

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
7	2020	Inspeção	SG	MPF	Contratação BRy Tecnologia	Não houve. Foi constatado o seguinte achado: Ausência de definição e especificação das necessidades de negócio consistentes e objetivas		A unidade informou que o Suporte Técnico foi abordado no ETP nos itens 2.1.1 e 2.1.2 do PGEA nº 1.00.000.004745/2019-19 e citou outros itens que são intimamente relacionados. Apesar disso, a situação observada ainda prioriza uma apresentação suficientemente adequada, necessitando enfoque também no Projeto Básico. Em relação à segunda justificativa, afirmou-se que "existem esforços para orientar as equipes quanto às prestações de tais informações...". Porém, não há formalização do aprimoramento do controle, com vistas a torná-lo mais resistente a eventuais situações. Assim, a implantação de checklists ou manuais, por exemplo, poderiam mitigar esse risco.
7	2020	Inspeção	SG	MPF	Contratação BRy Tecnologia	Não houve. Foi constatado o seguinte achado: Ausência de disponibilização de forma eletrônica do Estudo Técnico Preliminar - ETP		o disposto legal pode não ser atribuição da SOGEC, mas, de posse da referida informação, o setor pode promover adequação no sentido de encaminhar, ou notificar o setor responsável sobre a necessidade de publicação. Essa recomendação pode ainda constar em checklist ou em manuais como ponto de verificação pela equipe de planejamento de contratação.
7	2020	Inspeção	SG	MPF	Contratação BRy Tecnologia	Não houve. Foi constatado o seguinte achado: Projeto Básico com Descrição da Solução de TI imprecisa		A unidade justificou que o detalhamento em questão está presente no ETP. As informações constantes no Projeto Básico não atingem nível de especificação e detalhamento que permitam concluir pela conformidade com os normativos que regem a matéria. Não se pode inferir se os dados constantes no ETP são suficientes, ou suprem a falta da informação no Projeto Básico.
7	2020	Inspeção	SG	MPF	Contratação BRy Tecnologia	Não houve. Foi constatado o seguinte achado: Projeto Básico com discriminação inadequada dos itens componentes do orçamento da contratação		Foi informado pela unidade que a economicidade está abordada em alguns itens do ETP. A economicidade da contratação é questão crítica e relevante na apreciação do juízo de conveniência e oportunidade que subsidia a formação da vontade administrativa, de sorte que merece tratamento organizado e concatenado no Projeto Básico, que é o documento final a ser elaborado pela equipe de planejamento da contratação. Por fim, insta registrar que a unidade esclarece que a métrica de pagamento se estabelece em razão da demanda e alega não serem da competência da equipe a apreciação sobre custos de despesas administrativas, lucro e tributos. Todavia, a alínea "f" inciso IX art. 6º da Lei 8.666/1993, dispõe serem estes alguns dos itens que compõem o custo global.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Proceder, em momento oportuno, à efetivação da gestão de riscos na Política de Segurança da Informação.	Implementação de uma área de segurança de tecnologia da informação, que poderá iniciar processos de trabalho dedicados à gestão de riscos. O Grupo de Trabalho responsável pela reestruturação e novo regimento da Escola está ciente da necessidade e está estudando a possível implementação. Previsão de normativo de Gestão de Riscos na PSI.	O normativo de Gestão de Riscos faz parte do arcabouço de normas que visam integrar a PSI, devido a priorização de outros projetos da Escola ainda não foi montado Grupo de Trabalho específico para discutir de forma efetiva o assunto. Previsão de começo depende da aprovação da PSI.
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Revisar a minuta de Política de Segurança da Informação, considerando regulamentar situações observadas nesta Matriz de Achados que possuem como possíveis causas a inexistência da Política aprovada, e proceder a sua aprovação.	Revisar a minuta da Política de Segurança da Informação (PSI) com atenção à Matriz de Achados e, em seguida, obter a aprovação pela Alta Direção.	A minuta da PSI está revisada e esperando entrar em pauta de aprovação pela alta direção. Previsão até o fim deste primeiro semestre de 2021.
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Revisar a minuta da política de senhas, fazendo constar, por exemplo, controles automáticos no Active Directory para definir senhas fortes, troca obrigatória de senhas em intervalos regulares, impedimento de utilizações de senhas iguais às anteriores no momento de troca e/ou outros controles que os responsáveis julgarem pertinentes para a integridade da segurança da informação.	Submeter o normativo de segurança de senhas à atual Direção para validar o entendimento de que ele deve ser anexado à PSI. O entendimento desta Secretaria é de que ele pode ser aprovado independentemente da Política de Segurança da Informação.	O normativo de Gestão de Identidade já está minutado, porém precisa passar por revisão antes de ser publicado e faz parte dos documentos a serem lançados assim que da aprovação da PSI.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Definir regras em Política de Segurança da Informação para o acesso e uso dos ativos de informação da organização, estabelecendo limites e responsabilidades dos usuários de rede e sistemas da ESMPU.	Revisar a minuta da Política de Segurança da Informação (PSI) com atenção à Matriz de Achados e, em seguida, obter a aprovação pela Alta Direção. A PSI deve trazer as diretrizes para o direcionamento do uso de recursos de TI. Cada recurso em específico deverá, posteriormente, ter seu uso disciplinado por meio de normas e/ou procedimentos. Previsão da elaboração de Termo de Uso que irá compor a PSI dando ciência e responsabilidades aos colaboradores da ESMPU sobre os controles e recursos que serão disponibilizados.	A minuta da PSI está revisada juntamente com o Termo de Uso (atendendo requisitos da LGPD) e esperando entrar em pauta de aprovação pela alta direção. Previsão de aprovação até o fim deste primeiro semestre de 2021.
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Separar ID de usuário de acessos privilegiados do ID de atividades rotineiras (usuário comum) para os administradores do Active Directory.	Identificar e separar contas de usuário com acessos privilegiados das contas para atividades comuns (perfil padrão). Ação imediata de padronização, organização e implementação de contas diferenciadas para uso comum ou administrativo no ambiente computacional da ESMPU, com intuito de mitigar possíveis incidentes ou acessos não-autorizados a recursos de TI da Escola.	A medida adotada pela DISUP em conjunto com o Núcleo de Segurança da Informação (NUSEG) foi acatar integralmente a recomendação da AUDIN. Na data de 07/07/2020, o chefe do NUSEG nos sugeriu tal alteração, através de email circular. Nos dias que se sucederam, a DISUP passou a adotar o uso de perfil administrativo apenas quando efetivamente necessário. Além disso, o uso da conta "administrador", no AD, foi banido. Complementarmente, houve tentativa de descontinuar o uso do perfil "administrador" nos desktops. Porém, sua implementação ainda depende de atualização tecnológica no parque de servidores ("atualização do AD").
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Realizar levantamento de todas contas que possam pertencer a um mesmo usuário e proceder à exclusão das contas não ativas e/ou na qual não haja justificativa formal para existência.	Realizar revisão dos usuários no Active Directory da Escola que possuem dois logins, de modo a garantir que siga o padrão descrito na coluna "Observações do Gestor". Revisão esta juntamente com o chefe de Divisão de Gestão de Pessoas e posterior elaboração de rotina operacional para usuários que necessitam de 2 contas em vista de compatibilidade com sistemas do MPF.	Revisões tem sido realizadas semestralmente (em abril e setembro), de modo que temos tido o cuidado de manter ativa apenas uma das contas de cada usuário.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Fortalecer o controle interno administrativo em relação à criação/ movimentação/ desligamento de usuários, avaliando a adoção de checklist, manuais ou o que a Unidade entender como suficiente para torná-lo mais robusto a eventuais substituições de servidores no setor.	Promover campanha de publicidade do fluxo já existente, reforçando a necessidade de formalização dos pedidos de credenciamento e descredenciamento. Deverá também ser estabelecido, revisado ou reforçado, um fluxo para movimentação de colaboradores no âmbito interno da Escola (servidores, estagiários e terceirizados). Foi implementado recentemente log para tracking ou acompanhamento de permissionamento de usuários no AD.	Tais aprimoramentos tem sido discutidos com a Divisão de Gestão de Pessoas e avançamos na construção de matriz de responsabilidades. Todavia, a efetivação dos novos processos ainda depende de maior visibilidade destes. Oportunamente, encontra-se em andamento processo de mapeamento de processos na ESMPU, com vistas a torná-los públicos.
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Estabelecer em Política de Segurança da Informação ou normativo quais serão as informações essenciais ou obrigatórias que deverão constar no formulário de solicitação, bem com conscientizar os funcionários da unidade das regras das diretrizes a serem implementadas	O fluxo de credenciamento e descredenciamento define que a concessão/revogação só deve ser efetivada após o fornecimento completo dos dados obrigatórios. Sobre esse item, o plano de ação é a publicidade do fluxo e reforçar a conformidade.	Em complemento ao fluxo de credenciamento e descredenciamento, será lançada a norma específica de Gestão de Identidade com os requisitos necessários e obrigatórios para a execução deste fluxo, assim como tratamento de outros assuntos pertinente ao tema, por exemplo, requisitos de senha segura.
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Aprimorar controles relativos à verificação das informações constantes nos formulários e proceder a concessão somente quando todas as informações forem esclarecidas pela área solicitante e evidenciadas.	Iniciar um projeto de mapeamento, junto aos gestores negociais e de sistemas das áreas, para identificar os perfis padrão necessários para o desempenho dos processos de trabalho, assim como formalização dos dados mínimos necessários em normativo que irá compor a PSI.	Tais aprimoramentos tem sido discutidos com a Divisão de Gestão de Pessoas e avançamos na construção de matriz de responsabilidades. Todavia, a efetivação dos novos processos ainda depende de maior visibilidade destes. Oportunamente, encontra-se em andamento processo de mapeamento de processos na ESMPU, com vistas a torná-los públicos.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Não realizar a concessão de acessos em situações de formulários que solicitam perfis iguais a outros usuários já existentes, avaliando a conveniência da criação de padrões de acesso, como, por exemplo, por setor/lotação, que serão seguidos pelos técnicos na concessão. Para situações específicas, fazer constar de maneira explícita, nos formulários de solicitação, quais serão os acessos extras, ou seja, além do padrão pré-estabelecido para cada setor/lotação, de preferência com justificativa.	O fluxo de credenciamento e descredenciamento define que a concessão/revogação só deve ser efetivada após o fornecimento completo dos dados obrigatórios. Sobre esse item, o plano de ação é a publicidade do fluxo e reforçar a conformidade.	Tais aprimoramentos tem sido discutidos com a Divisão de Gestão de Pessoas e avançamos na construção de matriz de responsabilidades. Todavia, a efetivação dos novos processos ainda depende de maior visibilidade destes. Oportunamente, encontra-se em andamento processo de mapeamento de processos na ESMPU, com vistas a torná-los públicos.
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Aprimorar controles relativos à verificação de concessões e revogações de acesso realizados no Active Directory.	Reforçar a conformidade com o fluxo já estabelecido de credenciamento, movimentação e desligamento (SEI 0.01.000.1.003753/2019-74) e dar publicidade aos atores envolvidos. O intuito é mitigar a permanência de acessos residuais ou não autorizados através de um processo mais difundido na instituição.	Tais aprimoramentos tem sido discutidos com a Divisão de Gestão de Pessoas e avançamos na construção de matriz de responsabilidades. Todavia, a efetivação dos novos processos ainda depende de maior visibilidade destes. Oportunamente, encontra-se em andamento processo de mapeamento de processos na ESMPU, com vistas a torná-los públicos.
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Proceder à desabilitação dos usuários relacionados, caso não tenham de fato ocorrido.	Reforçar a conformidade com o fluxo já estabelecido de credenciamento, movimentação e desligamento (SEI 0.01.000.1.003753/2019-74) e dar publicidade. Foi implementado recentemente log para tracking ou acompanhamento de permissionamento de usuários no AD.	Os usuários foram desabilitados.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Proceder à regularização de usuários administradores do Active Directory, de forma que todas as atividades no AD possuam os respectivos usuários executores das ações claramente identificados.	Orientar que os procedimentos técnicos não utilizem o usuário Administrador do AD. Identificar e separar contas de usuário com acessos privilegiados das contas para atividades comuns (perfil padrão). Ação imediata para padronização, organização e implementação de contas diferenciadas de uso comum ou administrativo no ambiente computacional da ESMPU, com intuito de mitigar possíveis incidentes ou acessos não autorizados a recursos de TI da Escola.	A medida adotada pela DISUP em conjunto com o Núcleo de Segurança da Informação (NUSEG) foi acatar integralmente a recomendação da AUDIN. Na data de 07/07/2020, o chefe do NUSEG nos sugeriu tal alteração, através de email circular. Nos dias que se sucederam, a DISUP passou a adotar o uso de perfil administrativo apenas quando efetivamente necessário. Além disso, o uso da conta "administrador", no AD, foi banido. Complementarmente, houve tentativa de descontinuar o uso do perfil "administrador" nos desktops. Porém, sua implementação ainda depende de atualização tecnológica no parque de servidores ("atualização do AD").
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Utilizar a conta de usuário Administrador somente nos casos recomendados pela fabricante Microsoft, quais sejam as atividades de implantação iniciais e casos necessários em situações de recuperação de desastres.	Orientar que os procedimentos técnicos não utilizem o usuário Administrador do AD. Identificar e separar contas de usuário com acessos privilegiados das contas para atividades comuns (perfil padrão). Ação imediata para padronização, organização e implementação de contas diferenciadas de uso comum ou administrativo no ambiente computacional da ESMPU, com intuito de mitigar possíveis incidentes ou acessos não autorizados a recursos de TI da Escola.	A medida adotada pela DISUP em conjunto com o Núcleo de Segurança da Informação (NUSEG) foi acatar integralmente a recomendação da AUDIN. Na data de 07/07/2020, o chefe do NUSEG nos sugeriu tal alteração, através de email circular. Nos dias que se sucederam, a DISUP passou a adotar o uso de perfil administrativo apenas quando efetivamente necessário. Além disso, o uso da conta "administrador", no AD, foi banido. Complementarmente, houve tentativa de descontinuar o uso do perfil "administrador" nos desktops. Porém, sua implementação ainda depende de atualização tecnológica no parque de servidores ("atualização do AD").
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Implementar rotina de revogar, no momento da desabilitação de usuário, todos os respectivos acessos às pastas da rede no Active Directory.	Aprimorar a rotina de revogação de usuários. Com a implementação do log para tracking de permissionamento de usuários no AD, todo o histórico de permissionamento dado ao usuário é salvo. Dessa forma, no momento da revogação, além de desabilitar o usuário, ele perde o acesso a vários sistemas de rede (autenticação). Será também colocado como rotina retirar todo permissionamento previsto anteriormente ao mesmo (autorização).	A sugestão foi acatada integralmente, sendo estendida, inclusive, ao SEI. : ao se desabilitar usuários, também foi incluída em nossa rotina revogar toda sua titularidade em grupos de trabalho.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Avaliar a real necessidade de manutenção de usuários desabilitados por tempo indeterminado, considerando o impacto financeiro da existência destes, mesmo que não ativos, no contrato da solução de licenças nos serviços do AD para ESMPU.	Aprimorar a rotina de revogação de usuários. Com a implementação do log para tracking de permissionamento de usuários no AD, todo o histórico de permissionamento dado ao usuário é salvo. Dessa forma, no momento da revogação, além de desabilitar o usuário, ele perde o acesso a vários sistemas de rede (autenticação). Será também colocado como rotina retirar todo permissionamento previsto anteriormente ao mesmo (autorização).	Mecanismo de log já foi implementado e está operacional desde julho de 2020.
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Avaliar a implementação do estabelecimento de prazo máximo para condição de desabilitação até a exclusão definitiva de usuário, considerando que, no período auditado, apenas um usuário teve a conta reativada, além do eventual risco à segurança da informação.	Aprimorar a rotina de revogação de usuários. Com a implementação do log para tracking de permissionamento de usuários no AD, todo o histórico de permissionamento dado ao usuário é salvo. Dessa forma, no momento da revogação, além de desabilitar o usuário, ele perde o acesso a vários sistemas de rede (autenticação). Será também colocado como rotina retirar todo permissionamento previsto anteriormente ao mesmo (autorização).	Mecanismo de log já foi implementado e está operacional desde julho de 2020.
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Estabelecer em Política de Segurança da informação ou normativo o prazo máximo para desabilitação, a contar da entrada no pedido na STI/ESMPU	Estabelecer em Política de Segurança da informação ou normativo o prazo máximo para desabilitação, a contar da entrada no pedido na STI/ESMPU. Aprimorar controles relativos a decurso do tempo da execução de tarefas relacionadas ao desligamento de usuários sob responsabilidade da STI/ESMPU.	Embora ainda não haja prazo formal estabelecido, tem sido envidados esforços para que a desativação das credenciais de acesso sejam realizada no máximo em 7 (sete) horas úteis. A minuta da PSI está revisada e esperando entrar em pauta de aprovação pela alta direção. Previsão até o fim deste primeiro semestre de 2021.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
8	2020	Auditoria	ESMPU	ESMPU	Gerenciamento de Segurança da Informação	Aprimorar controles relativos a decurso do tempo da execução de tarefas relacionadas ao desligamento de usuários sob responsabilidade da STI/ESMPU.	Estabelecer em Política de Segurança da informação ou normativo o prazo máximo para desabilitação, a contar da entrada no pedido na STI/ESMPU. Aprimorar controles relativos a decurso do tempo da execução de tarefas relacionadas ao desligamento de usuários sob responsabilidade da STI/ESMPU.	Embora ainda não haja prazo formal estabelecido, tem sido envidados esforços para que a desativação das credenciais de acesso sejam realizada no máximo em 7 (sete) horas úteis. A minuta da PSI está revisada e esperando entrar em pauta de aprovação pela alta direção. Previsão até o fim deste primeiro semestre de 2021.
9	2020	Auditoria	PR-RO	MPF	Materiais de Consumo	Conforme sugerido pela unidade, que se implemente de maneira efetiva o novo modelo de oficialização da demanda e que esse documento sempre conste no PGEA	As aquisições terão como base parâmetos mais precisos, o consumo dos anos anteriores e as variações das demandas Será elaborado um modelo de documento de formalização da demanda, no qual terá um item obrigatório a Metodologia usada para estimativa da quantidade". Esse modelo será elaborado pelo SELOG em conjunto com a SLDE.	A Unidade informou que para as próximas compras as aquisições terão parâmetros mais precisos. Além disso informou que irá elaborar um modelo para formalização da demanda. Por oportuno, frisa-se que a metodologia utilizada para estimativa de quantidade deve, sempre que possível, estar fundamentada em parâmetros, preferencialmente estatísticos e matemáticos, e que fiquem demonstrados e formalizados nos autos a informação.
9	2020	Auditoria	PR-RO	MPF	Materiais de Consumo	Implemente os controles internos sugeridos pela Unidade, com vistas a mitigar o risco de não finalização do inventário muito tempo após o final do exercício correspondente, a exemplo das questões da rotatividade e das necessidade de ajustes do Sistema AsiWeb	Treinar servidores das PRM´s para realização do inventário nas suas unidades. Planejar o processo de inventário de modo que suas atividades comecem no mês de novembro Listar, no planejamento, todos os riscos, a partir dos problemas ocorridos nos inventários anteriores, criando meios de mitigá-los, a exemplo das inconsistências nos relatórios	Foi realizado no inventário de 2019 a capacitação dos servidores das PRMs, para que os mesmos possam realizarem o próprio inventário, ficando o chefe do SELOG, a disposição para sanar quaisquer dúvidas no período de inventário e ao final, fica o chefe do SELOG com a responsabilidade de consolidar todos os inventários (PR-Sede e PRMs) em conjunto com a comissão de inventário.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
9	2020	Auditoria	PR-RO	MPF	Materiais de Consumo	Avaliar a conveniência e oportunidade de aprimoramento de controle interno administrativo em relação aos registros realizaddos no Portal da Transparência, avaliando adoção de check list, manuais ou o que a Unidade entender como suficiente para incluir e manter atualizadas informações dos processos no referido Portal	Em relação à doação de 2016, o site será atualizado com a documentação faltante. Todo o site da PR/RO e Portal de Transparência será analisado e atualizado para sanar quaisquer inconsistências	Quanto a doação de 2016, informamos que todas as informações solicitadas, para inclusão no portal transparência, constam no processo de doação, o problema é que o processo é físico e não foi realizada a digitalização total do processo
9	2020	Auditoria	PR-RO	MPF	Materiais de Consumo	Fortalecer/instuir controle interno administrativo em relação saneamento de materiais em estoque, avaliando a adoção de manual ou protocolo, estabelecendo rotinas ou outra forma que entenda pertinente para formalização e sistematização do controle	Serão adotadas as medidas de saneamento de bens de consumo constantes na IN SG/MPF nº 6/2019, para detecção de produtos vencidos e descarte adequado. Quanto aos outros itens em almoxarifado, que possuem data de validade, realizaremos um maior controle, com um pré inventário no primeiro semestre do ano e, o inventário no final do ano, para que não haja mais produtos vencidos	A Unidade informou que adotará medidas para saneamento de bens de consumo constantes na IN SG/MPF Nº 6/2019, para detecção de produtos vencidos e descarte adequado. Quanto aos outros itens em almoxarifado, que possuem data de validade, informou que realizará maior controle, com a realização de um pré-inventário no primeiro semestre do ano e o inventário no final do ano, para que não haja mais produtos vencidos. Apontou que para as próximas aquisições será realizada, em conjunto com o setor de Informática, uma análise da real necessidade e o real quantitativo para utilização do bem antes de seu vencimento.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Aprimorar os controles relacionados à elaboração do TR, em especial a fase de revisão, para evitar a falta de informações primordiais (localidades da prestação de serviço, materiais e quantitativos) na etapa de cotação de preços.	Determinar a inserção nos processos de aquisições de todo o levantamento prévio utilizado para a elaboração do termo de referência. Por um equívoco do segmento demandante não foi incorporado ao termo de referência os anexos necessários à precificação do serviço. Contudo, após o saneamento dos autos, foi requerida a apresentação de novas propostas. Ocorre que os documentos não foram carreados aos autos, mas já foi determinada a inclusão imediata dos referidos documentos no processo. Vale ponderar que, embora não tenha sido acostado ao respectivo, a PGT estabeleceu as condições de contratação de acordo com as boas práticas adotadas pela administração pública.	- Com vistas a aprimorar os controle relacionados à elaboração de Termos de Referência e, em atendendimento aos dispositivos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, bem como da Instrução Normativa Nº 05/17 do MPDG e do Decreto nº 10.024/19, a PGT elaborou o INFORMATIVO Nº 01.2020/DA que traz orientações aos segmentos requisitantes acerca do ciclo dos processos de contratação de bens, serviços e obras. - O Informativo aponta também os fluxos adequados a serem seguidos nos processos de aquisição, que vão desde a elaboração do Documento de Oficialização da Demanda – DOD, dos estudos técnicos preliminares até a elaboração do Termo de Referência. - O referido documento foi amplamente divulgado aos segmentos demandantes (salvo para aquisições de TI que possuem normativo próprio) mediante expedição eletrônica, bem como pela publicação nos canais internos de comunicação (intranet - página de legislação da Diretoria de Administração da PGT). - Atualmente, todos os Termos de Referência, após seguir todo o trâmite inicial de planejamento da Contratação, passam pelo crivo da Assessoria Jurídica/DA e, caso haja alguma incosistência ou falte documento essencial, o processo é devolvido ao segmento demandante para os devidos ajustes.
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Avaliar utilização de checklists referentes aos documentos necessários para elaboração e composição do TR, bem como dos itens a serem revistos ao longo das etapas de planejamento da contratação, ou outra medida considerada pertinente.	Determinar a inserção nos processos de aquisições de todo o levantamento prévio utilizado para a elaboração do termo de referência. Por um equívoco do segmento demandante não foi incorporado ao termo de referência os anexos necessários à precificação do serviço. Contudo, após o saneamento dos autos, foi requerida a apresentação de novas propostas. Ocorre que os documentos não foram carreados aos autos, mas já foi determinada a inclusão imediata dos referidos documentos no processo. Vale ponderar que, embora não tenha sido acostado ao respectivo, a PGT estabeleceu as condições de contratação de acordo com as boas práticas adotadas pela administração pública.	- Os processos licitatórios como um todo já possuem checklist aprovados e acostados aos autos. - Em relação ao levantamento prévio utilizado na elaboração dos Termos de Referência, a PGT tem buscado atender às orientações contidas nos dispositivos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, bem como da Instrução Normativa Nº 05/17 do MPDG e do Decreto nº 10.024/19. Assim, em 14/05/2020, publicou o INFORMATIVO Nº 01.2020/DA com vistas a orientar os segmentos requisitantes acerca do ciclo dos processos de contratação de bens, serviços e obras. - O Informativo além de apontar os fluxos adequados a serem seguidos nos processos de aquisição, destaca modelos de documentos a serem observados desde a fase dos estudos técnicos preliminares até a elaboração do Termo de Referência. - O referido documento foi amplamente divulgado aos segmentos demandantes mediante expedição eletrônica, bem como pela publicação nos canais internos de comunicação (intranet - página de legislação da Diretoria de Administração da PGT).

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Avaliar necessidade de aprimoramento do supracitado controle interno, a exemplo de inserção de proteção de células da planilha, bem como de elaboração de checklist referente à conferência dos dados lançados e apurados no Mapa Comparativo de Preços, minimizando assim potencial falha humana.	Reforçar aos segmentos a necessidade de conferência se o menor valor é aquele indicado no mapa. Já fazemos a utilização de fórmulas para reduzir erros. Por um equívoco, que não reflete a conduta utilizada pela Administração na precificação de bens e serviços a serem adquiridos. A Administração já faz o uso de fórmulas no excel para identificar o menor valor dentre aqueles elegíveis. No caso, o que motivou o equívoco foram várias alterações promovidas no TR ao longo da instrução processual. Contudo, ressalta-se que não houve dano à Administração, posto ter sido utilizado valor com diferença mínima, sendo submetido ao processo licitatório, que, ao final, restou fracassado, pois o valor máximo estimado para cada unidade foi de R$ 440,00 e o menor valor apresentado na licitação foi de R$ 616,66.	Foi implementada a automatização da planilhas de composição de custo, visando destacar automaticamente os menores valores, minimizando o erro humano, conforme orientações da auditoria. Ressalta-se, que os normativos legais indicam a utlização de médias ou medianas adotando-se métodos estatísticos, conforme procedimentos já adotados pela PGT.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Fazer constar dos PGEAs eventuais estudos e memórias de cálculo feitos sobre os quantitativos de bens e serviços a serem contratados.	Conscientizar os segmentos demandantes quanto à necessidade de fazer o estudo preliminar, observando-se os quantitativos de bens e serviços, levando-se em consideração a necessidade do órgão. A Diretoria de Administração envida esforços diuturnamente no sentido de aprimorar o processo de planejamento. Contudo, em se tratando dos contratos de serviços gráficos e serviços de diagramação há uma dificuldade muito grande para se determinar, exatamente, o que a Administração vai utilizar. Embora seja escusável, uma vez que há uma grande gama de possibilidades nesse tipo de contrato, pois cada Membro apresenta demanda diferenciada, sendo reforçada a integração entre a Assessoria de Comunicação Social e a Diretoria de Administração no sentido de aperfeiçoar, a cada dia, o processo de aquisição, de forma que ele reflita as necessidades da administração, nem mais nem menos, mas o necessário. Já vem sendo revisto pelo segmento demandante o quantitativo real e necessário para esse tipo de contratação, evitando assim o desperdício de recursos públicos. Em relação aos serviços terceirizados com locação de mão de obra, conforme disposto nos Estudos Técnicos Preliminares consolidados pela equipe de planejamento das contratações, os serviços de copeiragem, garçons e apoio administrativo foram dimensionados com enfoque na "necessidade de adequação dos contratos de prestação de serviços terceirizados ao contexto de restrições orçamentárias decorrentes da regulamentação constante da EC 95/2016. Diante do cenário apresentado, a Comissão buscou dimensionar os serviços considerados minimamente necessários à manutenção da estrutura atualmente existente, em conformidade com a disponibilidade orçamentária indicada pela administração, não desconsiderando a eventual necessidade de realinhamento dos cronogramas de execução a serem consolidados pela fiscalização". Os quantitativos a serem contratados foram estabelecidos conforme diretrizes da administração, observando-se, inclusive, as determinações do GT-Orçamento que recomendou restrições quanto aos quantitativos de postos de serviços. Assim a administração adotou a manutenção do quantitativo mínimo de postos de serviços necessários ao atendimento da instituição. Vale destacar que o planejamento das contratações na forma preconizada pela IN 05/2017-MPOG, relativamente aos serviços terceirizados e outras contratações, foi implementada pela Diretoria de Administração da PGT a partir de 2019, sendo procedimento inovador no âmbito do órgão, e que vem sendo aprimorado e ampliado progressivamente para todos os demais contratos firmados.	- Eventuais estudos e memórias de cálculo já estão sendo devidamente acostados aos autos, conforme orientações dos dispositivos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, bem como da Instrução Normativa Nº 05/17 do MPDG e do Decreto nº 10.024/19. - Para reforçar internamente os procedimentos adequados a serem adotados e com vistas a orientar os segmentos requisitantes acerca do ciclo dos processos de contratação de bens, serviços e obras, foi emitido o INFORMATIVO Nº 01.2020/DA. - O Informativo aponta os fluxos adequados a serem seguidos nos processos de aquisição, que vão desde a elaboração do Documento de Oficialização da Demanda – DOD, dos estudos técnicos preliminares até a elaboração do Termo de Referência. - O referido documento foi amplamente divulgado aos segmentos demandantes mediante expedição eletrônica, bem como pela publicação nos canais internos de comunicação (intranet - página de legislação da Diretoria de Administração da PGT).

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Fazer constar dos PGEAs eventuais estudos e memórias de cálculos feitos sobre os quantitativos de materiais a serem contratados.	Reforçar junto às áreas demandantes a justificativa para os quantitativos requeridos para determinada contratação. Estamos envidando esforços diuturnamente no sentido de aprimorar o processo de planejamento, além do conhecimento técnico, e a mudança de cultura para o funcionamento da PGT. Vale pontuar diversos avanços desde a implementação de metodologia de planejamento em consonância com o disposto na IN Nº 5/2017, que traz, de forma pedagógica, os passos a serem seguidos para afastar problemas em contratações decorrentes de planejamento inadequado.	- Eventuais estudos e memórias de cálculo já estão sendo devidamente acostados aos autos, conforme orientações dos dispositivos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, bem como da Instrução Normativa Nº 05/17 do MPDG e do Decreto nº 10.024/19. - Para reforçar internamente os procedimentos adequados a serem adotados e com vistas a orientar os segmentos requisitantes acerca do ciclo dos processos de contratação de bens, serviços e obras, foi emitido o INFORMATIVO Nº 01.2020/DA. - O Informativo aponta os fluxos adequados a serem seguidos nos processos de aquisição, que vão desde a elaboração do Documento de Oficialização da Demanda – DOD, dos estudos técnicos preliminares até a elaboração do Termo de Referência. - O referido documento foi amplamente divulgado aos segmentos demandantes mediante expedição eletrônica, bem como pela publicação nos canais internos de comunicação (intranet - página de legislação da Diretoria de Administração da PGT).

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Fortalecer o controle interno administrativo em relação à análise dos estudos técnicos preliminares e seus produtos, Termo de Referência, Edital, Contrato (ex.: checklist, diretrizes, manuais ou o que a Unidade entender como suficiente), visando aprofundar a pesquisa junto a outros órgãos da Administração Pública de maneira a apurar formas e métodos por eles utilizados, que possam subsidiar a contratação.	Reforçar junto aos segmentos demandantes a importância de aperfeiçoamento do planejamento da contratação, com enfoque nos pontos apontados pela AUDIN/MPU. Com relação aos contratos realizados para o concurso público de Procurador de Trabalho, por não ser corriqueiro nos órgãos públicos, pelo menos no âmbito da União, e quando são realizados ocorrem por dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, dificulta a comparação na identificação de pontos que poderiam ser melhorados. Neste caso, o crescimento vem ao longo dos anos, por conta dos sucessivos contratos realizados em razão dos concursos públicos para Procurador do Trabalho. De fato, foi realizada extensa pesquisa para elaboração dos estudos preliminares, que embora sejam de valores inexpressivos, são de grande complexidade, pelo menos o de impressão gráfica. No caso específico o estabelecimento comercial tem que ser fechado para realizar a impressão das provas, observadas todas a medidas de segurança para não haver fraudes na elaboração das provas, além de dispor de equipamentos de segurança para garantir a inviabilidade do vazamento do conteúdo da prova. Observa-se, que neste ponto, que o valor monetário dispendido é insignificante comparado à segurança e à viabilidade de concurso dessa envergadura. Com relação à leitora ótica, é um objeto bastante difundido da mesma forma que os demais órgãos da administração pública, não havendo nenhum benefício estender procedimentos de contratação mais sofisticados, o que iria apenas aumentar o custo de contratação, pelas fases, o tempo e o custo de um processo licitatório. De toda forma considerando o avanço das experiências em planejamento dentro do MPT, ou seja, o aprendizado interno, bem assim a assimilação da importância do planejamento para compras públicas, envidará esforços para afastar, cada vez mais, as deficiências de planejamento do órgão em razão das aquisições realizadas pela Diretoria de Administração.	- Com vistas a fortalecer o controle interno administrativo relativos às etapas da contratação, e, em atendendimento aos dispositivos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, bem como da Instrução Normativa Nº 05/17 do MPDG e do Decreto nº 10.024/19, a PGT elaborou o INFORMATIVO Nº 01.2020/DA que traz orientações aos segmentos requisitantes acerca do ciclo dos processos de contratação de bens, serviços e obras. - O Informativo aponta também os fluxos adequados a serem seguidos nos processos de aquisição, que vão desde a elaboração do Documento de Oficialização da Demanda – DOD, dos estudos técnicos preliminares até a elaboração do Termo de Referência. - O referido documento foi amplamente divulgado aos segmentos demandantes (salvo para aquisições de TI que possuem normativo próprio) mediante expedição eletrônica, bem como pela publicação nos canais internos de comunicação (intranet - página de legislação da Diretoria de Administração da PGT).

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Avaliar a conveniência e oportunidade de se utilizar o Sistema ETP digital no Portal de Compras do Governo Federal, bem como avaliar e buscar para adequações e utilização os documentos padrão produzidos pela Secretaria de Administração do MPF que versam sobre planejamento das contratações, inclusive com a consideração de tais instrumentos quando da normatização própria da PGT.	Reforçar junto aos segmentos demandantes a importância de aperfeiçoamento do planejamento da contratação, com enfoque nos pontos apontados pela AUDIN/MPU. Com relação aos contratos realizados para o concurso público de Procurador de Trabalho, por não ser corriqueiro nos órgãos públicos, pelo menos no âmbito da União, e quando são realizados ocorrem por dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, dificulta a comparação na identificação de pontos que poderiam ser melhorados. Neste caso, o crescimento vem ao longo dos anos, por conta dos sucessivos contratos realizados em razão dos concursos públicos para Procurador do Trabalho. De fato, foi realizada extensa pesquisa para elaboração dos estudos preliminares, que embora sejam de valores inexpressivos, são de grande complexidade, pelo menos o de impressão gráfica. No caso específico o estabelecimento comercial tem que ser fechado para realizar a impressão das provas, observadas todas a medidas de segurança para não haver fraudes na elaboração das provas, além de dispor de equipamentos de segurança para garantir a inviabilidade do vazamento do conteúdo da prova. Observa-se, que neste ponto, que o valor monetário dispendido é insignificante comparado à segurança e à viabilidade de concurso dessa envergadura. Com relação à leitora ótica, é um objeto bastante difundido da mesma forma que os demais órgãos da administração pública, não havendo nenhum benefício estender procedimentos de contratação mais sofisticados, o que iria apenas aumentar o custo de contratação, pelas fases, o tempo e o custo de um processo licitatório. De toda forma considerando o avanço das experiências em planejamento dentro do MPT, ou seja, o aprendizado interno, bem assim a assimilação da importância do planejamento para compras públicas, envidará esforços para afastar, cada vez mais, as deficiências de planejamento do órgão em razão das aquisições realizadas pela Diretoria de Administração.	- Em relação à utlização do Sistema EPT digital no Portal de Compras do Governo Federal, a PGT tem envidado esforços para utlização da ferramenta de forma online, em que pese estar seguindo a mesma estrutura de ETP indicada na IN 40/2020 e demais normativos legais, utilizando-se ainda de documentos adicionais que complementam informações dos estudos técnicos preliminares. - Com vistas a reforçar juntos aos segmentos demandantes a importância do planejamento da contratação, e, em atendendimento aos dispositivos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, bem como da Instrução Normativa Nº 05/17 do MPDG e do Decreto nº 10.024/19, a PGT elaborou o INFORMATIVO Nº 01.2020/DA que traz orientações aos segmentos requisitantes acerca do ciclo dos processos de contratação de bens, serviços e obras. - O Informativo aponta também os fluxos adequados a serem seguidos nos processos de aquisição, que vão desde a elaboração do Documento de Oficialização da Demanda – DOD, dos estudos técnicos preliminares até a elaboração do Termo de Referência. - O referido documento foi amplamente divulgado aos segmentos demandantes (salvo para aquisições de TI que possuem normativo próprio) mediante expedição eletrônica, bem como pela publicação nos canais internos de comunicação (intranet - página de legislação da Diretoria de Administração da PGT).

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Complementar a pesquisa inicial, no âmbito da Administração Pública, quando a quantidade de editais/contratos utilizados como parâmetro for insuficiente para manter uma amostra razoável, em especial quando se tratar de serviço frequentemente contratado por vários órgãos ou entidades com atuação nacional.	A administração reforçará com os segmentos a necessidade de, não apenas consultar, mas acostar aos autos contratos da administração pública similares ao que se pretende contratar. Consta na estimativa de preços (Doc n.º 126795.2019) a relação de 5 propostas, sendo uma descartada. Nesse sentido, entendemos s.m.j., ser suficiente o esforço da Administração para precificar o custo da contratação pretendida. Assim, considerando que o valor apontado será objeto de disputa, não há que se falar em prejuízo ao erário, especialmente nesse tipo de licitação, que conta com a presença maciça das empresas. Acrescenta-se que diante da especificidade do contrato da PGT fica penosa a comparação de contratos realizados pela Administração Pública para este tipo de serviço, pois, embora sejam corriqueiros, cada unidade tem as suas peculiaridades, com itens de serviços diferentes, com volume diferentes, com localidades diferentes, o que inviabiliza uma análise objetiva. Por exemplo, foi acostado o contrato da PGR no processo, contudo, observa-se diferenças em relação aos itens contratados, o que dificulta a comparação de valores. Por fim, ainda que possa haver questões pontuais na pesquisa de preço, em se tratando de objeto licitado com atendimento amplo por parte das empresas, não há risco significativo de se realizar a licitação com o mínimo de três preços, que é a prática da Administração Pública, permitindo a composição de preços oriundos do mercado fornecedor. De toda forma, diga-se, por relevante, que se busca, sempre como primeira opção, contratos firmados pela Administração pública como parâmetro de preço.	- As Estimativas de Preço historicamente adotam como parâmetro preços os contratos da administração pública, preços de sites especializados e, por fim, propostas comercais, buscando construir uma cesta de preços que reflita os preços adequados dos bens. Acompanhando, deste forma, os entendimentos do TCU relatado no Acordão nº 1445/2015 – TCU-Plenário e nas INº 05/2014 -MPOG, 03/2017 - MPOG e na INº 73/2020 -Ministério da Economia. Em 2020, manteve-se as boas práticas de realizar pesquisas de preços em contratos da administração pública, observando as singularidades de cada contratação (tais como: quantidade, localidade, forma de prestação de serviço) de forma a evitar a adoção de preços que não reflitam minimamente o objeto a ser contratado. Não obstante, mesmo em situações em que os contratos não possuem similariedade é realizada a orientação de inclusão do documento para comprovação do não atendimento.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Realizar ampla pesquisa no âmbito da Administração Pública para verificar a forma de implementação do IMR ou outro instrumento de avaliação similar em modelos de contratações congêneres, a começar pelos editais supracitados, bem como considerar a própria experiência do órgão advinda da fiscalização contratual.	Verificar a viabilidade de implementar, quando cabível, o Instrumento de Medição de Resultado - IMR nas contratações realizadas pela PGT, observando-se o preconizado na IN 05/2017. O planejamento das contratações na forma preconizada pela IN 05/2017-MPOG, relativamente aos serviços de competência da Diretoria de Administração da PGT, passou a ser implementado a partir de 2019, sendo procedimento inovador no âmbito do órgão, e que estará sendo aprimorado e ampliado progressivamente, com enfoque no atendimento de todos os requisitos estabelecidos pela norma citada. Com relação ao IMR, será objeto de estudo pela administração com o objetivo de verificar a viabilidade de adoção do IMR nas contratações. Para delimitação dos serviços de agenciamento de viagens e de transportes de cargas e encomendas por via aérea, a PGT adotou as práticas utilizadas pelos órgãos da Administração pública, não sendo encontrado nenhum órgão que tenha utilizado o IMR para esse tipo de contratação. Aliás, o próprio conceito de IMR ainda não foi absorvido pela Administração Pública, pois é utilizado, em grande parte, nos contratos de tecnologia da informação quando são necessárias respostas imediatas, estipuladas em tempo, para apresentar alguma solução de problema.	- A adoção do Instrumento de Medição de Resultado - IMR nas contratações já está sendo realizada no âmbito das contratações da PGT, quando cabível, a exemplo de alguns contratos de TI, bem como das novas contratações de serviços terceirizados.
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Capacitar o fiscal técnico do contrato quanto ao desempenho de suas atribuições no decorrer da execução do objeto, principalmente, quanto à correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.	Verificar a viabilidade de implementar, quando cabível, o Instrumento de Medição de Resultado - IMR nas contratações realizadas pela PGT, observando-se o preconizado na IN 05/2017. O planejamento das contratações na forma preconizada pela IN 05/2017-MPOG, relativamente aos serviços de competência da Diretoria de Administração da PGT, passou a ser implementado a partir de 2019, sendo procedimento inovador no âmbito do órgão, e que estará sendo aprimorado e ampliado progressivamente, com enfoque no atendimento de todos os requisitos estabelecidos pela norma citada. Com relação ao IMR, será objeto de estudo pela administração com o objetivo de verificar a viabilidade de adoção do IMR nas contratações. Para delimitação dos serviços de agenciamento de viagens e de transportes de cargas e encomendas por via aérea, a PGT adotou as práticas utilizadas pelos órgãos da Administração pública, não sendo encontrado nenhum órgão que tenha utilizado o IMR para esse tipo de contratação. Aliás, o próprio conceito de IMR ainda não foi absorvido pela Administração Pública, pois é utilizado, em grande parte, nos contratos de tecnologia da informação quando são necessárias respostas imediatas, estipuladas em tempo, para apresentar alguma solução de problema.	- Já foi implementado o módulo de Contratos pelo sitema COSMOS, o qual, além de permitir uma melhor gestão da execução contratual, permite uma maior interação dos fiscais, bem como facilita a correção de eventuais falhas e o registro de irregularidades eventualmente constatadas durante a execução contratual. - Além disso, importante citar que o Órgão possui um Plano anual de Capacitação em que os fiscais técnicos e administrativos do contratos estão frequentemente sendo capacitados para o melhor desempenho de sua atribuições.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Implementar o plano de ação proposto.	Implementar a inclusão de integrante administrativo na equipe de planejamento de todas as contrações, quando necessário. Cumpre ressaltar que o planejamento das contratações na forma preconizada pela IN 05/2017-MPOG foi implementada pela Diretoria de Administração da PGT a partir de 2019, sendo procedimento inovador no âmbito do órgão, e que vem sendo aprimorado e ampliado progressivamente para todos os demais contratos firmados.	- A inclusão de integrante administrativo na equipe de planejamento já foi implementada no âmbito das contrações da PGT.
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Quando da elaboração de regramento interno próprio sobre planejamento das contratações, conforme previsto no Parecer DA/PGT nº 01/2020, avaliar a necessidade de elaboração do documento Declaração de Viabilidade da Contratação ou de posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.	Com a revogação do art. 24 da IN 5/2017, resta prejudicada a recomendação. Entende-se que quando o Ordenador de Despesa declara a existência de recursos orçamentários para fazer a aquisição, esse ato pode ser interpretado como uma declaração de viabilidade da contratação pretendida. No caso em tela, a elaboração de concurso para provimento do cargo de procurador do trabalho foi elencada como prioridade máxima pelo Procurador-Geral do Trabalho, sendo disponibilizados recursos orçamentários para a contratação de empresa destinada à impressão de provas e de leitora de cartão ótico. Tem-se um exemplo em que não há que se falar em declaração de viabilidade da contratação, pois sabe-se, por conta de contratações anteriores, que os valores para as duas contratações elencadas não são de grande monta, não tendo o condão de desestruturar as situações orçamentárias da PGT. Vale ressaltar que a Seção II, da IN nº 5/2017, que trata dos estudos preliminares, foi alterada pela Instrução Normativa nº 49/2020, afastando a aplicação do art. 24 da referida IN, passando a prever que os estudos preliminares serão elaborados conforme ato a ser editado pelo Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Assim, como o referido ato ainda não foi editado, na prática, tem-se o afastamento do dispositivo legal retromencionado.	Com a revogação do art. 24 da IN 5/2017, resta prejudicada a medida.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
10	2020	Auditoria	DG	MPT	Planejamento das Contratações	Orientar as unidades, conforme proposto, e fortalecer os controles relacionados à revisão da documentação, em especial quanto à necessidade de verificar as soluções disponíveis no mercado.	Orientar os segmentos demandantes quanto à necessidade de verificar as soluções que o mercado oferece em compatibilidade com a necessidade de satisfação do interesse público. A aquisição das fechaduras com especificações de produto já em uso visa manter, pelo menos, o mesmo nível padrão e funcionalidade do objeto. No caso específico a indicação de uma marca de referência traz benefícios especificamente para a administração diante da característica do referido objeto no atendimento das necessidades da PGT, por se tratar de item de segurança institucional. Assim, a sofisticação dos procedimentos de aquisição deve guardar relação com o objeto a ser adquirido, sendo necessário levar em consideração a relação custo versus benefícios, sem deixar de cumprir, de toda a forma, os requisitos legais aplicados à espécie. As unidades administrativas da PGT são orientadas a realizar pesquisa de preços para verificar as soluções oferecidas pelo mercado para satisfação do interesse público. Ressalta-se que a indicação de marca de referência não impede que o mercado apresente quaisquer outras marcas desde que atendam às normas de segurança e funcionalidade previstas no instrumento convocatório.	- A verificação do atendimento das soluções que o mercado oferece faz parte da etapa de estudos preliminares. Assim, atendendo aos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, bem como da Instrução Normativa Nº 05/17 do MPDG e do Decreto nº 10.024/19, foi emitido o INFORMATIVO Nº 01.2020/DA com vistas a orientar os segmentos requisitantes acerca do ciclo dos processos de contratação de bens, serviços e obras. - O Informativo aponta os fluxos adequados a serem seguidos nos processos de aquisição, que vão desde a elaboração do Documento de Oficialização da Demanda – DOD, dos estudos técnicos preliminares até a elaboração do Termo de Referência. - O referido documento foi amplamente divulgado aos segmentos demandantes mediante expedição eletrônica, bem como pela publicação nos canais internos de comunicação (intranet). - Atualmente, todos os Termos de Referência, após seguir todo o trâmite inicial de planejamento da Contratação, passam pelo crivo da Assessoria Jurídica/DA e, caso haja alguma incosistência ou falte documento essencial, o processo é devolvido ao segmento demandante para os devidos ajustes.
11	2020	Auditoria	SG	MPF	Suprimentos de Impressoras	Avaliar a viabilidade de melhoria do Sistema ASIWEB para inclusão de campo referente ao prazo de validade, e complementar, por exemplo, com função de notificação aos responsáveis quando atingido determinado limite de validade do material.	1º Orientar as unidades da Secretaria a considerar o consumo médio extraído do sistema de almoxarifado para dimensionar as quantidades a serem adquiridas para determinado período de tempo. 2º Orientar as unidades da Secretaria, para os casos em que não houver consumo médio registrado no sistema de almoxarifado, a considerar uma estimativa de uso esperado para dimensionar as quantidades a serem adquiridas para determinado período de tempo. 3º Fazer constar no modelo de Estudo Técnico Preliminar o demonstrativo de que o dimensionamento de quantidades foi baseado em registros históricos e/ ou estimativa de uso esperado para determinado período de tempo; 4º Manter em funcionamento a sistemática já implementada quanto ao controle de consumo de bens e serviços, bem como manter as informações atualizadas no sistema ASIWEB; 5º Continuar encaminhando à STIC o relatório de consumo de toners por tipo de impressora, visando subsidiar a nova aquisição; 6º Prosseguir com as orientações aos integrantes administrativos, que compõem a Equipe de Planejamento da Contratação, a analisarem os relatórios de consumos de toners, por tipo de impressora.	A aquisição de suprimentos para impressoras no Ministério Público Federal vem se reduzindo drasticamente e tende a não ser mais necessária, em razão da adoção cada vez mais ampla do modelo de outsourcing de impressão. Todas estas ações já vêm sendo realizadas pela Secretaria de Administração, entretanto iremos buscar constantemente o aprimoramento, inclusive foi editada a IN 06/2019, onde há orientações importantes sobre o controle de Suprimentos de informática (Capítulo VII, art. 32 e seguintes).

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
11	2020	Auditoria	SG	MPF	Suprimentos de Impressoras	Implementar as ações sugeridas pela própria unidade em relação à inclusão do demonstrativo de dimensionamento de quantidades baseado em registros históricos e/ou estimativa de uso esperado no modelo de Estudo Técnico Preliminar.	1º Orientar as unidades da Secretaria a considerar o consumo médio extraído do sistema de almoxarifado para dimensionar as quantidades a serem adquiridas para determinado período de tempo. 2º Orientar as unidades da Secretaria, para os casos em que não houver consumo médio registrado no sistema de almoxarifado, a considerar uma estimativa de uso esperado para dimensionar as quantidades a serem adquiridas para determinado período de tempo. 3º Fazer constar no modelo de Estudo Técnico Preliminar o demonstrativo de que o dimensionamento de quantidades foi baseado em registros históricos e/ ou estimativa de uso esperado para determinado período de tempo; 4º Manter em funcionamento a sistemática já implementada quanto ao controle de consumo de bens e serviços, bem como manter as informações atualizadas no sistema ASIWEB; 5º Continuar encaminhando à STIC o relatório de consumo de toners por tipo de impressora, visando subsidiar a nova aquisição; 6º Prosseguir com as orientações aos integrantes administrativos, que compõem a Equipe de Planejamento da Contratação, a analisarem os relatórios de consumos de toners, por tipo de impressora.	A aquisição de suprimentos para impressoras no Ministério Público Federal vem se reduzindo drasticamente e tende a não ser mais necessária, em razão da adoção cada vez mais ampla do modelo de outsourcing de impressão. Todas estas ações já vêm sendo realizadas pela Secretaria de Administração, entretanto iremos buscar constantemente o aprimoramento, inclusive foi editada a IN 06/2019, onde há orientações importantes sobre o controle de Suprimentos de informática (Capítulo VII, art. 32 e seguintes).
11	2020	Auditoria	SG	MPF	Suprimentos de Impressoras	Que seja implementada, em especial, a segunda ação sugerida pela Unidade, que trata da orientação aos integrantes administrativos.	1º A alternativa prioritária para atendimento a necessidades de impressão atualmente no Ministério Público Federal é o serviço de outsourcing de impressão.A categoria de equipamento de que trata a aquisição em tela está prevista na nova contratação do serviço de outsourcing de impressão em curso. 2º Prosseguir com as orientações aos integrantes administrativos, que compõem a Equipe de Planejamento da Contratação, a fim de que levem em consideração no Estudo Técnico Preliminar a comparação entre o uso de impressoras próprias x uso de impressoras em outsourcing.	A categoria de equipamento de que trata a aquisição em tela não estava disponível no contrato de serviço de outsourcing de impressão da época. As desativações dos equipamentos do parque próprio serão avaliadas à medida que os equipamentos apresentarem problemas de funcionamento e os reparos se mostrarem antieconômicos. A SUBARP em conjunto com a SOGEC/STIC já levaram tal questionamento em consideração durante o último processo de contratação de outsoucing de impressão realizado pela PGR.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
11	2020	Auditoria	SG	MPF	Suprimentos de Impressoras	Implementar as ações sugeridas pela própria unidade no sentido de inserir demonstrativo dos critérios objetivos estabelecidos para dimensionar as quantidades de bens e serviços a serem adquiridos/ contratados no modelo de Estudo Técnico Preliminar.	1º Orientar as unidades da Secretaria a adotarem critérios objetivos para dimensionar as quantidades de bens e serviços a serem adquiridos/contratados. 2º Fazer constar no modelo de Estudo Técnico Preliminar o demonstrativo dos critérios objetivos para dimensionar as quantidades de bens e serviços a serem adquiridos/contratados. 3º Prosseguir com as orientações aos integrantes administrativos, que compõem a Equipe de Planejamento da Contratação a adotarem critérios adequados durante a fase de quantificação dos bens a serem adquiridos. 4º Estreitar e aprimorar a parceria com a STIC, buscando sempre um melhor entendimento e conhecimento dos bens a serem adquiridos, visando aumentar a eficiência nas aquisições e contratações.	Desde o início da vigência da Instrução Normativa nº 01/2016, os artefatos de planejamento (ETP, AR e TR) previstos na referida instrução estão em constante aperfeiçoamento e são adotados pelas equipes de planejamento das contratações de TIC. Os próprios mecanismos atualmente utilizados, através da IN 1/2016, já tem sido suficientes para inibir estas ocorrências.
11	2020	Auditoria	SG	MPF	Suprimentos de Impressoras	Implementar as ações que foram sugeridas pela própria unidade no sentido de inserir análise e justificativa para agrupamento de itens no modelo de Estudo Técnico Preliminar.	1º) Orientar as unidades da Secretaria que atentem para a necessidade de justificar a opção de NÃO separar, em tantos itens quanto possível, o objeto a ser contratado. 2º) Fazer constar no modelo de Estudo Técnico Preliminar a necessidade de análise e justificativa para agrupamento de itens. 3º Prosseguir com as orientações aos integrantes administrativos, que compõem a Equipe de Planejamento da Contratação, a atentarem para a necessidade de inclusão de justificativa quando da NÃO separação das contratações em itens. 4º Fazer constar nos modelos de ETP a necessidade de análise e justificativa para agrupamento de itens.	Todas estas ações já vêm sendo executadas pelas áreas envolvidas da Secretaria de Administração.
11	2020	Auditoria	SG	MPF	Suprimentos de Impressoras	Implementar as ações sugeridas pela própria unidade no sentido de promover revisões periódicas mais frequentes no documento do PDTI e definir marcos temporais para as revisões do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.	O fluxo atual de gestão de demandas prevê a inclusão das contratações no Plano Diretor de TIC.O Documento de Oficialização de Demanda exige que o requisitante aponte o alinhamento estratégico da necessidade apresentada. A Secretaria de TIC irá promover revisões periódicas mais frequentes no documento do PDTI.	A STIC informou que as demandas por contratações já são definidas no Plano Diretor de TIC e que o DOD exige o apontamento do alinhamento estratégico. Além disso, propõe revisão periódica mais frequente no PDTI.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
11	2020	Auditoria	SG	MPF	Suprimentos de Impressoras	Conforme proposto pela própria unidade, realizar, junto a SUBLOG, o ajuste dos saldos dos toners no sistema do almoxarifado, fazendo constar apenas os aptos para uso, após a conclusão do procedimento para desfazimento dos toners inservíveis.	2º Para o segundo achado a SUBLOG está realizando levantamento dos relatórios de entrada e saída de materiais, visando obter as devidas informações quanto às divergências constantes no Relatório de Movimentações, em função das Solicitações de Auditoria 01/2020 e 02/2020.	A SA informou sobre impossibilidade de gerência do almoxarifado da PR-PE, contudo, anexou guia de transferência de toners do almoxarifado central para o Almoxarifado da PR/PE, comprovando a movimentação. A partir da análise realizada por esta Audin, apurou-se que os saldos dos toners estão corretos, conforme informado.
12	2020	Auditoria	PGJ	MPDFT	Vantagem de Membros	Nos casos de ausências programadas, aperfeiçoar os procedimentos de instrução dos atos de designação para o exercício cumulativo de ofícios publicando-os previamente ao período de substituição, com o intuito de melhor atender ao princípio da publicidade, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988;	A Unidade confronta a fundamentação da Audin-MPU de situação análoga ao disposto nos arts. 15, § 4º, e 38, ambos da Lei nº 8.112/19901, afastando os pressupostos da analogia, quais sejam: (1) a lacuna normativa sobre determinada questão; e (2) a existência de preceito legal aplicável à situação similar.	A Procuradora-Geral de Justiça determinou a instauração de novo procedimento destinado à realização de estudo sobre possíveis medidas que poderiam ser adotadas para evitar que a publicação de portarias de designação de membros ocorra posteriormente ao efetivo exercício no ofício. Instaurado o procedimento nº 08191.010878/2021-06, em andamento.
12	2020	Auditoria	PGJ	MPDFT	Vantagem de Membros	Abster-se de realizar pagamentos referentes à diferença de subsídios aos membros convocados para auxílio à Administração Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.	A Unidade reitera os argumentos apresentados no Ofício nº 110 SG/MPDFT, em que esclarece que os Promotores de Justiça fazem jus ao recebimento da equiparação de subsídio em razão de estarem desempenhando atribuições típicas de Procurador de Justiça.	A regularidade do pagamento referido se encontra pendente de análise em procedimentos específicos no Conselho Nacional do Ministério Público, no Tribunal de Contas da União e na Justiça Federal, com liminares deferidas favoráveis ao procedimento realizado pelo MPDFT. Desta forma, no ponto, mostra-se prudente o aguardo de julgamento definitivo nas citadas esferas.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
12	2020	Auditoria	PGJ	MPDFT	Vantagem de Membros	Abster-se de realizar pagamentos referentes à diferença de subsídios aos membros convocados para auxílio à Administração Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios cumulativamente com a gratificação pelo exercício de cargo em comissão ou função de confiança.	A Unidade informa que não há vedação ao pagamento de mais de uma vantagem remuneratória aos membros, desde que tenham como fato gerador situações distintas.	A regularidade do pagamento referido se encontra pendente de análise em procedimentos específicos no Conselho Nacional do Ministério Público, no Tribunal de Contas da União e na Justiça Federal, com liminares deferidas favoráveis ao procedimento realizado pelo MPDFT. Desta forma, no ponto, mostra-se prudente o aguardo de julgamento definitivo nas citadas esferas.
12	2020	Auditoria	PGJ	MPDFT	Vantagem de Membros	Avaliar a necessidade de aprimorar os controles internos com vistas mitigar o risco de computar indevidamente a Geco nos cálculos de gratificação natalina, bem como apresentar à Audin os documentos de comprovação da restituição do montante pago indevidamente.	Na folha de agosto, foi solicitado o pagamento de 14 dias. Na folha de novembro, também foi solicitado o pagamento de 14 dias. Dessa forma, esses meses não deveriam ser sido considerados para pagamento da Gratificação Natalina, uma vez que esta é paga somente para o mês em que a substituição tenha sido igual ou superior a 15 dias. Será realizado o procedimento de cobrança para o respectivo desconto.	Com vistas a mitigar o risco de computar indevidamente a GECO nos cálculos de gratificação natalina, foi elaborado cheklist pela unidade de pagamento, para acompanhamento e revisão dos procedimentos de cálculo, lançamento e tramitação dos pagamentos de GECO. Quanto ao montante pago indevidamente, o ressarcimento ocorreu na folha de pagamento de fevereiro de 2021, conforme tabularium 08191.148347/2020-04.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
13	2020	Auditoria	PR-PR	MPF	Aquisição de Equipamentos de Gravação	Implementar controle para eliminar risco de sobreposição na contratação dos serviços de suporte técnico, fazendo constar nas especificações dos requisitos dos serviços e nas obrigações da contratada a descrição suficiente e precisa do escopo e limites de responsabilidade, de forma que o teor das cláusulas contratuais esclareça que os serviços a serem prestados são, de fato, distintos.	Por cautela, revisitar os contratos do MPF/PR sob gestão da área de tecnologia, a fim de avaliar os prazos de garantia dos equipamentos e o detalhamento das coberturas, possibilitando sua atualização e acompanhamento periódico.	A Unidade informou não ter havido contratação de serviços de assistência técnica sobrepondo serviços já inclusos quando da aquisição da solução de gravação. Também declarou não ter havido, até o momento, necessidade de acionar o serviço de suporte em garantia, apenas serviços de manutenção preventiva e evolutiva. Além disso, a unidade propôs, por cautela, ação de revisão dos demais contratos de TIC para fins de avaliação de garantias e coberturas para o adequado acompanhamento.
13	2020	Auditoria	PR-PR	MPF	Aquisição de Equipamentos de Gravação	Incluir, conforme ação indicada pela unidade, no modelo de Documento de Oficialização de Demanda, campo específico para indicar o alinhamento aos instrumentos de planejamento aplicáveis.	Ressaltar no Documento de Oficialização de Demanda, ora em utilização, que a contratação pretendida está alinhada ao Plano de Metas e PDTI nacionalmente estabelecido. E quando não, as razões que ensejam e motivam a contratação pretendida, ressaltando a sua excepcionalidade.	A Unidade informou que ressaltará no DOD que a contratação pretendida está alinhada ao Plano de Metas e PDTI nacional, ou fará constar as razões que ensejam e motivam a contratação quando não constarem dos referidos instrumentos de planejamento.
13	2020	Auditoria	PR-PR	MPF	Aquisição de Equipamentos de Gravação	Implementar o checklist e o plano de sustentação, conforme ação indicada pela unidade, com base nos normativos vigentes aplicáveis às contratações de TIC, de modo a validar todos os itens obrigatórios, em todas as fases do processo.	Plano de ação: Aperfeiçoar o procedimento de contratação já estabelecido no MPF/PR, agregando checklist com base nas normativas vigentes e aplicáveis as contratações de TIC, de modo a validar todos os itens obrigatórios, em todas as fases do processo. Plano de ação: Seguir com a observância dos procedimentos de planejamento e avaliação de risco das contratações que envolvam recursos de TIC, com os trâmites estabelecidos pela Portaria PRC/PR nº 199/20, em total atendimento à Instrução Normativa SG/MPF nº 1/2016, acrescentando a checagem acima noticiada Plano de ação: Criar um modelo de Plano de Sustentação	Como informado pela unidade, a ação de aperfeiçoar o procedimento de contratações de TIC incluindo checklist com as normas vigentes, certamente auxiliará na elaboração dos artefatos de contratação de soluções de TIC, bem como na sua revisão.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
13	2020	Auditoria	PR-PR	MPF	Aquisição de Equipamentos de Gravação	Manter os procedimentos atualmente adotados para as contratações de TI, porquanto estão alinhados com as normas vigentes.	Realizar a análise de riscos conjuntamente com os Estudos Técnicos Preliminares para subsidiar as novas contratações de TIC, como já estabelecido no estado.	A unidade informou que continuará com a realização da análise de riscos conjuntamente com os estudos técnicos preliminares, como já estabelecido no Estado atualmente.
13	2020	Auditoria	PR-PR	MPF	Aquisição de Equipamentos de Gravação	Conforme ação indicada pela unidade, aperfeiçoar e identificar os procedimentos para execução contratual, conforme preconizado na IN SG/MPF nº 1/2016, por meio de um Estudo Técnico Preliminar, permitindo adequada avaliação técnica dos requisitos de software e hardware.	Aperfeiçoar e identificar os procedimentos para execução contratual, conforme preconizado na IN SG/MPF nº 1/2016, por meio de um Estudo Técnico Preliminar, permitindo adequada avaliação técnica dos requisitos de software e hardware.	A unidade informou que irá aperfeiçoar e identificar os procedimentos para execução contratual permitindo adequada avaliação técnica dos requisitos de software e hardware.
13	2020	Auditoria	PR-PR	MPF	Aquisição de Equipamentos de Gravação	Implementar a ação indicada pela unidade, qual seja, observar no controle interno do MPF/PR a verificação da necessidade de detalhamento nas propostas, a fim de permitir a avaliação por parte da CTIC de toda a compra de TIC, adequar a composição de preços e a possibilidade de promover a divisão dos itens.	Observar no controle interno do MPF/PR a verificação da necessidade de detalhamento nas propostas, a fim de permitir a avaliação por parte da CTIC de toda a compra de TIC, adequar a composição de preços e a possibilidade de promover a divisão dos itens sendo applience ou não.	Conforme informado pela unidade, será inclusa, nos procedimentos de controle interno, a avaliação em relação ao detalhamento nas propostas, adequar composição de preços e sua divisão em itens para todas as aquisições.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
13	2020	Auditoria	PR-PR	MPF	Aquisição de Equipamentos de Gravação	1 - Utilizar os termos de recebimento provisório e definitivo para bens e serviços de TIC como itens obrigatórios, que irão constar no Termo de Referência e no Contrato; 2- Fazer constar os testes e inspeções realizados no termo de recebimento dos bens e serviços de TI.	Plano de ação: Utilizar os termos de recebimento provisório e definitivo para bens e serviços de TIC como itens obrigatórios, que irão constar no Termo de Referência e no Contrato e que constem nos referidos termos os testes e inspeções realizados bem como o detalhamento da solução ou equipamento fornecido. Plano de ação: Do termo de recebimento dos bens e serviços de TI, como boa prática, passarão a constar os testes e inspeções realizados.	Conforme proposto pela unidade, os termos de recebimento definitivo e provisório passarão a ser obrigatórios, fazendo-os constar no Termo de Referência e Contrato. Ainda, declarou que, dos termos de recebimento acima informados, constarão também os testes e inspeções realizadas, quando do recebimento.
13	2020	Auditoria	PR-PR	MPF	Aquisição de Equipamentos de Gravação	Elaborar modelo de Documento de Oficialização de Demanda - DOD específico para soluções de TIC, em consonância com a IN SG/MP nº 01/2016, incluindo campos para a necessidade de definição de alinhamento aos instrumentos de planejamento, explicitação da motivação e demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a solução.	As demandas atualmente dirigidas à Coordenadoria de Tecnologia da Informação observam o estabelecido na Portaria PRC/PR nº 199/20 (PR-PR-00021268/2020), sempre formalizadas através do Documento de Oficialização de Demanda, em total consonância com a legislação pertinente as contratações de TIC, especialmente a Instrução Normativa SG/MPF nº 1/2016, com detalhada justificação, com todos os parâmetros de necessidade técnica para atingir os objetivos nas contratações. Os servidores da área de tecnologia, dia a dia, buscam aperfeiçoar seu conhecimento para bem conduzir os processos de especificação. A contratação em questão contou com justificativa apresentada pelo Exmo. Sr. Procurador Regional da República, Dr. Orlando Martello Júnior.	A unidade informou a justificativa para subsidiar a aquisição da solução de gravação em tela, assim, complementando a ausência da justificativa apontada no presente achado. Além disso, como plano de ação, foi apresentada a Portaria PRC/PR nº 199/20 (PRPR-00021268/2020), que trata sobre o Plano Anual de Contratações, incluindo como objeto, dentre outras, soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC. Complementarmente, anexou modelo de Documento de Oficialização da Demanda – DOD, evidenciando os campos a serem preenchidos. Em análise da portaria indicada, a unidade claramente demonstrou envidar esforços para melhoria dos processos de contratação de bens e serviços. Especificamente no art. 12, §§ 1º e 2º definiu o conteúdo mínimo do DOD, como consta no modelo de DOD fornecido.

TABELA 179 RECOMENDAÇÕES

RELAT. Nº	ANO	TIPO DE FISCALIZAÇÃO	UNIDADE GESTORA	RAMO	OBJETO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PLANO DE AÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
15	2020	Auditoria Financeira	MPU	MPU	Relatório Preliminar das Contas do MPU 2020	Justificar o saldo da Conta 113110101 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO-ADIANTAMENTO no fechamento do demonstrativo contábil de 2019 transportado para o exercício de 2020	Ajuste das demonstrações contábeis do MPU.	A Conta 113110101 – DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO-ADIANTAMENTO é conta de ativo que apresenta os adiantamentos do 13º. Consta no fechamento de 2019 na ESMPU um saldo de R$ 14.915,21 e no MPF R$ 6,007 milhões. Referido saldo foi transportado para o exercício de 2020. Vale ressaltar que o direito referente ao ativo de referência, em princípio, não passa de um exercício para o outro, a menos que haja adiantamentos concedidos ainda não pagos referentes a solicitações de servidores, devendo os saldos serem analisados. Ademais, a praxe administrativa no MPU é a realização de adiantamento de 50% do décimo terceiro em janeiro. Considerando a prática do MPU, no momento em que há o adiantamento, em montante idêntico deve ser registrado um direito para o órgão no ativo. Assim, o total pago deve ser registrado na conta ADIANTAMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO e sendo baixado mês a mês, conforme fato gerador da DESPESA COM DÉCIMO TERCEIRO. Essa regra está insculpida no manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio da Macrofunção SIAFI nº 021142
15	2020	Auditoria Financeira	MPU	MPU	Relatório Preliminar das Contas do MPU 2021	Justificar os montantes relativamente elevados na Conta 211110101 - SALÁRIOS A PAGAR terem passados de 2019 para o exercício de 2020.	Ajuste das demonstrações contábeis do MPU.	A Conta 211110101 – SALÁRIOS A PAGAR apresenta saldo transportado de exercícios anteriores em valor de R$ 35.765.225,65 no balancete de 2020. Em princípio esta conta indica obrigação do órgão com servidores, resultante de salários não pagos. Conforme o Manual SIAFI, a conta salários a pagar conterá o saldo correspondente às despesas cujo fato gerador já tenha ocorrido sem o respectivo desembolso financeiro. O saldo dessa conta deve refletir a provisão efetuada no período. Caberia, assim, justificativa dos órgãos sobre montantes relativamente elevados na conta de salários a pagar terem passado de 2019 para o exercício de 2020. Ressalte-se que, caso se mostre uma impropriedade a manutenção de tais valores no passivo financeiro, tal superestimação geraria reflexos no superávit financeiro, fonte para abertura de créditos adicionais (Lei nº 4.320/64, art. 43, § 1º, inc. I c/c § 2º).
15	2020	Auditoria Financeira	MPU	MPU	Relatório Preliminar das Contas do MPU 2022	Justificar a variação de aproximadamente de 87,41% do exercício de 2018 para o exercício de 2019 no saldo da Conta 211110103 - FÉRIAS A PAGAR	Ajuste das demonstrações contábeis do MPU.	A Conta 211110103 – FÉRIAS A PAGAR registra saldo de R$ 49.611.063,25 em 2019. Sabe-se que essa Conta informa os valores de férias que não foram pagos, obrigações em aberto. Interessante registrar que os valores transferidos de um exercício para outro se deram a partir de 2018. Entende-se como plenamente possível haver saldo na conta em epígrafe, tendo em vista que pode ter servidores com período de férias acumulado. No entanto, face à variação de aproximadamente 87,41% no valor apresentado, torna-se prudente verificar a composição dos registros para avaliar a conformidade dos números apresentados no Balanço Patrimonial do MPU.

MPF

Ministério Público Federal